

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JANAILSON MACÊDO LUIZ

Lutas pela autonomia, sonhos de revolução:

Uma história da participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)

(Versão corrigida)

SÃO PAULO

2023

JANAILSON MACÊDO LUIZ

Lutas pela autonomia, sonhos de revolução:

Uma história da participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)

(Versão corrigida)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Social.

Linha de pesquisa: Escravidão e História Atlântica.

Orientadora: Prof.^a Titular Maria Helena Pereira Toledo Machado.

SÃO PAULO

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Luiz, Janailson Macêdo

L1

Lutas pela autonomia, sonhos de revolução: Uma história da participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974) / Janailson Macêdo Luiz; orientador Maria Helena Pereira Toledo Machado - São Paulo, 2023.

378 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Guerrilha do Araguaia. 2. Ditadura Militar. 3. Amazônia. 4. História e cultura afro-brasileira. 5. História do Brasil. I. Machado, Maria Helena Pereira Toledo, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Janailson Macêdo Luiz

Data da defesa: 10/02/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Maria Helena Pereira Toledo Machado

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 10/07/2023

Maria Helena Pereira Toledo Machado

(Assinatura do (a) orientador (a))

LUIZ, J. M. **Lutas pela autonomia, sonhos de revolução:** Uma história da participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974). 372 p. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Barbara Weinstein

New York University (NYU)

Prof.^a Dr.^a Maria Clara Sales Carneiro Sampaio

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)

Prof. Dr. Marcos Francisco Napolitano de Eugenio

Universidade de São Paulo (USP)

Dedico este trabalho aos meus pais, Jacira Macêdo Luiz (1943-2022) e Manuel Luiz Neto (1947-2020), *in memoriam*, que me fizeram chegar até aqui.

E à minha esposa, Etiane, e à minha filha, Ashanti, que têm me ajudado a continuar.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de pesquisa não é feito apenas pelo texto final que o torna acessível aos leitores, mas por um sem número de momentos, que se iniciam muito antes da primeira interrogação cintilar na mente do investigador. Momentos que costumam ser vivenciados pelo pesquisador junto aos seus pares, mas também na convivência com familiares, amigos, pessoas contactadas na pesquisa e outros sujeitos. E que, mirados em retrospectiva, podem ser vistos como uma série de instantes que auxiliaram não apenas, no caso do nosso trabalho com o conhecimento histórico, na tentativa de deciframento dos rastros deixados pelo passado, mas passaram a constituir, de forma central, o nosso próprio acervo de experiências.

Com base nisso, inicio esta seção registrando meu agradecimento às instituições que possibilitaram que essas experiências ocorressem: A Universidade de São Paulo (USP), através do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS); a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa); e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A Unifesspa, além de ser a universidade em que atuo desde 2014, e onde pude desenvolver os problemas que me levaram a esta pesquisa, concedeu-me licença por quatro anos. Nesse sentido, sou grato, em especial, aos colegas da Faculdade de História (Campus Marabá), Maria Clara Sampaio, Geovanni Cabral, Cássio Guilherme, Karla Raske, Reginaldo Cerqueira, Carlo Monti, José Amilton, Valéria Melo, Marcus Vinícius, Wagner Fiuza e Josué Berlesi; bem como Fábio Pessoa e Erinaldo Cavalcanti, ambos atualmente na Universidade Federal do Pará (UFPA); José Inaldo Chaves Júnior, hoje na Universidade de Brasília (UNB), através do qual pude apresentar um *workshop* sobre a tese junto a discentes da graduação e pós-graduação em História da UNB, em 2020. Estendo os agradecimentos a Marcos Alexandre Pimentel da Silva, Marcelo Gaudêncio Brito Pureza; além de Maurílio de Abreu Monteiro e Idelma Santiago da Silva (nossos reitor e vice-reitora na época), pelo apoio nas atividades realizadas entre 2014 e 2018 e implementação da Faculdade de História.

Ainda em relação à Unifesspa, foram importantes as discussões e atividades realizadas nos últimos anos em parceria com as colegas do projeto de extensão *Pelo direito à Memória, à Verdade e à Justiça: Organização, catalogação e disponibilização de acervo com narrativas orais dos camponeses envolvidos na Guerrilha do Araguaia*, ali incluídas a apresentação e a leitura de partes do capítulo 1 e 2 desta tese. O projeto é coordenado pela pesquisadora Dr^a Naurinete Fernandes Inácio Reis, e integrado pela Prof.^a Edma Moreira,

pelas pesquisadoras Irene Gomes, Mônica Vasconcelos e Edna Castro, e por diversas estudantes de graduação. Ele contribuiu, ainda, com o acesso a algumas fontes usadas nesta tese. Agradeço, também, a Anagete Batista (*in memoriam*).

O CNPq concedeu-me a bolsa que tornou viável a concentração profissional exclusiva nas atividades de pesquisa durante os últimos 4 anos. Fui também bolsista na graduação por três anos (PIBIC) e por dois anos no mestrado (CAPES). O acesso a tais fomentos foram fundamentais para que eu conseguisse construir uma trajetória como professor e historiador. Espero que um número maior de pessoas possa ter acesso a eles nos próximos anos. Mais do que isso, que se amplie o acesso de mulheres e homens negros a esses aportes, bem como ao ensino superior público, gratuito e de excelência, como tive no PPGHS/USP, no mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG) e na graduação, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Evidentemente, no PPGHS/USP, meus agradecimentos estão voltados, em especial, para a Prof.^a Maria Helena P. T. Machado, minha orientadora, com quem pude aprender com sua seriedade, seu senso profissional acurado e sua consolidada experiência internacional. Seus apontamentos foram fundamentais para que a pesquisa cada vez mais se materializasse e ganhasse uma melhor forma. Estendo, ainda, os agradecimentos aos professores das disciplinas cursadas no PPGHS e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da USP: Marcos Napolitano, Flávio dos Santos Gomes, Lilia Moritz Schwarcz, Sérgio Luiz de Souza, Sônia Meneses e Jorge Pavez. E aos colegas do grupo/projeto *Cotidiano e Resistências Escravas nas Américas*, coordenado pela Prof.^a Maria Helena P. T. Machado, sobretudo: Caroline S. Mariano, Caroline Passarini Sousa, Víctor Nakanishi, Luiz Gustavo R. Mota, Leticia Gregorio Canelas, Marília Bueno de Araujo Ariza, Pedro Nicácio Souto, Giovana Puppim Tardivo, Lorena Féres da Silva Telles e Antônio Alexandre Isidio Cardoso.

Aos professores Marcos Napolitano e Flávio dos Santos Gomes agradeço também pelas observações realizadas durante a qualificação, que muito contribuíram para a construção final da tese; e por sua participação na banca de defesa final. Tal sentimento de gratidão estende-se às professoras Barbara Weinstein e Maria Clara Carneiro Sampaio, pela participação na defesa final e pelas valiosas contribuições apresentadas.

Deixo registrados os agradecimentos aos depoentes que concederam entrevistas para a pesquisa; bem como aos funcionários de instituições de pesquisa contatadas, como a Fundação Casa da Cultura de Marabá e o arquivo da Comissão Pastoral da Terra (Marabá). Também agradeço àqueles que integravam, no ano de 2018, a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), em especial, Diva Santana (irmã da guerrilheira

Dinaelza Coqueiro), Marta Costa (sobrinha de Helenira Resende) e os pesquisadores Paula Franco e Caio Cateb. Em 2018, como representante da Unifesspa, pude participar de algumas atividades dessa comissão em Marabá, o que foi de grande experiência e possibilitou a realização de contatos junto a familiares de alguns dos desaparecidos políticos.

Durante, aproximadamente, dois anos (2020-2022), por meio de uma ação que acabou sendo estendida em virtude do contexto pandêmico, participei de atividades do Seminário de teses *Mark Cluster Mamolen Dissertation Workshop Class of 2020*, organizado pelo *Afro-Latin American Research Institute* (ALARI), da Universidade de Harvard (EUA). Nesse período, dois capítulos desta tese (1 e 5) foram discutidos junto a trabalhos de outros quinze pesquisadores selecionados internacionalmente, de forma remota (2020-2021) e presencial (2022). Agradeço aos comentários feitos na seção de apresentação pelos professores Alejandro de la Fuente (Harvard) e Sidney Chalhoub (Harvard), pelos debatedores Laura Correa Ochoa e Javier Wallace e pelos demais colegas do seminário, em especial: Ana Paula Cruz, Antônia Gabriela Pereira de Araújo, Meztli Yoalli Rodríguez Aguilera, Paulo Henrique Rodrigues Pereira, Jhon-Kelly Monace e Luisa Valle.

Na graduação, fui orientado pelas professora Maria Lindaci Gomes de Souza (UEPB), e no mestrado, pela professora Juciene Ricarte Cardoso (UFCG). Deixo registrados os meus agradecimentos não somente a estas docentes, mas ao conjunto de professores que me acompanharam no ensino superior e na educação básica, e que contribuíram com o meu percurso formativo. Em especial, aos professores José Benjamim e Jomar Ricardo (UEPB); Edson Silva, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do PPGH/UFCG; e Fernando Antonio Almeida (Premen), uma das minhas inspirações para ingressar no campo da História.

Finalmente, agradeço à minha companheira Etiane, e à minha filha, Ashanti, pelo apoio, amor e carinho compartilhados durante todo o período de desenvolvimento da tese. Como costuma ocorrer, a pesquisa exigiu muitos momentos de distanciamento familiar e uma intensa dedicação, o que só foi possível mediante o apoio e o amor de ambas, bem como da minha mãe e do meu pai, Jacira e Manuel (in memoriam); além do apoio da minha sogra, Deuzenir. Também sou grato aos amigos Bruno Gaudêncio, Thuca Kércia, Alcione Ferreira, Diego Santos, Flaw Mendes, João Matias, Tchangai Pbaló e Larissa Costa.

Nos últimos anos, as tensões próprias ao desenvolvimento de uma tese de doutorado foram ampliadas, seja por conta do retorno de defensores do regime militar ao comando do poder executivo do país, seja pelo contexto pandêmico. Por isso, gostaria de fechar esses agradecimentos pontuando a importância do trabalho daqueles que lutaram para que as medidas sanitárias para a contenção da Covid-19 fossem executadas, seja profissionais da

saúde ou de outras áreas. Mesmo diante de muitas estratégias negacionistas – em muito semelhantes àquelas discutidas nesta tese, compartilhadas, em alguns casos, pelos mesmos agentes e grupos políticos a eles vinculados –, graças ao trabalho de inúmeras mulheres e homens, foi possível desenvolver vacinas, tratamentos, formas de conscientização e, o que é mais importante, salvar milhões de vida. Graças a isto, numa escala micro, pudemos chegar até a finalização deste trabalho.

“Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois 'fatos' nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação”.

Walter Benjamim. *Escavando e recordando*.

LUIZ, J. M. **Lutas pela autonomia, sonhos de revolução:** Uma história da participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974). 372 p. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

RESUMO

No início da década de 1970, eclodiu, na Amazônia brasileira, um dos conflitos mais marcantes da história do regime militar (1964-1985). A Guerrilha do Araguaia (1972-1974) contrapôs guerrilheiros integrantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), então na clandestinidade, e as Forças Armadas; e teve grande impacto junto aos moradores da confluência dos estados do Pará, do Maranhão e do atual Tocantins. A partir do final dos anos 1960, essa localidade recebeu milhares de migrantes, muitos dos quais negros, que chegavam à Amazônia Oriental buscando o acesso à terra e à autonomia. A Guerrilha do Araguaia foi um evento marcado pelo Terror de Estado praticado pelos militares, que sitiaram a área e infringiram inúmeras violências contra os moradores, entre os quais, muitos camponeses e indígenas. Também ficou conhecida pelas graves violações aos direitos humanos exercidas pelos militares, como política de Estado, diante dos moradores e dos guerrilheiros. Esta tese problematizou a participação negra naquele evento, a partir da observação de experiências vivenciadas por guerrilheiros, pelos camponeses e pelos militares. Partiu-se da compreensão de que existe uma sub-representação das experiências de mulheres e homens negros no contexto do regime militar brasileiro, seja na historiografia, seja no debate público. Foram utilizadas fontes diversas, a partir do entrecruzamento da literatura sobre o tema com documentos produzidos pelo próprio PC do B e pelos guerrilheiros; assim como o cruzamento com outras fontes: entrevistas de história oral, literatura de testemunho, documentários, jornais, entre outras. Inicialmente, realizou-se uma historicização da presença negra na Fronteira Araguaia-Tocantins. Em seguida, abordou-se a história da participação negra nas mobilizações comunistas no país e buscou-se entender como se deu essa participação no PC do B nos anos anteriores à Guerrilha. Embora o PC do B apresentasse uma centralidade na discussão sobre a classe e não contasse com pessoas negras nos níveis mais altos da estrutura partidária, diversas mulheres e homens negros tiveram destaque e apresentaram protagonismo entre seus quadros naquele período, principalmente entre o conjunto de guerrilheiros. Mulheres e homens negros integrantes da Guerrilha estão, até hoje, entre os mais recordados pelos moradores, assim como na literatura e produções audiovisuais que tomaram a Guerrilha do Araguaia como objeto. Por vezes, esses personagens foram representados por um viés de heroicização ou, em sentido inverso, acabaram alvo de estratégias negacionistas, que buscaram atenuar ou provocar o esquecimento dos crimes cometidos pela ditadura. No Araguaia, alguns dos guerrilheiros abordados mantiveram aproximação com adeptos de religiões de matriz africana, praticantes do terecô, religião que chegou ao local por intermédio dos migrantes maranhenses. Os terecozeiros realizaram diálogos políticos com os guerrilheiros e também foram alvo das violências praticadas pelos militares contra a população, tendo também sua religião desrespeitada. Mulheres e homens negros estiveram entre os guerrilheiros e a população afetada pelo conflito, a partir de posições diversas. Alguns atuaram como guias colaboradores dos militares ou como soldados de baixa patente. Muitos foram alvo de torturas e outras atrocidades, quer por ousarem integrar um projeto revolucionário, quer por estarem diante da face mais explícita do Estado autoritário.

Palavras-chave: Negros. Guerrilha do Araguaia. Amazônia Oriental. Terror de Estado. Regime Militar.

LUIZ, J. M. **Struggles for autonomy, dreams of revolution: A history of black participation in the Araguaia's Guerilla (1972-1974).** 372 p. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

ABSTRACT

In the early 1970s, one of the most striking conflicts in the history of the military regime (1964-1985) erupted in the Brazilian Amazon. The Araguaia's Guerilla (1972-1974) opposed guerrilla members of the Communist Party of Brazil (PC do B), then in hiding, and the Armed Forces; and had a great impact on the residents of the confluence of the states of Pará, Maranhão and present-day Tocantins. From the end of the 1960s, this location received thousands of migrants, many of whom were black, who arrived in the Eastern Amazon seeking access to land and autonomy. The Araguaia's Guerilla was an event marked by State Terror practiced by the military, who besieged the area and inflicted numerous acts of violence against residents, including many peasants and indigenous people. It was also known for the serious violations of human rights carried out by the military, as a State policy, against residents and guerrillas. This thesis problematized black participation in that event, based on the observation of experiences lived by guerrillas, peasants and military. It started from the understanding that there is an under-representation of the experiences of black women and men in the context of the Brazilian military regime, whether in historiography or in public debate. Different sources were used, from the intersection of the literature on the subject with documents produced by the PC do B itself and by the guerrillas; as well as the intersection with other sources: oral history interviews, testimonial literature, documentaries, newspapers, among others. Initially, there was a historicization of the black presence on the Araguaia-Tocantins border. Then, the history of black participation in communist mobilizations in the country was discussed and an attempt was made to understand how this participation in the PC do B took place in the years prior to Guerilla. Although the PC do B was central in the discussion about class and did not have black people at the highest levels of the party structure, several black women and men stood out and played a leading role among their staff in that period, especially among the guerrillas. Black women and men who are members of the Guerilla are among the most remembered by residents, as well as in literature and audiovisual productions that took the Araguaia's Guerilla as an object. Sometimes, these characters were represented by a bias of heroicization or, conversely, ended up being the target of denialist strategies, which sought to mitigate or cause the crimes committed by the dictatorship to be forgotten. In Araguaia, some of the guerrillas approached maintained contact with adherents of religions of African origin, practitioners of terecô, a religion that arrived in the area through migrants from Maranhão. The terecozeiros held political dialogues like the guerrillas and were also the target of violence practiced by the military against the population, also having their religion disrespected. Black women and men were among the guerrillas and the population affected by the conflict, from different positions. Some act as collaborating guides for the military or as low-ranking soldiers. Many were the target of torture and other atrocities, either because they dared to join a revolutionary project or because they were facing the most explicit face of the authoritarian State.

Keywords: Blacks. Araguaia's Guerilla. Eastern Amazon. State terror. Military regime.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Barqueiros e moradoras à margem das águas do rio Itacaiúnas — Marabá-PA (1926)	65
Figura 2 - Moradores do Cabelo Seco, em Marabá, durante a cheia de 1926.....	66
Figura 3 - Jovem colhendo ovos de tartaruga em uma praia do rio Xingú (PA), 1936.....	68
Figura 4 - Maria da Soledade, em depoimento ao documentário Osvaldão (2014).....	77
Figura 5 - Alexandre de Oliveira durante seu depoimento (1978).....	81
Figura 6 - Manoel Messias Guido depõe para a CNV (2014).....	87
Figura 7 - Francisco Manoel Chaves (1946)	98
Figura 8 - Osvaldão no documentário Encontro na Antibabilônia (1961).....	144
Figura 9 - Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, a Dina.....	159
Figura 10 - Dermeval da Silva Pereira, o João Araguaia	161
Figura 11 - Idalísio Soares Aranha Filho, o Aparício	162
Figura 12 - Antônio de Pádua Costa, o Piauí	163
Figura 13 - Lauro Rodrigues dos Santos em depoimento à CNV (2012)	174
Figura 14 - Duas ex-guerrilheiras visitam Lauro Rodrigues e família em 1993	176
Figura 15 - Eduardo e Sônia em entrevista ao documentário Osvaldão (2014).....	177
Figura 16 - Rosalindo Souza, o Mundico	192
Figura 17 - Olímpio Pereira (2014)	217
Figura 18 - Soldado Pereira de Melo no 52 BIS, no período da Guerrilha	227
Figura 19 - Soldado Ribamar, em depoimento ao documentário Soldado do Araguaia (2017)	229
Figura 20 - Lúcia Maria de Souza, a Sônia	249
Figura 21 - Helenira Resende (1968), A Fátima ou Preta	252

Figura 22 - Helenira confronta a mesa em evento do movimento	256
Figura 23 - Placa de entrada do acampamento Helenira Resende (2019).....	285
Figura 24 - Casas de moradores do acampamento Helenira Resende (2019).....	288
Figura 25 - Espaço exterior e interior da escola do acampamento Helenira Resende (2019)	289
Figura 26 - “Salão de Terecô com guna (poste central visto à esquerda) em dia de festa (Santo Antônio dos Pretos 6/1989)”	300

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do Bico do Papagaio/Fronteira Araguaia-Tocantins.....	51
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mulheres e homens negros mortos em ações de agentes do regime militar, segundo informações da obra Direito à memória e à verdade	108
Tabela 2 - Religiões declaradas pelos moradores do entorno do Bico do Papagaio (PA e GO) - IBGE/1970 (população residente).....	307
Tabela 3 - Religiões declaradas pelos moradores dos estados do Pará, do Maranhão e de Goiás - IBGE/1970 (população residente).....	307
Tabela 4 - Religiões declaradas pela população brasileira – IGBE/1970.....	308

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

52 BIS	52º Batalhão de Infantaria de Selva (Marabá-PA).
ACISO	Ação Cívico-Social.
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras.
AMORJ	Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.
ALARI-Harvard	Afro-Latin American Research Institute (Harvard).
ALN	Ação Libertadora Nacional.
AP	Ação Popular.
ARENA	Aliança Renovadora Nacional.
BASA	Banco da Amazônia S.A.
CDM-FMG	Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois.
CEB	Comunidade Eclesiástica de Base.
CEV-BA	Comissão Estadual da Verdade da Bahia.
CEMDP	Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha.
CEV-RIO	Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio).
CEVPM-PB	Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores.
CIE	Centro de Inteligência do Exército.
CIA	Central Intelligence Agency (Estados Unidos).
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica.
COLINA	Comando de Libertação Nacional.
Corte IDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos.
CMP	Comando Militar do Planalto.
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CNV	Comissão Nacional da Verdade.
CNV-UNE	Comissão Nacional da Verdade da União Nacional dos Estudantes.
CPC-UNE	Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes.

CPT	Comissão Pastoral da Terra.
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce.
DEOPS/SP	Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo.
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.
DOPS	Departamento de Ordem Pública e Social.
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
DOI-CODI	Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna.
DSN	Doutrina de Segurança Nacional.
EFMMA	Estrada de Ferro Madeira-Marmoré.
EPL	Ejército Popular de Liberación (Colômbia).
ESG	Escola Superior de Guerra.
ETN	Escola Técnica Nacional.
FA	Forças Armadas.
FBT	Fração Bolchevique Trotskista.
FEB	Força Expedicionária Brasileira.
FMB	Faculdade de Medicina da Bahia.
FMG	Fundação Maurício Grabois.
FNB	Frente Negra Brasileira.
FOGUERA/FORGAS	Forças Guerrilheiras do Araguaia.
FUNAI	Fundação Nacional do Índio.
GETAT	Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins.
GTA	Grupo de Trabalho Araguaia.
GTNM	Grupo Tortura Nunca Mais.
GTT	Grupo de Trabalho Tocantins.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
IPM	Inquérito Policial Militar.
M3G	Marx, Mao, Marighella e Guevara.
MDB	Movimento Democrático Brasileiro.
MEC	Ministério da Educação.

MNU	Movimento Negro Unificado.
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário.
MPF	Ministério Público Federal.
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.
OEA	Organização dos Estados Americanos.
PAN	Partido Autóctono Negro.
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.
PCC	Partido Comunista de Colombia.
PCC-ML	Partido Comunista de Colombia – Marxista Leninista.
PC do B	Partido Comunista do Brasil.
PCR	Partido Comunista Revolucionário.
PCUS	Partido Comunista da União Soviética.
PIC	Partido Independiente de Color (Cuba).
PIN	Programa de Integração Nacional.
PM	Polícia Militar.
PT	Partido dos Trabalhadores.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro.
PSD	Partido Social Democrático.
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira.
RHTA	Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia.
SNI	Serviço Nacional de Inteligência.
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.
TEN	Teatro Experimental do Negro.
TERNUMA	[Grupo] Terrorismo nunca mais.
UFBA	Universidade Federal da Bahia.
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais.
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins.
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro.
ULDP	União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo.
UNE	União Nacional dos Estudantes.
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
USP	Universidade de São Paulo.
VAR-PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares.
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária.

SUMÁRIO

“ESCAVANDO E RECORDANDO” OU EM BUSCA DAS EXPERIÊNCIAS NEGRAS EM TEMPOS DE GUERRILHA.....	22
FONTES E PESQUISA DOCUMENTAL.....	36
1 ENTRE MATAS, RIOS E A LIDA NO CAMPO: LUTAS PELA AUTONOMIA E A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA FRONTEIRA ARAGUAIA-TOCANTINS	45
1.1 OS RIOS, A FLORESTA E A VIDA.....	50
1.2 MIGRAÇÕES NEGRAS E A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA ARAGUAIA-TOCANTINS.....	55
1.3 MIGRANTES, “PEÕES DO TRECHO” E O DEVIR NEGRO NO MUNDO	69
1.4 “AQUI NO PARÁ A MATA ERA MELHOR PRA TRABALHAR”	75
2 “NO CAMINHO DA REVOLUCIONARIZAÇÃO”: PRESENÇA NEGRA NA HISTÓRIA COMUNISTA NO BRASIL E OS CAMINHOS DO PC DO B ATÉ O ARAGUAIA	89
2.1 FRANCISCO MANOEL CHAVES E OUTRAS “FIGURAS NEGRAS” DO PCB	94
2.2 “MEU PAI ERA COMUNISTA E ELE ASSINAVA O SEMANÁRIO”	99
2.3 MULHERES E HOMENS NEGROS MORTOS POR AGENTES DE ESTADO.....	104
2.4 UM PRACINHA NEGRO NA MIRA DO REGIME	113
2.5 O CASO NEGO FUBA	116
2.6 “VIVA A GLORIOSA LUTA DOS NEGROS”? O PC DO B E A QUESTÃO RACIAL	120
2.7 ESTUDANTES, TRABALHADORES E MILITANTES	130
2.8 PREPARATIVOS DA AÇÃO NO ARAGUAIA	136
3 DO “INCÊNDIO NA PRADARIA” AO TERROR NOS TRÓPICOS: A LUTA ARMADA SE MATERIALIZA NO ARAGUAIA.....	142
3.1 “ATUA NO PAÍS UM PARTIDO MARXISTA-LENINISTA”	151
3.2 O PC DO B SE INSTALA NA FRONTEIRA ARAGUAIA-TOCANTINS	155

3.3 A CHEGADA DOS MILITARES E A DEFLAGRAÇÃO DO CONFLITO	164
3.4 O CERCO AOS GUERRILHEIROS E OS SEUS IMPACTOS	170
3.5 O ESTADO DE SÍTIO E UMA “NOVA” FACE DO <i>ETHOS</i> COLONIAL	178
4 “FUI NO RASTRO DELE, SEGUI PELA MATA”: VIOLÊNCIA, MORTE E AS FACES DE UMA TRAGÉDIA EM EXPANSÃO	186
4.1 ROSALINDO E O ASSASSINATO DO CAMPONÊS JOÃO PEREIRA	191
4.2 O ADEUS A PRETO CHAVES	196
4.3 “ELE É O NOSSO BRAÇO FORTE”	199
4.4 “UNIÃO E ARMA NA MÃO”	203
4.5 COMO MORREU O GUERRILHEIRO MUNDICO?	206
4.6 “TRABALHEI PARA RESPEITAR O DIREITO DO EXÉRCITO. ELE MANDA EM VOCÊ”	216
4.7 A ATUAÇÃO DOS CONSCRITOS	221
4.8 “VOCÊ NÃO TINHA O RESPEITO DE NINGUÉM DELES”	226
4.9 “CHAFURDOS”	232
5 (RE)INVENTANDO CAMINHOS NO ENFRENTAMENTO À DESIGUALDADE: MULHERES NEGRAS E A GUERRILHA DO ARAGUAIA	237
5.1 JOVENS MULHERES EM COMBATE	248
5.2 AS MULHERES E A OCUPAÇÃO MILITAR NO ARAGUAIA	261
5.3 “A MALÁRIA FAZ SEUS ESTRAGOS”	267
5.4 AS MORTES DE LÚCIA E HELENIRA	272
5.5 MARCOS DE UMA MEMÓRIA ESFACELADA, ECOS DE NOVAS LUTAS	279
6 O MARTELO, A FOICE E O TAMBOR DA MATA: A PROPÓSITO DAS RELAÇÕES ENTRE COMUNISTAS, Terecozeiros e outras encantarias	291
6.1 ANTIGAS GIRAS, VELHAS PERSEGUIÇÕES	293
6.2 A EMERGÊNCIA DO TERCÔ	299
6.3 ESTRATÉGIAS DE INVISIBILIZAÇÃO E MASCARAMENTO	304

6.4 ENTRE GIRAS E FUZIS	311
6.5 “ELE FALOU PRA MIM QUE TINHA TIDO A VISÃO: O PESSOAL PRENDENDO ELE”	321
6.6 “MINHA IRMANDADE, VAMOS SE ARREUNIR”	329
6.7 A MORTE DE OSVALDÃO	337
PARA ALÉM DA DUPLA MORTE	344
FONTES	350
REFERÊNCIAS	359

“ESCAVANDO E RECORDANDO” OU EM BUSCA DAS EXPERIÊNCIAS NEGRAS EM TEMPOS DE GUERRILHA

A história das populações negras na diáspora registra inúmeros caminhos de luta, inúmeras maneiras como mulheres e homens negros atuaram, geração a geração, frente às tensões e desafios do seu tempo. Entre ações coletivas ou individuais, entre encontros e confrontos, os afrodescendentes contribuíram com a construção histórica de inúmeros países, em especial, no continente americano; e para o desenvolvimento de experiências¹ humanas importantes, que têm muito a ensinar a quem estiver disposto a conhecê-las mais de perto.

Em muitos casos, as ações de indivíduos negros na luta para se manterem sujeitos de seu próprio tempo foram realizadas em grupos específicos em que as formas de sociabilidade negras eram marcas centrais. Foi assim nos quilombos, palenques, cumbes e outros agrupamentos que surgiram no contexto da dominação colonial do continente. Foi assim na Revolução Haitiana (1791-1804) e em ações abolicionistas que eclodiram em diversos países e ajudaram a erodir e desagregar as instituições escravistas.²

E foi assim também na formação de clubes, agremiações e jornais negros na passagem do século XIX para o XX, no Brasil e em diversos locais do continente. O associativismo negro gerou, inclusive, a formação de alguns partidos políticos, como o Partido Independiente de Color (PIC), lançado em Cuba, em 1908; o Partido Autóctono Negro (PAN), fundado no Uruguai, em 1936; a Frente Negra Brasileira (FNB), surgida no Brasil, em 1931, e transformada em partido em 1936;³ e o Partido dos Panteras Negras, originado nos Estados Unidos, em 1966. Os Estados Unidos, aliás, foram amplamente agitados, durante meados do século XX, pelas lutas por direitos civis, que juntamente com a luta *antiapartheid*, na África do Sul, têm servido, desde então, como marcos para as mobilizações negras a nível mundial.

¹ Categoria compreendida a partir de BENJAMIM, Walter. **Obras escolhidas**, v. I: magia e técnica, arte e política. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

² MACHADO, Maria Helena P. T. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da Abolição. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

³ PASCHEL, Tianna S. Repensando a mobilização negra na América Latina. In: ANDREWS, George Reid; DE LA FUENTE, Alejandro (Org.). **Estudos Afro-Latino-Americanos**: uma introdução. Tradução de Mariângela Nogueira e Fábio Banqueiro Figueiredo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2018. p. 269-312.

Na América Latina, sobretudo no período pós 1970, a partir de dinâmicas próprias, ocorreu “um aumento drástico da mobilização política negra”,⁴ com destaque para o Brasil, que foi palco para a emergência do chamado Movimento Negro Contemporâneo⁵, cuja luta colaborou para que muitos direitos fossem conquistados pela população negra e para que as pautas antirracistas adquirissem, desde então, um aspecto central nos debates públicos do país.

Em outros casos, no entanto, formas distintas de luta foram experienciadas. A exemplo daquelas travadas por mulheres e homens negros no cerne de grupos ligados, de forma central, à questão da luta de classes, sob a influência de uma leitura marxista da realidade social e do *devir*. Alberti e Pereira, por exemplo, reuniram depoimentos de mulheres e homens negros que iniciaram sua atuação política no cerne do comunismo, sobretudo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e que, a partir das décadas de 1970 e 1980, direcionaram suas ações militantes para a luta negra em específico.⁶ Uma delas foi a militante negra Thereza Santos, que participou das ações comunistas no Brasil, nos anos 1950 e 1960, lutas por independência na África, na década de 1970 e, ao retornar ao Brasil, no fim daquela mesma década, integrou ações feministas e do movimento negro contemporâneo, colaborando para dar maior destaque à luta das mulheres negras no país.⁷

A vinculação nas lutas comunistas, inclusive com a atuação de alguns indivíduos nos partidos mais radicais, fez parte das condições de possibilidade⁸ que nortearam a participação

⁴ ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina: 1800-2000**. Tradução Magda Lopes. São Carlos: EdUFScar, 2014, p. 219.

⁵ Ver: PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: Relações raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.; ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (Org). **Histórias do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: PALLAS; CPDOC-FGV, 2007.; DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2008. p. 105.; RIOS, Flávia. O protesto negro no Brasil contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 85, p. 41-79, 2012. Segundo Andrews: “Os casos mais conhecidos dessa mobilização negra ocorreram no Brasil, onde muitas organizações surgiram durante as décadas de 1970 e 1980. Uma relação preparada no final da década de 1980 listou 343 desses grupos, a maioria localizada nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Muitos deles eram escolas de samba, academias de capoeira e outras organizações culturais que decidiram adotar uma identidade ‘negra’ mais politizada e se unir na luta pelos direitos civis. Outros eram organizações novas criadas em resposta à agitação das décadas de 1970 e 1980, com uma orientação explicitamente racial. Estes incluíam o Movimento Negro Unificado, um movimento político de âmbito nacional fundado em 1978; os ‘grupos negros’ ou ‘comissões negras’ associados à ala de esquerda da Igreja Católica; instituições culturais e educacionais como o Centro de Cultura e Arte Negra em São Paulo e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras no Rio de Janeiro; e os blocos afros de Salvador, novas organizações do carnaval que combinavam música e diversão com uma mensagem de melhoramento comunitário, auto-estima e promoção da cultura africana e afro-brasileira”. ANDREWS, G. R. **América Afro-Latina...** OP. Cit., p. 219.

⁶ ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. (Org). **Histórias do movimento negro no Brasil...** op. cit.

⁷ SANTOS, Thereza. **Malunga Thereza Santos: a história de vida de uma guerrilheira**. São Carlos: EDUFSCAR, 2008. Ver também: RIOS, F. A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar. **Plural, [S. l.]**, v. 21, n. 1, p. 73-96, 2014.

⁸ Embora mais raras, também houveram inserções nos partidos que faziam parte do *establishment* político, como ocorreu no Rio Grande do Sul, com o deputado estadual Carlos da Silva Santos (1904-1989). Carlos Santos teve

política negra, em especial, nos anos anteriores à (re)organização do movimento negro no país, após 1978. Contudo, nos estudos sobre o regime militar brasileiro, a participação negra nesses grupos ainda tem sido pouco investigada. Um fator que pode ter dificultado a realização de um maior número de investigações⁹ está no que foi apontado por Abreu, relativo a uma imagem construída em torno dos grupos ligados à oposição ao regime militar:

Cristalizou-se no imaginário social a impressão de que os militantes que atuaram na resistência contra a ditadura militar no Brasil eram pertencentes a uma classe social muito específica. Se orientarmos nosso olhar de acordo com algumas narrativas historiográficas, construções filmicas e demais representações, estes militantes seriam brancos, de classe média ou alta e universitários. Entretanto, as análises mais recentes já conseguem verificar que o enfrentamento à ditadura era bem mais diversificado.¹⁰

Mulheres e homens negros lutaram, sonharam e participaram dos grupos esquerdistas atuantes no Brasil no contexto do regime militar (1964-1985).¹¹ Estiveram nas grandes manifestações de massa e nas restritas reuniões de partidos clandestinos; nos embates realizados pelos diretórios acadêmicos e nas lutas do movimento operário; nas reivindicações por eleições diretas e nos combates da luta armada nas cidades e no campo.

Um dos grupos cujas ações estavam centradas na temática da luta de classes e que contou com a participação e o protagonismo de mulheres e homens negros, no contexto do regime militar brasileiro, foi o Partido Comunista do Brasil (PC do B), de orientação marxista-leninista que, naquele momento, atuava na clandestinidade. Alguns daqueles homens e mulheres negros precedebistas acabaram se tornando protagonistas do conflito conhecido

uma formação política trabalhista. Suas primeiras eleições para a assembleia legislativa estadual ocorreram ainda no período democrático, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Após 1964, ele ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único aceito na oposição naquele momento. Durante o regime militar, na condição de presidente da assembleia legislativa estadual, chegou a ocupar, duas vezes, o governo do estado do Rio Grande do Sul. Foi ainda deputado federal. Ver: GOMES, Arilson dos Santos. **O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974)**. 2014. 597 f. Tese (Doutorado em História) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

⁹ Serão apontados, a seguir, alguns dos estudos que romperam com essas limitações.

¹⁰ ABREU, Gabrielle Oliveira de. *Imprensa negra e resistência à ditadura no Brasil: o ressurgimento dos jornais negros na década de 1970*. **Boletim Historiar**, Aracajú, vol. 09, n. 03, p.03-16, jul./set. 2022. p. 10.

¹¹ Napolitano propôs uma leitura do regime militar segundo a qual este não deve ser compreendido como isolado da sociedade brasileira do período; ou que tenha se mantido no poder tão somente pelo exercício da força e coerção. Ao tratar do golpe de 1964, por exemplo, esse autor destacou: “Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango. O golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos distintos de país, os quais faziam leituras diferenciadas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais. O quadro geral da Guerra Fria, obviamente, deu sentido e incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira, alimentando velhas posições conservadoras com novas bandeiras anticomunismo”. NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 9-10.

como Guerrilha do Araguaia, ocorrido na Amazônia brasileira, em sua porção oriental, entre 1972 e 1974,¹² evento marcado por fortes violações contra os direitos humanos.

Nos anos finais da década de 1960 e começo dos anos 1970, militantes do PC do B de diversos locais do país se deslocaram para a Amazônia, especificamente para a chamada fronteira Araguaia-Tocantins, num momento em que ocorria grande processo migratório para aquele local, resultado das políticas de integração dos militares, assim como do processo de avanço da fronteira nacional diante da Amazônia. Esse deslocamento de militantes se ampliou no contexto pós AI-5, promulgado em dezembro de 1968, no qual ocorreu o recrudescimento da perseguição aos esquerdistas pela malha repressiva montada pelo regime.

Misturados aos moradores locais, o grupo conseguiu passar incólume à polícia política, até o início de 1972, quando foi descoberto e teve uma de suas bases de suprimentos atacada pelos militares. Frente a este ataque, os pecedebistas decidiram não se render e puseram em ação seu projeto de luta armada, que tinha inspiração maoísta¹³ e pressupunha uma articulação com a população do campo. Para tanto, criaram as autodenominadas Forças Guerrilheiras do Araguaia (Foguera), que resistiram por dois anos, aproximadamente.

A Guerrilha do Araguaia ficou marcada pela extrema violência manifesta pelos militares em relação à população local; pelo desaparecimento forçado de dezenas de guerrilheiros; e por diversas tentativas de interdição do debate público sobre o tema. Fatores que deixaram muitas feridas daquela época ainda abertas, somando-se às outras heranças autoritárias legadas ao presente pelo regime militar, como ocorrido em outros locais da América Latina; porém, com o agravante de que, aqui, os perpetradores não foram punidos, mas protegidos pelas interpretações hegemônicas que têm sido feitas em relação à Lei da Anistia de 1979.¹⁴ Em 2010, o Estado brasileiro foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CORTE IDH), ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), em

¹² Alguns estudos têm usado o recorte 1972-1975, contemplando, ao que tudo indica, também o período da chamada Operação Limpeza, quando, segundo denúncias, teria ocorrido o desaparecimento de restos mortais dos guerrilheiros. Embora também estejamos contemplando este e outros acontecimentos anteriores e posteriores, adotamos, aqui, o recorte dos conflitos em si.

¹³ Ao destacar que a guerrilha seria o instrumento “imprescindível” para a guerra popular, no conhecido documento *Guerra Popular — Caminho da luta armada no Brasil* (1969), de forte inspiração maoísta, o partido frisou que: “O povo, para derrotar as Forças Armadas da reação e tropas dos imperialistas norte-americanos, terá de forjar a arma capaz de a elas se opor e de aniquilá-las. Esta arma é o exército popular. Mao Tsé-Tung, o grande mestre da guerra popular, ensina que ‘sem um exército popular, não haverá nada para o povo’”. POMAR, Wladimir (Org.). **Araguaia: o partido e a guerrilha** – Documentos inéditos. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 99.

¹⁴ Ver a respeito: TELES, Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da lei da anistia de 1979. *Ideias*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 71–93, 2010.

virtude de crimes cometidos por agentes de Estado na repressão aos guerrilheiros.¹⁵ Apesar disso, e de uma série de iniciativas que já duram décadas, a impunidade permanece.

Tive contato com a temática da Guerrilha do Araguaia quando comecei a lecionar, no ano de 2014, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), situada justamente na fronteira Araguaia-Tocantins, espaço da Amazônia onde eclodiu, na história recente, não só aquele acontecimento, como também uma série de outros casos emblemáticos no tocante à luta social no país — com destaque para a luta pela terra —, alguns deles com forte repercussão internacional, como o Massacre de Eldorado dos Carajás (1996) e o assassinato da missionária Dorothy Stang (2005), para citar dois dos mais conhecidos.

Trata-se de um dos espaços do Brasil em que, desde os anos 1970, mais têm emergido confrontos entre, de um lado, latifundiários, grileiros, empresários, agentes de estado e outros entes envolvidos com a instalação de grandes projetos (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, polos de mineração, hidrovias, etc.); e, de outro, indígenas, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores sem-terra e uma série de outros sujeitos, que, em alguns casos, estão vinculados a mais de um desses marcadores. As marcas do autoritarismo no local podem ser sentidas não apenas em casos emblemáticos, como os citados acima, mas no cotidiano.

Marabá, cidade onde leciono e vivo, é um município que simboliza as contradições geradas tanto, por um lado, pelo processo de modernização autoritária¹⁶ efetuado pelo regime militar, com forte ampliação a partir de 1970, que dava continuidade e novo formato às propostas mais antigas de colonização do espaço amazônico; quanto, por outro lado, pelas ações, também frutos desse processo, de desmobilização e repressão aos movimentos sociais naquele contexto e durante a redemocratização, muitas vivenciadas ainda na atualidade.

Ao dialogar no cotidiano e ouvir as narrativas de memória de moradores da fronteira Araguaia-Tocantins, e me aproximar de produções acadêmicas e não acadêmicas sobre esse espaço, percebi algumas questões, quase que de forma simultânea. Uma delas é que, como já apontado pela literatura, a memória sobre o tema continua bastante viva, tendo certamente sendo alimentada pelas revelações e notícias vinculadas ao contexto de atuação da CNV. Outra questão que pude perceber foi que, tanto nessa literatura quanto nas memórias dos

¹⁵ Para um apanhado de informações sobre o caso, ver: RÉU BRASIL. **Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) versus Brasil**. Disponível em: <<https://reubrasil.jor.br/julia-gomes-lund-e-outras-guerrilha-do-araguaia/>>. Acesso: nov. 2022.

¹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

moradores, destacavam-se alguns personagens negros, com evidente protagonismo, vinculadas ao acontecimento Guerrilha do Araguaia.¹⁷

Além disso, no contato diário com os moradores, pude compreender outra questão, pouco abordada academicamente: que, afora tais protagonistas, a guerrilha havia sido vivenciada por muitas mulheres e homens negros integrantes da população local. Salvo algumas exceções,¹⁸ as histórias desses migrantes, originários de um campesinato negro¹⁹ que migrou para a Amazônia vindo, sobretudo, dos estados do Nordeste, são muito pouco conhecidas, assim como a interface entre suas migrações campo-campo e as políticas do estado autoritário para a região amazônica.

Finalmente, passei a compreender como muito do que foi vivenciado na época tinha conexão com experiências recentes vivenciadas em outros locais da América Latina, envolvendo práticas de racialização voltadas para populações negras, indígenas, grupos camponeses diversos e moradores das periferias de grandes cidades. Essa compreensão me fez observar os processos ligados à participação negra na Guerrilha do Araguaia, não sob o prisma da história local ou de cunho regionalista (restrita ao Norte do Brasil), mas em conexão com uma historicidade que marca as experiências dos afrodescendentes no contexto diaspórico e dos grupos subalternizados na história da América Latina. Em virtude disso, a pesquisa passou a dialogar com o campo de estudos afro-latino-americanos.²⁰

Além disso, compreendi que negras e negros foram não somente afetados pela Guerrilha do Araguaia, mas acabaram, com suas ações e visões de mundo, contribuindo com a conformação daquele evento. Por isso, levantei os questionamentos: Como foi a participação negra na Guerrilha do Araguaia? Quais as relações sociais e políticas estabelecidas entre os guerrilheiros negros e a população local? Como as mulheres e homens negros, integrantes

¹⁷ Ao falarmos de protagonismo de alguns personagens, não buscamos criar algum tipo de hierarquia quanto à sua participação, mas seguir o que as fontes atestam no que se refere, por exemplo, aos seus papéis de liderança e ao reconhecimento recebido no cerne do próprio grupo ou diante dos moradores do local.

¹⁸ SILVA, Idelma Santiago da. **Migração e cultura no sudeste do Pará**: Marabá (1968-1988). 2006. 181f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006. In: SILVA, Idelma Santiago da. **Fronteira Cultural**: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008). 2011. 230 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

¹⁹ GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

²⁰ “Definimos esse campo, primeiro, como o estudo dos povos de ascendência africana na América Latina e, segundo, como o estudo das sociedades mais amplas das quais esses povos fazem parte. No primeiro tópico, os acadêmicos estudam histórias, culturas, estratégias e lutas do negro na região. No segundo, estudam negritude e raça de modo geral, como uma categoria de diferença, como motor de estratificação e desigualdade e como uma variável-chave nos processos de formação nacional”. ANDREWS, George Reid; DE LA FUENTE, Alejandro. A criação de um campo: Estudos afro-latino-americanos In: ANDREWS, George Reid; DE LA FUENTE, Alejandro (Org.). **Estudos Afro-Latino-Americanos**: uma introdução. Tradução de Mariângela de Mattos Nogueira e Fábio Banqueiro Figueiredo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2018. p. 19.

dessa população, interagiram com os comunistas, mas também entre si e diante das Forças Armadas? Além desses problemas, algumas compreensões também se mostraram relevantes.

O sociólogo Mário Augusto Medeiros da Silva discorreu sobre a importância de enfrentarmos, enquanto pesquisadores, a dupla morte a que as populações negras têm sido submetidas no Brasil. A *primeira dimensão* dessas mortes está representada nas estatísticas nacionais sobre a violência e vem sendo materializada em uma série de casos que, quase diariamente, têm tomado as manchetes jornalísticas e alterado a vida de milhares de famílias no país. Essa dimensão não se encerra apenas no Brasil, pois se encontra vigente a nível transnacional. Como destacou Silva: “O problema da violência contra a vida negra é próprio de sociedades marcadas pela escravização e pelo colonialismo”.²¹ Para Achille Mbembe:

Sob vários aspectos, nosso mundo continua a ser, mesmo que não o queira admitir, um ‘mundo de raças’. O significado racial ainda é, em larga medida, a linguagem incontornável, mesmo que por vezes negada, da narrativa de si mesmo e do mundo, da relação com o outro, com a memória e com o poder.²²

Na análise de Mário Silva, a memória também foi compreendida como constituinte das relações de poder. Com base nisso, o sociólogo foi taxativo: “uma agenda de preservação da memória social negra se impõe”.²³ Um dos objetivos dessa agenda é contribuir para a reversão do que ele designou como *segunda dimensão* da dupla morte:

Por outro lado, a morte biológica não encerra o processo violento de eliminação da vida negra. Argumento que existe também uma morte da memória de pessoas negras. O vilipendiar das lembranças do que foi a existência negra tem sido uma constante até o momento da eliminação completa de narrativas, registros, arquivos históricos.²⁴

Buscamos, dessa maneira, contribuir para a ampliação de um arquivo sobre as experiências históricas negras no Brasil, na América Latina e em contexto diaspórico. Ademais, em virtude das características que marcam a Guerrilha do Araguaia como evento, dialogamos também com outra agenda em curso na academia, voltada para a ampliação do conhecimento em torno da história do regime militar no Brasil. Agenda esta, aliás, também constituída como um recorte transnacional, voltado para a construção da história das ditaduras

²¹ SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Preservar a memória negra e lutar contra a dupla morte. *Nexo*, s/l, 21 ago 2020. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2020/Preservar-a-mem%C3%B3ria-negra-e-lutar-contra-a-dupla-morte>> Acesso: 10 jul. 2020.

²² MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018. p.106.

²³ SILVA, M. A. M. *Preservar a memória negra...* Op. cit., s/p.

²⁴ *Ibid.*, s/p.

militares na América Latina e, sobretudo, no Cone Sul, criada, como também ocorreu em relação ao regime militar no Brasil, a despeito de estratégias negacionistas diversas.

Além disso, há décadas, tem sido promovido na pesquisa histórica o diálogo, por vezes marcado por aproximações e distanciamentos, entre história e memória.²⁵ Entre um saber constituído pela análise crítica a partir dos documentos e uma outra forma de conhecimento instituída a partir da experiência e, por vezes, do testemunho dos protagonistas.²⁶

Um dos pontos tensos da relação história e memória ocorre porque, por um lado, os testemunhos e outros gestos memorialísticos, incluindo aqueles elaborados a partir de situações-limite, reclamam um estatuto de verdade para a memória; por outro lado, a escrita da história opera de uma outra forma, através do trabalho simultâneo com o testemunho e com a crítica do testemunho, lançado ao rol de outras fontes e outros rastros, como observou Ricoeur: “Ocorreu-me dizer que não temos nada melhor do que a memória para certificar a realidade de nossas lembranças. Dizemos agora: não temos nada melhor do que o testemunho e a crítica do testemunho para dar crédito à representação historiadora do passado”.²⁷

Ricoeur recuperou a concepção de March Bloch segundo a qual a história “pretende ser uma ciência por rastros”.²⁸ Esse é o trabalho que bate de frente com as concepções negacionistas e aquelas leituras revisionistas que não se baseiam em olhares novos lançados para as fontes, mas meramente nas intencionalidades de quem mira o passado sob uma determinada ótica. Como nos lembra Gagnebin, em reflexão sobre o apagamento de rastros na Alemanha nazista durante a Shoah/Holocausto, com extensão para o contexto aqui estudado:

A ausência total de túmulo e de rastros que pudessem servir de documentos ou de provas prepara, assim, na lógica nazista, os raciocínios negacionistas posteriores. Em nosso continente, a luta dos familiares dos *desaparecidos* também se opõe à mesma estratégia política de aniquilação. Tortura-se e mata-se os adversários, mas, depois, nega-se a existência mesma do assassinio. Não se pode nem afirmar que as pessoas morreram, já que elas desapareceram sem deixar rastros, sem deixar também a possibilidade de um trabalho de homenagem e de luto por parte dos seus próximos.²⁹

Em diálogo com Régine Robin, Napolitano, por sua vez, ponderou sobre o caráter incontornável da tensão história-memória. Tensão que, por vezes, dificulta a construção de

²⁵ NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. **História: Questões & Debates**, v. 68, n. 01, p. 18-56, jan.-jun. 2020. p. 32.

²⁶ NAPOLITANO, M. 1964: História do regime militar... op. cit.

²⁷ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 293.

²⁸ *Ibid.*, p. 32.

²⁹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 116, grifo da autora.

caminhos conciliatórios entre esses dois elementos, tendo em vista que tais caminhos são constantemente traçados sobre campos minados por traumas e tabus políticos.

Todavia, tais características não devem ser vistas como impedimento ao desenvolvimento da análise histórica, como se a única opção restante fosse a adoção de um olhar cético calcado na impossibilidade de constituir um conhecimento objetivo sobre o passado. Ao invés disso, abre-se caminho para a realização de um exercício autocrítico, elaborado na interface entre o conhecimento histórico e a sociedade na qual ele é produzido:

Nesse sentido, a memória e a história deixariam de servir à ‘comemoração reconfortante’ ou ao abuso pedagogizante (aprender com uma narrativa transparente e ‘saturada’, de caráter exemplar, sobre um passado que não deve se repetir). Para Robin, memória e história servem a uma espécie de *anamnese* coletiva, misto de reminiscência traumática com exame (auto)crítico que busca uma objetividade nunca plenamente atingível, mas balizadora da reflexão. História seria remorso, para usar as palavras do nosso grande poeta.³⁰

Em suma, trata-se de uma história anamnese que encara o caminho autocrítico, sem perder de vista certas balizas, como “lutar contra o dogmatismo, contra o negacionismo e contra o ceticismo (cínico) da atualidade”.³¹ Buscando seguir tal postura autocrítica, centramos o nosso olhar na atuação de negras e negros no contexto da Guerrilha do Araguaia, um dos episódios-chave para o entendimento da história do regime militar no Brasil. Para tanto, procuramos contato com pesquisas que se debruçaram sobre a história das populações negras naquele período e em momentos anteriores da História do Brasil.

Boa parte desses estudos têm apresentado o esforço feito pelo regime militar em reproduzir a concepção de democracia racial no país. Não se tratava de uma iniciativa restrita à caserna, mas de uma interface entre as políticas do regime e a sociedade civil em que ele estava inserido. Desenvolvida há décadas e incorporada nas políticas de estado desde os anos 1930 e 1940, como destacou Munanga, a concepção de democracia racial servia como um impeditivo³² para que fosse reconhecida a desigualdade racial vigente no país e criadas medidas que a combatessem, mantendo-se uma estrutura de privilégios herdada da colonização e que se renovava no contexto republicano:

Durante o regime militar o item cor sequer existia nas estatísticas nacionais, inclusive no censo populacional. O regime tratava assim de impedir que as

³⁰ NAPOLITANO, M. **Desafios para a história nas encruzilhadas...** op. cit., p. 49-50, grifo do autor.

³¹ Ibid. p. 50.

³² MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade racial versus identidade negra.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

desigualdades raciais ganhassem visibilidade nas estatísticas oficiais. A idéia de um povo mestiço como patrimônio nacional foi exaustivamente veiculada nos meios de comunicação pelos governos militares. A pretensa harmonia racial brasileira foi exaltada como a marca mais característica da nação. A simples menção à cor da pele das pessoas era interpretada como um sinal de preconceito.³³

Mesmo quando o regime tentou trilhar um percurso distinto, os veículos de comunicação, civis, contrapuseram-se:

Em 1968, a partir dessas denúncias e de estudos sobre a mão-de-obra negra, técnicos do Ministério do Trabalho propuseram um projeto de lei que reservava dois terços das vagas nas empresas privadas para negros. A coisa deveria estar muito ruim para que a própria ditadura militar reconhecesse a necessidade de políticas de inclusão dos negros. Mas setores da sociedade, a imprensa, sobretudo, logo reagiu. Nos jornais cariocas dizia-se que o Brasil era um país de mestiços, onde todos tinham tanto sangue índio e negro quanto branco, e por isso não se deveria privilegiar aqueles a serem contemplados pela reserva de vagas. Naquele momento, o discurso da mestiçagem e da cordialidade das relações raciais no Brasil foi o bastante para barrar qualquer tentativa de reparação racial. Logo em seguida, a partir 1970, o regime militar endureceu com o general Garrastazu Médici, e falar de racismo no Brasil virou ato de subversão da ordem pública.³⁴

Esse endurecimento tinha ligação com as políticas de contra insurgência instituídas pelo regime, vinculadas à Doutrina de Segurança Nacional, à noção de inimigo interno e a um processo de banalização da violência.³⁵ Os governos militares queriam evitar a ampla penetração no país de concepções contestatórias que unissem a militância negra e os ideais esquerdistas. O regime fazia, assim, uma leitura de outros locais naquele contexto de Guerra Fria. A própria criação dessa doutrina fazia eco a medidas semelhantes incentivadas pelos Estados Unidos, no período.³⁶ Observava a radicalização adotada pelos Panteras Negras no Estados Unidos e os grandes protestos realizados nas décadas anteriores na luta pelos direitos civis; via a ampliação da luta antiapartheid na África do Sul e, principalmente, a eclosão de movimentos independentistas na África. E temia a emergência de lideranças políticas de destaque, como Luther King, Malcom X e Nelson Mandela. Era urgente para os militares e conservadores civis evitar que movimentações análogas tomassem forma no país.

³³ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 276.

³⁴ *Ibid.*, p. 276.

³⁵ COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/yTsV8g8BbVZgPGFYsfkpCTH/?format=pdf&lang=pt>> Acesso: 10 nov. 2020.

³⁶ Ver: HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

A Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro apresentou, em seu relatório final, o capítulo *Colorindo memórias: ditadura militar e racismo*, que se centrou em três eixos. Durante esta tese, abordamos práticas relacionadas, principalmente, aos eixos 1 e 3:

A apropriação do mito da democracia racial por parte do regime reforçou a violência de Estado perpetrada contra os negros, atribuindo-lhe características próprias, que podem ser evidenciadas a partir de três eixos: [1] violências estruturais de teor racista, mobilizadas por agentes do Estado e impactadas pelo incremento geral da violência vivenciado no período; [2] práticas adotadas pelo aparato repressivo da ditadura contra as articulações de combate ao racismo que foram se desenvolvendo no período; [3] graves violações de direitos humanos sofridas por negros que militaram nas organizações políticas de esquerda, de forma a que sejam conhecidos expostos, mortos e desaparecidos negros do período e que seja desmistificada a ideia de que revolucionário não tem cor.³⁷

Tauane Silva, por outro lado, investigou as trajetórias de diversas mulheres negras que militaram em grupos de esquerda no contexto do regime militar. Entre as personagens por elas estudadas, estão duas guerrilheiras, Helenira Resende de Souza Nazareth e Lúcia Maria de Souza, também abordadas neste estudo (capítulo 5). Silva observou que a participação negra em grupos anarquistas e comunistas contribuiu, desde o início do século XX, para a presença dessas mulheres nos grupos que mais ativamente confrontaram o regime militar.

As pesquisas sobre a Guerrilha do Araguaia³⁸ se iniciaram ainda no final da década de 1970, por meio de trabalhos jornalísticos, que tinham como objetivo suprimir o amplo desconhecimento tido, até então, sobre a existência do conflito. Os militares investiram no silenciamento sobre o acontecimento. Eles têm sido acusados, inclusive, de efetuar um apagamento de rastros, quer no tocante a documentos que pudessem incriminá-los, quer no que diz respeito à própria localização dos restos mortais dos guerrilheiros.³⁹

Além das narrativas jornalísticas, que tinham um viés mais centrado nos acontecimentos em si, também surgiram, no contexto, publicações contendo documentos sobre o conflito, e entre os documentos, encontravam-se, sobretudo, textos produzidos pelo

³⁷ COMISSÃO DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO [Thula Rafaela de Oliveira Pires]. *Colorindo memórias: Ditadura militar e racismo*. In: COMISSÃO DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO. **Relatório**. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. p. 127-128.

³⁸ Para um balanço sobre os trabalhos relacionados aos grupos de luta armada, VER: SALES, Jean Rodrigues. *Guerrilha e revolução: um balanço dos estudos e debates sobre a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. **Revista Taller**, v. 4, p. 87-109, 2015.

³⁹ Entre os primeiros trabalhos, encontram-se: DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vicent; SAUTCHUK, Jaime (Org.). **História imediata, 1: Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.; PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002.; MOURA, Clóvis. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. [Apresentação]. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

PC do B, que circulavam, até então, num âmbito restrito e das próprias Forças Guerrilheiras.⁴⁰ Começaram também a vir à tona os primeiros testemunhos de guerrilheiros sobreviventes.⁴¹ Aos poucos, foram surgindo as primeiras tentativas de interpretação historiográfica.⁴² Contudo, as primeiras incursões de uma historiografia acadêmica ocorreram apenas cerca de vinte anos após iniciado o conflito.

A partir desses estudos, especialmente a dissertação que gerou o livro de Campos Filho,⁴³ iniciou-se uma abordagem que passou a não focar tão somente na oposição guerrilheiros-militares, mas também a problematizar os impactos do evento frente à população local, enfocando-se, por vezes, em análises específicas sobre camponeses,⁴⁴ indígenas,⁴⁵ participação das mulheres,⁴⁶ e em outros casos, a partir de uma leitura conjunta sobre camponeses, guerrilheiros e militares.⁴⁷

⁴⁰ Boa parte dessas fontes encontram-se em: PC DO B. **Cinquenta anos de luta**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1975.; ANITA GARIBALDI (Org.). **Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade**. 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.; POMAR, W. **Araguaia...** op. cit.

⁴¹ SÁ, Glênio. **Araguaia: Relato de um Guerrilheiro**. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990.; COSTA, Dagoberto Alves. **Memórias do Araguaia: depoimento de um ex-guerrilheiro**. Recife: Cepe, 2018.

⁴² GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 5 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo / Expressão Popular, 2014.

⁴³ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

⁴⁴ SADER, Regina. Lutas e imaginário camponês. **Tempo Social: Ver. Sociol. USP**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 115-125, 1990.; SILVA, Wellington Sampaio da. **A Guerra Silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia**. 2008. 146 f., 2008. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.; PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.; REIS, Naurinete Fernandes Inácio. **Memória social e guerrilha do Araguaia**. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.; REIS, Naurinete. **Cartografia de memórias: Guerrilha do Araguaia, campesinato e questão agrária no sudeste do Pará — Amazônia Oriental**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. p. 188.; TELES, Janaina. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n. 3, p. 464-480, set.-dez. 2014.; PETTA, Renata Lemos. **A memória dos moradores do Araguaia sobre “Osvaldão”**: liderança, luta e resistência. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

⁴⁵ PEIXOTO, R. Índios e camponeses: antes, durante e depois da Guerrilha do Araguaia. **Revista Territórios e Fronteiras, [S. l.]**, v. 7, p. 47-71, 2014.; MENDES, Iolanda de Araújo. **“Não somos decepadores de cabeças”**: a Guerrilha do Araguaia e a participação Suruí/Aikewara. 2019. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) — Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Xinguara, 2019.

⁴⁶ MAIA, Iano Flávio; DANTAS, Renata; SAVIGNANO, Verónica. **Guerrilheiras do Araguaia: os caminhos de quatro jovens militantes**. Campinas: PUC-CAMPINAS, 2004.; CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. **As Dinas do Araguaia: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar**. 216 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

⁴⁷ MECHI, P. S. **Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. 2012. Tese (Doutorado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.; STUDART, Hugo. **Borboletas e lobisomens: Vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2018. p. 281.

Também surgiram trabalhos a partir de recortes específicos, a exemplo da investigação sobre os guerrilheiros gaúchos que lutaram no Araguaia.⁴⁸ O jornalista Eduardo Reina, por exemplo, abordou o Araguaia em sua investigação sobre bebês, crianças e adolescentes sequestrados por agentes da ditadura militar no Brasil.⁴⁹ Observemos que essa diversificação das investigações acompanhou, também, uma ampliação de temas de pesquisa ocorrida, nos últimos anos, nos campos da História e das Ciências Humanas, de modo mais amplo, nos quais passaram a proliferar estudos baseados no uso de fontes orais, na investigação de experiências de grupos marginalizados e na análise a partir da diversidade social.

A partir dos anos 2000, as pesquisas de cunho jornalístico sobre o Araguaia continuaram não só se ampliando, mas também alcançando um grande público.⁵⁰ Além disso, um dos temas que, até então, haviam recebido pouca atenção e passaram a ser estudados foram as versões e enquadramentos dados ao evento pelos militares.⁵¹ As narrativas desses sujeitos,⁵² por vezes marcadas pelo ressentimento, ganharam maior visibilidade na segunda década do século XX. Nesse período, eles se engajaram nos embates à memória hegemônica sobre o regime militar,⁵³ assim como no enfrentamento aos trabalhos da Comissão Nacional

⁴⁸ SOUSA, Deusa Maria de. **Caminhos cruzados**: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia. 2006. 295 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

⁴⁹ REINA, Eduardo. **Cativeiro sem fim**: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil. São Paulo: Alameda, 2019.

⁵⁰ MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.; NOSSA, Leoncio. **Mata!** O major Curió e as guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.; AMORIM, Carlos. **Araguaia**: histórias de amor e de guerra. Rio de Janeiro: Record, 2014.

⁵¹ PAYNE, Leigh A. **Testimonios perturbadores**: Ni verdad ni reconciliación en las confesiones de violencia de Estado. Traducción: Julio Paredes. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2009.; STUDART, Hugo. **A lei da selva**: Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Geração Editorial, 2006.; SILVA, Wellington Sampaio da. **Livros em guerra**: a escrita e a disputa do passado sobre a Guerrilha do Araguaia (1978 - 2015). 2019. 260f. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

⁵² CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá**: novela baseada em fatos reais. Rio de Janeiro: Record, 1993.; MOURA E SOUZA, Aluísio Madruga de. **Movimento comunista brasileiro; Guerrilha do Araguaia** – Revanchismo. A grande verdade. Brasília: s/ed, 2002.; CARVALHO, Luiz Maklouf. **O coronel rompe o silêncio**: Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.; JIMÉNEZ, José Vargas. **Bacaba**: memórias de um guerrilheiro de selva da guerrilha do Araguaia. Campo Grande: Editora do Autor, 2007.; JIMÉNEZ, José Vargas. **Bacaba II**: Toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia. Campo Grande: Editora do autor, 2011.; MACIEL, Lício Augusto. **Guerrilha do Araguaia**: relato de um combatente. São Paulo: Editora Schoba, 2008.

⁵³ “Considero a memória hegemônica sobre o regime aquela construída no processo de afastamento político entre liberais (cujos espaços de ação eram as associações de profissionais liberais, os sindicatos empresariais e a imprensa) e os militares no poder. Este divórcio entre antigos sócios na ocasião do golpe de 1964 foi esboçado ainda nos anos 1960, mas plenamente caracterizado apenas no final dos anos 1970, quando o campo liberal passou a criticar sistematicamente a censura à livre expressão, o arbítrio discricionário no campo legal e o estatismo (na economia). Neste processo, o mais curioso é que os liberais incorporaram certos valores, imagens e discursos da esquerda não armada, sobretudo, aqueles disseminados pelos quadros intelectuais e simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) [...], [tipo de discurso] centrado na categoria ‘resistência’ como aglutinadora das identidades políticas que foram se forjando neste processo”. NAPOLITANO, Marcos. Recordar

da Verdade (CNV). Os militares engajados nessa perspectiva acusavam a esquerda e a CNV de revanchismo e tentavam evitar que os privilégios e a impunibilidade que lhes foram concedidos pela Lei da Anistia de 1979 e decisões posteriores não fossem revogados.

Especificamente sobre as relações raciais no âmbito da Guerrilha, foram produzidos alguns trabalhos que, embora, em alguns casos, não tenham diretamente esse tema como objeto, abordam-no transversalmente, como ocorreu na biografia elaborada por Joffily,⁵⁴ centrada na história de vida do guerrilheiro Osvaldão, e algumas pesquisas que trataram de personagens negros específicos, também a partir de um viés biográfico.⁵⁵

No campo da Psicologia, Áurea Alves Cardoso defendeu a dissertação *Um rio de memórias, experiências e vivências: Guerrilha do Araguaia*, em que relaciona as experiências dos guerrilheiros e moradores locais às violências ainda hoje perpetradas pelo estado diante de negros, indígenas, mulheres, entre outros sujeitos:

Escrever sendo mulher, negra/indígena, do interior do país, do interior do estado do Pará, do lado vencido do conflito, corpo rural que também (assim como os militantes políticos de um modo geral de classe média que foram para a região) sofreu com a mão dura/perversa do Estado que torturou, matou e desapareceu com os seus, é um movimento de sair do campo da invisibilidade. E ele não se dá sem produzir efeitos em nós.⁵⁶

A mesma pesquisadora, em período paralelo ao desenvolvimento do nosso estudo, produziu a tese *Mulheres do Araguaia: LABUT(AR), uma expressão do viver*,⁵⁷ no qual também buscou frisar experiências de vida de mulheres negras, indígenas e de outros grupos marginalizados, como pode ser exemplificado no seguinte trecho, em que é sublinhado o enfrentamento de mulheres de tais grupos contra o latifúndio na Amazônia:

Quebradeiras de coco babaçu, como fora minha bisavó Maria Diolino da Silva, avó Petronília Maria da Silva e mãe Elizabeth Alves Cardoso, bem como tantas mulheres fenotipicamente negras, originárias, pindorâmicas.africanas ~ analfabetas em sua grande maioria ~,

é vencer: dinâmicas e vicissitudes da construção da memória social do regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-45, 2015. p. 17-18.

⁵⁴ JOFFILY, Bernardo. *Osvaldão e a saga do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

⁵⁵ A exemplo de: RIBEIRO, B. *Helenira Resende e a guerrilha no Araguaia*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

⁵⁶ CARDOSO, Áurea Alves. *Um rio de memórias, experiências e vivências: Guerrilha do Araguaia*. 2018. 149 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. p. 29.

⁵⁷ CARDOSO, Áurea Alves. *Mulheres do Araguaia: LABUT(AR), uma expressão do viver*. 2022. 352 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

protagonizaram/protagonizam um movimento histórico de rExistência contra a opressão do latifúndio.⁵⁸

A historiadora Maria Leal Pinto, por sua vez, produziu a dissertação *Histórias que ouvi contar: a Guerrilha do Araguaia nas narrativas do Povo de Santo da região Araguaia – Tocantins*, em que abordou narrativas de memória elaboradas pelos afro-religiosos locais a respeito de Osvaldão, guerrilheiro negro que figura entre os personagens mais destacados do conflito. A pesquisa enfatizou a importância que o guerrilheiro apresenta nas narrativas do Povo de Santo, sendo visto, inclusive, como dirigente, por realizar trabalhos religiosos, como também a busca desses religiosos em apresentar significações próprias sobre o evento, deixando sua marca nas narrativas constituídas sobre a Guerrilha do Araguaia:

Não obstante, os levantamentos bibliográficos e pesquisa de campo chamavam a pesquisadora a olhar em outras direções que o vasto campo de pesquisa lhe abria. Os dados indicaram o caminho para a inserção e percepção do grupo Povo de Santo como sujeitos históricos em cena e principalmente como protagonistas no evento que culmina com a morte do guerrilheiro, e que representa também a morte simbólica do conflito, levando em consideração que tanto historiografia, quanto as narrativas orais concordam que ele era entre os companheiros grande liderança e estrategista do grupo, e para a população trazia características que o incorporava ao mundo ‘representativo e imaginário’, pelo qual compreendem vários aspectos de suas vidas.⁵⁹

Antes do trabalho de Pinto, diversas outras pesquisas já haviam tratado ou das narrativas sobre Osvaldão ou da história de vida do guerrilheiro. Entretanto, não havia sido lançado um olhar mais detalhado – afora pesquisas que fizeram rápidas menções ao Terecô – para representações de religiosos de matriz africana em relação ao conflito.

Ainda não foi realizado, contudo, estudo que tomasse como objeto, de forma sistemática e específica, a participação e o protagonismo negros no interior do evento Guerrilha do Araguaia, considerando, ao mesmo tempo, experiências de guerrilheiros, moradores locais e integrantes das forças armadas, o que marca o ineditismo desta tese.

FONTES E PESQUISA DOCUMENTAL

⁵⁸ Ibid., p. 195.

⁵⁹ PINTO, Maria Leal. **Histórias que ouvi contar: A Guerrilha do Araguaia nas narrativas do povo de Santo da região Araguaia-Tocantins**. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína, Araguaína, 2018. p. 112.

Benjamim, no artigo cujo trecho serve de epígrafe a este trabalho, declarou que: “Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava”, em especial, porque “‘fatos’ nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação”.⁶⁰ Na pesquisa histórica, tal tipo de escavação é feita, sobretudo, por meio das fontes, seja a partir daquele material já trazido a lume por outras pesquisas, seja por meio da incursão sobre novas camadas de terra.

Tais considerações benjaminianas são relevantes especialmente em se tratando de um episódio de nossa história em que a categoria escavação é tão presente. Em que restos mortais de dezenas de pessoas se encontram ainda sob ocultação, a partir de ações deliberadas de agentes de Estado. Uma entre diversas estratégias de silenciamento efetuadas nas últimas décadas, que têm sido bem-sucedidas no sentido de garantir a impunidade de diversos perpetradores de graves violações aos direitos humanos, mas se mostraram insuficientes para esconder os rastros deixados pelo terror de Estado.

Entre as acusações feitas aos militares, por exemplo, está a realização da Operação Limpeza, após 1975, na qual os restos dos guerrilheiros teriam sido buscados, exumados e destruídos. Todavia, devido à grande quantidade de pessoas envolvidas, a estratégia de silenciamento não se sustentou após o contexto de reabertura política. Ainda em 1978, quando veio abaixo o AI-5 e a censura prévia, surgiram as primeiras publicações, que, como visto acima, tomara o acontecimento como objeto.

Apesar disso, como vimos, vem se ampliando a quantidade de investigações sobre o episódio. Temos buscado efetuar uma escavação específica no cerne das incontáveis já realizadas sobre a Guerrilha do Araguaia, evento histórico que, apesar de ocorrido há quase cinquenta anos, ainda apresenta inúmeras reverberações nos dias atuais, bem como ainda encerra muitas possibilidades para a pesquisa histórica.

Fontes diversas têm nos ajudado nessa exploração. Algumas delas já têm sido amplamente abordadas, a exemplo de testemunhos de guerrilheiros, como o relatório elaborado por Ângelo Arroyo;⁶¹ o diário de Maurício Grabois;⁶² o *Diário da Guerrilha do Araguaia*, que conta com apresentação de Clóvis Moura; relatos elaborados por João

⁶⁰ BENJAMIM, Walter. Escavando e recordando. In: BENJAMIN, WALTER. **Obras escolhidas II**: Rua de mão única. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho; José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 239.

⁶¹ ARROYO, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia. In: POMAR, Wladimir (Org.). **Araguaia**: o partido e a guerrilha. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 249-273.

⁶² GRABOIS, Maurício. **[Diário]**. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/uploads/arquivos/arquivo_31_12846.pdf> Acesso: 02 nov. 2020. 145 p.

Amazonas, Glênio Sá e Dagoberto Alves Costa; além de entrevistas diversas dadas a jornalistas e acadêmicos por ex-guerrilheiros como José Genoíno Neto, Criméia Alice Schmidt de Almeida, Elza de Lima Monnerat e Micheas Gomes de Almeida (Zezinho do Araguaia), entre outros que conseguiram sobreviver ao conflito.

Soma-se a esses testemunhos um conjunto de documentos do PC do B, já de conhecimento público, que tratam do período preparatório à ação militante no Araguaia, a exemplo do conhecido *Guerra popular - caminho da luta armada no Brasil*; ou produzidos já durante os combates, como o *Programa Popular*, ou *Programa dos 27 Pontos*.

Quanto a esse programa, consideramos que, até o momento, ele vem sendo sub-analisado pela literatura, tendo sido, comumente, apresentado em coletâneas de documentos, ou como anexo em diversas publicações, mas pouco problematizado. O que, aliás, ocorre com boa parte das fontes citadas. Alguns documentos, desse conjunto PC do B/Guerrilha do Araguaia, foram ainda menos explorados, caso dos diversos números de *A Classe Operária*,⁶³ jornal oficial do PC do B na época, que, mensalmente, divulgava artigos diversos contendo as concepções e plataforma de atuação política do partido.

Se boa parte dos ideais defendidos pelos pecedebistas daquela época são hoje conhecidos, não torna menos importante a busca de pontos específicos, que possam recuperar desde categorias hoje pouco lembradas no debate, como revolucionarização, até representações⁶⁴ específicas sobre a questão racial, como discutiremos nos dois primeiros capítulos. Efetuamos a leitura dos números relativos à quarta fase da publicação (1967-1984).

Boa parte das obras documentais e testemunhos de personagens ligados à guerrilha ou ao PC do B foi publicada e trazida a público a partir dos enquadramentos da memória⁶⁵ vinculados ao PC do B, seja por meio de membros do partido, editoras vinculadas ao campo da esquerda ou ação direta da Fundação Maurício Grabois.

É comum que os partidos narrem sua história a partir de enquadramentos próprios (ver cap. 2), o que influencia, por exemplo, em que textos são reunidos ou não em uma dada publicação; ou a forma como o mesmo evento é narrado; fatores que devem ser levados em

⁶³ PC DO B. **Jornal a Classe Operária**: 4ª fase (1966-1984). Disponível em: <<http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo?aba=4>> Acesso: 10 nov. 2020. Encontra-se digitalizada a maior parte dos jornais produzidos de 01/07/1967 à 01/06/1984 (quarta fase do jornal).

⁶⁴ Compreendidas a partir de: CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

⁶⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

conta durante a utilização desse tipo de fonte. O mesmo procedimento deve ser compreendido em relação aos demais conjuntos de fontes, buscando-se o lugar social de quem as produziu.

Além disso, um testemunho que buscamos usar com um pouco mais de cautela foi o diário de Grabois. Segundo a versão surgida quando esse documento veio à tona, o oficial militar responsável pela destruição do diário do líder da guerrilha teria desobedecido à ordem e feito uma transcrição do documento, guardando-a consigo durante décadas.

Isso coloca sempre uma interrogação sobre cada trecho presente no documento que veio a público. Contudo, o diário já vem sendo utilizado pelos pesquisadores, sobretudo, por trazer informações que ou são muito específicas ou dialogam com o que se conhece acerca do conflito. O que não descarta que, por exemplo, trechos comprometedores tenham sido suprimidos ou alterados. Por isso, usamos o diário dentro do entrecruzamento com outras fontes, mantendo sempre uma busca pela confrontação dos documentos localizados.

Ainda quanto aos testemunhos, também efetuamos a leitura de relatos — já citados acima — produzidos por militares que combateram as Forças Guerrilheiras do Araguaia. A maior parte dessas produções vinculam-se ao chamado grupo *Terrorismo Nunca Mais (Ternuma)*, criado em contraposição ao *Tortura Nunca Mais*. Parte desses militares eram agentes do Centro de Inteligência do Exército (CIE), Serviço Nacional de Inteligência (SNI) ou outros órgãos que compunham a malha repressiva do estado.

No contexto da redemocratização, eles transformaram sua versão dos fatos na obra *Orvil* (livro, ao contrário), e em uma série de relatos que foram se ampliando com o passar dos anos. Tais relatos passaram a contrapor a memória hegemônica⁶⁶ constituída sobre o período. Essa modalidade de testemunho foi analisada por Wellington Silva e Leigh Payne,⁶⁷ que observaram a manutenção de uma retórica voltada para a manutenção de um campo de conflitos em relação à memória sobre o regime militar; retórica esta perpassada por ressentimentos e centrada em visões do campo da direita militar, pensamento conservador e anticomunismo. Matrizes que, aliás, estão no bojo das ações políticas do bolsonarismo.⁶⁸

Também utilizamos fontes orais produzidas junto a moradores da região e familiares de guerrilheiros. As cerca de sete entrevistas foram realizadas, em grande medida, a partir de duas modalidades de História Oral,⁶⁹ com maior ou menor grau de alteração, entre ambas, em

⁶⁶ NAPOLITANO, M. **Recordar é vencer...** op. cit.

⁶⁷ PAYNE, L. A. **Testimonios perturbadores...** OP. Cit.; SILVA, W. S.. **Livros em guerra...** OP. Cit.

⁶⁸ Movimento de extrema direita vinculado ao ex-deputado e presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Apresenta alinhamento com o trumpismo e movimentações da extrema-direita global.

⁶⁹ Aqui abordada a partir de: ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.

cada gravação: a história oral temática, quando se efetuam perguntas específicas aos sujeitos; e a história oral de vida, na qual busca-se o mínimo de intervenção, deixando-se maior espaço para que os narradores discorram mais amplamente sobre as memórias externalizadas.

Ainda em relação aos moradores locais, por meio de um projeto de extensão que integramos na Unifesspa,⁷⁰ tivemos acesso às gravações audiovisuais elaboradas pela advogada Irene Gomes,⁷¹ representante de camponeses que reivindicam anistia diante do Estado, em virtude de perdas financeiras e traumas a que teriam sido submetidos no contexto da Guerrilha. Desse montante, selecionamos cerca de 10 entrevistas, utilizadas, em grande medida, no entrecruzamento de informações. Embora se tratem de gravações, em geral, curtas e elaboradas com fins jurídicos específicos, algumas delas contêm relatos que, devidamente problematizados, ajudaram a aprofundar a investigação sobre o nosso objeto.

Os depoimentos de alguns desses sujeitos encontram-se já presentes nos materiais elaborados seja pelas oitivas da Comissão Nacional da Verdade (CNV), seja por outras comissões. Quanto à CNV, além do relatório final, que conta com capítulo sobre a Guerrilha do Araguaia, selecionamos documentos citados no capítulo 14⁷² e gravações disponibilizadas por meio do *Youtube*. Também localizamos documentações diversas sobre os guerrilheiros aqui estudados junto aos materiais reunidos pelas diversas comissões da verdade montadas no país nos últimos anos, como a da Bahia, a de Minas Gerais, a do Rio de Janeiro, a de São Paulo a da UNE, entre outras.

Ao tratarmos da Guerrilha do Araguaia, as produções audiovisuais⁷³ são praticamente incontornáveis, cumprindo um importante papel nas discussões públicas sobre o episódio. Na abordagem das memórias dos camponeses,⁷⁴ bem como de personagens como Osvaldão,⁷⁵

⁷⁰ Coordenado por Naurinete Inácio dos Reis (Unifesspa), doutora em Geografia Humana pela USP. O projeto reúne, no total, por volta de 700 gravações.

⁷¹ Intitulado: Pelo direito à memória, à verdade e à justiça: Organização, catalogação e disponibilização de acervo com narrativas orais dos camponeses envolvidos na Guerrilha do Araguaia.

⁷² COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/619-documentos-citados-capitulo-14.html>> Acesso: 22 nov. 2020.

⁷³ Embora a maioria seja de documentários, também se destacam produções ficcionais baseadas em fatos, como as obras: ARAGUAYA, a conspiração do silêncio. Direção: Ronaldo Duque. Produção: Márcio Curi e Ronaldo Duque. Brasília: Asacine Produções, 2004. 105 min.; O PASTOR E O GUERRILHEIRO. Direção José Eduardo Belmonte. São Paulo: A2 Filmes [Distribuição]. 2022, 115 min.

⁷⁴ ESCOLA ELDORADO. Direção de Victor Lopes. Rio de Janeiro: TV Zero, 2009. 13 min.; ARAGUAIA: Campo Sagrado. Direção: Evandro Costa de Medeiros. Marabá: UFPA, 2010. 53 min.; CAMPONESES DO ARAGUAIA: a guerrilha vista por dentro. Direção: Vandrê Fernandes. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2010. 73 min.; ARAGUAIA. Direção Dagmar Talga. [S.I.]. Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil e Essá Filmes, 2015. 37 min.

⁷⁵ OSVALDÃO. Direção: Vandrê Fernandes et al. São Paulo: F. Maurício Grabois, 2014. 80 min.; A HISTÓRIA DE OSVALDÃO. Espn, 2014. 6 min37s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bwkBSwi0yXA>>. Acesso: dez. 2014.; ENCONTRO NA

Helenira Resende⁷⁶ e os soldados de baixa patente⁷⁷ que combateram a Guerrilha, essas produções têm nos ajudado não somente a ter contato com depoimentos específicos neles contidos, como, sobretudo, a problematizar os enquadramentos a que tais memórias estão relacionadas, ou ainda o processo de emergência de memórias de grupos específicos.

Evidentemente, em cada produção, estão em jogo questões presentes no momento de sua produção, seja no tocante a debates amplos, a exemplo das disputas pela memória do regime militar, ou mais específicos relativos à citada emergência de determinadas subtemáticas relativas à memória da Guerrilha do Araguaia.

Faz-se importante, portanto, observar essa interface entre o momento de produção dos citados documentários, assim como mostrar como cada produção se insere dentro de debates específicos, no tocante, por exemplo, às biografias dos personagens retratados, às escolhas realizadas dentro de determinadas lutas pela memória, ao lugar social dos realizadores, às opções estéticas, entre outros pontos. Durante as análises fílmicas, temos lançado mão de considerações de Napolitano, Marques, Ferro, Morettin e Coutinho.⁷⁸

Como destacou Aída Marques: “O filme é um produto fabricado por pessoas e máquinas. Fazer um filme é, ao mesmo tempo, fabricar um objeto e utilizá-lo como meio de expressão pessoal e propagação de ideias”.⁷⁹ Ideias estas que por vezes são perpassadas por interpretações sobre o passado e interferem nas lutas sociais travadas no tempo presente. Assim como Napolitano:

Partimos da premissa que, independentemente do grau de fidelidade aos eventos passados, o filme histórico é sempre representação, carregada não apenas das motivações ideológicas dos seus idealizadores, mas também de outras representações e imaginários que vão além das intenções de autoria, traduzindo valores e problemas coetâneos à sua produção.⁸⁰

ANTIBABILÔNIA. 2017 [1961]. Documentário. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i38v3tR1XLE>> 20m12s. Acesso: 20 dez. 2022.

⁷⁶ HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH. São Paulo: Comissão da Verdade de SP "Rubens Paiva"; TV ALESP, 2013. 8min26s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TadKENoojYo>>. Acesso: dez. 2014.

⁷⁷ SOLDADOS DO ARAGUAIA. Direção: Belisario Franca. 1h.14min. 2017.

⁷⁸ NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 235–290.; MARQUES, Aída. **Ideias em movimento: reproduzindo e realizando filmes no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.; FERRO, Marc. **Cinema e História**. Tradução Flávia Nascimento. São Paulo: Paz e Terra, 2010.; MORETTIN, Eduardo. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. In: CAPELATO, Maria Helena *et al.* **História e Cinema: Dimensões Históricas do Audiovisual**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2011. p. 39-64.; COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr. 1997, p. 165-191.

⁷⁹ MARQUES, Aída. **Ideias em movimento: produzindo e realizando filmes no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007. p. 57.

⁸⁰ NAPOLITANO, Marcos. A escrita fílmica da história e a monumentalização do passado: uma análise comparativa de *Amistad* e *Danton*. In: CAPELATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO,

Uma das questões presentes nas produções filmicas que tratam do passado é a monumentalização:

Como parte das estratégias de representação que dão sentido político aos filmes históricos, a questão da monumentalização de eventos e personagens (ou da sua desconstrução enquanto ‘monumentos’) tem um papel central na escrita filmica da história. A monumentalização, por sua vez, encontra no cinema — linguagem espetacular por excelência — um grande potencial de realização.⁸¹

A fotografia foi outra modalidade de fonte utilizada na pesquisa. Conforme Ana Maria Mauad, ao utilizar as imagens como fontes da pesquisa histórica, torna-se necessário um processo de estranhamento, visto que: “As imagens visuais, como documentos/monumentos, permitem-nos conhecer, por ângulos pouco habituais, a urdidura das relações sociais. No entanto, não basta olhar, é fundamental estranhar”.⁸² Além disso: “a fotografia lança ao historiador um desafio: como chegar ao que não foi imediatamente revelado pelo olhar fotográfico? Como ultrapassar a superfície da mensagem fotográfica e, do mesmo modo que Alice nos espelhos, ver através da imagem?”.⁸³ Segundo a mesma historiadora:

entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver. A fotografia - para além da sua gênese automática, ultrapassando a idéia de analogon da realidade - é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, ou ainda uma leitura do real realizada mediante o recurso a uma série de regras que envolvem, inclusive, o controle de um determinado saber de ordem técnica.⁸⁴

Finalmente, algumas fontes foram relevantes para o entendimento de questões específicas, a exemplo da utilização das informações sobre religião presentes no censo de 1970, utilizadas no capítulo final; ou ainda os dados apresentados sobre quarenta mulheres e homens negros mortos em ações da ditadura militar.⁸⁵ Entrecruzadas com as demais fontes, as informações presentes nestes documentos nos auxiliaram na tentativa de resolução dos questionamentos apresentados na tese.

Marcos; SALIBA, Elias Thomé. **História e cinema: Dimensões históricas do audiovisual**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2011. p. 65.

⁸¹ Ibid., p. 65.

⁸² MAUAD, Ana Maria. Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas. **Revista Maracanan**, publicação dos docentes do PPGH-UERJ, vol. 12, n.14, p. 33-48 jan/jun 2016, p. 37.

⁸³ MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia e História interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, p. 73-98 [1-15], 1996, p. 5.

⁸⁴ Ibid., p. 3.

⁸⁵ BRASIL. **Direito à Memória e à Verdade: aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar**. Brasília: SEDH/SEPPPIR, 2009.

No primeiro capítulo, buscamos contextualizar a presença negra na Fronteira Araguaia-Tocantins, sobretudo entre o início do pós-abolição e o período de eclosão da Guerrilha. Discorremos sobre experiências construídas na busca pela autonomia, em migrações campo-campo realizadas por pessoas negras que objetivavam deixar, cada vez mais para o passado, o período do cativo. Pessoas que buscavam não somente manter o máximo controle sobre sua força de trabalho, como também almejavam criar, para si e para os seus familiares, uma vida baseada no tão buscado acesso à terra.

No segundo capítulo, historicizamos a participação negra nas lutas comunistas travadas no Brasil desde o início do século XX. De maneira mais aprofundada, observamos como a chamada “questão negra” foi debatida no interior do PC do B, e buscamos compreender algumas histórias de mulheres e homens negros perseguidos pela ditadura. Também neste capítulo, iniciamos a compreensão sobre as trajetórias⁸⁶ e experiências vivenciadas por negras e negros integrantes das Forças Guerrilheiras do Araguaia, bem como os elementos que influenciaram seu ingresso no PC do B e deslocamento para a Amazônia.

Nos terceiro, quarto e quinto capítulos, após concluídas estas primeiras contextualizações, detivemo-nos, mais detalhadamente, na análise do acontecimento em si, bem como na atuação de mulheres e homens negros no cerne do conflito, entre os pecedebistas, moradores locais e militares.

No quinto capítulo, detivemo-nos, de maneira mais específica, na atuação das mulheres negras, tema, por vezes, silenciado dentro de uma abordagem já por si sub-representada. As mulheres atuantes naquele contexto conflitivo tiveram que enfrentar também uma série de estereótipos e violências marcadas pela desigualdade de gênero. Ao mesmo tempo, lutaram para fazer ouvir suas formas de pensar, continuar defendendo seus ideais, sua autonomia, suas formas de vida e, até mesmo, suas religiosidades.

Por fim, por falar em religiosidade, no último capítulo, debruçamo-nos sobre as interlocuções estabelecidas entre guerrilheiros negros e praticantes do Terecô. Como essa

⁸⁶ Em estudo clássico, Pierre Bourdieu criticou o que designou como a “ilusão biográfica”, em que uma dada história de vida, costumeiramente, é abordada de forma isolada ao seu contexto. Segundo aquele autor, inversamente: “Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado” [...] “O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado — pelo menos em certo número de estados pertinentes — ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis”. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.190.

religião é muito pouco conhecida a nível nacional, mesmo no cerne dos estudos afro-brasileiros, e ainda são reduzidas as abordagens sobre o tema, retomamos, a princípio, uma historicização mais ampla, de modo a tornar melhor compreensíveis as relações desenvolvidas entre terecozeiros e guerrilheiros. Esse diálogo, uma das marcas da Guerrilha do Araguaia enquanto evento histórico, fechará nossas escavações, feitas sobre uma temática por demais revisitada, mas que continua tendo muito a dizer para quem decide se debruçar sobre ela.

1 ENTRE MATAS, RIOS E A LIDA NO CAMPO: LUTAS PELA AUTONOMIA E A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA FRONTEIRA ARAGUAIA-TOCANTINS

Em 12 de abril de 2022, a deflagração da Guerrilha do Araguaia completou cinquenta anos. Essa guerrilha teve sua ocorrência na parte oriental da Amazônia brasileira, um dos locais do país que, naquele começo dos anos 1970, estava sendo amplamente afetado pelo intenso processo de integração posto em curso pelo Governo Federal, administrado pelos militares. Em 1964, as Forças Armadas (FA), sob a liderança do Exército, executaram um golpe de estado que ocasionou a deposição do presidente João Goulart, o Jango. Representantes de forças conservadoras, as FA tiveram, inicialmente, o apoio de setores diversos, como a Igreja Católica, os grandes órgãos da imprensa e o empresariado. Entre 1964 e 1972, o regime foi recrudescendo, paulatinamente, as políticas de exceção. Passou a diminuir, cada vez mais, o acesso da população aos direitos considerados básicos em uma sociedade democrática, como a liberdade de expressão, o direito ao *habeas corpus* e a participação em manifestações políticas.

Enquanto as políticas de cerceamento das liberdades democráticas se ampliavam, no âmbito econômico, o governo começava a colher os resultados da implementação de um processo de modernização autoritária.⁸⁷ Assim, em paralelo ao processo de perseguição às vozes discordantes,⁸⁸ a economia do país crescia a ritmos bastante acelerados. Entre 1967 e 1973, a média do crescimento econômico foi de 10,2%, chegando a 12,5% entre 1971 e 1973.⁸⁹ Tais números fizeram com o que o período ficasse conhecido como “milagre econômico”, marcado por um forte otimismo de boa parte da população quanto ao crescimento do setor industrial, acesso a bens de consumo e mesmo no âmbito dos esportes, dado o destaque tido, naquele momento, pela Seleção Brasileira de Futebol. Por esses fatores, autores como Daniel Aarão Reis chamam a atenção para o fato de que, para muitos brasileiros, aqueles anos eram vistos como “anos de ouro”.⁹⁰ Reis se contrapôs, assim, a parte significativa da historiografia, que ao se debruçar sobre o período, observou apenas as

⁸⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁸⁸ Ampliado dramaticamente após o fim de 1968, quando foi instaurado o Ato Institucional número 5, o AI-5.

⁸⁹ LAGO, Luís Aranha Correia. **Milagre econômico brasileiro**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>> Acesso: 10 abr. 2022.

⁹⁰ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

atrocidades cometidas nos chamados “porões da Ditadura”, que colaboraram para que o período fosse visto como “anos de chumbo”.

Na concepção daquele historiador, o período deve ser visto como uma confluência dessas duas dimensões. Entender a ocorrência dos “anos de ouro”, em paralelo aos “anos de chumbo”, torna-se fundamental para compreender uma das questões centrais quanto à atuação dos grupos oposicionistas no período, especialmente aqueles que adotaram medidas radicais, através da luta armada. A questão é a seguinte: por que a sociedade não atendeu aos apelos dos grupos comunistas e aderiu intensamente às tentativas de derrubada do regime? Como escrevera o próprio Reis em outra de suas obras, por diversos fatores, a revolução “faltou ao encontro” dos comunistas.⁹¹ Não é nosso objetivo, neste capítulo, analisar os motivos para que tal confluência não tenha sido concretizada. Mas a alusão a esse debate nos ajudará a compreender os próprios interesses em jogo na Amazônia Oriental naquele momento. A coexistência entre “anos de ouro” e “anos de chumbo” se deu também de forma intensa, naquele momento, em terras amazônicas, não exatamente pelos mesmos motivos do que no restante do país, mas igualmente influenciada pelas políticas públicas adotadas no período.⁹²

Naquele início dos anos 1970, o país se encontrava em expansão econômica e buscava ampliar sua produção agrícola e sua capacidade de exploração mineral, visando aumentar as exportações e o mercado interno; e, ainda, promover uma maior integração interna, consolidando o domínio sobre áreas, até então, apenas escassamente controladas pelo Estado. De quebra, buscava, ainda, contar com certos efeitos colaterais da expansão então promovida,

⁹¹ Alguns fatores vêm se sobressaindo nas análises: dificuldade de comunicação dos diversos grupos comunistas em ação no momento, seja entre si (os grupos tinham dificuldade em atuar conjuntamente, dividindo-se seguidamente em novos subgrupos), seja perante a população; realização de ações isoladas por parte desses grupos, sem que os propósitos fossem discutidos com a população; vigência de um anticomunismo já bastante arraigado entre parcelas da população desde, ao menos, a década de 1930; acomodação de boa parte da população diante do crescimento econômico proporcionado durante o “milagre econômico”; além do elevado nível de repressão implementado pelos militares. Também não se deve perder de vista que o partido comunista de maior destaque, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), investiu durante décadas suas ações políticas em uma perspectiva reformista, ou seja, que destoava daquele impulso dos pequenos grupos em favor de uma ruptura revolucionária. Ver: REIS FILHO, Daniel A. **A revolução faltou ao encontro**. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.; GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Ática, 2014.; RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo. Editora UNESP, 2010.

⁹² Segundo Eric Hobsbawn, a nível internacional, especialmente entre os capitalistas desenvolvidos, aquela também passou a ser considerada uma “Era de Ouro”, que teve início no pós Segunda Guerra Mundial e seria sentido até a primeira crise do petróleo, em 1973. No então chamado Terceiro Mundo, como ocorreu no Brasil, muitos países passaram por acelerada industrialização e ocorreram grandes deslocamentos de populações do campo para a cidade, assim como uma ampla devastação ambiental. Entretanto, a maioria das riquezas acabou concentrando-se no chamado Primeiro Mundo, ampliando as desigualdades sociais entre os países, apesar do aumento da circulação de bens de consumo e da ampliação dos discursos em torno do progresso que estava sendo vivenciado. HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

como o aumento da comercialização de produtos gerados durante o próprio avanço do processo de colonização interna, a exemplo da extração e venda de madeira; e tentar, ao menos a princípio, encontrar uma nova acomodação para habitantes de áreas mais extensamente povoadas — como o Nordeste —, diminuindo, assim, as tensões sociais naquela região, fortemente marcada, nas décadas precedentes, pela atuação das Ligas Camponesas,⁹³ a partir das quais, os trabalhadores do campo se organizaram e passaram a colocar em pauta o tema da Reforma Agrária.

A questão da terra era tão importante, naquele período, que era vista como crucial nos debates em torno dos destinos do país. Além da postura das Ligas Camponesas, e de episódios como as revoltas de Porecatu⁹⁴ e de Formoso e Trombas,⁹⁵ as elites agrárias nacionais temiam, entre outros fatores, os efeitos da inclusão, por parte do governo Jango (1961-1964), da Reforma Agrária entre as Reformas de Base. Conforme observou o historiador Marcos Napolitano, os embates crescentes durante aqueles anos passaram a deixar clara a existência de dois modelos políticos e ideológicos de sociedade e de Estado, à direita e à esquerda. Esse quadro de polarização se ampliou após o final do ano de 1963 e dificultou a tradicional

⁹³ A partir de 1964, inicialmente em Pernambuco e, em seguida, em diversos outros locais do Nordeste e de outras regiões do país, trabalhadores rurais passaram a se organizar de forma associativa, visando não apenas o acesso a direitos trabalhistas básicos e melhoria nas condições salariais, como também pautando, cada vez mais, o tema da Reforma Agrária. Até 1964, as ligas tiveram uma ação crescente, posteriormente reprimida pelos agentes do regime militar. As pautas das Ligas Camponesas tiveram grande repercussão durante o governo João Goulart, no qual ocorreu grande debate em torno da Reforma Agrária, uma dentre as reformas que iriam constituir as Reformas de Base propostas nesse governo. A luta desenvolvida nas Ligas é considerada um precedente para a atuação posterior dos Sindicatos Rurais e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no contexto da redemocratização. Ver: CAVALCANTE, Julia Carla Duarte. **As ligas camponesas na formação do Sindicalismo rural: possibilidades, limites e perspectivas (1954-1964)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

⁹⁴ Revolta ocorrida no norte do estado do Paraná, no Sul do país, entre 1944 e 1951. Camponeses haviam se deslocado para aquela localidade durante a chamada *Marcha para o Oeste*, buscando o acesso à terra. Todavia, após ocuparem as terras, em uma área com mais de 40 km², começaram a ser alvos de grileiros e latifundiários, que — com o apoio de agentes estatais — tentavam conquistar a posse dos terrenos, visando a instauração de grandes latifúndios. Os camponeses passaram a se organizar em associações e optaram pela resistência armada que, assim como em Formoso e Trombas, tinha características de guerra e de guerrilhas. Contaram com o apoio do PCB. Ver: OIKAWA, Marcelo. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

⁹⁵ Na década de 1950, camponeses que haviam se deslocado para o interior do estado de Goiás, em busca de terras, passaram a ser ameaçados pela atuação de grileiros. Em especial, entre 1954 e 1957, esses camponeses empreenderam uma revolta armada, na qual defenderam o direito de permanecer nas terras ocupadas, contrapondo-se a todo um esquema que buscava privilegiar a especulação, num contexto de avanço do grande capital na região. De forma semelhante ao que aconteceria na Amazônia a partir dos anos 1970, estava ocorrendo em Goiás um período de expansão da sociedade nacional, marcada pela construção da nova capital, Brasília, e de uma rede rodoviária no seu entorno. Com o passar do tempo, e com o apoio do PCB, os camponeses acabaram obtendo o direito à posse de suas terras. Todavia, após o golpe de 1964, as forças conservadoras acabaram perseguindo suas principais lideranças e provocando a desterritorialização dos moradores. Ver: CUNHA, Paulo R. da. **Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

política de conciliações, posta em prática em diversos outros momentos da história do país, abrindo caminho para o golpe:

No momento em que as esquerdas ameaçaram transformar sua agenda reformista em um projeto político de governo, o que aconteceu a partir do final de 1963, as direitas agiram. O ambiente político e o tipo de questões que estava em jogo – voto do analfabeto, reforma agrária, nacionalismo econômico, legalização do Partido Comunista Brasileiro – não permitiam grandes conchavos à brasileira para superar a crise. Não porque os atores radicalizaram suas posições, mas por serem inconciliáveis os valores e planos estratégicos que informavam as agendas políticas, à esquerda e à direita.⁹⁶

Ademais, aquele era o período da Guerra Fria. Os grupos de direita temiam que a política do governo facilitasse o caminho para que o Brasil se transformasse em uma nova Cuba. Assim, a revolução de 1959 servia como um sinal de alerta para aqueles que estavam preocupados em manter o *status quo* em terras brasileiras, como o governo dos Estados Unidos, que acabou apoiando o golpe de estado de 1964. Enquanto isso, em um país marcadamente rural, a maior parte da população do campo ainda sentia dificuldades em ter o tão sonhado acesso à terra e continuava propensa a realizar grandes migrações, seja, em maior número, para as periferias das grandes cidades no Sudeste do país (especialmente Rio de Janeiro e São Paulo), seja para outros espaços, a exemplo da Amazônia Oriental.

O período de vigência do regime militar ficou conhecido por *slogans* famosos, como o famigerado “Brasil: ame-o ou deixe-o”, destinado, ao mesmo tempo, a difundir o patriotismo e deixar um recado aos grupos oposicionistas. Alguns dos *slogans* mais repetidos buscavam ampliar a adesão dos empresários e da população ao novo impulso de ocupação da Amazônia: “Integrar para não entregar”, “Amazônia: uma terra sem homens para homens sem-terra”, “Chega de lendas, vamos faturar!”.⁹⁷ Embora os alvos principais fossem os grandes empresários do Sudeste e do Sul, convidados a participar dos projetos que visavam o desenvolvimento da região, a circulação desses *slogans* também acabou tendo forte impacto perante as populações mais pobres formadas, em grande medida, por afrodescendentes.

Entre essas camadas da população, passou a circular a informação de que o governo estava “dando terras” na Amazônia, especialmente no estado do Pará, o que provocou o

⁹⁶ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018. p. 17.

⁹⁷ Durante o regime militar, especialmente durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974): “Martelavam-se os *slogans* otimistas, animando, encorajando, em mensagens positivas e ufanistas: *Pra frente, Brasil; Ninguém mais segura este país; Brasil, terra de oportunidades; Brasil, potência emergente. Para os que discordavam, a porta da saída: Brasil, ame-o ou deixe-o*”. REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 2000. p. 56, grifos do autor.

aumento da migração de pessoas para a Amazônia Oriental. Isso não quer dizer que as migrações tenham se iniciado naqueles anos. De fato, segundo Otávio Ianni,⁹⁸ os governos militares executavam seu projeto de integração buscando disciplinar um processo migratório que já estava em curso, por intermédio de migrações espontâneas. Contudo, é inegável que, após o ano de 1970, o número de migrantes se ampliou vertiginosamente. Deslocavam-se para a Amazônia indivíduos e famílias pobres que buscavam, por seus próprios caminhos, também transformar suas histórias de vida naqueles “anos de ouro”.

De acordo com Ianni,⁹⁹ não foi por acaso que uma guerra de guerrilhas teve origem em tal tempo e lugar. A Guerrilha do Araguaia estava ligada à própria dinâmica vivida naquele momento na Amazônia Oriental, onde estavam sendo executadas ações que (re)alinhavam dimensões locais, nacionais e globais, e que concentravam diversas medidas lideradas pelos governos militares. Novos impulsos geopolíticos, típicos de um mundo ameaçado pela Guerra Fria, como o Programa de Integração Nacional (PIN), abriam caminhos para a exploração da Amazônia, acarretando uma grande devastação ambiental e o acirramento dos conflitos sociais. Para sanar esses conflitos, os militares não deixariam de acionar a Doutrina de Segurança Nacional (DSN)¹⁰⁰ e erguer um amplo aparato militar, afinal, estava sendo posto ali um vasto investimento público e privado. Era necessário garantir controle e estabilidade, na conhecida busca por “ordem e progresso”, agora sob nova roupagem.

Por outro lado, pequenas comunidades, já existentes ou formadas durante o impulso expansionista, acabaram sofrendo os impactos da busca desenfreada por modernização. Indígenas, ribeirinhos, camponeses, entre outros sujeitos, acostumados com formas mais lentas e tradicionais de organização do seu trabalho, moradia e outras dimensões da existência, viam agora suas terras serem ocupadas, loteadas, apropriadas; ou o elementar sonho de possuir um espaço para plantar e garantir a sobrevivência ser, mais uma vez, adiado.

Em muitos casos, como já acontecera em Formoso e Trombas, esse sonho era, mais uma vez, impedido pelo violento conluio entre grileiros e servidores corruptos do Estado;

⁹⁸ IANNI, Octavio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

⁹⁹ IANNI, Octavio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

¹⁰⁰ Fruto do contexto da Guerra Fria, a DSN constitui, por um lado, ações anticomunistas internacionais, difundidas, sobretudo, pelos Estados Unidos, a exemplo da concepção francesa da Doutrina da Guerra Revolucionária; e, por outro, o anticomunismo vivenciado no Brasil, com forte repercussão entre a elite militar atuante na Escola Superior de Guerra (ESG). Um dos instrumentos chave para a instituição dessa doutrina foi o decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967. Retornaremos ao tema no capítulo 3. Ver: FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, Londrina, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 831–856. HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos...** op. cit.

somado ao interesse Estatal em apoiar apenas os grandes latifundiários e as grandes empresas; e à dificuldade das populações mais pobres, em grande medida, compostas por negros e indígenas, em garantir o acesso à cidadania no Brasil. Em síntese, como em outros locais do globo, materializava-se um projeto voraz de acumulação capitalista. Segundo Harvey: “A acumulação geográfica da acumulação do capital está em perpétua evolução, em grande parte sob o impulso das necessidades especulativas de acumulação acional (incluindo a especulação sobre a terra) e, só secundariamente, tomando em conta a necessidade das pessoas”.¹⁰¹

Neste capítulo, buscaremos apresentar características do espaço *locus* da Guerrilha do Araguaia, assim como, seguindo o objeto da nossa tese, historicizar a presença negra naquela localidade. Efetuaremos um debate com pesquisadores que realizaram pesquisas de campo naquele espaço nos anos imediatamente anteriores e posteriores ao conflito, como José de Souza Martins, Octávio Ianni e Octávio Guilherme Velho, que nos permitirão discutir sobre a incidência do racismo durante aquele período de grandes modificações. Na parte final do capítulo, abordaremos aspectos da vida de algumas mulheres e homens negros migrantes, que ajudaram a compor a diversidade étnica e social local, especialmente no período anterior à eclosão do conflito, abordado mais detidamente nos capítulos seguintes.

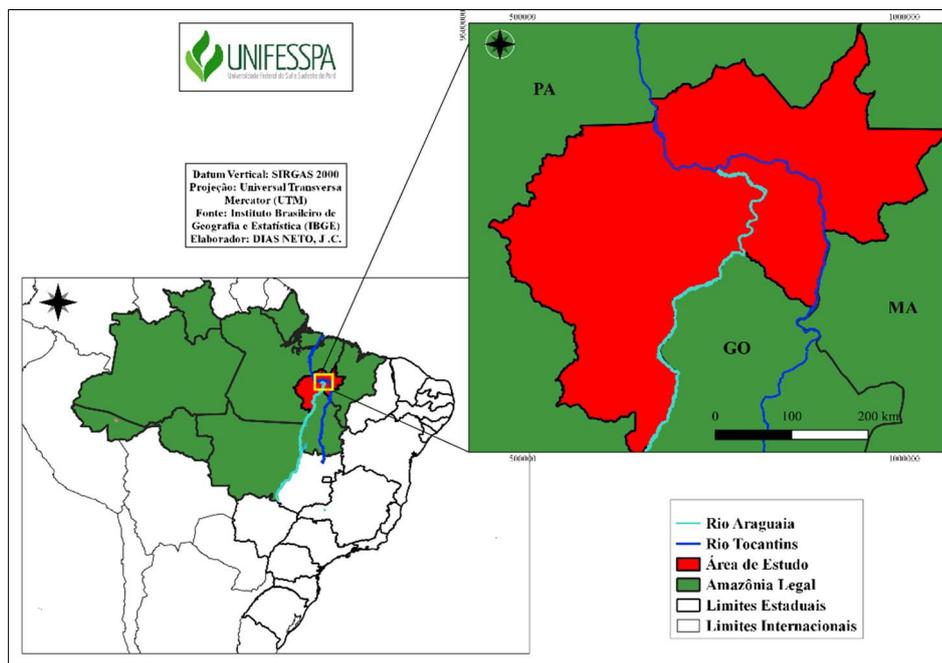
1.1 OS RIOS, A FLORESTA E A VIDA

A Guerrilha se desenvolveu próxima à área onde o rio Araguaia desemboca no rio Tocantins, nas fronteiras do Pará (PA), Norte de Goiás¹⁰² (atual Tocantins - TO) e Maranhão (MA). O Araguaia tem nascente nos estados de Mato Grosso e Goiás. Do território mato-grossense, seu curso atravessa as terras goianas e tocantinenses, até derramar-se, já no estado do Pará, sobre aquele outro curso fluvial. O rio Tocantins, por sua vez, cujas nascentes localizam-se em Goiás, penetra pelo Maranhão e, depois de receber as águas daquele que é o seu principal afluente, já em terras paraenses, continua caminho, atravessando o estado do Pará, até suas águas desembocarem no Golfão Marajoara e, dali, no oceano Atlântico.

¹⁰¹ HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 152.

¹⁰² Em 1988, no então Norte do estado de Goiás, foi criado o estado do Tocantins.

Mapa 1 - Localização do Bico do Papagaio/Fronteira Araguaia-Tocantins¹⁰³



Elaboração: José do Carmo Dias Neto. Datum Vertical: SIRGAS 2000. Projeção: Universal Transversa Mercator (UTM). Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A bacia Araguaia-Tocantins¹⁰⁴ é a maior localizada, exclusivamente, em território brasileiro.¹⁰⁵ Nela, além dos dois grandes rios, encontram-se uma série de afluentes com grande importância para a história de muitos municípios. Nesta tese, por exemplo, abordamos o rio Itacaiúnas, que desagua no Tocantins, em Marabá-PA, e em cujas margens encontrava-se

¹⁰³ A designação Bico do Papagaio se dá em virtude do formato curvo que tal junção adquire entre o Sul do Pará, Oeste do Maranhão e Norte do atual Tocantins (à época, pertencente ao estado de Goiás), lembrando a curvatura do bico da ave homônima. Como será melhor detalhado adiante, essa área corresponde ao ponto central do avanço da fronteira Araguaia-Tocantins a partir das frentes de expansão ocorridas a partir do final do século XIX, processo intensificado na década de 1970.

¹⁰⁴ “A Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia (RHTA) localiza-se entre o paralelo sul 0° 30’ e 18° 05’ e os meridianos de longitude oeste 45° 45’ e 56° 20’. Sua configuração é alongada, com sentido Sul-Norte, seguindo a direção predominante dos cursos d’água principais, os rios Tocantins e o Araguaia. Essa bacia hidrográfica possui uma área de aproximadamente 918.822 Km² e abrange parte das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (IBGE, 2014). Ocupa 11% do território nacional, incluindo as áreas dos Estados de Goiás (21,4% da RHTA), Tocantins (30,2%), Pará (30,3%), Maranhão (3,3%), Mato Grosso (14,7%) e o Distrito Federal (0,1%), totalizando 411 municípios e integrando totalmente o estado do Tocantins”. GOMES, Evanice Pinheiro; PESSOA, Francisco Carlos Lira; SANTANA, Laila Rover; CRUZ, Josias da Silva. Avaliação da Degradação Hídrica na Bacia Hidrográfica Tocantins Araguaia. *Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 41, n.3, 2018, p. 503-513 [p. 505].

¹⁰⁵ MAGALHÃES, Marcos Pereira et al. O Holoceno inferior e a antropogênese amazônica na longa história indígena da Amazônia oriental (Carajás, Pará, Brasil). *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, Belém, v. 14, n. 2, p. 291-325, maio-ago. 2019.

a Casa Azul,¹⁰⁶ que sediou as operações do Centro de Inteligência do Exército (CIE), bem como serviu como ponto de aprisionamento (clandestino) para diversos camponeses e guerrilheiros; ou os rios Gameleirinha e Gameleira, afluentes do Araguaia em torno da Serra das Andorinhas, em cujos arredores foi formado o Destacamento B da Guerrilha.

Enquanto um dos lemas apregoados pelos militares durante a implementação do PIN era (como já dito) “Uma terra sem homens para homens sem-terra”,¹⁰⁷ assentado numa concepção de vazio demográfico¹⁰⁸ que justificava as ações de colonização interna, a ocupação humana no local data de mais de onze mil anos.¹⁰⁹ Segundo Mongeló, essa ocupação teve papel importante na conformação da biodiversidade e geografia do espaço amazônico, visto que os diversos grupos que ali habitaram, no decorrer dos séculos, mantiveram intensa interação com o ambiente, sendo afetados, mas também afetando-o.

De acordo com aquele autor, um exemplo ainda perceptível no cotidiano de comunidades no tempo presente diz respeito à localização de terras para o plantio, sendo preferidos os espaços onde está localizado um tipo de terreno modificado por formas muito antigas de manejo ambiental. Assim, a terra preta, preferida hoje pelos agricultores, é descrita, na literatura arqueológica, como “terra preta antropogênica”.¹¹⁰ Esse exemplo serve para quebrar a concepção de natureza intocada, sempre à espera de alguém que a colonize e que represente a si como o pioneiro em sua ocupação. A ocupação humana na Amazônia também teve influência na disposição de plantas, e mesmo no curso de parte dos rios.

Dessa forma, a presença de um incontável número de plantas úteis “para diferentes fins (alimentação, artesanato, medicina, construção, ferramentas etc.)”,¹¹¹ servem, hoje, como rastro de variadas formas de ocupação desenvolvidas ao longo da história. Essas plantas foram manejadas por diversas culturas indígenas ao longo dos séculos e, posteriormente,

¹⁰⁶ LUIZ, Janailson Macêdo; REIS, Naurinete Fernandes Inácio; SILVA, Idelma Santiago. A ditadura e os rastros da repressão no sudeste paraense: desvelando memórias sobre a Casa Azul. **Saeculum**, João Pessoa, n. 39, jul/dez. 2018, p. 83-102.

¹⁰⁷ Esse *slogan* é uma visível adaptação da frase “Uma terra sem povo para um povo sem terra”, que circulava no contexto de instalação do atual Estado de Israel no Oriente Médio, com independência proclamada em 1948.

¹⁰⁸ Segundo Gonçalves, a concepção de vazio demográfico, utilizada, naquele contexto, para justificar o novo projeto de ocupação, alicerçava-se em um pensamento colonizador, sendo as frentes de expansão também frentes de invasão. Pautados por tal pensamento, agentes militares e civis, incluindo empresários, investiram nos projetos de integração, desrespeitando as outras formas de organizar o tempo e espaço existentes na região,¹⁰⁸ algumas das quais, como vimos, cunhadas por milhares de anos. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônia**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

¹⁰⁹ MONGELO, Guilherme. Ocupações humanas do Holoceno inicial e médio no sudoeste amazônico. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 15, n. 2, 2020, p. 1-20.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 2.

¹¹¹ MAGALHÃES, M. P. **O Holoceno inferior e a antropogênese amazônica...** op. cit. p. 298.

reapropriadas após a ocupação colonial. Essa ocupação histórica em longa duração¹¹² também deixou rastros em artefatos materiais diversos, como cerâmicas, sepulturas e gravuras expostas em diversos locais, com destaque, dentre os espaços aqui discutidos, para a Serra das Andorinhas, situada nos limites do estado do Pará, às margens do Araguaia.

Essa serra foi muito importante na história da Guerrilha. Por lá, locomoveram-se, em diversos momentos, guerrilheiros e militares. Há relatos de que foi um dos locais escolhidos para o desaparecimento dos corpos de muitos guerrilheiros, durante a Operação Limpeza,¹¹³ realizada após o fim dos combates. Ocorre que, antes de ser denominada Serra das Andorinhas, o local era conhecido como Serra dos Martírios. Segundo relatos lendários, os jesuítas teriam identificado os diversos desenhos (pinturas rupestres) encontrados nas pedras locais como sendo uma representação dos Martírios de Cristo. A busca por tal local alimentou, durante mais de um século (entre o século XVIII e XIX), a imaginação dos bandeirantes, pois ali estariam localizadas grandes fontes auríferas.¹¹⁴ Hoje, aos relatos lendários vinculados a essa serra, encontram-se também narrativas do tempo da Guerrilha.

Como ocorreu em diversos outros espaços na história da humanidade, as interações humanas com a natureza amazônica constituíram-se, em grande medida, na relação com os rios. Por isso, é possível afirmar que: “O primado social dos rios, trazendo a marca da geografia singular, revela-se nos múltiplos aspectos da vida amazônica”.¹¹⁵ Essas palavras são de Leandro Tocantins, um dos escritores que melhor descreveu a importância dos cursos fluviais no cotidiano amazônico, no clássico *O Rio Comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. Hoje, tal importância se vê alterada em diversos locais, especialmente nos espaços aqui estudados, justamente como consequência dos processos de modernização desenvolvidos, em grande medida, durante a segunda metade do século XX.

Belém-Brasília, Transamazônica, PA-150... Hoje em dia, as estradas, algumas delas também vistas como lendárias, em virtude das tensões desenvolvidas durante seus períodos de construção, apresentam a predominância diante dos principais centros urbanos:

¹¹² Ibid.

¹¹³ Existem denúncias bastante contundentes que apontam que os restos mortais dos guerrilheiros foram destruídos, em operações efetuadas pelos militares com o apoio de moradores que haviam trabalhado como “guias”. Tais operações teriam sido realizadas, sobretudo, após 1975. Devido a isso, ainda hoje, a grande maioria dos corpos jamais foi localizada. As primeiras alusões a essas operações surgiram em depoimentos de militares e de ex-guias.

¹¹⁴ FERREIRA, Manoel Rodrigues. **O mistério do ouro dos martírios**: desvendado o grande segredo das bandeiras paulistas. São Paulo: Gráfica Biblios Ltda., 1960. Ver também: MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaya**. São Paulo: TYP. A VAP, Espindola, Siqueira & Comp, 1902.

¹¹⁵ TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editôra, 1968, p. 304.

Historicamente, os assentamentos sempre aconteceram à beira dos cursos d'água da região, e isso foi abruptamente mudado para as poeirentas cidades que surgiram à beira de estradas do interior. Ainda mais significativo foi o poder que o acesso por rodovias exerceu para transformar recursos naturais, incluindo a terra, em mercadorias que podiam ser rapidamente vendidas nos mercados nacionais e internacionais. A abertura de estradas no sul do Pará, portanto, acirrou as disputas sobre a terra, minérios e recursos florestais.¹¹⁶

Não deixa de ser emblemático que a já citada Casa Azul (situada na antiga sede local do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER)¹¹⁷ tenha sido instalada, justamente, na confluência do rio Itacaiúnas e da Rodovia Transamazônica. Os próprios militantes do PC do B, e parte dos oficiais militares que vieram à região para combatê-los,¹¹⁸ chegaram ao local através de estradas como a Belém-Brasília, complementando o resto do caminho até os locais de morada por meio de pequenos barcos, como pode ser compreendido a partir do testemunho do guerrilheiro Glênio Sá.¹¹⁹

Esse deslocamento rodoviário era impensável algumas poucas décadas antes. Apesar da chegada desses novos signos da modernidade, quem ali resolvesse se aventurar naquele momento, fosse militante, soldado ou um típico migrante, tinha que aprender a dominar saberes mais antigos, referentes à locomoção e à sobrevivência no interior da floresta, permeada por grande número de pequenos rios e igarapés, e por matas densas, capazes de levar à morte, em poucas horas, pessoas despreparadas.

O Araguaia, o Tocantins e seus afluentes, junto com outros rios mais distantes, a exemplo do Xingu, contribuíam para formar, ao redor de si, terrenos altamente férteis, além de ricos em madeira e, nos dias atuais, passíveis de apropriação por hidrelétricas e projetos de pecuária extensiva. Durante séculos, aquele espaço foi considerado de difícil acesso por parte dos agentes dos estados português e brasileiro, em virtude da baixa navegabilidade dos cursos fluviais, marcados por inúmeras cachoeiras e pedrais; e pela presença de diversos grupos indígenas, que durante séculos enfrentaram os colonizadores. O avanço da fronteira demográfica e econômica, especialmente após os anos 1970, vindas de diversos outros espaços do Brasil, representou, assim, uma mudança drástica. Depois de milhares de anos de convivência, uma outra lógica de relação com a natureza passava a se impor.

¹¹⁶ SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Tradução: Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: Ed. UFPA, 2012, p. 194.

¹¹⁷ Atual sede local do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) e parte dos prédios arredores.

¹¹⁸ MORAIS, Taís. **Sem vestígios**: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira. São Paulo: Geração editorial, 2008.

¹¹⁹ SÁ, Glênio. **Araguaia**: relato de um guerrilheiro. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990.

1.2 MIGRAÇÕES NEGRAS E A FORMAÇÃO DA FRONTEIRA ARAGUAIA-TOCANTINS

O sociólogo José de Souza Martins, que acompanhou, durante algumas décadas, o avanço da fronteira demográfica e econômica na Amazônia brasileira, descreveu a fronteira como lugar do conflito, destruição e degradação do humano; mas também como lugar da alteridade, em que passam a viver grupos que apresentam historicidades e concepções de mundo não somente distintas, mas divergentes, aproximando, de forma dramática, historicidades até então desconhecidas. Além disso, em suas palavras, a fronteira também é o local de resistências e embates entre projetos distintos: “A história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança”.¹²⁰

No Brasil, foi pouco abordada a presença negra dentre os grandes processos migratórios para a região amazônica a partir do final do XIX e em momentos diversos do XX. De uma forma geral, discorre-se mais sobre as experiências daqueles que migraram do Nordeste até o Sudeste,¹²¹ especialmente para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Sem retirar a importância histórica dessas migrações, consideramos que seja igualmente importante estudar esse outro tipo de deslocamento, aqui abordado.

Em especial, em virtude do nosso problema de pesquisa, chamamos a atenção para o fato de que, entre aqueles que se deslocavam e promoviam o entrelaçamento da sociedade nacional com os grupos indígenas e outros grupos tradicionais, encontravam-se muitas mulheres e homens negros, que deixaram as marcas das suas experiências, tensões e histórias de vida na formação dos espaços de fronteira. Como pode ser compreendido nos estudos da historiadora Idelma Santiago da Silva,¹²² houve constante e ampla presença negra nas migrações ocorridas para o sul e sudeste do Pará durante o século XX.

¹²⁰ MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo social*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, jun. 1996. p. 26.

¹²¹ Uma pesquisa que aborda, no contexto da Primeira República, tanto a realização de migrações negras para os grandes centros urbanos do Sul e Sudeste quanto a chegada de imigrantes negros caribenhos ao Norte do Brasil, foi realizado por: ROCHA, Elaine Pereira. Migrações negras no Brasil. *Revista Brasileira do Caribe*, São Luís, MA, Brasil, v. 21, n. 41, jul./dez. 2020.

¹²² SILVA, Idelma Santiago. *Migração e cultura no sudeste do Pará: Marabá (1968–1988)*. 2006. 181f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.; SILVA, Idelma Santiago. *Fronteira Cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970–2008)*. 2011. 230 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

A fronteira Araguaia-Tocantins reuniu experiências de contatos que colaboraram para a diversificação do próprio espaço amazônico. Contribuiu, assim, para a sociodiversidade da região. Torna-se necessário, dessa maneira, compreendermos a região amazônica como um espaço plural. Se, por um lado, no cerne das relações capitalistas, a Amazônia ainda é vista como uma região periférica dentro de países também periféricos;¹²³ por outro, para os sujeitos que ali já habitavam ou para lá se deslocaram, ela representava o centro, o ponto a partir do qual diversos sujeitos passaram a reconfigurar suas vidas e suas formas de atuar no mundo.

Nas últimas décadas, ali viveram pessoas, hoje anônimas, que ajudaram a dar os contornos específico à história brasileira. Enquanto que, para muitos, aquele espaço não representava mais do que um inferno verde,¹²⁴ para outros, era a fonte central de subsistência. O espaço sonhado, cantado em profecias. Imaginado em noites em que famílias inteiras discutiam sobre a necessidade de ir mais além, atravessar o Araguaia ou descer junto com ele, rumo a um ponto mais ao norte. Muitas dessas migrações se deram com os próprios pés, utilizados como o principal meio de transporte. Com o tempo, especialmente após 1970, às migrações de famílias e indivíduos pobres, somaria-se um outro tipo, feito por empresários, agentes estatais e outros novos sujeitos da fronteira, que logo buscariam eliminar a memória dos que os antecederam, na tentativa de domar as paisagens e a própria natureza amazônica.

O avanço da fronteira, mesmo se tratando de localidades formalmente situadas no mesmo país daqueles que avançavam, baseava-se, segundo Achille Mbembe, numa concepção de além-mundo. Na cultura ocidental, são sempre lembradas as tensões e a violência ocorridas em um momento paradigmático da história dos Estados Unidos, quando da ocupação dos territórios indígenas, ou já sob o domínio espanhol, situados no “velho Oeste”. Segundo Mbembe, aquele é um espaço paradigmático da criação de linhas que passavam a definir o que ele chamou de além-mundo. Em suas palavras: “O pressuposto era o seguinte: quer se trate de nativos ou de outros rivais, o além-mundo é o lugar onde o único princípio de

¹²³ GONÇALVES, W. P. **Amazônia, Amazônias...** op. cit.

¹²⁴ A concepção de inferno verde foi muito utilizada no contexto de grande exploração da Borracha. Desse modo: “No início da República, o litoral era sinônimo de civilização moderna, pensamento influenciado pelas capitais européias, consideradas centros do saber e da razão iluminista e, principalmente, positivista. O sertão era percebido como uma oposição, terra sem lei, terra de ‘ninguém’, o ‘vazio’ a ser domado e controlado pelo Exército, o ‘inferno verde’, como era denominada a Amazônia”. SOUZA, Valdir Aparecido. **(Des)ordem na fronteira: Ocupação Militar e Conflitos Sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30/40)**. 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’, Assis, 2002. p. 70-71.

conduta é o direito do mais forte”. E complementou: “Esse além-mundo não é apenas uma fronteira. É também uma clausura. ‘No começo está a cerca’, explica [Carl] Schmitt”.¹²⁵

No caso da Amazônia Oriental, era justamente a imposição de cercas que marcava a nova era, sob administração dos militares e de uma legião de técnicos, representantes de um saber disciplinador nos campos da agricultura, pecuária, engenharia civil, mineração, entre outros; um saber hierarquizante e também definidor de limites culturais, impostos sob uma forte violência promovida por particulares e agentes de estado. Evidentemente, em muitos casos, como nos lembra o historiador Airton dos Reis Pereira,¹²⁶ os moradores locais também usaram da violência no cerne das lutas pela terra, mas as relações continuavam sempre assimétricas, sobretudo porque os latifundiários, grileiros e agentes de estado contavam com toda uma rede de proteção para suas ações, que começava no contato com os órgãos estatais e terminava no acesso à justiça, que, na maioria dos casos, garantia-lhes a impunidade.¹²⁷

Os indígenas e os moradores locais que tentavam resistir ou buscar seu espaço na nova configuração social tinham muita dificuldade para se impor perante um saber técnico-burocrático-militar, alinhado com a modernização da agricultura, da pecuária, da mineração e de outras formas de apropriação dos recursos naturais. O que não quer dizer que aqueles sujeitos não buscaram resistir ou realizar negociações com os agentes do outro lado da linha, mas que tinham suas formas de vida constantemente afetadas por aquele modelo hegemônico que buscava se impor de forma violenta.

Falar em aumento dos conflitos naquele momento não significa representar os períodos anteriores como uma espécie de idade do ouro, marcada pela ausência de tensionamentos e de formas diversas de exploração. Trata-se justamente do inverso, de demonstrar que as formas já instituídas de exploração passaram, por vezes, a coexistir com os

¹²⁵ MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018. p. 112-113.

¹²⁶ Pereira busca demonstrar que, através de diversas ações, esses moradores buscaram não ser meras vítimas do avanço do latifúndio, mas também se constituírem como sujeitos, através de diversas formas de organização. Ver: PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora UFPE, 2015.

¹²⁷ Pereira resumiu bem o quadro da impunidade: “Segundo a CPT, dos 914 assassinatos de trabalhadores, advogados e agentes de pastorais envolvidos na luta pela terra no Pará, entre 1964 e 2010, apenas quinze casos foram a julgamento, quando onze mandantes e treze executores foram condenados. No entanto, apenas seis acusados pelos seus envolvimento com esses crimes estão presos, sendo três em razão do assassinato da missionária Dorothy Stang, em 12/02/2005, em Anapu (PA), dois em consequência do Massacre de Eldorado dos Carajás, em 17/04/1996, quando 19 sem-terra foram mortos e 69 ficaram feridos no confronto com a PM, na rodovia PA-150, em Eldorado dos Carajás (PA), e um em virtude da chacina de oito posseiros da Fazenda Ubá, em 1985”. PEREIRA, A. **Do posseiro ao sem-terra...** OP. Cit. p.197. Para um estudo detalhado de um caso específico, envolvendo o assassinado do líder sindical rural João Canuto (1985), ver: FEITOSA, Terezinha Cavalcante. **Direito e justiça na Amazônia: a força dos movimentos sociais**. Jundiá: Paco, 2017.

novos tempos. Como será abordado adiante, formas já estabelecidas de opressão, coerção e controle, baseadas, por exemplo, na invasão de territórios indígenas e na organização da força de trabalho a partir do famigerado sistema de aviação,¹²⁸ continuariam a ser usadas no contexto de modernização, sendo, em alguns casos, mantidas até os dias atuais.

Como já dito, entre as décadas de 1960 e 1970, com forte permanência nos anos seguintes, um processo de modernização autoritária se impôs diante dos moradores da Amazônia Oriental, deixando reverberações que nos chegam até os dias atuais e estão sob processo de renovação na porção brasileira da Amazônia, no atual momento. Diversos órgãos, alguns deles criados pelo regime militar, buscaram fomentar ou tornar operacionalizáveis as novas políticas para a região, entre os quais: INCRA, SUDAM, BASA, GETAT e DNER.¹²⁹ Garantia do controle da terra ao acesso a financiamentos; da construção de estradas ao desenvolvimento de projetos vários, com destaque para aqueles que giravam em torno da agropecuária, o que acabou reforçando, com o passar do tempo, não a pequena produção, mas a criação de grandes fazendas, reforçando uma secular estrutura baseada em latifúndios.

Porém, antes dos acelerados anos 1960/1970, outros períodos de expansão da fronteira ocorreram no local. Os rios Araguaia e Tocantins configuraram-se, entre os anos finais do século XIX e a primeira metade do século XX, como o principal trajeto de locomoção dos migrantes. Para Hemming, eram justamente “nas fronteiras distantes”, como a fronteira Araguaia-Tocantins, que, naquele momento, mais se acirrava a rivalidade entre colonos e indígenas.¹³⁰ Em levadas diversas, esses novos sujeitos da fronteira passaram a viver em territórios tradicionalmente ocupados por grupos indígenas.

Se, por um lado, no contexto do regime militar, ocorreram, a nível local, conflitos pela terra envolvendo os indígenas, por outro, uma grande quantidade dessas terras já havia sido “liberada” nas décadas anteriores para o usufruto da sociedade nacional, em virtude do decréscimo populacional ocorrido pelo contato entre indígenas e não indígenas e da violência que, costumeiramente, marcava tal tipo de interação. Ou seja, a baixa densidade demográfica

¹²⁸ Os trabalhadores instalados no interior da floresta, envolvidos, por exemplo, com o comércio da castanha ou, nas décadas anteriores, com a extração do látex, acabavam submetidos a um sistema de endividamento organizado pelos administradores dos castanhais/seringais, por meio do superfaturamento de bens de consumo básico. Ao final do período contratado, o trabalhador acabava trabalhando apenas para quitar a dívida contraída. Em muitos casos, a dívida iniciava já desde o período de deslocamento. Mesmo aqueles que conseguiam consumir menos e manter-se afastados do endividamento, acabavam, por vezes, assassinados, para que seu exemplo não fosse seguido.

¹²⁹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Banco da Amazônia (BASA), Grupo de Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Ver: Pereira, “Do posseiro ao sem-terra”.

¹³⁰ HEMMING, John. **Fronteira Amazônica: A derrota dos índios brasileiros**. Tradução de Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

identificada nos *slogans* do regime não era um dado natural, mas havia sido construída nas décadas anteriores. Grupos como os Suruí-Aikewara,¹³¹ Gavião¹³² e uma série de outros pertencentes a diversas famílias linguísticas,¹³³ que chegaram aos anos 1960 (e aos dias atuais), foram os sobreviventes desse processo.

Para entendermos como se deu a presença negra na fronteira Araguaia-Tocantins, bem como compreender mais a fundo a complexidade dos sujeitos ali situados quando da chegada dos primeiros militantes do PC do B, em 1966, precisamos recuar um pouco mais no tempo. Tal presença esteve vinculada não apenas à escravidão negra no interior dos estados que constituiriam essa fronteira (Pará, Maranhão e Goiás), mas também ao fato de que aquela localidade fora destino para mulheres e homens negros que migraram em diversos momentos no pós-emancipação. Entre esses deslocamentos, encontravam-se: as fugas de sujeitos escravizados que ocasionaram a formação de mocambos; a locomoção de homens livres; e, no pós-emancipação, deslocamentos de camponeses, integrantes de um campesinato negro,¹³⁴ que também passaram a engajar-se como força de trabalho para atividades temporárias ou sazonais, como pequenas minerações, extrativismo do látex e da castanha, entre outros.

É importante lembrarmos que, afora a escravidão negra, durante séculos, estivera presente na região amazônica a escravidão indígena, substituída, aos poucos, pela escravidão

¹³¹ “Os Aikewara, mais conhecidos na literatura especializada pela alcunha de Mudjetire ou Suruí do Pará, são hoje aproximadamente 360 indivíduos falantes de uma variante tupi-guarani, que se encontram localizados nos 26.258 ha da Terra Indígena Sororó, à margem dos municípios de São Geraldo do Araguaia e São Domingos do Araguaia”. CALHEIROS, Orlando. BR-153: Uma estrada rompendo caminhos e relações. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Org.). **Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010**. 1ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 485-486.

¹³² Os Gavião vivem, hoje, em cerca de quatorze aldeias na Terra Indígena Mãe Maria “localizada entre os municípios de Marabá e Bom Jesus do Tocantins, tendo como limites o rio Jacundá e Igarapé Flecheiras e cortada pela BR 222; além da Estrada de Ferro Carajás (EFC), a TI também é cortada pelas linhas de transmissão da Eletronorte. Três são os grupos locais que habitam a TI Mãe Maria: os Akrätikatêjê, os Parkatêjê e os Kyikatêjê. Esses grupos locais, pertencentes ao mesmo povo, ficaram conhecidos como « Gavião », nome dado pelos kupê [não indígenas] pelo uso de penas do pássaro gavião em suas flechas e adornos e também por serem valentes. O povo em questão é falante da língua portuguesa e alguns deles, em especial os mais velhos, são bilingues, conhecedores da língua jê-timbira, do tronco macrojê”. SOMPRÉ, Concita Guaxipiguara; POSSAS, Hiran de Moura. **Povo indígena Gavião e a mineração no sudeste do Pará: 30 anos de conflitos e incertezas pela perspectiva das lideranças indígenas**. Disponível em: <https://epg.unifesspa.edu.br/images/Artigos/EPG_2018/Concita-Guaxipiguara-Sompr.pdf> Acesso: 07 dez. 2022.

¹³³ “Das línguas indígenas do Pará, oito são faladas - com diferentes graus de vitalidade e uso - na mesorregião de Marabá, no sudeste paraense. São as línguas: Gavião Parkatêjê, Xikrin do Cateté, Mebengokrê, Aikewara, Parakanã, Tenetehara-Guajajara, Asurini do Trocará e Guarani-Mbya”. ALENCAR, Maria Cristina Macedo. **Eu acho que os índios não querem mais falar na linguagem por causa do preconceito, não é professora!** Desafios na educação escolar intercultural bilíngue entre os Aikewara & Guarani-Mbya no sudeste do Pará. 218. 383 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. p. 42.

¹³⁴ GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

de africanos e seus descendentes. Em relação ao Maranhão e ao Pará, Chambouleyron¹³⁵ destacou que o estudo sobre a escravidão negra fora, durante muito tempo, deixado para segundo plano em detrimento das abordagens sobre o comércio das drogas do sertão.¹³⁶

Ainda em relação ao contexto de vigência da escravidão negra, segundo Flávio Gomes, também é fundamental compreendermos as conexões estabelecidas pelos sujeitos escravizados que buscavam sua autonomia nos mocambos, espaços estes que não se configuravam como entes isolados no contexto colonial e mesmo pós-colonial, pois mantinham contatos e trocas comerciais junto à sociedade envolvente. Nas regiões ao redor do Bico do Papagaio ou a eles conectadas pelos rios Tocantins, Araguaia e afluentes, encontraram-se algumas experiências quilombolas, como no Baixo Tocantins, no Pará, bem como no Maranhão e antigo Goiás.¹³⁷ E hoje, ali se situam algumas comunidades remanescentes de quilombos. Quanto à escravidão negra nas proximidades do recorte geográfico aqui estudado, Flávio Gomes apontou que:

Algumas áreas ao longo do grande rio Tocantins foram importantes regiões com escravidão africana na Amazônia colonial e pós-colonial. Com uma ocupação iniciada em fins do século XVII, somente no século XIX tiveram, entretanto, desenvolvimento com a lavoura canavieira, principalmente em localidades em torno do Baixo Tocantins, como Cameté e Mocajuba.¹³⁸

A instalação do Forte de São João das Duas Barras, na atual São João do Araguaia, sinalizava os tensionamentos presentes na Amazônia colonial. Conforme documento recuperado pelo médico e viajante Júlio Paternostro, “Em 1804, o Governador do Grão-Pará, determinando as funções do posto militar de São João do Araguaia, esclarecia: – ‘É um registro para baldar os extravios de ouro, para impedir a fuga de escravos de Cameté para Goiás e as agressões dos Timbiras, Carajás e Apinagés’”.¹³⁹

¹³⁵ CHAMBOULEYRON, R. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 79-114, 2006.

¹³⁶ Um dos estudos clássicos sobre a escravidão negra no Pará foi realizado por Salles. SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/UFGA, 1971.

¹³⁷ Idelma Silva, ao tratar da história dos migrantes maranhenses em Marabá (grupos mais numerosos), a partir dos anos 1960, aponta a presença, na cidade, de algumas práticas culturais populares oriundas de locais do Pará, que dão indícios, por exemplo, da migração de pessoas da região do Baixo Tocantins. SILVA, I. S. **Migração e cultura no sudeste do Pará...** op. cit.

¹³⁸ GOMES, Flávio dos Santos. "No labirinto dos rios, furos e igarapés": camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX". *História Unisinos*, v. 10, n. 3, p. 281-292, 2006. p. 281.

¹³⁹ PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945, p. 137. Segundo Hemming: “As autoridades brasileiras protegiam a zona fronteira com fortes e paliçadas. Era a maneira óbvia de consolidar o domínio colonial em áreas distantes e escassamente povoadas, próximas dos territórios pertencentes a nações indígenas ainda livres. Em 1797, os portugueses construíram uma fortaleza (ou

O forte ficava em um espaço que, até então, não era efetivamente controlado pela administração portuguesa, tendo em vista que a ocupação oficial daqueles territórios se deu apenas na passagem do século XIX para o XX, sob o Estado Brasileiro, no início da República. Além disso, cidades com forte importância na região, como Parauapebas, só iriam se formar na década de 1980, sobre território dos indígenas Xrikrin do Cateté, grupo Kayapó, tradicionalmente situado no entorno do que hoje se considera como a maior mina de ferro do mundo, localizada por um geólogo na década de 1960 e, desde então, explorada pela Vale.¹⁴⁰

O forte de São João deu origem ao município homônimo, importante para a futura instalação dos destacamentos A e B da Guerrilha. Estava situado nas fronteiras dos “sertões” que, até 1823, quando da “adesão do Pará” à Independência, separavam o Estado do Brasil do Grão-Pará e do Maranhão, então constituintes da América Portuguesa.

Como visto acima, uma das preocupações tidas, à época, era a utilização do rio Tocantins como ponto de fuga para quilombolas localizados mais ao norte, no Baixo Tocantins, ou mesmo vindos de outras localidades nos arredores. Apesar da instalação do forte ainda em princípios do século XIX, nas décadas iniciais do contexto republicano, não seria mantido tal tipo de instalação militar no local, fato que veio ocorrer apenas durante o regime militar. Não por acaso, essa instalação se deu após a descoberta de grandes reservas minerais no fim dos anos 1960, da implementação do PIN e da compreensão de que grupos guerrilheiros viam aquele local como uma possível área estratégica para suas atuações.

Além dos Suruí-Aikewara, que acabaram sendo impactados diretamente pela Guerrilha do Araguaia, diversos grupos indígenas habitavam, na década de 1960, a fronteira Araguaia-Tocantins. Kajajá, Gavião, Xavante, Xerente, Apinayé, Avá-Canoeiro, Krahô, Guajajara.... São apenas alguns nomes de grupos que, em muitos casos, já haviam feito, durante séculos, contatos com colonizadores e com outros sujeitos da fronteira. Os primeiros contatos dos Karajá com os portugueses, por exemplo, teriam ocorrido no século XVII, junto a missões jesuítas. Muitos outros grupos indígenas, no entanto, acabaram migrando da região ou foram extintos nesses séculos.¹⁴¹

‘registro’) na junção dos grandes rios Araguaia e Tocantins, a que deram o nome de São João das Duas Barras”. Hemming, J. *Fronteira Amazônica...* op. cit. p. 245.

¹⁴⁰ Criada como uma estatal e inicialmente denominada Vale do Rio Doce, a empresa foi privatizada nos anos 1990 e, atualmente, é denominada apenas como Vale.

¹⁴¹ Embora os indígenas tenham atuado não como meras vítimas, mas também como sujeitos desse processo, é digno de nota a informação apresentada por Martins, de que “Várias localidades da Amazônia receberam o nome de São Félix, inclusive no período recente. É que São Félix, na crença católica popular, é o santo que protege o homem contra os animais peçonhentos e os índios”. MARTINS, J. S. *O tempo da fronteira...* Op. cit. p. 36. Os avanços do Império Português e, posteriormente, do estado brasileiro ocasionaram uma migração desses grupos,

O avanço sobre a fronteira Araguaia-Tocantins não fora realizado de modo pacífico. No final do século XIX, as migrações estiveram ligadas, inicialmente, à expansão da pecuária. Isso resultou na busca de campos naturais por grupos vindos do interior do Maranhão e de Goiás. Nos anos finais daquele século e já durante o novecentos, houve a implementação de diversos projetos, tais como projetos agrícolas instalados no sudeste do Pará, por grupos políticos dissidentes de Goiás, no contexto da primeira república.

De forma praticamente concomitante, iniciou-se a produção gomífera, acompanhando o “Ciclo da Borracha” que envolveu toda a Amazônia, especialmente entre as décadas de 1870 e 1910 (com breve retorno no período da Segunda Guerra Mundial). A nível local, sobretudo a partir dos anos finais da década de 1890, a extração do látex era realizada por meio da derrubada das árvores de caucho (*Castilloa elástica*) e não pelo corte no caule das seringueiras (*Hevea brasiliensis*), como na maior parte da Amazônia. Após o declínio da extração do látex, a partir de 1912, passou a ganhar destaque local o extrativismo da castanha e a mineração em pequena escala, com a extração do ouro e do diamante.¹⁴²

Como salientou Barbara Weinstein, o período da borracha favoreceu as grandes migrações, envolvendo sujeitos bastante diversos: “É muito difícil separar a economia da Amazônia nessa época dos processos de migração”.¹⁴³ Ainda segundo a mesma historiadora,

[...] a questão da migração, dependendo de como a gente define migração, é toda a história da Amazônia, especialmente durante o ciclo da borracha. Até os próprios povos indígenas nessa época estavam migrando; muitas vezes eles estavam migrando na direção oposta dos grandes fluxos, para fugir das regiões de concentração de exploração da borracha, em direção a lugares distantes dos rios principais e seringais. Então, tanto no comércio da borracha, não só na época do boom como em toda a cadeia de coleta de bens comerciais, grosso modo, existiam conexões com regimes migratórios.¹⁴⁴

No Araguaia-Tocantins, a forma usada para a extração do látex nas árvores de caucho favorecia ainda mais os deslocamentos, pois, ao contrário do método usado nas seringueiras, tais árvores de caucho eram imediatamente derrubadas, o que ampliava, desde já, o impacto ambiental. Em pouco tempo, os trabalhadores que realizavam tal tipo de extração tinham que avançar sobre novas áreas, o que favorecia o conflito, seja entre eles próprios, seja diante de

que, muitas vezes, tiveram que se deslocar para territórios de povos considerados inimigos, fator que aumentava ainda mais o número de conflitos e o declínio populacional.

¹⁴² Ianni, O. **A luta pela terra...** op. cit.

¹⁴³ WEINSTEIN, Barbara [Entrevistada]; CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio [entrevistador]. Barbara Weinstein e os Mundos do Trabalho na Amazônia. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 169-176, jan.-jul. 2017. p. 170.

¹⁴⁴ Ibid., p. 170.

grupos indígenas. Como pontuou Weinstein: “Então, nesse caso, havia tanto uma devastação da floresta como dos habitantes da região”.¹⁴⁵ Cidades como Marabá, por exemplo, rapidamente tiveram suas reservas de caucho esgotadas.

De certo modo, esse acabou sendo um prelúdio para formas ainda mais aceleradas de devastação implementadas durante o regime militar, em que os castanhais, por exemplo, que tomaram o lugar da borracha na economia local, acabaram, em grande medida, sendo varridos pelo processo de extração de madeira em larga escala e, principalmente, durante a implementação de grandes fazendas de gado e instalação de novos bairros em antigas áreas de castanhais. Novamente, Marabá e praticamente todos os municípios dos arredores foram erguidos sob o jazigo dos antigos castanhais, outrora fundamentais para a sobrevivência da economia local, como também ocorreu, de forma mais rápida, com as árvores de caucho.

Ainda sobre a economia gomífera, Weinstein observou que:

[...] o sistema do comércio da borracha já estava caracterizado por certas formas de migração. Era uma economia, de certa forma, móvel. Muita gente que trabalhava nas estradas de seringueiras tinha de se deslocar para outros lugares durante a época de chuva, indo para aldeias ou pequenas cidades para passarem os meses de chuva, época que usualmente não se coletava borracha. Então, estava longe de ser uma economia sedentária.¹⁴⁶

Também fora importante para o avanço da fronteira a instalação de missões religiosas, naquele mesmo contexto de transição da Monarquia para a República. Nos anos iniciais do novo regime, a Ordem dos Dominicanos fundou, em 1897, a missão que atravessou o Araguaia, a partir de Goiás, e deu início ao município de Conceição do Araguaia. Apesar de, como aponta Ianni, os missionários terem visto suas estratégias de evangelização freadas pela frenética ocupação da força de trabalho na região no período da borracha, os indígenas acabariam sendo também afetados por essas missões, com as quais estabeleceram diálogos.¹⁴⁷

Uma das modalidades de fontes que apresenta rastros da presença negra no início do século XX na fronteira Araguaia-Tocantins é a fotografia, responsável por registrar cenas do cotidiano local. Ainda que as imagens não apresentem uma visão transparente do período, como aliás não ocorre com qualquer outro tipo de fonte, ajudam-nos a compreender representações imagéticas elaboradas naquele contexto.

¹⁴⁵ Ibid., p. 171.

¹⁴⁶ Ibid., p. 170.

¹⁴⁷ Ianni, O. **A luta pela terra...** op. cit.

São registros surgidos através das teias de significados (por vezes, divergentes) constituídas nas relações entre o fotógrafo, os fotografados e os receptores das imagens.¹⁴⁸ Ainda que o objetivo da fotografia não fosse atestar a presença negra no local naquele momento, muitas das fotografias do período, em cruzamento com outras fontes, ajudam-nos a obter mais informações sobre as relações sociais então estabelecidas.

Em registros reunidos em Marabá-PA, como a fotografia reproduzida abaixo, encontram-se mulheres e homens negros em atividades variadas: servindo de barqueiros responsáveis pela locomoção pelos rios; ou participando em diversas atividades vinculadas à extração e transporte da castanha pelos rios Tocantins e Itacaiúnas. Embora tivessem objetivos mais imediatos, como dar a ver, sobretudo nos centros urbanos do país, o cotidiano da exploração da castanha em uma pequena cidade do interior amazônico, não deixavam de apresentar rastros que nos ajudam, hoje, a interpretar a própria sociedade que a produziu. Além disso, efetuaram o registro de corpos e feições de pessoas que, no futuro, seriam apenas aludidas em memórias e registros verbais, contribuindo para que elas fossem lembradas.

Em relação a Marabá, cidade que, como dito, nas primeiras décadas do século XX, vivenciava o destaque para o comércio da castanha-do-pará, essas fotografias demonstram, ainda, a presença das mulheres negras. Mulheres estas que têm uma importância na história do bairro mais antigo da cidade. O nome oficial daquele bairro é Francisco Coelho, em homenagem a um dos fundadores da cidade, mas o local é mais conhecido como Cabelo Seco, apelido dado pelos populares em virtude dos cabelos crespos das mulheres que o habitavam durante seu período de formação. A história delas foi, durante muito tempo, silenciada, dada a sua condição extrema de marginalidade no auge da castanha. Parte dessas mulheres, entre uma série de outras funções (como lavadeiras), exerciam a prostituição, que era um dos atrativos ofertados por Marabá, nos seus anos iniciais, quando a orla da cidade, em virtude do comércio em torno da castanha, recebia grande movimentação.¹⁴⁹

¹⁴⁸ Um exercício relevante é “vasculhar usos de imagens não como ilustrações, mas como documentos que, assim como os demais, constroem modelos e concepções. Não como reflexo, mas como produção de representações, costumes, percepções, e não como imagens fixas e presas a determinados temas ou contextos, mas como elementos que circulam, interpelam, negociam”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 04, n. 02, out-2014. p. 393.

¹⁴⁹ SINDEAUX, Juliana Barbosa. **Mulheres negras do bairro "Cabelo Seco" (Marabá-PA):** entre o silenciamento e a (re)constituição da memória e da identidade negra. 67 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá-PA, 2017.

Figura 1 - Barqueiros e moradoras à margem das águas do rio Itacaiúnas — Marabá-PA (1926)



Fonte: Fundação Casa da Cultura de Marabá. Autoria: Phot. Bastos (1926).

Na foto acima, que faz parte de um conjunto de registros do cotidiano de Marabá, em 1926, são representadas algumas dessas mulheres negras, à margem das águas. Mais ao fundo, embora também se possa vislumbrar diversas pessoas negras, a centralidade está delimitada pela relação rio-barcos-trabalhadores-comerciantes, numa época em que os rios Tocantins e Itacaiúnas eram indispensáveis ao funcionamento da própria economia local. Essa centralidade foi captada pela lente do fotógrafo,¹⁵⁰ que acabou registrando também a presença negra no período de formação daquela cidade, servindo como fonte que atesta essa presença.

O dia-a-dia local, naquele período, era marcado por uma intensa relação com a natureza. As mesmas águas que possibilitavam a vida, poderiam, num rápido rompante, provocar grandes transtornos. Por isso, os locais de ocupação tinham que ser bem escolhidos. Não era raro que vilas inteiras tivessem que se deslocar, por conta das sucessivas cheias e seus efeitos catastróficos. Em locais como a junção dos rios Tocantins e Itacaiúnas, núcleo central onde se formou o município de Marabá, a paradoxal tensão com as águas dos dois rios se fez sentir desde cedo, atingindo desde as elites econômicas até as populações mais pobres, que acabavam sendo as mais afetadas por esse tipo de calamidade. Algo que continua ocorrendo nos dias atuais durante o período de chuvas, nos meses finais e iniciais de cada ano.

¹⁵⁰ Não foram localizadas informações sobre o fotógrafo, para além da alusão a Phot. Bastos, registrada nas fotografias 1 e 2 aqui apresentadas.

Figura 2 - Moradores do Cabelo Seco, em Marabá, durante a cheia de 1926



Fonte: Fundação Casa da Cultura de Marabá. A autoria: Phot. Bastos (1926).

Um exemplo disso ocorreu no início do ano de 1926, treze anos após Marabá se tornar município (1913). Naquele ano, ocorreu uma grande cheia, que destruiu boa parte da cidade, desde armazéns pertencentes aos grandes comerciantes de castanha, até a Igreja de São Félix e inúmeras casas.¹⁵¹ Desde o princípio da criação da cidade, os moradores, especialmente entre as parcelas mais pobres, colocavam-se entre duas situações opostas, mas igualmente presentes em seu cotidiano. Se, por um lado, durante boa parte do ano, viver próximo aos rios trazia melhores possibilidades quanto a moradia, emprego e formas diversas de sociabilidade, especialmente num momento em que a única forma de ligação com outros municípios se dava por meio das águas; por outro, no período das cheias, isso significava passar meses seguidos sem poder habitar as próprias casas, inundadas, a exemplo do registro feito na imagem acima.

Embora, no início do século XX, essa situação também atingisse a elite castanheira, aqueles comerciantes possuíam reservas financeiras e condições de acionar o poder público, de modo a diminuir o seu prejuízo, algo que era dificultado às parcelas mais pobres. Se, ainda hoje, essa parte da cidade sofre os efeitos anuais do período de elevação das águas dos dois

¹⁵¹ Apesar disso, a administração local decidiu por reorganizar a cidade no mesmo local: “Não houve uma iniciativa firme por parte da autoridade local no sentido de promover a transferência da cidade para um local seguro. Pelo contrário, os recursos da Intendência foram voltados para a reconstrução da cidade no mesmo lugar. Da mesma forma, a elite de comerciantes, naquele momento ricos produtores de castanhas, procurou reconstruir os seus imóveis nos mesmos lugares e as casas comerciais nos mesmos pontos”. ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob o impacto dos grandes projetos governamentais**. 2008. 273 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 97.

rios, os moradores, em momento algum, deixaram de manter seus vínculos com aquele espaço, que, durante décadas, serviu como principal centro comercial e social da cidade. Nos dias atuais, os desabrigados pelas cheias anuais continuam sendo, em grande medida, negros.

Estar próximo dos rios, por outro lado, também auxiliava na sobrevivência, sobretudo, na busca por trabalho. Muitas mulheres negras lavavam roupas de famílias mais abastadas nas águas dos rios, a exemplo dos integrantes da oligarquia que controlava a produção nos castanhais.¹⁵² Enquanto isso, os homens negros se inseriam em diversos ofícios vinculados ao transporte fluvial, incluindo o comércio. Nos relatos de viajantes e em outras obras que retrataram o sul e sudeste do Pará entre o final do século XIX e início do XX, são muitas as alusões a negros exercendo funções como barqueiros e outros ofícios de apoio aos processos de ocupação, como também ocorreria nos anos 1970.

A imagem abaixo, por exemplo, retirada da obra *Gorotirés*, lançada em 1936, assinada pelos religiosos dominicanos da prelazia de Conceição do Araguaia, mostra um jovem negro que fora fotografado enquanto realizava a coleta de ovos de tartaruga (Tracajá),¹⁵³ tendo, ao fundo, mais dois homens, que o aguardavam em um barco. Esses ovos poderiam servir para a comercialização pelos núcleos de moradores, ou ainda para a subsistência de grupos instalados no interior da floresta, em atividades nos castanhais, garimpo, caça, pesca, etc.

A fotografia foi reproduzida acompanhada da legenda: “Raríssimos aventureiros levavam até nas praias distantes uma excursão em busca das tartarugas e de grande quantidade de ovos colhidos na areia”.¹⁵⁴ A imagem documenta não somente o recolhimento em si dos ovos de tartaruga, mas, sobretudo, o próprio avanço da fronteira, já que se tratava de uma área, entre os rios Araguaia e Xingu, que, até então, era pouco acessada pelos não indígenas, devido à forte presença, no local, dos indígenas designados na publicação como

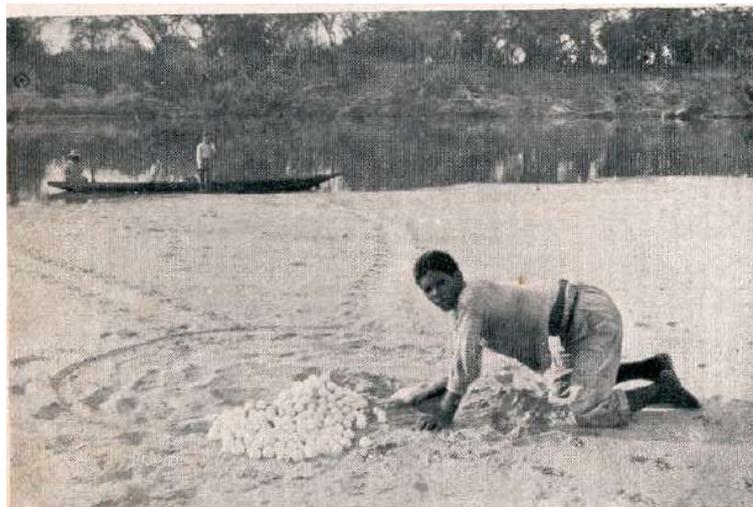
¹⁵² EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1987.

¹⁵³ Idelma Silva abordou a utilização de tracajás e seus ovos pelos migrantes: “Dona Ana Rosa fala das trocas de saberes propiciada pela migração, como por exemplo, fazer o jabuti ao leite da castanha-do-pará, que era um saber da culinária do baixo Tocantins. Ademir Braz relata sobre os saberes culinários desses migrantes. / Eles nos trouxeram comidas. Por exemplo, quem juntou a castanha-do-pará com o jabuti foram eles. O jabuti ao leite da castanha, hoje em dia não é mais, mas já foi um prato típico de Marabá. É... como é que eu te digo... uma pasta feita com ovos de tartaruga, de tracajá, uma espécie de maionese que se passava no pão, também foram eles que trouxeram. Eles trouxeram aquela farinha de qualidade. Eles trouxeram os doces tirados de cupuaçu, sabe, doces de cacau, o cacau feito de cimento de cupuaçu ou do próprio cacau, o chocolate. Essas coisas vieram com eles. A farinha. Parte do linguajar. Mas, principalmente, basicamente, isso aí (Ademir Braz, entrevista oral, 19/04/05)”. SILVA, I. S. **Migração e cultura no sudeste do Pará...** op. cit., p. 86.

¹⁵⁴ PRELAZIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Gorotirés**. Rio de Janeiro. Est. Artes Graphics C. Mendes Junior, 1936. p. 10.

Gorotirés,¹⁵⁵ que buscavam frear a ocupação em seus territórios, após muitos anos de contatos conflituosos. A obra tratava, justamente, da tentativa dos dominicanos, infrutífera até aquele momento, de se aproximarem daqueles sujeitos que, décadas antes, já haviam tido embates diversos com os exploradores durante o período de exploração do látex.

Figura 3 - Jovem colhendo ovos de tartaruga em uma praia do rio Xingu (PA), 1936



Fonte: Gorotirés.¹⁵⁶

Quanto ao contato entre negros e indígenas durante o avanço da fronteira, como destacou Flávio Gomes ao tratar da história dos mocambos no baixo Tocantins, esses contatos deram-se, por vezes, por meio de alianças e aproximações, mas também eram comuns os conflitos, muitas vezes fatais para um lado ou para outro.¹⁵⁷ Tais aproximações, por vezes, possibilitaram a formação de práticas religiosas específicas, como o Terecô e a chamada Pajelança de Negros. Essas conexões também foram comuns em diversos locais da América Latina.¹⁵⁸ Nos Estados Unidos, em pesquisa recente, Tiya Miles propôs a problematização da presença negra no avanço sobre territórios indígenas, no avanço da fronteira para o norte e oeste daquele país no século XIX.¹⁵⁹

¹⁵⁵ Tratavam-se de indígenas do grupo Mebêngôkre (Kayapó), habitantes das margens do rio Xingu. Uma parte deles é, hoje, designada como Gorotire. Contudo, no momento da referida publicação, fazia-se alusão a grupos kayapó que assumiriam, com o tempo, diversas denominações.

¹⁵⁶ PRELAZIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Gorotirés...** op. cit. p. 10.

¹⁵⁷ GOMES, F. **No labirinto dos rios, furos e igarapés...** Op. cit.

¹⁵⁸ WADE, Peter. Interações, relações e comparações afro-indígenas. ANDREWS, George Reid; DE LA FUENTE, Alejandro (Org.). **Estudos Afro-Latino-Americanos: uma introdução.** Tradução de Mariângela de Mattos Nogueira e Fábio Figueiredo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2018. p. 119-162.

¹⁵⁹ MILES, Tiya. Beyond a Boundary: Black Lives and the Settler-Native Divide. **The William and Mary Quarterly**, Vol. 76, n. 3, jul. 2019, p. 417-426. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/730604>> Acesso: 14 mai. 2022.

1.3 MIGRANTES, “PEÕES DO TRECHO” E O *DEVIR* NEGRO NO MUNDO

Nas décadas anteriores a 1960, apesar da baixa densidade demográfica, aquele ponto da Amazônia oriental vivia muito distante do quadro pintado pelos militares em 1970, que o descreveram como uma “terra sem homens”. Inversamente, habitavam, no local, pessoas com experiências e origens das mais diversas, a exemplo de indígenas pertencentes a diferentes grupos étnicos, frades católicos de origem europeia, afrodescendentes buscando organizar suas vidas nos anos iniciais do pós-emancipação, entre outros sujeitos.

Ao buscarmos observar, em específico, a população negra que habitava o local, não podemos perder de vista esse nível complexo de interações. Em relação às mulheres e homens negros, as relações comerciais e o cotidiano estavam fortemente voltados para a pequena agricultura, trabalho em torno da extração de castanha e outras formas de extrativismo, pequena mineração e trabalhos domésticos. Ou seja, muito distante do contato cotidiano vivenciado na época dos grandes projetos (construção de rodovias, estradas de ferro, hidrelétricas, etc.), em que a força de trabalho das populações pobres esteve muito vinculada às atividades voltadas para a construção civil, empresas agropecuárias ou grande mineração.

Apesar dos avanços populacionais entre o final do século XIX e início do século XX, Ianni destacou um decréscimo populacional em Conceição do Araguaia nas décadas posteriores ao período de destaque na extração do látex, após 1912. Esse decréscimo só seria de fato rompido nos anos 1960 e 1970, a partir da chegada das novas frentes migratórias. O ano de 1960 foi emblemático para a mudança no quantitativo de migrantes, devido à instalação da rodovia Belém-Brasília, interligando a região Norte e a recém inaugurada capital federal. A construção daquela estrada ajudou a ampliar o número de moradores nas cidades que a margeavam, colaborando com a instalação de migrantes para o norte do país.

De certo modo, tal iniciativa dava continuidade a um projeto de integração nacional anterior, organizado na década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, e denominado de “*Marcha para o Oeste*”.¹⁶⁰ Tratava-se, precisamente, de ampliar a conexão dos espaços mais urbanizados com pontos mais distantes do país, situados, em grande medida, no atual Centro-Oeste e na região Norte. No que se refere à Amazônia, tal objetivo, que representava a continuidade de medidas efetuadas desde o final do século XIX, a exemplo da instalação de

¹⁶⁰ CALONGA, M. D. A Marcha para Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: política e identidade. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 168, 2015, p. 126–132.; OLIVEIRA, L. L. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Política & Sociedade**, n. 12, 2008, p. 13–21.

linhas telegráficas, não foi executado plenamente durante os primeiros governos varguistas (1930-1945),¹⁶¹ mas acabou sendo, paulatinamente, posto em prática nas décadas seguintes.

Com os militares, através do PIN, a expansão interna avançou mais rapidamente pelos territórios amazônicos. Ao mesmo tempo, ocasionou a formação de inúmeras cidades e a instalação de obras de grande impacto para todo o país, como a hidrelétrica de Tucuruí-PA e a já citada Rodovia Transamazônica, que ligava o Nordeste ao Norte. Essas construções também ocasionaram fortes impactos ambientais. Além disso, conforme apurou Valente,¹⁶² junto com outras obras, provocaram a morte de milhares de indígenas e a desestruturação de diversos grupos, configurando-se como mais uma face dos complexos e ambíguos “anos de ouro/chumbo”. Se, conforme Harvey, as pessoas não eram a prioridade desse tipo de avanço capitalista, existiam, ainda, aqueles cuja humanidade era negada, como os indígenas, que passavam a sofrer as consequências daquela ocupação desenfreada.

Ao analisar dados do IBGE sobre o quesito raça/cor no município de Conceição do Araguaia, Ianni trouxe à tona informações relevantes para a compreensão do nosso objeto. Embora não tenha abordado informações referentes ao censo de 1960, no qual, segundo nossa verificação, os dados sobre a “côr” foram sistematizados por Estados e não por municípios, e 1970, devido à eliminação do quesito em prol de uma concepção de democracia racial,¹⁶³ os dados sobre os anos 1940 e 1950 são bastante elucidativos. Aliás, apresentam tendências que continuariam presentes nas décadas posteriores, conforme salientou Idelma Santiago da Silva, sobre as migrações maranhenses entre as décadas de 1960 e 1980, em Marabá.¹⁶⁴

Maria Helena Machado, ao abordar a história da escravidão no Brasil, salientou a busca por autonomia¹⁶⁵ tida pelos sujeitos escravizados e continuada no contexto pós-emancipação.¹⁶⁶ Em estudo sobre a formação do campesinato no Caribe, Mintz, por sua vez, demonstrou como um proto-campesinato teria surgido ainda no contexto da escravidão, a

¹⁶¹ Vargas retornou ao governo em 1951-1954. Todavia, o período de ênfase da *Marcha para o Oeste* se deu durante os seus primeiros governos, instituídos após um golpe de estado, em 1930.

¹⁶² VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

¹⁶³ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

¹⁶⁴ SILVA, I. S. **Migração e cultura no sudeste do Pará...** op. cit.

¹⁶⁵ MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 143-160, mar-ago., 1988.

¹⁶⁶ GOMES, Flávio dos Santos; MACHADO, Maria Helena P. T. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos para outros percursos. In: MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso Thomas (Org.). **Tornando-se livre**: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 19-42.

partir da busca por autonomia daqueles sujeitos.¹⁶⁷ No Brasil: “Autonomia, trabalho e terra eram as principais lentes com as quais os libertos enxergavam a liberdade”.¹⁶⁸ Muitas décadas depois do fim da escravidão, as populações pobres do campo, que contavam com grande número de afrodescendentes, continuavam essa busca, agora sob outras perspectivas, a partir dos desafios do seu próprio tempo, estando o racismo, mais uma vez, incluído entre eles.

De acordo com Ianni, nas décadas de 1940 e 1950, Conceição do Araguaia contava com uma significativa população afrodescendente:

Só temos os dados quantitativos para os anos de 1940 e 1950; mas são bastante expressivos. Em 1940, os negros e mulatos compunham cerca de 65 por cento da população. E em 1950 eles formavam cerca de 57 por cento do total dos habitantes do Município [...] é inegável que essa composição racial tornara e torna mais complexas as condições de articulação, acomodação ou antagonismo em Conceição. Não há dados sobre a distribuição dos negros e mulatos na estrutura da sociedade local. Mas a observação direta, em 1977, permite registrar que essa população, da mesma forma que os índios e caboclos, está dispersa entre os mais pobres: assalariados, vaqueiros, peões, carregadores, artesãos, sitiantes, posseiros e agregados.¹⁶⁹

Por um lado, parte dos documentos dos guerrilheiros reproduziam certa visão que via aqueles moradores genericamente como “caboclos”, não atentando para as especificidades no tocante à população negra local apontadas por Ianni. Tal procedimento dialogava também com a própria forma como o debate racial era preterido pelo grupo em detrimento da classe. Por outro lado, por meio de ações práticas de alguns guerrilheiros negros, foi buscado diálogo com essa parcela específica da população, advinda, em grande medida, do interior do estado do Maranhão e de outros locais próximos.

A realidade observada por aquele sociólogo, baseada em padrões de desigualdade vinculados à questão racial, não representava um ponto fora da curva no tocante à história das populações afrodescendentes no Brasil e no restante do continente. Como em outros pontos do Brasil, o racismo estrutural¹⁷⁰ se fazia presente na divisão do trabalho estabelecida, naquele momento, na Amazônia Oriental, sendo relegadas aos negros as formas de emprego menos

¹⁶⁷ MINTZ, Sidney W. Mintz. A escravidão e a ascensão de campesinatos. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, n. 30, p. 1-39. 2012.

¹⁶⁸ GOMES, F.; MACHADO, M. H. P. T. *Da abolição ao pós-emancipação...* op. cit., p. 39.

¹⁶⁹ IANNI, O. *A luta pela terra...* op. cit., p. 72.

¹⁷⁰ Compreendido, aqui, a partir de Almeida, que defende que: “A tese central é a de que o racismo é *sempre estrutural*, ou seja, de que é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.” ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, p.20, grifos do autor.

valorizadas, boa parte delas (assalariados, vaqueiros, peões, carregadores) vinculadas à baixa remuneração. Ao tratar das desigualdades sociais em um recorte espacial mais amplo, a nível de América Latina, George Reid Andrews discorreu sobre a permanência de estruturas de desigualdade, que mantiveram os afrodescendentes em funções desprestigiadas socialmente:

[...] as estruturas de desigualdade impostas pelos governos coloniais enraizaram-se tão profundamente que continuaram afetando essas sociedades até os séculos XIX e XX. A industrialização, a urbanização e o surgimento de movimentos políticos populares em meados do século XX produziram transformações importantes que levaram a uma pequena redução das dimensões da desigualdade de classes. Mas, devido em parte a fatores estruturais, em parte às barreiras do preconceito e da discriminação, os afrodescendentes permaneceram significativamente desfavorecidos na disputa pelo ingresso nas crescentes classes médias e muito sobrerrepresentados entre os pobres. Os obstáculos à mobilidade ascendente foram ainda maiores para as mulheres afrodescendentes do que para os homens negros.¹⁷¹

O antropólogo Octávio Guilherme Velho discorreu sobre o uso da categoria *cativeiro* pelos moradores da Amazônia Oriental, durante a sua pesquisa de campo na transição das décadas de 1960-1970. Para os propósitos do nosso trabalho, aquele antropólogo, tal como os colaboradores do seu estudo, acabou servindo como um observador privilegiado, que nos possibilitou interpretar mais profundamente as informações apresentadas por Ianni e reunidas em outras fontes, a exemplo dos relatos apresentados na parte final deste capítulo.

Velho localizou tanto a presença de formas de discriminação em relação aos negros quanto alusões, no cotidiano, ao contexto da escravidão. Seu estudo foi realizado em São Domingos do Araguaia, junto aos migrantes, às vésperas da eclosão da Guerrilha:

A categoria de *cativeiro* é extremamente importante nas formulações ideológicas dos participantes da frente. A referência mais estrita prende-se à escravatura, tal como existiu até a sua abolição. O que os impressiona fundamentalmente no *cativeiro*, tal como ouvem contar, é o fato de trabalhar-se sem receber nada em troca, a não ser alguma roupa e comida. Por extensão, qualquer situação considerada de muita exploração e perda de autonomia é identificada com o *cativeiro*. Simplesmente trabalhar regularmente como *empregado* já apresentaria certas características de *cativeiro*. Por isso mesmo, tendo de realizar um serviço para alguém, o que se prefere sempre é a *empeleita* (*empeleita*). (grifos do autor).¹⁷²

¹⁷¹ ANDREWS, George Reid. Desigualdade: raça, classe e gênero. In: In: ANDREWS, George Reid; DE LA FUENTE, Alejandro (Org.). **Estudios afro-latino-americanos**: uma introdução. Tradução de Mariângela de Mattos Nogueira e Fábio Baqueiro Figueiredo. Ciudad Antónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2018, p. 75-118.

¹⁷² VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área de Transamazônica. 3. ed. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 138.

A memória da escravidão ainda se fazia presente nas significações e visões de mundo daqueles sujeitos migrantes e era ativada para realimentar expectativas de autonomia e liberdade. Tal tipo de narrativa não era rara no Brasil. Hebe Maria Mattos e Ana Lugão Rios¹⁷³ analisaram relatos de memória colhidos no final do século XX, na região Sudeste do país, mais especificamente em antigas zonas cafeeiras, onde ainda persistiam memórias vindas do “tempo do cativo”. Sobre as alusões a esse tempo, aquelas historiadoras compreenderam que:

Todo construído com base em histórias que os pais ou avós contavam, mas que raramente teriam acontecido com eles, o tempo do cativo se define, nas narrativas, pela captura, perda da liberdade e sujeição ao arbítrio senhorial, realizadas basicamente através da violência sobre o corpo do escravo. Essa narrativa se faz associada a uma memória específica do tráfico atlântico, bem como de características consideradas próprias dos cativos africanos. Características que lhes atribuíam, por exemplo, a facilidade de revidar às humilhações sofridas através de poderes sobrenaturais [...].¹⁷⁴

As experiências de violência, dor, humilhação e privação da liberdade continuavam, assim, sendo transmitidas em relatos orais, mesmo décadas depois do fim oficial da escravidão, em 1888. Ainda que guarde diversas especificidades em relação ao Sudeste cafeeiro, a presença de tais narrativas na Amazônia Oriental deixa mais evidente o caráter coletivo das memórias em circulação naquele momento. Memórias estas, como já destacou o clássico estudo de Maurice Halbwachs,¹⁷⁵ que ainda que repassadas individualmente, trazem sempre consigo elementos coletivos, marcas do que foi vivenciado por determinados segmentos sociais e da forma como determinados grupos interpretam o seu próprio passado. Assim, os traumas e dores do passado escravista, e as heranças negativas por ele deixadas, como a continuidade de hierarquizações baseadas em elementos fenotípicos, continuavam a pairar ao redor das novas gerações, mesmo que elas tenham optado por migrar para novas localidades, em um processo que ainda se faz presente nos dias atuais.

Para os moradores citados por Velho, em boa parte migrantes de origem maranhense:

[...] em sua forma mais acabada, o *cativo* é a pura e simples *escravidão*, que contrastaria com a situação *hoje* vivida pelos lavradores, em que cada um decide como orientar a sua vida, não está sujeito a horários, não precisa trabalhar quando se sente doente, pode se deslocar para outra região quando lhe der vontade; enfim, exercer a sua *liberdade*, o que talvez ajude a

¹⁷³ RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁷⁴ Ibid. p. 47-48.

¹⁷⁵ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

compreender, no plano ideológico, o chamado *nomadismo*¹⁷⁶ do brasileiro do interior. Existe, entre os participantes da frente, numa espécie de anti-revivalismo, o medo constante de que o *presente*, relativamente bom, ou pelo menos *livre*, será substituído no *futuro* por uma volta ao *passado* de *cativeiro*, que viria através da ação dos ricos, do Governo e talvez de *estrangeiros*. A diferença entre o antigo e o novo *cativeiro* é que este atingiria não só os *pretos*, mas os *pobres* em geral, já que os *pretos* estão misturados no meio do povo. Talvez, aliás, se ligue a isso certas manifestações claras de racismo, que poderiam representar um esforço de *separar-se* dos *pretos*, contra quem se dirige, preferencialmente, o *cativeiro*. (grifos do autor).¹⁷⁷

Notemos que a reprodução do racismo não havia sido relegada aos pontos anteriores do avanço da fronteira, mas era ressignificado nas relações estabelecidas nos novos locais de ocupação, tendo também, segundo esse autor, relação com o *devir*, com aquilo que os moradores locais pretendiam construir nos novos espaços de morada. O medo da volta do *cativeiro* alinhava-se à própria necessidade de manutenção das hierarquias,¹⁷⁸ cunhadas em outros momentos e induzidas, mais uma vez, pelas dinâmicas intrínsecas à reprodução do capitalismo. Sobre essas hierarquias, segundo Mbembe, “da obstinação colonial em dividir, classificar, hierarquizar e diferenciar, sobrou ainda algo: cortes e lesões. Pior ainda, a clivagem criada permanece”.¹⁷⁹ As observações feitas por Velho dialogam com o que aquele filósofo camaronês designou como o *devir negro* no mundo, a saber:

Pela primeira vez na história humana, o substantivo negro deixa de remeter unicamente à condição atribuída aos povos de origem africana durante a época do primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, destruição de qualquer possibilidade de autodeterminação e, acima de tudo, das duas

¹⁷⁶ Um capítulo à parte desse nomadismo foi identificado por Gomes e Machado, que localizaram documentações que atestam a existência de “quilombos volantes” em São Paulo — “Jundiá, Campinas, Valinhos, Estação Rebouças, Rocinha, Itatiba, Capivari e adjacências” (p. 105) — nos anos finais da escravidão. GOMES, Flávio; MACHADO, Maria Helena P. T. Interiorização e os quilombos em São Paulo nos séculos XVIII e XIX. *Iberoamericana*, v. 11, n. 42, p. 93-109, 2011.

¹⁷⁷ VELHO, O. G. *Frentes de Expansão e estrutura agrária...* op. cit. p. 138.

¹⁷⁸ Schwartz problematiza como, entre os anos 1870 e 1930, justamente aqueles em que, no Brasil, assiste-se ao desmonte do sistema escravista e aos momentos iniciais do período republicano, diversos saberes passaram a atuar a favor de novas categorias que possibilitassem manter atuantes a crença na hierarquização dos seres humanos, importando da Europa o conceito de raça: “Raça é um dado científico e comparativo para os museus; transforma-se em fala oficial nos institutos históricos de finais do século; é um conceito que define a particularidade da nação para os homens de lei; um índice tenebroso na visão dos médicos. O que se percebe é como em determinados contextos reelaboram-se símbolos disponíveis dando-lhes um uso original. Se a diferença já existia, é nesse momento que ela é adjetivada.” SCHWARTZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 317.

¹⁷⁹ De acordo com Mbembe: “Permanecerá inacabada a crítica da modernidade enquanto não compreendermos que o seu advento coincide com o surgimento do princípio de raça e com a lenta transformação desse princípio em matriz privilegiada para as técnicas de dominação, tanto no passado quanto no presente. Para sua reprodução, o princípio de raça depende de um conjunto de práticas cujo alvo imediato, direto, é o corpo do outro e cujo campo de aplicação é a vida em sua generalidade”. MBEMBE, A. *Crítica da razão negra...* p. 106.

matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A essa nova condição fungível e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização pelo mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo.¹⁸⁰

Ao analisar a sociedade contemporânea, marcada fortemente pelo neoliberalismo, Mbembe trata de formas de (re)organização social, instituídas mediante novos formatos do capitalismo, que já começavam a operar no começo dos anos 1970. No Chile, essas forças viriam a se desenvolver em um laboratório criado após o golpe de estado que destituiu o presidente Salvador Allende, em 1973. Na Amazônia Oriental, ainda que por vezes mescladas às velhas estratégias de avanço capitalista, elas também começavam a ser ensaiadas naquele momento, em especial, num contexto marcado por diversas atitudes desenvolvidas sob o “pretexto de combater a insegurança e a desordem”,¹⁸¹ que acabavam açambarcando riquezas naturais e contando com um exército quase infindável de trabalhadores.

Não por acaso, a Amazônia Oriental passou a ser amplamente povoada por sujeitos apelidados como “peões do trecho”,¹⁸² espécie de trabalhadores errantes, sem destino certo, que pulavam de uma empreitada a outra, por vezes, sendo sujeitados a diversas formas de humilhação. Esses “nômades do trabalho”, tomando aqui emprestada a definição de Mbembe, inseriam-se, muitas vezes, no trabalho análogo à escravidão. A permanência da categoria cativo entre os moradores da Amazônia Oriental tinha, entre seus motivos, justamente a permanência na região do trabalho análogo à escravidão, forma principal de organização da força de trabalho durante os períodos de auge da exploração do látex e da castanha, e reproduzido em momentos diversos durante o século XX, chegando até a atualidade.

1.4 “AQUI NO PARÁ A MATA ERA MELHOR PRA TRABALHAR”

Como dito na introdução, nos últimos anos, foram desenvolvidas pesquisas que tomaram como objeto as memórias dos sujeitos locais que vivenciaram a Guerrilha do Araguaia, enfocando seus testemunhos e suas versões daquele evento. Esses estudos têm

¹⁸⁰ Ibid., p. 20.

¹⁸¹ Ibid., p. 19.

¹⁸² “*Peão do trecho*: trabalhador fora de seu lugar de origem, desligado das antigas relações familiares sem construir novas, trabalha sucessivamente em fazendas atrelado a um ou a diversos empreiteiros. Entre uma empreita e outra cria débitos em pensões e cabarés, mantendo-se preso à rede de endividamento e ao trabalho coercitivo. Em geral é analfabeto, sem qualificação profissional e tem problemas de alcoolismo. É também chamado de peão rodado”. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 18.

contribuído para uma compreensão mais aprofundada sobre o tema, veiculando narrativas que não se fiam tão somente na oposição guerrilheiros/militares, mas nas experiências vivenciadas por aqueles moradores (indígenas Surií-Aikewara, camponeses, ribeirinhos, entre outros) e nos impactos que o evento trouxe para o seu cotidiano e suas histórias de vida. Mônica Vasconcelos, em um desses estudos, contextualizou a presença negra entre os primeiros moradores não indígenas a se instalarem no que veio a se constituir como o município de Brejo Grande do Araguaia (PA):

Segundo relatos, a região de Brejo Grande do Araguaia começou a ser povoada nos fins da década de 1950, sendo o primeiro que andou por essas terras e estabeleceu um ranquinho, o Sr. Raimundo Guará, que era seringalista e caçador. Convidado por ele veio depois o Sr. Raimundo Evangelista da Silva, conhecido como Raimundo ‘Nego’ e sua esposa Maria do Carmo da Silva, conhecida como Maria ‘Nega’ fixando moradia aqui. Os filhos que tiveram foram os primeiros filhos de Brejo Grande do Araguaia. Tempos depois, chegaram à localidade algumas pessoas vindas de Bela Vista, atual Estado do Tocantins. Essas pessoas eram lideradas pelo então Raimundo Nego.¹⁸³

As migrações realizadas por grande parte desses moradores e seus ascendentes, como já apontou Martins, dera-se em contexto familiar, como ocorreu com a família das senhoras Lídia Francisca da Luz e Maria da Soledade Dias.¹⁸⁴ Entrevistamos ambas em 2017,¹⁸⁵ no município de Brejo Grande do Araguaia. Já havíamos visto menções a Lídia na tese defendida por Corrêa.¹⁸⁶ Maria, por sua vez, foi uma das entrevistadas no documentário *Osvaldão*. Segundo os relatos de ambas, tanto o esposo de Lídia, Porfírio Vaz de Azevedo, quanto o de Maria, Pedro Pinheiro Dias (Pedão), foram detidos clandestinamente durante o combate à guerrilha, sendo torturados, segundo os testemunhos de suas viúvas. Porfírio chegou a ser anistiado, ao passo que Pedão faleceu cerca antes que as solicitações das indenizações

¹⁸³ VASCONCELOS, Mônica de Almeida. **Memórias do Araguaia**: problematizando o ensino sobre a guerrilha nas escolas de Brejo Grande do Araguaia – PA. 2018. 108 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) — Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2018. p. 13.

¹⁸⁴ Abordamos os depoimentos de ambas em: LUIZ, Janailson Macêdo. “*Minha irmandade, vamos se reunir*”: o Terecô e a Guerrilha do Araguaia. Disponível em: <<http://www.snh2017.anpuh.org/>> Acesso: 10 set. 2017. LUIZ, Janailson Macêdo. Memórias da Ditadura na Amazônia Oriental: Experiências de mulheres e homens negros em tempo de Guerrilha. In: **XIV Encontro Nacional de História Oral**, 2018, Campinas - SP. Anais do XIV Encontro Nacional de História Oral, 2018. p. 1-14. Vasconcelos também analisou esses testemunhos em: VASCONCELOS, M. A. **Memórias do Araguaia**... op. cit.

¹⁸⁵ Entrevistas realizadas em conjunto com Vasconcelos. Lídia contava com setenta e nove anos; Maria, sessenta e nove. SOLEDADE, Maria da. **Entrevista**. Entrevistadores: Janailson Macêdo Luiz e Mônica de Almeida Vasconcelos. Brejo Grande, 22 jul. 2017. 1h 07min.; DA LUZ, Lídia Francisca. **Entrevista**. Depoimento a Janailson Macêdo Luiz e Mônica Vasconcelos. Áudio. Brejo Grande do Araguaia-PA, mai. 2017. 1h33min.

¹⁸⁶ CORRÊA, Carlos Hugo Studart. **Em algum lugar das selvas amazônicas**: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). 2013. 619 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

iniciassem a ser feitas. Após serem detidos duas vezes, foram convocados a atuarem como mateiros na fase final da luta, colaborando com a caçada empreendida aos guerrilheiros.

Figura 4 - Maria da Soledade, em depoimento ao documentário *Osvaldão* (2014)



Fonte: Documentário *Osvaldão*.¹⁸⁷

Nessa imagem, retirada do documentário *Osvaldão*, Maria apresenta à câmera uma fotografia sua e do marido, no modelo da típica “fotografia de casamento”, costumeiramente dependurada nas salas de casais residentes no interior brasileiro. Com esse gesto, ela registrava para o cinegrafista e, por conseguinte, aos espectadores da película, não apenas as suas memórias sobre o líder guerrilheiro, mas também sua atuação e de seu marido Pedão (ao qual voltaremos a tratar em outros capítulos) no cerne daquele evento.

O próprio gesto de exteriorizar as suas memórias marca, duplamente, a presença daqueles que se encontram hoje ausentes, seja por meio da narrativa oral, seja por intermédio da fotografia em suas mãos, que documenta o “ele esteve aqui”, e o “nós vivemos isso”, em complemento ao restante da materialidade representada pelo próprio local de sua residência. Além disso, esse gesto demonstra o seu interesse em colaborar com a narrativa sobre a atuação do guerrilheiro Osvaldo Orlando da Costa, o *Osvaldão*, relacionando tal narrativa com a sua própria história de vida.

Pedão, falecido em 1999, foi visto de forma negativa, durante certo tempo, por uma parte dos moradores locais, devido à sua possível ligação com o Terecô, num contexto de forte avanço de religiões evangélicas no local. Na entrevista que realizamos com Maria, em 2017, ela buscou apresentar uma imagem positiva do marido, especialmente ao falar de suas

¹⁸⁷ OSVALDÃO. Direção: V. Fernandes *et al.* São Paulo: F. Maurício Grabois, 2014. 80 min [38min03s].

práticas espirituais, evitando, inclusive, o uso de termos como Terecô e terecozeiros. Buscou enfatizar como Pedão era querido pelos demais moradores.

Interpretamos, desse modo, que a imagem captada e reproduzida pelos diretores na edição final também registra significações próprias de Maria, que não surgiram por acaso. Do mesmo modo, contribuíram com os efeitos do real¹⁸⁸ apresentados durante a película, ampliando a contextualização efetivada por parte dos realizadores quanto à atuação do guerrilheiro Osvaldão,¹⁸⁹ líder do Destacamento B da Guerrilha, facilitando a representação de sua ampla vinculação aos moradores locais, fortemente atestada nas fontes sobre o conflito.

Na entrevista que realizamos com Maria da Soledade, em 2017, no mesmo local, no terreiro da casa onde viveu com Pedão e seus filhos, ela narrou memórias também presentes nas narrativas de outros sujeitos que migraram para a fronteira Araguaia-Tocantins, nos anos 1960. Maria migrou, ainda criança, para o sudeste do Pará, vinda do Maranhão, após o seu pai ser assassinado, possivelmente por um homem a quem prestava serviços. Depois de um período vivendo na zona urbana em Marabá, sua mãe resolveu se estabelecer em Brejo Grande, onde a família poderia sobreviver através da lida com a terra. Em seu relato, ela fez referência às especificidades daquele tempo, marcado pela ausência de políticas públicas que auxiliariam a quem estivesse em situação de grande vulnerabilidade social. De acordo com suas palavras,

[...] aí a minha mãe resolveu vim pro interior pra ver se era mais fácil acabar de criar os filhos. Mas minha mãe sofreu demais pra criar os filhos tudim. E a maior que tinha era eu. E tudo era plantado. E nessa época não tinha bolsa família. Não tinha aposentadoria, pra dizer assim que nem agora, né? Mas nessa época não tinha. [Ela] sofreu demais pra criar os filhos.¹⁹⁰

Maria estava entre os primeiros moradores a se instalarem na atual Brejo Grande do Araguaia, município desmembrado de São João do Araguaia, em 1988, assim como ocorrera com Lídia e Porfirio. Naquele momento, para suas famílias, “tudo era plantado”, ou seja, a sobrevivência vinha por meio da agricultura. Nos relatos apresentados por ambas as mulheres, encontra-se a busca por terras para plantar e manter a subsistência das famílias. Processo que

¹⁸⁸ “O efeito de real designa o fato de que, na base de um efeito de realidade suposta suficientemente forte, o espectador induz um 'juízo de existência' sobre as figuras da representação e lhes confere um referente no real; dito de outro modo, ele não acredita que o que ele vê seja o próprio real (não é uma teoria da ilusão), mas sim que o que ele vê existiu no real”. AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **Dicionário teórico e crítico do cinema**. Campinas: Papirus, 2003. p. 92.

¹⁸⁹ Falaremos mais a respeito de Osvaldão nos capítulos seguintes, dada a centralidade de sua atuação seja em relação à própria Guerrilha, sendo um dos guerrilheiros mais lembrados pelos moradores, seja em relação ao seu contato com outros moradores negros e junto aos terecozeiros.

¹⁹⁰ SOLEDADE, M. **Entrevista...** op. cit.

acompanhava diversas gerações de pessoas que iam se deslocando de local em local, até serem novamente cercadas pela cerca, a violência e o latifúndio. Segundo Martins, na fronteira, acabam sendo criados mecanismos que expulsam os trabalhadores rurais, seja para fora dela, seja, paradoxalmente, para o seu próprio interior: “Quando não integrados no mercado de trabalho, os camponeses eram e são expulsos de suas terras e empurrados para ‘fora’ da fronteira econômica ou para ‘dentro’ como assalariados sazonais”.¹⁹¹

Como relatou Lídia, ela e o marido decidiram vir de Goiás para o sudeste do Pará na passagem das décadas de 1950 para 1960, trazendo consigo os filhos. A vinda se deu a partir da localização de terras devolutas por parte de Porfírio, ou seja, terras pertencentes oficialmente à União, vistas pelos camponeses como “sem dono”. Na prática, porém, essas terras, em geral, faziam parte de territórios pertencentes a grupos indígenas. Brejo Grande e São João do Araguaia, por exemplo, ficam situados na confluência dos territórios tradicionais de grupos indígenas diversos, como os já citados Suruí-Aikewara, Gavião, Kayapó, Apinajé e Karajá, entre outros. Entretanto, já naquele momento, esses grupos enfrentavam um grande decréscimo populacional, devido aos séculos de contato com os colonizadores, e já contavam com uma grande redução nos seus territórios tradicionais.

De acordo com o relato de memória apresentado por Lídia:

[...] aqui no Pará a mata era melhor pra trabalhar, tinha mata. No Goiás, as mata era mais pouca, não é? Aí ele [seu marido] veio, vigiou por aí e achou bom. Disse que tinha uma mata boa pra gente fazer roça e trabalhar. Aí tirou um pedaço. Logo que era comum, ninguém era dono. Na beira de uma grotta. Era até seca, que eu quebrei coco perto dela. Aí nós fizemos uma roça na beira dela. Aí deixou a beirada, quando tava com ano que nós morava lá essa grotta tava correndo ponta a ponta de água. Água mais cristalina do mundo! [...] Nós moramos lá uns 12 anos a 15 anos. Sei que até 73 quando teve essa guerra. Meu velho foi judiado demais, demais e das últimas vezes faltou foi matar. Outra coisa não.¹⁹²

O relato de Lídia evidenciou as expectativas do casal em relação ao acesso à terra. Também sinalizou as estratégias que envolviam o tipo de migração realizada. O deslocamento de sua família não se deu ao acaso, mas dentro de um projeto que envolvia a manutenção da vida no espaço do campo, num momento em que, no país, ampliavam-se as migrações rumo ao Sudeste ou para a zona urbana de cidades de menor porte nas demais regiões do país.

Como dito na introdução deste capítulo, essa característica merece ser salientada. Em um momento em que o país se modernizava e a economia crescia vertiginosamente; e em que

¹⁹¹ MARTINS, J. S. **O tempo da fronteira...** op. cit. p. 41.

¹⁹² DA LUZ, L. F. **Entrevista...** op. cit.

o êxodo rural levava milhões para a vida urbana no eixo Rio-São Paulo, um outro conjunto de brasileiros decidia, mais uma vez, realizar as migrações campo-campo. Optavam, assim, por resistir a um processo de centralização nas grandes cidades e desvalorização do trabalho na agricultura. Objetivavam manter o controle da sua força de trabalho e de sua autonomia. Todavia, eles sabiam que migrar para outro espaço no campo, para uma terra onde “ninguém era dono”, era também enfrentar o risco da violência.

No caso de Lídia e Porfírio, demorou cerca de doze a quinze anos para os conflitos típicos da fronteira finalmente alcançá-los. Agora sob a face de uma guerra de guerrilhas. A possibilidade real de acesso a uma terra rica em recursos hídricos, que favoreceria o cultivo por meio do contato com as águas “mais cristalinas do mundo”, serviram como norte para os deslocamentos efetuados por eles e seus filhos, alimentando sonhos que foram interrompidos, especificamente, quando os militares expulsaram boa parte das famílias das terras situadas nas proximidades dos destacamentos instituídos pelos guerrilheiros.

Ao tratar das relações entre família, compadrio e migração e sua importância para as migrações, Martins sinalizou que elas não se restringiam ao deslocamento familiar em si, mas também a uma rede de relações: “A teia de relações de parentesco e de compadrio se encarrega de difundir as informações sobre a localização de novas terras que ainda podem ser ocupadas”.¹⁹³ Em muitos casos, as informações dessa rede se iniciavam a partir da ação de alguém como Porfírio que “veio, vigiou por aí e achou bom”, constituindo-se como mais um dos elementos daquela rede que avançava pela fronteira, realimentando o ciclo.

Ao folhearmos uma das primeiras publicações sobre a Guerrilha, o livro reportagem *História Imediata: Guerrilha do Araguaia*,¹⁹⁴ deparamo-nos com personagens que também comunicaram algumas dessas experiências migrantes vivenciadas por negros nos anos 1960/70. O relato jornalístico *Hoje: volta ao centro da guerrilha*, registrou os cerca de quinze dias de viagem à região realizados pela equipe de repórteres, lideradas por Palmério Dória, que se deslocaram do Sudeste do país até a Amazônia, em julho de 1978. A reportagem registrou experiências de diversos sujeitos, como o maranhense Alexandre de Oliveira.

¹⁹³ MARTINS. *O tempo da fronteira...* op. cit. p. 41.

¹⁹⁴ DÓRIA, Palmério et al. *História Imediata: A Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

Figura 5 - Alexandre de Oliveira durante seu depoimento (1978)



Fonte: Dória et al.¹⁹⁵

O registro fotográfico acima comunica-se diretamente com a apresentação textual feita de Alexandre: “Outro ex-guia: Alexandre de Oliveira, um negro de 60 anos, hoje morador da OP-3. *Seus gestos são teatrais*. Cabelos grisalhos, demonstra satisfação em contar as histórias daquele tempo”.¹⁹⁶ A dita satisfação em dar seu testemunho, sinalizada pela expressão corporal capturada durante a construção de sua narrativa, foi apresentada mesclada à simplicidade do interior da residência do maranhense, típica dos habitantes pobres da região, com telhado feito de caibros e coberto de palha de babaçu, e paredes de pau-a-pique, dispostas ao redor do chão de terra batida. Durante décadas, em diversos locais do Brasil, essa foi a forma de moradia daqueles que não dispunham de recurso suficiente para erguer casas de alvenaria e eram, constantemente, alvos de ações violentas realizadas por agentes de estado. Além disso, eram moradas que guardavam sempre um ar perene, de algo feito de forma rápida, por quem sabia que aquele poderia não ser seu lugar definitivo de habitação.

Alexandre era um daqueles sujeitos que, a partir dali, passariam a ser procurados para, em bancos improvisados e com os pés sobre o chão de terra batida, exteriorizarem memórias de dor, sofrimento e, sobretudo, sinalizarem que sim, haviam participado daquela “guerra”. A publicação reproduziu algumas de suas palavras. Apresentamos, aqui, o trecho em que ele trata de sua chegada ao Pará: “Eu vim do Maranhão aqui pro Pará em 1967. Depois da

¹⁹⁵ Ibid., p. 71.

¹⁹⁶ Ibid., p. 70, grifo nosso.

guerra fui colocado neste lote que a gente tá morando. De 67 a 70 morei em Santa Luzia, onde a gente tinha ajeitado uma rocinha. A guerra eu acompanhei de ponta a ponta”.¹⁹⁷

O trecho acaba sendo um importante registro dos mecanismos utilizados pelos militares que, para manter relações de clientelismo e vigilância frente aos antigos guias, e como forma de compensação, efetuaram a distribuição de terras às margens da rodovia OP-3, construída para facilitar a locomoção de tropas durante o combate aos guerrilheiros. Essa localização facilitava para que os guias fossem acionados e observados nos anos posteriores.

Assim como Alexandre de Oliveira, Alcione Ferreira da Silva,¹⁹⁸ outro maranhense que migrou para o sudeste do Pará no período de ocorrência da Guerrilha do Araguaia, apresentou ao público o seu depoimento, no qual relatou sua história de vida. As circunstâncias nas quais o relato fora exteriorizado, porém, eram outras. Seus depoimentos foram colhidos já durante a primeira década do século XXI, passados já muitos anos do fim daquela “guerra”. Entre 2008 e 2013, Alcione teve trechos de seus testemunhos apresentados pelo cineasta Victor Lopes, respectivamente nos documentários *Escola Eldorado*,¹⁹⁹ que toma como objeto as experiências do maranhense, e *Serra Pelada: a lenda da montanha de ouro*.

Como muitos dos migrantes, Alcione migrou do Maranhão para o Pará e participou da busca pelo acesso e posse da terra no sul e sudeste do Pará. Acabou vivenciando diversas experiências-limite, como a própria Guerrilha, o trabalho como garimpeiro na Serra Pelada²⁰⁰ - situado na atual Curionópolis -, e a inserção nas lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Em 1996, foi um dos alvejados no Massacre de Eldorado dos Carajás. Apenas após essa experiência, na qual quase perdera a vida, conseguiu o tão sonhado acesso à terra, no assentamento 17 de abril, criado naquele mesmo município. Seus depoimentos foram gravados em 2006 e 2007. Em *Escola Eldorado*, foi apresentada a seguinte narrativa:

Eu sou maranhense, do município de Chapadinha das Mulatas,²⁰¹ [...] Eu comecei a trabalhar na roça com sete anos de idade. Muito novo, eu comecei a possuir família. Eu me juntei com uma mulher, eu com dezessete anos de

¹⁹⁷ Fotografia de Salomon Cytrynowicz. Ver: OLIVEIRA, Alexandre. [Depoimento]. In: DÓRIA, Palmério et al. **História Imediata: A Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 70.

¹⁹⁸ Abordamos o documentário *Escola Eldorado* e as memórias de Alcione em: LUIZ, Janailson Macêdo. Memória, experiência, testemunho: revisitando a luta pela terra no sudeste do Pará a partir do documentário *Escola Eldorado*. **Revista Tempos históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 23, p. 328-361, 2019.

¹⁹⁹ ESCOLA ELDORADO. Direção de Victor Lopes. Rio de Janeiro: TV Zero, 2009. 13 min.

²⁰⁰ SERRA PELADA, A LENDA DA MONTANHA DE OURO. Direção de Victor Lopes. Rio de Janeiro: TV Zero, 2013.

²⁰¹ Denominado, atualmente, de Chapadinha, situado no leste do Maranhão.

idade e ela com onze.²⁰² E resolvi vim pro Pará. Só que na época que eu vim pro Pará, eu pensei de vim. Se eu me desse bem, demorar; se eu não desse, eu voltar. Maranhão. E que voltar foi esse, meu compadre? Que inté hoje...²⁰³

Seu testemunho faz referência, ainda que sucinta, à persistência do trabalho análogo à escravidão nos castanhais, nos anos 1970:²⁰⁴

Cheguei aqui numa época, setenta e dois, tempo de uma guerrilha que houve aqui no Araguaia. Coisa mais triste do mundo que já aconteceu no Sul do Pará. Naquele tempo era tempo da castanha, né? A maior parte do povo que vinha aqui pro Pará trabalhava escravo.²⁰⁵

Em sua trajetória de vida, Alcione seguiu, durante muito tempo, o caminho próximo dos ditos “peões do trecho”, citados acima, sujeitos anônimos que ajudaram a dar corpo ao avanço demográfico da fronteira, e que, em muitos casos, perderam a vida sem deixar registros. Apesar disso, deixaram rastros de sua atuação dos roçados aos grandes projetos desenvolvidos na região. Rastros, porém, que, muitas vezes, limitaram-se à participação coletiva. É importante observarmos que muitas dessas pessoas morreram em acidentes de trabalho ou vítimas de violência, incluso por parte de seus empregadores; ou em disputas com agentes do latifúndio, sem deixar registros para além dos relatos de memória daqueles que sobreviveram. Também era relativamente fácil para os empregadores, pistoleiros e até agentes de estado sumirem com os corpos dos mortos ou assassinados em tais condições, dada a impunidade vigente na região, especialmente no contexto anterior à Constituição de 1988.

A maior parte deles era analfabeta e não possuíam sequer um documento de identidade, o que os tornava suscetíveis a diversas atrocidades. Eram vistos como sem qualquer importância, ou até mesmo inexistentes, perante o Estado. Costumeiramente, seus corpos eram sepultados na floresta, sem que, muitas vezes, qualquer pessoa viesse reivindicá-los, num contexto marcado por grandes distâncias entre os novos locais de ocupação e os municípios de origem dos trabalhadores.

Como dito acima, os próprios caminhos trilhados por Alcione nos ajudam a compreender a vulnerabilidade em que se encontravam aqueles sujeitos. Primeiramente, após

²⁰² Esse trecho dá o indicativo dos tensionamentos vivenciados também pelas mulheres negras e pobres no período, quando, desde a infância, como no caso citado, muitas vezes, já constituíam família, assumindo diversas responsabilidades e enfrentando já as primeiras gestações. Na prática, não podiam vivenciar a infância, sendo oriundas de famílias que não tinham condições de sustenta-las. Mantinham-se, em muitos casos, analfabetas pelo restante da vida. Devido a esses problemas, migrar era visto como uma possível solução. Almejava-se que, em um espaço mais distante, a vida pudesse ser reconstituída, dessa vez com uma maior sorte.

²⁰³ LOPES, V. **Escola Eldorado...** op. cit. 1min.

²⁰⁴ Discutimos esse trecho do relato de Alcione em relação aos helicópteros em: LUIZ, J. M. **Memória, experiência, testemunho...** op. cit.

²⁰⁵ LOPES, V. **Escola Eldorado...** op. cit. 1-2 min.

migrarem para tentar a sorte em outro estado, muitos tinham dificuldade em se estabelecer no novo espaço de morada. Atraídos, em geral, pela informação de que o governo estaria “dando” terras, ou simplesmente seguindo o caminho de gerações anteriores, acabavam não alcançando êxito na tentativa de manter a posse de uma porção de terra. A partir de 1979, a grande maioria desses sujeitos foram atraídos pela “febre do ouro”, no garimpo da Serra Pelada. Durante os anos 1980, esse garimpo chegou a conter cerca de cem mil trabalhadores operando simultaneamente, sob a administração do Major Curió, agente militar que foi um dos principais responsáveis pelo fim do movimento guerrilheiro no Araguaia.

Depois da agricultura e da instalação de grandes projetos, o garimpo da Serra Pelada²⁰⁶ se transformou em outro grande atrator de migrantes. Assim, quando a exploração aurífera cessou, no final dos anos 1980, era grande a quantidade de “peões do trecho” atuando na região. Com o fim do trabalho no garimpo, muitos deles retornaram para seus estados natais. Contudo, um grande número passou a se instalar em municípios nos arredores. Esse grande contingente acabou pressionando, ainda mais, a estrutura baseada em grandes latifúndios, colaborando com a atuação de sindicatos rurais e outros movimentos ligados à luta pela terra, em especial, o MST,²⁰⁷ a partir do final dos anos 1980.

Assim, não é por acaso ou por mera coincidência que, como dito acima, muito deles, a exemplo do próprio Alcione, estivessem envolvidos nos conflitos de maior visibilidade, como ocorreu com o Massacre de trabalhadores sem-terra ocorrido em Eldorado dos Carajás, cidade vizinha a Marabá, em 1996. Retornaremos a esse tema adiante. Mas adiantamos que ele faz parte dos episódios que o antropólogo Rodrigo Peixoto²⁰⁸ designou como vinculados à “guerra” que veio depois da Guerrilha do Araguaia, relativa à grande eclosão de conflitos fundiários diversos, prontamente enfrentados por um aparelho de repressão consolidado durante o período de caça aos guerrilheiros. Apesar desses episódios, marcados sempre por alto grau de violência, ocorreu a persistência dos movimentos na luta pela terra, o que com o passar do tempo, possibilitou algumas conquistas, como o acesso a terra para muitas famílias.

Como último relato, apresentamos o trecho de um depoimento dado pelo ex-soldado Manoel Messias Guido Ribeiro à Comissão Nacional da Verdade (CNV). Os moradores locais

²⁰⁶ Ver: FERREIRA, Paulo Roberto. O surgimento do garimpo. In: FERREIRA, Paulo Roberto. **Encurralados na ponte: o massacre dos garimpeiros da Serra Pelada**. Belém: Paka-Tatu, 2019.

²⁰⁷ Ver: AFONSO, José Batista Gonçalves. **O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2016.

²⁰⁸ PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

exerceram papéis variados durante a Guerrilha. Como já citado, muitos atuaram como mateiros em apoio às ações militares; outros estavam entre os aprisionados clandestinamente e torturados sob acusação de apoio ao movimento guerrilheiro;²⁰⁹ além disso, entre esses moradores, encontravam-se muitas pessoas que, ainda que não tivessem participado diretamente, acabaram, mesmo assim, envolvidas no que o historiador Wellington Sampaio da Silva designou como o teatro de terror e contra-terror²¹⁰ posto em ação durante aqueles anos.

Um pequeno número de jovens moradores do sexo masculino acabou servindo oficialmente ao Exército, a partir da recém criada rede de quartéis em Marabá, às margens da rodovia Transamazônica, sobretudo, o 52º Batalhão de Infantaria de Selva (52 Bis). Um desses moradores foi Manoel Messias Guido Ribeiro. Em setembro de 2014, Guido, como é mais conhecido, prestou testemunho à CNV. Alguns anos depois, ele teve destaque nacional por ser um dos depoentes do documentário *Soldados do Araguaia*, que trata dos soldados que atuaram no período da Guerrilha e que afirmam ter ficado com sequelas psicológicas em virtude da forma como foram tratados durante os treinamentos e operações militares.

Eles não eram oficiais da reserva, mas conscritos, ou seja, foram alistados através do serviço militar obrigatório, quando completaram dezoito anos de idade. Na transcrição do seu depoimento à CNV, que nos serve aqui como fonte, Guido foi apresentado como “agente institucional militar e vítima militar”.²¹¹ Ao ser solicitado a falar, de uma forma livre, sobre seu o ingresso no Exército, ele apresentou impressões sobre a Marabá de sua juventude:

Olha, Marabá na época era muito pequena, não existia cidade nova, não existia Nova Marabá. Existia o INCRA e existia aqui, o [bairro do] Amapá chamava Glópula, aqui no INCRA, parte do Amapá, e Marabá era bem pequeno. Cheguei em Marabá na década de 70. E fomos trabalhar na castanha bem jovem, naquele tempo não tinha negócio de criança não trabalhar, a gente trabalhava bem jovem, adolescente, trabalhando na castanha com vários castanheiros aqui de Marabá. E quando foi em 73 a gente se alistou, e em 74, 15 de janeiro de 74, a gente entrou no exército, a primeira turma. Quase ninguém foi dispensado, não sei se pela falta de muitos jovens, ou porque a gente tinha conhecimento da região, das matas,

²⁰⁹ Era comum que aqueles que trabalharam como mateiros fossem, num primeiro momento, aprisionados e torturados. Constituíam a aplicação da Doutrina da Guerra Revolucionária, de inspiração francesa.

²¹⁰ “Na visão dos militares, apenas a morte dos guerrilheiros não era o suficiente. Era necessário exibir o corpo daqueles que haviam se colocado contra o governo, fotografar, cortar a cabeça e comemorar suas mortes. Tudo isso demonstra, na nossa visão, um verdadeiro teatro de terror ao qual a população estava submetida durante os anos de guerra. Teatro este bastante presente nas narrativas dos moradores da região. Por outro lado, da mesma forma que os militares instituíram o teatro do terror, os guerrilheiros também criaram o seu contrateatro, isto é, estratégias para levar o pânico e o medo aos recrutas que não conheciam a mata.” SILVA, Wellington Sampaio da. **A guerra silenciada**: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia. 146 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008, p. 15.

²¹¹ RIBEIRO, Manoel Messias Guido. **Transcrição da tomada de testemunho**. CNV, 15/09/2014. Local: Marabá-PA. Entrevistadores: Maria Cecília Adão, Orlando Calheiros e Pedro Benetti. Duração: 01:24:38. p. 1.

dos castanhais, então a gente sabia sair de um castanhal e passar para outro sem vim na cidade. E lá dentro se sabia tudo dentro da mata, para uma picada, o caminho tudo, onde passava as tropas. Então, para a gente, não era tão difícil passar de um lugar para outro. Então, fomos aprovados em 15 de janeiro de 74, entramos no Exército.²¹²

Guido afirmou ter permanecido no Exército até 1980. Voltaremos ainda, no decorrer desta tese, a outros pontos deste e de outros dos seus depoimentos. É importante sublinharmos, aqui, o trecho em que ele relatou que, assim como seus companheiros, “tinha conhecimento da região, das matas, dos castanhais, então a gente sabia sair de um castanhal e passar para outro sem vim na cidade”.

Notemos que, como é comum nesse tipo de conflito, instaurado em uma zona de difícil acesso, as ações militares buscaram se assentar ao máximo sobre conhecimentos desenvolvidos por moradores locais. Isso já foi bem abordado nos trabalhos sobre a atuação dos camponeses na Guerrilha. No entanto, cabe acrescentar que se tratavam de conhecimentos repassados por diversas gerações de migrantes, seja no tocante aos avanços por outras frentes, seja no processo da própria ocupação da fronteira Araguaia-Tocantins. Assim, os saberes desenvolvidos no contato com a floresta acabavam sendo reutilizados dentro das ações militares, como também acontecera com a atuação dos “guias”. Todavia, aqui, a atuação se dava do interior do próprio aparato militar recém instituído no local.

É evidente que, em relação aos destinos do conflito em si, foi baixo o impacto da ação desses jovens conscritos.²¹³ Quando eles adentraram no Exército, os destacamentos guerrilheiros já haviam sido derrotados, restando apenas alguns poucos indivíduos, ou pequenos grupos, escondidos no interior da floresta. As ações efetivas que provocaram a queda do grupo foram realizadas por ações de inteligência, nos meses finais de 1973, por meio de agentes infiltrados, e por intermédio de campanhas de aniquilamento executadas por oficiais com alto nível de treinamento, com o apoio de moradores locais, civis, que serviram como guias.²¹⁴ Todavia, as experiências que eles vivenciaram naquele contexto podem nos ajudar a compreender melhor uma das formas de atuação dos negros durante aquele evento, conforme abordaremos nos próximos capítulos.

Nessa fotografia, oriunda do acervo da CNV, foi feito o registro de um dos depoimentos dados por Guido à comissão, diante do próprio presidente, Pedro Dallari, e da

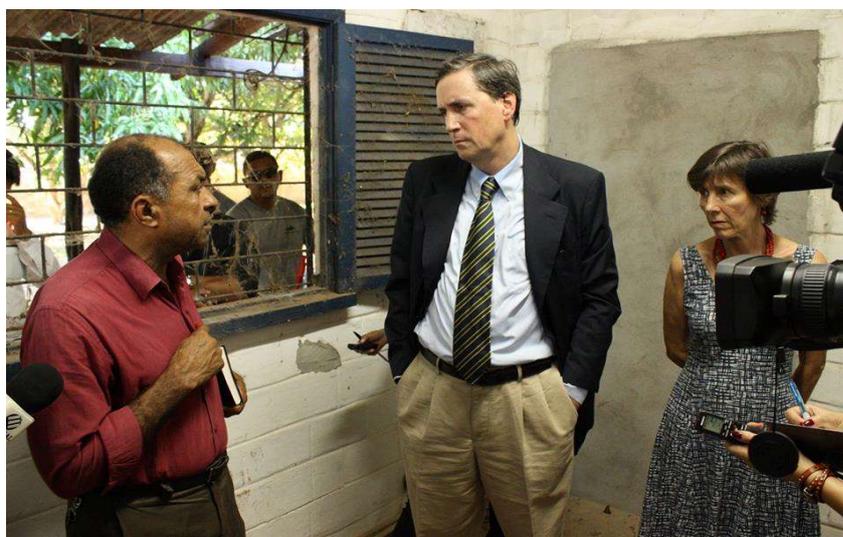
²¹² Ibid., p. 2.

²¹³ Voltaremos a abordá-los no capítulo 4.

²¹⁴ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**: a esquerda em armas. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

também integrante Maria Rita Kehl. O local é a Casa Azul, que serviu de centro de prisão clandestina e torturas para guerrilheiros e para a população local, e onde Guido e outros recrutas atuaram como sentinelas ou outros serviços condizentes com o seu nível hierárquico. A imagem também registra a presença da imprensa e de curiosos no local. Indiretamente, aponta para o contexto em que o depoimento estava ocorrendo, no ano final das atividades daquela comissão.

Figura 6 - Manoel Messias Guido depõe para a CNV (2014)



Fonte: CNV.²¹⁵

Dessa vez, não foram registradas as enchentes, o cotidiano de uma cidade que vive do comércio da castanha ou o atípico retrato de um rapaz colhendo ovos de tartaruga. Como ocorrido com Alexandre de Oliveira e Maria da Soledade, o centro do registro era o depoimento de um senhor que vivenciou diretamente a Guerrilha do Araguaia, ouvido na expectativa de que pudesse apresentar informações novas, reveladoras de um evento encoberto por diversas camadas de silêncio, eliminação de rastros e vigilâncias.

A fotografia acabou também registrando a alteridade da relação entre aqueles que escutavam, pessoas brancas oriundas do Estado de São Paulo, representantes do Direito e da Psicanálise, respectivamente; e entre aquele que dava o seu depoimento, um senhor de pele escura, habitante de uma hoje cidade média do interior da Amazônia, que, nos anos 1970, foi transformada em um dos espaços de repressão militar mais atuantes no país. De certa forma,

²¹⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Diligência da CNV na Casa Azul**. 15 set. 2014. Fotografia 5. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/fotos.html>> Acesso: 08. jan. 2023.

acabava encenando a interseção entre “paulistas”,²¹⁶ como parte da população chamava na época os guerrilheiros, principalmente do Destacamento A, e os moradores locais. A imagem indica a condição precária daquele espaço, ainda pertencente a um órgão público, o que também dá indício do tratamento precarizado dado ao tema pelo Estado.

Pessoas como Maria da Soledade, Pedão, Lídia, Porfírio, Alexandre de Oliveira, Alcione e Guido contribuíram com a formação social de cidades da fronteira Araguaia-Tocantins. Seus relatos de memória nos ajudam a ampliar a compreensão não somente da participação negra dentre as frentes migratórias instaladas nos anos anteriores àquele episódio, mas da própria história recente do Brasil e da América Latina. Nos capítulos seguintes, voltaremos às suas histórias e de outros personagens. Antes disso, porém, iremos nos debruçar sobre os caminhos de mulheres e homens negros comunistas até o Araguaia.

²¹⁶Um dos motivos que a literatura aponta para que o termo “paulistas” tenha sido usado, além do sotaque e origem de alguns dos militantes, foi a associação de sua aparência com a dos estudantes — como do Campus Avançado da Universidade de São Paulo — que integravam o projeto Rondon (1967-1989) e andavam pela região. Também fazia referência a uma percepção da diferença das feições em relação à população local, não somente no tocante à coloração clara da pele de muitos dos militantes do PC do B, mas também ao fato de muitos não terem a experiência de trabalho no campo, bem como terem um modo de agir e falar bem diferente dos demais migrantes, o que indicava que tiveram maior acesso à educação formal. PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002.

2 “NO CAMINHO DA REVOLUCIONARIZAÇÃO”: PRESENÇA NEGRA NA HISTÓRIA COMUNISTA NO BRASIL E OS CAMINHOS DO PC DO B ATÉ O ARAGUAIA

Os anos iniciais do período republicano no Brasil foram muito dinâmicos em termo de mobilizações sociais e formação de novos grupos organizativos entre as populações pobres, a exemplo da constituição de grupos de operários, alguns dos quais ligados também à maior integração dos negros na sociedade. Flávio Gomes²¹⁷ problematizou a atuação política dos afrodescendentes no Brasil no início do pós-abolição. Naquele contexto, “em várias regiões surgiram associações, entidades e *clubs* formados por libertos e pela população negra – fossem eles de setores literários, operários ou recreativos em geral”.²¹⁸

Participantes das antigas lutas abolicionistas ou nascidos já sob a República, esses sujeitos não se limitaram às tentativas individuais de luta, buscando formas de mobilizações coletivas, confrontando a estrutura racista vigente no país. Passaram a constituir meios diversos de associação, por intermédio dos quais lutavam não apenas contra o preconceito, mas também por cidadania, autonomia e maior participação no mundo do trabalho.

Buscavam, também, organizar festividades e outras manifestações culturais, usando a arte e a sociabilidade como instrumentos de atuação política. Nesse sentido, segundo o mesmo autor, tais grupos constituíram redes de sociabilidade própria, nas quais: “O principal apelo era reunir e tratar de assuntos de interesse dos ‘homens de cor’ ou das ‘classes de cor’.”²¹⁹ Naquele período, também foram constituídos, em diversos locais do Brasil, jornais do que passaria a ser conhecido como imprensa negra, nos quais: “Seriam impressas diversas ideias e um vocabulário político próprio. Setores negros avaliavam suas inserções, demandas, normas, comportamentos, estratégias e atuação”.²²⁰

Dois homens negros, Luís da França e Silva e Gustavo Lacerda, foram peças importantes na criação do Partido Operário, apenas um ano depois de proclamada a República, e em mobilizações socialistas que iriam ter influência não apenas na então capital do país.²²¹ Luís da França e Silva (? – 1894), operário tipógrafo, de origem potiguar, atuante

²¹⁷ GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 78.

²¹⁹ *Ibid.*, p. 78.

²²⁰ *Ibid.*, p. 78.

²²¹ ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina: 1800-2000**. Tradução: Magda Lopes. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

no Rio de Janeiro, “não era apenas uma liderança operária, mas uma liderança operária negra. Este elemento é também fundamental ao compormos um juízo de valor sobre a importância do movimento abolicionista e do movimento operário no pós-abolição”.²²² Suas ações, de orientação socialista,²²³ indicavam também o surgimento de grupos diversos — tais como socialistas, comunistas, anarquistas, entre outros — entre o movimento operário e as adaptações que tais grupos realizavam a partir de teorias políticas recepcionadas da Europa.

De acordo com Flávio Gomes, as mobilizações negras no início da República tornaram possível a criação da FNB e a participação de grupos negros em eventos como a Revolta Constitucionalista de 1932. A FNB passou a aglutinar clubes, associações e agremiações negras em diversas partes do país, chegando a se constituir como partido político, em 1936. Ainda que, no ano seguinte, tenha sido extinta, devido à abolição dos partidos políticos pela Ditadura do “Estado Novo”, entre 1888 e 1937, ocorreram “décadas efervescentes”²²⁴ para a militância negra, que influenciaram, também, as décadas seguintes.

Segundo Petrônio Domingues, nos anos “1930, o movimento negro deu um salto qualitativo”²²⁵ devido à fundação da FNB. Porém, Domingues, Gomes e Buonicore salientaram as diversas contradições presentes no movimento, como a defesa de ideais nacionalistas, aproximações com o integralismo e apropriação do estilo de propaganda política do fascismo italiano.²²⁶ Os militantes da FNB e outros “homens de cor” também interagiram com os comunistas durante o cotidiano e nas mobilizações, por vezes, a partir de tensionamentos. Como sublinhou Gomes: “Experiências com socialistas e comunistas não foram menos conflituosas: em vários comícios, lideranças dirigiam-se aos negros como ‘cidadãos de cor preta’, reforçando estigmas”.²²⁷

²²² ANNUNZIATA, Felipe. **A abolição da escravidão e a luta dos operários**: a história de Luiz da França e Silva. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2021/09/a-abolicao-da-escravidao-e-a-luta-dos-operarios-a-historia-de-luiz-da-franca-e-silva/>> Acesso: 17 dez. 2022. s/p.

²²³ As concepções socialistas por eles defendidas guardavam as especificidades da época e mesclavam-se com ideias liberais: “As idéias de Luis França e Silva – no momento da formação do Partido Operário de 1890, e da publicação de seu jornal Echo Popular, exemplificam o dissenso operário que se formaria no turbilhão da criação da República, discurso produzido, como veremos, em grande parte pela revolução política republicana-burguesa, mas já nascido em contradição a esta. O discurso de França e Silva é formalmente liberal, e contudo, este se proclama socialista, esta aparente contradição é, na realidade, a demonstração do surgimento de uma consciência de classe em busca de um projeto próprio”. PANSARDI, Marcos Vinícius. O movimento operário e a República. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 3, n. 5, 2008, p. 90.

²²⁴ GOMES, F. S. **Negros e política...** op. cit. p. 79.

²²⁵ DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2008. p. 105.

²²⁶ BUONICORE, Augusto Cezar. **Reflexões sobre o marxismo e a questão racial**. Disponível em: <http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/85_REFLEXOES_SOBRE_O_MARXISMO_E_A_QUESTAO_RACIAL.pdf> Acesso: 10 Mar. 2018.

²²⁷ GOMES, F. S. **Negros e política...** op. cit. p. 79.

A fundação do primeiro partido denominado Partido Comunista do Brasil, que, inicialmente, usou a sigla PCB, data de 1922.²²⁸ Operários negros militaram no partido em seus anos iniciais, a exemplo de Minervino de Oliveira (1891-1977),²²⁹ candidato a presidência nas eleições de 1929. O maior ingresso de negras e negros, contudo, ocorreu a partir da década de 1930. Alguns desses sujeitos apresentavam experiências em associações negras, entre as quais, as que deram base à FNB, a exemplo do operário Claudino José da Silva (1902-1985),²³⁰ natural de Natividade (RJ),²³¹ que fez parte da Frente Negra Mineira e, na condição de deputado constituinte, inseriu pautas raciais em sua atuação no legislativo.²³² Voltaremos a abordá-lo adiante.

Pedro Chadarevian²³³ destacou que, entre 1922 e 1933, o PCB apresentou grande desinteresse quanto à questão racial. Apontou uma mudança após 1934, perante as pressões advindas do movimento comunista internacional, que passou a fortificar a cobrança para que fosse aplicada a *Tese sobre a questão negra*, aprovada durante a III Internacional Comunista, em 1922. Também influenciou a concorrência surgida após a forte atuação da FNB em diversas cidades na década de 1930. O crescimento da FNB mostrou aos comunistas que eles deveriam fazer ajustes na sua forma de atuação, de modo a não perder contato com uma parcela importante do operariado. Também não podemos perder de vista a atuação interna de operários negros, que buscavam que suas demandas fossem ouvidas dentro do partido.

De acordo com a *Tese sobre a questão negra*: “O IV Congresso [da Internacional Comunista] considera essencial apoiar todas as formas do movimento negro que visam minar

²²⁸ Em 1922, foi fundado o Partido Comunista do Brasil, cuja sigla era PCB. Em 1961, o partido passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla. Em 1962, militantes dissidentes do PCB fundaram o Partido Comunista do Brasil (PC do B), responsável pelas ações de luta armada no Araguaia. O PC do B, contudo, passou a defender que não se tratava de um novo partido — postura mantida até hoje —, buscando vincular a sua história à do partido formado em 1922. Os partidos passaram a coexistir, ambos na clandestinidade, e a apresentarem visões divergentes sobre os rumos da luta comunista no país. Enquanto o PCB investia num viés reformista, acreditando na via eleitoral, o PC do B passou a, cada vez mais, direcionar esforços para a luta armada como caminho para a revolução brasileira.

²²⁹ Domingues apresenta uma relevante observação quanto aos enquadramentos da memória sobre Minervino: “É importante frisar que quando Minervino de Oliveira candidatou-se à presidência da República em 1929, o PCB desinteressava-se pelos problemas específicos do afro-brasileiro ou mesmo subestimava a existência do racismo na comunidade nacional. Por isso não é de estranhar que ele — um operário militante fiel e devotado ao programa ‘revolucionário’ do partido — tenha negligenciado as questões de raça durante a campanha. Sua condição de negro era vista como secundária em relação à sua condição de classe. Isso não impediu que, depois de ter caído no ostracismo, Minervino de Oliveira tenha sido revalorizado por uma memória negra comunista.”. DOMINGUES, Petrônio. Minervino de Oliveira: Um negro comunista disputa a presidência do Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 101, p. 13-51, 2017, p. 43-44.

²³⁰ BUONICORE, Augusto Cezar. **Claudino José da Silva**: a voz negra e comunista na Constituinte de 46. Disponível em: < <http://www.vermelho.org.br/noticia/270749-11> > Acesso: 10 mai. 2018.

²³¹ Antes denominado Natividade de Carangola.

²³² BUONICORE, A. C. **Claudino José da Silva**... op. cit.

²³³ CHADAREVIAN, Pedro C. Raça, Classe e Revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). *Política & Sociedade*, Florianópolis, Vol. 11, n. 20, p. 255-283, abr. 2012.

ou enfraquecer o capitalismo e o imperialismo ou impedir a sua expansão”.²³⁴ O apoio à causa dos negros deveria vir acompanhado do chamamento para que os trabalhadores negros se engajassem nos embates com o capitalismo. Também foi mencionada, na *Tese*, a necessidade de inclusão dos trabalhadores negros nos sindicatos.

Ademais, os comunistas deveriam apoiar, em seus países, pautas ligadas à luta pela igualdade racial, salarial e outros direitos sociais. Contudo, observemos que a orientação tática de tais ações já demonstrava uma inclinação não para o apoio às pautas dos movimentos negros em si, mas para a utilização das mobilizações negras para enfraquecer os países capitalistas, sobretudo os Estados Unidos, país reconhecidamente marcado pelo racismo e que se firmara como grande potência após o fim da Primeira Guerra Mundial. Esse tipo de posicionamento, como abordaremos ainda neste capítulo, viria a ter reverberações em grupos revolucionários no Brasil e na América Latina, nos anos 1960 e 1970.

No Brasil, demoraria cerca de uma década para que os postulados da *Tese sobre a questão negra* comesçassem, ainda que timidamente, a ser executados pela militância do PCB. Segundo Edilza Sotero, nos anos 1930, o PCB passou a modificar a forma de abordagem e consolidou, em seus documentos, “discursos voltados especificamente para a população negra, como por exemplo: a luta por autodeterminação, uma adaptação de demandas formuladas da Internacional, com forte influência da experiência do comunismo negro americano”.²³⁵ Isso representou um ponto de ruptura.

De acordo com a autora, naquele período, foi desenvolvida, entre os comunistas brasileiros, a compreensão de que os negros se encontravam entre “a parcela mais explorada da classe trabalhadora”,²³⁶ fator identificado como herança do período escravista. No entanto, haviam ainda alguns entraves. Segundo Chadarevian, a escolha do partido por uma aliança de classes²³⁷ com parte da burguesia nacional foi um dos empecilhos para que as relações raciais assumissem maior importância dentro do partido:

²³⁴ INTERNACIONAL COMUNISTA. 4o Congresso da Terceira Internacional Comunista. **Tese sobre a questão negra**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1922/11/30.htm>> Acesso: 10 jan. 2020. p. 3.

²³⁵ SOTERO, Edilza Correia. **Representação política negra no Brasil Pós-Estado Novo**. 2015. 314f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 243.

²³⁶ *Ibid.*, p. 243.

²³⁷ Ao contrário do que viria ser defendido pelo PC do B a partir dos anos 1960, que pregava que a revolução socialista deveria ser efetuada por intermédio da luta armada, o PCB concebia uma relação com setores da burguesia, objetivando desenvolver as relações capitalistas no país, de modo a ampliar as suas contradições internas, o que auxiliaria na produção de um futuro horizonte revolucionário. Defendia-se a tese de que o Brasil era um país alicerçado em estruturas feudais que deveriam ser superadas pela burguesia.

Era, ademais, improvável que autores comunistas considerassem a opressão racial como um mecanismo de exploração econômica dos trabalhadores negros pela classe dominante, já que um segmento desta classe – a burguesia nacional – era vista como um ator central das mudanças necessárias para superar a fase feudal em que se encontrava a economia do país.²³⁸

Como dito acima, os negros estavam presentes no interior do PCB, sobretudo após os anos 1930. De acordo com Buonicore, naquela década e na posterior, algumas pautas defendidas por comunistas acabaram colaborando com demandas das populações negras, como a apresentação, em 1946, pelo então deputado Jorge Amado, da “emenda constitucional que garantiu ampla liberdade religiosa no país, permitindo que os cultos afro-brasileiros pudessem sair da ilegalidade”,²³⁹ entre outras medidas. Todavia, para aquele autor, grande parte das demandas dos afrodescendentes acabava, muitas vezes, sendo apenas aludida rapidamente ou transformada em meras palavras-de-ordem, o que teria ocasionado o “débito dos comunistas em relação à elaboração teórico-política em torno da ‘questão racial’ no Brasil”.²⁴⁰ Todavia, o nível de desigualdade vivenciado pelas populações negras no país impunha que o tema da questão racial acabasse retornando de uma forma ou outra nas discussões políticas realizadas naquele período no partido.

Nas próximas páginas, continuaremos abordando as experiências negras no cerne do PCB, a exemplo da atuação do futuro guerrilheiro do Araguaia, Francisco Manoel Chaves, a partir de meados de 1935. Evidentemente, a abordagem se dá a partir dos limites do nosso objeto e limites deste trabalho. Por isso, não apresentaremos maiores detalhamentos de modo a abordar de forma mais aprofundada a história da participação negra nas mobilizações comunistas no país, tema que por si merece investigações à parte. Nesse sentido, apresentaremos apenas alguns apontamentos.

Logo em seguida, discutiremos como o PCB e a luta comunista protagonizada por militantes como Francisco Chaves teve influência, sobretudo nos anos 1940 e 1950, sobre os familiares de alguns outros futuros guerrilheiros negros do Araguaia, o que influenciou na transmissão de valores comunistas entre gerações de uma mesma família negra, a partir de cidades interioranas. Finalmente, quanto ao contexto pós 1964, foram recuperadas informações sobre personagens negros que perderam a vida em ações perpetradas pela Ditadura, permitindo-nos construir uma melhor compreensão da atuação negra no contexto.

²³⁸ CHADAREVIAN, P. C. **Raça, classe e revolução...** op. cit., p. 277.

²³⁹ BUONICORE, A. C. **Reflexões sobre o marxismo e a questão racial...** op. cit. p. 9.

²⁴⁰ *Ibid.*, p. 9.

Por fim, foram abordadas concepções sobre a “questão negra” veiculadas no interior do PC do B, bem como problematizada a participação negra naquele partido e na luta no Araguaia.

2.1 FRANCISCO MANOEL CHAVES E OUTRAS “FIGURAS NEGRAS” DO PCB

Um dos futuros guerrilheiros do Araguaia, o marinheiro negro Francisco Manoel Chaves (1906-1972) iniciou sua trajetória comunista na década de 1930, a partir da adesão à insurreição revolucionária realizada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935. Lembremos que a repressão à ANL se tornou um marco não somente para as mobilizações no campo da esquerda, mas também para a história do anticomunismo no país.²⁴¹ No perfil criado como homenagem a Francisco Chaves após sua morte na guerrilha, o partido²⁴² descreveu:

Em 1934-1935, enquanto boa parte da oficialidade aderiu às hostes integralistas de Plínio Salgado, vasto contingente de marujos engrossava as fileiras da Aliança Nacional Libertadora, participava das ações antifascistas e apoiava a insurreição de novembro de 1935. Muitos marinheiros se filiaram ao Partido Comunista do Brasil. Francisco Chaves foi um deles. A partir de então, elevou constantemente sua consciência de classe, tornando-se um batalhador incansável da conquista de melhores condições sociais para seus

²⁴¹ Segundo Rodrigo Pato Sá Motta: aquela insurreição foi um “movimento liderado pela Aliança Nacional Libertadora, uma frente de esquerda hegemônica pelos comunistas. A insurreição de 1935 foi alcunhada pejorativamente de ‘Intentona’, para dar-lhe marca mais negativa (significa intento louco), e forneceu boa parte do arsenal propagandístico usado nos anos posteriores. A ‘Intentona Comunista’ deu origem não somente à construção de um imaginário, mas, ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática, com monumentos e paradas cívicas de caráter marcadamente militar. A violência do episódio e os objetivos dos revolucionários foram exagerados e caricaturados, para aumentar o impacto da propaganda e insuflar o medo. Foram muitas décadas de intensa campanha anticomunista, com destaque para representações negativas sobre a União Soviética e demais países socialistas, apresentados como o inferno na terra, e fortes cargas também sobre figuras nacionais como Luiz Carlos Prestes”. MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista**. Disponível em: <https://www.academia.edu/37518793/ANTICOMUNISMO_E_ANTIPETISMO_NA_ATUAL_ONDA_DIREITISTA> Acesso: 17 dez. 2022. p. 5.

²⁴² O artigo apareceu em *A Classe Operária*, em maio de 1974, praticamente dois anos após a Morte de Chaves. Naquele momento, os guerrilheiros já haviam, em grande medida, sido derrotados, restando apenas alguns grupos de sobreviventes escondendo-se nas matas. É provável que o texto tenha sido elaborado por João Amazonas, principal responsável pela publicação da obra *Cinquenta Anos de Luta*, publicação na qual o texto foi replicado. Amazonas, que havia se deslocado do Araguaia pouco antes do início dos combates, encontrava-se, naquele momento, exilado na Albânia. Ele era uma dos que traziam as memórias das ações antes de 1962. De todo modo, o texto veio a público como de autoria do Comitê Central do Partido. PC DO B. Denodado lutador de vanguarda. **A classe operária**: Órgão central do Partido Comunista do Brasil, [S.L.], v. 10, n. 85, p. 1-10, mai 1974. p. 2; 7.

companheiros, de liberdade para os trabalhadores e emancipação nacional do povo brasileiro.²⁴³

Tratava-se de um texto a ser consumido pelas novas gerações de militantes e fazer justiça, do ponto de vista do partido, à memória de um dos seus integrantes que tombou em combate contra o regime militar. Embora pouco conhecido, esse texto é, até hoje, a principal fonte de informações acerca da vida de Francisco Chaves antes do Araguaia. Esse artigo serviu de base para os perfis criados nas décadas seguintes por entidades vinculadas à construção da memória dos que foram vítimas do terror de estado durante o regime militar.

O artigo *Denodado lutador de Vanguarda* denunciou também as torturas a que Chaves foi submetido após ser preso, em 1935. A resistência de Chaves à tortura e à vida na prisão foram sublinhadas como um dos fatores que o ajudaram a ter destaque entre os comunistas:

Seu nome começou a se destacar durante a feroz repressão que se seguiu à derrota da insurreição de 1935. Preso pelos que se esmeravam em liquidar o setor revolucionário da Marinha, suportou por seis meses a fio torturas inenarráveis por sua bestialidade. Sob a chefia do famigerado comandante Lúcio Meira,²⁴⁴ um dos piores verdugos daquele período, a horda repressiva queria obrigar nosso valente camarada a entregar os membros da Aliança e do Partido existentes naquela corporação e ainda não descobertos. Mas não conseguiram seu intento. Inquebrantável foi a resistência de Francisco Chaves. Recolhido ao presídio de Ilha Grande, não cessou de lutar. Graciliano Ramos,²⁴⁵ que com ele conviveu nessa época, narra em seu livro <<Memórias do Cárcere>> os esforços de Chaves e de outros comunistas para denunciar as condições desumanas, de autêntico campo de concentração, em que se achavam os presos políticos do referido presídio.²⁴⁶

De fato, Chaves foi mencionado duas vezes em *Memórias do Cárcere*, livro no qual o escritor Graciliano Ramos apresentou seu testemunho do período em que esteve detido no presídio da Ilha Grande (RJ), após ter sido alvo da máquina anticomunista. Em ambas as menções, Ramos associou Chaves a outros dois homens negros, vindos do meio operário. Um deles era Aleixo, descrito como estivador na Bahia,²⁴⁷ e o outro, o futuro deputado constituinte Claudino José da Silva, já citado neste capítulo. Claudino também exerceu,

²⁴³ PC DO B. Denodado Lutador de vanguarda. In: PC DO B. **Cinquenta anos de luta**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1975. p. 198.

²⁴⁴ Lúcio Meira Martins (1907-1991), oficial da marinha (à época, capitão-tenente). “Pouco depois do levante comunista de 1935, foi encarregado de presidir um inquérito sobre atividades comunistas entre os praças da Marinha”. KORNIS, Mônica. **MEIRA, Lúcio**. Disponível em: <<https://silو.tips/download/militar-interv-tj-1946-min-viaao-pres-bnde#>> Acesso: 17 dez. 2022. p. 1.

²⁴⁵ Graciliano Ramos (1892-1953) foi um dos principais escritores brasileiros do século XX. Quando da prisão, em março de 1936, já havia publicado *Caetés* (1933) e *São Bernardo* (1934). Ainda em 1936, publicou *Angústia*. Foi libertado em janeiro de 1937.

²⁴⁶ PC DO B. **Denodado Lutador de vanguarda...** op. cit., p. 198.

²⁴⁷ Não conseguimos localizar outras informações sobre ele.

durante a vida, ofícios como os de marceneiro, ferroviário e pintor de paredes e, como destacou Buonicore²⁴⁸, foi a “Voz negra e comunista na Constituinte de 46”. Em 1936, porém, ele era um preso político e vivenciava as agruras do cárcere.

As menções de Ramos indicam uma relação de sociabilidade permanente entre os três homens negros, que devem ter encontrado elementos de afinidade, não somente por seu pertencimento étnico-racial e afinidades políticas, mas também a partir de outros elementos de suas histórias de vida; estes fatores colaboraram para que os três se mantivessem próximos, num espaço repleto de outros presos políticos. Tais afinidades podem indicar, ainda, uma atuação conjunta diante de prováveis tensionamentos raciais, seja no contato com outros presos, seja na interação com os agentes prisionais; além de uma óbvia proximidade quanto à forma de atuar no cerne do comunismo, segundo as lentes de Ramos.

Na primeira menção, Graciliano Ramos apresentou os três ao narrar uma cena na qual outro preso foi à sua procura, pedindo-lhe que corrigisse um texto político, elaborado pelos encarcerados. Ramos, já um escritor reconhecido, começou, então, a efetuar a troca de algumas palavras no texto, que, ao seu ver, não faziam sentido. Não demorou para que ele fosse questionado pelo companheiro de cárcere, que informou que o camarada escritor deveria tão somente ajustar pontos e vírgulas. Diante da insistência de Ramos em alterar algumas palavras, o homem decidiu apresentar o pleito aos demais. Então:

Tomou os papéis, encaminhou-se ao fundo escuro do alojamento, onde, sobre tábuas, várias pessoas se reuniam às vezes, cochichavam, rabiscavam. Além do padeirinho França, juntavam-se ali algumas *figuras negras, curiosas*: Claudino, esgalgado, rijo, sério, de voz áspera; Francisco Chaves, gordo e baixo, sempre em luta com dificuldades imensas de expressão; Aleixo, estivador na Bahia, se não me engano, criatura amável em extremo, a fala mansa, um brilho de inteligência nos vidros dos óculos redondos. Provavelmente esses indivíduos não iriam achar imprescindível a mudança de um adjetivo, dispensariam a minha cooperação.²⁴⁹

A segunda menção ocorreu em um ponto mais dramático do relato. Ramos relatava algumas situações lastimáveis, como a morte repentina, durante a noite, de um homem que conhecera enquanto era transportado para a prisão: “Era coisa prevista, imaginada sempre, mas o jeito de fazer o enterro, a mudança de uma criatura humana em pacote jogado fora sem quebra da rotina, expôs-me com horrível clareza a insignificância das nossas vidas”.²⁵⁰ Outras

²⁴⁸ BUONICORE, A. C. **Claudino José da Silva...** op. cit.

²⁴⁹ RAMOS, GRACILIANO. **Memórias do cárcere** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Record, 2020. p. 510, grifo nosso.

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 546.

situações envolviam presos políticos que, notoriamente, não apresentavam qualquer vinculação, mesmo que por afinidade, ao comunismo: “Certamente era ridículo²⁵¹ perseguir essas criaturas. Mas podíamos conjecturar vinganças, denúncias de inimigos ocultos, a canalhice de um chefe empenhado em suprimir eleitores da oposição”.²⁵²

O escritor salientou, então, o comportamento de tais aprisionados, que viviam em grande desassossego e sonhando em reabilitar-se diante da autoridade policial, de modo a corrigir os equívocos que os havia levado ao cárcere. E ressaltou a postura distinta de outros aprisionados, comunistas convictos e que sabiam que, nos dois tipos de caso, a polícia não mudaria sua forma de atuar. Desse modo, Ramos sublinhou que:

Esse encolhimento e essas evasivas [dos que defendiam que não possuíam vínculo com o comunismo ou cometido qualquer sorte de crimes] contrastavam com a energia de Claudino, de Aleixo, de Francisco Chaves, os três negros ocupados sempre em conciliábulos no fim do galpão.²⁵³

É evidente que, para os presos políticos convictos de tal condição, que ainda por cima apresentavam afinidades entre si a partir do compartilhamento de ideais, expectativas e um repertório político comum, era maior a possibilidade de manter ações conjuntas de resistência, a exemplo da elaboração do manifesto citado acima. O que certamente não eliminava outros tensionamentos, como as constantes sessões de tortura e outras privações sofridas, mas contribuía para que eles fossem vistos por Ramos como distintos em relação aos outros, que expressavam, de forma mais latente, suas dores e angústias individuais. O perfil elaborado pelo PC do B apontou que, ao sair da prisão, Chaves se reincorporou à militância comunista:

Posto em liberdade no início da década de 40, quando pairava sobre os povos a ameaça da dominação nazista e o Partido sofria internamente o ataque dos liquidacionistas, Chaves não vacilou no caminho a tomar. Defendeu a existência do Partido, sua justa linha política, a luta sem quartel contra o perigo fascista, se integrou no trabalho da reconstrução partidária e da preparação da Conferência da Mantiqueira, em 1943. Nesta conferência, foi eleito suplente do Comitê Central [...], cargo que exerceu até 1946.²⁵⁴

Data de 1946 um raro registro fotográfico de Chaves. Como observou Agildo Nogueira Junior, responsável pela localização dessa imagem: “Preto Chaves viveu quase toda

²⁵¹ Ramos levantou uma hipótese bastante interessante para justificar tais aprisionamentos: “Uma apenas me ocorreu, já muito repetida. O governo se corrompera em demasia; para agüentar-se precisava simular conjuras, grandes perigos, salvar o país enchendo as cadeias. Mas as criaturas suspeitas, e os homens comprometidos na Escola de Aviação, no 3.º Regimento, na revolução de Natal eram escassos, não davam para justificar medidas de exceção e arrocho, o temor público necessário à ditadura”. Ibid., p. 548.

²⁵² Ibid., p. 548.

²⁵³ Ibid., p. 549.

²⁵⁴ PC DO B. **Denodado Lutador de vanguarda...** op. cit., p. 198-199.

a sua vida adulta na clandestinidade, e foi bom nisso”.²⁵⁵ Ao mesmo tempo que tal estratégia de ação política clandestina, fortemente ligada aos rumos do comunismo no contexto em que Chaves viveu, denota a dedicação do militante à causa que defendia, por outro lado, faz com que poucos rastros sobre sua vida e sobre seu pensamento sejam hoje conhecidos.²⁵⁶

Conforme Maria Leal Pinto: “No entanto, pouco se sabe sobre como o veterano comunista viveu no período entre a prisão de Vargas e a sua luta empreendida nas selvas da região do Araguaia”.²⁵⁷ Chaves era um daqueles sujeitos que atuavam silenciosamente e ajudavam o PCB a se manter em atividade; como também acontecia com Claudino que, em 1943, na mesma conferência da Mantiqueira, foi nomeado membro do Comitê Central.

Figura 7 - Francisco Manoel Chaves (1946)



Fonte: Agildo Nogueira Junior.²⁵⁸

O perfil elaborado pelo PC do B registrou o posicionamento de Chaves diante das revelações de Nikita Krushchev, em 1956, durante o processo de desestalinização soviético:

Ao sobreviver ao grande surto revisionista de 1956, [Chaves] não se deixou enganar nem atemorizar pela gritaria da corja de revisionistas kruschovistas contra Stálin e o Partido, a ditadura do proletariado e o movimento

²⁵⁵ NOGUEIRA JUNIOR, Agildo. **Araguaia: do mito ao homem Preto Chaves**. Disponível em: <<https://eusr.wordpress.com/2009/06/27/araguaia-do-mito-ao-homem-preto-chaves/>> Acesso: 17 nov. 2022. s/p.

²⁵⁶ Abordamos Chaves em: LUIZ, Janailson Macêdo. Notas sobre a clandestinidade: Francisco Manoel Chaves e a participação negra nas mobilizações comunistas no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 94-107, 2018.

²⁵⁷ PINTO, Maria Leal. A intertextualidade entre a história e a literatura do testemunho: o personagem Preto Chaves. **Revista Porto das Letras**, [S. L.], v. 4, n. 3, 2018. p. 55.

²⁵⁸ Segundo Nogueira Junior: “a foto que ilustra esta matéria, a primeira que encontro. Ela foi publicada em janeiro de 1946 no jornal Hoje, um dos muitos jornais comunistas editados na década de 1940. Ele e os companheiros Carmínio Casamante – do comitê municipal de Sorocaba – e Orlando Burgos de Carvalho, de Barretos, voltavam de uma reunião ampliada do Comitê Nacional do Partido, no Rio de Janeiro. Ao que se sabe, até hoje sua fisionomia era desconhecida da maioria. Até no cartaz que mostra os guerrilheiros do Araguaia, consta o seu nome mas nenhuma foto”. NOGUEIRA JUNIOR, A. **Araguaia...** op. cit. s/p.

comunista.²⁵⁹ Sustentou atitude de classe, evitou o envolvimento por parte do bando revisionista e permaneceu vigilante em face das manobras de Prestes. Aliás, Chaves sempre guardou reservas a respeito da posição de Prestes como dirigente comunista devido a sua formação caudilhesca nos quadros da oficialidade do Exército.²⁶⁰

Observe que, além das informações factuais, o partido aproveitou o espaço para, mais uma vez, marcar a posição política frente ao PCB, reiterando divergências. É importante observarmos que, por um lado, não temos outras fontes para analisar a dita desconfiança de Chaves em relação a Prestes. Por outro lado, é fato que, após a cisão, o ex-marinheiro vinculou-se ao PC do B. Tal tipo de cisão era complexa, porque significava alternar um caminho político que, no caso de Chaves, já era seguido por quase trinta anos.

Segundo Buonicore, Claudino, por sua vez, manteve-se ao lado do PCB na cisão, tendo continuado no partido no restante de sua atuação política. Não temos informações sobre as relações entre Claudino e Chaves após a saída da prisão, no início da década de 1940, muito menos em relação a esse período pós clivagem dos partidos. Contudo, em termos políticos, o racha comunista de 1956 separou para sempre aqueles homens negros outrora engajados em “conciliábulos no fim do galpão” da prisão da Ilha Grande. Chaves acabaria sua vida nas matas do Araguaia, em 1972; e Claudino, num asilo no Rio de Janeiro, em 1985.²⁶¹

Assim como Chaves e Claudino, outros homens e mulheres negras militaram pelo PCB nos anos 1930, 1940 e 1950. Outros tantos, embora não integrassem o partido, passaram a ser simpatizantes da causa comunista, com maior ou menor grau de adesão. É importante observarmos que esses militantes tinham um raio de atuação que, além dos trabalhadores das fábricas das grandes cidades, afetava também inúmeras pessoas, inclusive no interior do país. As famílias de outros futuros guerrilheiros do Araguaia acabariam evidenciando isso.

2.2 “MEU PAI ERA COMUNISTA E ELE ASSINAVA O SEMANÁRIO”

²⁵⁹ PC DO B. **Denodado Lutador de vanguarda...** op. cit., p. 199.

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 199.

²⁶¹ Segundo Buonicore: “A última notícia que temos de Claudino Silva foi extraída de sua biografia divulgada pelo Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj). Ali se afirma: ‘Luiz Carlos Prestes, ao regressar do exílio em 1979, procurou seus velhos companheiros do PCB. Entre eles, Claudino José da Silva. Vivia no estado do Rio, velho, doente e abandonado. Prestes conseguiu sua internação na Casa São Luiz, instituição dedicada a atender a chamada ‘velhice desamparada’. Claudino passou a ter tratamento adequado, o que lhe permitiu viver condignamente ainda alguns anos. Faleceu em fevereiro de 1985, aos 82 anos de idade. Por orientação de Prestes, foi velado no saguão da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, onde havia atuado como deputado comunista nos anos de 1946-1947”. BUONICORE, A. C. **Claudino José da Silva...** op. cit. s/p.

Helenira Resende, uma das companheiras de Francisco Chaves no Araguaia, era filha de Adalberto de Assis Nazareth (1902-1965), natural de Nazareth das Farinhas (BA). Médico, espírita e maçom, o Dr. Nazareth foi um daqueles homens negros tocados pelas concepções comunistas nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, conforme nos foi relatado em entrevista por sua filha Helenalda de Souza Nazareth. Há indícios que apontam que os primeiros contatos de Nazareth com o comunismo ocorreram ainda durante a sua época de estudante na Faculdade de Medicina da Bahia (FMB),²⁶² em Salvador (BA), período em que conciliava os estudos com a atuação como marceneiro, profissão herdada do pai.

Após formar-se (1928), passou a exercer a medicina no município baiano de Irará, instalando-se depois em Cerqueira César (SP) e, de forma definitiva, em Assis (SP). Ao relatar o porquê o Dr. Nazareth decidiu deixar a Bahia e migrar para o interior do Estado de São Paulo, Helenalda relatou que:

Também já veio por causa de política [...]. É porque ele era do Partido Comunista. Naquela época ainda era um partido só, né. E ele era do Partido Comunista e aí lá em Irará (BA) também aconteceu o seguinte. Todo mundo já, os comunistas já começaram a ficar conhecidos. Então eles tinham que procurar outras regiões pra morar, aí ele veio para o interior de São Paulo.²⁶³

De Lara, biógrafo de Nazareth, deu maior atenção à atuação do médico na maçonaria e no espiritismo em detrimento do comunismo. Apesar disso, descreveu o médico como alguém crítico à sociedade capitalista e imerso em concepções humanistas, como nesse trecho:

Discussões acaloradas entre NAZARETH e os seus interlocutores, na famosa 'roda' do Clube Recreativo de Assis, um clube de elite assisense, evidenciavam o seu ponto de vista de que o homem é o socialismo posto que ele se liga ao meio social como as sementes de uma romã, constituindo-se ambos, homem e teoria, tal qual um pacto, no pacto social de ROSSEAU. E quando lhe retrucava, em defesa do capital que sem este a humanidade não existiria, pois não haveria bens, riquezas, respondia com grande clarividência que ela evoluiu do escambo, da troca direta e pois, de muito mais, da fraternidade.²⁶⁴

Osvaldão, cuja família era natural de Passa Quatro, interior de Minas Gerais, também contava com familiares comunistas, a exemplo de João, um de seus irmãos mais velhos, que teria sido o responsável por fazer os primeiros contatos do futuro guerrilheiro com aquela

²⁶² Uma das principais instituições de formação médica no país, desde o século XIX. Hoje vinculada à Universidade Federal da Bahia (UFBA).

²⁶³ NAZARETH, Helenalda Resende de Souza; NAZARETH, Helenoira Resende de Souza; COSTA, Marta Heloísa Nazareth. **Entrevista**. São Paulo, 21 ago. 2019. Entrevistador: Janailson Macêdo Luiz. 2h33min.

²⁶⁴ LARA, José Maria R. de. **Alberto de Assis Nazareth**: retrato falado e escrito. Campinas: Dizart, 1997. 52.

orientação política. Joffily, biógrafo de Osvaldão, abordou João ao falar da infância de Osvaldo: “Padeiro como o pai, mais tarde dono de bar, tocador de violão e trombone, ele é o primeiro da família a se iniciar no comunismo”.²⁶⁵ Em depoimento reproduzido no documentário *Osvaldão*, Maria Rita, filha de João, narrou:

Meu pai era comunista e ele assinava o semanário, né. Eu lembro de que quando eu era pequena, devia ter uns seis ou sete anos, uma vez chegou um rapaz e falou com ele (um rapaz desconhecido). Meu pai tinha esse bar, né, papai tava no bar e esse rapaz chegou e falou alguma coisa ‘lebre’. Papai respondeu alguma coisa ‘tatu’ e o rapaz falou uma outra coisa que eu não consegui perceber. Aí o rapaz entrou em casa e de lá foi embora, no outro dia. Eu peguei e fiquei com aquilo e falei ‘papai, porque que ele falou aquele negócio de lebre?’, eu não lembro nem qual foi a frase que ele usou. Aí meu pai falou: ‘isso é uma senha. Você sabe o que é uma senha? Tem a senha, tem a contra-senha então a pessoa chega, se eu quero mandar um recado para alguém, eu já combino’. Então, eu não sabia que, dentro da minha casa, seria um aparelho.²⁶⁶

Alguns anos antes do documentário, Joffily, após fazer menção a um depoimento análogo da sobrinha do guerrilheiro, contou que: “Maria Rita diz que seu pai morreria amargurado, com remorsos por iniciar Osvaldão na política. Via a tragédia do irmão caçula como se fosse culpa sua”.²⁶⁷ Afora o episódio da senha e contrassenha, Joffily ainda narrou outro caso relatado por Maria Rita:

João compra um jornal, o *Semanário*, tido como comunista, vendido no trem [em Passa Quatro-MG]. O delegado da cidade intima-o a entregar o jornal, João recusa e vai preso, mas só por dez minutos. Um grande ajuntamento de gente na praça da cidade convence o policial a soltá-lo. As emoções do episódio, vivido de perto por sua companheira, apressam o parto do filho, que se chama Luís Carlos em homenagem a Prestes.²⁶⁸

Esses relatos, embora estejam vinculados a um personagem com protagonismo na Guerrilha do Araguaia, ajudam-nos também a compreender, algumas décadas antes, a adesão ao comunismo por parte de pessoas negras no interior de Minas Gerais; pessoas que não chegariam a ter o protagonismo de Osvaldão, mas cujas histórias passaram a ser conhecidas em virtude do interesse que foi sendo criado em torno da atuação do familiar guerrilheiro.

A crítica social promovida pelo PCB dialogava naquele momento com as visões tidas por muitas mulheres e homens negros em relação à política e aos rumos esperados para a

²⁶⁵ JOFFILY, Bernardo. *Osvaldão e a saga do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular: 2008, p. 22.

²⁶⁶ OSVALDÃO. Direção: Vandré Fernandes et al. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014. 80 min. Trecho citado: min 12.

²⁶⁷ JOFFILY, B. *Osvaldão e a saga do Araguaia...* op. cit. p. 22.

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 22.

sociedade brasileira. Quanto à família de Osvaldão, Joffily apontou também diversos episódios de racismo, que tornavam frequente a necessidade de reafirmação de uma postura de resistência, sobretudo, para que os mais jovens pudessem prosseguir seus estudos.

Conforme Joffily: “José Orlando da Costa, o pai de Osvaldo, nasceu numa fazenda, antes da vitória abolicionista de 1888, mas já liberto graças à Lei do Ventre Livre (1871)”.²⁶⁹ Através do contato com o francês Jules Régnier, proprietário de diversos empreendimentos na cidade, José pôde deslocar-se até o Rio de Janeiro, onde fez um curso de culinária: “Assim, o filho da senzala do coronel Pereira se fez padeiro, confeitiro e cozinheiro”.²⁷⁰

Afora a maior inclusão de negros entre as fileiras do PCB, estudos apontam que, nos anos 1940, continuaram ocorrendo aproximações do partido com a temática racial. Sotero, ao estudar a atuação político-partidária dos afrodescendentes no Brasil, no pós 1945, apontou que: “O discurso antirracista que vinha sendo desenvolvido pelo partido e por intelectuais comunistas, durante os anos anteriores, integrou à prática eleitoral a atuação partidária do PCB no período em que esteve na legalidade, de 1945 a 1947”.²⁷¹ A partir, sobretudo, dos anos 1940: “além de lideranças negras provenientes de setores do operariado, o Partido Comunista também contava com a participação de lideranças que atuavam como intelectuais no movimento negro”,²⁷² como Édison Carneiro, Raimundo Dantas e Solano Trindade.

Em 1946, o PCB se encontrava na legalidade, após o encerramento do Estado Novo,²⁷³ e conseguiu eleger²⁷⁴ alguns deputados nas eleições para a Assembleia Constituinte. Sotero localizou, nas defesas em prol dos mandatos cassados dos deputados comunistas, em 1947, em especial, no que diz respeito às mobilizações na Bahia em torno da perda do mandato por Claudino José da Silva, indícios que apontam que, naquele momento, os comunistas entendiam “a representação política negra como uma forma legítima de representação e que estavam atuando ativamente na construção dessa via política quando se deu a cassação do registro do partido e posteriormente dos mandados dos parlamentares eleitos”.²⁷⁵

²⁶⁹ Ibid., p. 16.

²⁷⁰ Ibid., p. 16.

²⁷¹ SOTERO, E. C. **Representação política negra...** op. cit. p. 243.

²⁷² Ibid., p. 246.

²⁷³ Como é designado o período ditatorial, sob o governo de Getúlio Vargas, especificamente entre 1937 e 1945.

²⁷⁴ Além do PCB, algumas mulheres e homens negros integravam outro partido esquerdista do período, a Esquerda Democrática, que se transformaria em Partido Socialista Brasileiro, atuante até 1965. Segundo Sotero, por exemplo: “Nas eleições de 19 de janeiro de 1947, a primeira participação da Esquerda Democrática, constam, pelo menos, quatro nomes de candidatos negros apresentados pelo partido: Sofia de Campos Teixeira, Francisco Lucrécio, Sebastião Francisco e Eurides de Oliveira. Dos quatro, os dois primeiros tiveram atuação de destaque na mobilização negra durante o processo de redemocratização”. SOTERO, E. C. **Representação política negra...** op. cit., p. 86.

²⁷⁵ Ibid., p. 275-276.

Observaremos adiante, ao abordarmos o líder camponês paraibano Nego Fuba, perseguido antes e durante o regime militar, mais um exemplo que corrobora com essa tese.

Sotero ressaltou que os diversos momentos em que o PCB teve seus direitos políticos cassados, em especial, em 1947, contribuíram para invisibilizar a participação de negros nas mobilizações políticas nas décadas iniciais do século XX. Podemos compreender, a partir das conclusões apresentadas por essa autora, que a cassação freou a maior inclusão dos negros no âmbito da participação partidária. Também devemos levar em conta as dificuldades de filiação junto às siglas que representavam os interesses das elites econômicas, além da dificuldade de acesso a recursos financeiros que contribuíssem para a realização das campanhas. Finalmente, também pesavam as demais dificuldades ligadas às desigualdades de raça, classe e gênero vigentes então no país, que acresciam barreiras à participação política negra.

O tipo de cassação abordado por Sotero havia atingido, alguns anos antes, o partido da FNB, o que ajuda a tornar ainda mais compreensíveis os impedimentos criados para uma maior presença negra na política partidária, considerando-se a primeira metade do século XX. Essa pouca representatividade se manteve durante o regime militar e, apesar de exceções no contexto da redemocratização, ainda hoje é uma realidade no país.

Apesar dessas evidentes perdas quanto à representatividade política negra, Sotero concluiu que: “Da atuação de ativistas negros e de políticos no pós-Estado Novo, o debate em si não se perdeu, parte dele foi, inclusive, institucionalizado na forma da lei Afonso Arinos (Lei 1390/51), que tornou a discriminação racial uma contravenção penal”.²⁷⁶ Muitas outras pautas, entretanto, acabariam sendo deixadas para o futuro, reforçando tanto a exclusão social de grande parte da população, quanto a naturalização dessa exclusão.

Os anos foram se passando e uma série de pautas que poderiam mudar a situação social da maioria dos brasileiros continuavam sendo vistas como menos importantes, dada a representação majoritária dos interesses da classe dominante e a manutenção da exclusão dos trabalhadores, negros e mulheres dos espaços de decisão política. Após o golpe militar de 1964 e as drásticas transformações na conjuntura política dali decorrentes, negras e negros continuaram a atuar nos grupos políticos do campo da esquerda. Como na maior parte de sua história, os comunistas tiveram que continuar agindo na clandestinidade, no entanto, dessa vez, passaram a sofrer perseguições que foram se intensificando à medida que os militares ampliavam o controle da máquina estatal, cada vez mais usada para perseguir opositores

²⁷⁶ Ibid., p. 280.

políticos. Nesse sentido, veremos agora algumas informações sobre mulheres e homens negros mortos pelas ações repressivas de agentes da Ditadura.

2.3 MULHERES E HOMENS NEGROS MORTOS POR AGENTES DE ESTADO

Ainda são pouco conhecidas as motivações que levaram algumas mulheres e homens negros a integrarem grupos que, não somente apresentavam uma orientação comunista nos anos iniciais do regime militar, mas também aderiram à luta armada. Pessoas que, conforme compreendiam muitos militantes naquele momento, viam o caminho da revolução brasileira como viável, ou até mesmo inevitável, dadas as concepções que orientavam sua ação política; concepções estas que eram fortalecidas pelas inúmeras insurreições ocorridas a nível internacional naquele contexto. Como veremos mais detidamente nos casos de Helenira Resende e Rosalindo Souza, por exemplo, muitos deles foram sendo empurrados para uma atuação política cada vez mais clandestina, a partir das ações de endurecimento promovidas pelo regime contra militantes de esquerda que tinham posição de liderança no movimento estudantil. Todavia, haviam outros perfis.

Osvaldão, como abordaremos no próximo capítulo, interrompeu seu curso de Engenharia Mecânica²⁷⁷ na Tchecoslováquia para ajudar a pôr em prática o projeto revolucionário do PC do B. É óbvio que, ao retornar ao Brasil, às vésperas do golpe de 1964, ele não poderia vislumbrar tudo o que iria acontecer. Ao mesmo tempo, guardava uma convicção revolucionária que o fez ficar instalado, entre 1966 e 1972, na Amazônia Oriental, e permanecer ali ainda por mais dois anos, em combate, até ser assassinado, em 1974. Tratar desse tipo de convicção não significa fazer uma leitura romântica do período, mas tentar entender o porquê de algumas escolhas, feitas em um dado momento e realimentadas durante vários anos, mesmo diante de situações extremas.

Também é interessante pensarmos nas escolhas feitas por Francisco Manoel Chaves. Vimos que ele se manteve na luta comunista desde a década de 1930, quando participou das mobilizações da ANL, e que tinha motivos suficientes para ver os militares e os

²⁷⁷ Ao contrário do que afirmado por Joffily, segundo Eduardo Pomar, colega de Osvaldo na ETN e na Universidade de Praga, o curso realizado por Osvaldo era Engenharia Mecânica e não Engenharia de Minas. Ver: POMAR, Eduardo. In: ENCONTRO NA ANTIBABILÔNIA. 2017 [1961]. Documentário. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i38v3tR1XLE>> 20m12s. Acesso: 20 dez. 2022.

anticomunistas como inimigos. Quando a Guerrilha teve início, ele já estava com sessenta e seis anos. Mesmo assim, optou por se deslocar até o Araguaia; e lá permanecer no período de adaptação e após os conflitos terem sido iniciados. Em 1972, Francisco Chaves não era um jovem idealista, mas uma pessoa que havia passado a maior parte de sua vida lutando em torno de uma causa, tendo já sido preso, torturado, expulso da Marinha e optado por adotar uma vida de trabalho político clandestino. Novamente, não se trata aqui de simplesmente enaltecer ou criticar esse tipo de atitude, mas inserir essas escolhas dentro de um contexto, de modo a tornar melhor compreensível como esse tipo de ação se tornou possível.

Quanto ao contexto, cada vez mais, a partir de 1964, era dificultado pelos governos militares o acesso dos sujeitos a questões básicas para uma sociedade democrática, como a manifestação política, a liberdade de expressão, o direito à crítica e ao contraditório. Evidentemente, como discutido no capítulo anterior, o contexto do final dos anos 1960 e começo dos 1970 foi também marcado, apesar do autoritarismo, pela construção de certa visão otimista da economia por parcelas significativas da sociedade. O que ajudava a manter sob certo isolamento os militantes cuja atuação política tinha justamente como proposta atacar os problemas centrais gerados pelas relações de exploração capitalista.²⁷⁸

Em relação específica às mulheres e aos homens negros, algumas questões que certamente influenciaram a participação política comunista desses sujeitos já foram evidenciadas acima, a partir das experiências dos primeiros anos de comunismo no Brasil, a exemplo da evidente maior aproximação política dos comunistas junto às demandas dos trabalhadores e grupos subalternizados, que contavam com grande presença negra, além do evidente viés de contestação social adotado por esses grupos. Como dito na introdução, o aumento — ainda que tímido — da presença negra no meio universitário, foi outro fator que favoreceu o ingresso maior de negras e negros no cerne dos grupos esquerdistas no período. Outras respostas podem ser buscadas a partir do estudo de trajetórias e casos específicos.

Em 2009, o estado brasileiro veiculou um catálogo com informação sobre mulheres e homens negros mortos em decorrência da violência de estado durante o regime militar.²⁷⁹

²⁷⁸ REIS FILHO, Daniel A. **A revolução faltou ao encontro**. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

²⁷⁹ Tratava-se de um recorte contendo perfis biográficos extraídos da obra *Direito à Memória e à Verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*, publicada dois anos antes. O catálogo em questão, por sua vez, foi intitulado *Direito à Memória e à Verdade: Aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar*. Essa publicação resultou de uma parceria entre a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, durante o segundo Governo Lula. Ver: BRASIL. **Direito à Memória e à Verdade**: aos descendentes de homens e mulheres que

Selecionamos alguns dados dessa publicação, por nos ajudarem a ter uma visão ampla acerca das pessoas negras que atuaram naquele contexto. Obviamente, por questão de espaço, não iremos discorrer um a um os quarenta casos listados. Além disso, não se tratou de uma análise exaustiva, mas de uma tentativa de melhor compreensão da participação negra no período, de modo a melhor identificar as especificidades daqueles que atuaram no PC do B.

Acreditamos, porém, que o número de mulheres e homens negros, da esquerda ou não, vitimados fatalmente durante o contexto do regime militar, extrapolou o total desses quarenta. De um modo geral, eles estiveram envolvidos em casos emblemáticos e, por isso, tiveram maior visibilidade com o passar dos anos, contando ainda — em boa parte dos casos — com a participação destacada de parentes e amigos no processo de busca por informações. Há indícios, entretanto, que se trata de um número por demais sub-representado.

Só para dar um exemplo que aponta essa sub-representação, curiosamente, não menos emblemático do ponto de vista da divulgação: não está computado nessa lista oficial o nome de Robson Silveira da Luz, feirante negro de 21 anos, morto após ser vítima de tortura por parte da Polícia Militar, na cidade de São Paulo, em 1978. Esse crime gerou grande repercussão e comoção entre lideranças negras, servindo como um dos estopins²⁸⁰ para as mobilizações ocorridas em São Paulo naquele ano, que resultaram na criação do MNU.

A não inclusão de nomes como os de Robson na referida publicação indica o silenciamento em relação a crimes cometidos contra cidadãos negros que não faziam parte de movimentos de esquerda. Além desse caso, também não foram nomeados, no referido documento, outros incontáveis crimes perpetrados por meio de grupos de extermínio que atuaram em todo o país, com a participação de agentes de estado, sobretudo, policiais militares. Boa parte dessas ações atingiam, além de militantes políticos, pessoas anônimas, incluindo grande quantidade de moradores de locais pobres e periféricos, que, muitas vezes, tiveram suas vidas ceifadas de forma sumária por tais grupos, sob a alegação de vínculo com a criminalidade, sem qualquer direito a julgamento.²⁸¹ O documento também não trata de temas

cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar. Brasília: SEDH/SEPPPIR, 2009.

²⁸⁰ “Numa perspectiva contextual, os acontecimentos imediatamente anteriores à formação do MNU foram tomados pelos ativistas como exemplos intoleráveis da discriminação no país. Tratava-se do assassinato do primo [Robson Silveira da Luz] de um dos integrantes do movimento e da discriminação contra atletas negros barrados à porta do famoso Clube de Regatas do Tietê. No calor das emoções, esses eventos foram decisivos para impulsionar a atividade pública nas escadarias do Teatro Municipal”. RIOS, Flávia. O protesto negro no Brasil contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 85, p. 41-79, 2012. p. 50.

²⁸¹ O documento também não trata de temas como a perseguição aos movimentos negros e a grupos culturais ligados à negritude na época.

aqui já citados e que vêm ganhando mais atenção nos últimos anos, como a perseguição aos movimentos negros e a grupos culturais ligados à manifestação da negritude.

Apesar disso, o referido catálogo se constitui como um documento que ajuda a dar visibilidade e aproximar os perfis biográficos de diversas pessoas negras que perderam a vida em virtude da atuação repressiva e avessa ao respeito aos direitos humanos adotada pelo regime militar. Entre os quarenta citados, encontram-se alguns nomes de maior conhecimento público. Muitos deles, entretanto, embora não possam ser descritos como anônimos, pois figuram em diversos documentos e publicações que fazem alusão ao regime militar, têm suas histórias de vida pouco conhecidas. Em especial, pouco se conhece de suas trajetórias para além das poucas linhas de informação presentes nos perfis reproduzidos sobre os mortos e desaparecidos, o que aponta a necessidade de maiores investigações acadêmicas a respeito.

Como dito acima, embora esse quantitativo não deva ser visto como o número total de mulheres e homens negros vitimados pelo regime militar no Brasil, a lista apresenta algumas informações que são bastante pertinentes para um maior entendimento do contexto. Entre elas, a presença negra em grupos diversos, como os já citados PCB (4) e PC do B (10); assim como na VPR (6),²⁸² ALN (5),²⁸³ PCBR (2),²⁸⁴ PCR (2),²⁸⁵ M3G (1),²⁸⁶ AP (1)²⁸⁷ e Var-

²⁸² A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) surgiu em 1968, a partir de grupos pré-existentes, como a Política Operária (Polop), que envolvia desde dissidentes do PCB a militares de baixa patente; também integraram o movimento estudantes e operários de Osasco (SP). Carlos Lamarca foi um dos principais líderes do grupo, assim como Onofre Pinto. Embora tivessem como objetivo uma futura guerrilha rural, realizaram, na prática, diversas ações de guerrilha urbana, com destaque para o sequestro de vários embaixadores e negociações com o governo para a liberação de presos políticos. Em 1974, o grupo já havia sido desbaratado. Ver: MACIEL, Wilma Antunes. VPR: contra a ditadura, pela revolução. In: SALES, Jean Rodrigues (Org.). **Guerrilha e revolução**: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

²⁸³ A Ação Libertadora Nacional (ALN), cujo líder mais conhecido foi Carlos Marighella, também foi formada por meio de uma dissidência do PCB, entre 1967 e 1968. A ALN promoveu diversas ações de guerrilha urbana, como assaltos e sequestros de cunho político, com destaque para o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, em 1969, em ação conjunta com o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Grande parte de seus militantes foi assassinada pela repressão até 1974, como ocorreu com o próprio Marighella.

²⁸⁴ O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), ligado à guerrilha urbana, foi fundado em 1968, por dissidentes do PCB. GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira - das ilusões perdidas à luta armada. 5 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

²⁸⁵ O Partido Comunista Revolucionário (PCR) foi formado em Recife (PE), em 1966, a partir de dissidência do PC do B. Seus militantes divergiam tanto da nova linha adotada pelo PCB desde 1956, a quem também caracterizavam como revisionista, quanto ao maoísmo do PC do B, visto como um movimento conciliatório dentro do esquerdismo. O grupo teve maior atuação em algumas capitais e zona canavieira de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. **Breve histórico do PCR**. Disponível em: < <https://pcrbrasil.org/pcr/historia/> > Acesso: 10 jul. 2022.

²⁸⁶ O M3G, sigla para “Marx, Mao, Marighella e Guevara”, teve em Edmur Pércles de Camargo, antigo integrante do PCB e companheiro, seu fundador. O grupo atuou em Porto Alegre, entre 1969 e 1970, em atividades de guerrilha urbana. BRASIL. **Direito à Memória e à Verdade: aos descendentes...** op. cit.

²⁸⁷ A Ação Popular (AP) foi fundada em 1962 a partir de militantes do movimento estudantil ligados a grupos católicos, tais como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Católica Brasileira. A AP, que passou por várias cisões, atuou, sobretudo, junto a sindicatos, buscando a proletarização de seus integrantes. Sua

Palmares (1).²⁸⁸ Desse modo, ajuda-nos a constatar que houve presença negra em boa parte dos grupos ligados à esquerda armada do período, o que rompe com representações que indicavam um certo branqueamento dos sujeitos que lutaram nos grupos da esquerda, armada ou não, provocando a invisibilidade da presença negra naquele tipo de luta.

É interessante observarmos que boa parte desses grupos ou foi formada a partir de dissidentes do PCB, como o PC do B, PCBR, ALN e VPR; ou do próprio PC do B, no caso do PCR, criado em 1966. Até mesmo alguns grupos menores, como o M3G, tiveram, entre seus fundadores e líderes, figuras outrora vinculadas ao PCB, como ocorreu com o jornalista negro Edmur Pércles Camargo, o que nos ajuda a compreender a presença negra em tais organizações. Esses grupos, ao mesmo tempo, guardavam proximidades com as gerações que vivenciaram a luta comunista em outras décadas, e davam agora, em boa parte dos casos, um passo distinto diante do acirramento das tensões vigentes durante o regime militar.

Tabela 1 - Mulheres e homens negros mortos em ações de agentes do regime militar, segundo informações da obra *Direito à memória e à verdade*

Nº	Nome	Nascimento/ Morte	Entidade/Partido	Circunstâncias da morte/desaparecimento
1	José de Souza	1931-1964	Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro	“Suicídio” no pátio do DOPS/RJ
2	Pedro Domiense de Oliveira	1921-1964	PCB, Associação dos Posseiros do Nordeste de Amalina	“Suicídio” no quartel da 6. ^a Região Militar, Salvador (BA)
3	Dilermano Mello do Nascimento	1920-1964	Ministério da Justiça	“Suicídio” no prédio do Ministério da Justiça
4	João Alfredo Dias (Nego Fuba)	1932-1964	PCB, Ligas Camponesas de Sapé	Desaparecimento após prisão, depois do golpe de 1964
5	Newton Eduardo de Oliveira	1921-1964	Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas / CGT	“Suicídio”
6	Jorge Aprígio de Paula	1938-1968	Operário	Morto por um tiro, atribuído à Polícia do Exército, em manifestação pela morte de Edson Luís
7	Hamilton	1941-1969	VPR	Morto por policiais do DOPS/SP

orientação maoísta contribuiu para sua aproximação com o PC do B no início dos anos 1970. Entre 1971 e 1973, parte dos militantes da AP passaram a militar naquele partido, contribuindo para a manutenção de sua existência, diante da grande repressão após iniciada a ação no Araguaia. GORENDER, J. **Combate nas trevas...** op. cit.

²⁸⁸ A Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) foi formada em 1969 pela fusão (temporária), da VPR e o Comando de Libertação Nacional (Colina). MACIEL, W. A. **VPR: contra a ditadura...** op. cit.

	Fernando Cunha			
8	Geraldo Bernardo da Silva	1925-1969	Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil	Suicídio, após retorno de prisão por parte do Exército
9	Carlos Marighella	1911-1969	ALN	Morto em emboscada policial liderada pelo DOPS/SP
10	Marcos Antônio da Silva Lima	1941-1970	PCBR	Morto em emboscada por agentes de repressão política
11	Alceri Maria Gomes da Silva	1943-1970	VPR	Morta por agentes do DOI-CODI (SP), ao estourarem um “aparelho” da VPR
12	Edson Neves Quaresma	1939-1970	VPR	Morto a tiros por uma patrulha realizada por agentes do DOI-CODI (SP)
13	Raimundo Eduardo da Silva	1938-1971	AP	Morto em decorrência de tortura no DOI-CODI (SP)
14	Odijas Carvalho de Souza	1945-1971	PCBR	Morto em decorrência de torturas executadas na Delegacia de Segurança Social do Recife
15	Joel Vasconcelos Santos	1949-1971	União da Juventude Patriótica (PC do B)	Desaparecimento após ser abordado em ronda policial no morro do Borel (RJ)
16	Gerson Theodoro de Oliveira	1947-1971	VPR	Morto após aprisionamento no DOI-CODI (RJ)
17	Abílio Clemente Filho	1949-1971	Movimento Estudantil	Desaparecimento quando caminhava em Santos (SP), com indícios de aprisionamento e tortura no DOI-CODI (SP)
18	Mariano Joaquim da Silva (Loyola)	1930-1971	VAR-Palmares	Desaparecimento após passar pelo centro clandestino conhecido como a “Casa da Morte”, em Petrópolis (RJ)
19	José Milton Barbosa	1939-1971	ALN	Morto após confronto com agentes da repressão
20	Amaro Felix Pereira (Procópio)	1929-1972	PCR	Indícios de que foi vítima de desaparecimento forçado, em Pernambuco
21	Marcos Nonato da Fonseca	1959-1972	ALN	Morto em emboscada efetuada por agentes do DOI-CODI
22	Idalísio Soares Aranha Filho	1947-1972	PC do B	Morto em emboscada militar durante a Guerrilha do Araguaia
23	Helenira Resende de Souza Nazareth	1944-1972	PC do B	Morta em emboscada militar durante a Guerrilha do Araguaia, com relatos de que foi também torturada
24	Francisco Manoel Chaves	1906-1972	PC do B	Morto em emboscada militar durante a Guerrilha do Araguaia
25	Evaldo Luiz Ferreira de Souza	1942-1973	VPR	Morto por agentes da repressão na Chacina da Chácara São Bento, em Paulista (PE)
26	Luiz José da Cunha (Crioulo)	1943-1973	ALN	Indícios de morte por tortura, em operação dos órgãos da repressão
27	Manoel Aleixo	1931-1973	PCR, Ligas	Morto com indícios de participação

	da Silva (Ventania)		Camponesas	de agentes da repressão
28	Rosalindo de Souza	1940-1973	PC do B	Morto durante a repressão à Guerrilha do Araguaia. Existem versões diversas sobre sua morte
29	Lúcia Maria de Souza	1944-1973	PC do B	Assassinada em operação das Forças Armadas durante a Guerrilha do Araguaia
30	Demerval da Silva Pereira	1945-1973	PC do B	Vítima de desaparecimento político, após encontrar-se sob custódia dos militares durante a Guerrilha do Araguaia
31	Antônio de Pádua Costa	1973-1974	PC do B	Vítima de desaparecimento político, após encontrar-se sob custódia dos militares durante a Guerrilha do Araguaia
32	Oswaldo Orlando da Costa	1938-1974	PC do B	Morto em emboscada, em operação militar durante a Guerrilha do Araguaia
33	Dinalva Oliveira Teixeira	1945-1974	PC do B	Vítima de desaparecimento político, após encontrar-se sob custódia dos militares durante a Guerrilha do Araguaia
34	Ieda Santos Delgado	1945-1974	ALN	Indícios de que foi vítima de desaparecimento forçado
35	Edmur Péricles Camargo	1914-1974	M3G	Preso na Argentina e vítima de desaparecimento forçado
36	Onofre Pinto	1937-1974	VPR	Morto em confronto com forças militares próximo a Foz do Iguaçu (PR), com indício de que foi vítima de uma armadilha
37	Itair José Veloso	1930-1975	PCB	Vítima de desaparecimento forçado, com indício de morte sob tortura, em São Paulo
38	José Montenegro de Lima	1943-1975	PCB	Morto sob tortura por agentes do DOI-CODI
39	Benedito Gonçalves	1931-1979	Sindicalista	Morto após sofrer um golpe de cassetete de um policial militar durante um piquete de greve, em Minas Gerais
40	Santo Dias da Silva	1942-1979	Sindicalista	Morto após ser alvejado por um tiro disparado por um policial militar durante um piquete de greve, em São Paulo

Fonte: Brasil (Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Secretaria Especial dos Direitos Humanos).²⁸⁹

²⁸⁹ BRASIL. *Direito à Memória e à Verdade: aos descendentes...* op. cit.

A lista também indica que, afora os grupos de esquerda armada, também foram vitimados sujeitos atuantes no movimento estudantil e no movimento sindical, em alguns casos, mortos enquanto participavam de manifestações ou atividades grevistas. A ocorrência dessas mortes, ano após ano, acompanha também certas tendências²⁹⁰ em relação à própria história do regime militar, demonstrando que a morte dessas mulheres e homens negros, identificados na publicação, tinha forte relação com o que estava ocorrendo em cada momento específico do contexto. Observemos, nesse sentido, a quantidade de supostas mortes por suicídio ocasionadas nos anos iniciais do regime. Cinco entre os oito primeiros citados tiveram o suicídio apontado como *causa mortis*, entre 1964 e 1969. É evidente que esse número não representa uma mera coincidência.

Como exemplifica a morte do economista Dilermando Mello do Nascimento (abordada a seguir), são fortes os indícios de que, costumeiramente, esse tipo de “suicídio” ou era forjado ou, quando ocorria de fato, era, muitas vezes, o resultado da pressão psicológica exercida por parte dos agentes da repressão, mediante ameaças à honra e à integridade física dos familiares dos vitimados. A ocorrência dessas mortes também ajuda a desconstruir certa imagem de que a violência política, agravada após o AI-5, no final de 1968, só teve início a partir daquele momento. Antes disso, ocorreram, como observou Napolitano, formas seletivas de repressão.²⁹¹ As fases mais repressivas do regime não foram gestadas repentinamente, mas costuradas dia após dia, mediante pequenas ações que cada vez mais se tornaram sistemáticas.

²⁹⁰ É evidente que a elaboração de tal lista passa já pelo crivo das informações pré-reunidas durante os anos iniciais de busca pelo desvendamento dos crimes da ditadura. Como já aludido, é provável que, se houvessem sido computados também outros tipos de crimes, como os dos grupos de extermínio, violência policial (como no exemplo de Robson Silveira da Luz) e outros tipos de caso, outras tendências do período também ficassem visíveis.

²⁹¹ Ao apresentar resposta para a conhecida polêmica da “ditabranda”, vinda a público em publicação realizada em 2009, pelo jornal *Folha de São Paulo*, Napolitano lançou a pergunta: “Afim, é possível caracterizar o regime militar antes do AI-5 e da montagem do terror de Estado como uma ditadura?” Em seguida, apresentou como a tal representação da “ditabranda” estava alicerçada na memória construída por liberais civis em relação ao período, a tal da “ditadura envergonhada” a que Elio Gaspari se referiu e que intitula uma de suas obras; assim como em concepções defendidas por generais vinculados ao “castelismo”, ala dita moderada entre os militares que efetuaram o golpe de 1964, costumeiramente oposta ao grupo da dita “linha dura”, que, internamente, fazia-lhe oposição e que assumiu o governo em 1967. Napolitano apontou que, para compreender o período 1964-1968 para além de certas armadilhas postas em cena pela memória hegemônica, é necessário que nos debruçemos sobre os dois objetivos políticos que orientaram tanto o golpe de 1964 quanto o regime implementado a partir dele: “O primeiro objetivo era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado. As cassações e os inquéritos policial-militares (IPM) foram os instrumentos utilizados para tal fim. [...] O segundo objetivo, não menos importante, era cortar os eventuais laços organizativos entre essa elite política e intelectual e os movimentos sociais de base popular, como o movimento operário e camponês. Aliás, para eles, não foi preciso esperar o AI-5 para desencadear uma forte repressão policial e política”. Assim, ainda de acordo com Napolitano: “A relativa liberdade de expressão que existiu entre 1964 e 1968 explica-se menos pelo caráter ‘envergonhado’ da ditadura e mais pela base social do golpe de Estado e pela natureza do próprio regime por ele implantado. Tendo forte apoio nas classes médias e produto de uma conspiração que envolveu setores liberais (ancorados na imprensa e nos partidos conservadores), os quatro

Como a lista acima demonstra, no pós AI-5, à medida que as políticas autoritárias e a malha repressiva foram se desenvolvendo, passaram a entrar em cena, com maior frequência, mortes promovidas por agentes de siglas como o DEOPS e o DOI-CODI. Ademais, ao mesmo tempo que, após 1968, cresciam os grupos guerrilheiros, grande número dos militantes desses grupos passava a ser alvo de ações letais, com destaque, no tocante ao quantitativo de negros que perderam a vida nessas ações, e que eram membros da ALN, da VPR e do PC do B.

Finalmente, após o Araguaia e a derrota da guerrilha urbana e rural, o maior número de mortos registrado no documento era do PCB e de movimentos sindicais, o que, mais uma vez, dialoga diretamente com o que vinha ocorrendo naquele momento: seja a caçada aos comunistas e, especificamente, ao PCB durante o governo Geisel (1974-1979), seja a perseguição ao movimento sindical nos anos finais do regime militar. Embora a perseguição ao PCB não tenha totalmente cessado desde o início do regime, ela agravou-se após 1973, quando foi instituída a chamada Operação Radar, que resultou em diversas baixas.

Em 1975, após a derrota eleitoral de 1974,²⁹² o governo decidiu combater ainda mais profundamente o PCB, que não só recebeu a conta da vergonha eleitoral que afligiu o regime, como também foi alvo de uma tentativa de limpeza de terreno, visando eliminar a influência comunista na transição democrática que se desenhava no horizonte. Como destacou Napolitano: “Sintomaticamente, quando a esquerda armada tinha sido já liquidada, os esforços da repressão se concentraram na eliminação da ‘esquerda desarmada’, sob a máxima de que qualquer comunista solto ou vivo é inimigo e perigoso”.²⁹³

A maioria dos quarenta abordados acima nasceu nas décadas de 1930 e 1940, sendo os mais velhos Francisco Manoel Chaves (1906) e Carlos Marighella (1911), não por acaso, advindos da militância no antigo PCB. A maior parte, sobretudo entre os nascidos a partir do final dos anos 1930, integrava uma geração que já não se encontrava no imediato pós-

primeiros anos dos militares no poder foram marcados pela combinação de repressão seletiva e construção de uma ordem institucional autoritária e centralista”. NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2018. p. 69; 70; 71.

²⁹² “Em abril de 1974, o regime militar completava dez anos com poucas ameaças no horizonte. Um simulacro de democracia era mantido, com eleições diretas apenas para deputados, senadores, vereadores e parte dos prefeitos. Nas eleições de 1970, a oposição, com muitos de seus líderes presos ou exilados, pregou a abstenção. O resultado foi uma vitória esmagadora da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio à ditadura, que passou a deter dois terços da Câmara e nada menos que 59 das 66 cadeiras do Senado. O ano de 74 terminaria, porém, em desastre para o governo. Nas eleições de 15 de novembro, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido da “oposição consentida”, se recupera espetacularmente, elegendo 16 senadores, das 22 vagas em disputa; e por pouco não obtém a maioria da Câmara, tendo conquistado 161 das 364 cadeiras, ou 44%”. FARIA, Adriano. FONTENELLE, André. **Especial**: Senado 74 – A eleição que abalou a ditadura. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>> Acesso: 19 dez. 2022. s/p.

²⁹³ NAPOLITANO, M. **1964**: História do regime militar... op. cit. p. 250.

abolição, e que, a despeito das conhecidas dificuldades dos negros quanto à integração no mundo do trabalho, não abriram mão de manter uma atuação contestatória, seja a partir de seus espaços de atuação profissional seja a partir do movimento estudantil.

Assim como nos anos iniciais do comunismo no Brasil, uma parte dos que foram listados acima era oriunda do movimento sindical na cidade e no campo e, incluso, das Ligas Camponesas. Outro número significativo advinha do militarismo, especialmente militares perseguidos na Marinha e no Exército por defenderem uma visão contrária ao anticomunismo adotado pelo regime. Finalmente, como já dito, percebe-se que uma especificidade do período do regime militar foi o quantitativo de mulheres e homens negros que, entre os vitimados elencados acima, realizaram ações de militância que se iniciaram no âmbito do movimento estudantil, com destaque para o movimento estudantil universitário.

2.4 UM PRACINHA NEGRO NA MIRA DO REGIME

Um caso que guarda muitas especificidades em relação aos demais foi a morte do economista paraibano Dilermano Mello do Nascimento, em 15 agosto de 1964. Não há indícios de sua ligação com grupos comunistas. Essa morte ganhou repercussão na imprensa devido ao “suicídio” de Dilermano ter ocorrido em um espaço central do Rio de Janeiro, em prédio então pertencente ao Ministério da Justiça. Outro fator que ajudou a dar visibilidade pública para o caso estava vinculado à própria história de vida do economista,²⁹⁴ que era pracinha e, durante a segunda Guerra Mundial, atuou na Batalha do Monte Castelo, na Itália.

Seu passado militar na Força Expedicionária Brasileira (FEB) não lhe garantiu, porém, um *modus* diferente de tratamento nos meses iniciais de instalação de um regime comandado justamente por militares. Segundo a CNV: “Em 1963, [Dilemano] ingressou no Ministério da Justiça, ocupando a função de diretor da Divisão de Material”,²⁹⁵ sendo exonerado após o

²⁹⁴ De acordo com a CNV, Dilermano: “Cursou economia entre 1950 e 1954 na Universidade do Distrito Federal (UDF), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Nos anos seguintes aprofundou os estudos, tendo

feito o curso de Análise Econômica em 1957 e cursos de aperfeiçoamento na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Fez parte da equipe de economistas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) entre 1959 e 1960. Nesse período, participou de projetos de pesquisa no estado do Maranhão realizando estudos sobre as técnicas para o aproveitamento do babaçu, por exemplo.”. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Dilermano Mello do Nascimento. In: **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 166.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 166.

golpe. “Desde então passou a ser alvo de investigações em um Inquérito Policial Militar (IPM), que apurava suspeitas de subversão e corrupção, e de um inquérito administrativo para averiguar supostas irregularidades na aplicação de verbas do Ministério da Justiça”.²⁹⁶

Terá sido Dilermano perseguido por ser identificado como um economista ligado ao trabalhismo e ao reformismo? Essa é uma hipótese plausível, pois, como destacou Napolitano: “Um rápido exame nas listas de cassados [no período após o golpe] demonstra o alvo do autoritarismo institucional do regime: lideranças políticas, lideranças sindicais e lideranças militares (da alta e da baixa patente) comprometidas com o reformismo trabalhista”.²⁹⁷

O caso Dilermano nos permite compreender muitos elementos presentes naquele contexto inicial de instalação do regime. Por ter ocorrido em um momento em que a maquinaria repressiva ainda não estava totalmente calibrada, esse caso deixou, talvez, maiores brechas do que casos semelhantes ocorridos dali a alguns anos, e acabou imediatamente registrado pela imprensa, com uma conotação crítica. Naquele momento, ainda não haviam sido promulgadas, por exemplo, a Lei de Imprensa de 1967 e uma série de outras medidas que fundamentaram a censura aos meios de comunicação. O jornal *Última Hora*, em 19 de agosto de 1964, publicou a manchete *Suicídio foi forçado: Perícia mostra como morreu herói pracinha no Ministério da Justiça*. A reportagem, acompanhada de fotografias dos espaços do Ministério, era taxativa:

O HERÓI da FEB Dilermando (sic.) do Nascimento foi induzido ao suicídio – concluiu o laudo pericial sobre a morte do ex-combatente que respondia a um IPM no prédio do Ministério da Justiça, de onde saltou do 4.º andar. Pelos cálculos da perícia, o corpo teria que cair normalmente na sobreloja que aparece em primeiro plano. Mas houve acentuada curva na queda.²⁹⁸

O acesso da reportagem ao referido laudo indica que, provavelmente, dentro daquele órgão público, haviam outras pessoas que não compactuavam com o “suicídio forçado” imposto a Dilermano. Assim como os desaparecimentos, o dito “suicídio forçado” é o tipo de morte que dificulta tanto a busca por justiça quanto ajuda a manter o evento traumático sempre em atualização, por dificultar a apuração dos fatos.

Segundo recordou a militante Cecília Coimbra, fundadora do grupo “Tortura Nunca Mais”, em depoimento sobre o caso Dilermano dado à Agência Pública: “Esse é um tipo de

²⁹⁶ Ibid., p. 166.

²⁹⁷ NAPOLITANO, M. 1964... op. cit. p. 70.

²⁹⁸ JORNAL ÚLTIMA HORA. Suicídio foi forçado: perícia mostra como morreu herói “pracinha” no Ministério da Justiça. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 19 ago. 1964. Disponível em: <<https://apublica.org/podcast/2019/05/podcast-historias-que-ninguem-te-conta/podcast-um-corpo-que-cai/>> Acesso: 19 dez. 2022.

versão muito usado na época. Era uma das versões da Ditadura: Morto em tiroteio, atropelamento ou suicídio.”²⁹⁹ Por isso, nesse caso ocorrido nas dependências do Ministério da Justiça, foi surpreendente a pronta divulgação de uma visão contestatória na imprensa, ainda na mesma semana do acontecimento, incluindo um laudo médico que desautorizava a versão oficial apresentada sobre a morte de Dilermano. Além das informações sobre a perícia e a “acentuada curva” estabelecida pelo corpo do pracinha, o jornal *Última Hora* revelou algumas outras informações que evidenciavam a atuação militar na consumação do “suicídio”:

FOI desta janela que o ex-combatente nos campos da Itália pulou para a morte. Estava ele sentado na cadeira, depois de uma noite de tormentosa inquirição, quando viu a porta ao fundo abrir-se e deu com o capitão-de-corveta que o interrogara na véspera. Correu e fechou a porta com violência. Quando ela finalmente foi aberta, o corredor estava vazio. Consumara-se o sacrifício.³⁰⁰

O jornal revelou, ainda, informações do espaço utilizado para torturas no interior do Ministério da Justiça:

Um dos acusadores, o Cel. Turola, disse que as pessoas interrogadas no aposento fatídico, de onde se atirou o ex-pracinha, ali não ficavam presos por vários dias. Entretanto, a [lente] objetiva de UH [Última Hora] registra, numa das salas de interrogatório, uma cama de campanha onde dormia Dilermando. É elementar assim a admissão dos pernoites no Ministério da Justiça.³⁰¹

Reportagens como esta seriam cada vez mais raras nos anos posteriores, especialmente por apresentar rapidamente ao público um laudo que desmentia a versão oficial. Ao mesmo tempo, como efeito colateral, não deixava de servir como uma espécie de sinal de aviso, pois, se alguém descrito como um herói de guerra fora alvo de tal tipo de tratamento, imagine-se o que estaria esperando pelos cidadãos menos galardoados pelos serviços prestados ao país.

Às perguntas apresentadas acima, podemos agora acrescentar: até que ponto um homem negro, economista e tido como herói de guerra³⁰², incomodava ao atuar no ministério

²⁹⁹ COIMBRA, Cecília. In: SIMÕES, Mariana; VIANA, Natália. **Um corpo que cai** [podcast]. Agência Pública. 27 mai. 2019. 33min36s. Disponível em: <https://apublica.org/podcast/2019/05/podcast-historias-que-ninguem-te-conta/podcast-um-corpo-que-cai/?mc_cid=a0076a31b3&mc_eid=%5Bf4e82b619b%5D>. Acesso: mai. 2019.

³⁰⁰ Ibid., s/p.

³⁰¹ Ibid., s/p.

³⁰² No pós-guerra, houve diversas estratégias de desmobilização dos combates da Segunda Guerra Mundial, por parte das Forças Armadas e setores conservadores, dificultando não só o acesso a benefícios (como ocorria com os militares dos Estados Unidos e recomendado pelos militares estadunidenses ao Brasil) e a aquisição de uma série de direitos. “Havia temores políticos: a ameaça que representava para o Exército de Caxias esse novo tipo de força militar, mais profissional, liberal e democrático; o medo de que os oficiais febianos pudessem se tornar

da justiça de um regime que ficaria marcado justamente pela continuidade do branqueamento entre os componentes do governo e pela ascensão de quadros militares com forte atuação política, mas com pouca experiência real de combate? Talvez não tenhamos a resposta para este e outros questionamentos. Todavia, as poucas fontes existentes nos possibilitam, ao menos, analisar o caso Dilermano dentro do contexto em que ocorreu e, sobretudo, ajuda-nos a compreender melhor as condições de possibilidade vigentes em tal contexto.

Finalmente, não deixa de ser curioso que, em 1946-1947, entre as políticas mais incisivamente defendidas pelo deputado constituinte Claudino José da Silva, estava o suporte econômico para que os “pracinhas”, sobretudo os mais pobres, pudessem integrar-se dignamente na sociedade, após retornar da guerra, resistindo à desmobilização da FEB então posta em curso.³⁰³ Havia diversos negros entre o público-alvo daquelas medidas defendidas pela bancada comunista. A ascensão social de sujeitos como Dilermano certamente convergia com o horizonte almejado por essa bancada, por isso, foi alvo de ampla desmobilização por parte das Forças Armadas. Casos como os de Dilermano e Nego Fuba, ajudam-nos a entender melhor a atmosfera de perseguição que foi sendo constituída no pós golpe militar, e que, em um local muito distante da Paraíba e do Rio de Janeiro, acabaria assolando também a população local do Araguaia, sobretudo após abril de 1972.

2.5 O CASO NEGÓ FUBA

João Alfredo Dias, o Nego Fuba, nasceu na cidade paraibana de Sapé, em 1932, e foi companheiro de João Pedro Teixeira (1918-1962), também como ele um homem negro, na formação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé (Liga Camponesa

o fiel da balança político-eleitoral e fossem cooptados pelos comunistas; acima de tudo, temia-se que os expedicionários, entre os quais Vargas tinha grande popularidade, pudessem apoiá-lo e empolgar a população para soluções diferentes daquelas do pacto conservador das elites políticas para a sucessão do antigo líder do Estado Novo”. HAAG, Carlos. Em busca da “guerra boa” dos pracinhas. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 210, ago, 2013. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/em-busca-da-guerra-boa-dos-pracinhas/>> Acesso: 10 jul. 2022.

³⁰³ “Uma das primeiras coisas que preocuparam Claudino era a situação difícil que viviam os pracinhas brasileiros retornados da guerra, especialmente os filhos das classes populares. Ele apresentou vários requerimentos a respeito disso: propondo a nomeação de uma comissão da ANC para visitar os pracinhas internados; que o governo priorizasse o acesso deles aos empregos públicos e moradias, além de garantir-lhes o ingresso nos cursos para oficiais. Nada mais justo, visto que eles haviam colocado em risco suas vidas na luta contra o nazismo. Essas propostas angariam simpatias das organizações de ex-combatentes, que dirigiram ao deputado inúmeras cartas de congratulação”. BUONICORE, A. C. **Claudino José da Silva...** op. cit. s/p.

de Sapé), fundada, oficialmente, em 1958. Mesmo com o crescente clima de ameaças aos que enfrentavam a ordem fundiária vigente, e com o assassinato de João Pedro Teixeira pelo latifúndio, Nego Fuba não somente continuou suas ações políticas, persistindo em enfrentar a ordem latifundiária, como foi eleito vereador em Sapé pelo Partido Social Democrático (PSD),³⁰⁴ no início da década de 1960, com uma votação considerada expressiva.³⁰⁵

Como o PCB estava na ilegalidade, era comum que seus integrantes concorressem por outras siglas. No caso de Nego Fuba, essa eleição não impediu que ele fosse alvo das ações autoritárias instaladas oficialmente a partir de março de 1964. Provocou, isto sim, o efeito contrário, dada a ameaça que sua presença no legislativo, que poderia ser um estímulo à maior participação cidadã e à contestação do latifúndio, causava para as elites agrárias.

A Comissão da Verdade da Paraíba localizou, no Arquivo Público de Pernambuco, um prontuário, datado de 6 de janeiro de 1956, no qual consta uma pequena biografia feita a punho por Nego Fuga, quando participava de um curso de preparação do PCB. Presume-se se tratar de um documento apreendido em alguma ação investigativa. Apesar de curto, o documento é muito relevante, porque, ainda hoje, são escassas as fontes em que líderes populares daquele período interpretam as suas próprias trajetórias, especialmente se tratando de pessoas negras. Nego Fuba principiou o texto relatando:

Nasci na cidade de Sapé, Estado da Paraíba, em 24 de julho de 1932. Grau de instrução: simplesmente elementar (3º ano). A primeira profissão que exerci foi ajudando meus paes no campo, comecei com a idade de 10 anos e atualmente exerço a profissão de sapateiro, numa pequena sapataria no município de Sapé - Paraíba.³⁰⁶

Em seguida, Fuba discorreu sobre seus contatos iniciais com o comunismo:

Antes de entrar para o partido, a luta que participei foi na campanha eleitoral de 1945. Tomei o primeiro contato com a literatura marxista e com os membros do Partido na campanha eleitoral de 1945. Estive como simpatizante 2 anos. Fui recrutado para o P. em 1947, através da minha participação na propaganda do P. nas eleições e na distribuição da Imprensa Popular. Logo que entrei para o P. passei a atuar na célula.³⁰⁷

Como vimos, os anos posteriores ao fim do Estado Novo, em 1945, foram de intensificação da luta comunista. Durante pouco tempo (1946-1947), o partido chegou a atuar

³⁰⁴ Esse partido existiu entre 1945 e 1965, quando foi extinto pelo regime militar. Possuía orientação moderada.

³⁰⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. João Alfredo Dias. In: **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 170-174.

³⁰⁶ PARAÍBA. João Alfredo Dias (Nego Fuba). In: PARAÍBA. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**. João Pessoa: A União, 2017. p. 215.

³⁰⁷ *Ibid.*, p. 215.

na legalidade. O testemunho de Nego Fuba nos ajuda a compreender como tal período, ainda que brevíssimo, afetou a trajetória de militantes vindos da luta camponesa. Mesmo com o partido posto novamente na ilegalidade, boa parte desses militantes continuariam contribuindo com as suas ações, ainda que, como reconheceu o líder camponês algumas linhas depois, de maneira sectária, ou seja, pouco se engajando em pautas que não fossem a luta pela terra:

Participei de uma luta camponesa de maneira restrita e cequitária (sic), participei de uma grande passeata pelha (sic.) melhoria da energia elétrica nela tomei uma posição de um revolucionário. Nunca estive desligado do P. as vezes tenho manifestado tendencias cequitária (sic).³⁰⁸

Apesar de tal autocrítica, possivelmente fomentada durante o curso preparatório de que participava, Nego Fuba, que em outro trecho reconheceu usar o codinome (descrito no documento como “nome de guerra”) Walfredo, relatou que já havia sido preso três vezes e torturado; e afirmou ainda que tinha interesse em ampliar seu nível de preparação mediante o contato com materiais produzidos pelo partido:

Nunca passei para o curso. Já estive preso três vezes e fui submetido a tortura, nenhuma vez nunca estive processado. Se for preso tomarei a posição de um verdadeiro comunista guiado pelo exemplo de Prestes e de seus companheiros. As minhas aptidões nas atividades do P. é propaganda e Imprensa. Tenho tido preocupação em elevar o meu nível político e ideológico através da leitura da matéria do Partido.³⁰⁹

Nos anos iniciais do regime militar, a experiência da tortura voltaria a ser vivenciada por Nego Fuba e pelas pessoas engajadas na luta pela terra. Em muitos casos, mesmo vitórias dos movimentos sociais nos anos anteriores, a exemplo das terras conquistadas pelos camponeses de Formoso e Trombas,³¹⁰ viriam a ser revertidas, tornando-se alvo de ações que alinhavam a caserna aos interesses das elites agrárias. Napolitano destacou que “a ordem autoritária dos primeiros anos do regime militar brasileiro” tinha como foco a “blindagem

³⁰⁸ Ibid., p. 215.

³⁰⁹ Ibid., p. 215.

³¹⁰ O título das terras havia sido recebido em 1962. José Porfírio consolidava-se cada vez mais como uma liderança camponesa nacional, até a ocorrência do golpe de 1964. Em virtude do golpe, as lideranças de Formoso e Trombas decidiram fugir. Em 1971, durante a Operação Mesopotâmia, na Amazônia Oriental, nas proximidades do local onde seriam descobertos, no ano seguinte, os militantes do PC do B, as Forças Armadas localizaram e prenderam Porfírio. Além disso, entre 1971 e 1972: “ocorreu de forma extremamente violenta pelo Exército a segunda invasão da região de Formoso e Trombas e seus arredores, com a prisão e a tortura de dezenas de pessoas e antigos quadros comunistas. [...] Ao longo dos anos seguintes, não houve nenhuma atividade política de esquerda organizada em Formoso e Trombas, e o silêncio perdurou por muito tempo, e muitos dos expoentes originários daquele processo fugiram, sem jamais retornarem. O processo de concentração fundiária foi se alterando e são muito poucas as pequenas propriedades e menor ainda o grupo de posseiros do período 1950”. CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964)**. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 280-281.

diante das pressões da sociedade civil” e a “a despolitização dos setores populares (operários e camponeses)”. Líderes esquerdistas passaram a ter suas vidas cada vez mais ameaçadas.³¹¹

Dentro dessa estratégia de “despolitização”, desmobilizar, desmoralizar e eliminar lideranças estava na ordem do dia. Nego Fuba acabaria alvo de um *modus operandi* que, nove anos depois e em espaços distintos, seria também utilizado no desaparecimento político do líder do movimento de Formoso e Trombas,³¹² José Porfírio (1912-1973). Ambos, após prisão ilegal efetuada por parte dos militares, foram vistos, pela última vez, quando saíam do cárcere. Todavia, jamais chegariam a ser avistados novamente, seja em seus locais de morada, seja em qualquer outro espaço, passando a ser considerados desaparecidos. Esse tipo de ação, comumente usada em desaparecimentos políticos, ao deixar o máximo de lacunas em aberto, costuma dificultar a posterior elucidação dos casos e o trabalho de busca por justiça, colaborando para que os perpetradores de crimes políticos permaneçam, ainda hoje, impunes.

Nego Fuba foi um dos reconhecidos como desaparecidos políticos pelo estado brasileiro através da Lei no 9.140/95. Segundo o relatório da CNV, ele foi preso clandestinamente pouco após o golpe de 1964 e levado para o 15º Regimento de Infantaria do Exército, na capital João Pessoa, comandado pelo Major José Benedito Montenegro de Magalhães Cordeiro. Há testemunhas que o viram, junto a outro de seus companheiros da Liga Camponesa de Sapé, Pedro Fazendeiro, nas dependências daquele regimento. Segundo a CNV, o ex-deputado Francisco de Assis Lemos de Souza, que também se encontrava detido naquela ocasião, afirmou que Nego Fuba havia-lhe dito, após retornar de um interrogatório, que o “major Cordeiro insistia para que ele confessasse um crime que não havia cometido”.³¹³

O crime era o assassinato do fazendeiro Rubem Régis. Em setembro de 1964, pouco após esse episódio, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro foram soltos e nunca mais foram vistos. Alguns dias depois, no atual município de Alcantil (PB), foram encontrados dois corpos carbonizados, com sinais de tortura e possível enforcamento. Testemunhas citadas nos relatórios da CNV e da Comissão da Verdade da Paraíba reconheceram semelhanças físicas entre os desaparecidos e aqueles corpos, apresentadas no jornal *Correio da Paraíba*, o que incluía ainda a semelhança entre os calções usados pelos dois camponeses, quando vistos pela

³¹¹ NAPOLITANO, M. 1964... op. cit. p. 72.

³¹² Em 1954, no início do conflito de Formoso e Trombas, teve papel de destaque um homem conhecido como “Nego Carreiro”: “O estopim da luta em grande escala acontece na posse de ‘Nego Carreiro’, onde o grileiro João Soares, seus jagunços e a polícia foram cobrar a taxa de arredo e expulsar os posseiros do local. Diante da resistência de Nego Carreiro, o tiroteio que se seguiu resultou em um sargento morto com um tiro na testa e um soldado ferido com uma orelha a menos; a região transforma-se em um campo de luta”. CUNHA, P. R. **Aconteceu longe demais...** OP. Cit., p. 177-178.

³¹³ BRASIL. **João Alfredo Dias...** op. cit., p. 171.

última vez, e as vestes identificadas nos cadáveres carbonizados. Todavia, os desaparecimentos de ambos permanecem, ainda hoje, inconclusos.

A mando da autoridade policial, os dois corpos carbonizados, depois de feito o registro pelos repórteres, teriam sido enterrados ali mesmo onde foram encontrados. Ou seja, não foram nem mesmo levados até um legista, o que torna o caso ainda mais suspeito. Ademais, essa atitude, até hoje, dificulta a localização precisa dos corpos, deixando o caso inconcluso. Suspeita-se que, após serem “liberados”, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro tenham sido entregues a policiais militares atuantes nos conflitos agrários na região de Sapé, que teriam aniquilado a ambos e desaparecido com seus restos mortais em um local distante.

Após o golpe militar, assim como uma série de outras pautas sociais, a discussão da Reforma Agrária passou a ser relegada, durante um bom tempo, à atuação de grupos que atuavam na clandestinidade. Em virtude disso, ainda hoje, sentimos os efeitos e consequências das pautas não resolvidas no passado, que poderiam ter mudado para melhor a vida de milhões de pessoas. Embora se tratassem de pautas universalistas, ao atingir milhões de brasileiros, elas poderiam ter modificado também a vida de grande parcela da população negra do país e diminuído as tensões e mortes em torno da luta pela terra ocorridas nas últimas décadas no país, em especial a partir dos anos 1980.

2.6 “VIVA A GLORIOSA LUTA DOS NEGROS”? O PC DO B E A QUESTÃO RACIAL

O PC do B, organizado a partir de 1962 como uma dissidência do PCB, tinha, à sua frente, figuras experientes da militância comunista, algumas das quais haviam exercido mandatos no legislativo federal durante a década de 1940, como Maurício Grabois, João Amazonas e Pedro Pomar. Ângelo Arroyo, outro dos nomes de destaque, havia, inclusive, participado do apoio dado pelo PCB ao movimento de Formoso e Trombas. Esses militantes faziam parte de um grupo que passou a defender, ainda no antigo partido, que o caminho da militância comunista no Brasil deveria se dar não pela via eleitoral, da busca por reformas ou da tessitura de alianças com a burguesia nacional, mas por uma via de maior radicalização, referendando a luta armada como instrumento revolucionário a ser aplicado no país.

No que tange às articulações internacionais, não aceitavam o alinhamento do PCB à nova orientação estabelecida pelo PCUS, voltada para a desestabilização. Os acirramentos no interior do PCB, envolvendo os futuros líderes do PC do B, tornaram-se constantes após as

revelações veiculadas por Nikita Khrushchov, em 1956, relativas às atrocidades cometidas sob o governo de Stalin, no cerne da URSS. Na época, tais revelações causaram grande impacto no Movimento Comunista Internacional, em diversos locais do mundo.

Após a formação do PC do B, embora o PCUS não fosse visto mais como a liderança a ser seguida, o grupo afirmava continuar se fundamentando nas concepções de Lênin e Stalin. Além disso, representavam a si mesmos como os verdadeiros continuadores do marxismo-leninismo³¹⁴ no país, provocando entrechoques com o PCB.³¹⁵ Os militantes dos dois partidos mantinham acusações entre si: “Enquanto o PCB acusava o grupo de ‘sectário’, ‘dogmático’ e ‘fracionista’, o PC do B iria acusar a direção do PCB de ter traído os princípios marxista-leninistas, tornando-se um partido revisionista”.³¹⁶ Contudo, o PC do B não contava, naquele momento, com a projeção que o PCB possuía.³¹⁷ Mesmo atuando na ilegalidade, o PCB concentrava grande número de militantes e simpatizantes, tendo grande penetração entre os jovens, os intelectuais e a classe artística.³¹⁸

Com o passar do tempo, O PC do B passou a manter articulações com os Partidos Comunistas da China³¹⁹ e da Albânia, descritos como aqueles que “dirigem a construção do socialismo e abrem caminho para a edificação da sociedade comunista”.³²⁰ É importante ainda mencionarmos que naquele momento o partido não seguia a linha cubana, defendida no Brasil

³¹⁴ Para Stalin, em conferência realizada (1924) na *Universidad Comunista Sverdlov*: “El leninismo es el marxismo de la época del imperialismo y de la revolución proletaria. O más exactamente: el leninismo es la teoría y la táctica de la revolución proletaria en general, la teoría y la táctica de la dictadura del proletariado en particular. Marx y Engels actuaron en el período prerrevolucionario (nos referimos a la revolución proletaria) cuando aún no había un imperialismo desarrollado, en un período de preparación de los proletarios para la revolución, en el período en que la revolución proletaria no era aún directa y prácticamente inevitable. En cambio, Lenin, discípulo de Marx y de Engels, actuó en el período del imperialismo desarrollado, en el período en que se despliega la revolución proletaria, cuando la revolución proletaria ha triunfado ya en un país, ha destruido la democracia burguesa y ha inaugurado la era de la democracia proletaria, la era de los Soviets”. STALIN, Joseph. **Los fundamentos del Leninismo**: Conferencias pronunciadas en la Universidad Sverdlov. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/stalin/1920s/fundam/index.htm>> Acesso: 10 nov. 2020.

³¹⁵ PC DO B. **Cinquenta anos de luta...** op. cit.

³¹⁶ SALES, Jean Rodrigues. O PC do B conta a sua história: tradição, memória e identidade política. **Diálogos**, Maringá, Maringá, v. 6, p. 173-186, 2002. P. 160.

³¹⁷ Para um comparativo das políticas dos dois partidos, ver: FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. **O impacto da crise do socialismo nos partidos comunistas no Brasil**. 2013. 271 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

³¹⁸ NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico. São Paulo: Intermeios; USP – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017.

³¹⁹ Por vezes, como registrou Gorender, haviam certos tensionamentos na apropriação de concepções soviéticas incorporadas pelos chineses e adotadas pelo maoísmo brasileiro: “No folheto *Salve a vitória da guerra popular!*, Lin Biao, o impulsionador da Revolução Cultural chinesa, sumariou a estratégia revolucionária do cerco das metrópoles imperialistas industrializadas pelos países camponeses do Terceiro Mundo. [...] Lin Biao escreveu sobre o cerco da *cidade mundial* pelo *campo mundial* sem mencionar Bukharin, o legítimo autor original da imagem metonímica. Não covinha remontar explicitamente ao teórico bolchevique russo, colocado no banco dos réus como expoente do ‘desvio de direita’ e executado por ordem de Stalin, sob a acusação caluniosa de traição. GORENDER, J. **Combate nas trevas...** op. cit., p. 86.

³²⁰ PC DO B. **Cinquenta anos de luta...** op. cit., p. 86.

por grupos como a ALN. A importância do movimento que renovara os sonhos revolucionários pós 1959 não era negada, mas o partido considerava que o modelo a ser adaptado no Brasil não deveria ser o do foquismo, nem prescindir da liderança vanguardista do partido comunista. A adoção do maoísmo foi fundamental para que o PC do B conseguisse criar uma identidade política própria. Como sublinhou Pischel,³²¹ o maoísmo ganhou destaque, a nível internacional, justamente entre aqueles que passaram, após 1956, a desacreditar dos caminhos apontados por Moscou, buscando uma outra linha de atuação, sem perder a dimensão internacionalista da luta comunista.

Boa parte da literatura sobre o Araguaia faz alusão a um dos documentos fundamentais para as medidas revolucionárias propostas pelo partido. Esse documento, já citado aqui na introdução, foi formulado em janeiro de 1969, imediatamente após a promulgação do AI-5, recebendo o título de *Guerra popular — caminho da luta armada no Brasil*.³²² A partir do mês de fevereiro, trechos do documento passaram a ser reproduzidos nos números do jornal *A Classe Operária*, órgão do Comitê Central do partido.³²³ O jornal, produzido a partir de São Paulo, havia sido proibido de circular após o golpe de 1964, ocasião em que teve sua sede invadida pela polícia.³²⁴ Passou, então, a ser publicado na clandestinidade, reproduzido por militantes em diversos locais do país.

Consultamos esse jornal em busca de indícios de como as relações raciais eram concebidas pelo partido nos anos anteriores à Guerrilha, a partir dos números disponibilizados no site da Fundação Maurício Grabois, que cuida da memória do partido. Em linhas gerais, no recorte consultado (1967-1972), foram poucas as menções à “questão negra” ou temas correlatos, sendo as principais concentradas em dois textos publicados no número 23, de julho de 1968. Em números posteriores ao referido recorte, foram encontradas outras menções, como um trecho do já discutido perfil do guerrilheiro Francisco Manoel Chaves:

A figura simples, alegre e otimista, mas responsável e firme do denodado camarada era muito conhecida de numerosos militantes do movimento

³²¹ PISCHEL, Enrica Collotti. Maoísmo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**, v. 1. 11. ed. Trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora da UnB, 1998. p. 734-737.

³²² PC DO B. Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil. In: POMAR, Wladimir (Org.). **Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos inéditos**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 91-118.

³²³ A maioria dos seus números (mensais) apresentavam questões como: análises de conjuntura a nível nacional e internacional; reproduções de textos com discussões internas do partido ou de diálogos em relação ao posicionamento de outros grupos esquerdistas, sobretudo o PCB; mensagens mais diretas com orientações aos militantes; defesa das principais teses seguidas pelo partido; críticas aos posicionamentos da Ditadura e do Imperialismo; entre outros. Uma constante era a reprodução de documentos dos já citados partidos da China e da Albânia, assim como de mensagens enviadas a eles pelo PC do B.

³²⁴ BUONICORE, Augusto. **João Amazonas: um comunista brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

popular e anti-imperialista brasileiro. Oriundo de uma família de camponeses pobres de ascendência africana, desde criança sentiu duramente as injustiças e os preconceitos de que são vítimas as pessoas humildes e de pele negra.³²⁵

No citado perfil, ao tratar das lutas travadas no interior da Marinha, no início do século XX, no episódio conhecido como Revolta da Chibata, o PC do B deu uma mostra sutil de que entendia as “injustas discriminações” de cunho racial — dessa vez não nominadas diretamente — como vinculadas a um elemento maior, este sim designado, a classe:

De todas as corporações militares, a Marinha sempre foi aquela em que mais fortes se apresentavam as diferenças de classe e em que, com maior zelo, se cultivou o espírito de casta dos oficiais. Justamente por isso, lá se manifestou e desenvolveu uma bela tradição de luta de marinheiros, de que são exemplos memoráveis a revolta de 1910 chefiada por João Cândido, em prol da abolição do regime da chibata, assim como outras rebeliões contra as injustas discriminações e por direitos democráticos.³²⁶

O partido contava com um dinamismo entre seus militantes advindos do movimento estudantil, mas a sua direção herdara muito da visão das ações comunistas vindas das décadas anteriores, nas quais as relações raciais eram tratadas, mas não adquiriam proeminência enquanto tema específico a ser abordado sistematicamente, muito menos de maneira central. Em seus anos iniciais, o PC do B, assim como o PCB, também procurou retratar a “questão negra” sob o guarda-chuva das relações de classe. Embora tenha produzido materiais explorando, vez ou outra, as condições de vida dos negros, investia sua comunicação, como era comum à época entre os demais grupos comunistas, tomando por base um sujeito genérico e universalista, denominado como “povo” ou “massas”.

No ano de 1968, *A Classe Operária* publicou artigo de Mao Tse-Tung, intitulado *Declaração de Mao Tse-Tung em apoio à luta dos Afro-Americanos*,³²⁷ após o assassinato de Martin Luther King, já há muito reconhecido como um dos mais destacados líderes na luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. A publicação desse texto demonstra como determinadas ideias circulavam intensamente no período, provocando debates e apropriações diversas. Assim, as estratégias e táticas dos movimentos pelos direitos civis, além daquelas adotadas pelos comunistas e outros grupos insurgentes em diversos locais da América Latina, África e Ásia, passavam a ser, frequentemente, postos em cena e debatidos. Por exemplo, o

³²⁵ PC DO B. **Denodado Lutador de vanguarda...** op. cit., p. 197.

³²⁶ Ibid., p. 97-98.

³²⁷ TSÉ-TUNG, Mao. Declaração de Mao Tse-Tung em apoio à luta dos afro-americanos. **A classe operária:** Órgão central do Partido Comunista do Brasil, [S.L.], n. 23, ano 4, p. 3, jul. 1968.

historiador Manning Marable, ao tratar das influências do contexto da Guerra Fria sobre outro líder negro dos Estados Unidos, Malcom X, frisou que, no final dos anos 1950,

[...] muitos líderes negros, incluindo Malcom, eram seduzidos pelos ideais e êxitos de revolucionários do Terceiro Mundo. Alguns viam na luta marxista a melhor maneira de definir e resolver o conflito racial. Na era do marcarthismo, essa identificação ideológica punha mais pressão sobre os grupos de direitos civis, pois os líderes negros eram cada vez mais vigiados pelas agências do governo. Malcom não era, de forma alguma, o único a ser visto como ameaça à segurança nacional pelo FBI.³²⁸

Era comum, naquele momento, que textos, seja do Partido Comunista da China, seja do próprio Mao, fossem apresentados em *A classe Operária*. A citada edição do jornal apresentava, na primeira página, uma espécie de editorial, que dialogava com o texto do líder comunista chinês, sob o título *Viva a gloriosa luta dos negros norte-americanos*.³²⁹ Em seu artigo, em sintonia com a tradição aberta pela *Tese sobre a questão negra*, Mao foi taxativo:

Êste acontecimento [o assassinato de Luther King] constitui uma profunda lição para as massas afro-americanas. Determinou uma nova tempestade de lutas contra a violência, tempestade que varre mais de uma centena de cidades americanas, fato sem precedentes na história dos Estados Unidos. Isto demonstra que nos vinte e pouco milhões de afro-americanos está latente uma fôrça revolucionária de imenso poderio.³³⁰

O artigo foi seguido por imagens de manifestações no Vietnã do Sul, na França, no Brasil e nos Estados Unidos, aludindo ao clima de insurreição que cobria diversas partes do globo, com forte protagonismo para o movimento estudantil. Não por acaso, as ações dos movimentos pacifistas, muito comuns no período, não foram contempladas pela publicação. Mao fez, ainda, alusão à sua mensagem de 1963, a *Declaração de apoio aos negros Americanos*, apontando que o racismo expõe as contradições de classe no seio do capitalismo. Sinalizou que o racismo é produto do sistema colonialista e imperialista e conclamou os revolucionários de todo o mundo a apoiarem a luta dos afro-americanos.

³²⁸ MARABLE, Manning. **Malcom X**: uma vida de reinvenções. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 178.

³²⁹ PC DO B. Viva a gloriosa luta dos negros Norte Americanos! **A classe operária**: Órgão central do Partido Comunista do Brasil, [S.L.], n. 23, ano 4, p. 1, jul. 1968. No site da Fundação Maurício Grabois, encontram-se digitalizados diversos números de *A Classe Operária*. No que se refere ao atual momento de discussão da tese, examinamos os números disponibilizados relativos à chamada quarta fase (1966-1984), buscando, em especial, ver como as relações raciais eram abordadas no referido jornal. Atentamo-nos, neste momento, mais estreitamente, a pouco mais de quarenta números, dentro de um universo de pouco mais de cento e trinta acessíveis, publicados mensalmente entre 1967 e março de 1972.

³³⁰ TSÉ-TUNG, M. **Declaração de Mao Tse-Tung em apoio à luta dos afro-americanos...** op. cit., p. 3.

O líder chinês via, no apoio de trabalhadores e “elementos progressistas” brancos ao movimento pelos direitos civis, um sinal de que: “Esta luta não deixará de se fundir com o movimento operário americano e de pôr fim, em definitivo, à dominação criminosa da burguesia monopolista dos Estados Unidos”.³³¹

As possibilidades de fissura interna geradas pela atuação dos militantes pelos direitos civis nos Estados Unidos não ressoavam apenas na China.³³² Em Cuba, por sua vez:

Fidel Castro, inteligentemente, suma el capital político anticapitalista de este movimiento a la Revolución cubana. El momento cumbre de esta alianza es aquel encuentro entre el propio Fidel y Malcolm X en el hotel Teresa de Harlem, donde el líder cubano se hospedó en su visita a Nueva York en el año 1960. Seguidamente muchos afroamericanos estuvieron en la Isla invitados a congresos, tratamientos médicos o vivieron largas temporadas y, en casos excepcionales, aún residen en Cuba.³³³

Apesar desses diálogos, Roberto Zurbano Torres ressaltou que, entre os revolucionários cubanos, os contatos não buscaram aprofundar as discussões sobre as diferenças e aproximações entre o racismo existente em Cuba e nos Estados Unidos, afastando-se a discussão de pautas específicas relacionadas à negritude e ao antirracismo.³³⁴ A recepção feita pelo PC do B do texto de Mao seguiu um caminho semelhante.

³³¹ Ibid., p. 3.

³³² Jacob Gorender, que fez um balanço crítico das concepções que inspiravam os grupos de luta armada no Brasil naquele período, observou que, para parte dos grupos: “Agora, a esperança de que o sistema capitalista pudesse ser quebrado vinha somente daqueles excluídos do rol dos seus beneficiários, porque mantidos à margem do sistema — as minorias desempregadas e superexploradas, como os negros nos Estados Unidos e os povos párias do Terceiro Mundo, que só conheciam as misérias e atrocidades do capitalismo”. GORENDER, J. **Combate nas trevas...** op. cit. p. 87.

³³³ TORRES, Roberto Zurbano. Racismo vs. socialismo en Cuba: un conflicto fuera de lugar (apuntes sobre/contra el colonialismo interno). **Meridional**: Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos, Santiago, n. 4, p. 11-40, abr. 2015. p. 22.

³³⁴ De acordo com o mesmo autor: “La otra cara de esa moneda es el discurso racista y contrarrevolucionario asumido por los cubanos que se marchan a Miami en los primeros años de la Revolución — de mayoría blanca y clase media— quienes desde allí atacan al nuevo Gobierno. Tal polarización política explica que el gobierno revolucionario pensara en el racismo solo como un problema de la sociedad capitalista y, simultáneamente, lo confirmara como una ideología de los enemigos de la Revolución. No fue posible entonces reparar en los matices de un racismo contrarrevolucionario y un racismo revolucionario, reducido al espacio privado, familiar o grupal, pero actuante en el envés de la vida ideológica cubana”. Ibid., p. 23. María Isabel Alfonso, por sua vez, destacou a situação paradoxal vivenciada pelos afrocubanos nos anos iniciais do pós-revolução: “Porque si resulta cierto que se aseguraban niveles inéditos de igualdad entre blancos y negros, también, al ser sabotada a ciertas instancias una exploración plena de la afrocubanidad —ya no solo en sus aspectos folklóricos, sino sobre todo religiosos— se retardaba paradójicamente la posibilidad de una total reivindicación de este grupo”. Além disso: “Para ciertos ‘revolucionarios’ racistas la dignificación del negro puede haber comportado el riesgo de propiciar la formación de una zona racial autónoma de confrontación, y perpetuar una epistemología religiosa que no se avenía con el materialismo revolucionario de los tiempos. El fuerte componente litúrgico de la Santería, del Palo Mayombe o de las prácticas de la secta Abakuá, por ejemplo, nada tenía en común con el ateísmo fundacional del discurso marxista, eje ideológico de la Revolución, a la vez que dichas manifestaciones religiosas creaban zonas étnico-sociales de marcada diferencia”. ALFONSO, María Isabel. Ediciones El Puente y dinámicas raciales de los años 60: un capítulo Olvidado de la historia literaria cubana. **Temas**, La Habana, n.

As lideranças do PC do B, logo no primeiro parágrafo do texto *Viva a gloriosa luta dos negros norte-americanos*, destacaram que:

O Comitê Central do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL manifesta seu mais indignado protesto contra a discriminação e a repressão de que são vítimas os negros norte-americanos. Expressa sua irrestrita solidariedade à luta que os milhões de homens de cor dos Estados Unidos desenvolvem corajosamente por seus direitos e reivindicações.³³⁵

Na esteira de Mao, o texto do PC do B elogiava a postura dos negros dos EUA em combate à “burguesia monopolista ianque” e afirmava que a sublevação deles era a mesma dos demais povos oprimidos, não dispostos a continuarem vivendo “sob a canga” dos exploradores:

Os imperialistas norte-americanos não se contentam em espoliar brutalmente os povos da Ásia, África e América Latina. Tratam a população negra de seu país como se fosse escrava. Mas os negros norte-americanos, da mesma forma que os povos oprimidos de todo o mundo, não estão mais dispostos a viver sob a canga dos maiores exploradores de todos os tempos. A revolta provocada com o assassinato do pastor Martin Luther King é disto a melhor prova.³³⁶

Um pouco adiante foi feito paralelo entre as desigualdades raciais nos EUA e no Brasil:

Também no Brasil, as massas negras que constituem quase um quinto da população, são relegadas a uma vida de sofrimento e miséria. Vítimas de preconceitos de cor, a elas incumbem as tarefas mais duras e menos remuneradas. Não têm acesso à cultura e às profissões de maior qualificação. Moram nas favelas das grandes cidades e vegetam nas vastidões do interior do país.³³⁷

Foi emblemático, contudo, o caminho tomando nos parágrafos finais. Logo após o trecho reproduzido acima, o texto menciona a maior conscientização acerca da opressão, por parte dos brasileiros, de uma maneira generalista, retomando, assim, a centralidade da classe. A partir daí, o texto reproduz enquadramentos concernentes à linha política defendida pelo próprio PC do B. Embora tenha sido feita homenagem à memória de Martin Luther King, não foi mencionada a sua opção pela não-violência em detrimento da “violência revolucionária”,

70, p. 110-118, abr-jun. 2012. p. 114. Como destaca Roberto Zurbano Torres, nos anos 1990, com a crise econômica e social iniciada após o fim do bloco socialista e da União Soviética, a desigualdade racial se ampliou em Cuba, assim como o número de ativistas que passaram a reivindicar políticas específicas vinculadas aos afro-cubanos.

³³⁵ PC DO B. *Viva a gloriosa luta dos negros Norte Americanos...* op. cit. p. 1.

³³⁶ *Ibid.*, p. 1.

³³⁷ *Ibid.*, p. 1.

característica marcante da atuação política do líder negro estadunidense. Além disso, como era comum no período, foi afirmado que o povo brasileiro se preparava para dar início à guerra popular, visão focada na arregimentação e na construção de um *devoir*, mas que não estava alicerçada na experiência concreta então vivenciada no país. Segundo o PC do B:

Os brasileiros cada dia mais tomam consciência da opressão estrangeira e da ação traidora das oligarquias nacionais vinculadas aos Estados Unidos. Começam a erguer-se para conquistar a liberdade, a verdadeira independência e um destino melhor para o povo. Compreendem que não há outro caminho senão o da violência revolucionária, tal como fazem os negros norte-americanos. Preparam-se para levar a cabo a guerra popular.³³⁸

A “questão negra” aparece como ponto inserido nas tensões próprias às lutas de classe, mas não foram feitas evocações para que os negros brasileiros se organizassem de modo análogo aos estadunidenses, isto é, a partir de uma pauta específica. Lembremos também que esse tipo de publicação visava, primeiramente, a formação dos quadros militantes e buscava, ainda, estimular a adesão de novos quadros ao partido. Por isso, não deve ser subestimado o uso de determinadas categorias. Por exemplo, no referido texto, foram apontados os problemas vivenciados pelos negros que “vegetavam” pelo interior do país, visão que não abria espaço para que fossem entendidos os saberes e concepções desses sujeitos.

Na prática, enquanto essa visão era apresentada textualmente aos militantes/leitores do jornal, os primeiros militantes já instalados no Araguaia aprendiam na pele que justamente os saberes daqueles sujeitos do campo seriam essenciais para a implementação de um projeto revolucionário no espaço em que eles ocupavam. Ou seja, aqueles povos ditos sem acesso “à cultura” apresentavam especificidades culturais que deveriam ser adequadamente compreendidas, para que fossem estabelecidas com eles formas de comunicação.

Lembremos que, embora, atualmente, tal período seja compreendido como antecedente à formação do MNU, em 1978, no Brasil, haviam ocorrido experiências importantes seja no tocante às lutas antirracistas. Teve destaque, naquele momento, o chamado Teatro Experimental do Negro (TEN), organizado a partir dos anos 1944, por Abdias do Nascimento, intelectual que, embora tenha assumido, naqueles anos, um viés político mais voltado ao trabalhismo, teve grande influência perante uma nova geração de militantes; e que viria a ser perseguido pelo regime militar. Além disso, obras de cientistas sociais, como

³³⁸ Ibid., p. 1.

Virgínia Leone Bicudo,³³⁹ Florestan Fernandes, Roger Bastide, entre outros, ajudavam a ampliar a compreensão das desigualdades que afligiam as populações negras no país.³⁴⁰ E havia circulação de informações da já citada luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, assim como em relação às mobilizações contra o regime do *Apartheid*, na África do Sul, e combates pela independência de diversos países africanos.

Junto com as experiências vindas das lutas no Estados Unidos e na África no período, esses fatores internos contribuíram muito, junto com a atuação de um sem número de pequenos grupos, para que a temática racial mantivesse a visibilidade ecoada no referido número de *A Classe Operária*. Contudo, na mesma edição do jornal, constava o artigo “Agrava-se a crise no campo”,³⁴¹ representativo das publicações mais sistemáticas do partido. Nesse texto, não era feita alusão à questão racial. Em síntese, as lentes teóricas influenciavam a forma como a direção do partido percebia a realidade brasileira, dando os limites para os modos como as relações de classe poderiam ou não dialogar com outras questões.

O trecho final do artigo “Viva a gloriosa luta dos negros norte-americanos” é ainda mais definidor da utilização das questões raciais como um elemento de arregimentação, mas que não adquiria centralidade nas pautas a serem construídas. Recordemos que, no texto da *Tese sobre a questão negra*, da Internacional Comunista, já havia sido ressaltada a necessidade de os comunistas colaborarem para que os negros não perdessem de vista as dimensões que unificam as lutas dos oprimidos do mundo. Num tom típico àqueles que viam a si próprios como, literalmente, a vanguarda internacional do proletariado, os comunistas de 1922 declaravam que:

A Internacional Comunista deve mostrar aos negros que eles não são os únicos a sofrer a opressão capitalista e imperialista, que os trabalhadores e camponeses da Europa, Ásia e América também são vítimas do imperialismo, que a luta negra contra o imperialismo não é a luta de um único povo, mas de todos os povos do mundo [...].³⁴²

³³⁹ Virgínia Leone Bicudo (1910-2003) foi uma das pioneiras do estudo sobre relações raciais no Brasil, em campos como a Psicanálise e a Sociologia.

³⁴⁰ Um dos intelectuais com maior circulação foi o sociólogo Florestan Fernandes. Como lembrou Lilia Schwarcz: “Em 1953, Florestan Fernandes publica, com Roger Bastide, *Branços e negros em São Paulo*. Mas é nos livros *A integração do negro na sociedade de classes* (de 1965) e em *O negro no mundo dos brancos* [publicado em 1972, com artigos publicados em anos anteriores] que o autor aborda, de forma contundente, os impasses que a situação racial estaria gerando no Brasil”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Raça sempre deu o que falar*. In: FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007. p. 17.

³⁴¹ PC DO B. *Agrava-se a crise no campo*. **A classe operária**: Órgão central do Partido Comunista do Brasil, [s.l.], n. 23, ano 4, p. 2, jul. 1968.

³⁴² INTERNACIONAL COMUNISTA. *Tese sobre a questão negra*... op. cit., p. 3.

O “editorial” de *A classe Operária*, ao seu turno, finalizava destacando um caminho de convergência a partir da luta comunista. Todavia, após dar vivas à “gloriosa luta dos negros norte-americanos”, o texto não reproduziu um movimento análogo dando vivas à gloriosa luta dos negros brasileiros, mas remeteu os leitores, novamente, à categoria “povo brasileiro” e à “unidade dos povos oprimidos de todo o mundo”:

As massas negras e os trabalhadores brancos, dos Estados Unidos, assim como o *povo brasileiro*, só se libertarão, efetivamente, derrotando os imperialistas ianques.

Viva a gloriosa luta dos negros norte-americanos!

Viva a unidade dos povos oprimidos de todo o mundo contra o seu inimigo mortal, a burguesia monopolista dos Estados Unidos!

O Comitê Central do

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL.

Maio, 1968.³⁴³

Notemos que, ao tratar da realidade brasileira, não foram reforçadas as especificidades da opressão sofrida pelos negros no país, mencionadas em outras partes do texto, mas sempre compreendidas a partir de um conceito mais amplo de povo brasileiro. Nesse ponto, o partido dava continuidade a um tema caro às esquerdas e à própria luta comunista nas décadas anteriores: a problematização quanto às possibilidades e condições de realização da “revolução brasileira”. Mais uma vez, porém, tal revolução era buscada a partir de concepções genéricas. As especificidades raciais não eram negadas, mas incluídas num conjunto, aparecendo apenas de soslaio, nas brechas deixadas pelos modelos já cristalizados.

Contudo, tal tipo de inserção da questão racial, ainda que limitada, deve ter chamado a atenção das mulheres e homens negros que acabaram ingressando no partido. Num país em que era, a todo o momento, reforçado o mito da democracia racial, e visões eurocêntricas eram difundidas todos os dias pelas escolas e meios de comunicação,³⁴⁴ esse tipo de leitura crítica não deixava de ser vista como uma ruptura, pois denunciava a inserção do racismo dentro das relações geopolíticas mundiais; e apontava que tais formas de opressão representavam uma brecha a ser atacada no sistema. Eram assim expostas algumas dentre as inúmeras contradições que, como apontavam as concepções comunistas, fragilizavam o capitalismo e tornavam possível derrubá-lo.

³⁴³ PC DO B. **Viva a gloriosa luta dos negros Norte Americanos...** op. cit. p. 1.

³⁴⁴ As telenovelas, cada vez mais populares no país no fim da década de 1960 e início dos anos 1970, tinham como marca a representação de um país branco, que negava a diversidade brasileira. Personagens negros eram retratados por uma série de estereótipos ou relegados, grosso modo, a papéis secundários. ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

2.7 ESTUDANTES, TRABALHADORES E MILITANTES

Durante as interações entre militantes de grupos políticos de esquerda no final da década de 1960, em especial no seio do movimento estudantil universitário, os membros do PC do B eram tidos como radicais, devido à sua posição a favor da luta armada. Andréa Santos, que estudou a história desse partido na Bahia durante o regime militar, promoveu uma interessante investigação sobre as origens sociais dos militantes pecedebistas que atuavam em Salvador. Ao tratar de Rosalindo Souza, um dos futuros guerrilheiros do Araguaia, destacou que ele:

[...] tinha um perfil singular entre os estudantes da Faculdade de Direito e mesmo face ao padrão médio do estudante brasileiro predominante no movimento estudantil. No microcosmo da universidade, o grupo ligado ao PC do B seria reconhecido pelos militantes de outras organizações pela sua origem rural, pessoas com raízes sociais em cidades do interior e por se caracterizarem como estudantes-trabalhadores e pertencentes a famílias que mantinham pequeno comércio local ou eram filhos de funcionário público.³⁴⁵

Compreendendo que boa parte dos estudos sobre a história dos anos iniciais do PC do B voltavam-se para o exame da experiência do Araguaia ou para a cisão com o PCB, Santos buscou “analisar o PC do B por meio do conjunto dos seus membros, e não estritamente pelo entendimento da linha político-partidária, como se esta se autoexplicasse e não precisasse criar um campo de interlocução para interpretar e colocá-la em prática”.³⁴⁶

A interpretação apresentada por essa autora quanto ao perfil dos jovens militantes do PC do B nos anos 1960 na Bahia nos dá pistas para entender, também, o ingresso de alguns jovens negros nos quadros do partido. A autora estudou o PC do B em um estado de onde partiriam diversos militantes para o Araguaia. Observando os perfis biográficos dos futuros guerrilheiros, encontram-se correlações entre as histórias de vida de parte dos militantes negros, seja da Bahia, seja de outros estados, que viriam a tomar na Guerrilha, sobretudo o mencionado vínculo a um passado rural, a origem em cidades interioranas e o perfil de estudantes-trabalhadores. Se repararmos bem, esse perfil não destoa tanto da trajetória de um Claudino, de um Nego Fuba e mesmo do velho marinheiro Francisco Chaves. A diferença, nesse caso, é que essa nova geração de militantes estava agora, também, na universidade.

³⁴⁵ SANTOS, Andréa Cristina. **Ação entre amigos**: História da militância do PC do B em Salvador (1965-1973). 2004. 253 f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. p. 52.

³⁴⁶ *Ibid.*, p. 13.

Tal chave interpretativa nos ajuda a compreender melhor a presença de mulheres e homens negros naquele momento da história do PC do B. Afinal, seria superficial considerar apenas a inserção desses sujeitos na luta armada propriamente dita, sem observar, primeiramente, quais caminhos os levaram para o partido e para a luta comunista tal qual era concebida pelo PC do B. Se haviam mulheres e homens negros entre os guerrilheiros do Araguaia, isso se deveu, além dos fatores individuais, à própria histórica presença negra nos grupos comunistas brasileiros; característica continuada nas fileiras do PC do B.³⁴⁷

Contudo, mulheres e homens negros não chegaram a ocupar posições de destaque entre os dirigentes formais do partido entre 1962 e 1972. Os dirigentes eram, em sua maioria, homens brancos. Apesar disso, estavam entre os militantes que alcançaram visibilidade na atuação sobretudo no meio universitário; somando-se à geração de estudantes brasileiros que desenvolviam ações contestatórias nos anos finais da década de 1960.

As mobilizações incomodaram o regime, ao mesmo tempo que acabaram servindo como uma espécie de álibi para a implementação de medidas autoritárias que, como vimos, já estavam sendo gestadas, visando a desmobilização dos opositores, mas também a perpetuação da caserna e seus aliados civis no comando político do país. Por isso, ao final de 1968, os militares promulgaram o AI-5, ampliando a escalada autoritária. Naquele mesmo ano, segundo Santos, os militantes do PC do B passaram a atuar com maior organização na UFBA:

A experiência dos militantes do PC do B no movimento estudantil só seria capitalizada, em 1968, permeando a conquista do diretório de duas importantes escolas da UFBA: o Centro Acadêmico Rui Barbosa, em Direito, com Rosalindo Souza, um rapaz negro, nascido em Caldeirão Grande, interior do estado e funcionário da Diretoria do Ensino Industrial do SESI, e na Faculdade de Medicina, com Nilton Gomes Oliveira.³⁴⁸

Andréa Santos destacou que essas vitórias possibilitaram uma maior imersão não somente do partido, que ainda tinha pouca expressão nacional, mas também daqueles estudantes no movimento estudantil, desenvolvendo experiências políticas e ampliando sua atuação social. Segundo a autora: “Para reverter a pequena inserção no movimento estudantil, em maio de 1968, o Comitê Central (CC) lançou o documento Política Estudantil do Partido Comunista do Brasil, no qual traçava a tática dos estudantes no encaminhamento de suas

³⁴⁷ SILVA, Tauana O. G. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a Ditadura no Brasil (1964-1985)**. 2019. 528 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

³⁴⁸ SANTOS, A. C. **Ação entre Amigos...** op. cit., p. 50.

lutas.”³⁴⁹ Em alguns casos, como o de Rosalindo, foram desenvolvidas experiências de liderança por discentes que eram, inclusive, bastante desprestigiados por parte de alguns professores, entre outros motivos, por — em virtude de suas condições de trabalhadores — serem discentes do turno da noite e destoarem do perfil de estudante de Direito daquela instituição, marcadamente elitista. Santos descreveu Rosalindo como:

[...] um rapaz negro, nascido em Caldeirão Grande, interior do estado. Seu pai, Rosalvo Souza, era presidente da Associação de Artífices de Itapetinga e sustentava a família de cinco filhos trabalhando como pedreiro e encanador, e qualquer função compatível com um trabalhador braçal cujo rendimento pudesse sustentar a família.³⁵⁰

E complementou:

Nascido em 2 de janeiro de 1940, Rosalindo tinha 25 anos quando conseguiu ser selecionado no curso de Direito. Estudando à noite, conciliava os estudos com o trabalho para subsidiar sua estada na capital. Em 68, funcionário da Diretoria do Ensino Industrial, do SESI, recebia mensalmente NCRS 550, necessários para pagar a estada no pensionato na Rua Sodré, nº 49, e despesas pessoais. Parte da renda ainda era destinada aos pais que construíam uma casa na cidade onde moravam, como o estudante respondeu ao agente na Polícia Federal que lhe interrogou sobre o que fazia para viver e quanto ganhava no inquérito policial instaurado para apurar as atividades estudantis na Faculdade de Direito (BNM 71/69, p.226). Vítor Hugo Soares ressaltou o fato de Rosalindo ser negro e pobre, dentro de uma escola de alta sociedade da Bahia com estudantes na sua maioria ‘brancos’ e com padrão socioeconômico elevado (SOARES, 27/01/2000).³⁵¹

O ano de 1968 foi bastante intenso para Rosalindo e seus colegas, devido a uma série de eventos que acabariam influenciando decisivamente no restante de suas vidas. Rosalindo participou de mobilizações diversas, que representavam a escalada de tensões daquele ano, tais como manifestações, greves estudantis e confrontos com agentes da polícia militar e da polícia política. Em uma delas, os estudantes da UFBA detiveram, por algumas horas, um agente do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS),³⁵² que algumas horas antes teria efetuado a prisão de um estudante ligado ao PC do B e estaria realizando ato de espionagem

³⁴⁹ Ibid., p. 51.

³⁵⁰ Ibid., p. 51-52.

³⁵¹ Ibid., p. 52.

³⁵² “João Souza Dantas, militante do PC do B, foi detido quando distribuía panfletos na Praça Castro Alves. À noite, por volta das 21 horas, os estudantes resolveram reagir à prisão e fizeram prisioneiro o agente estadual do DOPS, Edson Ferreira de Souza, quando este se encontrava em frente à Residência Universitária, no bairro do Corredor da Vitória, cumprindo, supostamente, função de ‘espionagem’. O agente foi desarmado e conduzido com os olhos vendados para Assembleia Estudantil, na Residência Universitária, para ser enxovalhado pelos estudantes. A intenção seria mantê-lo preso em local sigiloso até que os colegas detidos fossem libertados, segundo afirmou o agente policial (A TARDE, 8/08/1968). A imprensa informou que os estudantes liberaram o agente policial de madrugada no local próximo ao bairro da Pituba”. Ibid., p. 59.

em frente à universidade. Em outra, Rosalindo teria furtado um fuzil de um policial que havia cochilado quando fazia a ronda na frente da 6ª Delegacia de Brotas, em Salvador.³⁵³ NA UFBA, medidas alinhadas com o maoísmo e com a Revolução Cultural chinesa também integravam as mobilizações:

Na universidade, os militantes do PC do B seriam reconhecidos, no ano de 1968, como ‘radicais’ e maoístas, simpatizantes da Revolução Cultural e da guerra popular prolongada. A identificação com a China era um elemento importante, à época, para o grupo, que desejava contrapor-se ao PCB, bem como seria utilizado para se diferenciar do que eles chamavam de grupos ligados ao ‘foco’, cujas formulações teóricas se fundamentavam na concepção da luta armada inspirada na Revolução Cubana.³⁵⁴

Ainda no ano de 1968, a principal ação liderada por Rosalindo, na condição de presidente do DA do curso de Direito, foi uma greve estudantil, que tinha como pauta a expulsão de três alunos policiais acusados de serem espiões da repressão infiltrados no curso. Sara Brito, hoje desembargadora do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, era uma das colegas de Rosalindo, no curso de Direito da UFBA e no partido. Ela também participou da ação e, em depoimento à Comissão da Verdade da Bahia, relatou que:

Isso aí dos estudantes ocorreu em 68, que ele era presidente do Diretório realmente. Nós acampamos na faculdade e não deixamos que eles frequentassem o curso. E foi um ano letivo quase que completamente perdido. Nesse ano a Faculdade de Direito praticamente... não deixamos que eles frequentassem as aulas e eles realmente não frequentaram, os três policiais.³⁵⁵

Ao final do pleito, depois de muitos desgastes, e até mesmo acusações de agressão feitas por professores e pelos próprios alunos-policiais em relação aos integrantes do movimento, os estudantes conseguiram que ao menos um dos policiais fosse expulso e o

³⁵³ Santos reproduziu trecho do depoimento de Amalio Couto, então secretário do PC do B: “[...] Rosalindo (Souza) era um militante prático de pegar armas de fogo na mão. Uma vez à noite, depois de uma reunião de ABES, ele passou em frente à 6ª Delegacia de Brotas. O guarda, sentinela, estava dormindo com um fuzil encostado na parede. Ele passou a mão nesse fuzil e se mandou. Ele pegou esse fuzil. [...] Depois, ele contou para gente. Eu disse que utilidade tem esse fuzil. Se você fosse pego, seria preso como ladrão. Ponha a cabeça no lugar, Rosalindo. Ele dizia; é arma para o movimento. De vez em quando, ele nos perguntava: ‘o que é que nós vamos fazer com o fuzil?’ Você que sabe, não foi você que pegou? Eu não tenho onde guardar. O movimento de guerrilha era no campo. Não defendíamos assalto, nada. Somente uma vez nós fomos a Itaparica treinar alguns tiros com espingardas. Estávamos eu, Rosalindo, Joio Dantas ... Isso no começo porque nós percebemos que pegar em arma é coisa séria (COUTO, 27/01/2000)”. Ibid., p. 61.

³⁵⁴ Ibid., p. 55.

³⁵⁵ SILVA, Sara. Depoimento. In: Bahia. Comissão Estadual da Verdade. **Resgatando nossa história**: Relatório de atividades (agosto 2013/abril 2016), volume 2 - íntegra dos depoimentos. Disponível em: <<http://www.atom.fpc.ba.gov.br/index.php/2-parte-129>> Acesso: 19 dez. 2022. p. 433.

outro, suspenso.³⁵⁶ Todavia, como é de se imaginar, as reações da repressão a esse episódio foram drásticas. Primeiramente, a ação colaborou para a inserção dos nomes de Rosalindo, Sara e outros estudantes entre os expurgados pelo decreto federal 477, de 1969, que criminalizava as ações contestatórias no âmbito universitário. Ao tentarem iniciar o ano letivo de 1969, para o qual já haviam se matriculado, eles descobriram que estavam impedidos de continuar integrados à UFBA. Por meio de articulações, porém, Sara e Rosalindo conseguiriam terminar o curso em outra instituição. De acordo com a própria Sara Silva, graças ao apoio de Elquisson Soares, que,

[...] à época, era presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. E ele conseguiu, como presidente do diretório, a minha transferência e a de Rosalindo Souza para a Faculdade Cândido Mendes no Rio de Janeiro. Eu tenho uma dívida de gratidão com o professor Raul Chaves, que era diretor à época da faculdade, que permitiu e concedeu a minha transferência e a de Rosalindo Souza. E nós cursamos o último ano de Direito em 1969 na Faculdade Cândido Mendes, onde colamos grau.³⁵⁷

O drible no regime militar, entretanto, estava longe de levar os dois a uma vitória frente à malha repressiva. Suas ações no movimento estudantil resultaram no enquadramento na Lei de Segurança Nacional e culminaram com a abertura de um IPM. Segundo Santos:

A instauração de Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar lideranças estudantis, a conseqüente desorganização das entidades organizativas dos estudantes (diretórios acadêmicos) e o ‘clima de medo’ que passou a existir dentro da universidade seriam expressões do AI-5 dentro da universidade. Algumas lideranças estudantis aprofundaram os laços com as organizações de esquerda armada, no processo de imersão na luta clandestina contra o regime militar, ficando suscetíveis às prisões que se sucederiam, as mortes e desaparecimentos.³⁵⁸

De acordo com Andréa Santos, já formado, Rosalindo chegou a comparecer à primeira audiência na Auditoria Militar, em fevereiro de 1970. Todavia, diante das perseguições que estava vivenciando na Bahia, da iminente condenação e da consciência do tipo de tratamento que o esperava após ser detido, acabou entrando na clandestinidade, um mês antes de receber

³⁵⁶ “O CARB entrou com Mandado de Segurança contra a determinação da Diretoria de manter a escola fechada, alegando que a mesma não tinha sido aprovada pela Congregação Universitária. Para solucionar o impasse, o corpo docente criou uma comissão formada por professores a fim de decretar ou não a expulsão, com base nos depoimentos prestados pelos estudantes, professores e os estudantes-policiais. Divulgado no dia 21 de novembro, o relatório da comissão defendia a expulsão de Rodolfo Buonavita por ter sido comprovada a sua vinculação com órgãos de segurança; a suspensão de Francisco Pitanga por trinta dias; e Átila Brandão não recebeu penalidade devido a inexistência de provas”. SANTOS, A. C. **Ação entre Amigos...** op. cit., p. 62.

³⁵⁷ SILVA, Sara. **Depoimento...** op. cit., p. 422.

³⁵⁸ SANTOS, A. C. **Ação entre Amigos...** op. cit., p. 69.

a sentença. Segundo a CEMDP, Rosalindo foi condenado “à revelia no dia 13/05/1971, sendo condenado a dois anos e dois meses de reclusão.”³⁵⁹ Seu destino final, como sabemos, foi aceitar o chamado do seu próprio partido, que buscava “intensificar a luta no campo”.

Sem saber, previamente, onde seria realizada a ação militante visando à preparação da luta armada, o advogado baiano acabou juntando-se a outros militantes de todo o país, que desembarcavam na fronteira Araguaia-Tocantins. Além das ações armadas, que não lhes eram estranhas, pois segundo a CEMDP, havia feito cursos de cabo e sargento no exército no final dos anos 1950, a ação do militante no Araguaia ficaria marcada por sua ação poética e por alguns episódios, ainda hoje, alvo de controvérsias.

Conforme discutiremos abaixo, ao problematizarmos tais escolhas — como esperar ou não pelo resultado do julgamento e suas consequências; aderir ou não à luta armada; tentar ou não sair do país; entre outros —, sempre esbarramos em algum nível de opção pessoal e na possibilidade de constituição de outros caminhos. Isso faz parte, justamente, das relações que aqueles sujeitos estabeleceram diante das condições de possibilidade que lhes eram apresentadas, entre as quais, dar um passo a mais na revolucionarização pregada pelo partido.

Em fevereiro de 1970, enquanto alguns militantes já se encontravam no Araguaia, e alguns outros, como Rosalindo, ponderavam sobre suas opções diante da perseguição militar, o PC do B publicou, em *A Classe Operária*, o artigo *No caminho da revolucionarização*, que dizia que: “O Partido foi convocado a promover uma profunda e enérgica viragem em todo o seu trabalho organizativo, a realizar a revolucionarização de suas fileiras”.³⁶⁰ Esse artigo dialogava com outros documentos produzidos pelo partido, principalmente em 1969, e amplamente debatidos na literatura sobre a Guerrilha do Araguaia, a saber: *Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil*; e *Responder ao banditismo da ditadura com a intensificação das lutas do povo*; entre outros.³⁶¹ No texto de 1970, que como os outros já citados tinha como público-alvo primordial os militantes, era defendido enfática e didaticamente que:

É preciso que cada militante realize um esforço permanente no sentido de modificar sua maneira de ser e de atuar, de adquirir um estilo vivo, revolucionário, a fim de servir melhor à revolução. Nada mais estranho à ideologia e à prática proletária do que o burocratismo, o sectarismo, a

³⁵⁹ CEMDP. **Ficha descritiva:** ROSALINDO DE SOUSA (sic.). Disponível em: <<https://cemdp.mdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/63>> Acesso: 19 dez. 2022.

³⁶⁰ PC DO B. No caminho da revolucionarização. In: POMAR, Wladimir. **Araguaia: o partido e a guerrilha** – documentos inéditos. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 179.

³⁶¹ Ver; POMAR, Wladimir. **Araguaia: o partido e a guerrilha** – documentos inéditos. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

vaidade, a falta de iniciativa e de impulso revolucionário, etc. Entretanto, um exame mesmo superficial sobre o modo de cada um de nós atuar e se conduzir revelaria o quanto ainda pesam esses defeitos, o quanto ainda precisamos lutar para a conquista de um estilo leninista, que uma paixão revolucionária com o julgamento mais sereno dos acontecimentos e com o espírito prático na solução dos problemas.³⁶²

O PC do B reforçava, assim, o chamamento para que um novo nível de militância fosse executado por seus quadros, mais abnegado, disciplinado e concentrado no caminho revolucionário. Tal tipo de posicionamento, certamente reforçado ainda mais nos contatos pessoais com a liderança do partido, influenciaria a decisão de muitos militantes, como Rosalindo, que, ao passo que viam crescer dramaticamente suas experiências militantes através dos embates com o regime militar, sentiam, ao mesmo tempo, encolher suas possibilidades de atuação política. Diante da condenação iminente, é provável que a opção de se exilar em outro país parecesse menos exequível para um militante oriundo do interior do Nordeste brasileiro. Ademais, o partido investia agora em sua ação no Araguaia.

A proposta do PC do B servia também para reorganizar o percurso de atuação dos militantes, fortemente abalado após o AI-5. Os militantes que aceitassem tal caminho estavam prestes a iniciar uma ação pautada no “impulso revolucionário”, que iria, literalmente, colocar em teste suas convicções, seu “espírito prático” e a “paixão revolucionária” de cada um.

2.8 PREPARATIVOS DA AÇÃO NO ARAGUAIA

Como vimos, o PC do B vinha trabalhando com seus quadros a dedicação à causa revolucionária.³⁶³ Alguns dos militantes responderam ao chamamento e se deslocaram à

³⁶² PC DO B. **No caminho da revolucionarização...** op. cit. p. 181.

³⁶³ Um outro exemplo de como essa estratégia repercutiu em alguns militantes pode ser visto no testemunho do guerrilheiro sobrevivente Dagoberto Alves Costa. Vivendo no Rio de Janeiro, pouco depois de iniciados os contatos no partido, Dagoberto teve um encontro com outro membro do partido, em uma praça do Rio. Eles começaram a se encontrar, em plena praça, para debater textos do partido: “Nos identificamos pelos codinomes (já me chamavam Miguel) e tivemos vários encontros. Ele me trouxe o documento mimeografado *Guerra Popular – Caminho da luta armada no Brasil* e discutimos o livreto em quatro conversas sentados em um banco da Praça Paris. Um olho no papel, outro no entorno, para conferir se não havia arapongas por perto. Sem pompas nem circunstâncias, fui considerado integrado ao partido, escalado para o setor de propaganda. Fiz parte de uma célula com outros companheiros, participando de grupos de estudo, discutindo, debatendo, muita conversa pautada em documentos e nas matérias do jornal Classe Operária, instrumento de difusão das ideias e do programa do partido, que servia de ferramenta de estruturação partidária”. COSTA, Dagoberto Alves. **Memórias do Araguaia**: depoimento de um ex-guerrilheiro. Recife: CEPE, 2018, p. 50, grifo do autor.

fronteira Araguaia-Tocantins. A ex-guerrilheira Luzia Reis Ribeiro, detida e torturada em 1972, relatou à Comissão da Verdade da Bahia suas motivações quanto à adesão à guerrilha:

Então, não foi uma atitude impensada, foi devido à conjuntura política da época. Foi toda uma formação político-ideológica, uma escolha, porque é como diziam outros, podíamos nos fingir de morto por um tempo, muitos se fingiram de morto por um tempo e ficaram. Outros tantos lutaram com outras formas de luta, aqui mesmo, nas cidades, mas eu escolhi participar dessa vanguarda que foi para o campo preparar a Guerra Popular. Não quer dizer que eu sabia para onde iria. Não, a gente não sabia o local, mas a gente sabia que ia desenvolver um trabalho de formação militar e tudo, mesmo não sabendo o local que poderíamos fazer isso, por questão de segurança.³⁶⁴

A mesma Luzia observou, no seu depoimento, que: “O Partido em Salvador, tinha na época quase 80 pessoas e apenas dez foram para o Araguaia”.³⁶⁵ Há depoimentos que indicam uma espécie de “triagem”, organizada por lideranças do partido,³⁶⁶ que chegavam a se reunir individualmente com alguns quadros e avaliar seu envio ou não para a Amazônia.³⁶⁷ Temos poucas informações sobre essas reuniões. A maior parte das informações se refere apenas aos militantes que, de fato, deslocaram-se ao Araguaia. Segundo Campos Filho:

Entre 1970 e 1972, chegaram mais e mais militantes do PC do B, até constituírem um número de 69 guerrilheiros. Eram, em sua maioria, jovens

³⁶⁴ RIBEIRO, Luzia Reis. Depoimento. In: Bahia. Comissão Estadual da Verdade. **Resgatando nossa história: Relatório de atividades** (agosto 2013/abril 2016), volume 2 - íntegra dos depoimentos. Disponível em: <<http://www.atom.fpc.ba.gov.br/index.php/2-parte-129>>. Acesso: 19 dez. 2022. p. 560-561.

³⁶⁵ O trecho acima foi complementado com os nomes e informações sobre os outros nove: “eu era estudante e professora do Estado, (Nelson Dourado empregado da Petrobras, seu irmão José Dourado - fotógrafo, Rosalindo Sousa - advogado, Dinalva Conceição e Antônio Carlos Monteiro - Geólogos, Dermerval Santos – advogado, Uirassu Assis – estudante, Dinaelza Santana e Wandick Coqueiro – estudantes”. Ibid., p. 560.

³⁶⁶ Por outro lado, durante a preparação desse tipo de movimento, era usual que as lideranças envolvidas com o recrutamento chegassem, até mesmo, a dialogar com militantes de outras organizações, tentando conseguir também sua adesão ao partido, respaldados pelo fato de que o local só seria revelado no momento da viagem. Nos anos recentes, haviam ocorrido, inclusive, algumas fusões dos grupos, como a articulação temporária entre militantes do Colina e da VPR, que deu origem à VAR-Palmares, em 1969. Durante o próprio período da Guerrilha, o PC do B concretizou a incorporação de diversos militantes da AP, o que colaborou para manter o partido em atuação em diversos pontos do país. Portanto, é importante não perdermos de vista esse dinamismo que marcava as interações internas entre os movimentos esquerdistas da época.

³⁶⁷ A já citada desembargadora Sara Silva de Brito, por exemplo, afirmou: “Eu cheguei até a ir pra São Paulo para de lá ir para o Araguaia, mas não sei porque o Partido desistiu e não me mandou pro Araguaia. Se tivesse ido, também não estaria aqui contando essa história. Me recordo disso perfeitamente”. SILVA, Sara. **Depoimento...** op. cit., p. 425-426. Glênio Sá, por sua vez, relatou: “No início dos anos 1970 fui avisado, em reunião do Comitê Regional do Ceará, que talvez fosse enviado para trabalhar no interior. Carlos Danielli, membro do Comitê Central do partido, veio conversar comigo e deu as orientações finais para que se concretizasse o plano. Eu teria três dias para me desvencilhar de todos os problemas e viajar para São Paulo. Aceitei na hora. Danielli chegou dentro do horário combinado e eu com um minuto de adiantamento. Caso eu atrasasse cinco minutos, já havia outro local e horário também combinados. / Fui levado, de olhos vendados, até um aparelho do partido. Estavam lá alguns camaradas da direção nacional, que testaram minhas condições para a tarefa que tinham em mente”. SÁ, Glênio. **Araguaia: Relato de um Guerrilheiro**. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990. p. 5; COSTA, Daboberto Alves. **Memórias do Araguaia: depoimento de um ex-guerrilheiro**. Recife: Cepe, 2018. p. 5.

que tinham em comum o fato de serem todos membros do mesmo partido e estarem com suas vidas marcadas pela repressão levada a cabo nas grandes cidades contra todos os que se opunham ao regime militar. As cidades tornaram-se pequenas para eles; muitos tinham sido presos e torturados, outros tinham sido ou estavam sendo julgados à revelia. Os cartazes de ‘Procura-se’ espalhavam-se por todos os cantos, acusando-os de terroristas e subversivos.³⁶⁸

O mesmo autor apresentou um levantamento das ocupações desses militantes:

Eram estudantes, ex-dirigentes estudantis (43,81%, com 37,07% universitários e 6,74% secundaristas); médicos, enfermeiras, geólogos, professores, advogados (15,73% de profissionais liberais); operários (5,61%); camponeses (22,47%, aí incluídos os que se integraram aos núcleos guerrilheiros no decorrer da luta); comerciários, bancários; e outros (12,35%). Isso totalizava 89 guerrilheiros, somando-se os que escaparam com vida após terem sido presos nas duas primeiras campanhas.³⁶⁹

Observa-se aí uma distinção fundamental em relação a alguns grupos de destaque da guerrilha urbana, como a VPR, que possuíam uma ala militarista com maior poder interno ao grupo. Ou seja, na VPR, havia um considerável número de militares de ofício que aderiram à luta armada e que compunham as posições de liderança do movimento. Embora alguns entre os militantes do PC do B tenham tido experiência militar, em geral, ou esta experiência tinha findado há muitos anos, ou décadas, como no caso de Francisco Manoel Chaves; ou não havia passado de um treinamento mais curto, como ocorrera com Rosalindo e Osvaldão.³⁷⁰

Em relação à passagem de mulheres e homens negros por essa “triagem”, é importante considerarmos, em primeiro lugar, que já existia, previamente, a presença negra no próprio PC do B, em consonância com a história do comunismo no país. Como vimos neste capítulo, o ex-marinheiro Francisco Manoel Chaves foi um dos que militaram no PCB desde os anos 1930 e integraram o PC do B após a cisão. Além de Chaves, outras oito pessoas negras participaram do movimento guerrilheiro. Todas elas eram jovens que ingressaram no partido no fim da década de 1960, a partir do movimento estudantil atuante no meio universitário. Faziam parte daqueles 43,81% de guerrilheiros do Araguaia que vieram do movimento estudantil ou haviam sido dirigentes estudantis nos anos recentes, conforme Campos Filho.

³⁶⁸ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012. p. 114-115.

³⁶⁹ Ibid., p. 115.

³⁷⁰ No final da década de 1950, Osvaldão “passa um ano cursando o CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva), em São Cristóvão, próximo à ETN. Gradua-se como segundo tenente da reserva, na arma de Engenharia. O aprendizado será precioso na guerrilha”. JOFFILY, B. **Osvaldão e a saga do Araguaia...** op. cit. p. 26.

Destes oito, três eram originários da militância estudantil na Bahia, os advogados Dermeval da Silva Pereira e Rosalindo Souza, e a geóloga Dinalva Oliveira Teixeira.³⁷¹ De outros estados, vieram os estudantes Idalísio Soares Aranha Filho (Psicologia - UFMG), Helenira Resende (Letras – USP), Lúcia Maria de Souza (Medicina - Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro da atual UNIRIO) e Antônio de Pádua Costa (Física - UFRJ).³⁷² Finalmente, Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, iniciara a militância estudantil ainda nos anos 1950, enquanto estudante do ensino secundarista/técnico da Escola Técnica Nacional (ETN), no Rio de Janeiro, de onde partiu para estudar Engenharia Mecânica na Universidade de Praga, na Tchecoslováquia, em 1961, um ano antes da formação do PC do B. Osvaldão foi ainda boxeador e campeão de boxe amador no rio de Janeiro, no final dos anos 1950.³⁷³

É provável que, ao negociar a presença desses militantes na fronteira Araguaia-Tocantins, os líderes do partido vislumbrassem abrir mais um flanco na busca por aproximação com os moradores locais. Com o passar dos anos, boa parte dos nomes acima acabariam entre os citados por Ângelo Arroyo como tendo conseguido maiores ligações com essa população. Áurea Cardoso,³⁷⁴ por sua vez, destacou a proximidade que o elemento cor deve ter criado junto a esses moradores, que, como vimos, constituíam um considerado número de mulheres e homens negros e indígenas. Ademais, não deve ter passado despercebida a própria inserção que Osvaldão foi construindo junto aos moradores desde 1966, algo que, possivelmente, foi alvo de reflexão entre 1966-1970 junto aos líderes do

³⁷¹ Dina é computada como negra em diversas publicações. Incluso em: BRASIL. **Direito à Memória e à Verdade...** op. cit. Reproduzimos, aqui, trecho em que a pesquisadora Tauana Silva descreve o contato que teve com o irmão da militante, que afirmou que ela não se identificava como negra, mas mestiça: “Um processo que, de modo igual, foi constatado na entrevista de Djalma Conceição Oliveira (2015c), militante político durante a ditadura militar e irmão de Dinalva. Ao se referir à sua família e, especialmente, à sua irmã, ele declarou: Ela não era negra não. [...] Ela era mestiça. [...] Ela não se reconhecia e não era. Na terra dela, onde ela nasceu, na Bahia, na cidade de Castro Alves, na época, [...] tinha uma divisão esdrúxula de negros e brancos. Hoje não. Mas uns sessenta anos atrás festa de branco, negro não entrava. Hoje em dia está uma beleza aquilo lá. Não existe esse preconceito mais não, muito pouco, tem, mas muito pouco. A Dina faz parte das famílias dos brancos. (risos) Brancos, brancos de olhos azuis, inclusive. Embora ela não era branca de olhos azuis. (Ibidem, 2015c).” SILVA, T. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda...** op. cit. p. 308. Observe que existiam outras concepções sobre Dina, que a colocam mais próxima da atual concepção de pardo, o que demonstra a complexidade desse tipo de classificação. O ex-guerrilheiro José Genoíno Neto, por exemplo, afirmou, em entrevista: “E a Dina, baiana, aquela pose que ela tinha, aquela elegância da mulata, era muito bonita aquela elegância da mulata, aquilo ali tudo era uma estética, como era a do Osvaldão”. GENOÍNO NETO, José. **Memórias da Guerrilha do Araguaia:** Entrevista com José Genoíno Neto. Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína, Araguaína, v. 12, n.2, p. 274-318, 2020. p. 297. [Entrevistadores: César Alessandro Sagrillo Figueiredo, Naiane Vieira dos Reis, Luiza Helena Oliveira da Silva, Paulo César Lucena de Sousa]. Nesta tese, temos adotado a inclusão de pretos e pardos entre os negros.

³⁷² Informações biográficas mais detalhadas desses militantes serão apresentadas nos próximos capítulos.

³⁷³ JOFFILY, B. **Osvaldão e a saga do Araguaia...** op. cit.

³⁷⁴ CARDOSO, Áurea Alves. **Um rio de memórias, experiências e vivências:** Guerrilha do Araguaia. 2018. 149 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

partido ali instalados. De toda forma, o grupo de militantes do PC do B trazia diversas marcas de diversidade, presentes, inclusive, numa proporção muito maior, por exemplo, do que vista nos altos escalões do regime militar, centrados sobretudo em homens brancos.

É evidente que, em paralelo a esses elementos raciais, a presença de boa parte desses militantes se impunha por outras características, como seus perfis de liderança, a mostra de afinidade aos ideais do partido e a consonância com as concepções de revolucionarização então em relevo. Em suma, eram militantes que vinham se destacando no partido. Ou seja, além de possíveis escolhas baseadas em critérios raciais, buscando ampliar a proximidade com os moradores do Araguaia, certamente teve centralidade na escolha a atuação política daqueles sujeitos, que em boa parte apresentavam liderança em seus locais de origem.

Quando observamos as histórias de boa parte daqueles homens e mulheres, os fatores autoestima e autoconfiança, no que se refere à ação política, sobressaem-se. A autoestima e a autoconfiança são elementos essenciais para pessoas que, além da luta contra o regime militar, carregavam consigo outros pontos de embate com a sociedade, seja como negros, seja também como mulheres. Helenira Resende, Dina Teixeira e Lúcia Maria de Souza tiveram suas trajetórias destacadas pela necessidade de se impor em ambientes políticos amplamente masculinos. Dina acabaria, junto com Osvaldão, sendo uma das personagens mais icônicas do movimento guerrilheiro, inclusive, pela destreza apresentada no uso de armas.

Vimos que Rosalindo estava entre aqueles que eram subestimados por seus professores do curso de Direito, por ser um estudante-trabalhador, ou seja, por não estar na camada privilegiada do país. Há registros de que os familiares de Osvaldão tiveram muitos enfrentamentos com o racismo em Passa Quatro e em cidades do estado de São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo em casos envolvendo ambientes educacionais. Frente a isso, decidiram permanecer investindo para que o maior número de pessoas da família tivesse acesso à educação e, a partir da geração de Osvaldo, conseguisse cursar o ensino superior.

Para aquelas mulheres e aqueles homens negros militantes comunistas, entrar no ensino superior já representava um nível e tanto de embates com a sociedade que os cercava; algo que somente se ampliou após a adesão ao comunismo e, posteriormente, à própria vida na clandestinidade. Mesmo Helenira, que era filha de médico, também trabalhava como professora enquanto fazia a graduação, tendo deixado o seu emprego para, após ser cada vez mais perseguida pelos militares, circular o país em atividades militantes. Em uma época em que as mulheres negras eram — como ainda são — objetificadas sexualmente e vistas como limitadas aos trabalhos domésticos, certamente gerava muitas tensões traçar um caminho

contestatório. Todos esses fatores, além da própria perseguição política, alimentaram o ódio ao regime militar e à ordem que ele buscava não só manter, mas ampliar.

O que nos leva também a um ponto essencial, que não pode ser esquecido na análise, que é, mais uma vez, a escolha daquelas mulheres e homens em participar dessa etapa da luta comunista. Assim, à pergunta: por que eles foram escolhidos/convocados pelo partido? Devemos acrescentar: por que escolheram participar? Ao nosso ver, a resposta pode ser alcançada, ainda que parcialmente, na abordagem de suas trajetórias, como já iniciado neste capítulo com retomada nos próximos. Aquelas mulheres e homens negros foram tocados pelas concepções defendidas pelo PC do B e, pelos fatores diversos que vêm sendo aqui discutidos (convicção política, cerceamento de seus direitos, perseguição pelo regime, ameaça de tortura e morte, ressentimento por violências já sofridas por si e pessoas próximas, entre outros), acabaram dedicando os últimos anos de suas vidas à luta armada.

Em entrevista com familiares de Helenira Rezende, questionamos o que ela defendia durante as conversas política travadas no cotidiano. Helenalda, sua irmã, respondeu-nos que:

A luta armada. Eu e a Neide [outra irmã] ficávamos meio assim... A Nice [outra irmã] já era contra [...]. A gente discutia muito. Ela falava: — Só a luta armada. Só com a luta armada a gente vai conseguir retomar esse país. Ela acreditava nisso. Mas ela não queria fazer a luta que faziam, por exemplo, a turma do Marighela. Uma vez ela falou — Oh! O Marighela tá me chamando para entrar no grupo dele, mas eu não concordo com ele, porque na cidade cê vai, põe bomba aqui, põe bomba ali. E você vai matar muita gente que não tem nada a ver com a história. Nós temos que começar pelo campo mesmo. Começar a politizar o povo do campo.³⁷⁵

Empiricamente, as escolhas do PC do B e dos próprios militantes acabariam acarretando certa diversidade quanto ao número de ofícios desempenhados, composições étnico-raciais e de gênero. Embora essa diversidade não estivesse inserida explicitamente nos documentos do partido, ela fazia parte das histórias de vida das mulheres e homens militantes, que integravam uma geração que buscava a modificação social, vindo a se fazer presente também na composição do movimento guerrilheiro.³⁷⁶

³⁷⁵ NAZARETH, Helenalda Resende de Souza; NAZARETH, Helenoira Resende de Souza; COSTA, Marta Heloísa Nazareth. **Entrevista**. São Paulo, 21 ago. 2019. Entrevistador: Janailson Macêdo Luiz. 2h33min.

³⁷⁶ Por exemplo, afóra as mulheres e os homens negros, duas das militantes eram jovens de origem japonesa: Suely Yumiko Kanayama (1948-1974) e Rioco Kayano. Não localizamos sua data de nascimento. Apenas a informação de que, em 1972, estava com vinte e quatro anos de idade. É casada com José Genoíno Neto. Ver: TORRE DAS DONZELAS. **Rioco Kayano**. Disponível em: <<https://www.torredasdonzelas.com.br/vozes-da-memoria-videos/rioco-kayano-2/>> Acesso: 30 nov. 2022.

3 DO “INCÊNDIO NA PRADARIA” AO TERROR NOS TRÓPICOS: A LUTA ARMADA SE MATERIALIZA NO ARAGUAIA

Após a revolução cubana de 1959, houve modificações fundamentais no cerne da Guerra Fria. Nos países latino-americanos, diversos militantes de esquerda passaram a visualizar de outro modo a luta revolucionária. Para muitos, o ano de 1959 sinalizava que a revolução é possível. Entre os esquerdistas atuantes no Brasil na década de 1960, a Revolução Cubana trouxe, além do surgimento de um novo referencial de luta e da possibilidade de constituição de novas alianças políticas, um novo espaço para o desenvolvimento de treinamentos políticos e militares, voltados para uma experiência concreta e exitosa de guerra irregular.³⁷⁷ Com frequência, durante aquela década, militantes participaram de treinamentos em Cuba. No entanto, aquele não era o único caminho existente, a nível internacional, para aprimorar a compreensão sobre a experiência político-militar revolucionária.

Como observou Deusa Sousa, o alinhamento ao maoísmo levou os pecedebistas a buscarem treinamento na China.³⁷⁸ Recordemos que o PC do B discordava da linha foquista cubana, a qual não ratificava o papel central do partido comunista como vanguarda da luta revolucionária.³⁷⁹ As lideranças do PC do B entendiam que, no Brasil, a luta armada deveria iniciar-se com a participação direta do partido comunista. Joffily, ao tratar de Osvaldão, afirmou que: “O golpe de 1964 encontra Osvaldo na Academia Militar de Pequim. Ele está no primeiro grupo de um total de 18 militantes do PC do B, enviados para estudar a experiência política e militar da revolução chinesa. Chega lá em março, via Zurique e Praga”.³⁸⁰

³⁷⁷ “Em termos práticos, guerra irregular é todo conflito conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade institucional. Ou seja, é a guerra travada por uma força não regular. [...] É lícito afirmar, portanto, que a guerra irregular é a mais antiga forma de guerra conhecida, pois estima-se que as primeiras forças armadas combinadas permanentes tenham surgido por volta de 3000 a.C., no Oriente Médio, e a prática guerreira dentro da coletividade humana, certamente, antecede esse período”. VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 14.

³⁷⁸ SOUSA, Deusa Maria. **José Humberto Bronca: da luta sindical ao Araguaia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

³⁷⁹ “O foquismo trouxe outra novidade, que o singularizou: a ideia da primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido. Os cubanos dirigiam uma crítica ácida, mas verdadeira, ao burocratismo e à corrupção que assolavam certos partidos comunistas. Ao invés de esperar por eles, o foco guerrilheiro assumia a responsabilidade de iniciar a luta. Todo o processo revolucionário se subordinaria à dinâmica germinativa da guerrilha rural, desde a luta de massas nas cidades à formação do novo partido revolucionário”. GORENDER, Jabob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira - das ilusões perdidas à luta armada**. 5 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014. p. 91.

³⁸⁰ JOFFILY, Bernardo. **Osvaldão e a saga do Araguaia**. São Paulo: Expressão Popular: 2008, p. 32.

A participação nesse curso de preparação representava uma drástica modificação na vida de Osvaldo. Três anos antes, em 1961, ele havia abdicado da possibilidade de cursar o ensino superior no Brasil, e deixado uma promissora carreira no boxe, para estudar na República Socialista da Tchecoslováquia. Junto com outros egressos da ETN, Osvaldo conseguiu uma bolsa de estudos³⁸¹ e se instalou em Mariánské Lázně (Marienbad), onde passou alguns meses tendo noções básicas do idioma tcheco. Em seguida, iniciou o curso de Engenharia Mecânica. Foi nesse período que foi realizado um atípico registro audiovisual, por meio de um documentário, daquele que dali a alguns anos viria a se tornar o líder do destacamento B da Guerrilha do Araguaia.

Esse registro se transformou em uma espécie de lapso, no sentido atribuído por Marc Ferro, em relação às análises fílmicas. Para Ferro: “O documento tem uma riqueza de significação que não é percebida no momento em que ele é feito”.³⁸² Aquele autor se referia a registros feitos por produções audiovisuais (documentais ou ficcionais) que, embora não tivessem determinada finalidade, acabavam revelando — aos observadores e investigadores do futuro — detalhes sobre o passado não vislumbrados no momento de sua realização.³⁸³ No caso em questão, um documentário que servia originalmente como propaganda da adaptação dos estudantes estrangeiros e da qualidade do ensino naquela república socialista acabou servindo como rastro da presença de futuros guerrilheiros brasileiros entre os estudantes.

No documentário, que, com o tempo, ganhou o título de *Encontro na Antibabilônia*, também aparece Gilberto Olímpio Maria (1972-1973), futuro líder do destacamento C da Guerrilha; e Eduardo Pomar, outro dos estudantes retratados. Eduardo é filho de um dos líderes históricos do PC do B, Pedro Pomar, e foi o responsável pela localização e divulgação do documentário, junto com a Fundação Maurício Grabois. Os registros sobre Osvaldo naquela película, por sua vez, serviram de base para a produção do documentário *Osvaldão* (2014),³⁸⁴ que conta a vida do guerrilheiro, seguindo as informações apresentadas na biografia escrita por Bernardo Joffily,³⁸⁵ jornalista também vinculado ao PC do B.³⁸⁶

³⁸¹ Segundo Joffily: “Muitos crêem que Osvaldo obteve a bolsa de estudos por ser militante do Partido Comunista do Brasil. Um ex-colega do futuro comandante guerrilheiro tanto na ETN quanto na Tchecoslováquia, Eduardo Pomar, nega. Conta que ele próprio obteve a bolsa da delegação tcheca num congresso interparlamentário no Rio; a seleção seguia critérios curriculares; apenas dois, em mais de 30 bolsistas brasileiros, eram membros do PC: o próprio Eduardo Pomar e o seu amigo e vizinho Gilberto Olímpio Maria, que também [assim como Osvaldão] morreria no Araguaia”. *Ibid.*, p. 29.

³⁸² FERRO, Marc. *Cinema e história*. 2 ed. Tradução Flávia Nascimento. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

³⁸³ *Ibid.*, p. 33.

³⁸⁴ OSVALDÃO. Direção: Vandrê Fernandes et al. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014. 80 min.

³⁸⁵ JOFFILY, B. *Osvaldão e a saga do Araguaia...* op. cit.

Figura 8 - Osvaldão no documentário Encontro na Antibabilônia (1961)



Fonte: *Encontro na Antibabilônia*.³⁸⁷

A imagem viril conhecida de Osvaldão foi encarnada nesse *frame* acima, no qual, numa espécie de esquete humorística reproduzida do documentário *Encontro na Antibabilônia*, dividida com Eduardo, os dois dialogavam em tcheco e riam do fato de Osvaldão estar saindo tão bem vestido. No *frame* em si, congelado, a imagem de Osvaldo remete à de um detetive do cinema *noir*, que encara a si mesmo, num gesto pensado. Não por acaso, por sua característica icônica, tal imagem foi extensamente divulgada entre 2013 e 2014 pelos produtores do documentário *Osvaldão*, lançando certo mistério entre o público sobre o que seria retratado no documentário, bem como sobre haviam conseguido tal registro.

Esse foi só um instante entre outros na vida daquele rapaz do interior de Minas. Não obstante, pode nos ajudar a elaborar reflexões para além das amarras geralmente atreladas aos personagens mitificados politicamente. Ele evoca um período em que muitos caminhos e muitas escolhas eram possíveis. Compreender isso pode nos ajudar a entender mais a fundo os aspectos humanos das ações de Osvaldo, outras pessoas de sua geração e outras pessoas negras que acabariam se envolvendo com a luta armada.

Naquele momento, como qualquer pessoa, Osvaldo tateava as condições de possibilidade apresentadas diante de si. Nosso maior estranhamento, hoje, pode ser o porquê da escolha da opção guerrilheira ou, mesmo antes disso, da escolha por uma mudança de vida tão radical. Observemos que os melhores instrumentos para criar interpretações sobre tais

³⁸⁶ Abordamos o documentário em: LUIZ, Janailson Macêdo. “Estou aqui fazendo um filme”: relações étnico-raciais e lutas pela memória em Osvaldão (2014). *Em Tempo de Histórias*, [S. l.], v. 1, n. 37, 2020, p. 159-180.

³⁸⁷ ENCONTRO NA ANTIBABILÔNIA. 2017 [1961]. Documentário. 20m12s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i38v3tR1XLE>> Acesso: 20 dez. 2022.

escolhas, como salientado por Bourdieu em relação aos riscos da ilusão biográfica, pode ser o entendimento de como Osvaldão acabou se deslocando por certos espaços sociais, junto a um conjunto de outros agentes. Ou seja, para isso, é preciso observar sua inserção frente àqueles com quem ele dialogava e compartilhava certas visões de mundo e expectativas.

Encontro na Antibabilônia registrava o cotidiano de estudantes, de diversas partes do mundo, durante a aprendizagem do idioma tcheco. Nas gravações, Osvaldo aparentava estar bastante integrado ao cotidiano da universidade e à vida na Tchecoslováquia. Aliás, era a intenção do documentário apresentar tal imagem, demonstrando a eficiência dos métodos de ensino diante de estudantes vindos de diversas partes do dito Terceiro Mundo. Contudo, também as memórias de ex-colegas do guerrilheiro apresentados por Joffily e no documentário *Osvaldão* ratificam pontos positivos daquele momento de sua vida.

O que o teria feito mudar tão drasticamente de rota? Ambas as produções apontam que Osvaldo resolveu voltar ao Brasil após visita de Pedro Pomar, ocorrida já depois da cisão de 1962, indicando que a motivação para o retorno ao Brasil foi um chamado partidário, durante o contexto de acirramento político vivenciado no Brasil pré-1964. Segundo Joffily: “Osvaldão filia-se ao Partido Comunista do Brasil em Praga. Entra pelas mãos do pai de Eduardo, Pedro Pomar”.³⁸⁸ Pedro Pomar passa cinco dias em Praga, ocasião em que: “Conversa com Eduardo, com Gilberto, e muito também com Osvaldo. Deve ter sido convincente: em seguida, os três jovens decidem abandonar o curso para voltar ao Brasil e abraçar a militância”.³⁸⁹

Não devem ser subestimadas também as percepções tidas por Osvaldo durante a sua vida em um país socialista. Embora se conheça pouco seu pensamento político nessa época, o contato com uma experiência real do socialismo, provavelmente, somou-se às aspirações revolucionárias que atingiram parte dos jovens na América Latina, naquele momento. Acrescentava-se a isso a urgência de ação no Brasil em um momento de acirramento das tensões políticas, tema certamente tratado nas conversas que ele teve com Pedro Pomar.

Os registros de Osvaldo em *Encontro na Antibabilônia* colaboraram para ratificar certas imagens tidas sobre sua participação na Guerrilha do Araguaia, em que ele foi definido — em informações que fazem jus ao que as fontes mais diversas apontam sobre o guerrilheiro — como um homem carismático e viril, capaz de gestos seguros e, ao mesmo tempo, fraternos frente às pessoas mais próximas. Como veremos adiante, essas concepções acabaram também por alimentar a imagem e os mitos políticos constituídos em torno do

³⁸⁸ Ibid., p. 29.

³⁸⁹ Ibid., p. 29-30.

guerrilheiro. Justamente por isso, as gravações do primeiro documentário foram apropriadas em uma nova produção que buscava narrar a trajetória de vida de Osvaldo, a partir de enquadramentos próximos à constituição da memória do partido e da luta travada pelos pecedebistas na Guerrilha do Araguaia.

Ao nosso ver, as imagens daquele primeiro documentário, e incluso o referido recorte acima reproduzido, retratam, também, certo virtuosismo de Osvaldo. Ao tratar de escritores e artistas afro-latino-americanos, Doris Sommer expõe o virtuosismo como um elemento compartilhado por muitos deles e usado para expor o “domínio de diversos códigos”³⁹⁰ culturais advindos de espaços que, até pouco tempo, eram-lhes negados.

As fontes sobre o cotidiano de Osvaldo entre os tchecos indicam que, em muitos momentos, ele conseguiu se destacar desse modo. Na luta guerrilheira, Osvaldo ficaria conhecido por usar, com esmero, certos artifícios do conflito psicológico. Em diversos momentos, conseguiu impor medo e manter-se mais um tempo a salvo aplicando táticas que expunham o despreparo dos oficiais militares, incluindo os de alta patente, que tiveram acesso a uma formação militar que gozava de *status* e prestígio.

Osvaldo tinha um 1,98m de altura e, como destacado no documentário *Osvaldo*, aprendeu, desde adolescente, a usar essa característica a seu favor. A altura do guerrilheiro é também um dos fatores que aparecem nos relatos sobre sua história de vida, seja entre moradores do Araguaia seja entre antigos companheiros de guerrilha.

Em ambos os casos, aparece com destaque naqueles relatos que fazem parte do seu processo de mitificação. Em muitos desses relatos, Osvaldo passou a encarnar a imagem do líder forte, que, num primeiro momento, pode amedrontar, mas que depois se mostra generoso, justo e carismático. Conforme o historiador Raoul Girardet, “as imagens de verticalidade”, aquelas que nos fazem mirar os olhares para cima, costumam se fazer presentes no processo de mitificação de líderes políticos:

Assim, o tema do Salvador, do chefe providencial, aparecerá sempre associado a símbolos de purificação: o herói redentor é aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forças más. Sempre associado também a imagens de luz — o ouro, o sol ascendente, o brilho do olhar — e a imagens de verticalidade — o gládio, o cetro, a árvore centenária, a montanha sagrada.³⁹¹

³⁹⁰ SOMMER, Doris. Liberdades literárias: a autoridade dos autores afrodescendentes. In: ANDREWS, George Reid; DE LAFUENTE, Alejandro. **Estudos Afro-Latino-Americanos**: uma introdução. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2018. p. 386.

³⁹¹ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 17.

Os relatos de heroificação são muito caros aos modos como ex-guerrilheiros têm relatado sua participação naquele evento e nos enquadramentos da memória³⁹² dados pelo próprio PC do B e por outros grupos do campo da esquerda. Não se trata aqui de afirmar que tal postura deva ser vista como correta ou incorreta, mas compreender como essas construções memorialísticas são constituídas. Jornais como *A Classe Operária* cumpriam, constantemente, o papel de abordar o passado, o presente e o *devoir* comunistas; para isso, investiam, por vezes, na rememoração heroicizada dos feitos de personagens destacados.

Em 1969, por exemplo, o jornal publicou o artigo *Morte heróica*, por razão do assassinato do político e guerrilheiro colombiano Pedro Hernando Vásquez Réndon (1928-1968), dirigente do Partido Comunista de Colombia – Marxista Leninista (PCC-ML),³⁹³ naquele momento, de orientação maoísta. Réndon era comissário político do grupo guerrilheiro Ejército Popular de Liberación (EPL).³⁹⁴ Segundo *A Classe Operária*:

A morte gloriosa desse valente lutador constitui grande perda para o movimento democrático e de libertação da Colômbia e para todos os revolucionários da América Latina. Pedro Vasquez forjou-se como comunista nas guerrilhas que eclodiram em todo o país pós 1948 e tornou-se destacado dirigente do Partido. [...] Pedro Vasquez mostrou ser fiel às idéias que defendia. Desde o início, procurou levar o Partido pelo único caminho capaz de libertar o povo colombiano das garras da reação e do imperialismo norte-americano.³⁹⁵

Esse era o tipo de artigo estudado pelos militantes do PC do B, incluso boa parte dos que se deslocaram até o Araguaia. Tal tipo de representação heroicizante, apesar de comum, não é vista como unânime entre os grupos comunistas. Em sua avaliação crítica da atuação da esquerda no país no período do regime militar, Jacob Gorender, ele próprio um historiador marxista e ex-integrante do PCB e PCBR, foi taxativo:

Chego aqui à questão do mito ou da liderança carismática³⁹⁶ ou do culto à personalidade, conforme preferem os soviéticos. A história do movimento

³⁹² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

³⁹³ Dissidência do Partido Comunista de Colombia (PCC).

³⁹⁴ DICCIONARIO BIOGRAFICO DE LAS IZQUIERDAS LATINOAMERICANAS [Movimientos sociales y corrientes políticas]. **VÁSQUEZ RENDÓN, Pedro Hernando**. Disponível em: <<https://dicionario.cedinci.org/vasquez-rendon-pedro-hernando/>> Acesso: 03 jan. 2023.

³⁹⁵ PC DO B. Morte heróica. *A Classe Operária*: Órgão Central do Partido Comunista do Brasil, [s.l.], v. 4, n. 31, jun. 1969. p. 2.

³⁹⁶ Gorender fez crítica direta a heroicizações feitas em torno de Luís Carlos Prestes no PCB. Para uma análise sobre imagens construídas sobre aquele líder político, ver: GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **A política da memória na construção biográfica de Luiz Carlos Prestes (1945-2015)**. 2021. 269 f. Tese (Doutorado em História Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

comunista internacional está repleta da construção de mitos. Por enquanto, a racionalidade marxista tem sido impotente para refrear essa tendência ideológica milenar, cuja força espontânea impregna a consciência das massas trabalhadoras. O pior tem sido o estímulo sistemático de partidos comunistas e Estados socialistas à funcionalidade dos mitos. Porque, se facilita a condução das massas, o mito as deseduca do ponto de vista da formação ideológica socialista e dificulta a correção dos erros das direções.³⁹⁷

Morte heróica dialogava com a concepção de revolucionização abordada no capítulo anterior e debatida interna e extensamente pelo partido naquele momento. Fazia, desse modo, parte de um repertório que orientava os caminhos de diversos militantes. Como já vimos quanto ao perfil biográfico criado após a morte de Francisco Chaves, a atuação e derrota das Forças Guerrilheiras do Araguaia acabou, com o tempo, realimentando esse tipo de narrativa heroicizante. Na apresentação à obra que traz o testemunho de Glênio Sá (1950-1990), companheiro de Osvaldão no Destacamento B, por exemplo, os editores trouxeram à baila uma significação muito específica do heroísmo:

O modelo de herói burguês é um ser especial que, isolado, acima das multidões apresentadas como ignorantes e indefesas, grita ‘shazam’, supera as limitações impostas pelas leis da natureza, opera prodígios por sua força superior e seu olhar de raios X, faz valer a ‘ordem e a justiça’. [...] Glênio Sá é o retrato do heroísmo do povo que, anonimamente, faz a história, sem pretensões e muitas vezes sem ter plena consciência de seu valor e da proeza de construir e mudar o mundo.³⁹⁸

Bernardo Joffily fechou sua biografia sobre Osvaldão com o capítulo *Como se faz um herói*, no qual evocou diretamente a citada imagem de verticalidade:

A gestação de um herói é um processo coletivo, complicado e muitas vezes demorado. O personagem heróico entra com sua vida, sua morte, mas isto não basta: precisa do aval de um imenso júri onde os jurados são um povo inteiro. Estátuas, medalhas e solenidades pouco valem sem a condecoração que só o povo pode dar. [...] Osvaldão realiza hoje um trajeto parecido. Seu gigantesco vulto negro de risada estrondosa e pontaria certa continua a vagar pelas matas e roças do Araguaia, e pelo Brasil inteiro.³⁹⁹

Segundo José Genoíno, no cotidiano no Araguaia, Osvaldo: “Era um cara que botava um saco de 60 quilos num ombro e um saco de 60 quilos no outro e carregava”.⁴⁰⁰ Outros

³⁹⁷ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5 ed. São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo / Expressão Popular, 2014. p. 31.

³⁹⁸ OS EDITORES. Apresentação. In: SÁ, Glênio. **Araguaia**: Relato de um Guerrilheiro. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990. p. 3.

³⁹⁹ JOFFILY, B. **Osvaldão e a saga do Araguaia...** op. cit., p. 128.

⁴⁰⁰ GENOÍNO NETO, José. O guerrilheiro [depoimento]. In: DÓRIA, Palmério et al. (Org.). **História imediata**, 1: Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 31.

momentos foram lembrados por Glênio Sá: “No inverno, os rios enchiam e transbordavam. A correnteza era forte e nós, os novatos, não conseguíamos atravessar os riachos. Osvaldão carregava-nos nos braços, até adquirirmos força e experiência para atravessar sozinhos”.⁴⁰¹

Durante sua trajetória, o jovem, natural de Passa Quatro-MG, vinculou-se a diversos lugares-sociais ligados, naquele momento do século XX, à virilidade,⁴⁰² seja no Exército, no boxe, em atividades de caça e na própria luta guerrilheira. Ainda que, como veremos no capítulo 5, as ações guerrilheiras no dito Terceiro Mundo acabaram por questionar certa imagem do uso de armas como exclusivo dos homens, questionando também certos papéis de masculinidade, não podemos perder de vista que a virilidade masculina continuava cumprindo um papel social, especialmente no cerne de um grupo que se preparava para a revolução.

No Araguaia, antes da guerrilha, Osvaldão atuou, entre outros ofícios, como mariscador, ou seja, caçador e comerciante de carne de onças e gatos maracajás. Tal tipo de ofício lhe ajudava a manter a pontaria sempre bem treinada, algo que se mostrou útil após iniciados os combates. Segundo um morador local narrou para Fernando Portela, em entrevista dada ainda no final dos anos 1970: “Eles treinavam muito tiro, caçavam melhor do que eu, essa Dina aí era a que atirava melhor de todos eles”.⁴⁰³

Glênio Sá narrou um dos momentos, internos ao grupo do Gameleira, futuro Destacamento B, que mesclou atividades lúdicas e treinamento na selva, comemoração pelo avanço na adaptação e busca de maior socialização entre os guerrilheiros. Tratava-se da comemoração da passagem de 1971 para 1972:

Resolvemos comemorar o ano novo. No dia 31 de dezembro estavam todos no castanhal do Ferreira, inclusive Tio Cid [João Amazonas]. A programação começou logo cedo com a preparação de uma emboscada simulada, no caminho que ia para a nossa casa no Gameleira. O local tinha chamado a atenção do nosso comandante. O resultado dessa emboscada foi um veado mateiro morto por Osvaldão para a nossa festa, que ia ter também polenta, feijão, arroz, carne de paca, caititu, palmito de babaçu e muito leite de castanha-do-pará.⁴⁰⁴

A caçada e a atividade conjunta fizeram bem ao ânimo do grupo:

⁴⁰¹ SÁ, Glênio. **Araguaia: Relato de um Guerrilheiro**. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990. p. 8.

⁴⁰² VIGARELLO, Georges. Virilidade esportivas. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Jean-Jacques. **História da Virilidade**: 3. A virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Tradução Nôeli Correio de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 269-301.

⁴⁰³ PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002. p. 68.

⁴⁰⁴ SÁ, G. **Araguaia: Relato de um Guerrilheiro...** op. cit., p. 12.

Entramos no local da nossa festa, o Osvaldão na frente com o mateiro sobre os ombros, em fila indiana, cantando a Internacional. Foi emocionante. Tio Cid, quando ouviu o hino dos proletários saindo de dentro da floresta cantado por um bando de homens armados virou um menino traquinas, saltando no terreiro da casa.⁴⁰⁵

Não foi por acaso que essa cena foi lembrada por Glênio Sá. Ela concentrava as expectativas, objetivos e sonhos do grupo. O hino comunista saindo de dentro da floresta amazônica e a cena em si evocavam imagens do marxismo-leninismo e do maoísmo; assim como toda uma mitologia política comunista que orientava aquela ação e fez os guerrilheiros cantarem a Internacional e João Amazonas virar “um menino traquinas”.

Osvaldão se saiu bem-sucedido nesse dia de treinamento e não só reforçou sua liderança, como deu mostras da importância de integrar-se à vida dos moradores locais, entre indígenas e camponeses. O ofício de mariscador e a participação em caçadas junto a esses moradores era um modo de treinamento permanente para a luta armada e uma forma de exibição de destreza e segurança junto àqueles moradores. O companheiro de caça no presente poderia se tornar o futuro aliado nos combates da guerra popular.

O problema, do ponto de vista dos moradores, era que eles não tinham noção de tais intencionalidades vanguardistas tidas por parte daquele que muitos conheciam por Mineirão. Por isso, acabaram pegos de surpresa quando os militares chegaram. Era inegável, porém, que a adaptação de Osvaldo estava sendo bem-sucedida. Depois de andar bastante pela região desde 1966 ele se instalou na posse próxima ao rio Gameleira, em torno de 1969. Passou a ser cada vez mais procurado pelos moradores: “Camponês que ia lá resolvia até problema de casamento com ele, era padrinho de todo mundo, toda a população conhecia muito ele”.⁴⁰⁶

Observemos que, segundo Joffily, Osvaldão estava em treinamento na China no momento do golpe militar. No debate político atual, essa preparação guerrilheira, por vezes, é tratada como tabu, tendo em vista que destoava da imagem de que os guerrilheiros, especialmente os do Araguaia, “apenas” resistiram à investida militar. Essa resistência ocorreu, bem como as inúmeras atrocidades — jamais punidas — cometidas por agentes de estado contra os guerrilheiros e a população local. Todavia, os membros do PC do B trouxeram, na sua bagagem, ao chegar na região amazônica, uma proposta claramente formulada, ao menos a nível teórico, e que possuía um inegável viés revolucionário. Ou seja, traziam um projeto próprio, concebido em resposta às diversas etapas de ação pré e pós golpe; e ligado à história do marxismo-leninismo e das revoluções ocorridas no século XX.

⁴⁰⁵ Ibid., p. 12.

⁴⁰⁶ GENOÍNO NETO, J. **O guerrilheiro [depoimento]**... op. cit., p. 31.

Como dito pelo partido, em seu balanço histórico dos cinquenta anos de comunismo no país (1922-1972): “Os Cinquenta anos de existência do Partido Comunista do Brasil ensinam que a vanguarda do proletariado deve se preocupar seriamente com a preparação e o desenvolvimento da luta armada”.⁴⁰⁷ Essa era a visão que fazia com que algumas pessoas, como ocorreu com Osvaldo, Olímpio, Dina e uma série de mulheres e homens dedicassem muitos anos de sua juventude a uma causa revolucionária. Visão que não era compartilhada pela maior parte dos brasileiros daquele momento, que talvez estranhassem, tanto quanto a leitora e o leitor atuais, as motivações que fizeram jovens rapazes e moças, muitos com carreiras proeminentes, abandonarem tudo para, literalmente, arriscar a vida em uma região que lhes era estranha; e lutar contra um inimigo notadamente com maior poder bélico.

Nas próximas páginas, discorreremos um pouco mais sobre a concepção de luta do PC do B e o período de adaptação dos pecedebistas na fronteira Araguaia-Tocantins. Em seguida, trataremos das fases iniciais do conflito, buscando compreender como elas afetaram alguns dos guerrilheiros aqui estudados e pessoas negras integrantes da população local.

3.1 “ATUA NO PAÍS UM PARTIDO MARXISTA-LENINISTA”

O projeto do PC do B, pensado ainda no contexto de acirramento vivenciado no governo João Goulart,⁴⁰⁸ foi impactado, ano após ano, pelas aceleradas mudanças ocorridas durante o regime militar. Como vimos no final do capítulo anterior, mediante o advento do AI-5, o partido resolveu reorganizar sua ação, bem como o discurso perante seus quadros. Ao mesmo tempo, passou também a ampliar o número de militantes no Araguaia. A preparação para a luta armada consolidava-se. No conhecido documento de janeiro de 1969, *Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil*,⁴⁰⁹ o PC do B fez uma arguta e sintética análise da conjuntura nacional, designando as ações militares como terroristas:

⁴⁰⁷ PC DO B. **Cinquenta anos de luta**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1975. p. 80.

⁴⁰⁸ E mesmo antes disso, se considerarmos que haviam diversos embates internos ao PCB antes da formação do PC do B, em 1962.

⁴⁰⁹ Glênio Sá, que já militava no PC do B desde 1968, na condição de estudante secundarista, foi um dos que afirmam ter sido tocados pelo chamado feito nesse documento: “Um documento do PC do B intitulado ‘Guerra Popular, Caminho para a Luta Armada no Brasil’ incentivou-me a sair à procura do que existia de concreto sobre a preparação dos comunistas para a luta armada. Solicitei o meu deslocamento para o campo, usando como argumento a minha origem sertaneja”. SÁ, G. **Araguaia: Relato de um Guerrilheiro...** op. cit., p. 5.

Nestes últimos anos, milhares de pessoas passaram pelos cárceres e inúmeros presos políticos foram torturados barbaramente. Muitos brasileiros tombaram assassinados nas praças públicas. Supervisionados pela CIA, bandos de terroristas atacaram universidades, teatros e manifestações populares. Igrejas e conventos são invadidos. Padres são detidos e seviciados pelo fato de expressarem sentimentos de seus paroquianos. Com suas organizações na clandestinidade, os estudantes são tratados como criminosos. A intelectualidade, vítima de odiosas restrições, não pode desenvolver livremente suas atividades. Políticos de oposição são discriminados e marginalizados. Mandatos de parlamentares são cassados e suspensos os direitos políticos de cidadãos.⁴¹⁰

Diagnosticados alguns dos principais abusos cometidos pelo regime, o PC do B apontava a si como protagonista para modificar a realidade no país:

Atua no país um partido marxista-leninista, o Partido Comunista do Brasil, que acumulou experiência revolucionária e que passou pelo crivo de acirrada luta ideológica contra o oportunismo e o revisionismo. Seu programa corresponde às tarefas da atual etapa da revolução brasileira, possui clareza de objetivos e orienta-se por uma teoria de vanguarda. Tem condições para dirigir com êxito a luta emancipadora do povo brasileiro.⁴¹¹

O tempo e diversas análises⁴¹² demonstraram que, apesar da leitura precisa de alguns dos principais problemas do país, aquele documento trazia já muitos erros que seriam evidenciados após 1972, especialmente pelo partido afirmar que havia acumulado “experiência revolucionária” e que, ao tratar do povo brasileiro, defender que “a idéia da revolução amadurece na consciência das grandes massas”.⁴¹³ Apesar desses erros, evidentes ao leitor atual e, no mínimo, vistos com desconfiança para a maioria dos esquerdistas da época, que não aderiram à luta armada, esse e outros documentos do período nos ajudam a entender quais eram as concepções que orientaram o deslocamento de militantes para a Amazônia Oriental, como discutimos no final do capítulo anterior.

Aquele era um momento que tornava urgente a tomada de decisões. Muitos grupos da guerrilha urbana estavam em ação e o cerco aos comunistas fechava ainda mais. O PC do B decidiu, então, reforçar sua linha política maoísta: “Agora, baseado no marxismo-leninismo, nas geniais contribuições de Mao Tsé-Tung sobre a guerra popular, o Partido deve examinar

⁴¹⁰ PC DO B. Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil. In: POMAR, Wladimir (Org.). **Araguaia: O Partido e a Guerrilha** – Documentos inéditos. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 91-118. p. 91.

⁴¹¹ Ibid., p. 93.

⁴¹² Ver, por exemplo: GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas...** op. cit.

⁴¹³ PC DO B. **Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil...** op. cit., p. 92.

as premissas para o surgimento e desenvolvimento da luta Armada e delinear, num plano mais geral, o curso provável desta luta”.⁴¹⁴

Segundo Campos Filho,⁴¹⁵ apesar de assumir uma linha maoísta, o PC do B não buscava uma transposição das concepções chinesas para o Brasil, mas a adaptação destas à realidade brasileira. Assim, para o “incêndio na pradaria” se transformar em incêndio nos trópicos, era necessário entender as especificidades de um processo revolucionário a ser desenvolvido no país. No documento sobre a “Guerra Popular”, foram elencados acontecimentos históricos que, no entendimento do Comitê Central do partido, embasavam o espaço do campo como propício para uma guerra de guerrilhas no Brasil:

De certa maneira, a guerrilha já foi empregada em diversos movimentos populares que registra a História do Brasil. Nos quilombos negros da época da escravidão, na Cabanagem, no Pará, em Canudos,⁴¹⁶ na Bahia, e no Contestado, nos limites do Paraná e Santa Catarina, entre outros, as táticas de luta tinham muito de guerra de guerrilhas. Particularmente na resistência de Canudos, os combatentes tinham por norma evitar o mais possível a luta frontal. Mostravam-se sempre fugidios às expedições militares do governo. Assediavam-nas e fustigavam-nas freqüentemente.⁴¹⁷

Para o desenvolvimento da guerrilha e da posterior Guerra Popular Prolongada, foi lançado mão de uma divisão consolidada desde a década de 1950 em análises do país, que entendiam existirem dois Brasis:⁴¹⁸

Apesar de ser uma nação única, o Brasil contém de fato dois brasis: o Brasil das grandes cidades, com relativo desenvolvimento econômico e cultural, e o Brasil do interior, quase totalmente abandonado. Dois terços da população brasileira encontram-se nas regiões próximas do litoral. Se a densidade demográfica apresenta no Brasil das grandes cidades índices elevados, no Brasil do interior tais índices são baixíssimos, embora aí existam zonas de relativa concentração de camponeses e assalariados agrícolas. Há imenso vazio na vastidão do território nacional.⁴¹⁹

⁴¹⁴ Ibid., p. 92.

⁴¹⁵ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

⁴¹⁶ Segundo um dos primeiros depoimentos dados por José Genoíno Neto, publicado em 1978, a leitura de *Os sertões* fazia parte da preparação teórica desenvolvida já depois de sua instalação no Araguaia: “A preparação era organizada em três itens: primeiro, a preparação teórica da guerra – leis gerais de guerras na região, as características gerais da guerra de guerrilha, discussão feita em cima dos clássicos, de Visconde de Taunay (Retirada da Laguna) e Euclides da Cunha (Os Sertões). Era preciso se habituar com a linguagem da guerra, porque ia servir para o dia-a-dia”. GENOÍNO NETO, J. **O guerrilheiro [depoimento]...** op. cit., p. 37.

⁴¹⁷ PC DO B. **Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil...** op. cit., p. 98.

⁴¹⁸ Essa concepção foi expressa na obra do sociólogo francês Jacques Lambert que, em 1953, lançou a primeira edição de *Le Brésil. Structure sociale et intuitions politiques*, traduzido em 1967 para o português como *Os dois Brasis*. Ver: LAMBERT, Jacques. **Os dois brasis**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

⁴¹⁹ PC DO B. **Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil...** op. cit., p. 93.

Essa visão sobre o interior⁴²⁰ descrita no trecho acima apresentava problemas, hoje evidenciados, como a não inserção das populações indígenas e a reprodução do discurso de vazio demográfico alimentado pelo regime militar. Ao mesmo tempo, por meio do maoísmo, o grupo trazia uma dimensão específica⁴²¹ ao debate sobre os dois brasis, ao considerar tais moradores do campo como possíveis sujeitos de um processo revolucionário:

O interior é o campo propício à guerra popular. Aí existe uma população que vive no abandono, na ignorância e na miséria. Nos mais diversos níveis, os camponeses empenham-se na luta pelos seus direitos. Devido à repressão brutal dos latifundiários e da polícia, as ações no campo assumem logo caráter radical. Sobretudo nas regiões de posseiros são frequentes os choques armados com os grileiros. Como acentuou a VI Conferência Nacional do Partido [1966], a massa camponesa é uma grande força a ser mobilizada para a conquista dos objetivos nacionais e democráticos.⁴²²

“Que deseja o homem do interior?”⁴²³ Perguntariam os guerrilheiros dali a quatro anos, em um de seus principais documentos, que dava continuidade à linha política já consolidada em 1969. Essa parece ter sido também uma das perguntas que orientava aquele período inicial de adaptação, iniciado em 1966. Há informações de que, desde 1963, o partido já vinha analisando outros espaços do país, tendo enviado militantes *in loco* e mesmo instalado dispositivos no interior de diversos estados.

Entre esses espaços, estavam a Chapada Diamantina (BA) e o Vale do Ribeira, entre os estados de São Paulo e Paraná;⁴²⁴ bem como “dispositivos de trabalho localizados no Nordeste de Goiás, no Sul do Maranhão e no Nordeste de Mato Grosso”.⁴²⁵ Segundo Joffily, Osvaldão participou desse primeiro momento de buscas. Contava, sem dúvida, com a vantagem de não ser um comunista conhecido pelas autoridades. Tanto que, no Araguaia, por exemplo, não usou codinomes, como a maior parte de seus companheiros.

⁴²⁰ Nas palavras do ex-guerrilheiro José Genoíno, em uma de suas primeiras entrevistas após ser liberado do cárcere: “O interior é onde está a força mais reacionária do país – os grandes proprietários de terras. Mais obscurantista, mais violenta, que tem uma tradição maior de massacre do povo, desde o coronelismo até hoje”. GENOÍNO NETO, J. **O guerrilheiro [depoimento]...** op. cit., p. 35.

⁴²¹ Outros grupos, embora não adotassem a linha maoísta, também viam o espaço no campo como relevante para a implementação de uma ou mais áreas estratégicas. Ao abordar alguns desses percursos percorridos durante o ano de 1968 por militantes do COLINA, Chacel sintetizou bem o perfil em geral procurado: “Condições de recuo e floresta densa eram alguns dos principais requisitos militares para a recomendação da Área Estratégica. A implantação social, porém, pressupunha escolher regiões povoadas, de preferência em condições de pobreza e conflito, favoráveis ao trabalho de sensibilização da população local para a luta revolucionária”. CHACEL, Cristina. **Seu amigo esteve aqui: a história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na casa da morte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 70.

⁴²² PC DO B. **Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil...** op. cit., p. 96.

⁴²³ PC DO B. Programa popular. **A Classe Operária: Órgão Central do Partido Comunista do Brasil**, [s. l.], v. 9, n. 77, set. 1973. p. 10.

⁴²⁴ JOFFILY, B. **Osvaldão e a saga do Araguaia...** OP. Cit.

⁴²⁵ POMAR, Wladimir. **Pedro Pomar: um comunista militante.** São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 86.

Não era exclusividade do PC do B o envio de militantes “em busca do Brasil profundo”,⁴²⁶ por meio da qual pudessem localizar a melhor área estratégica⁴²⁷ para iniciar a guerrilha rural. Entre 1966 e 1967, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) tentou, sem sucesso, implementar uma ação guerrilheira a partir da Serra do Caparaó, situada entre os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais.

O grupo, formado, sobretudo, por militares perseguidos pelo novo regime, inspirava-se no foquismo cubano. Em 1970, por outro lado, os militares descobriram a atuação de militantes da VPR no Vale do Ribeira, usado como centro de treinamento da organização, que, após diversas ações no espaço urbano, começava a também preparar-se para a guerrilha rural.⁴²⁸ Assim como ocorreria com o PC do B, esses grupos buscaram realizar ações em áreas que estavam na confluência entre, ao menos, dois estados.

Embora, muitas vezes, os grupos da luta armada tivessem visões divergentes entre si, mesmo aqueles que priorizaram ações de guerrilha urbana também enviaram seus militantes para percorrer o país em busca de possíveis pontos de ação de guerrilha rural. Com o tempo, os militares iam tomando maior consciência da disposição dos integrantes da luta armada no Brasil em desenvolver ações em espaços de floresta e do campo, sobretudo aquelas situadas na confluência de estados. Ou seja, os militares também passaram a identificar as áreas estratégicas priorizadas pelos esquerdistas.

3.2 O PC DO B SE INSTALA NA FRONTEIRA ARAGUAIA-TOCANTINS

Algumas lideranças oficiais do partido aparecem de forma mais destacada ao tratar do momento de chegada dos militantes do PC do B no Araguaia, além de Osvaldão, descrito pela literatura como um dos primeiros a se deslocar para o local, em 1966. Entre os primeiros a se instalarem, por volta de 1967, estão João Amazonas (1912-2002), Maurício Grabois (1912-

⁴²⁶ CHACEL, C. **Seu amigo esteve aqui...** op. cit., p. 71.

⁴²⁷ A categoria “área estratégica” era usada por alguns grupos da época. Por exemplo, Carlos Marighella, líder da ALN, defendeu que o dinheiro adquirido nas ações de assalto e expropriação da ALN fosse usado, prioritariamente, com as viagens às áreas estratégicas, e complementou: “Outro gasto a se fazer é com a área estratégica. Esta área é mais importante que a cidade. É decisiva. A cidade é complementar. No caminho que seguimos no Brasil, não devemos deixar a cidade abandonada. Sem a cidade não haverá êxito na área estratégica rural. Mas a cidade trabalha para permitir o lançamento da área estratégica”. MARIGHELLA, Carlos. **Quem samba fica, quem não samba vai embora.** Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marighella/1968/12/samba.htm>> Acesso: 10 jul. 2022.

⁴²⁸ Ver: GORENDER, J. **Combate nas trevas...** op. cit.

1973), Elza Monnerat (1913-2004) e Ângelo Arroyo (1928-1976). Com o tempo, outros militantes passaram a chegar, dando corpo aos futuros destacamentos. No entorno de Osvaldão e Amazonas, que adotou o codinome Tio Cid, somaram-se José Humberto Bronca (1934-1974), Glênio Sá (1950-1990), José Genoíno Neto (1946 -) e a já citada Suely Yumiko Kanayama, constituindo o embrião do destacamento B. Há indícios de que Francisco Chaves instalou-se desde cedo, ainda no fim da década de 1960, no embrião do Destacamento C. No entanto, não temos a informação sobre seu período exato de chegada.

Os militantes buscavam, ao máximo, aprender com aqueles que, em seus textos políticos, caracterizavam como mulheres e homens “do interior”. O contato com esses moradores era fundamental para a aquisição de saberes essenciais para a construção da vida, em simultâneo, na lida com a roça e na locomoção por florestas e rios. Contudo, como destacou Fabrício Teló, era comum que as populações camponesas constituíssem certo estranhamento em relação às ações realizadas pelos militantes esquerdistas instalados naquele momento na Amazônia.⁴²⁹ Como narrou Glênio Sá:

Tínhamos um vizinho, o sr. Joaquim, muito vivo e perspicaz. Osvaldão, quando nos apresentou, disse que eu era bom de juquirá (corte do mato com facão), coisa que eu não tinha nenhuma experiência. Seu Joaquim logo percebeu isso ao apertar minha mão. Fez um ar de riso e retrucou:
— Ele deve ser bom mesmo é de caneta!⁴³⁰

Regina Sader destacou a relação de alteridade⁴³¹ constituída entre camponeses e militantes no Araguaia, mesmo numa fase em que os moradores locais desconheciam a orientação política de seus vizinhos, mas que, apesar disso, já haviam percebido neles diversas diferenças em relação aos outros migrantes. Mesmo com isso, os pecebistas tentavam se integrar. Como rememorou o mesmo Glênio Sá:⁴³²

⁴²⁹ TELÓ, Fabrício. **Organizações armadas e camponeses: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)**. 2019. 240 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

⁴³⁰ SÁ, G. **Araguaia: Relato de um Guerrilheiro...** op. cit., p. 7.

⁴³¹ SADER, Regina. Lutas e imaginário camponês. **Tempo Social: Ver. Sociol. USP**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 115-125, 1990.

⁴³² “Professores”, “mestres”, Glênio Sá não deixou de reconhecer a importância dessa transmissão de saberes em seu testemunho: “Comecei a sair com os vizinhos para caçar, convencido de que eles eram meus mestres em tudo o que dizia respeito à vida local. Como achar jabuti nas clareiras após as neblinas; com pegar e retirar o tatu do buraco; a inutilidade de perseguir cutia com cachorro; os cuidados com a aproximação dos bandos de porcos queixadas, subindo logo na primeira árvore forte; como tapar com segurança as tocas dos caititus (porco-domato) e matá-los com fumaça de palha seca; ficar imóvel ao encontrar um veado e mirá-lo com cuidado antes de atirar, considerando sempre a necessidade de ir procurá-lo morto, escondido próximo ao local do tiro; o perigo de atirar na onça sem matá-la; a matreirice da paca e a gostosura de sua carne; a capacidade do macaco guariba de enroscar seu rabo no galho da árvore, quando leva um tiro, para não cair no chão... enfim, ia aprendendo tudo

Assim como aconteceu a Osvaldão, nossos vizinhos acabaram sendo nossos professores. Darci, um deles, me ensinou como encontrar inhame. Levou-me à nossa capoeira (roça velha) e mostrou alguns pés. Explicou que era preciso ter cuidado ao arrancar as batatas do solo para não perder os fios que serviam de ligação entre elas.⁴³³

Sá, desde no início de seu testemunho, destacou a integração já conseguida por Osvaldo. Em sua viagem de chegada, realizada de barco entre Imperatriz e São João do Araguaia, em julho de 1970, os moradores questionavam: “— O mineiro vai bem? Como vai o Osvaldo?”.⁴³⁴ Segundo José Genoíno, Osvaldão chamara a atenção até mesmo de um dos grupos oligarcas locais, que sinalizaram o interesse em sua candidatura a vereador:

[...] em 70, os Mutran [Arena] de Marabá, queriam que o Osvaldão (sic.) fosse candidato a vereador, porque o Osvaldão era conhecido, pelo tipo físico, ele atirava bem, era caçador, era garimpeiro. E eles queriam que ele fosse candidato a vereador. Aí, nós arranjamos um jeito de dar uma desculpa.⁴³⁵

Até 12 de abril de 1972, foram criadas as estruturas dos três destacamentos, A, B e C, e da Comissão Militar. Cada destacamento passou a ser composto por pouco mais de vinte militantes.⁴³⁶ Após o grupo ser atacado, essa estrutura foi utilizada como base para as ações guerrilheiras, passando cada destacamento a agir com certa autonomia,⁴³⁷ a partir da liderança de um(a) comandante e um(a) vice-comandante e a organização de subgrupos. Dessa maneira:

O destacamento A atuava ao longo da Transamazônica, particularmente nas regiões de Faveiro, Fazenda São José, São João do Araguaia e Metade; o

da floresta e estava os ensinamentos na prática. Os caboclos ficavam impressionados com a nossa disposição de aprender e de superar nossas dificuldades”. SÁ, G. **Araguaia: Relato de um Guerrilheiro...** op. cit. p. 8.

⁴³³ Ibid., p. 7.

⁴³⁴ Ibid., p. 6.

⁴³⁵ GENOÍNO NETO, José. **Memórias da Guerrilha do Araguaia**: Entrevista com José Genoíno Neto. Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína, Araguaína, v. 12, n.2, p. 274-318, 2020. p. 296-297. [Entrevistadores: César Alessandro Sagrillo Figueiredo, Naiane Vieira dos Reis, Luiza Helena Oliveira da Silva, Paulo César Lucena de Sousa]. p. 282.

⁴³⁶ Segundo o relatório Arroyo: “A primeira ofensiva do Exército se verificou quando ainda não se tinha terminado a preparação dos três destacamentos para a luta. A situação dos destacamentos era a seguinte: no A havia 22 elementos, comandante: Zé Carlos (André Grabois), vice: Piauí (Antonio de Pádua Costa); no B, 21, comandante: Osvaldo (Osvaldo Orlando Costa), vice: Zeca (José Huberto Bronca); no C, 20, comandante: Paulo (Paulo Mendes Rodrigues), vice: Vitor (José Toledo de Oliveira). Na CM, além dos quatro membros, havia dois elementos de guarda. Ao todo havia 69 elementos. Para completar os efetivos faltavam 13 elementos”. ARROYO, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia. In: POMAR, Wladimir (Org.). **Araguaia**: o partido e a guerrilha. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 250.

⁴³⁷ Os destacamentos também possuíam subdivisões internas. Segundo Genoíno: “Então, nossa organização era descentralizada por baixo e centralizada por cima. Descentralizada pela base porque se tinha três grupos, com sete companheiros cada, e tínhamos as nossas casas. O meu grupo era o pessoal da minha casa e o da serra das Andorinhas. Cada um tinha um chefe e todos eram coordenados pelo Osvaldo, o comandante militar, e o Bronca, vice-comandante”. GENOÍNO NETO, José. **O guerrilheiro [depouimento]...** op. cit., p. 38.

destacamento B atuava a nordeste da serra das Andorinhas, no chamado vale do rio Gameleira, enquadrando as bases guerrilheiras de Gameleira e Couro das Antas; o destacamento C atuava a sudoeste da serra das Andorinhas, enquadrando as bases guerrilheiras de Pau Preto, Abóbora e Esperancinha. Segundo documento da Marinha de 1972, o deslocamento dos guerrilheiros pela mata era constante e os grupos não permaneciam presos a suas bases locais.⁴³⁸

A grande maioria dos militantes usava codinomes e, assim que chegavam, eram criadas narrativas que os ligavam àqueles já estabelecidos em uma determinada área, sendo inventadas relações de parentesco. Entre 1966 e 1972, além da busca de aprendizagem junto aos moradores, o grupo efetuava exercícios físicos nos próprios espaços de morada,⁴³⁹ incluindo as roças e os rios. Além disso, realizava treinamentos militares no interior da floresta e mapeava a região.⁴⁴⁰ No contato com os moradores, buscava entender as demandas específicas daqueles sujeitos, que acabaram sintetizadas no *Programa dos 27 pontos*.

Nesses primeiros momentos, as mulheres e homens militantes não se identificaram como pertencentes ao PC do B ou revelaram concepção sobre a luta armada.⁴⁴¹ No entanto, sobretudo a partir de 1971, quando começaram a consolidar a adaptação, buscavam desenvolver diálogos com os moradores locais, procurando debater seus problemas e conscientizá-los politicamente, e fazer diversas ações assistencialistas, que incluíam desde a alfabetização de crianças até o oferecimento de serviços médicos, inclusive partos.

Uma parte importante da adaptação era a convivência com as doenças características do local, a exemplo da malária (ver capítulo 5). Durante a adaptação, constituíram roças, farmácias, pequenos comércios e passaram até a administrar um castanhal. Contribuíram com a população local com a realização de partos e serviços médicos; alfabetização de crianças, participação em mutirões e em momento de festividade. Um dos princípios era manter relações comerciais não exploratórias, de modo a ganhar o apoio da população e mostrar um perfil diferente ao da região, onde os preços tendiam a ser elevados, não só devido à

⁴³⁸ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: Volume I. Brasília: CNV, 2014. p. 685.

⁴³⁹ “A gente acordava às 6 em ponto. Fazia ginástica de características militares, exercícios para enrijecer os músculos. Era feita no terreno de casa, porque na área, das 6 às 7 e 30, não circulava ninguém. Uma corrida, um pique, ficar com o braço estirado para adquirir resistência no pulso, carregar um companheiro imobilizado. Uma hora e meia de ginástica pesada. Era geralmente dirigida pelo Osvaldo, o comandante geral” (p. 36).

⁴⁴⁰ “Tínhamos mapas oficiais do IBGE, mas também não eram suficientes, não davam grota, tipo de selva, o rio. Era preciso um conhecimento detalhado. Começamos a mapear a região a partir do meio de 70. Antes a gente tinha os pontos gerais de referência – Araguaia, serra das Andorinhas, serra dos Carajás. Partindo desses pontos, começamos”. GENOÍNO NETO, José. **O guerrilheiro [depoimento]**... op. cit., p. 37.

⁴⁴¹ “A gente também levava em conta que não podia contar com o apoio político declarado da população, porque, se houvesse isso, a repressão vinha e nos pegava”. Ibid., p. 36.

dificuldade de locomover as mercadorias, mas também pelo alto nível de exploração aplicado por muitos comerciantes, herança do período de aviamento.

A geóloga baiana Dina Teixeira⁴⁴² foi uma das guerrilheiras que mais conseguiu estreitar laços com a população local. Natural do município de Castro Alves, cursou Geologia na UFBA. Militou no PC do B a partir de 1966.⁴⁴³ Segundo Andréa Santos, em 1967, Dina era vista com destaque por sua atuação na residência universitária feminina da UFBA. Como destacou aquela autora: “Estudante de geologia, Dinalva Oliveira era filha de pequenos sitiantes de Argoim (à época povoado de Castro Alves) e para se manter em Salvador precisava morar na residência universitária pois não tinha como pagar pensionato”.⁴⁴⁴ A trajetória vinculada com a vida e o trabalho do campo se tornaram um elemento que facilitou a adaptação de Dina no Araguaia. Era um elo entre a geóloga e os camponeses locais.

Figura 9 - Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, a Dina



Fonte: Site Memória, Verdade e Justiça – TO.⁴⁴⁵

Em 1969, Dinalva casou-se com o também geólogo e companheiro de militância no PC do B e no movimento estudantil, Antônio Carlos Monteiro Teixeira (1944-1972). Sabe-se que os dois atuaram no Ministério de Minas e Energia no Rio de Janeiro, em 1970; e que, em

⁴⁴² Por uma questão de organização do texto, optamos por apresentar, desde já, neste e no próximo capítulos, informações sobre Dina. As informações mais detalhadas sobre Helenira Resende e Lúcia Maria de Souza serão detalhadas no capítulo 5.

⁴⁴³ SANTOS, Andréa Cristina. **Ação entre amigos**: História da militância do PC do B em Salvador (1965-1973). 2004. 253 f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

⁴⁴⁴ Ibid., p. 54.

⁴⁴⁵ MALVES, Patrícia Barba. **A história de Dina**: Dinalva Oliveira Teixeira, uma guerr(ilh)eira do Araguaia. Disponível em: <<https://mvjtocantins.wordpress.com/2013/08/06/a-historia-de-dina-dinalva-oliveira-teixeira-uma-guerrilheira-do-araguaia/>> Acesso: 24 dez. 2022.

maio do mesmo ano, após entrarem na clandestinidade, desembarcaram no Araguaia.⁴⁴⁶ Passaram a atuar na área do que se tornaria o Destacamento C. Antes de demonstrar destreza em combate, Dina “ganhou fama no Araguaia como parteira. Trabalhou como camponesa e professora. Ganhou respeito e gratidão pela ajuda prestada à população”.⁴⁴⁷ Ou seja, conseguiu encarnar princípios esperados dos militantes em atuação no Araguaia.

Dina foi uma das personagens, junto com Osvaldão, que receberam certa mitificação por parte dos moradores locais, durante os combates e nos anos posteriores. A visão positiva construída em relação a Dina não surgiu por acaso, mas devido à sua aproximação com os moradores, que passaram a vê-la com afetividade:

O fato é que Dina se impusera pela disposição de servir à população, fosse dando aulas para as crianças e jovens ou ajudando nos partos nas cidades e roças, mesmo nas mais distantes, e sua firmeza em enfrentar as dificuldades fazia transparecer para o povo da região a imagem de uma pessoa valente e decidida, e isso, sem dúvida, contribuiu para sua mitificação.⁴⁴⁸

Para Fernando Portela: ‘Difícil é saber se Dina marcou mais como assistente social ou como guerrilheira’.⁴⁴⁹ Esses feitos ganhavam maior projeção numa realidade onde as pessoas eram desassistidas pelo Estado. O governo incentivava as grandes migrações, mas não apresentava o interesse em garantir, de imediato, o acesso à saúde, à educação e a outros direitos aos recém-chegados, e mesmo aos muitos que já se encontravam na fronteira Araguaia-Tocantins. Os pecedebistas buscavam, justamente, estabelecer pontes com os moradores a partir dessas demandas, atacando pontos falhos deixados pelo regime militar.

Assim como Dina, Antônio e Rosalindo, o advogado Demerval da Silva Pereira passou da militância política em Salvador, sua cidade natal, para a luta guerrilheira do Araguaia. Demerval era colega de turma de Rosalindo no curso de Direito da UFBA e também foi proibido de renovar a matrícula no ano de 1969, em decorrência do Decreto nº 477/1969. Concluiu o curso de Direito na Universidade Católica de Salvador.⁴⁵⁰

⁴⁴⁶ Segundo o perfil sobre Antônio Teixeira elaborado pela CNV, assim como ocorreu com Rosalindo: “Sua participação no movimento estudantil o levou a ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional em janeiro de 1971, após ter sido indiciado no inquérito nº 28/68 SOPS/DPF/Bahia. Teve sua prisão decretada pela 6ª Circunscrição Judiciária Militar e, posteriormente, foi condenado à revelia a uma pena de 16 meses de prisão. Passou a viver na clandestinidade, deixando o Rio de Janeiro em direção ao sudeste do Pará em maio de 1970”. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Antônio Carlos Monteiro Teixeira. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III - Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1035.

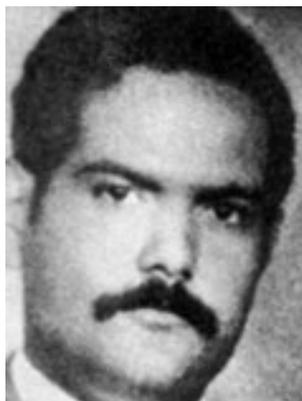
⁴⁴⁷ MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 568.

⁴⁴⁸ CAMPOS FILHO, R. P. **Guerrilha do Araguaia...** op. cit., p. 125.

⁴⁴⁹ PORTELA, F. **Guerra de guerrilhas no Brasil...** op. cit., p. 80.

⁴⁵⁰ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Demerval da Silva Pereira. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1533-1536.

Figura 10 - Dermeval da Silva Pereira, o João Araguaia



Fonte: Site *Memórias da Ditadura*.⁴⁵¹

Segundo Andréa Santos, em 1969, junto com Ruy Hermann de Araújo Medeiros, Dermeval ajudou a manter o partido em atividade em Salvador, em um momento de ampliação na perseguição política. Demerval e Ruy assumiram a frente do Comitê Regional do partido: “Militantes do organismo de base, os dois foram responsáveis por manter a infraestrutura partidária no ano de 1969. Demerval Pereira se impôs como uma pessoa com capacidade política para organizar o partido horas após a prisão dos militantes na Faculdade de Direito.”⁴⁵² Um dos trabalhos realizados por ambos foi a organização dos estudantes secundaristas e universitários, que não demoraria a ser identificado pelos agentes do regime:

Nos interrogatórios à Polícia Federal, os militantes secundaristas faziam referência a Demerval Pereira como um dirigente experiente e conhecedor da ‘cultura partidária’, responsável por discutir a situação nacional e lhes recomendar diretrizes a serem seguidas pelos estudantes na condução do movimento de massa, a fim de “fazer a penetração de massas para aglutinar forças visando a REVOLUÇÃO POPULAR (sic)” no país.⁴⁵³

Em 1971, Demerval Pereira foi condenado, à revelia, pela Auditoria Militar, após ser enquadrado por sua atuação militante, com base na Lei de Segurança Nacional. Em virtude da condenação, passou a “viver na clandestinidade a partir de então. Considerado foragido, abandonou Salvador e estabeleceu-se na localidade chamada Metade, na região do Rio Araguaia. Integrou o Destacamento A e passou a ser conhecido como “João Araguaia”.⁴⁵⁴

⁴⁵¹ MEMÓRIAS DA DITADURA. **Dermeval da Silva Pereira**. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/dermeval-da-silva-pereira/>> Acesso: 25 dez. 2022.

⁴⁵² SANTOS, Andréa Cristina. **Ação entre amigos...** OP. Cit., p. 69.

⁴⁵³ Ibid., p. 94.

⁴⁵⁴ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume III...** op. cit., p. 1533.

No Araguaia, um dos nomes lembrados nas interações com os moradores locais é o de Idalísio Soares Aranha Filho, jovem negro natural de Rubim-MG. Segundo a CNV: “Em 1968, iniciou o curso de Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), após a vitória dos estudantes na ‘luta dos excedentes’, pela abertura de mais vagas na universidade”.⁴⁵⁵ De acordo com a Comissão da Verdade em Minas Gerais: “Idalísio Soares Aranha Filho e Walkíria Afonso Costa [sua esposa] militaram pelo PCdoB no movimento estudantil da UFMG. Ele, estudante de Psicologia, eleito presidente do Diretório Acadêmico (DA) da FAFICH, ela vice-presidente do Centro Acadêmico (CA) da Pedagogia”.⁴⁵⁶

Figura 11 - Idalísio Soares Aranha Filho, o Aparício



Fonte: site *Memórias da Ditadura*.⁴⁵⁷

Idalísio e Walkíria foram dois dos dez mineiros integrantes das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Junto com Walkíria, ele mudou-se, no início de 1971, para a área de atuação do Destacamento B, assumindo o codinome de Aparício. O jovem psicólogo era hábil com o violão e guardava uma dedicação ao comunismo desde o movimento estudantil, em Minas Gerais. Foi também um dos que, em 1972, enquanto a guerrilha já estava em curso, foi julgado à revelia, e condenado a dois anos de prisão por sua militância no PC do B.⁴⁵⁸ Seu destino na luta guerrilheira, porém, faria com que essa pena jamais fosse cumprida.

⁴⁵⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Idalísio Soares Aranha Filho. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 950.

⁴⁵⁶ MINAS GERAIS. Comissão da Verdade em Minas Gerais. **Relatório**. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. p. 143.

⁴⁵⁷ MEMÓRIAS DA DITADURA. **Idalísio Soares Aranha Filho**. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/idalisio-soares-aranha-filho/>> Acesso: 22 dez. 2022.

⁴⁵⁸ Ibid.

Antônio de Pádua Costa era mais um dos militantes com origem interiorana. Nascido em Luís Corrêa (PI), adotou o codinome Piauí durante a vida no Pará. Aliás, esse era um apelido bastante comum no local, pois uma parte dos migrantes era de origem piauiense. Antes de se deslocar ao Araguaia, Antônio estudou Astronomia/Física na UFRJ. Atuou no movimento estudantil a partir de 1967 e foi um dos detidos no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (1968), “quando passou a ser perseguido e entrou para a clandestinidade”.⁴⁵⁹ Chegou ao sudeste do Pará em 1970 e integrou o Destacamento A, no qual foi vice comandante. Após a morte de André-Grabois, em outubro de 1973, tornou-se o primeiro no comando.

Figura 12 - Antônio de Pádua Costa, o Piauí



Fonte: Site *Memórias da Ditadura*.⁴⁶⁰

Os primeiros momentos de instalação dos militantes costumavam ser problemáticos. Um dos fatores que dificultava a adaptação e acabava servindo como uma espécie de rito de passagem era o contato com as doenças típicas do local. Também pesava a imersão em uma nova realidade de vida coletiva, sujeita a uma série de disciplinamentos. Além de outras dificuldades postas diante de quem não estava habituado à vida na floresta.

Algumas pessoas não se adaptaram ao novo estilo de vida, o que favoreceu a evasão de, pelo menos, três militantes: Lúcia Regina de Souza Martins, que havia chegado na área em 1970 com o seu companheiro, o engenheiro Lúcio Petit da Silva; e o casal Tereza Cristina e Pedro Albuquerque Neto. Essas fugas tiveram influência na forma como o movimento foi

⁴⁵⁹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Antônio de Pádua Costa. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1522.

⁴⁶⁰ MEMÓRIAS DA DITADURA. **Antônio de Pádua Costa**. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/antonio-de-padua-costa/>> Acesso: 25 dez. 2022.

descoberto, entre o final de 1971 e os meses iniciais de 1972, pois esses militantes acabaram caindo na malha repressiva do regime.⁴⁶¹ Todavia, havia também outros fatores:

Por ser uma região de conflitos de terras, presentes e latentes, o aumento do número de pessoas com características semelhantes entre si e a assistência que prestavam ao povo da região atraíram a suspeita da Polícia Militar. Envolvida constantemente nos litígios entre posseiros e grileiros, quase sempre a serviço destes últimos, a PM obteve informações dos fazendeiros, daqueles que adotavam o grilo como forma de expandir suas terras, de que pessoas estranhas estariam instigando os camponeses, ensinando-os a ler e tratando de suas doenças. Com base nessas informações, pessoal especializado foi enviado à região e constatou tratar-se de estudantes subversivos que fugiam das cidades para refrescar-se, ou seja, fugir da repressão.⁴⁶²

Glênio Sá rememorou um desses episódios de contato com grileiros:

Soubemos que o Pedro Mineiro, capanga de um tal Olinto de Capingó, tinha ocupado um pedaço de terra nosso, à beira do rio Araguaia. Osvaldão foi lá e expulsou o jagunço da nossa área. Todos os moradores da região vibraram com a atitude dele e seu prestígio cresceu mais ainda.⁴⁶³

Osvaldão e Pedro Mineiro voltariam a se encontrar em março de 1973. Tal tipo de expulsão servia como propaganda das ações dos militantes entre a população. Contudo, como destacou Campos Filho, esse tipo de propaganda chegava também à rede de apoio da grilagem e começava, paulatinamente, a subir na hierarquia de comando, até chamar também a atenção da malha repressiva militar. A partir disso: “pode-se perceber que os órgãos de informações, principalmente CIE, Serviço Nacional de Informações (SNI) e as divisões especiais das Polícias Militares (PM 2), foram montando o quebra-cabeças”.⁴⁶⁴ Ademais, a desconfiança do regime de que aquele espaço era usado por grupos esquerdistas antecedeu o final de 1971 e início de 1972. Se os militantes do PC do B comemoraram o ano novo com disparos para o ar, em breve, seriam desafiados a dar um outro uso aos seus armamentos.

3.3 A CHEGADA DOS MILITARES E A DEFLAGRAÇÃO DO CONFLITO

⁴⁶¹ MORAIS, T.; SILVA, E. *Operação Araguaia...* op. cit.

⁴⁶² CAMPOS FILHO, R. P. *Guerrilha do Araguaia...* op. cit., p. 133.

⁴⁶³ SÁ, G. *Araguaia: Relato de um Guerrilheiro...* op. cit. p. 14.

⁴⁶⁴ CAMPOS FILHO, R. P. *Guerrilha do Araguaia...* op. cit., p. 136.

Enquanto o PC do B vivenciava os desafios e as tensões de instalar uma célula do partido na fronteira Araguaia-Tocantins, os militares iniciavam um processo marcado pela demonstração de força e busca do controle daquele espaço da Amazônia Oriental. Como resumiu a CNV, as operações anteriores e posteriores à descoberta dos guerrilheiros acabaram constituindo um mesmo conjunto. Como vimos no capítulo inicial desta tese, estavam integradas à própria dinâmica de avanço da fronteira. De acordo com a CNV:

Se incluirmos essas movimentações na periodização, a cronologia de ações militares na região fica da seguinte forma: construção do Batalhão de Infantaria de Selva em Marabá (janeiro de 1970); classificação de Marabá como Área de Segurança Nacional (outubro de 1970); Operação Carajás (1970); Operação Mesopotâmia (1971); descoberta dos guerrilheiros no Araguaia (1972); operação de informações e primeira campanha (abril a junho de 1972); Operação Papagaio (setembro de 1972); Operação Sucuri (maio a outubro de 1973); e Operação Marajoara (outubro de 1973 a 1974).⁴⁶⁵

Em 1970, foi realizada a Operação Carajás, considerada, até então, a maior operação militar brasileira após a Segunda Guerra Mundial, superada dois anos depois pela própria repressão à Guerrilha do Araguaia. Tratava-se, oficialmente, de uma operação de treinamento. Todavia, aquela porção da Amazônia não havia, evidentemente, sido escolhida ao acaso. Os militares executavam o que, um ano depois, em um relatório da Operação Mesopotâmia (1971), foi denominado de “Operação Presença”, ou seja, um tipo de ação que visava dar a ver aos moradores a força do aparato militar presente no local.⁴⁶⁶

Compreender a existência desse tipo de decisão, sobre quando buscar demonstrar ou não o poderio militar, é importante para entendermos a opção por mover um grande quantitativo de tropas nas duas grandes campanhas realizadas em 1972. Como já sinalizado pela literatura, os militares buscavam, sobretudo, demonstrar força.

Ainda em relação à Operação Carajás, lembremos que, naquele momento, como demonstrado acima, já circulava a concepção de área estratégica desenvolvida por alguns grupos da guerrilha urbana. Embora não fizesse ideia ainda da presença de militantes do PC do B na região, o Exército buscava mostrar que, caso fosse necessário, estava apto a,

⁴⁶⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume I...** op. cit. p. 686.

⁴⁶⁶ É evidente que também se estava diferenciando uma operação secreta assentada em uma investigação concreta de outra com presença ostensiva de agentes militares. O relatório, classificado como secreto, foi assinado pelo General Antônio Bandeira, que também atuaria na Guerrilha do Araguaia. No trecho citado, é dito que: “A presença do Exército só poderá ser caracterizada ao final da operação (se for o caso) por uma demonstração tipo (‘Operação Presença’)”. BANDEIRA, Antônio. Relatório da Operação Mesopotâmia. In: MINISTÉRIO DA DEFESA. **Informações sobre a Guerrilha do Araguaia**. Disponível em: <<https://cnv.grauna.org.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2023%2C%2033%20-%2000092.0024182014-83.pdf>> Acesso: 22 dez. 2022. p. 49.

rapidamente, realizar o deslocamento de tropas para aquele ou outro local do país. Além disso, no final dos anos 1960, havia sido descoberta uma grande reserva em minério de ferro na Serra dos Carajás, sudeste do Pará, que acabaria sendo explorada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Ali próximo, em 1979, foi oficialmente descoberto o ouro em Serra Pelada, que rapidamente se tornaria o maior garimpo a céu aberto do mundo.

Há indícios, inclusive, que a riqueza mineral, ao menos no que se refere à proliferação de pequenos garimpos naquele período, tenha sido um dos fatores pela escolha da fronteira Araguaia-Tocantins por parte do PC do B, o que poderia ser bastante útil para financiar o movimento e a deflagração da Guerra Popular.

Osvaldão foi apontado como “dono de lavras nos garimpos de Matrinxã e Itapemirim”.⁴⁶⁷ O que, segundo Nossa, teria despertado o interesse do oligarca da castanha Vavá Mutran (Arena) na candidatura de Osvaldo para vereador em São João do Araguaia, como citado acima, a partir das memórias de Genoíno. A deflagração da guerrilha, no entanto, interrompeu o projeto de exploração mineral dos pecedebistas.

Dina e seu esposo Antônio, geólogos, também são associados a essa tentativa de aprofundar o trabalho junto à mineração. Suspeita-se, também, que os próprios guerrilheiros haviam descoberto importantes reservas de minérios, chegando até a tentar obter a posse legal de uma delas.⁴⁶⁸ Por outro lado, sabedores da importância que áreas ricas em minérios poderiam acarretar, seja entre aqueles que consideravam como “inimigos internos”, seja em relação a grupos estrangeiros, os militares não demoraram a demonstrar que estavam alertas.

A segunda operação, denominada de Mesopotâmia, foi realizada no ano seguinte, em agosto de 1971, dessa vez centrada em ações de inteligência:

Durante 11 dias, 38 agentes do Comando Militar do Planalto (CMP) e do CIE investigaram a atuação da Ação Libertadora Nacional (ALN), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e da Ala Vermelha. Procuravam mais de 50 suspeitos, especialmente o camponês José Porfírio,⁴⁶⁹ ex-deputado estadual por Goiás.⁴⁷⁰

⁴⁶⁷ NOSSA, Leonencio. **Mata!** O major Curió e as guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 67. Ver também: FERREIRA, Paulo Roberto. O surgimento do garimpo. In: FERREIRA, Paulo Roberto. **Encurralados na ponte: o massacre dos garimpeiros da Serra Pelada.** Belém: Paka-Tatu, 2019. p. 67-84.

⁴⁶⁸ Essas suspeitas são apresentadas no documentário *Osvaldão*, mas carecem de maior documentação.

⁴⁶⁹ Líder do movimento de Trombas e Formoso, citado no capítulo anterior.

⁴⁷⁰ MORAIS, T.; SILVA, E. **Operação Araguaia...** op. cit., p. 23.

Nos documentos dessa operação, foi citado, explicitamente, o embasamento na Doutrina da Guerra Revolucionária,⁴⁷¹ de inspiração francesa e um dos pilares da Doutrina de Segurança Nacional vigente no país naquele momento.

A descoberta de militantes do PC do B, menos de um ano depois, acabou transformando a Operação Mesopotâmia em um antecedente da Guerrilha do Araguaia, mantendo-se, como veremos a seguir, a Doutrina da Guerra Revolucionária como um elo condutor entre ambas as operações. Contudo, os militantes do PC do B passaram incólumes a essas duas operações e decidiram prosseguir com seus planos.⁴⁷²

Enquanto esses eventos aconteciam, a região passava, de forma acelerada, pela modernização citada no capítulo inicial. Inclusive, praticamente em simultâneo, ocorria a abertura da Transamazônica e as citadas operações militares, assim como a instalação de uma série de órgãos que auxiliariam na instalação dos projetos de infraestrutura e serviriam de apoio aos investimentos feitos naquele momento pelo Estado e por agentes privados.

A passagem de ano de 1971 para 1972⁴⁷³ foi vivenciada com otimismo por grande parte do grupo, que começava a colher bons resultados do trabalho até então realizado, seja nas roças, nos castanhais e em outros ofícios desempenhados. Eles também comemoravam os avanços, salvo algumas exceções, na adaptação ao local e contato com a população. Esse momento de otimismo seria contrastado pelas ações militares vindas à tona em 12 e 14 de abril de 1972, quando foram atacadas instalações dos destacamentos A e C, respectivamente.

O grupo decidiu não desistir do projeto desenvolvido durante tantos anos. Nasciam, oficialmente, as autodenominadas Forças Guerrilheiras do Araguaia (FOGUERA). Se o ataque pegou os guerrilheiros de surpresa, a população local ficou estupefata. Embora, como

⁴⁷¹ “Ações em áreas semelhantes devem ser executadas por Operações de Informação, isto é, operações de caráter especial, desfechadas ainda na fase PREVENTIVA da GUERRA REVOLUCIONÁRIA e calcadas nos seguintes aspectos: - Intenso uso prévio de informações obtidas por agentes locais e elementos infiltrados visando o levantamento da área. - Execução por elementos especialmente treinados, em traje civil, constituídos por Oficiais e Sargentos, com um mínimo de cabos e soldados. - Utilização do menor efetivo possível, indicado pela análise das informações obtidas. - Rapidez na execução da operação, cuja duração não deve exceder 1 (uma) semana.

- Utilização de equipamento, armamento e suprimentos específicos e cuidadosamente dosados, visando diminuir ao mínimo os meios a transportar”. BANDEIRA, A. **Relatório da Operação Mesopotâmia...** op. cit. p. 49.

⁴⁷² Durante a Operação Mesopotâmia, os militares passaram a suspeitar da atuação do médico gaúcho João Carlos Haas Sobrinho, o Dr. Juca, que chamou atenção por sua atuação em Porto Franco (MA), onde instalou o primeiro hospital e praticava uma medicina que buscava atingir as populações mais pobres do local. Devido a isso, Haas deslocou-se para a área de atuação dos demais militantes do PC do B.

⁴⁷³ Segundo Genoíno: “Iamos comemorar uma passagem do ano diferente da de 70 para 71, que foi com um número reduzido de pessoas, mais ou menos cinco, com malária, a gente sem conhecer a região, sem relacionamento com a população, meio perdido ainda. / Essa agora era uma passagem vitoriosa: havia três grupos!”. GENOÍNO NETO, José. **O guerrilheiro [depoimento]...** op. cit., p. 39.

visto, grande parte dos guerrilheiros fosse vista, até então, sob algum sinal de alteridade,⁴⁷⁴ sendo descritos como “paulistas” (entorno do Destacamento A) ou “mineiros”⁴⁷⁵ (entorno do Destacamento B) pela população, eles já eram tidos como moradores locais. O que dificultou a compreensão do porquê estava sendo utilizado tamanho aparato militar contra eles.⁴⁷⁶

A população também viu os “paulistas”, então a designação mais conhecida do grupo, deslocarem-se em bloco para o interior da floresta. Por isso, passou a chamá-los de “povo da mata”. A confusão não diminuiu quando os militares chegaram afirmando que aquelas pessoas eram, na verdade, terroristas, termo que não fazia parte do vocabulário dos moradores. Por fim, mesmo que não compreendessem exatamente o que estava acontecendo, inclusive pelo fato de os guerrilheiros não terem apresentado seus planos políticos de forma explícita até então, os moradores não demoraram a perceber que a fúria militar começava a cair também sobre si.

É interessante observamos que essa leitura que os moradores locais faziam da identidade dos “paulistas” apresentava, indiretamente, conexões com questões que alicerçavam muito daquilo que estava em execução naquele contexto. O anseio de modernização do país e os atos de colonização interna dele provenientes, concebidos por militares e civis naquele momento, dialogava com certa face da identidade paulista cunhada a partir das décadas iniciais do século XX e que, apesar das complexas disputas internas no cerne da República, acabariam sendo incorporadas, por diversos momentos, no cerne do nacional-desenvolvimentismo. Em especial, devido à força econômica e política mantida por São Paulo durante o século XX.

Segundo Bárbara Weinstein:

[...] os escritores, intelectuais e políticos que construíram a identidade de São Paulo dentro da nação brasileira, tipicamente, viam a sua região como culturalmente e economicamente superior, como a vanguarda do progresso e

⁴⁷⁴ SADER, R. *Lutas e imaginário camponês...* op. cit.

⁴⁷⁵ SÁ, G. *Araguaia: relato de um guerrilheiro...* op. cit.

⁴⁷⁶ A reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* listou os agrupamentos observados *in loco*, em setembro de 1972, em Xambioá (TO): “Em Xambioá, não é difícil identificar as unidades do Comando Militar do Planalto, que estão combatendo: Batalhão de Guarda Presidencial; 8o Grupo de Artilharia Anti-aérea; Regimento de Cavalaria de Guarda; Polícia do Exército, de Brasília; 10o Batalhão de Caçadores, de Goiânia; 6o Batalhão de Caçadores, de Ipameri; e 36o Batalhão de Infantaria, de Uberlândia. Com essas unidades, estão, também, as forças do Comando Militar da Amazônia e da 12.a Região Militar. / Da Aeronáutica, se encontram unidades da 1ª Zona Aérea, de Belém, da 6ª Zona Aérea, de Brasília, e da 3ª Zona Aérea, do Rio de Janeiro. A Marinha só se reuniu ao grupo a partir da semana passada: uma tropa do Grupamento de Fuzileiros Navais, de Brasília [...] Há, nos acampamentos, muitos oficiais de informações, inclusive do Cenimar, que interrogam os prisioneiros [...]”. EM XAMBIOÁ, a luta é contra guerrilheiros e atraso. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 set. 1972, p. 27. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/>> Acesso: 07 fev. 2020.

da civilização, enquanto o resto da nação aparecia como o ‘Outro’, numa relação cultural remanescente daquela entre colonizador e colonizado.⁴⁷⁷

No período da *Marcha para o Oeste*, que havia provocado grande avanço das fronteiras econômica, demográfica e agrícola pelos ditos rincões do país, a simbologia dos bandeirantes paulistas fora extensamente utilizada, sobretudo para “relegar a maioria das outras regiões do Brasil ao status de pré-modernas ou de ‘Outras’ insuficientemente civilizadas”.⁴⁷⁸ Espaços que, para que fosse alcançado o real progresso, precisariam ser modernizados. Para Weinstein:

Mais especificamente, sustento que a identidade regional no Estado de São Paulo, identidade paulista, passou a ser associada, na cultura brasileira, não apenas à indústria, à modernidade e ao progresso econômico, mas também ao embranquecimento e a uma narrativa particular na história brasileira que marginalizou o papel dos afro-brasileiros na construção da nação. Além disso, essa identidade continua a informar os debates sobre cidadania e inclusão política no século XXI.⁴⁷⁹

Não estamos afirmando que os militantes do PC do B defendessem explicitamente esse tipo de visão, mas que, mesmo que representassem outro tipo de vanguarda, comunista, faziam também parte de um daqueles grupos vindos de outros locais e que tentavam aplicar seus conhecimentos para modificar a região amazônica a partir de visões, a princípio, externas ao cotidiano da maior parte dos amazônidas e migrantes.

Observamos um pouco dessa visão de mundo no capítulo anterior, ao analisar como as lideranças do partido — radicadas, por sinal, em São Paulo —, ao mesmo tempo que buscavam chamar a atenção para a necessidade do diálogo político com as pessoas do interior, tidas como importantes para a revolução, viam-nas também como entes que “vegetavam” por vários cantos do país e que, de certo modo, necessitavam do contato com aqueles que haviam se autointitulado como a “vanguarda combativa do proletariado” no país.

Por outro lado, a empatia mostrada pelos moradores locais em relação aos “paulistas”, como também ocorria no caso dos estudantes do projeto Rondon, que lhes serviu de comparativo, demonstra que tais populações não estavam alheias às possíveis benesses que a interação com aqueles “outros”, mais instruídos quanto à educação formal, poderiam lhes proporcionar no acesso à educação, saúde e outras demandas; sobretudo quando fruto de um

⁴⁷⁷ WEINSTEIN, Barbara. Racializando as diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 13, n. 16, , p. 281-303, 2006. p. 283.

⁴⁷⁸ *Ibid.*, p. 287.

⁴⁷⁹ *Ibid.*, p. 282.

diálogo e não de ações impositivas. Entretanto, a face mais violenta daquele “novo” bandeirantismo que marcava a época não tardou também a se implantar no local.

3.4 O CERCO AOS GUERRILHEIROS E OS SEUS IMPACTOS

Como vimos em relação às Operações Carajás e Mesopotâmia, os militares tinham consciência dos tipos de ações que poderiam executar, alicerçadas em um trabalho de inteligência ou na demonstração de força. As duas primeiras fases do conflito⁴⁸⁰ foram desenvolvidas, sobretudo, nessa ótica da demonstração de força, seja por meio do grande número de agrupamentos militares envolvidos, seja perante o aprisionamento clandestino e tortura⁴⁸¹ de centenas de moradores locais. Esse último ponto tem feito a guerrilha do Araguaia ser analisada pelo viés das experiências concentracionistas⁴⁸² ali desenvolvidas. Sobre a base de Xambioá, uma das que serviram como campos de concentração, Rodrigo Peixoto descreveu que:

A base militar de Xambioá foi também um campo de concentração, com cercas de arame farpado, que delimitavam uma área chamada de ‘curral’, onde ficavam os prisioneiros. Eles ficavam também em buracos cavados no chão e cobertos com arame farpado. Conforme os relatos, havia na base uma casa de tortura, ou ‘judiaria’, no dizer de camponeses que passaram por ali.

⁴⁸⁰ A segunda, contudo, teve ainda o apoio da Ação Cívico-Social (ACISO). Até os militares compreenderam que aquelas populações estavam completamente desassistidas por políticas públicas, o que facilitava as ações dos comunistas, que buscaram, nesses últimos anos, angariar a simpatia dos moradores ao oferecer serviços básicos em educação e saúde: “Como se tratava de uma área que jamais merecera atenção, tudo estava ainda por fazer. Procurando abranger toda a área conflagrada, a operação Aciso levou para a região médicos e dentistas, distribuiu remédios e vacinas em grandes quantidades, patrulhou estradas, legalizou posses, doou terrenos através do Inbra e ainda perseguiu pistoleiros e grileiros. Vários fazendeiros foram obrigados a resolver a situação trabalhista de seus peões, inclusive com o pagamento de Funrural e a assinatura de carteiras de trabalho”. CAMPOS FILHO, R. P. **Guerrilha do Araguaia...** op. cit., p. 153.

⁴⁸¹ Principiam também as primeiras mortes de moradores locais por parte dos militares: “Lourival de Moura Paulino trabalhava como barqueiro no Araguaia. Também tocava lavoura. No dia 18 de maio de 1972 chega à Delegacia de Xambioá depois de ser preso pelo Exército. Acusado de colaborar com os subversivos, é interrogado durante três dias. / O caboclo aparece morto dentro da cela no dia 21 de maio. Um dos filhos, que veio fazer uma visita e trazer algumas coisas, vê a cena: o pai, dependurado em uma corda, pelo pescoço”. MORAIS, T.; SILVA, E. **Operação Araguaia...** op. cit., p. 177.

⁴⁸² Nas ditaduras do Cone Sul, o país que mais viu proliferar campos de concentração foi a Argentina. Como destacou Maria Helena Capelato: “Assim se instalou o chamado Estado Terrorista, responsável por uma violência extrema que levou a sociedade Argentina a uma desintegração resultante de uma prática rotineira de tortura e assassinato de pessoas. A existência de campos clandestinos de detenção e extermínio e o número elevado de desaparecidos, estimados em trinta mil pelas organizações de direitos humanos, confere um caráter de excepcionalidade a essa ditadura argentina”. CAPELATO, Maria Helena. Memória da Ditadura Militar Argentina: um desafio para a história. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 24, 2006. p. 66

Na base teriam sido enterrados guerrilheiros e camponeses, embora as escavações realizadas não tenham achado nenhum vestígio de restos mortais. Apenas latas de alimentos, cápsulas de balas e outros resíduos foram encontrados num buraco aberto pelo grupo de trabalho, constatando-se que, de fato, ali funcionou uma base militar.⁴⁸³

Outros pontos em que foram montadas estruturas análogas foram a base da Bacaba, próxima a São João do Araguaia; e a Casa Azul,⁴⁸⁴ em Marabá.⁴⁸⁵ Testemunhas diversas, como apontou o próprio Peixoto, destacaram que os corpos de guerrilheiros e camponeses enterrados nessas áreas e em pontos situados nas matas foram exumados após o fim do conflito, na Operação Limpeza, até hoje negada oficialmente. No entanto, mesmo alguns militares, como o aviador Pedro Corrêa Cabral, sinalizaram que essa ação de apagamento de rastros ocorreu.

Hoje, podemos compreender melhor como, sobretudo nos arredores de onde haviam sido instalados os destacamentos guerrilheiros, muitos moradores tiveram suas casas e roças queimadas e foram vitimados com aprisionamentos clandestinos, ocorridos em massa. Se alguém apontasse que um outro morador tinha tido qualquer tipo de comunicação com os ditos terroristas, essa pessoa e sua família seriam alvos não só das medidas descritas acima, como também, muitas vezes, vinham a perder alguns dos poucos bens que possuíam, do mesmo modo como ocorreu com comerciantes acusados de suprir o movimento com mantimentos. Obviamente, afora as situações de coerção, haviam também aqueles camponeses e fazendeiros que buscaram, desde o início, cooperar com a ação dos militares, por meio do repasse de informações, apoio logístico para a realização das operações, entre outras colaborações.

Desde as investigações preliminares, pessoas da população local, sendo algumas delas negras, foram colocadas sob a mira dos militares. Inclusive, chamando mais a atenção das autoridades, num primeiro momento, do que os guerrilheiros. Um exemplo ocorreu a partir de 27 de março de 1972, na chamada Operação Peixe I, responsável por confirmar a presença de comunistas na área onde se deflagrou a guerrilha.

⁴⁸³ PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 6, n. 3, p. 479–499, set.–dez. 2011. p. 487.

⁴⁸⁴ Abordamos a Casa Azul em: LUIZ, Janailson Macêdo; REIS, Naurinete Fernandes Inácio; SILVA, Idelma Santiago. A ditadura e os rastros da repressão no sudeste paraense: desvelando memórias sobre a Casa Azul. **Saeculum**, João Pessoa, n. 39, jul/dez. 2018, p. 83-102.

⁴⁸⁵ Como pela CNV: “Os relatos de moradores e guerrilheiros sobreviventes apontam a existência de várias bases militares que funcionavam como centros de triagem e torturas. Entre as citadas, estão a Base do Exército em Xambioá, a Delegacia de Araguaína, ambas situadas, à época, no estado de Goiás, e a Base da Bacaba, em São Domingos, no estado do Pará. Além dessas, destaca-se o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), em Marabá, no Pará”. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume I...** op. cit. p. 43.

Naquele momento, militares vindos de Belém-PA passaram a circular em São João do Araguaia, à paisana, na área de atuação do Destacamento A. Como descreveram Moraes e Silva, a partir dos documentos da referida operação, os militares, num primeiro momento: “fazem perguntas e têm as primeiras informações sobre uma ‘turma de paulistas’ que vivia na Faveira, perto dali. Sabem que o grupo presta assistência social aos moradores”.⁴⁸⁶ Além disso: “Descobrem que João Borges Ferreira, tratado por Joca, comprou a casa e as terras de Pedro Frutuoso. O novo proprietário começou a receber pessoas apresentadas aos moradores como parentes”.⁴⁸⁷ Os militares passaram, então, a reunir os nomes de pessoas envolvidas com Joca:

Sem noção da importância das informações, os militares ignoraram os nomes de Cid [João Amazonas], Mário [Maurício Grabois] e Dona Maria [Elza Monnerat] na etapa seguinte das investigações. Alice, Beto, Regina e Luiz eram guerrilheiros e também foram desprezados. Os agentes saíram em busca de Eduardo, Irene, Raimundo Preto e Januário, os quatro moradores da região não ligados diretamente ao movimento. / De todos os paulistas, apenas Joca, integrante do Destacamento A, despertou o interesse dos agentes de Belém.⁴⁸⁸

Essa maneira de proceder seria replicada no combate ao movimento como um todo. Primeiro, os militares buscariam fazer incursões diante dos moradores locais, como exemplificado aqui por “Eduardo, Irene, Raimundo Preto e Januário”, objetivando reunir o máximo de informações e quebrar os suportes de apoio ao movimento. Num segundo momento, tentariam chegar até os guerrilheiros. Um dos exemplos dos abusos cometidos à população local aconteceu justamente com a família de Eduardo dos Santos, citado acima. O caso, hoje, é bastante conhecido, devido aos depoimentos dados por Eduardo e seus familiares reproduzidos em reportagens, documentários e publicações diversas.

O filho de Eduardo, Lauro Rodrigues dos Santos, era criança na época da guerrilha. Como Lauro relatou em seu testemunho à CNV, em audiência realizada em Marabá, em 2012:

E, em setenta e dois, em abril de setenta e dois, o pessoal do Exército invadiram a nossa residência, do Araguaia; e meu pai, o Eduardo,⁴⁸⁹ tá aqui presente, oitenta e sete anos, foi o primeiro a ser preso, o primeiro trabalhador rural a ser preso. Passou quatro meses preso e, entre aqui o Marabá, tiro de guerra, e Belém; depois, ele foi liberado. O pessoal do Exército foi na nossa região novamente. Metralhou a casa dos guerrilheiros,

⁴⁸⁶ MORAIS, T.; SILVA, E. **Operação Araguaia...** op. cit., p. 62.

⁴⁸⁷ Ibid., p. 62.

⁴⁸⁸ Ibid., p. 65.

⁴⁸⁹ Eduardo Rodrigues dos Santos faleceu em Marabá, em setembro de 2019.

toda. Derrubaram. Botaram fogo também na nossa casa e nós, meu pai cum [emociona-se] dez filhos teve que sair correndo pra cidade, atravessando o rio, pra não ser metralhado, de noite, na ilha. E de lá tivemos que sair pra cidade, sem poder, sem ter condições. Minha mãe, que já é falecida, foi ser boleira aqui em Marabá. Fazer bolo. Pra vender. Pra criar a gente.⁴⁹⁰

Eduardo relatou ao documentário *Camponeses do Araguaia*:

[...] quando eu cheguei na minha propriedade não tinha ninguém, a polícia já tinha mandado todo mundo se arretirá pra não morrer matado. A casa deles [guerrilheiros] já tinham bombardeado com granada. Tava toda esraçalhada de granada. Todo o dia jogaram granada lá. Na casa que era deles, né? E nós, quando eu cheguei não achei mais minha família. Os soldados chegaram e disseram: — Pode correr que vocês vão morrer tudo aqui.⁴⁹¹

Portela, um dos primeiros a abordar a guerrilha a partir de investigação jornalística publicada a partir de janeiro de 1979, apresentou o relato de um morador anônimo sobre o que aconteceu a Eduardo e o tipo de recado que os militares buscaram transmitir a partir de então:

Seu Eduardo foi preso, os ‘federais’ bateram no corpo todinho dele, amarraram depois ele num pau e fizeram desfile com ele em São João do Araguaia, dizendo que era para o povo ver o que acontecia com terrorista. Mas todo mundo sabia que seu Eduardo era um homem de bem. Ninguém sabia o que era terrorista. E ninguém acreditava que os ‘paulistas’ fossem nada daquilo que os homens falavam. Aí todo mundo pensou que a gente estava apanhando por causa dos grileiros que queriam tomar a terra da gente.⁴⁹²

Porém, não seriam “apenas” materiais os danos que sua família viria a sofrer, por morar nas proximidades do Destacamento A, liderado por André Grabois (1946-1976), filho de Maurício Grabois, comandante da Guerrilha. Segundo Lauro:

Mas antes, eu sofri um acidente lá. Com três mês que tinha começado a Guerrilha, eu, tava o Sabino, que era um filho, irmão meu de criação, ele achou uma bomba, uma granada, deixada lá pelo Exército, porque, segundo eles, era deles, que eles fizeram perícia. [...] Talvez eles tenham perdido, deixado, esquecido lá no local. E eu perdi a mão [esquerda], naquele momento, fiquei todo quebrado. O Sabino morreu na hora e o corpo dele a gente não sabe onde foi sepultado, até hoje a gente não sabe. E esse período a gente ficou lutando pela vida, para sobreviver e criar. Os mais velhos ajudando a criar os mais novo. E assim a gente vem na luta até hoje.⁴⁹³

⁴⁹⁰ Transcrição *ipsis litteris* realizada pelo autor a partir de: RODRIGUES, Lauro. **Depoimento**. Audiência da Comissão Nacional da Verdade. Marabá, 17 nov. 2012. 8m08s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sSEPofGwaI4>> Acesso: 15 mai. 2019.

⁴⁹¹ CAMPONESES DO ARAGUAIA: a guerrilha vista por dentro. Direção: Vandrê Fernandes. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2010. 73 min.

⁴⁹² PORTELA, F. **Guerra de guerrilhas no Brasil...** op. cit., p. 89-90.

⁴⁹³ RODRIGUES, L. **Depoimento...** op. cit.

As memórias de Lauro e sua família trazem lembranças de dor, sofrimento, perda; trazem as marcas indeléveis deixadas na população pela forma como suas casas, roçados, vilas e vidas foram cercadas durante a ação dos militares. Conforme Naurinete Reis: “Muitas dificuldades foram enfrentadas pela família de Lauro que, não tendo o título da terra, perdeu o direito de posse de aproximadamente 40 alqueires”.⁴⁹⁴ Para essa mesma pesquisadora, a repressão militar aos camponeses durante o cerco aos guerrilheiros “fez parte das estratégias de desterritorialização do campesinato implementadas pelo regime militar”⁴⁹⁵, na Amazônia Oriental, naquele momento. Ou seja, acabaram confluindo com o interesse em destinar aquelas terras, de forma mais rápida, para a instalação de latifúndios, alinhando-se, assim, com as demais políticas públicas instituídas a nível local pelo regime.

Figura 13 - Lauro Rodrigues dos Santos em depoimento à CNV (2012)



Fonte: Audiência da CNV em Marabá-PA.⁴⁹⁶

Em outras palavras, repetia-se, por meio de novas ferramentas, um expediente historicamente posto em ação diante de grupos indígenas e populações do campo no Brasil. Os agentes de estado lançavam mão de estratégias diversas que, no final das contas, favoreciam a expropriação dos territórios ocupados por camponeses, indígenas, ribeirinhos e outros sujeitos. Reproduzia-se, mais uma vez, o paradigma colonial.

Ademais, tais ações também objetivavam, por meio do medo, realizar o controle dos corpos de homens e mulheres da população local,⁴⁹⁷ de modo a evitar uma possível adesão à

⁴⁹⁴ REIS, Naurinete Fernandes Inácio. **Cartografia de memórias: Guerrilha do Araguaia, campesinato e questão agrária no sudeste do Pará – Amazônia Oriental**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. p. 188.

⁴⁹⁵ Ibid., p. 346.

⁴⁹⁶ RODRIGUES, Lauro. **Depoimento...** op. cit. 1min05s.

luta e incorporação a novos movimentos contestatórios da ordem política vigente. A política de medo acabava também servindo, ao menos enquanto intencionalidade, para o propósito de evitar contestações à maneira como o Estado buscava organizar o avanço sobre os territórios da Amazônia Oriental. Embora nos anos e décadas seguintes tenham surgido diversas ações e movimentos contestatórios, também muitas pessoas — traumatizadas ou mediante ameaças — se evadiram do espaço do campo ou mesmo daquelas localidades.

Segundo relato dado em 1993, por Sônia, irmã de Mauro, à revista *Manchete*:

Depois de um tiroteio que os soldados arrumaram na Faveira, jogando bomba dos aviões, meu pai foi solto e voltou lá com o Sabino, um rapaz órfão que morava com a gente e o Lauro, para ver se tinha sobrado ao menos os arames. Nesse dia o meu pai pediu para eles buscarem farinha na venda. Quando voltaram, encontraram uma coisa parecida com uma garrafa, com uma *argolinha* do lado, jogada na estrada. O sabino pegou e o Lauro sentou do lado, para ver o que era aquilo. Quando acordou, o Sabino estava morto, todo esfaqueado, e o Lauro tinha perdido a mão, quebrado costelas e perna, estava todo ensanguentado, sem poder enxergar.⁴⁹⁸

Esses depoimentos de Lauro, Eduardo e Sônia representam momentos diversos da construção da memória sobre a participação camponesa na Guerrilha do Araguaia. Em 1993, época da reportagem veiculada na revista *Manchete*, o tema ainda era pouco abordado, tomando mais centralidade a busca por informações sobre a localização dos restos mortais dos guerrilheiros. A reportagem de 1993 fez um importante registro do contato, depois de muitos anos, entre as ex-guerrilheiras Criméia Schmidt e Elza Monnerat e moradores locais que elas conheceram nos períodos anteriores à eclosão do conflito.

A matéria realizou, também, registros como as fotografias abaixo, realizadas na casa da família. Em um dos registros, as duas ex-guerrilheiras aparecem junto com Sônia e outros parentes, sob a legenda “Sonia (de azul), Pedrina (de rosa) e Mariozinho (ao fundo): os donos da padaria e encontram a velha amiga Criméia”.⁴⁹⁹ Em outra fotografia, aparece Lauro Rodrigues, à época com 32 anos: “[...] Lauro, mutilado, mostra o laudo oficial da Aeronáutica, que o reconhece como vítima de uma granada atirada durante os combates”.⁵⁰⁰

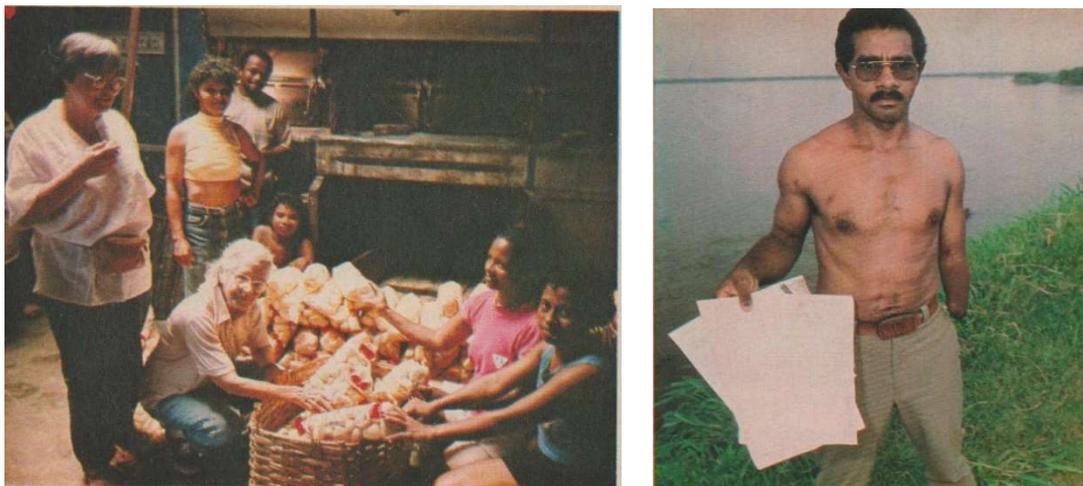
⁴⁹⁷ SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Guerrilha do Araguaia: violência, memória e reparação. **Projeto História**, São Paulo, v. 66, pp. 178-219, Set.-Dez., 2019.

⁴⁹⁸ ASSIS, Denise. PIMENTEL, Leandro. Araguaia: de volta ao front da Guerrilha. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 2131, p. 16-24, fev. 1993. p. 23.

⁴⁹⁹ *Ibid.*, p. 22.

⁵⁰⁰ *Ibid.*, p. 23.

Figura 14 - Duas ex-guerrilheiras visitam Lauro Rodrigues e família em 1993



Fonte: *Revista Manchete*;⁵⁰¹ fotos de Leandro Pimentel.

A primeira fotografia realça a alteridade “paulistas”/população local. Criméia (de pé) e Elza (agachada), ambas com tez e roupas claras, são recebidas e interagem com o cotidiano dos jovens familiares de Eduardo, estes de tez escura que as recebem de forma acolhedora, reencenando contatos tidos no passado. A parte central da reportagem, intitulada *Araguaia: de volta ao front da Guerrilha*, abordou, justamente, o deslocamento daquelas ex-guerrilheiras entre residências de moradores locais e espaços por elas percorridos no passado, enquanto elas tentavam reunir o máximo de informações sobre o paradeiro dos desaparecidos, inclusive o companheiro e pai do filho de Criméia, André Grabois.

A reportagem apresentou, ainda, diálogo entre Lauro e Criméia:

Antes de sair, Criméia abraça o dono da casa [Eduardo] e pede desculpas pelo que lhe causaram, mesmo sem querer. ‘Isso foi coisa da guerra’, ele responde. Lauro se adianta, estende a mão que lhe restou e pede: ‘O que passou foi mesmo coisa da guerra. Agora, volta para a cidade e briga por mim’. O pedido de Lauro reafirmou os ânimos da equipe.⁵⁰²

Naquele momento, ainda estavam distantes as indenizações concedidas, a partir do final da primeira década dos anos 2000, a camponeses impactados pela Guerrilha do Araguaia. Desse modo, o pedido de Lauro atestava, sobretudo, o descaso tido pelo Estado em relação aos impactos gerados pela repressão ao movimento. Como observou Naurinete Reis:

Muitos camponeses se dispõem a relatar as experiências vivenciadas durante a repressão militar à organização guerrilheira, na expectativa de evidenciar

⁵⁰¹ *Ibid.*, p. 22-23.

⁵⁰² *Ibid.*, p. 23.

as ‘violações à integridade’ e os ‘danos patrimoniais’ sofridos, no sentido de contribuir para que o Estado reconheça as condições legais para a concessão de anistia política e para a reparação das perdas materiais.⁵⁰³

Em depoimentos mais recentes, como o citado acima, em 2012, Lauro e outras pessoas impactadas têm participado mais ativamente nos debates em torno da guerrilha do Araguaia. Foram criados canais de escuta, como a Comissão de Anistia e a própria CNV, para suas memórias e suas demandas por reparação. Isso não significa que todos os impactados tenham decidido se manifestar, ou que os que o fizeram conseguiram as indenizações, tendo em vista que ainda existem muitos litígios judiciais em torno do tema.⁵⁰⁴ Contudo, eles têm, de forma inegável, conquistado um espaço como sujeitos das rememorações em torno do evento, apesar da manutenção de estratégias de silenciamento, hoje mais evanescentes que no passado.

Figura 15 - Eduardo e Sônia em entrevista ao documentário Osvaldão (2014)



Fonte: Documentário Osvaldão.⁵⁰⁵

Esse *frame*, retirado do documentário *Osvaldão*, registra não somente o testemunho de Sônia e Eduardo sobre o líder guerrilheiro, mas, indiretamente, demonstra um maior reconhecimento do papel da participação camponesa tida, nos últimos anos, na própria constituição do evento Guerrilha do Araguaia. Esse reconhecimento, como dito por Naurinte Reis, tem sido buscado, inicialmente, pelos próprios moradores, que enxergam nessas produções uma forma de dar visibilidade para suas demandas, bem como para a suas próprias interpretações do episódio. Comprendemos que, como pode ser visualizado desde as

⁵⁰³ REIS, N. F. I. **Cartografia de memórias...** op. cit., p. 351.

⁵⁰⁴ BRANCO, Mariana. Comissão de Anistia indeferiu 89% dos pedidos de reparação desde 2019. **Metrópolis** (online), 8 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/politica-df/comissao-de-anistia-indeferiu-89-dos-pedidos-de-reparacao-desde-2019>> Acesso: 26 dez. 2022.

⁵⁰⁵ OSVALDÃO. Direção: Vandrê Fernandes et al. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014. 80 min. Frame: 34 min44s.

publicações de 1978, tais registros mostram também como mulheres e homens negros e indígenas foram afetados pelo evento e têm participado do seu processo de exumação.

3.5 O ESTADO DE SÍTIO E UMA “NOVA” FACE DO *ETHOS* COLONIAL

Muitos homens que se tornaram guias e contribuíram com as buscas dos guerrilheiros entre as matas relataram que foram detidos antes de iniciarem tal atividade. O testemunho publicado de Alexandre de Oliveira, já abordado em um capítulo desta tese, exemplifica bem tal tipo de experiência. Em seu relato, dado por volta de 1977, Oliveira fez questão de frisar aos entrevistadores que sua colaboração se deu em virtude do medo, devido à experiência inicial de aprisionamento: “Agora vou lhe explicar: eu não fui guia não senhor; eu fui preso. O preso trabalhava menos, mas era tudo um só”.⁵⁰⁶

Segundo o depoimento de outro sujeito, Venâncio de Jesus, com 28 anos em 1977, muitos moradores foram presos porque se negaram a colaborar espontaneamente com os militares: “O Exército tentou pegar o pessoal daqui, mas tava muito difícil. Daí ele foi embora e voltou. Voltou pra pôr pra quebrar, pegando todo mundo. Levou todo mundo pra Marabá, pra Araguaína, pra todo canto. Depois voltou quase tudo, a maioria como guia”.⁵⁰⁷ Alexandre de Oliveira, por sua vez, detalhou que:

[...] em 1973, nós fomos presos. O negócio foi assim: tava preso eu, o compadre Raimundo, era bem uns quarenta e tantos só num quartinho de dois por três, e eu como o mais velho da turma. Uma noite, ouvi as botinhas no lado de fora: ‘tlaque, tlaque, tlaque’. E uma voz falou: ‘Alexandre de Oliveira!’ E ele disse: ‘Levanta, velho, que é pra morrer!’⁵⁰⁸

Os aprisionados, principalmente nas primeiras fases, relataram experiências semelhantes, em que tiveram que dividir espaços minúsculos com diversos presos. Muitos também narraram que foram detidos mais de uma vez, sendo alvos de torturas diversas, incluindo o famoso pau de arara. Uma forma de tortura tipicamente usada contra os

⁵⁰⁶ OLIVEIRA, Alexandre. [Depoimento]. In: DÓRIA, Palmério et al. **História Imediata: A Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 70.

⁵⁰⁷ DE JESUS, Venâncio. [Depoimento]. In: DÓRIA, Palmério et al (Org.). **História Imediata: A Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 68.

⁵⁰⁸ OLIVEIRA, Alexandre. [Depoimento].... Op. cit. p. 70.

moradores foi o chamado “buraco do Vietnã”⁵⁰⁹ — já citado acima quando abordamos o uso das bases como campos de concentração — observado, inclusive, em reportagem de 1972.⁵¹⁰

Lídia Francisca da Luz, também já citada aqui no primeiro capítulo, relatou-nos que o marido Porfírio Vaz de Azevedo, posteriormente anistiado político, sofreu diversas torturas:

Eles pegaram a primeira vez e levaram. Passou 5 dias lá preso sem comer, quando eles soltaram ele, disseram assim: — ‘Olha, vai embora, mais não vai embora de lá não’. Trouxeram ele. Chegou chorando. Morto de fome. Já pensou a pessoa a cinco dias acostumado a comer, almoçar e jantar e passar cinco dias sem comer, e chorando? Não tinha comido nada. Na estrada, logo o povo conhecido deram de comer pra ele. Disse que ele suou que a mulher panhou um pano pra enxugar, da fome. Disse que foi uma fava que ele comeu, de fraqueza.⁵¹¹

Lídia prosseguiu o relato:

Menino, eles batiam nele que o sangue ficava pregado nas paredes. Sentado no chão. Quando eles largaram de bater, que ele deitou no chão pra levantar, precisava dos outros levantar. Levavam café pra ele, que ele bebia vomitava o café junto com sangue. Aí os outros presos diziam: ‘—Olha, doutor. Esse homem bem aí que esta deitado desse jeito, se vocês não aplicar um remédio nele, ele vai morrer. Não vai custar. Porque ele só tá vomitando sangue’. E eles começaram a tratar dele.⁵¹²

Segundo Alexandre de Oliveira, em 1974, ele foi abordado de madrugada por militares em sua casa, na Palestina (PA), e teve o mesmo tratamento. É provável que esse evento tenha ocorrido no início do ano, quando os militares buscavam os últimos guerrilheiros. Contudo, novamente camponeses como Alexandre se tornaram também os alvos:

Me mandaram sair pra fora. Apanhei a lamparina, botei em cima da mesa, abri a porta e botei o pé, assim, pra fora. Tinha um sargento e outro sujeito da polícia, um de um lado da porta, outro do outro lado. Eu tava só de calçãozinho, e cumprimentei eles. Aí o sargento disse:
— Que boa noite o quê, seu terrorista!
E eu disse:

⁵⁰⁹ Conforme o relatório da CNV: “No meio rural, a tortura muitas vezes acontecia em espaços clandestinos nos quais não havia sequer registro formal de detenção – tais como uma casinha na fazenda Rio Doce, na região de Rio Verde e Jataí (Goiás) durante a década de 1970, e em valas cavadas nas bases militares da Bacaba (próxima à cidade de Brejo Grande do Araguaia, Pará) e de Xambioá (atualmente no Tocantins), cobertas com grades de ferro e chamadas de ‘buracos do Vietnã’, em que camponeses relataram à CNV terem sido presos e torturados”. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume I...** op. cit. p. 350.

⁵¹⁰ Ao falar dos prisioneiros situados na base de Xambioá, em setembro de 1972, a reportagem do jornal *Estado de São Paulo* descreveu que: “Esses foram todos reunidos num enorme buraco cavado na terra e coberto por uma rede de arame farpado. Acima do buraco, três soldados mantêm guarda permanente”. EM XAMBIOÁ, a luta é contra guerrilheiros e atraso. **O Estado de São Paulo...** op. cit. p. 27.

⁵¹¹ DA LUZ, Lídia Francisca. **Entrevista**. Depoimento a Janailson Macêdo Luiz e Mônica Vasconcelos. Áudio. Brejo Grande do Araguaia-PA, mai. 2017. 1h33min.

⁵¹² *Ibid.*

— Ter... [Terrorista?].⁵¹³

E foi *plan* aqui no meu peito, que eu fui bater lá longe na parede. Aí eles me pegaram pelas mãos e pelos pés e me sacudiram. Isso já foi em 74.

E continuou:

Sei que me deram um monte de pancada, me jogaram lá dentro da C-10 e foram buscar outros. Não levaram a gente pra base, não. Foram direitinho pra mata como quem vai matar terrorista. Isso era três horas da manhã e foram soltar a gente às duas e meia da tarde, sem tomar uma xícara (sic.) de café nem dar uma pitadinha sequer num fumo. Era pau comendo solto. Me amarraram com as mãos cruzadas com os pés, passaram uma vara no meio e me penduraram de cabeça para baixo. Volta e meia vinha um e dava uma botinada nas costas que a gente chegava a dar a volta por cima. Depois chegava outro e dava duas bofetadas de mãos juntas no ouvido, que fazia *tóim*. Queriam que a gente dissesse que tava sustentando terrorista. Agora, veja o senhor, a gente mal tinha pra forrar o estômago e ia lá ter jeito de sustentar os outros.⁵¹⁴

O isolamento das áreas rurais, e ainda mais os espaços de floresta, favoreciam para que ações violentas como essas fossem realizadas; e para que permaneçam, ainda hoje, impunes. Como destacou a CNV, nos espaços rurais, “a tortura atingiu pessoas que não tinham acesso aos canais de denúncia ou que ficaram aterrorizadas a ponto de, até hoje, não conseguirem se manifestar sobre o assunto”.⁵¹⁵

Ao falarem, anos ou décadas depois, ainda têm suas falas confrontadas por oficiais da época, ligados à direita militar e ao negacionismo dos crimes da ditadura; também o são por diversos apoiadores desse tipo de discurso, presentes na política, em alguns veículos da grande mídia e, até mesmo, no campo historiográfico. Esses sujeitos tentam criar a imagem de que os camponeses receberam dinheiro para contar histórias contrárias ao regime de 1964, desviando o foco para relatos que lhes parecem inconvenientes.⁵¹⁶

Os relatos de Alexandre e Lídia se somam a uma série de muitos outros, hoje bastante conhecidos. Demonstrem, além disso, como se dava a aplicação da Doutrina da Guerra Revolucionária, naquele momento, no Araguaia.⁵¹⁷ Tal doutrina foi elaborada durante a

⁵¹³ OLIVEIRA, Alexandre. [Depoimento]... Op. cit. p. 71.

⁵¹⁴ Ibid., p. 71-72.

⁵¹⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume I...** op. cit. p. 350.

⁵¹⁶ Abordaremos, a seguir, um exemplo de tal tipo de narrativa, materializada em torno do caso Rosalindo.

⁵¹⁷ Quanto à origem da referida doutrina, Martins Filho destacou: “A partir da derrota para os vietnamitas em Dien Bien Phu (1954) e da subsequente eclosão da luta da Frente de Libertação Nacional na Argélia, militares que combateram ou combatiam nessas últimas frentes coloniais, construíram um corpo de idéias destinado a unificar o pensamento e estimular a ação de seus homens. Tal doutrina foi batizada de *guerre révolutionnaire*”. MARTINS FILHO, João Roberto. A conexão francesa: da Argélia do Araguaia. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 519-536, jul./dez. 2012. p. 535. De acordo com Mauad Chirio, os militares franceses elaboraram uma “análise do comportamento de um inimigo ideal-típico, seja ele independentista, subversivo, terrorista ou

Guerra Fria e passou a ser aplicada não somente pelos franceses, mas teve grande influência no militarismo estadunidense e de países diversos do chamado terceiro mundo. Era uma resposta direta, fortemente baseada na experiência de defesa de domínios coloniais, àqueles que se organizavam em torno da guerra irregular, vendo-a como estratégia para guerras de independência ou revoluções. Conforme Martins Filho: “Para o estudioso da doutrina importada da Argélia, as evidências de sua aplicação no Araguaia são reveladoras”.⁵¹⁸ Inclusive, mediante as formas como a população local foi sitiada pelos militares.

Inspiradora das práticas antissubversivas e vista, de uma forma específica, como uma antítese das estratégias maoístas, essa doutrina estava na base das reflexões realizadas pelos militares que tomaram o poder mediante golpes de estado na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970. Para Maud Chirio: “A exportação das doutrinas de guerra francesas, nos anos 1960 e 1970, contribuiu, portanto, para justificar a irrupção na cena pública dos militares latino-americanos que as liam”.⁵¹⁹ No Brasil, essa doutrina teve grande influência entre os militares da Escola Superior de Guerra (ESG) e, com o passar do tempo, foi sendo internalizada pelas políticas e ações do regime militar. Segundo a mesma historiadora:

Observemos que as sociedades que os autores franceses têm em mente são coloniais – indochina e, principalmente, argelina –, mas a similaridade do ‘risco revolucionário’ imaginado e a aplicação de uma mesma estratégia de luta induzem os oficiais brasileiros a conceber a população, o sistema político e o nível de desenvolvimento de seu próprio país com a mesma distante altivez.⁵²⁰

Essa “distante altivez”⁵²¹ era materializada nas tentativas de disciplinamento realizadas pelos militares durante os aprisionamentos clandestinos, torturas e mostras de força relatados

comunista. Por motivos diversos, alguns oficiais brasileiros voltaram rapidamente sua atenção para essa análise. Em primeiro lugar, em virtude de uma sensação de lacuna doutrinária — a perspectiva de guerra convencional ou nuclear parecia pouco adaptada à situação geopolítica do Brasil. Ora, no fim dos anos 1950 e logo no início da década seguinte, o aliado norte-americano, hegemônico nos domínios da instrução, do financiamento e da venda de armas, não dispõe de doutrina convincente a propor aos exércitos latino-americanos. Além disso, na época, vários generais do Exército brasileiro haviam sido discípulos da Missão Militar Francesa sediada no Brasil entre 1919 e 1939, por meio da qual mantiveram contatos e um laço intelectual e afetivo com o Exército francês. O Brasil e a Argentina, onde uma missão francesa permanente é instalada em 1960, constituem, assim, as portas de entrada na América Latina das teorias e técnicas francesas de luta antissubversiva”. CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais da ditadura militar brasileira**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 20-21.

⁵¹⁸ MARTINS FILHO, J. R. **A conexão francesa...** op. cit., p. 535.

⁵¹⁹ Ibid., p. 23.

⁵²⁰ Ibid., p. 23.

⁵²¹ Veremos, no próximo capítulo, uma outra dimensão desse tipo de posicionamento, bem como alguns de seus fundamentos, a partir da atuação de conscritos oriundos da população local no conflito.

acima. Tais ações militares não eram simples desvios, ou sinais da “guerra suja”,⁵²² categoria usada por alguns oficiais, políticos ligados ao regime e pesquisadores para designar o que aconteceu no Araguaia. Era o próprio regime exteriorizando alguns de seus fundamentos, compartilhados — até os dias atuais — por muitos civis: “A essa vontade manifesta de refundação social e política alia-se um menosprezo pelas classes populares e a valorização de novas elites, nas quais os militares se sobressaem”.⁵²³

Tal “altivez”, que já se encontrava presente no militarismo brasileiro há muitas décadas, foi profundamente alimentada no contexto da Guerra Fria e pôde ser expressa de modo mais explícito após 1964, em especial, durante o combate aos guerrilheiros do Araguaia e a ocupação militar da fronteira Araguaia-Tocantins.

Achille Mbembe problematizou estratégias que atrelam soberania, relações de poder e controle da morte no mundo contemporâneo. Tais estratégias estão fortemente vinculadas às heranças deixadas pelo longo período em que as potências europeias mantiveram um domínio colonial diante de populações da África, Ásia e América. Nos últimos anos, elas vêm ganhando novas formas, por meio dos modos como os “soberanos” têm buscado exercer a opção por “quem pode viver e quem deve morrer”,⁵²⁴ quem merece ou não ser protegido ou deixado à própria sorte: “Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é.”⁵²⁵ Por isso, torna-se literalmente vital

⁵²² A expressão foi usada, originalmente, por Jarbas Passarinho (1920-2016), militar e político, em entrevista dada em julho de 1978 ao jornal *Movimento*, reproduzida por Dória et al. Após o golpe de 1964, Passarinho governou o Pará, como interventor, entre 1964 e 1966. No período da guerrilha, era Ministro da Educação do governo Médici e, no momento da entrevista, vice-líder do governo Geisel no Senado. Essa entrevista foi dada em um momento estratégico para os militares, no início do processo de transição controlada para a democracia. Há apenas um mês (em 8 de junho de 1978) havia caído a censura prévia. Com isso, os jornais começavam a publicar informações sobre a Guerrilha do Araguaia. Por isso, Passarinho surgiu dando uma interpretação que quebrava com o que ele mesmo, na entrevista, denominou de “silêncio tático”, mantido nos últimos seis anos. Suas respostas aos questionamentos do jornal *Movimento*, um dos vários atingidos pela censura, foram dadas em consonância com o que muitos militares defendiam, uma suposta equivalência de responsabilidades entre as forças em combate. Esse era um tipo de interpretação usado também para explicar o regime em seu conjunto, desde o golpe de 1964, o que, em termos práticos, atenuava o papel e as atrocidades cometidas pelos militares. A concepção de “guerra suja” era, portanto, uma variante do que passou a ser conhecido, a partir do debate argentino, como “teoria dos dois demônios”. Essa entrevista tornou-se paradigmática. A concepção da “guerra suja” foi apropriada por muitas interpretações posteriores, por vezes conscientes, por vezes de forma acrítica. Segundo Passarinho: “A guerrilha, a guerra subversiva, *ela é uma guerra suja*. E eu acho que ela termina sendo suja de ambos os lados. Porque é uma guerra do terrorismo. É uma guerra suja, uma guerra porca. Então a Convenção de Genebra vai para o diabo, desaparece a Convenção de Genebra”. PASSARINHO, Jarbas. [Entrevista] O militar: “uma guerra civil”. In: DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vicent; SAUTCHUK, Jaime (Org.). **História imediata**, 1: Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 23, grifos nossos.

⁵²³ Ibid., p. 22.

⁵²⁴ MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**: revista do PPGAV/EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez. 2016. p. 123.

⁵²⁵ Ibid., p. 135.

questionar “aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos humanos e populações”.⁵²⁶ Nas palavras do filósofo camaronês:

O ‘estado de sítio’ em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. O cotidiano é militarizado. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios, sobre quando e em quem atirar.⁵²⁷

Os moradores da fronteira Araguaia-Tocantins estavam cercados pelo estado de sítio, em um momento (pós-AI-5) em que diversas políticas de exceção estavam em vigência no país. Um dos soldados entrevistados pelo documentário *Soldados do Araguaia* declarou que: “O Exército naquele tempo ele decidia quem vivia e quem morria. Ele era o dono de tudo praticamente. Era a autoridade máxima”.⁵²⁸

Estava em curso uma sobreposição de políticas autoritárias, que se somavam, como já dito, às ações de modernização autoritária vinculadas à implementação do PIN e do avanço da fronteira na Amazônia Oriental. Também, naquele contexto, milhares de indígenas amazônicos morreram devido à violência facilitada pela falta de um planejamento quanto aos impactos gerados pela construção de estradas, grandes projetos e avanço da fronteira agrícola — sobretudo através dos latifúndios — sobre seus territórios,⁵²⁹ frutos do desprezo e da “distante altivez” citados acima. As vidas e os saberes dos grupos indígenas não eram de fato considerados importantes pelos agentes que buscavam promover o “progresso” da Amazônia, sendo mesmo vistos, como ainda ocorre nos dias atuais, como empecilhos para esse processo.

Vimos que, desde 1970, Marabá já havia sido transformada em área de segurança nacional.⁵³⁰ Após 1972, a vigilância sobre a população que vivia naquele município e nos arredores só fez aumentar. Sobretudo as parcelas mais pobres da população viveram muitos anos sob o medo, em especial negros, camponeses e indígenas.

Passaram a conviver com a ocupação efetiva de algumas áreas, transformadas em bases improvisadas ou postos de controle, como ocorreu com a terra indígena Sororó, dos

⁵²⁶ Ibid., p. 125

⁵²⁷ Ibid., p. 138.

⁵²⁸ SOLDADOS DO ARAGUAIA. Direção: Belisario Franca. 1h.14min. 2017. Trecho citado: 31min50s.

⁵²⁹ VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁵³⁰ Medida que teria vigência até 1985, mantendo-se forte vigilância e controle sobre quem poderia ou não transitar pelo município.

indígenas Suruí-Aikewara, que foram mantidos reféns em seu território durante todo o processo de combate aos guerrilheiros do Araguaia.⁵³¹

Testemunhos como os de Alexandre de Oliveira demonstram as experiências limite daqueles que ficavam à mercê das decisões de “comandantes militares”, que — como pequenos soberanos, extensão da “distante altivez” de um poder mais amplo — passavam a ter o controle sobre parte significativa de suas vidas e dos seus corpos. O próprio Alexandre relatou que, durante a tortura descrita acima, só conseguiu escapar porque conseguiu que um oficial, distinto daqueles que o estavam torturando, e com o qual já havia negociado durante seu primeiro aprisionamento clandestino, intercedesse em seu favor:

Aí eu falei pro sujeito da polícia; que chamava tenente Lucas, me parece: — O senhor passa um rádio pro doutor Aníbal⁵³² que ele vai dizer quem nós somos. E ele passou. Aí o capitão Aníbal pegou um aviãozinho e veio lá do Marabá que era uma flecha. Já tinha gente amarrada nos tocos, morrendo que nem porco. Quando o doutor Aníbal chegou, não tinha jeito de descer na cabana que nós tava, e então ele falou pelo rádio lá de cima e mandou soltar todo mundo. Era bem uns 40 homens, que já tavam ficando aleijados de tanto apanhar... O senhor veja aqui. Essa costela aqui até hoje tá assim, mole.⁵³³

Tais formas de manejar a violência, o medo e a obediência eram comuns naqueles anos. Não deveria ser uma tarefa fácil para homens como Alexandre de Oliveira, depois de passar por tal tipo de situação, ter que voltar ao mato para colaborar com os militares. Como a literatura sobre o Araguaia já demonstrou, a partir do depoimento de alguns ex-guias, a tortura ampliava o sentido de urgência para aqueles que eram escolhidos para adentrar na mata, de modo que os guias passavam a ter o interesse de que aquilo acabasse o mais rápido possível. Além disso, tal tipo de ato “benevolente” do dito “doutor” Aníbal acabava reforçando a autoridade militar. Em nossa visão, essa era justamente a intenção daquele tipo de manobra, parte do que Wellington Silva designou como “teatro do terror” usado pelos militares durante a ocupação militar realizada durante o cerco aos guerrilheiros.⁵³⁴

Além de expor os moradores locais ao medo e buscar sua obediência, tinham a intenção de criar um elo entre quem estava sofrendo o “castigo” e aquele que o havia “libertado”. Mais do que mero sadismo ou mera ação brutal, também presentes naquele tipo

⁵³¹ Voltaremos ao tema no capítulo 5, ao tratar das experiências das mulheres no período de cerco.

⁵³² Os oficiais militares engajados na luta antiguerrilha costumavam usar codinomes. Para reforçar a autoridade, aqueles que interagiam diretamente com os camponeses eram chamados de doutores.

⁵³³ OLIVEIRA, Alexandre. [Depoimento].... Op. cit. p. 72.

⁵³⁴ SILVA, Wellington Sampaio da. **A Guerra Silenciada**: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia. 2008. 146 f., 2008. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008. p. 15.

de ato, as formas de tortura empregadas no Araguaia, como aconteceu em outros momentos da história do regime, seguia uma lógica e, mais do que isso, uma política de estado.

Conforme observou Fernando Portela, os militares tentavam normalizar tal tipo de procedimento: “Alguns militares procuraram explicar que toda essa violência é comum, de certa forma lógica, numa situação de conflito em que as forças governistas não dominam a situação”.⁵³⁵ De acordo com o que um deles (anônimo) relatou a Portela:

Os civis não podem entender o que é uma guerrilha, dentro de um grupo militar. Na primeira fase, nós não pegávamos ninguém e os soldados morriam na mata. As pessoas não queriam colaborar. Tudo contra. E você pega um superior, depois de você quase ter morrido na selva, e vem o superior e diz: ‘O Brasil gastou uma fortuna com a sua formação, a sua educação, e você é um fracasso, todos vocês são um fracasso, não conseguem pegar um punhado de terroristas espalhados por aí...’. Isso deixa os soldados e mesmo os oficiais em pânico. E aí aconteciam essas coisas...⁵³⁶

Os corpos e mentes de camponeses e indígenas eram os primeiros a sofrer as consequências do despreparo e da frustração dos militares; como também passou a acontecer, cada vez mais, com as mulheres e homens guerrilheiros. Todavia, como já dito, mais do que por sadismo, tais ações faziam parte de uma política de estado. Parte dessa política continua operando nos dias atuais, diante de moradores de bairros periféricos, sem-terra, indígenas e outros sujeitos que, devido às heranças coloniais, são vistos como inferiores. Mulheres e homens negros costumam ser grande parte dos alvos desse tipo de política, quer por meio do escasso acesso a direitos básicos, quer por intermédio das incontáveis ações letais executados pelos órgãos policiais. Vivem como se estivessem em um permanente estado de sítio.

Segundo Alexandre de Oliveira: “Eu não trabalhava debaixo da chuva o tempo todo, mas tava sempre em contato com o capitão Aníbal. Eu ficava com mais quatro na ‘zebra’ (busca de um rastro na mata), e não tinha dia, não tinha sol, não tinha chuva: o pau quebrava mesmo no mato”.⁵³⁷ Em sua interpretação: “Era uma força por um lado, outra por outro, e nós tombando no meio, que era pra espalhar os caititus⁵³⁸ no meio da boiada”.⁵³⁹ Os saberes dos guias, contudo, ainda que vistos como meros caititus, acabaram sendo fundamentais para contornar a inexperiência dos militares em se deslocarem entre as matas. Entre 1973 e 1974, acabariam sendo fundamentais para a derrubada da guerrilha.

⁵³⁵ PORTELA, F. **Guerra de guerrilhas no Brasil...** op. cit., p. 99.

⁵³⁶ Ibid., p. 99.

⁵³⁷ Ibid., p. 70.

⁵³⁸ Porco-do-mato.

⁵³⁹ Ibid., p. 70.

4 “FUI NO RASTRO DELE, SEGUI PELA MATA”: VIOLÊNCIA, MORTE E AS FACES DE UMA TRAGÉDIA EM EXPANSÃO

Em 8 de maio de 1972, um militar de baixa patente, o cabo Odílio da Cruz Rosa, da 5ª Companhia de Guardas de Belém, tornou-se a primeira vítima a falecer em um confronto armado entre guerrilheiros e militares. Naqueles primeiros meses de combate, os militares detiveram alguns guerrilheiros e ocorreram os primeiros confrontos mortais. Contudo, os resultados práticos foram ínfimos para as Forças Armadas. Mesmo com a violência aplicada à população, eles não conseguiram desarticular a guerrilha:

Apesar de o número de soldados nessa primeira campanha ter sido grande, as ações ocorreram primeiramente nas estradas e povoados. Tudo indica que as incursões dentro da mata foram poucas, possivelmente em razão do despreparo e do medo que atingiam o grosso da tropa. Um sargento morto e um soldado ferido no primeiro contato com os guerrilheiros dentro da mata foram um alerta de que a luta para destruir os núcleos guerrilheiros não seria fácil como se imaginara.⁵⁴⁰

O cabo Rosa foi morto durante um entreechoque na mata com membros do Destacamento B. Segundo Glênio Sá, o próprio Osvaldão foi o autor do disparo:

Nessa noite, Simão [Cilon da Cunha Brun (1943-1974)] e Osvaldão atravessavam uma picada quando ouviram uma voz: ‘Alto lá!’. Estavam frente a frente com os soldados. Osvaldão, mais rápido, deu dois tiros de 44, por cima dos ombros de Simão. Matou o sargento que dava as ordens e feriu um soldado.⁵⁴¹

A informação está invertida quanto às vítimas. O correto foi que: “Naquele 8 de maio, dois tiros foram disparados: um matou o cabo Rosa e o outro feriu o sargento Moraes”.⁵⁴² Outros dois militares presentes fugiram durante o confronto. O episódio acabou mal digerido pelos militares. Taís Moraes e Eumano Silva localizaram documento da Operação Peixe IV “que mascara a derrota dos militares no primeiro confronto com os guerrilheiros”.⁵⁴³ Em especial, ficara evidente que dois guerrilheiros venceram uma batalha contra quatro militares.

⁵⁴⁰ CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**: a esquerda em armas. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012. p. 145.

⁵⁴¹ SÁ, Glênio. **Araguaia**: Relato de um Guerrilheiro. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990. p. 15.

⁵⁴² MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 23. p. 158.

⁵⁴³ *Ibid.*, p. 158.

Porém, “‘Em condições normais’, segundo o texto, as Forças Armadas teriam levado vantagem. As baixas teriam ocorrido por conta do fator surpresa”.⁵⁴⁴ Segundo Glênio Sá:

Um conhecido contou depois que os soldados, ao ouvirem os tiros da arma do Oswaldão, fugiram, deixando inclusive bagagens para conferir. Mais tarde, preso em Brasília, os meus interrogadores não admitiam este fato, e insistiam que tinham sido vítimas de uma emboscada.⁵⁴⁵

Até os dias atuais, alguns oficiais reformados, como o tenente-coronel Lício Augusto Maciel, defendem a versão da emboscada:

Oswaldão e seu bando esperaram pacientemente que todos estivessem dentro do rio e então, sem nenhuma chance para eles, atiraram, atingindo mortalmente pelas costas o Cabo Rosa e ferindo os dois Sargentos. O Tenente, ileso, conseguiu fugir, ajudando os dois Sargentos feridos, largando roupas e armamento e chegaram penosamente a Xambioá sem roupas em estado deprimente pelo tempo passado na mata e pela falta de alimentação, além do péssimo estado psicológico. O corpo inerte do Cabo Rosa ficou no local.⁵⁴⁶

O Exército também teve problemas para resgatar o corpo do cabo Rosa. Em 11 de maio: “Enquanto o comando se reúne, o corpo do cabo Rosa continua na selva, ao relento”.⁵⁴⁷ Os guerrilheiros aproveitaram o despreparo apresentado pelos militares para fazer contrapropaganda e, como ocorreria em outros momentos, tentar mexer com o psicológico dos soldados. Nas palavras de Maciel: “Oswaldão não se arredou de seu esconderijo, mandando recado aos militares desafiando-os a irem buscar o corpo, acrescentando que não o sepultaria”.⁵⁴⁸ O próprio Maciel, que pinta, em seu relato, uma imagem de Oswaldão como covarde, reconhece que os guerrilheiros estavam blefando. Porém, os comandantes militares decidiram não arriscar e, mais uma vez, tentaram demonstrar força:

Os comandantes estabeleceram como missão prioritária o resgate do corpo largado no mato. Deslocaram-se para lá dois pelotões do 2º BIS, um do 1º BIS e um destacamento de Forças Especiais, os para-quedistas. Desta vez, dispõem de helicópteros e aviões de observação.⁵⁴⁹

Mesmo com esse aparato, segundo Moraes e Silva, o corpo do cabo Rosa só foi resgatado no dia 17 de maio. Cada destacamento guerrilheiro, como o que liderava Oswaldão,

⁵⁴⁴ Ibid., p. 158.

⁵⁴⁵ SÁ, G. **Araguaia: Relato de um Guerrilheiro...** op. cit., p. 16.

⁵⁴⁶ MACIEL, Lício. **Guerrilha do Araguaia:** relato de um combatente. São Paulo: Schoba editora, 2008. p. 199.

⁵⁴⁷ MORAIS, T.; SILVA, E. **Operação Araguaia...** op. cit., p. 165.

⁵⁴⁸ MACIEL, L. **Guerrilha do Araguaia...** op. cit., p. 199.

⁵⁴⁹ MORAIS, T.; SILVA, E. **Operação Araguaia...** op. cit., p. 165.

possuía em torno de vinte integrantes. Uma ação melhor coordenada com os grupos acionados para resgatar o cadáver do cabo poderia ter dado outros caminhos para o combate aos guerrilheiros. Contudo, como a literatura sobre a Guerrilha do Araguaia já frisou, essas primeiras ações militares foram marcadas pelo despreparo no planejamento e execução das ações de combate.

Hoje, vinculado ao 52º Batalhão de Infantaria da Selva, sediado em Marabá, existe um lugar de memória que homenageia aquele combatente, a Base de Selva Cabo Rosa. Seu nome continua operante nas disputas em torno do episódio, usado como símbolo daqueles que lutaram pela ordem contra os comunistas. O cabo também passou por um processo de heroicização:

O Cabo Rosa, de grande valor e de grande potencial, que pretendia fazer carreira no Exército, escolheu o caminho correto, o da legalidade. Perdeu a vida no cumprimento do dever. Seus familiares nada receberam, além da enorme dor da perda do ente querido altamente injustiçado. [...] O Cabo Odílio Cruz Rosa será reverenciado muito em breve. Temos absoluta certeza. / Temos a obrigação moral de colocá-lo no pedestal dos heróis tombados na luta contra o comunismo.⁵⁵⁰

Entre maio e junho, os guerrilheiros perderam seu primeiro combatente, Bergson Gurjão Farias (1947-1972).⁵⁵¹ Pouco depois, ocorreu a morte do jovem negro Idalísio Soares Aranha Filho, o Aparício. Segundo Arroyo, em julho de 1972, Idalísio integrava um pequeno grupo do Destacamento B, que ficara responsável por tentar contato com o Destacamento C:

Este grupo caiu numa emboscada do Exército na Grota Vermelha, a uns 50 metros da estrada. Juca [João Carlos Haas Sobrinho] levou dois tiros, um na perna e outro na coxa, mas conseguiu, juntamente com os outros companheiros, embrenhar-se na mata. Ficaram parados alguns dias, para que Juca se restabelecesse.⁵⁵²

Boa parte dos guerrilheiros presos ou mortos durante as primeiras operações foram surpreendidos pelos militares justamente ao tentar fazer esse tipo de deslocamento entre as áreas dos destacamentos. Em seguida, Arroyo narrou que:

Durante esse período, Aparício saiu para caçar e se perdeu. Procurou a casa de um morador, chamado Peri, por onde sabia que os demais iam passar. Lá

⁵⁵⁰ MACIEL, L. **Guerrilha do Araguaia...** op. cit., p. 111.

⁵⁵¹ Por uma questão de limites, não abordaremos a sequência de morte de todos os guerrilheiros, mas apenas aquelas abordadas de forma mais específica nesta pesquisa. Além disso, por uma questão de organização temática, algumas mortes serão abordadas apenas nos capítulos seguintes.

⁵⁵² ARROYO, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia. In: POMAR, Wladimir (Org.). **Araguaia: o partido e a guerrilha**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 254.

ficou à espera. O dono da casa onde se refugiou levou-o para um barraco no mato, próximo à casa. Aí lhe serviam a comida. Dias depois, apareceu o Exército e travou tiroteio com Aparício. Este descarregou todas as balas do revólver que tinha e, quando tentava enchê-lo de novo, recebeu um tiro e morreu. Não se sabe se o Exército chegou por acaso ou se foi denúncia.⁵⁵³

Documentos militares localizados pela CEMDP e CNV reforçam que a morte de Idalísio ocorreu em combate contra as Forças Armadas. Walkíria, sua esposa, continuaria viva até 1974, sendo uma das últimas a serem capturadas. As informações existentes sobre a morte de Aparício, no relatório da CNV, dão mostra da dificuldade para se estabelecer o local preciso em que ocorreu o confronto, qual agrupamento e agentes militares participaram diretamente da operação e o ponto onde foram deixados seus restos mortais:

Relatório Arroyo informa que Idalísio teria morrido próximo à casa de um morador chamado Peri, que ficaria nas redondezas da Grota Vermelha, a 50 metros da estrada. O Relatório de Ministério da Marinha, de 1993, assinala como local de morte a ‘região de Peri’. Já o documento dos Fuzileiros Navais registra a região de Perdidos, distante nove léguas a Oeste de Caianos. Por fim, um Relatório do CIE, Ministério do Exército, indica a cidade de Marabá (PA).⁵⁵⁴

No mesmo mês de junho, Rosalindo Souza dirigiu uma operação em que participavam outros integrantes do Destacamento C e acabou tendo um desfecho negativo para o movimento. Segundo Ângelo Arroyo:

Em meados de junho, três companheiros dirigidos por Mundico [Rosalindo Souza], procuraram um elemento de massa, João Coioió, para pedir-lhe que fizesse uma pequena compra em São Geraldo. Coioió já tinha ajudado várias vezes os guerrilheiros com comida e informação. Ficou acertado o dia em que ele voltaria de São Geraldo para entregar as encomendas. À noitinha desse dia, aproximaram-se da casa Mundico, Cazuzza [Miguel Pereira dos Santos] e Maria [Maria Lúcia Petit da Silva], mas perceberam que não havia ninguém.⁵⁵⁵

Em seguida:

Cazuzza afirmou que ouvira alguém dizendo baixinho: ‘pega, pega’. Mas os outros dois nada tinham ouvido. Acamparam a uns 200 metros. Durante a noite, ouviram barulho que parecia de tropa de burro chegando na casa. De manhã cedo, ouviram barulho de pilão batendo. Aproximaram-se com cautela, protegendo-se nas árvores. Maria ia na frente. A uns 50 metros da casa, recebeu um tiro e caiu morta. Os outros dois retiraram-se rapidamente. Dez minutos depois, os helicópteros metralhavam as áreas próximas da casa.

⁵⁵³ Ibid., p. 254-255.

⁵⁵⁴ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Idalísio Soares Aranha Filho. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 951.

⁵⁵⁵ ARROYO, A. **Relatório sobre a luta no Araguaia...** op. cit., p. 253.

Alguns elementos de massa disseram, mais tarde, que Maria fora morta com um tiro de espingarda desfechado por Coioió. Este, logo depois, desapareceu com a família.⁵⁵⁶

A forma como ocorreu a morte de Maria Lúcia Petit da Silva (1950-1972), que guardava características semelhantes à emboscada que culminou na morte de Idalísio, indicava que os militares estavam sendo bem-sucedidos em instrumentalizar moradores locais como colaboradores. Dessa vez, a própria execução teria sido realizada por um camponês.

É provável que os militares tenham tido conhecimento de que, como disse Arroyo: “Coioió já tinha ajudado várias vezes os guerrilheiros com comida e informação”, e que tenham se baseado nisso para pressionar o camponês a montar uma armadilha. Segundo o relato dos moradores aos guerrilheiros, teria sido o próprio Coioió a realizar o disparo, materializando a terceirização do Terror de Estado - ação que selou também sua permanência e de sua família naquela posse.

Esse episódio demonstra que os militares já haviam entendido que a dependência do contato com a população local era um dos inúmeros pontos fracos dos guerrilheiros. Outro ponto era a inexperiência, como exemplificado por essa operação liderada por Rosalindo. É provável que esse evento e o sentimento de traição após a atitude de João Coioió tenham influenciado a forma de agir adotada por Rosalindo em outra operação, dali a cerca de um mês. Após o disparo, o corpo de Maria Lúcia Petit foi enrolado em um paraquedas pelos militares, que fizeram um registro fotográfico do cadáver da guerrilheira. Maria Lúcia acabou enterrada no cemitério de Xambioá. Seus restos mortais foram localizados em 1991.⁵⁵⁷

Na sequência do capítulo, discorreremos sobre alguns outros acontecimentos que colocaram em confronto guerrilheiros, militares e camponeses. Num primeiro momento, percorreremos conflitos fatais em que Rosalindo, Idalísio, Francisco Chaves, Dina e Osvaldão se envolveram. Durante essas discussões, debateremos alguns temas considerados como tabus políticos, como os ditos “justiçamentos” que teriam sido realizados pelos guerrilheiros; bem

⁵⁵⁶ Ibid., p. 253.

⁵⁵⁷ “Em 1991 foi realizada uma expedição de familiares dos mortos e desaparecidos políticos do Araguaia, em conjunto com membros da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e peritos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), quando foram exumadas duas ossadas enterradas no Cemitério de Xambioá (TO). Em 14 de maio de 1996, uma das ossadas foi reconhecida pelo Departamento de Medicina Legal da Unicamp como sendo a de Maria Lúcia Petit da Silva. Seu corpo estava embrulhado em um paraquedas, tal como aparecia em foto divulgada pelo jornal *O Globo*, em 1996. Em junho de 1996 foi sepultada no Cemitério de Bauru (SP)”. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Maria Lúcia Petit da Silva. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III – Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 974. Em 2009, também foi confirmado que outros restos mortais, localizados no cemitério de Xambioá, eram do citado Bergson Gurjão Farias. Até o momento, os restos mortais de ambos foram os únicos localizados e entregues às famílias. As operações que possibilitaram tais localizações foram realizadas mediante pressão dos familiares.

como problematizaremos certas estratégias negacionistas criadas em torno de alguns dos episódios abordados, sobretudo, relacionadas a embates travados por Rosalindo. Em seguida, também abordaremos as memórias de soldados negros de baixa patente, naturais da região, que apresentam relatos de memória que marcam uma posição específica no debate em torno do evento. Para fechar o capítulo, efetuiremos a abordagem das mortes de Antônio de Pádua, Dermeval e Dina. As atuações de Helenira e Lúcia serão detalhadas no capítulo seguinte.

4.1 ROSALINDO E O ASSASSINATO DO CAMPONÊS JOÃO PEREIRA

Naqueles meses iniciais, também ocorreu um importante conflito entre guerrilheiros e moradores locais. Segundo a publicação *Araguaia*,⁵⁵⁸ que trazia informações sobre o movimento, Rosalindo Souza alvejou, letalmente, um desses moradores, entre julho e agosto de 1972.⁵⁵⁹ O morto é identificado, hoje, como João Pereira, jovem de 21 anos. Segundo uma das versões para a morte de Rosalindo, os efeitos dessa ação seriam sentidos dali a pouco mais de um ano. Quanto à morte de João Pereira, de acordo com o *Araguaia*:

Três do Destacamento C, dirigidos por ‘Mundico’ (Rosalino) (sic.), defrontam-se na mata com um bate-pau, que vinha com outro capanga. Ele propalava que o Exército lhe oferecera 1.000 cruzeiros por guerrilheiro morto. Rosalindo grita-lhe ‘mãos ao alto!’⁵⁶⁰ Rapidamente, o bate-pau saca da arma. Recebe um tiro, estrebucha no chão.⁵⁶¹

⁵⁵⁸ Segundo Augusto Bonicore: “Em 1974 o PCdoB editou a revista *Araguaia*, na qual podiam ser lidos os principais documentos da e sobre a Guerrilha”. BUONICORE, Augusto. **Uma nova narrativa reacionária e misógina sobre a Guerrilha do Araguaia**. Disponível em: <<https://grabois.org.br/2018/08/17/uma-nova-narrativa-reacionaria-e-misogina-sobre-a-guerrilha-do-araguaia/>> Acesso: 31 dez. 2022. s/p. De acordo com Doria et al: “*Araguaia*, saiu nove vezes. Editado no Rio – tablóide mimeografado, capa de duas cores, média de 15 páginas – chegava às redações pelo correio, de 73 até fim de 74: notícias da guerrilha, comunicados, editorial. Reportagens brasileiras, tiradas da imprensa oficial. Denúncias da imprensa internacional contra o Governo. Poesias, artigos sobre temas históricos – a Guerra de Contestado, a Revolta da Chibata... Um desses números traz alguns dos combates na selva, nas três campanhas das Forças Armadas”. DÓRIA, Palmério et al. (Org.). **História imediata, 1: Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 49.

⁵⁵⁹ No *Araguaia*, o evento foi tratado como ocorrido em julho de 1972. Em REPORTAGEM recente, Nossa apontou a data de 17 de agosto de 1972.

⁵⁶⁰ No relatório Arroyo, o episódio foi narrado de forma similar: “Também um grupo de três, num encontro casual, liquidou um bate-pau, filho de um tal José Pereira. O bate-pau foi intimado a levantar o braço. Mas apontou a arma contra os companheiros, sendo alvejado. A morte desse bate-pau causou pânico entre os demais da zona”. ARROYO, A. **Relatório sobre a luta no Araguaia...** op. cit., p. 254. Como veremos abaixo, também foi feita menção rápida no diário de Maurício Grabois.

⁵⁶¹ OS COMBATES [o Araguaia]. In: DÓRIA, Palmério et al (Org.). **História Imediata: A Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 50.

No chamado “calor do conflito” os guerrilheiros não abdicaram de divulgar esse tipo de ação, a exemplo do justicamento de Pedro Mineiro (abordado a seguir), descrito pelo movimento como um pistoleiro, cuja morte foi divulgada em *A Classe Operária*.⁵⁶² Pelo ponto de vista dos guerrilheiros, era uma prova de força e um ato de propaganda relatar a morte de apoiadores dos militares. Ainda mais, como ocorreu na narrativa que envolvia o embate entre Rosalindo e João Pereira, feita sob a marca da legítima defesa.

Nas décadas seguintes, porém, esse tipo de ação acabou ficando relegada às entrelinhas das memórias sobre as ações das Forças Guerrilheiras do Araguaia. O tema dos crimes praticados pelos guerrilheiros acabou, durante muito tempo, sendo tratado como uma espécie de tabu, devido aos enquadramentos dados em produções do próprio PC do B e do campo da esquerda. Evidentemente, não foram todas.

Figura 16 - Rosalindo Souza, o Mundico



Fonte: Site *Memórias da Ditadura*.⁵⁶³

Mas, por exemplo, enquanto a biografia de Osvaldão, de autoria de Joffily — membro do partido —, abordou o tema das mortes de moradores locais provocadas pelo Destacamento B e pelo próprio Osvaldão, o documentário *Osvaldão* — patrocinado pela Fundação Maurício Grabois e produzido por pessoas também ligadas ao PC do B — não detalhou essas ações, assim como também deixou de lado uma discussão política mais aprofundada. A reflexão sobre as mortes causadas pelos guerrilheiros foi, muitas vezes, eclipsada pela construção de

⁵⁶² Abordado adjante.

⁵⁶³ MEMÓRIAS DA DITADURA. **Rosalindo Souza**. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/memorias/wp-content/uploads/2014/11/Rosalindo-de-Souza.jpg>> Acesso: 22 dez. 2022.

uma imagem heroicizada, referida no capítulo anterior. Por outro lado, acabou também criando pontos de silêncio, explorados, hoje, pelos negacionistas.

Ao nosso ver, esse tipo de tratamento, ao não enfrentar diretamente esses tabus, auxiliou a criação de abordagens deturpadas por parte de setores da extrema direita⁵⁶⁴, que calcam seu discurso no anticomunismo e, corriqueiramente, alimentam suas narrativas, criando versões, no mínimo, alternativas de fatos controversos, por vezes, lançando mão de abordagens revisionistas e negacionistas.

É óbvio que tais narrativas, como exemplificado nos embates em torno da memória da Shoah/Holocausto, são produzidas independentemente da existência de provas ou da ação específica de grupos contrários aos negacionistas. Todavia, discutir abertamente e mais a fundo pontos falhos e crimes cometidos pela esquerda armada pode ajudar o público a não ter o contato com determinados temas tão somente a partir de representações baseadas em distorções propositais dos fatos. Ou seja, dar-lhe mais instrumentos para refletirem sobre o tema e compreenderem as próprias características e contradições da época.

Um dos motivos para o apagamento do elemento armado da luta armada era a tentativa de evitar as narrativas da “guerra suja” e a teoria dos dois demônios, defendidas pelos militares, que se baseiam numa falsa equiparação entre as forças em enfrentamento, colaborando para minimizar os atos brutais cometidos pelo regime militar. Contudo, como observou Napolitano:

Não que seja anátema pesquisar e esclarecer as violências cometidas pelos grupos armados, mas isto não anula a necessidade de esclarecimento efetivo dos crimes cometidos por agentes de Estado, seja a localização dos

⁵⁶⁴ Nos últimos anos, esse tipo de narrativa, inicialmente concentrada em antigos oficiais da direita militar e num pequeno grupo de saudosistas do regime, ganhou grande visibilidade a nível nacional. Ela passou ao debate público, ainda nos anos 1990, a partir de posicionamentos do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, que integrou o legislativo entre 1991 e 2018. Após a chegada da esquerda ao poder, por meio dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016), esses discursos foram, paulatinamente, ganhando maior espaço, aproveitando-se das brechas deixadas pela disputa entre o PT e o PSDB, dois principais partidos surgidos na redemocratização. Passaram, então, a ser incorporado por setores do antipetismo e, após o golpe que destituiu o segundo governo Dilma Rousseff, ganhou centralidade no debate nacional a partir da ascensão de Jair Bolsonaro, que acabou eleito presidente (2019-2022). É importante mencionarmos que a instituição de políticas — ainda que tímidas — em torno da memória e verdade sobre o regime militar, inclusive a criação da CNV, serviram como estímulo para a ação de militares reformados e saudosistas do regime, que passaram a acusar os esquerdistas de revanchistas. Afora a defesa pública dos ideais de 1964, havia o temor de que a lei da Anistia fosse revogada e os crimes cometidos por agentes de estado, devidamente julgados. Ver: NAPOLITANO, Marcos. *Recordar é vencer: dinâmicas e vicissitudes da construção da memória social do regime militar brasileiro*. Antíteses, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-45, 2015.; SILVA, Wellington Sampaio da. *Livros em guerra: a escrita e a disputa do passado sobre a Guerrilha do Araguaia (1978 - 2015)*. 2019. 260f. - Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.; ALMADA, Pablo Emanuel Romero Almada. O negacionismo na oposição de Jair Bolsonaro à Comissão Nacional da Verdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 106, 2021, p. 1-21.

desaparecidos ou o esclarecimento das execuções extrajudiciais. Além do mais, sempre é bom lembrar, os militantes da esquerda, armada ou não, já sofreram punições jurídicas ou extrajudiciais à época. Já os torturadores, estes nunca foram punidos.⁵⁶⁵

Ainda em relação à morte de João Pereira, com o tempo, foram surgindo versões contrastantes desse fato. Alguns elementos em comum nessas narrativas são que Rosalindo e João já se conheciam. É o que se nota na reportagem *Assassinato de camponês desatou caça a guerrilheiro*, assinada em 2014, por Leonencio Nossa, e publicada em *O Estado de São Paulo*:

Futebol. João Pereira e Rosalindo eram amigos no Pau Preto. Na época, participaram da abertura de um campinho de futebol. ‘Quando Rosalindo matou João, o campinho ainda não estava pronto’, diz o agricultor Jota Pereira, de 67 anos, irmão do camponês morto. Ele mora num assentamento rural no interior de Marabá. ‘O campinho serviu para o helicóptero do Exército descer e pegar o corpo do meu irmão.’⁵⁶⁶

Lício Maciel afirmou que os militares se instalaram no sítio dos pais de João Pereira, ainda em 11 de abril de 1972. O militar construiu a imagem de que os militares teriam sido recebidos sem tensionamentos na residência dos Pereira.⁵⁶⁷ Terá esse local sido escolhido ao acaso? Ou justamente, como era comum, foi ocupada uma casa em que os moradores eram tidos como suspeitos, por terem tido contato com os comunistas?

O fato de ter sido identificado pelos militares como colaborador dos comunistas pode ter influenciado João e sua família a esforçarem-se em colaborar para que Rosalindo e outros guerrilheiros fossem encontrados. Esse tipo de ocupação costumava acontecer à revelia do interesse dos moradores, gerando, no mínimo, despesas e o consumo de seus alimentos. Em outros casos, havia uma espécie de colaboração, seja como forma de mostrar apoio aos ditos mantenedores da ordem, a quem não era interessante desagradar naquele momento; seja como forma de angariar alguma vantagem com o episódio. Os militares passaram a oferecer recompensas em dinheiro para quem colaborasse com a captura dos guerrilheiros. Com o decorrer do tempo, passaram a dar outros incentivos, como terras.

⁵⁶⁵ NAPOLITANO, M. **Recordar é vencer...** op. cit., p. 36.

⁵⁶⁶ NOSSA, Leonencio. *Assassinato de camponês desatou caça a guerrilheiro*. **Estadão (online)**, 21 set. 2014. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/assassinato-de-campones-desatou-caca-a-guerrilheiro/>> Acesso: 12 ago. 2015. s/p.

⁵⁶⁷ “[...] chegamos até a casa do último morador, Sr. Antônio Pereira. Fomos bem recebidos pela humilde família, comemos frango com arroz, conversamos um pouco e fomos pouco a pouco saindo para armar a rede e dormir”. MACIEL, L. **Guerrilha do Araguaia...** op. cit., p. 66.

Leonencio Nossa recolheu o depoimento do senhor Paulo dos Santos que, em 2014, tinha 63 anos e, segundo o jornalista, participou daquele enfrentamento. A versão de Paulo dos Santos destoa da apresentada na publicação *Araguaia*. Paulo não mencionou o diálogo entre Rosalindo e João com um romanesco ‘mãos ao alto!’, nem a versão da autodefesa:

Única testemunha viva do episódio, Santos foi localizado na semana passada pelo Estado num restaurante de estrada em São Geraldo do Araguaia. ‘Por volta das 6 da tarde, a gente passava por uma roça de mandioca para caçar um capelão (espécie de macaco guariba) quando alguém atirou. O tiro acertou o peito, no lado esquerdo, do Joãozinho’, relata. ‘Aí dois homens saíram de uma moita. O homem que atirou, o Mundico, e um outro’, diz. ‘Mundico puxou minha cinta e tomou minha faca e minha arma.’ Santos foi poupado pelos guerrilheiros.⁵⁶⁸

Lício Maciel relatou que João atuou ao menos uma vez como guia dos militares. Afirmou, contudo, que o jovem havia se tornado guia por solicitação do pai e não por exigência dos militares: “Na madrugada seguinte foi iniciada a marcha até os ‘paulistas’, indo o filho mais novo do Antonio Pereira como guia, fato que não pude evitar devido à insistência do Antonio Pereira.”⁵⁶⁹ A rememoração desse detalhe serve como resposta às críticas ao porquê das forças armadas decidirem usar jovens locais como guias, expondo-os no cerne de um conflito armado. Além de indicar, mais uma vez, o despreparo militar dos agentes do Exército. O envolvimento de civis nesse caso apenas se ampliaria. Leonencio Nossa, na citada reportagem, informou que:

Ao receber a notícia da morte do filho, José Pereira reuniu amigos e os demais filhos e saiu à caça de Rosalindo. O grupo não achou pistas do guerrilheiro. O general Antonio Bandeira chegou a propor ao pai que perdesse o filho atirar num guerrilheiro preso como vingança. Pereira não teria aceitado.⁵⁷⁰

Na versão narrada por Lício Maciel, a família de João Pereira não teve tempo de receber a notícia da morte do jovem para, em seguida, revoltar-se e buscar a desforra, pois Rosalindo, descrito como um bandido sanguinário, teria esquartejado João Pereira na frente dos familiares, com o apoio de outro guerrilheiro. Desse modo, ao contrário das versões anteriores, o fato não teria ocorrido na mata, quando os jovens se preparavam para caçar, fossem animais (versão de Paulo dos Santos), fossem os próprios guerrilheiros (versão apresentada na publicação *Araguaia*), mas próximo ao lugar de morada dos familiares:

⁵⁶⁸ NOSSA, L. **Assassinato de camponês desatou caça a guerrilheiro...** op. cit. s/p.

⁵⁶⁹ MACIEL, L. **Guerrilha do Araguaia...** op. cit., p. 66.

⁵⁷⁰ NOSSA, L. **Assassinato de camponês desatou caça a guerrilheiro...** op. cit. s/p.

Triste notícia veio depois. Dois bandidos perseguiram e assassinaram a facção o filho do Antonio Pereira, apenas por ele ter nos acompanhado poucas horas na mata. Trucidaram o pobre rapaz, decepando sucessivamente orelhas, dedos, etc. na frente da família indefesa, até o golpe final. Destruíram uma família honesta, simples moradores afastados do mundo, no interior da mata.⁵⁷¹

Essa versão do esquiteamento não está presente nas outras fontes. Tal narrativa faz parte de um objetivo, acalentado nas últimas décadas, de manter viva certa imagem descontextualizada da ação dos guerrilheiros, não por acaso descritos como bandidos sanguinários; e dos próprios militares, que aparecem isentos de responsabilidade pelo envolvimento de moradores como João Pereira no conflito. Nada disso atenua as acusações contra Rosalindo, que morreu antes de ser julgado por esse crime, mas contextualiza as versões construídas sobre o episódio e os enquadramentos presentes em cada uma delas. O assassinato de João Pereira teria, ainda, diversas reverberações.

Ao tentar explicar por qual razão as narrativas dos moradores divergiam em relação à sua, Lício Maciel afirmou: “Agora, na expectativa de uns trocados, os moradores, eles próprios, distorcem os fatos a gosto dos inquiridores”.⁵⁷² Não mencionou a vigilância construída em torno desses moradores pelos militares, as formas de violência empregadas e as inúmeras estratégias de silenciamento postas em prática nas décadas seguintes ao confronto.

4.2 O ADEUS A PRETO CHAVES

Em setembro de 1972, durante a segunda campanha militar, ocorreu a morte do ex-marinheiro Francisco Manoel Chaves, junto com mais dois dos seus companheiros do Destacamento C. Conforme relatou Ângelo Arroyo, o guerrilheiro José Toledo de Oliveira (1941-1972), o Vítor, então vice-comandante do destacamento, juntamente com Miguel Pereira dos Santos (1943-1972), o já citado Cazuzo — presente na operação chefiada por Rosalindo na qual Maria Lúcia Petit foi morta —, seguiam ao encontro do grupo formado por Dina, Antônio e Francisco Chaves (Zé Francisco). Já acampados próximos ao local, porém, Cazuzo pensou que havia escutado a aproximação dos companheiros e, ao se aproximar para

⁵⁷¹ MACIEL, L. *Guerrilha do Araguaia...* op. cit., p. 72.

⁵⁷² *Ibid.*, p. 72.

verificar essa informação, acabou metralhado e morto pelos militares. Pouco depois, Vítor conseguiu localizar os outros três guerrilheiros, que também foram cercados:

Vítor encontrou os três — Dina, Antônio e Zé Francisco. Como estivessem sem alimento, Vítor resolveu ir à roça de um tal de Rodrigues, apanhar mandioca. Os companheiros disseram que lá não tinha mais mandioca. Vítor, porém, insistiu. Quando se aproximavam da roça viram rastros de soldados. Então Vítor decidiu que os quatro deveriam esconder-se na capoeira, próxima à estrada, certamente para ver se os soldados passavam e depois então ir apanhar a mandioca. Acontece que, no momento exato em que os soldados passavam pelo local onde eles estavam, um dos companheiros fez um ruído acidental. Os soldados imediatamente metralharam os quatro. Dois morreram logo: Vítor e Zé Francisco. Antônio foi gravemente ferido e levado para São Geraldo, onde foi torturado e assassinado. Escapou a companheira Dina, que sofreu um arranhão de bala no pescoço. Depois destes fatos, o comando do C decidiu recuar e procurar por todos os meios o contato com a CM.⁵⁷³

No diário de Graboís, consta que, “quando faltava passar apenas o último soldado, Zé Francisco fez barulho, talvez deixando cair a arma”.⁵⁷⁴ A CNV reuniu algumas informações de um sargento que afirmou ter participado dessa operação:

Em entrevista ao jornal *Opção*, edição de 24 a 30 de junho de 2012, o sargento José Manoel Pereira afirmou que participou do evento que culminou na morte de: José Toledo de Oliveira, Antônio Carlos Monteiro Teixeira e Francisco Manoel Chaves. O militar declarou que ele estava no comando do agrupamento composto pelo: soldado Raoil, soldado Maurício, soldado Arnaldo, soldado Jean, soldado Mascarenhas e cabo Barreto, quando cruzaram com os militantes na região do Pau Preto. Com exceção dos dois últimos, todos teriam disparado contra os três guerrilheiros, que morreram.⁵⁷⁵

Chaves era do mesmo destacamento de Rosalindo. O depoimento do citado sargento dá indícios de que, mesmo após a morte de João Pereira (que não tinha parentesco com o sargento), a posse de sua família continuava sendo utilizada como ponto de apoio para os militares que combatiam o Destacamento C: “Jean teria desferido o disparo que matou Francisco e todos os seis militares teriam auxiliado no deslocamento dos corpos a um rancho de um homem também chamado José Pereira”.⁵⁷⁶ Em seguida, os corpos dos três guerrilheiros teriam sido trasladados “em um helicóptero da Aeronáutica, para a Base Militar de São Geraldo do Araguaia (PA), que funcionava sob responsabilidade do general Bandeira. Nesta

⁵⁷³ ARROYO, A. **Relatório sobre a luta no Araguaia...** op. cit., p. 258.

⁵⁷⁴ GRABOIS, Maurício. **[Diário]**. Disponível em: <www.grabois.org.br/cdm/livros-e-resenhas/136883/2014-04-10/diario-de-mauricio-grabois-na-guerrilha-do-araguaia> Acesso: 02 fev. 2020. p. 71.

⁵⁷⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Francisco Manoel Chaves. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1030.

⁵⁷⁶ *Ibid.* p. 1030.

ação, estavam presentes o sargento José Manoel Pereira e três outras pessoas, sendo uma delas o sargento Eurípedes”.⁵⁷⁷

Ao se referir a esse mesmo depoimento, o jornalista Jean Rodrigues frisou que:

O sargento revelou também que Preto Chaves carregava no peito um cordão de terecô, um patuá da religião afro cujo ‘terreiro’ era frequentado pelo ex-marinheiro. ‘Tínhamos informações de que o guerrilheiro negro era considerado feiticeiro’, disse J. Pereira, que se referiu ainda a ‘uns cordões amarrados’ usados pelo guerrilheiro.⁵⁷⁸

Outro documento levantado pela CNV ratifica essa compreensão. No relatório da Manobra Araguaia, assinado pelo general Antônio Bandeira, Francisco Chaves foi designado como Zé Francisco ou Preto Velho. Essas identificações, certamente, foram dadas por moradores locais solicitados a identificar os três guerrilheiros recém falecidos, o que dá indícios de como Francisco Chaves era visto. No período em que atuou no Araguaia, Chaves manteve aproximação com os terecozeiros.⁵⁷⁹ Segundo o relatório:

Ação de patrulhamento, em 29 Set 72, executada por 2 GC, na Região de Pau
Preto teve como resultado a morte dos seguintes terroristas (sic): JOSÉ TOLEDO DE OLIVEIRA ‘VICTOR’ (Sub Cmt Dst C); ANTONIO CARLOS MONTEIRO TEIXEIRA ‘ANTONIO’ (Dst C – Cmt Grupo 500); ‘ZÉ FRANCISCO’ ou ‘PRETO VELHO’ (Dstc C – Grupo 500).⁵⁸⁰

Chaves perdeu a vida após, ao menos, trinta e sete anos de atuação militante, em que fez frente a dois regimes autoritários. Como dito no capítulo anterior, a maior parte de sua vida foi vivida na clandestinidade. No contexto de reabertura política e da redemocratização, não surgiram parentes seus para somar-se ao conjunto de familiares que passou a reivindicar informações sobre o paradeiro de seus filhos, irmãos, tios, etc.⁵⁸¹ Essa ausência de familiares conhecidos tem impossibilitado o possível fechamento do seu caso de desaparecimento. Isso porque, em 1991, quando foi localizada a ossada de Maria Lúcia Petit, foram igualmente identificados restos mortais atribuídos a Francisco Chaves, no cemitério de Xambioá:

⁵⁷⁷ Ibid. p. 1030.

⁵⁷⁸ RODRIGUES, Alan. Identificada a ossada de Preto Chaves. **Istoé** (online), 15 fev. 2013. Disponível em: <https://istoe.com.br/276044_IDENTIFICADA+A+OSSADA+DE+PRETO+CHAVES/> Acesso: 12 ago. 2015. s/p.

⁵⁷⁹ Os contatos de alguns integrantes da guerrilha com esses religiosos serão abordados no último capítulo.

⁵⁸⁰ BANDEIRA, Antônio. Relatório da Manobra Araguaia [trecho]. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1030.

⁵⁸¹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume III...** op. cit.

Nas exumações feitas no Cemitério de Xambioá por uma Comissão de Familiares, parlamentares, legistas e Comissão de Justiça e Paz (CJP) de São Paulo, em 1991, foram encontrados ossos de um homem com mais de 60 anos e negro que, provavelmente, seriam de Francisco Manoel. Essa ossada ainda se encontra no Depto. de Medicina Legal da UNICAMP/SP, sem contudo, ter sido identificada.⁵⁸²

Por sua vez, a sobrevivência de Dina a esse confronto ampliou a circulação de narrativas sobre a sua destreza, seja entre a população e até mesmo entre os militares, inclusive a atribuição à guerrilheira da capacidade de se transformar em diversos seres, como em borboleta, cupim e pomba,⁵⁸³ entre outros, e fugir. Segundo Janaína Teles:

A fama de Dina (e de outras guerrilheiras no Araguaia) associada à imagem da borboleta remete-nos à sua agilidade, a qual ombreava com a dos homens, especialmente em relação à sua eficiente movimentação na mata, responsável pelas célebres fugas pelas quais ficou conhecida.⁵⁸⁴

Ao mesmo tempo que Dina e as demais guerrilheiras ganhavam fama como combatentes — sendo elogiadas, inclusive, segundo observou Teles, por alguns militares, como o general Bandeira —, surgiam também narrativas de guias e militares que tentavam deslegitima-las, recorrendo a uma imagem de hipersexualização.

No início de 1973, durante a “trégua”, os combatentes da Foguera conseguiram se reunir e se reorganizar. Dina assumiu o vice-comando do destacamento C, tornando-se, como apontou a literatura, a única mulher a assumir tal posto de comando dentre as forças guerrilheiras.

4.3 “ELE É O NOSSO BRAÇO FORTE”

Além do assassinato do cabo Rosa, são atribuídas duas outras mortes a Osvaldão, a partir de relatos que surgiram, inicialmente, do próprio movimento guerrilheiro. Esses dois assassinatos, dos moradores locais Osmar e Pedro Mineiro, ocorreram no dito “período de tréguas”. A principal fonte a citá-los foi o relatório Arroyo:

⁵⁸² COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS E INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO – IEVE; GRUPO TORTURA NUNCA MAIS (RJ-PE). **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. p. 234.

⁵⁸³ TELES, Janaína de Almeida. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). **História Unisinos**, v. 18. n. 3, p. 464-480, set.-dez. 2014. P. 472.

⁵⁸⁴ Ibid.

No período da trégua realizaram-se algumas ações militares. Em março, o Destacamento B fez uma operação contra um antigo pistoleiro a serviço da Capingo, chamado Pedro Mineiro. Sua casa foi cercada e ele foi preso. Em seguida foi julgado e executado. No local foram apreendidas duas espingardas, calibre 16, de dois canos; uma espingarda 16; dois revólveres 38; um revólver 32; uma garrucha; uma carabina, calibre 32-20. Foram apreendidas também roupas, comestíveis e remédios. Em poder de Pedro Mineiro havia mapas aerofotogramétricos da área do Gameleira, vários títulos de posse ilegal de terra e cartas de militares recomendando-o a outros militares. O Destacamento B executou também um morador da área da Palestina, chamado Osmar. Este elemento era o melhor mateiro da zona e se dizia amigo de Osvaldo. Mas foi engajado pelo Exército e se dispunha a perseguir os guerrilheiros.⁵⁸⁵

Taís Morais e Eumano Silva reforçam a informação de que Pedro Mineiro, como dito por Glênio Sá, havia, no passado, tentado se apossar de parte de uma terra ocupada por Osvaldo. Aqueles autores, porém, questionaram o “discurso inflamado” dos guerrilheiros em relação às ditas descobertas na casa de Pedro Mineiro. De fato, o que se sabe sobre essas descobertas se restringe ao que disseram os guerrilheiros, algozes de Pedro Mineiro.

Morais e Silva indicaram que o morador havia recebido militares em suas terras e que os militares, costumeiramente, “davam comida para a família. Tinham pena das crianças e sentiam-se gratos pela hospitalidade do posseiro. Os guerrilheiros cercaram a casa do caboclo, entraram e viram latas de ração militar na prateleira.”⁵⁸⁶

No dito período de trégua, outros destacamentos também realizaram ações militares. Todavia, sem vítimas fatais registradas; o que contrasta com a representação que os militares passaram a veicular sobre os guerrilheiros, vinculando-os a constantes atos de crueldade e carnificina. Dois episódios são mais conhecidos. Em agosto, alguns integrantes do Destacamento C invadiram a fazenda de Nemer Curi, que teria apoiado a operação militar que resultou na prisão de José Genoíno, no início de 1972 e, além disso, apropriado-se de alguns itens da guerrilha, entre os quais, um burro. Os guerrilheiros exigiram, então, que lhes fosse devolvida a quantia envolvida. Nemer e os seus peões foram poupados.⁵⁸⁷

Em setembro, por sua vez, em uma ação com mais repercussão, integrantes do Destacamento A, já denominado de Helenira Resende após a morte da guerrilheira (ver próximo capítulo), atacaram um posto da PM, em São Domingos. Ocorreu, assim, o confisco de armas. Novamente, não houve vítimas fatais: “Os policiais passam por severo interrogatório, obrigados a tirar as roupas e ficar de cuecas. Amedrontados, recebem ameaça

⁵⁸⁵ ARROYO, A. **Relatório sobre a luta no Araguaia...** op. cit., p. 262-263.

⁵⁸⁶ MORAIS, T.; SILVA, E. **Operação Araguaia...** op. cit., p. 399.

⁵⁸⁷ *Ibid.*

de execução caso voltem a cometer violências contra a população. No final, são expulsos do posto”.⁵⁸⁸ Contudo, alguns autores apontam que esse ato, e a humilhação realizada aos policiais, teria acelerado os planos dos militares, que estavam concluindo os trabalhos de inteligência e espionagem; e diante dessa e das outras ações citadas da Guerrilha, decidiram reiniciar seus ataques, acelerando o processo de derrocada dos guerrilheiros.

As execuções de Osmar e Pedro Mineiro apresentavam objetivos estratégicos, pois eliminavam dois apoiadores dos militares, sendo um deles alguém tido como o “melhor mateiro da zona”. Também existiam objetivos de propaganda nessas ações. No caso de Osmar, como ocorreu com João Pereira, o ato apontava aos guias o perigo que era colaborar com as Forças Armadas. Segundo Morais e Silva, Osmar, inicialmente, fazia parte da rede de apoio dos guerrilheiros. Contudo: “Pressionado e ameaçado pelo Exército, passou a ajudar na perseguição aos comunistas”.⁵⁸⁹ Ainda segundo aqueles autores:

Antes de cair nas mãos dos militares, o guerrilheiro Glênio encontrou-se com Osmar. O camponês mandou dizer a Osvaldão que trabalhava forçado para o Exército. Dava algumas voltas com os militares, mas apenas por perto. Glênio foi preso antes de dar o recado. O Destacamento B prendeu, julgou e executou Osmar. Osvaldão participou do fuzilamento.⁵⁹⁰

Quanto a Pedro Mineiro, os guerrilheiros o definiram como um apoiador do latifúndio e dos militares. Ele havia também participado, segundo Morais e Silva, da prisão de Glênio Sá. Segundo o artigo *Caminho da Libertação*, publicado em *A Classe Operária*:

Ultimamente esse bandido [Pedro Mineiro] havia sido contratado pelo grileiro conhecido por capitão Olinto. Estava disposto a ‘limpar’ a área na margem esquerda do rio [ponto de atuação do Destacamento B], precisamente onde se dera a resistência armada, área pretendida abusiva e ilegalmente pelo façanhudo capitão. Não pôde, entretanto, levar adiante a empreitada. Pedro Mineiro foi capturado, julgado e condenado, diante das massas, por seus crimes.⁵⁹¹

O termo justicamento foi usado nesse artigo:

Os camponeses discutem os feitos realizados e manifestam sua aprovação. Enorme sucesso alcançou entre eles o AVISO no qual se dá a conhecer a ação que culminou com a captura e o *justicamento* de um odiado e repulsivo pistoleiro. Trata-se de Pedro Mineiro que durante muito tempo esteve a serviço da CAPINGO, companhia agropecuária situada na margem direita do Araguaia. CAPINGO é nome que a população da zona pronuncia com

⁵⁸⁸ Ibid., p. 445.

⁵⁸⁹ Ibid., p. 445.

⁵⁹⁰ Ibid., p. 445.

⁵⁹¹ PC DO B. **O caminho da libertação...** Op. cit., p. 5.

ódio. Nesse imenso latifúndio assassinaram muitos trabalhadores. De suas redondezas foram expulsas numerosas famílias de sitiantes. Pedro Mineiro era um dos mais cruéis capangas dos donos da CAPINGO. Tinha inúmeras mortes nas costas.⁵⁹²

No diário de Graboís, consta uma versão desse aviso, em que Osvaldão, que também era conhecido como Mineirão pelos moradores, assina, ironicamente, como Osvaldo Mineiro. Buscava demonstrar força e fazer o acontecimento repercutir ao máximo. Aliás, os bilhetes de Osvaldão eram conhecidos desde o início dos combates. Em alguns casos, ele havia conseguido fazer com que alguns desses recados chegassem aos militares, o que ajudou a ampliar sua fama, assim como a gana dos militares em caçá-lo. Eis a citada reprodução do aviso:

AO POVO

Julgado pelo Tribunal Revolucionário do 2º destacamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia, foi condenado à morte e fuzilado, a 12 de março de 1973, o pistoleiro conhecido pelo apelido de Pedro Mineiro, assalariado do facínora capitão Olinto, chefe do grupo de grileiros do Capingo. Pedro Mineiro, responsável pelo assassinato de vários lavradores e peões, paga com a vida pelos seus crimes.

Abaixo a grilagem!

Fora com os bate-paus e grileiros!

Morte aos Generais Fascistas!

Abaixo a Ditadura Militar!

Viva a Terra Livre para o Povo Viver e Trabalhar!

Viva as Forças Guerrilheiras do Araguaia!

Viva o Brasil Livre e Independente!

Osvaldo Mineiro

Comandante do 2º Destacamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia.⁵⁹³

No diário, foi dito que essa ação ajudou a dar mais confiança aos integrantes do destacamento, reduzido, naquele momento, a apenas doze combatentes. Relatou, ainda, que uma cópia do referido aviso foi deixada afixada no local e outra foi dada a um dos apoiadores de Pedro Mineiro, que acabou poupado. *A Classe Operária* repercutiu os efeitos da operação:

Os lavradores do Pará e de Goiás expressaram sua imensa satisfação pelo desaparecimento do pistoleiro. Repetiam a cada momento ‘a justiça do povo está chegando’. E o nome do chefe guerrilheiro Osvaldo Costa, o Mineirão, corre de boca em boca. ‘Ele é o nosso braço forte, a nossa vingança, o nosso direito’ – dizem os homens do campo. Esta proeza das Forças Guerrilheiras do Araguaia aumentou a confiança das massas em si mesmas e as aproximou mais ainda dos combatentes do povo.⁵⁹⁴

⁵⁹² Ibid., p. 5.

⁵⁹³ GRABOIS, M. [Diário]... op. cit., p. 87, grifo nosso.

⁵⁹⁴ Ibid., p. 5.

Tal aproximação, contudo, não se materializou em apoio no momento do retorno dos militares. As operações citadas acima ocorreram entre março e julho de 1973.

4.4 “UNIÃO E ARMA NA MÃO”

Afora as incursões militares em si, a literatura sobre a Guerrilha tem ressaltado a atuação poética de Rosalindo Souza,⁵⁹⁵ sobretudo, através da elaboração do cordel intitulado *Romance da Libertação*, que buscou traduzir para os moradores, em sua maioria analfabetos, o conteúdo do *Programa dos 27 Pontos*. Através do cordel, gênero popular no Nordeste e conhecido por boa parte dos moradores, os guerrilheiros esperavam que suas propostas fossem melhor compreendidas e reproduzidas pela população.

O cordel, por contar com a simbiose entre a linguagem oral e a escrita, poderia ser lido por alguém alfabetizado e logo compreendido por muitas outras pessoas, analfabetas ou não, integrantes de uma mesma família ou vizinhança. Era, portanto, visto como um veículo de propaganda por parte dos guerrilheiros. Há a informação de que algumas cópias do *Romance da Libertação* foram mimeografadas e entregues aos moradores, durante contatos realizados pelos guerrilheiros durante 1973. A versão mais antiga⁵⁹⁶ que localizamos de trechos desse cordel foi publicada em *A Classe Operária*.

[...]
 Nos Estados do Pará,
 Amazonas e Goiás,
 Entrando por Mato Grosso,
 Maranhão chegando mais,
 O verão é sem secura
 Pois a terra é pra fartura
 Das espécies vegetais.
 [...]

⁵⁹⁵ Além do *Romance da Libertação*, o diário de Maurício Grabois menciona outra obra de Rosalindo, intitulada *O encontro de Osvaldão com a Dina*. Todavia, até hoje, não foram localizadas cópias deste cordel. GRABOIS, M. **[Diário]**... op. cit.

⁵⁹⁶ Uma versão mais recente e mais conhecida de trechos (seis estrofes) deste cordel, encontra-se na obra *Guerrilha do Araguaia: Uma epopéia pela liberdade*, vinculada ao PC do B. Segundo esta publicação: “Estes são alguns dos versos de um cordel feito por um dos guerrilheiros do Araguaia, Mundico (Rosalindo Souza) e que foi guardado de memória por um morador que o conheceu, do município de São João do Araguaia, José da Luz Filho. Este o recitou para os companheiros da caravana de familiares de mortos e desaparecidos da luta do Araguaia que visitou a região [1980]”. SOUZA, Rosalindo. *Cordel dos Guerrilheiros do Araguaia*. In: ANITA GARIBALDI (Org.). *Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade*. 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005. p. 177.

O vivente destas bandas
 É escravo do patrão.
 Sua paga é só em Bagulho
 Que lhe empurram, queira ou não.
 Do esforço do trabalho
 Não vê saldo nem pro alho,
 Tão medonha a exploração.⁵⁹⁷

Da mesma forma que no *Programa dos 27 Pontos*, buscava-se mostrar entendimento dos principais problemas vivenciados pelos moradores daquele espaço específico do interior brasileiro, como a mineração, a caça, os castanhais e babaçuais; articulados com questões mais amplas, como a luta pela terra e a exploração da força de trabalho dos camponeses. O cordel trazia também um chamamento explícito para que a população ajudasse a derrubar do regime:

No Brasil vai ter justiça
 Para o povo da nação,
 Garantia pros posseiros,
 Bom salário pro peão,
 Muita escola pras crianças.
 Pra mulher um mundo novo
 Que não seja escravidão.

Ouçã agora o meu conselho:
 Ajudai os guerrilheiros
 Que combatem altaneiros.
 Derrubai este governo
 Descarado e fanfarrão
 Bate-pau de americano
 Inimigo na nação.⁵⁹⁸

Observemos que o governo militar foi descrito como “bate-pau” dos Estados Unidos, um colaborador inferiorizado, em analogia a como a população chamava — “bate-paus” — os alcaguetes, informantes da polícia e, no contexto da guerrilha, também os moradores que atuavam como guias. Em outra estrofe, o cordel buscava alinhar a compreensão entre o local e o nacional, por meio da denúncia de que, no Brasil, “Só quem manda é general, A polícia e bate-pau”. As alusões ao cativo e à escravidão, no *Romance da Libertação*, dialogavam também, ainda que não exclusivamente, com as concepções sobre essas categorias presentes entre a população, como vimos no capítulo 1.

⁵⁹⁷ PC DO B. *Romance da Libertação. A Classe Operária: Órgão Central do Partido Comunista do Brasil*, [s.l.], v. 10, n. 87, jul. 1974. p. 9.

⁵⁹⁸ *Ibid.*, p. 9.

Arroyo, por exemplo, mencionou como os guerrilheiros reinterpretabam essas alusões: “Na área do destacamento A fez-se reunião com a massa (mais de 50 moradores) para discutir medidas contra o INCRA. A massa achava que o INCRA era a nova forma de cativo”.⁵⁹⁹ O INCRA não seguia a lógica das posses, que orientava a ocupação, muitas vezes facilitando o caminho para que os “posseiros” perdessem as terras ocupadas em detrimento de outros, geralmente empresas ou latifundiários, que apresentavam documentos que atestavam a propriedade daqueles espaços; documentos estes, boa parte das vezes, adulterados por grileiros, mas que, apesar disto, acabavam sendo aceitos e ratificados por agentes do Estado.

Além disso, os moradores passaram a relacionar o INCRA aos militares. Como relatou um dos oficiais combatentes no Araguaia: “As caminhonetas pretas do INCRA, também nos apoiavam, pois conduziam nossas equipes para a orla da selva, iam resgatá-las e as levavam para Bacaba ou Marabá (Casa Azul)”.⁶⁰⁰ Ou seja, os servidores daquele órgão chegavam ao local nos mesmos veículos que traziam os responsáveis por torturar muitos moradores. Com isso, o INCRA passou a gozar, ainda menos, da simpatia dos camponeses. As significações em relação ao cativo também foram aludidas no artigo *Caminho da libertação*:

A idéia de acabar com o cativo vai-se apoderando da população sofredora do interior. Traduzindo esse sentimento, circula na região o ROMANCE DA LIBERTAÇÃO DO POVO. Escrito em versos simples – e para ser recitado em ritmo de toada ou baião – fala da existência triste que levam os posseiros, os castanheiros, os pobres do campo. Expõe a exploração de que são vítimas, a humilhação que padecem dos poderosos e mandões. Fala também da luta e do caminho que é preciso trilhar para conquistar a felicidade. Resume com sabedoria os meios para alcançar a vitória: *união e arma na mão* – diz o ROMANCE – é como se conseguirá uma vida nova com liberdade e justiça social. Os versos são disputados por todos. Muitos o sabem de cor e o transmitem aos que ainda não o conhecem. Os lavradores afirmam que ‘num ano de guerrilha se avançou cinquenta anos’. Avanço, sem dúvida, na compreensão do porquê de seus tormentos e na percepção da maneira de sair da miséria e da opressão.⁶⁰¹

O diário de Maurício Grabois registrou diversos contatos tidos entre Rosalindo e os moradores durante o ano de 1973, em que ocorreu – até outubro— o período de “trégua”, que antecedeu os ataques militares que puseram fim à Guerrilha. Mais do que uma trégua, foi um momento em que os militares buscaram aprofundar as investigações, ações de inteligência e número de oficiais infiltrados. Os guerrilheiros, por outro lado, como exposto inclusive na

⁵⁹⁹ ARROYO, A. **Relatório sobre a luta no Araguaia...** op. cit., p. 262.

⁶⁰⁰ JIMÉNEZ, José Vargas. **Bacaba**: Memórias de um guerreiro de selva na Guerrilha do Araguaia. Campo Grande: Editora do Autor, 2007. p. 71.

⁶⁰¹ PC DO B. O caminho da libertação. **A classe operária**: Órgão Central do Partido Comunista do Brasil. [s.l.], v. 9, n. 80, dez. 1973. p. 5, grifo nosso.

citação acima, aproveitaram o momento para fazer política. Eles expressaram animação pelo fato de alguns moradores se interessarem em ouvi-los. De fato, naquele momento em que o regime agia para a desorganização da luta pela terra no país, não é difícil entender o interesse de alguns moradores em ouvir explicações críticas sobre o processo que vinham vivenciando e análises das conjunturas local e nacional sobre temas que lhes interessavam.

As fontes indicam que os pontos tratados no *Romance da Libertação* estiveram presentes nessas discussões com os moradores. Grabois fez menção a algumas delas: “Um grupo chefiado pelo Mundico realizou interessante trabalho de massas. Esteve numa reza onde havia 120 pessoas. Aquele combatente, então, fez um comício, falando para aquela pequena multidão. Depois, em outros locais, falou para ajuntamentos de 20 e 30 pessoas”.⁶⁰²

4.5 COMO MORREU O GUERRILHEIRO MUNDICO?

A morte de Rosalindo é um dos temas de maior controvérsia nos embates tidos hoje em relação à história da Guerrilha do Araguaia. O relatório da CNV aponta duas datas possíveis “16/8/1973 ou 9/1973”, sendo o local as terras “do João do Buraco ou Xambioá (TO)”.⁶⁰³ Um dos fatores que contribuiu para ampliar essa polêmica foi o fato de essa morte ter ocorrido de maneira isolada ainda dentro do dito “período de trégua”.

São várias as versões para essa morte: a) acidente com a própria arma; b) suicídio; c) morte em combate com forças militares; d) justicamento pelos próprios companheiros em virtude de problemas internos ao Destacamento A; e) assassinato por parte de um morador local como retaliação à morte de João Pereira. A versão “d”, não por acaso a mais mirabolante do ponto de vista das fontes, é a defendida pelos negacionistas.

Um ponto central, nesse caso, é a não localização dos restos mortais do guerrilheiro e a não divulgação de informações oficiais pelos militares, em procedimento que marcou, também, os demais desaparecimentos. Ou seja, a existência de diversas versões, incluindo a dos negacionistas, é fruto do próprio processo de desaparecimento, que impossibilitou, por exemplo, a realização de uma perícia no corpo do guerrilheiro; perícia esta que poderia contribuir para a elucidação do caso, seja logo depois de ocorrido o óbito, ou mesmo nas

⁶⁰² GRABOIS, M. [Diário]... op. cit., p. 127.

⁶⁰³ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Rosalindo Souza. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III – Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014, p. 1272.

décadas que se seguiram. As versões sobre a morte de Rosalindo constam no relatório da CNV. Consideramos um importante exercício historiográfico nos debruçarmos sobre elas e sobre as fontes que as referenciam; ainda mais num contexto com grande veiculação de concepções negacionistas, vinculadas não apenas em relação a fatos históricos, mas ao próprio conhecimento científico.

O *relatório Arroyo* trouxe o primeiro relato a vir a público sobre a morte de Rosalindo: “Dois acontecimentos negativos ocorreram também em setembro [de 1973]: a morte de Mundico, do C, por acidente com a arma que portava; e a fuga de Paulo, do A”.⁶⁰⁴ No capítulo anterior, apresentamos a informação reunida por Andréa Santos⁶⁰⁵ de que Rosalindo, que havia prestado serviço militar obrigatório, foi considerado, por um de seus companheiros de militância em Salvador, como alguém hábil quanto ao manuseio de armas de fogo. Essa característica não torna impossível que, de fato, tenha ocorrido um acidente com a arma do guerrilheiro. Ainda mais, se levamos em conta as condições de tensão em que viviam os integrantes da Guerrilha e a baixa qualidade de seus armamentos.

Entretanto, como veremos adiante, essa versão entra em choque, sobretudo, com o relato apresentado pelo senhor Olímpio Pereira, que afirmou ser o responsável pela morte do guerrilheiro. E, dada a ausência de um corpo ou outras testemunhas para realização da confrontação, vai também de encontro às outras versões.

Esse dito “acidente” passou a ser interpretado por alguns, em uma segunda versão, como suicídio.⁶⁰⁶ Todavia, o problema com a versão do “suicídio”, além da mesma escassez de informações, está na existência de depoimentos que indicam, com um nível maior de indícios, outras causas para a morte de Rosalindo. Além do mais, no diário de Maurício Grabois, foi reforçado, em diversos momentos, que, justamente nos meses anteriores à sua morte, Rosalindo vinha se destacando em ações políticas junto à população local. No próprio trecho em que narrou a morte de Mundico, Grabois reforçou essa informação:

⁶⁰⁴ ARROYO, A. **Relatório sobre a luta no Araguaia...** op. cit., p. 264.

⁶⁰⁵ SANTOS, Andréa Cristina. **Ação entre amigos: História da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)**. 2004. 253 f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

⁶⁰⁶ “Em 1972, o guerrilheiro Ângelo Arroyo escreveu em relatório que a morte de Mundico ocorreu ‘por acidente com a arma que portava’. Essa versão foi chancelada no diário atribuído a Maurício Grabois, comandante-chefe do movimento armado. Grabois tinha, naquele momento, informações de que o guerrilheiro cometera suicídio. Em 2009, o agricultor José Maria de Oliveira disse ao Estado ter ouvido João do Buraco falar que encontrou o corpo de Rosalindo e que o guerrilheiro se matou. João do Buraco, falecido, também fez o relato do suicídio, na época, para guerrilheiros que estavam à procura de Rosalindo. Não há registros - e Olímpio diz não se lembrar - se João do Buraco o viu ou testemunhou o assassinato do guerrilheiro”. NOSSA, Leonencio. Ex-mateiro desvende morte de Rosalindo. **Estadão (online)**, 21 set. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ex-mateiro-desvende-morte-de-rosalindo,1563552>> Acesso: 12 ago. 2015. s/p.

1/9 – Terminou o mês de agosto, que registrou alguns êxitos para a guerrilha e assinalou um acontecimento bastante triste para nós: a morte de Mundico. Esse combatente do DC, no dia 16, apareceu morto, talvez vitimado por acidente com seu revólver. Seu corpo foi encontrado na mata, próximo da casa de um camponês. Enterrado perto do local onde morrera, recebeu o adeus e as homenagens de seus co [companheiros]. Na ocasião, falou a comissária Dina. Mundico revelou-se sempre bom guerrilheiro e comunista dedicado. Filho de família pobre do interior da Bahia – seu pai é funileiro –, formou-se em Direito em Salvador. Era valente e tinha grande capacidade para o trabalho de massas. Num encontro com o inimigo, abateu, no ano passado, um bate-pau. Ocupava no D o posto de chefe de Grupo. Na sua última missão de propaganda revolucionária, à frente de um grupo, falou, em diferentes oportunidades, em poucas horas, a 158 pessoas adultas. Seu desaparecimento é uma grande perda para as FF GG e, em particular, para o DC.⁶⁰⁷

A CNV localizou referências à morte de Rosalindo em documentos militares e destacou que: “Mesmo concordando com a data de morte [16/08-1973] assentada pelo Diário de Maurício Grabois, o Relatório do Ministério do Exército, de 1993, traz uma nova versão para o ocorrido, afirmando que a morte de Rosalindo se deu em combate com forças de segurança”.⁶⁰⁸ Com tantos agentes infiltrados, naquele momento, na região, não é implausível que algum deles tenha se deparado com o guerrilheiro e buscado — diretamente ou com a ajuda de algum morador local — liquidar, desde já, com aquele oponente, visto como um elemento subversivo.

Em relação a essa hipótese, observemos que, pouco antes de saber da morte de Rosalindo, Grabois relatou, em seu diário, as seguintes informações:

Mundico informa que em sua incursão encontrou dois jovens esquisitos, que fixaram residência na área. São pessoas da cidade. Parecem milicos e deram informações contraditórias. É preciso estar atento. O inimigo talvez pretenda instalar toda uma infraestrutura de informações na região. [...] Acresce ainda que Osv [Osvaldão] informou que elementos da massa deram notícia de um grupo à paisana emboscado na selva. Mundico também informou que um camponês dissera que, em janeiro passado, foram vistas 9 pessoas, vestidas, armadas e equipadas como guerrilheiro, andando na mata. Será que eram os elementos que iam pôr em prática a tática de ‘matar homem a homem’? tudo isso nos obriga a reforçar a vigilância e tomar as necessárias providências para resguardar as FF GG de qualquer golpe.⁶⁰⁹

⁶⁰⁷ GRABOIS, M. [Diário]... op. cit. p. 128.

⁶⁰⁸ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume III**... op. cit., p. 1273.

⁶⁰⁹ GRABOIS, M. [Diário]... op. cit. p. 127.

O relato de Mundico chegou a Grabois em 19 de agosto de 1973, três dias após a morte do guerrilheiro.⁶¹⁰ Ou seja, as informações tinham sido reunidas pelos portadores — Ângelo Arroyo, o Joaquim, e José Humberto Bronca, o Zeca — pouco antes destes se deslocarem entre a área do Destacamento C e a Comissão Militar, com o objetivo de levar mantimentos e informações. O que torna ainda mais suspeito o fato de Rosalindo ter morrido pouco depois de ter avistado aqueles “jovens esquisitos”, tidos por ele como militares infiltrados na região. Porém, em nenhuma das alusões que localizamos sobre a morte de Rosalindo na literatura sobre a Guerrilha, consta uma questão básica que pode ser levantada pelo informe por ele apresentado: qual a influência do encontro com os dois ditos “jovens esquisitos” na morte daquele guerrilheiro?

A descrição fazia jus, exatamente, ao perfil de atuação colocado em prática naquele momento pelos militares, que daria base para as operações de extermínio executadas nos meses seguintes. Logo, é de se supor que, para eles, o contato com Mundico poderia ter não só exposto a operação, como também colocado em risco sua própria integridade física, visto que eles poderiam ser atacados por membros do Destacamento C.

Ademais, o homem que afirmou que matou Rosalindo era guia dos militares. É possível que a morte do guerrilheiro tenha sido acertada, também, no contato entre Olímpio Pereira e aqueles oficiais. No mínimo, pode ter havido alguma troca de informações. Leonencio Nossa identificou tal possibilidade ao discutir sobre o depoimento dado pelo homem que disse ter matado Rosalindo: “Mas a causa da morte de Rosalindo, embora o ex-guia [Olímpio Pereira] não admita, possivelmente mistura vingança e cumprimento de ordem”.⁶¹¹ Contudo, a falta de mais fontes nos impossibilita de avançar sobre tal hipótese. No relatório da CNV, consta que:

Rosalindo Sousa foi vítima de desaparecimento forçado durante a Operação Marajoara, planejada e comandada pela 8ª Região Militar (Belém) com cooperação do Centro de Informações do Exército (CIE). A Operação Marajoara foi iniciada em 7 de outubro de 1973, como uma operação ‘descaracterizada, repressiva e antiguerrilha’, ou seja, com uso de trajes civis e equipamentos diferenciados dos usados pelas Forças Armadas. O seu único objetivo foi destruir as forças guerrilheiras atuantes na área e sua ‘rede de apoio’, os camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum tipo de contato.⁶¹²

⁶¹⁰ Devido à distância entre os destacamentos e à dificuldade que o grupo tinha para compartilhar informações entre os destacamentos e a CM, Grabois só ficaria sabendo da morte de Mundico em 29 de agosto, quando voltara a receber uma visita com informações e mantimentos.

⁶¹¹ NOSSA, L. **Ex-mateiro desvenda morte de Rosalindo...** op. cit., s/p.

⁶¹² BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume III...** op. cit., p. 1273.

No depoimento dado pelo morador da região Sinésio Martins Ribeiro, reconhecido como um dos guias utilizados pelos militares, foi apontado que, no mínimo, os militares tiveram acesso ao cadáver de Rosalindo, tendo, inclusive, retirado a sua cabeça. Todavia, os restos mortais do guerrilheiro jamais foram entregues aos familiares ou tiveram, no mínimo, a sua localização apresentada pelos militares. Segundo a CNV:

Na contramão das informações anteriores, o ex-guia do Exército Sinésio Martins Ribeiro declarou ao Ministério Público Federal (MPF), em 2001, que – quando ainda estava preso na base de Xambioá, durante agosto ou setembro – viu a cabeça de Rosalindo. Sinésio sustenta que os guerrilheiros teriam matado Mundico e que a sepultura, localizada nas terras de um outro regional referido apenas como João do Buraco, foi mostrada por este aos militares ao ser preso. Dias depois, a sepultura foi cavada e os militares cortaram a cabeça e enterraram novamente o corpo. Segundo o depoimento, a cabeça foi levada para a base, mostrada aos presos para reconhecimento e deixada exposta, por alguns dias, perto do barracão do Exército antes de ser enterrada novamente.⁶¹³

Como já discutimos, fontes diversas⁶¹⁴ apontam que, até muito recentemente, antigos guias e outros colaboradores têm sido monitorados por pessoas ligadas à repressão à Guerrilha do Araguaia. Existe o interesse para que determinadas informações e nomes jamais venham a público. Por esses fatores, consideramos que, nesse caso, seja necessário seguirmos a velha

⁶¹³ Ibid., p. 1273.

⁶¹⁴ Estávamos presentes em 2014, durante uma audiência pública da CNV, em Marabá, quando Ivaldo José Dias, conhecido como Juca, relatou um desses casos de vigilância. Ivaldo afirmou que, no período da Guerrilha, junto com o irmão Ivan Jorge Dias, havia colaborado com o desaparecimento de pessoas, por meio do transporte de corpos entre um quartel militar e o cemitério situado no núcleo Cidade Nova, em Marabá. Em suas palavras (a transcrição é da própria CNV), ele foi intimidado antes de apresentar seu depoimento: “Falar um negócio aqui, não vou dizer o nome, chegou um cidadão lá em casa e me chamou lá no fundo do quintal, e disse: ‘Olha, você não me coloca nesse rolo não.’ Um cara do Exército. / Interlocutor não identificado – Mas quando que ele falou isso? Juca – Isso foi agora ultimamente quando começou essa investigação. / Interlocutora não identificada – O senhor foi ameaçado? / Interlocutor não identificado – O que é que ele falou para o senhor? / Juca – Para eu não colocar o nome dele, que ele ia acabar comigo e meu irmão. Aí eu calei a boca [trecho incompreensível]. Ele é um oficial do Exército. / Interlocutor não identificado – Isso foi agora, recentemente? / Juca – Foi recentemente, assim uns tempos atrás agora. [trecho incompreensível]. Tenho vontade de dizer o nome dele, mesmo que seja para eu morrer, só para ele pagar pelo que...”. DIAS, Ivaldo José Dias. Depoimento. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Audiência Pública em Marabá: 16/9/2014 – Completo.** [Nota 67]. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/619-documentos-citados-capitulo-14.html>> Acesso: 01 jan. 2019. p. 22-23. Em outro caso, ocorrido em 2015, a Comissão da Verdade do Pará fez uma diligência junto a um museu que tratava do tema da Guerrilha do Araguaia, e afirmou que: “O acervo recolhido, depois de detida análise, revelou que o antigo Museu da Guerrilha do Araguaia serviu, durante mais de vinte anos, de fachada para as ações de monitoramento, vigilância e informações de Eduardo Lemos Porto, técnico-agricola, infiltrado no Sul do Pará entre as décadas de 1970/1980 pelo Centro de Inteligência da Marinha (CENIMAR), conforme comprovam os documentos tornados públicos pela Comissão da Verdade do Pará (CEV-PA)”. COMISSÃO DA VERDADE DO PARÁ recolhe arquivos de ex-agente da repressão. **Blog do Paulo Fonteles Filho**, 5 set. 2015. Disponível em: <<http://paulofontelesfilho.blogspot.com/2015/09/museu-do-araguaia-era-fachada-para-acao.html?view=classic>> Acesso: 30 dez. 2022.

orientação de Walter Benjamin sobre “escovar a história a contrapelo”.⁶¹⁵ Na transcrição do depoimento dado por Sinésio Martins Ribeiro ao MPF, em 19 de julho de 2001 — aludido pela CNV —, fica explícito que a versão do “justiçamento” foi ouvida dos militares. Segundo a transcrição da fala de Sinésio, o camponês relatou que:

[...] quando estava preso no curral da base de Xambioá, viu a cabeça do Mundico; que isto se deu entre agosto e setembro [de 1973], porque as roças ainda não tinham sido queimadas; que quem descobriu a sepultura foi o João do Buraco, proprietário do local onde estava enterrado o Mundico; que o Mundico era conhecido do João do Buraco; que as terras do João do Buraco, localizadas perto das terras dos Galegos, eram frequentadas pelos guerrilheiros; que João do Buraco ajudava os guerrilheiros; que João do Buraco ao ser preso pelo Exército, mostrou a sepultura; que o Exército não havia travado combates neste local; *que por isso o Exército disse* que foram os guerrilheiros que mataram o Mundico; que o Exército chegou lá por volta de 4 ou 5 dias após; que o Exército cavou o buraco, cortou a cabeça, e enterrou novamente o corpo; que a cabeça foi levada para a base e mostrada aos presos para reconhecimento; a cabeça estava meio destruída, o cabelo solto; que João do Buraco reconheceu o Mundico; que os documentos estavam com o morto; que a cabeça do Mundico ficou exposta uns dois dias perto do barracão do Exército; que ele acha que essa cabeça foi enterrada perto de um pé de jatobá que ficava perto da base; que o João do Buraco apanhou muito na base do Exército em Xambioá.⁶¹⁶

Essa versão evidencia crimes de aprisionamento clandestino e tortura cometidas contra João do Buraco; e profanação e ocultação de cadáver, cometidos contra Rosalindo e contra o direito de seus familiares de terem acesso aos restos mortais de seu ente querido. Em sua primeira obra sobre o tema, Hugo Studart,⁶¹⁷ jornalista e historiador, e um dos principais divulgadores da hipótese do “justiçamento”, apresentou informações segundo as quais a “dirigente do partido Elza Monnerat disse, em depoimento ao Congresso, que Rosalindo teria

⁶¹⁵ BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, WALTER. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 245.

⁶¹⁶ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Depoimento pessoal que presta Sinésio Martins Ribeiro**. São Geraldo do Araguaia, 19 jul. 2001.

⁶¹⁷ Studart têm um lugar social vinculado aos militares, que se faz presente em sua escrita. Segundo abordagem crítica de Augusto Buonicore, que buscou responder sobre diversos pontos controversos presentes na abordagem de Studart: “Recentemente descobriu-se algo novo, que nos ajuda a entender o autor. Segundo Laura Capriglione, ‘Hugo Studart, cujo nome completo é Carlos Hugo Studart Correa, é filho de Jonas Alves Correa, que vive atualmente no Pará, e que, na época do massacre da Guerrilha do Araguaia, era tenente-aviador, ocupando um alto posto no comando do CISA, o serviço de informações da Aeronáutica, a quem cabia capturar guerrilheiros e transformá-los em ‘informantes’ da Ditadura, como condição de sua própria sobrevivência’. Joana Monteleone e Haroldo Ceravolo, num texto publicado no Opera Mundi, dizem que seu pai era companheiro de notórios elementos da linha dura militar, como o brigadeiro João Paulo Burnier”. BUONICORE, A. **Uma nova narrativa reacionária e misógina sobre a Guerrilha...** op. cit. s/p.

sido assassinado por mateiro. Maurício Grabois, contudo, registra no seu diário que Rosalindo teria sido executado pelos próprios companheiros, sem entrar em detalhes”.⁶¹⁸

Essa afirmação não condiz com o que consta na versão publicizada do diário de Grabois. Nessa mesma obra, Studart relatou que, segundo os militares a que teve acesso, Rosalindo “teria sido ‘justiçado’ por conta de um caso de adultério, ao ser flagrado em envolvimento com Áurea Elisa Pereira Valadão, mulher do guerrilheiro Arildo Valadão”.⁶¹⁹

Finalmente, em sua obra mais recente, fruto de sua tese de doutorado, Studart afirmou que a versão do “justiçamento” teria sido relatada por ex-guias, alguns moradores locais e, sobretudo, pelo guerrilheiro Tobias Pereira Júnior (1949-1973/74), o Josias, que teria ficado alguns meses aprisionado na base de Xambioá, a partir de dezembro de 1973. Segundo o relatório Arroyo, Josias teria fugido entre os dias 17 e 18 de dezembro de 1973, próximo a um local ocupado por militares.⁶²⁰ Studart narrou, do seguinte modo, os conflitos internos que teriam levado, em sua versão, ao “justiçamento” de Mundico:

De acordo com relato de Josias aos militares — e também aos camponeses Raimundo da Pedrina e Jacó Gaioso —, houve uma discussão muito grande entre Dina e Mundico. Começou por ciúmes. Mundico e Áurea haviam começado um relacionamento. Ela estava separada do marido Ari. O problema é que Mundico se apaixonara por Áurea e Dina vinha escalando a guerrilheira para missões na mata com uma diversidade de camaradas, como Daniel e Jaime. Dina então teria respondido que estava combinado que cada mulher serviria a cinco homens, se ela quisesse.⁶²¹

Tal afirmação atribuída a Dina dialoga com um ponto central da obra de Studart, que reproduz certos estereótipos sobre as mulheres guerrilheiras. Visões, em geral, baseadas nos relatos de militares e ex-guias sobre a sexualidade de tais mulheres, a exemplo de Dina. Como lembrado por Buonicore, por exemplo: “Num certo momento, [Studart] enumera as guerrilheiras virgens ao chegarem ao Araguaia”.⁶²² No capítulo 5, discutiremos o estereótipo da “puta comunista”, que se faz presente, com nuances específicas, nessa versão hipersexualizada das guerrilheiras. Para Buonicore, Studart reforça, em sua obra:

[...] a conclusão de que no Araguaia as mulheres foram transformadas em objetos sexuais e, ironicamente, com seu consentimento e apoio. Uma das mais antigas calúnias forjadas pelos reacionários contra os comunistas era a

⁶¹⁸ STUDART, Hugo. **A lei da Selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Geração Editorial, 2006. p. 375.

⁶¹⁹ *Ibid.*, p. 375.

⁶²⁰ ARROYO, A. **Relatório sobre a luta no Araguaia...** op. cit.

⁶²¹ STUDART, Hugo. **Borboletas e lobisomens: vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2018. p. 132-133.

⁶²² BUONICORE, A. **Uma nova narrativa reacionária e misógina sobre a Guerrilha...** op. cit. s/p.

de que estes pretendiam socializar as mulheres, como se elas fossem meios de produção. Studart busca dar uma nova roupagem a uma velha calúnia.⁶²³

Ainda segundo Studart, Rosalindo teria discutido intensamente com Dina e anunciado que iria desertar, o que teria provocado o assassinato de Rosalindo por sua antiga companheira de militância no PC do B na Bahia. Essa longínqua relação, não vista pela guerrilheira — segundo esse ponto de vista — como suficiente para que uma medida menos sanguinária tivesse sido adotada, atestaria ainda mais a verve inescrupulosa dos guerrilheiros. Contudo, como observou Buonicore:

Não existe pena de morte por se cogitar em deixar a Guerrilha. Muitos devem ter vivido o mesmo dilema. Cogitar não é desertar, por óbvio. Se Mundico foi executado, com o aval dos guerrilheiros do seu destacamento, porque Arroyo e Grabois não comentaram nada sobre isso? Qual razão teria o comandante da Guerrilha para tecer elogios fúnebres a um guerrilheiro desertor? O próprio Studart afirma que Grabois era duro na avaliação dos combatentes. Na verdade, a execução de Mundico nunca aconteceu. É mais uma invenção dos órgãos de segurança, incorporada acriticamente.⁶²⁴

Como vimos acima, Rosalindo havia feito diversas ações militantes nos dias que antecederam sua morte. Suas ações indicam um caminho diverso da deserção. Além disso, considerando-se os cerca de dois anos de combate, pode ser observado que aqueles guerrilheiros que optaram por “desertar” conseguiram fazê-lo, como teria ocorrido com o próprio Josias, no período final do conflito.

Finalmente, as diretrizes políticas e militares do movimento, no cerne do “período de trégua”, eram claras: “O princípio estratégico fundamental era o da sobrevivência das forças guerrilheiras. De acordo com esse princípio, era necessário preservar as forças, não fazer ações que redundassem em baixas”.⁶²⁵ Um caso de desentendimento interno muito mais grave, ocorrido ainda em 1972, no Destacamento B — que, como vimos, efetuou algumas ações letais —, culminou não com a execução de um guerrilheiro, mas com a transferência de José Jumberto Bronca, na época, vice-comandante, para a guarda da Comissão Militar.⁶²⁶

Segundo Hugo Studart, Josias não havia presenciado o “justiçamento” em si, pois fora mantido distante enquanto Mundico passava por um julgamento pelo grupo, tendo sido

⁶²³ Ibid.

⁶²⁴ Ibid.

⁶²⁵ ARROYO, A. **Relatório sobre a luta no Araguaia...** op. cit., p. 260.

⁶²⁶ “Surgiu um sério atrito entre o vice-comandante Zeca e os demais membros do destacamento. Zeca, irritado, insultou muitos companheiros e acabou dizendo que ia se demitir do cargo. Ele não tinha nenhuma razão e, com isso, perdeu a autoridade [...]. A CM discutiu a situação criada pelo vice-comandante do B e decidiu retirá-lo do cargo e incorporá-lo à guarda da CM (como vice-comandante). Indicou Simão para o lugar do Zeca no B”. p. 257; 259.

chamado apenas para examinar o corpo, pois era estudante de Medicina, concluindo que havia ocorrido um assassinato: “Josias constatou que estava morto, com um tiro no coração. O furo apontava para uma bala calibre 38. Josias também observou que o companheiro tinha uma costela quebrada e sinais de que havia tomado muita pancada”.⁶²⁷ Uma questão básica é, como constatar que Josias, um desaparecido político, de fato disse essas palavras?

Ouro problema com esse relato é que a maior parte das fontes não apontam para tal. Indicam, de modo mais consistente, outras possibilidades e colocam em xeque os argumentos básicos que estruturam a versão do “justiçamento”, elaborada, originalmente, pelos militares. Além disso, a narrativa de Studart é marcada pela atenuação de violações cometidas pelos militares e pela adoção acrítica de versões nitidamente construídas como contrainformação, muitas com base negacionista. Sobre o uso feito da cabeça de Rosalindo, por exemplo, que segundo o relato do ex-guia Sinésio Martins, teria sido arrancada e exposta na base em Xambioá, Studart afirmou, em sua primeira obra, que:

Camponeses relatam que militares o desenterraram e levaram sua cabeça para Xambioá. Militares confirmam o episódio a esta pesquisa. Sua cabeça foi levada para o exame da arcada dentária. Os militares suspeitam que pudesse ser o corpo de um soldado desaparecido. O laudo confirmou ser o corpo de Mundico.⁶²⁸

A versão militar utilizada desloca a narrativa, jogando uma cortina de fumaça sobre um ponto central: a afirmação de que a cabeça havia sido não apenas cortada, mas exposta publicamente, durante diversos dias, como, aliás, segundo relatos, teria ocorrido no caso de outros guerrilheiros. Dá mesmo um tom de assepsia à narrativa, pois a cabeça teria sido retirada para o reconhecimento do corpo de um soldado desaparecido, o que, em tese, diminuiria o impacto do abuso cometido ao cadáver: “Mundico era negro. O soldado Francisco Valdir de Paula havia desaparecido nas imediações do sítio do João do Buraco quando fora tomar banho. Valdir também era negro”.⁶²⁹ Todavia, se de fato havia a suspeita de se tratar de um militar, por que todo o corpo não fora trasladado, mas apenas a cabeça? E, finalmente, onde está o laudo citado?

Ademais, por que, já que se trataria de crime – que nessa versão, não teria sido cometido pelos militares –, esses documentos não foram divulgados tão logo vieram à tona as primeiras publicações sobre a Guerrilha? Por que apareceram, justamente, em um momento

⁶²⁷ Ibid., p., 333.

⁶²⁸ STUDART, H. *A lei da selva...* op. cit. p. 375.

⁶²⁹ Ibid., p. 264.

em que estava se consolidando um olhar crítico ao acontecimento e à defesa de punições aos agentes de estado responsáveis por violações durante o período? Por que o pesquisador não questionou até que ponto esse relato pode ter surgido como estratégia de contrainformação e no cerne de lutas de representação sobre um acontecimento tão marcado por incertezas?

Taís Morais e Eumano Silva relataram, de forma diferente, o desaparecimento do militar Francisco Waldir de Paula, ocorrido em data bastante posterior à morte de Rosalindo:⁶³⁰ “Soldado do 8º GAAA é de Brasília, a serviço do CIE. Sumiu no início de 1974 em São Geraldo, no Pará. Saiu para comprar cigarros quando se encontrava em uma pensão com outros militares e não voltou”.⁶³¹

Francisco está numa lista de dez militares identificados por Morais e Silva como mortos no contexto de combate à Foguera. Os autores informaram ainda que: “Colegas, amigos e parentes nunca mais ouviram falar do rapaz. O Exército considerou o soldado Waldir desaparecido e nunca revelou à família a forma como ele sumiu”.⁶³²

Apesar de apontar a presença de incoerências nas diversas versões, Studart dá um *status* de verdade ao relato atribuído a Josias. Todavia, não podemos deixar de apontar as inúmeras incertezas que permanecem mesmo após esse relato, sobretudo, por — nessa versão — ter sido dado por um guerrilheiro que, segundo a maior parte das fontes, encontrava-se, de fato, sob custódia militar, ao final de 1973, e fora visto em ações militares. Nessa fase, os militares usaram os guerrilheiros presos para tentar localizar os esconderijos de suprimentos e armas escondidos na mata e possíveis locais usados para locomoção e encontros.

Se Josias realmente narrou algo semelhante aos militares e aos camponeses que estavam na base de Xambioá, até que ponto uma versão cheia de detalhes novelescos como essa era fato ou uma narrativa elaborada para agradar o ouvido dos militares? Afinal, ela teria sido narrada em um momento que a vida de Josias se encontrava justamente sob o domínio dos militares. Diante da posição de Josias, não seria um artifício interessante criar uma história que agradasse aos sujeitos a quem, em última instância, dependia a sua própria vida? O depoimento que lhe foi atribuído, ao nosso ver, deve ser visto por meio de um olhar mais crítico, que leve em conta todos esses fatores. É, no mínimo, ingênuo acreditar que um depoimento dado em tais circunstâncias, e que contraria outras fontes, deva ser interpretado como algo transparente e suficiente para atestar o destino de Rosalindo.

⁶³⁰ Morais e Silva apresentam outra grafia para o nome do militar: Francisco Waldir de Paula. Contudo, na maior parte das menções, encontramos o segundo nome grafado como Valdir.

⁶³¹ MORAIS, T.; SILVA, E. **Operação Araguaia...** op. cit., p. 592.

⁶³² *Ibid.*, p. 592.

Não por acaso, essa versão passou a ser apropriada como verdade, em relatos negacionistas, em relação ao regime militar. Em 2010, a revista *Veja* publicou, em seu sítio eletrônico, o artigo *Quando os esquerdistas mataram seus próprios companheiros*, assinada pelo jornalista Reinaldo Azevedo, à época, bastante engajado no antipetismo, seguindo a linha editorial da própria revista. Naquele momento, o governo de Luís Inácio Lula da Silva, além de ser de esquerda, tinha o PC do B como um dos seus partidos integrantes.

No artigo, Azevedo afirmou taxativamente que: “No Araguaia, o PC do B justicou Osmar, Pedro Mineiro e João Mateiro⁶³³ (estão na lista que já publiquei) e também o guerrilheiro (10) Rosalino (sic.) Cruz Souza. Um outro de nome (ou codinome) (11) Paulo também teria sido assassinado, mas não há provas”.⁶³⁴ O texto não menciona que, também no caso de Rosalindo, não existem provas conclusivas. Uma série de outros textos também passaram a difundir essas mesmas informações pela internet. A versão do “justiçamento” de Rosalindo servia para mostrar o que os esquerdistas do presente seriam capazes de fazer, com base nos atos pretensamente cometidos pelos esquerdistas do passado.

4.6 “TRABALHEI PARA RESPEITAR O DIREITO DO EXÉRCITO. ELE MANDA EM VOCÊ”

A versão mais recente para a morte de Rosalindo foi apresentada em 21 de setembro de 2014, em matéria do jornalista Leonencio Nossa para o jornal *O Estado de São Paulo*, intitulada *Ex-mateiro desvenda morte de Rosalindo*. O mesmo repórter havia publicado, dois anos antes, obra sobre a participação do Major Curió na Guerrilha do Araguaia.⁶³⁵

Segundo a referida reportagem, Rosalindo teria sido morto por Olímpio Pereira, natural de Porto Nacional (TO), que, depois de décadas, resolveu vir a público e assumir a autoria do assassinato. Nossa afirmou, então, que: “O relato de Olímpio, um homem que não tem interesses na elucidação do crime ou no protagonismo do episódio, dá a Rosalindo uma última versão para sua morte”.⁶³⁶

⁶³³ Acreditamos que o João Mateiro a que ele se refere seja João Pereira, abordado acima.

⁶³⁴ AZEVEDO, Reinaldo. Quando os esquerdistas mataram seus próprios companheiros. **Veja** (online), 13 jan. 2010. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/quando-os-esquerdistas-mataram-seus-proprios-companheiros/>> Acesso: 24 out. 2021.

⁶³⁵ NOSSA, L... **Mata!...** op. cit.

⁶³⁶ NOSSA, L. **Ex-mateiro desvenda morte de Rosalindo...** op. cit., s/p.

Figura 17 - Olímpio Pereira (2014)



Fonte: Jornal *O Estado de São Paulo*. Créditos da imagem: Leonencio Nossa.⁶³⁷

A fotografia de Olímpio que compõe a matéria dialoga com o lugar de autoridade constituído pela fala do ex-guia, o que é apontado, inclusive, pelo uso do chapéu na imagem, de um tipo muito comum no interior do país e no próprio Araguaia; que, além de função prática, costuma dar um certo ar de respeitabilidade e distinção a quem o usa. O registro é bem distinto, por exemplo, da imagem retirada no fim dos anos 1970 do também guia Alexandre de Oliveira, apresentada no primeiro capítulo, que registra seus “gestos teatrais” enquanto, com o corpo quase desnudo, literalmente “de peito aberto”, relatava suas experiências para os repórteres.

Porém, assim como naquele caso, a fotografia retirada de Olímpio Pereira também dialoga, diretamente, com o tipo de narrativa apresentada. De acordo com Leonencio Nossa:

Um matador das margens do Rio Araguaia, no sudeste paraense, confessa a autoria de uma das mortes mais envoltas em mistérios e especulações de um integrante da guerrilha do PC do B no tempo da ditadura militar. O agricultor aposentado Olímpio Pereira, de 87 anos, relatou ao Estado, em meio a pausas e recuos, a emboscada e a execução do guerrilheiro baiano Rosalindo de Souza, o Mundico, de 32 anos, em setembro de 1973. Desde que o corpo do militante foi encontrado próximo a um casebre coberto de folhas de babaçu, na selva amazônica, uma guerra de versões é travada pelos dois lados do conflito.⁶³⁸

O relato continua:

Na varanda de sua casa num bairro de São Geraldo do Araguaia, a poucos quilômetros do rio, rodeado de netos, Olímpio conta o momento derradeiro

⁶³⁷ Ibid., s/p.

⁶³⁸ Ibid., s/p.

de Rosalindo. O matador⁶³⁹ quase não pisca os olhos. Com uma magreza que expõe as costelas e 1,80 metro de altura - medida elevada para os padrões locais -, ele faz um relato de quem conta um feito. ‘Fui no rastro dele, segui pela mata’, afirma. Ele encontrou o guerrilheiro no casebre de palha de um sitiante conhecido por João do Buraco. Rosalindo tinha saído da mata para se alimentar. Olímpio estava à espreita, com uma espingarda calibre 12. ‘Parei. Ele estava lá. Atirei na direção. Foi um tiro só.’⁶⁴⁰

Segundo Nossa, Olímpio era amigo e compadre do pai de João Pereira, o mesmo jovem cujo assassinato foi atribuído a Rosalindo: “Foram dois irmãos de João que indicaram a localização do ex-guia e acompanharam o Estado até o matador. Olímpio compartilhava a história secreta de Rosalindo com a família Pereira”.⁶⁴¹ Ainda, de acordo com a reportagem:

A princípio, o ex-guia minimizou sua participação no combate à guerrilha. Depois, fez longos relatos para afirmar sua fidelidade aos militares. ‘Fui companhia da lei e da ordem. Sempre trabalhei com a polícia (Exército)’, diz. ‘Trabalhei para respeitar o direito do Exército. Ele manda em você. Você deve fazer isso. É o medo da taca (surra). Sofri por ser guia, mas não apanhei.’ Olímpio só fez a confissão após três horas de conversa.⁶⁴²

O depoimento aponta o misto de respeito e medo tido pelos guias em relação aos militares e à internalização da concepção de que o Exército, de maneira soberana, “manda em você”. O estado de sítio possibilitava, em escala micro, que os militares exercessem, de forma mais acentuada, um domínio que se mantinha, a nível nacional, mas era mais difuso. Na fronteira Araguaia-Tocantins, “o medo da taca” virou lei, que poderia ser respeitada ou não, mas jamais ignorada. O preço da desobediência, porém, era alto.

É de se imaginar que, dada a quantidade de pessoas contatadas por Rosalindo nos dias anteriores à sua morte, segundo Grabois, “158 pessoas adultas”,⁶⁴³ o guerrilheiro tenha chamado não apenas a atenção dos moradores. Desse total, 120 participavam de uma reza, ou seja, aglutinavam fiéis católicos que, logo em seguida, dispersariam-se por diversas localidades nos arredores. Também em julho, no mês anterior, Mundico havia realizado

⁶³⁹ Aquele não teria sido o único caso envolvendo pistoleiros associado à Guerrilha do Araguaia. Em 2006, teve grande repercussão a divulgação da história de um pistoleiro identificado como Julio Santana, que afirma ter sido o responsável pela morte da guerrilheira Maria Lúcia Petit, em 1972 (como vimos acima, essa morte é atribuída ao camponês descrito como João Coioió); um dos primeiros entre centenas de outras pessoas. CAVALCANTI, Klester. **O nome da Morte: a história real de Júlio Santana, o homem que já matou 492 pessoas**. São Paulo: Editora Planeta, 2006.

⁶⁴⁰ NOSSA, L. **Ex-mateiro desvenda morte de Rosalindo...** op. cit. s/p.

⁶⁴¹ Ibid., s/p.

⁶⁴² Ibid., s/p.

⁶⁴³ GRABOIS, M. **[Diário]...** op. cit., p. 117.

diversos contatos, quando dirigiu um grupo que, de acordo com Grabois: “visitou mais 17 famílias novas e descobriu um amigo que quer nos ajudar financeiramente”.⁶⁴⁴

Como dito acima, tal expansão da atividade política, imersão no cotidiano dos moradores e difusão da propaganda guerrilheira, certamente, pode ter colaborado para que a localização de Rosalindo tenha sido descoberta. Como Olímpio era um guia, também não pode ser descartado que ele tenha tido informações sobre o guerrilheiro por parte dos citados militares infiltrados nas proximidades.

O depoimento de Olímpio surgiu em um período em que estavam sendo desenvolvidos os trabalhos da CNV na região, gerando repercussão entre os moradores e impactos diversos entre estes. Em caso de veracidade do relato, Olímpio pode ter aproveitado justamente esse maior contexto de reabertura, para, enfim, trazer à tona a sua versão, sufocada pela vigilância sobre o tema mantida por tanto tempo junto aos moradores locais. Hugo Studart, por outro lado, em uma linha interpretativa próxima à de Lício Maciel, quando indicou que moradores estavam alterando suas versões em troca de valores financeiros, indicou, de modo sugestivo, que: “Foi Juracy, filho de José Pereira, hoje militante do PC do B em São Geraldo do Araguaia, quem convenceu Olímpio a fazer um relato para o jornal”.⁶⁴⁵

Studart considerou a versão de Olímpio “a menos plausível”, por elementos da narrativa do ex-guia, que teria afirmado, segundo ele, ter usado uma espingarda calibre 12 para matar Rosalindo com um tiro na cabeça. Após cortada, de acordo com Studart, a cabeça de Rosalindo teria sido transladada em uma lata de bolachas, por isso: “Se o mateiro Olímpio tivesse de fato atingido o guerrilheiro com um tiro de espingarda 12 no meio do ouvido, conforme sua narrativa, não haveria muitos vestígios de cabeça para ser acomodada em uma lata de bolachas Piraquê”.⁶⁴⁶ Contudo, novamente, como fazer refutações tão específicas sem que se saiba o paradeiro do corpo?

Além do mais, no depoimento de Sinésio Martins ao Ministério Público, reproduzido acima, constava que: “a cabeça estava meio destruída, o cabelo solto”. Leonencio Nossa, por outro lado, apontou como a versão de Olímpio ajuda a desconstruir, ainda mais, a do “justiçamento” de Rosalindo:

A versão mais difundida sobre o fim do guerrilheiro, porém, foi dada por militares. Ao longo do tempo, eles tentaram emplacar que Rosalindo foi ‘justiçado’, isto é, morto por uma companheira de guerrilha, Dinalva

⁶⁴⁴ Ibid., p. 17.

⁶⁴⁵ STUDART, H. **Borboletas e lobisomens...** op. cit., p. 335.

⁶⁴⁶ Ibid., p. 335.

Oliveira Teixeira, a Dina, por suposta decisão de um tribunal revolucionário. Nessa versão, Rosalindo teria sido condenado por descumprir regras de convivência no grupo. Dina teria executado a pena. Para a ativista de direitos humanos Diva Santana [irmã da guerrilheira Dinaelza Santana Coqueiro], essa versão foi difundida a fim de desqualificar os guerrilheiros. Ela avalia que a morte de João foi um grande erro da guerrilha.⁶⁴⁷

O depoimento de Olímpio foi, rapidamente, mencionado no relatório da CNV, tendo sido publicado já próximo ao período de divulgação do relatório final. Não temos informações sobre novas reverberações ou medidas judiciais tomadas nos anos seguintes ao seu relato. Como o crime, se de fato por ele cometido, já prescreveu há muito tempo, não lhe caberia condenação judicial. Todavia, um ponto que poderia ser melhor elucidado — como visto acima, a partir do que foi sugerido pela reportagem de Leonencio Nossa — é se, de fato, ele teria agido sozinho ou teria cometido atuado em articulação direta com ordens militares.

O ataque a Rosalindo, relatado nessa versão, pode ter ocorrido até mesmo dentro de uma ação direta de Olímpio como guia, a exemplo do que ocorreu com o mateiro Arlindo Piauí, apontado como o responsável pela morte de Osvaldão. No entanto, embora essa versão apresente mais dados que as anteriores, e ajude a desconstruir ainda mais o relato sobre o “justiçamento”, não deixa por isso de indicar que é necessário que as investigações a respeito se aprofundem, com as devidas medidas jurídicas e da investigação criminal, de modo a tentar uma resolução sobre o caso, possibilitando também que os restos mortais de Rosalindo sejam finalmente localizados e entregues aos familiares.

Observemos que três homens negros aparecem nesses relatos sobre a morte de Rosalindo: o soldado Francisco Waldir de Paula, supostamente desaparecido próximo à área de atuação do Destacamento C e cujo desaparecimento também se mantém como uma incógnita; o senhor Olímpio Pereira, que após décadas afirmou ter sido o responsável pelo assassinato de Rosalindo Souza, como vingança pelo assassinato de João Pereira; e o próprio Rosalindo, cuja morte prenunciava que os meses seguintes seriam ainda mais tenebrosos para o movimento guerrilheiro e para a população local.

Três homens negros engajados numa luta pela vida e pela morte, que materializavam o estado de sítio então vigente na fronteira Araguaia-Tocantins. Três pessoas situadas em espectros diversos de uma luta ocorrida no momento em que o Brasil tentava emplacar, para o resto do mundo, a imagem de um país que se modernizava, através da construção de grandes obras de infraestrutura e de um largo crescimento econômico. Porém, as estradas que traziam

⁶⁴⁷ NOSSA, L. **Ex-mateiro desvenda morte de Rosalindo...** op. cit. s/p.

o progresso já nasciam manchadas de sangue, em grande medida de populações pobres, indígenas, negras; e de grupos que, nos anos anteriores, foram cada vez mais empurrados para além dos limites de um jogo político comandado pelo estado autoritário. Aquele jogo de vida e morte era desenvolvido em simultâneo à instalação de grandes projetos e dos esforços do governo ditatorial em articular o latifúndio aos novos impulsos modernizantes; e em alinhar o PIN à Doutrina de Segurança Nacional.

4.7 A ATUAÇÃO DOS CONSCRITOS

Antes de concluirmos o capítulo, abordaremos a temática da inserção dos conscritos, nos quais se encontravam diversos jovens soldados negros. Além de usar os serviços dos mateiros, como João Pereira e Olímpio Pereira, em 1973, o Exército passou a contar com o ingresso de jovens locais por meio do serviço militar obrigatório. Jovens estes que, em pouco tempo, participariam, ainda que como coadjuvantes, do cerco e aniquilamento aos guerrilheiros. Entretanto, para compreender melhor a atuação desses jovens, faz-se necessário recuarmos um pouco no tempo, de modo a compreender algumas questões que norteavam o lugar social ocupado pelos conscritos e suas relações internas no Exército.

A história das forças armadas, no século XX no Brasil, foi marcada pela pouca presença de negros entre as altas patentes do oficialato.⁶⁴⁸ Por outro lado, no que diz respeito aos cabos, soldados, marinheiros e militares de baixa patente no geral, o quadro era diferente. O ingresso na Marinha, por exemplo, foi uma das vias de integração na sociedade procurada por jovens negros entre a passagem do século XIX para o XX, como ocorreu com Francisco Chaves e, de forma muito mais conhecida, com João Cândido Felisberto e alguns de seus companheiros da Revolta da Chibata, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1910.

Todavia, no meio militar, as possibilidades de ascensão internas eram dificultadas aos não brancos, fato que ficou bastante sublinhado pelo epíteto dado, em 1910, a João Cândido, sugestivamente chamado de “Almirante negro”; também em decorrência da destreza demonstrada pelos revoltosos enquanto movimentavam os navios ocupados. Ou seja, a

⁶⁴⁸ BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue**: Exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. Tradução Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

imprensa da época deu a João Cândido um título que ele, dificilmente, conseguiria alcançar durante a sua carreira, dadas as barreiras raciais existentes.

No período da Ditadura, qualquer fotografia daqueles que ocupavam os centros decisórios do governo federal apresentava uma fácil constatação: em sua grande maioria, estavam ali presentes homens brancos; fosse nas cúpulas de cada um dos governos ditatoriais ou nos espaços restritos à caserna. Aquele era o sintoma de manifestações estruturais e institucionais do racismo vindas de longa data e reforçada durante os “anos de chumbo”, onde as fotos de presidentes, ministros, generais ou de membros da alta cúpula da caserna indicavam uma realidade social muito diferente da localizada nos espaços periféricos do país, nas cidades ou no campo. Como já mencionado nesta tese, as faces do governo diferiam bastante da diversidade de sua população.⁶⁴⁹

A exclusão de negras e negros dos postos de comando das Forças Armadas, tão participativas na história política da nossa República, apresenta um diálogo muito peculiar com as ideias que Lilia Schwarz identificou ao estudar o recorte 1870 e 1930 no país. Naquele período, como apresentou a autora, práticas e representações baseadas na raça foram apropriadas por instituições diversas no país, do campo da ciência ao do direito, das instituições museológicas aos trabalhos sobre a história e geografia nacionais. Em outras palavras, aquelas instituições passaram a se alimentar das teorias racialistas vindas da Europa e, por meio de novas adaptações, com base na longa realidade de exclusão brasileira, utilizaram-nas para respaldar “hierarquias sociais já bastante cristalizadas.”⁶⁵⁰

Os altos círculos militares também incorporaram parte dessas ideias, em especial, as concepções eugenistas, marcando uma posição bastante específica. Peter Beattie fez um comparativo entre a atuação dos militares nos Estados Unidos, em Cuba e no Brasil na passagem do século XIX para o XX, em relação ao tema da raça e aos conflitos raciais internos de cada país:

Nesses três países, as relações entre guerra, serviço militar, abolição e cidadania tiveram diferentes formulações, mas em todos os casos crenças em

⁶⁴⁹ Recentemente, Maurício do Nascimento, um ex-cadete da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), afirmou que foi vítima de racismo e, por isso, impedido de formar-se em 1975 naquela instituição militar, sob uma falsa acusação — segundo sua versão — de colar em um exame: “Mais de 46 anos depois, Nascimento, 68, tenta reescrever a história. Negro, ele diz ‘rebobinar’ na mente o que ocorreu e afirma ter sido vítima de racismo nas fileiras de formação do Exército”. SASSINE, Vinícius. Ex-cadete negro da turma de Mourão tenta anular punição de 46 anos atrás. **Folha de São Paulo** (online), São Paulo, 15 jan. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/01/ex-cadete-negro-da-turma-de-mourao-tenta-anular-punicao-de-46-anos-atras.shtml>> Acesso: 08. jan. 2023.

⁶⁵⁰ SCHWARZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 55.

hierarquias raciais dificultaram esforços para imaginar uma ‘raça’ nivelada e homogênea como base de um Estado-nação orgânico.⁶⁵¹

Naquele momento, esses países enfrentavam debates em torno do estabelecimento de leis de conscrição, ou seja, da implementação do serviço militar obrigatório. Para o autor, que tomou como objeto as práticas militares entre 1864 e 1945, o caso brasileiro apresentava pontos muito específicos, ligados a uma concepção integracionista. Desse modo, a “integração racial de instituições básicas do Estado, como o Exército, significava que a combinação de raça, masculinidade e nação seriam mobilizadas diferentemente no Brasil”.⁶⁵²

Segundo esse autor, nos Estados Unidos, por exemplo, durante o recrutamento de homens dos estados do Sul para a Primeira Guerra Mundial, o governo, mais uma vez, reforçou o segregacionismo. Buscava manter certo *status* já adquirido pelo serviço militar, que deveria continuar sendo “visto como um dever honrado, associado ao privilégio racial e masculinidade republicana.”⁶⁵³ Algumas décadas antes, em Cuba (1868-1978), a participação negra se materializou de outra forma nos círculos militares, a partir de uma realidade onde “um Exército insurgente que lutava pela independência nacional frente à Espanha tinha a abolição da escravidão como um de seus objetivos.”⁶⁵⁴

Assim, ainda que em Cuba se mantivessem muitas práticas racistas, o Exército acabou se tornando uma instituição com efetiva participação negra, não somente no que diz respeito à ocupação de postos de destaque, mas também das pautas estabelecidas, favoráveis às demandas por liberdade dos afro-cubanos.

No Brasil, por sua vez, “o evangelho da higiene, nacionalismo, preparo físico, e moralidade para as classes baixas”⁶⁵⁵ foi ganhando cada vez mais força durante a Primeira República. Embora houvesse uma oposição ferrenha de grupos anarquistas e articulações pacifistas, a conscrição foi ganhando mais destaque à medida que se elevava o tom beligerante entre as principais potências capitalistas, que acabou culminando na Primeira Guerra Mundial.

No Brasil, o serviço militar obrigatório foi estabelecido em 1906, quando ainda estava na memória de muitos brasileiros os traumas do período de vigência do recrutamento forçado, que, muitas vezes, ocasionava caçadas épicas por recrutas nos mais variados rincões do país.

⁶⁵¹ BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue...** op. cit., p. 412.

⁶⁵² Ibid., p. 410.

⁶⁵³ Ibid., p. 410.

⁶⁵⁴ Ibid., p. 411.

⁶⁵⁵ Ibid., p. 413.

Desse modo: “Durante a primeira Guerra Mundial, a retórica da higiene, eugenia, nacionalismo e militarismo começaram a fundir-se em apoio à conscrição.”⁶⁵⁶

Contudo, mesmo entre os seus defensores, os debates em torno da conscrição prosseguiram polarizando opiniões, em especial, devido à propositura, transformada em lei em 1908, da realização de sorteios, entre os cidadãos em idade apta, como mecanismo de escolha dos recrutas. O sorteio foi, formalmente, extinto apenas em 1945, quando já haviam sido desenvolvidas outras estratégias para garantir que os jovens rapazes se apresentassem aos quartéis. Todavia, ele era uma das faces daqueles que defendiam isonomia entre os contemplados, segundo os discursos da época, com o dever de servir à pátria.

Na visão daqueles que defendiam, direta ou indiretamente, os princípios eugenistas, o ingresso à vida nos quartéis possibilitaria aos jovens dos grupos subalternizados a oportunidade de se blindarem contra algumas das principais mazelas de seu tempo:

Longe de corromper a juventude, o Exército ajudaria a treinar uma força de trabalho mais eficaz e livrar os conscritos de uma vida de vício, indolência e crime. Aliviaria também supostamente tensões étnicas, regionais e de classe que ameaçavam dividir o Brasil ao juntar homens de diferentes origens.⁶⁵⁷

Naquela visão, não somente as marcas vistas como próprias dos africanos e indígenas deveriam ser higienizadas, mas também os vícios herdados em locais ainda dominados pelas forças arcaicas do coronelismo; ou cada vez mais corrompidas pelas concepções anarquistas e comunistas importadas da Europa pelos imigrantes e que, após 1917, passaram a chamar muito mais a atenção e serem levadas a sério, como uma ameaça à dita ordem e ao progresso do país. Assim, as teorias eugenistas passaram a ser adaptadas a partir de um novo conceito de trabalho, capaz de gerar um novo homem. Esse homem, porém, diferia do ideal da raça pura presente na gênese do eugenismo. Um novo tipo de teoria estava sendo gestado, apresentando peculiares inversões, muito comuns nos círculos políticos e intelectuais brasileiros:

Os eugenistas apoiavam a conscrição militar com base em seus benefícios higiênicos e genéticos para a ‘raça’. Para alguns, isso implicava uma aceleração do processo de branqueamento, mas para outros os pressupostos racistas que subjazem à eugenia estavam virados de cabeça para baixo. Intelectuais nacionalistas influentes rejeitavam um racismo estritamente biológico e argumentavam que a mistura de índios, africanos e europeus tinha produzido uma raça sã ‘eugenicamente’ adaptada ao clima tropical do Brasil.⁶⁵⁸

⁶⁵⁶ Ibid., p. 412.

⁶⁵⁷ Ibid., p. 413.

⁶⁵⁸ Ibid., p. 413.

Estava sendo criada, ao redor do espaço militar, uma curiosa interface entre as ideias eugenistas e um outro conjunto de concepções, cada vez mais difundidas, alicerçadas no elogio da miscigenação. Com o decorrer dos anos, essa defesa da miscigenação foi se agrupando em torno da ideia de democracia racial. Ideia essa delineada, em seu formato mais didático, após o ano de 1933, quando ocorreu a publicação de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. A obra freyriana ganhou ampla apropriação em espaços diversos, tornando-se uma interpretação hegemônica acerca das relações raciais no Brasil.

Sua divulgação maciça por diferentes intelectuais e instituições, incluindo os principais meios de comunicação, contribuíram para moldar certa imagem do Brasil no exterior. A ascensão de Vargas após 1930 ajudou nesse processo, pois a ideia de miscigenação casava bem com a nova imagem de modernização que o Brasil tentava passar para si mesmo e para os demais países. Com a atuação brasileira junto aos Aliados, na Segunda Guerra Mundial, essa visão se consolidou ainda mais:

As vitórias brasileiras na Segunda Guerra Mundial em 1945 foram tomadas como evidência de que a diversidade racial do Brasil não impediria de se tornar uma grande potência mundial. Muitos nacionalistas descreviam o diversificado patrimônio racial brasileiro mais como uma vantagem do que um impedimento ao destino nacional.⁶⁵⁹

Essa visão pedagógica do serviço militar obrigatório, voltada para a moralização e correção de caminhos entre os jovens pobres, continuava alicerçando o alistamento militar no período da Guerrilha do Araguaia e, de certa forma, permanece operante até os dias atuais. Um dos conscritos da época, o soldado José Ribamar da Silva, relatou ao documentário *Soldados do Araguaia* algo, ainda hoje, muito ouvido nas periferias do país:

O que meu pai me ensinou eu, o que ele tentou passar pra mim, muitas coisas eu consegui absorver, né? Sempre meu pai falava que o Exército brasileiro é que era o lugar que a pessoa ia aprender a conviver o resto da vida dele, né? Ia se formar ali dentro como um homem. Naquela época falava: — ‘Fulano foi para o exército. É esse aí que é o cara!’⁶⁶⁰

O respeito à ordem, à moral, aos bons costumes e a adoção de uma forma sóbria da masculinidade estavam entre as concepções que alimentavam tal tipo de visão. Para um pai de família, grosso modo, ter um filho como recruta do Exército significava que seu descendente estava rumando por um caminho correto, longe da pândega, da vadiagem e de outras práticas

⁶⁵⁹ Ibid., p. 414.

⁶⁶⁰ SOLDADOS DO ARAGUAIA. Direção: Belisario Franca. 1h.14min. 2017. Trecho citado: 17m48s.

⁶⁶⁰ Ibid., Trecho citado: 4min30s.

vistas como males. Também, que ele saberia, doravante, comportar-se como uma verdadeira autoridade, pois, mesmo que possuísse uma baixa patente, encontrava-se ainda em uma situação social vista como superior, por um lado, a quem se encontrava desempregado e, por outro, ao conjunto dos demais, que por não serem integrantes da “tropa”, permaneciam em uma situação de vulnerabilidade mais explícita às práticas autoritárias do período.

Evidentemente, existiam visões divergentes. Algumas famílias, ou por dependerem da força de trabalho dos filhos, por compreenderem os riscos gerados pela vida como conscrito, ou, ainda, pela busca de outros horizontes para os jovens, buscavam acionar os famosos “pistolões”, de modo a evitar que seus familiares acabassem tendo que integrar o serviço militar obrigatório. Era, então, acionada alguma rede, geralmente a partir de conhecimentos internos aos quartéis, para tentar evitar que “fulano” fosse chamado a servir. O contrário também poderia acontecer e essa rede poderia ser utilizada para que determinado jovem fosse chamado.

Vimos que os militares usavam, de forma muitas vezes não espontânea, para dizer o mínimo, a força de trabalho dos moradores locais, que atuavam como guias. Alguns daqueles moradores morreram, mataram ou estiveram envolvidos em outras atrocidades originadas por tal atitude dos militares. Todavia, em 1973, segundo o documentário *Soldados do Araguaia*, o Exército passou a contar também com a integração de muitos rapazes da região às suas tropas, dessa vez, reunidos através do alistamento militar. Era a primeira turma de conscritos do — ainda em obras — batalhão do 52 BIS. Esse centro militar já se encontrava em construção antes da eclosão da Guerrilha. Devido a ela, seria posto, desde já, em operações.

4.8 “VOCÊ NÃO TINHA O RESPEITO DE NINGUÉM DELES”

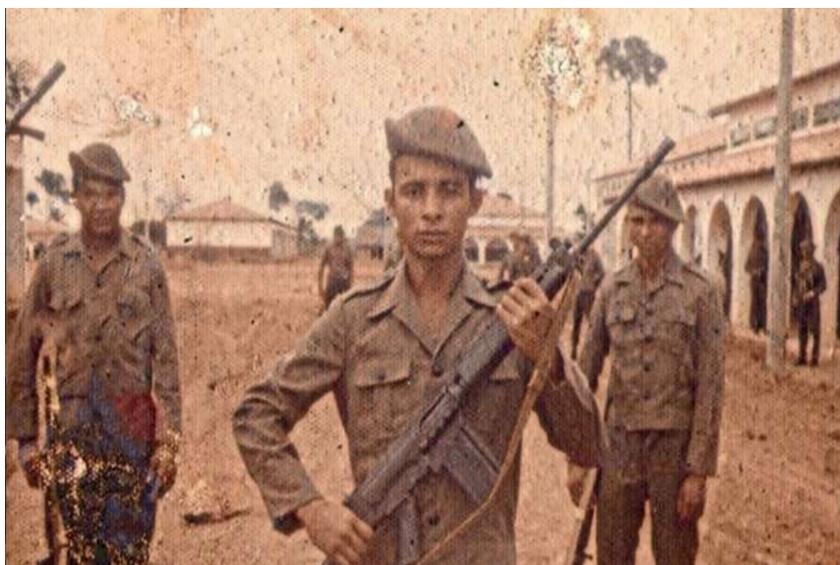
O documentário *Soldados do Araguaia* reuniu experiências, até então, dispersas relatadas pelos conscritos, por vezes, presentes em entrevistas na mídia ou dada à CNV, mas que não haviam tido visibilidade no debate público sobre a Guerrilha do Araguaia. Ocorreu que os combates mais efetivos que destituíam o movimento guerrilheiro foram realizados por oficiais de inteligência, que, em muitos casos, não trabalhavam a partir das sedes oficiais do Exército, mas por meio de locais de uso temporário, como a Casa Azul e as bases da Bacaba e de Xambioá. São esses oficiais, como Lício Maciel e outros, que geralmente apresentam suas memórias em relação à atuação militar no período, a partir dos enquadramentos próprios de

sua atuação profissional e de sua posição no conflito. O documentário em questão aborda a memória daqueles que, como ex-conscritos e ex-militares de baixa patente, passaram a se organizar a partir da Associação Brasileira dos Ex-Combatentes da Guerrilha do Araguaia.

Cerca de sessenta jovens acabaram envolvidos por dois fatores naquele ano de 1973: a citada recém-construída sede do 52 BIS que, como pode ser visto na imagem abaixo, ainda não possuía sequer pavimentação interna naquele momento; e a eclosão de uma guerra de guerrilhas na sua região, precisamente quando eles tinham que passar pelo alistamento militar obrigatório. Essa confluência deu a eles uma posição específica no conflito.

Por um lado, não eram oficiais de carreira. Boa parte deles sequer havia completado o “Ginásio”, atual Ensino Fundamental II. Por não serem oficiais, não contavam com um maior suporte econômico, nível de treinamento e valorização profissional. Por outro, por serem tidos como pessoas que sabiam andar pelas matas da região, foram, de imediato, integrados em operações no interior da mata, bem como a treinamentos que poderiam extrapolar o já difícil treinamento militar. Como moradores locais, eles afirmam que eram vistos como inferiores pelos oficiais vindos de outras regiões do país, sobretudo, do Sudeste.

Figura 18 - Soldado Pereira de Melo no 52 BIS, no período da Guerrilha



Fonte: Documentário *Soldados do Araguaia*.⁶⁶¹

Isso se dava tanto pelo desprezo expresso pelos oficiais militares em relação aos moradores locais naquele contexto, quanto pela conhecida desvalorização dos conscritos e

⁶⁶¹ SOLDADOS DO ARAGUAIA. Direção: Belisario Franca. 1h.14min. 2017.

militares de baixa patente no cerne do militarismo. Algo que, como vimos, no Brasil, significava também certo desprezo tido por aqueles que carregavam marcas de um branqueamento institucional, presente entre os oficiais de carreira, em relação a jovens que, em grande parte, tinham pele escura, baixa escolaridade e uma vida ligada à pobreza. Segundo o ex-cabo Elias Oliveira: “Você não tinha o respeito de ninguém deles. Todos pessoais que não era de Marabá tinha a gente como ninguém. Pra eles, a gente não tinha valor nenhum!”.⁶⁶²

O ex-militar Raimundo Antônio Pereira de Melo,⁶⁶³ por exemplo, afirmou, no documentário, que perdeu um dos testículos durante um treinamento em que fora exposto ao “pau do capitão”, nome dado pelos oficiais, segundo ele, a uma prática semelhante ao pau-de-arara.⁶⁶⁴ Os ex-militares que depuseram no documentário afirmaram que passaram por torturas em seus treinamentos, restando-lhes sequelas que guardariam pelo resto da vida.

A foto acima, reproduzida no documentário, registra esse soldado e alguns outros conscritos. Boa parte das fotografias de soldados de baixa patente atuantes no contexto da Guerrilha do Araguaia apresentam a mesma característica: jovens de pele escura. Por outro lado, as fotografias dos oficiais eram diferentes. Ali estavam homens um pouco mais velhos, brancos, em sua grande maioria. As fotos refletiam padrões tidos na época e ainda hoje mantidos no cerne das Forças Armadas no país.

José Ribamar da Silva, o soldado Ribamar, representado nessa imagem, foi outro dos ex-militares que deram depoimento ao documentário. É relevante observarmos que *Soldados do Araguaia* dialoga diretamente com a experiência da Clínica do Testemunho, voltada para a reparação psíquica dos traumas ainda hoje mantidos pelas vítimas do regime militar no Brasil. Os depoentes aparecem, na maior parte do tempo, em uma sala com o fundo escuro, que direciona o espectador para a suposta escuta direta de cada relato pessoal, enfatizando a solidão daquele que narra e que encara o limite da exteriorização para além de situações trágicas vistas ou sentidas na pele.

⁶⁶² Ibid., 12min.

⁶⁶³ Faleceu em Goiânia, em 23 de junho de 2019.

⁶⁶⁴ No já citado depoimento de Manoel Messias Guido, ele descreve o pau do capitão: “É outro tipo, então eu passei por essa do tambor, passei pelo pau do capitão, que é um pé de jangada, o outro a árvore, uma certa altura, ele é bem liso, cruza as pernas e um ser daquele ainda pisava em cima, você morre ali, vivo, mas você não sabe sair, não tem como sair”. RIBEIRO, Manoel Messias Guido. **Transcrição da tomada de testemunho**. CNV, 15/09/2014. Local: Marabá-PA. Entrevistadores: Maria Cecília Adão, Orlando Calheiros e Pedro Benetti. Duração: 01:24:38. p. 5.

Figura 19 - Soldado Ribamar, em depoimento ao documentário Soldado do Araguaia (2017)



Fonte: Documentário *Soldados do Araguaia*.⁶⁶⁵

Embora o documentário também use, em alguns momentos, o recurso comum de contrastar as falas dos depoentes com paisagens da Amazônia Oriental,⁶⁶⁶ na maior parte do tempo, foi encenado um diálogo direto com o espectador. Este assumiria, então, o papel daquele que escuta e valoriza aquilo que está sendo transmitido.

No entanto, os depoimentos desses soldados também foram marcados por não ditos, esquivas e enquadramentos próprios. Eles norteiam sua participação no documentário, entre outros fatores, pela busca de reparações, como o direito à indenização, reincorporação ao Exército e outras demandas até hoje negados pela Justiça e pela Comissão da Anistia. Por outro lado, fica evidente que, ao mesmo tempo que são reveladas diversas mazelas cometidas contra a população e — segundo suas narrativas — contra eles próprios, não são transmitidas informações consideradas comprometedoras, em especial, o nome de oficiais militares que cometeram ações específicas de desrespeitos aos direitos humanos.

Óbvio que deve ser levado em conta o risco de retaliações, que, no caso desse evento, continua sendo real, seja no âmbito jurídico, seja no tocante a possíveis males físicos. Contudo, nesse caso, o enquadramento a partir da construção de um lugar de escuta para o trauma acaba deixando de lado questões centrais. Embora nos ajude a compreender melhor o contexto em si e a reafirmar pontos também presentes em outros depoimentos, como a utilização da Casa Azul como centro de tortura e o citado desprezo aos moradores locais, acaba não fazendo o debate avançar no sentido da punição dos perpetradores e de outras

⁶⁶⁵ Ibid., trecho citado: 10m50s.

⁶⁶⁶ Ver, por exemplo, momentos análogos reproduzidos nos *frames* do documentário *Osvaldão* apresentados nos capítulos 1 e 3.

informações pertinentes ao evento. Por outro lado, permite que pontos de vista específicos, que ajudam a ampliar o entendimento sobre o período, venham à tona.

Alguns daqueles militares afirmaram ter realizado a vigilância de guerrilheiros que acabariam executados, presenciado torturas na Casa Azul e outros locais, visto guerrilheiros, já presos, partirem para as famigeradas “viagens para Brasília”, pouco antes de serem mortos, entre outros pontos. O relato de um desses ex-soldados à CNV, Manoel Messias Guido Ribeiro, já citado no primeiro capítulo, foi também marcado por silêncios e jogos de palavras que tentam controlar o que poderia ou não ser dito. Apesar disso, trouxe à tona algumas informações reveladoras. Em um dos trechos Guido afirmou que:

Eu ajudei a enterrar o Peri⁶⁶⁷ e o João Batista,⁶⁶⁸ atrás da enfermaria no Xambioá, eles chegaram, foram assassinados no mato, e vieram lá, foram colocados no jipe e veio. E atrás da enfermaria tinha três palmeiras, então na frente das três palmeiras nós cavamos, foi eu, Fonseca e o Pereirão. Cavamos uma sepultura, eram dois jovens simpáticos, novos, que estavam ensanguentado, o rosto ensanguentado, inclusive o Pereira, ele cortou para ver a cor da carne dele, cortou assim, mas só a pele, como se fosse tirar o couro dele, passou o facão assim, a gente até repreendeu na hora, mas ele fez.⁶⁶⁹

Guido, em seguida, afirmou que essa ação do colega teria sido executada a mando de um oficial. Em seguida, relatou a participação no transporte de restos mortais de presos políticos, entre a base da Bacaba e a Casa Azul, durante a Operação Limpeza:

Preciso lembrar de novo, é aqui perto, não é tão longe não, é Bacaba, na Bacaba tinha alojamento, a Bacaba tinha campo de futebol, passando o campo de futebol assim do outro lado tem o cemitério, então recebi uma ordem para ir até a Bacaba, foi uns soldados comigo que eu estou querendo lembrar o nome do soldado, que outro dia até ele falou: lembra dos ossos que nós carregamos? O tenente a gente chamava de porquinho ele, que ele era bem gordinho e era mau que só, o nome de guerra dele era Queiroz, muito mau, xingava soldado e tudo, R2, e ele foi nessa comissão. Foi dois sacos só, pegamos dois sacos, o motorista era eu, jogamos em cima da camionete e trouxemos até aqui, Casa Azul, chegamos aqui à noite. Chegou, o pessoal

⁶⁶⁷ Pedro Alexandrino Oliveira Filho (1947-1974), o Peri, estudante e bancário natural de Belo Horizonte-MG e integrante do Destacamento B. Brasil. O relato dos ex-soldados está entre as poucas fontes conhecidas sobre o seu desaparecimento. Seu corpo e o de Batista jamais foram encontrados. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Pedro Alexandrino Oliveira Filho. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1612-1615.

⁶⁶⁸ Apontado pelos ex-soldados como morador local, dos poucos que integraram o movimento. LOYOLA, Leandro. Fantasmas do Araguaia. **Época**, Rio de Janeiro, n. 302, p. 28-35, mar. 2004. O relato de Guido à CNV complementa o que foi dito por outros soldados nessa reportagem, alguns do mesmo grupo que depôs em *Soldados do Araguaia*.

⁶⁶⁹ RIBEIRO, Manoel Messias Guido. **Depoimento à Comissão Nacional da Verdade**. 15. set. 2014. Entrevistadores: Maria C. Adão, Orlando Calheiros e Pedro Benetti. Duração: 1h 24min 38s [33 p.]. Marabá-PA. p. 12.

estava aí, foi jogado ali dentro do depósito e colocaram a ossada. Já tinha outros, o destino daí para frente eu não sei.⁶⁷⁰

Há relatos que indicam que tais restos mortais teriam sido queimados na Serra das Andorinhas ou descartados sobre o Araguaia. Essa ação de apagamento de rastros deixou, ela própria, uma série de rastros que, infelizmente, não são atípicos nos casos de desaparecimento forçado. Esse tipo de depoimento dado por Guido, considerado dentro de uma série maior, indica a existência de uma cadeia de ações montada de modo a dissipar o ato em si do desaparecimento e das provas de sua realização, em uma série de pequenos relatos desconectados uns dos outros. Ou seja, indica que fora montada uma forma de organização que pudesse, com a maior discrição e sem deixar rastros, dar materialidade aos desaparecimentos, que tinham, também, objetivos ligados à política governamental.

Janaína Teles problematizou a dimensão política dos desaparecimentos forçados naquele momento no país, pois os governos militares tentavam não chamar mais a atenção da opinião pública internacional. Naquele contexto, já tinham surgido diversas críticas ao Terror de Estado efetuado pelos militares, que temiam que novas denúncias atrapalhassem seus acordos comerciais com outros países. Nesse sentido, Teles demonstrou:

[...] o papel central desempenhado pelo ‘desaparecimento forçado’ na promoção do projeto de distensão política, que levou em conta sua relevância operacional, assim como sua utilidade como meio eficaz de evitar maior desgaste ao governo. No início dos anos 1970, o custo político resultante da difusão de denúncias de violações dos direitos humanos e dos efeitos provenientes dos abalos iniciais do ‘milagre econômico’ despontava no horizonte institucional da ditadura. Neste momento, o desaparecimento forçado se apresenta como um instrumento estratégico para amenizar os primeiros sinais de erosão da legitimidade dos militares, bem como para construir uma imagem de “moderado” para Geisel e os “castelistas”, facilitando o diálogo com a “oposição responsável” e a impulsão do projeto de ‘descompressão política’.⁶⁷¹

No mesmo depoimento, Guido apontou a Casa Azul como espaço de tortura e assassinato, tanto de guerrilheiros quanto de moradores do local, algo ainda hoje negado por alguns oficiais, que aproveitam do respaldo que lhes foi dado pela eficiente execução dos desaparecimentos para produzir narrativas negacionistas:

O DNR [Casa Azul] era um lugar de tortura, o elemento está preso, fica ali para esperar, não, era um lugar só para tortura. No meio da tortura acontecia as mortes. Era um lugar de tortura e ali acontecia as mortes. Eu não vou

⁶⁷⁰ Ibid., p. 12.

⁶⁷¹ TELES, Janaína. Eliminar “sem deixar vestígios”: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil. **Revista M**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-297, jul./dez. 2020. p. 266

dizer para você que foi 10, foi 20, foi 30, eu não sei o número, mas foi bastante, morreram várias pessoas ali, e morreram torturadas, não morreram doentes. [...] Nesse ínterim não significava que era só, por exemplo, pessoas de fora, ali era quem caísse ali, era mateiro, mateiro que eu digo assim, pessoa da região, que foi criminalizado com o nome de terrorista, passou por lá mesmo, sofreu, apanhou, foi morto e tudo, e a gente era um soldado que a gente não podia chegar e dizer assim: doutor, não faz isso com ele não, você ia apanhar também.⁶⁷²

A CNV listou diversas pessoas que, segundo relatos, ao menos teriam passado pela Casa Azul antes de se tornarem desaparecidos políticos.⁶⁷³ Depoimentos dados por pessoas diferentes convergem para afirmar que, após outubro de 1973, em muitos casos, os guerrilheiros presos entravam em um helicóptero na Casa Azul, sob a justificativa de que estariam sendo deslocados para Brasília. No entanto, em boa parte das vezes, nunca mais foram avistados. Existem relatos, inclusive de militares, que apontam tanto para a execução em pontos da floresta, quanto indicam que alguns deles podem ter sido jogados, ainda vivos, sobre rios da região. Em outros depoimentos, eles aparecem vivos em instalações militares de outros estados. Em muitos casos, com o tempo, vai ficando também mais difícil compreender o que pode ser um relato verídico ou uma mera contrainformação. Contudo, como vimos a respeito da morte de Rosalindo Souza, também há casos em que versões negacionistas vêm sendo desmontadas, sobretudo a medida que novos depoimentos vão sendo revelados.

Foi na fase final dos combates que ocorreu o uso mais frequente de espaços como a Casa Azul para a realização de execuções extrajudiciais. A época em que guerrilheiros presos, como Luzia Reis Ribeiro, José Genoíno e Glênio Sá, por exemplo, poderiam sair vivos — ainda que submetidos a torturas e outros abusos — já havia passado. Como se sabe hoje, a ordem, vinda de cima, dos pontos mais altos da cadeia de comando, era não mais deixar sobreviventes. Essa é mais uma característica, segundo a literatura tem apontado, que demonstra como tais graves violações aos direitos humanos faziam parte não de ações isoladas, mas de uma política de Estado.

4.9 “CHAFURDOS”

⁶⁷² Ibid., p. 10.

⁶⁷³ BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório preliminar de pesquisa Centros clandestinos de violação de Direitos humanos**: Volume I. Brasília: CNV, 2014.

Vimos que Maurício Grabois havia relatado que, em agosto, recebera notícias que informavam sobre pessoas estranhas circulando próximas às áreas dos destacamentos. Para a infelicidade dos guerrilheiros, aquela não era uma percepção equivocada. Em 7 de outubro, as tropas militares retornaram, dessa vez não somente por intermédio de agentes à paisana. Segundo Arroyo, as Forças Guerrilheiras dispunham, então, de cinquenta e seis integrantes. Até o fim do ano, esse número seria drasticamente reduzido. Porém, novamente, o sofrimento não atingiria “apenas” os guerrilheiros. Como relatou Arroyo:

As tropas inimigas entraram por diferentes pontos: Transamazônica, São Domingos, Metade, Brejo Grande, São Geraldo e, possivelmente, pela Palestina e Santa Cruz. Iniciaram a operação desencadeando intensa repressão contra as massas. Prenderam quase todos os homens válidos das áreas em que atuávamos. Deixaram nas roças só as mulheres e as crianças. Algumas mulheres foram presas. O Exército procurou implantar o terror entre as massas. Espancou muita gente. Houve elementos que enlouqueceram de tanta pancada. Queimou casas e paióis, onde não encontrava os moradores. Dezenas de pequenos e médios comerciantes foram também presos. As tropas obrigavam elementos de massa a servir também de guias. Gradualmente, foi aumentando o número de soldados na zona.⁶⁷⁴

Parte dos relatos citados no capítulo anterior, em especial, aqueles que faziam alusão a uma segunda prisão, como aconteceu com Alexandre de Oliveira, ocorreu nessa fase. Embora os guerrilheiros estivessem mais experientes que no ano anterior e contassem com um melhor conhecimento territorial e uma maior capacidade de orientação na mata, continuavam com armamentos escassos e de baixa qualidade.

As vestimentas e calçados que dispunham dão indícios de suas condições naquele momento: “A maioria dos combatentes estava com pouca roupa e já não havia calçados. Uma parte usava lambreta de sola de pneu e alguns companheiros andavam mesmo descalços”.⁶⁷⁵ Além disso: “Eram insuficientes as quantidades de bússolas, isqueiros, facas, querosene e pilhas. Muitos companheiros não possuíam plásticos para abrigar-se da chuva. Também faltavam sacos plásticos para guardar comidas e roupas”.⁶⁷⁶ Quem sobreviveu aos massacres de outubro e dezembro passou a viver em condições ainda piores. Arroyo informou ainda que a guerrilha dispunha, no total, de Cr\$ 400,00. Segundo Moraes e Silva, aquele valor equivalia ao “soldo de um dia para os cabos e soldados que os combatiam”.⁶⁷⁷

⁶⁷⁴ ARROYO, A. **Relatório sobre a luta no Araguaia...** op. cit., p. 265.

⁶⁷⁵ Ibid., p. 265.

⁶⁷⁶ Ibid., p. 265.

⁶⁷⁷ MORAIS, T.; SILVA, E. **Operação Araguaia...** op. cit., p. 451.

O comando do Destacamento Helenira Resende (A) foi o primeiro a cair: “O major Lício Maciel comandava uma equipe formada pelo sargento Cid, o major Alberico, cinco soldados e o mateiro Manuel Lima, o Vanu, em um lugar conhecido como Caçador”.⁶⁷⁸ De repente, ouviram disparos. Segundo Arroyo, os guerrilheiros haviam usado tiros para matar alguns porcos e, ainda por cima, usado fogo e palha para pelar os animais. Tiveram, ainda, dificuldades para locomover as carnes dos animais, que iriam suprir o destacamento. Não demorou para que o grupo liderado por Lício Maciel os localizasse. Os militares, então:

[...] Chegaram a uma roça e viram quatro homens terminando de arrumar grandes pedaços de carne para carregar. Na mesma hora, começou um tiroteio. Vestido com a farda tomada dos PMs, Zé Carlos disparou e acertou a perna de um soldado. A tropa de Lício abriu fogo. Morreram Zé Carlos, Zebão e Alfredo. Nunes, ferido, caiu nas mãos dos militares. O lugar não permitia acesso de helicóptero. Todos passaram a tarde e a noite ali mesmo.⁶⁷⁹

Segundo Ângelo Arroyo, o advogado baiano Dermeval da Silva Pereira, o João Araguaia, também estava naquele grupo, mas conseguiu fugir. Por uma questão de limites, não iremos abordar, de forma pormenorizada, as ações ocorridas nesse período. Contudo, foi nessa fase final que ocorreu, praticamente em paralelo ao relato acima, o mais conhecido confronto fruto do “fogo amigo” trocado entre aliados militares, nas proximidades de Brejo Grande do Araguaia. Conforme Morais e Silva,⁶⁸⁰ sete soldados do Exército transitavam à paisana em uma caminhonete do INCRA quando se depararam com uma barreira da PM.

Como havia circulado informações de que os guerrilheiros poderiam estar utilizando os fardamentos da PM roubados pelo destacamento A — o que, como vimos fazia todo o sentido —, o grupo que estava na caminhonete desconfiou daquela barreira não autorizada estabelecida por policiais. Não demorou para que os dois grupos se confrontassem, o que resultou na morte de um sargento do Exército e diversos feridos de ambos os lados.⁶⁸¹ Para o azar dos guerrilheiros, dessa vez, não eram essas as tropas designadas para enfrentá-los, mas, conforme Morais e Silva, cerca de trezentos agentes que tinham melhor preparo.

Em dezembro, ocorreu a operação que os militares apelidaram de “Chafurdo” de Natal, realizada, justamente, no dia 25. Acuados, boa parte dos guerrilheiros se encontravam em um mesmo acampamento. Foram atacados. Entre os mortos, estava Maurício Grabois, comandante da guerrilha. Nas palavras de Ângelo Arroyo:

⁶⁷⁸ Ibid., p. 454.

⁶⁷⁹ Ibid., p. 454.

⁶⁸⁰ Ibid.

⁶⁸¹ Ibid.

Osvaldo informou o seguinte: que o grosso da força [guerrilheira] havia acampado dia 24, mas percebeu que estava perto da estrada. Dia 25, pela manhã afastaram-se para uns cem metros de onde se achavam, designando alguns companheiros para limpar (camuflar) o local em que estiveram. Os membros da CM e sua guarda ficaram num ponto mais alto do terreno, e os demais ficaram na parte de baixo. Na hora do tiroteio havia 15 companheiros no acampamento.⁶⁸²

Os sobreviventes se dividiram em pequenos grupos, que, aos poucos, foram também se esfacelando, boa parte, durante os primeiros meses de 1974. Até meados do ano, algumas guerrilheiras, ainda que isoladas e desnutridas, conseguiram manter-se vivas. No entanto, acabaram também capturadas. Conforme Leonencio Nossa:

Militares dizem que, durante a terceira campanha no Araguaia, as regras internacionais de guerra foram trocadas por normas criadas numa atmosfera de desgaste emocional e físico, de ódio e rancor, sentimentos exacerbados pela vegetação luxuriante. É uma versão frágil.⁶⁸³ [...] Foi dentro das bases de Marabá, Xambioá e da Bacaba, sem a lama do igapó e a picada da formiga-de-fogo, que oficiais torturaram e escolheram o dia da execução de prisioneiros. A lei da selva não foi posta em prática no Araguaia.⁶⁸⁴

Datam deste período os desaparecimentos de Dermeval da Silva Pereira, Antônio de Pádua Costa e Dinalva Teixeira. Quanto ao primeiro, fontes reunidas pela CNV indicam que ele foi executado na Base da Bacaba ou na Casa Azul, em torno de março de 1973. Havia sido entregue por moradores aos militares, após tentar conseguir comida. Vanu, um dos ex-guias, disse “ter ouvido do Sargento João Santa Cruz que Dermeval foi vítima de uma rajada de tiros de um militar após ter jogado um copo d’água na cara do mesmo”.⁶⁸⁵

A CNV também apresentou relatos de pessoas que presenciaram que Antônio de Pádua se encontrava sob custódia militar. Em tal condição, teria sido levado para a mata, para identificar possíveis pontos de suprimentos dos guerrilheiros, tendo apresentado apenas locais vazios. Alguns depoimentos afirmaram que ele foi morto na base da Bacaba. Todavia, o caso segue também sem conclusão. Recentemente, surgiu a versão, dita por militares e apresentada por Studart, de que alguns guerrilheiros presos nessa fase, inclusive Piauí, teriam feito um tipo de acordo de proteção às testemunhas e conseguiram se manter vivos. Essa versão aparenta ser mais uma tentativa de desconstruir a responsabilidade militar sobre os

⁶⁸² ARROYO, A. **Relatório sobre a luta no Araguaia...** op. cit., p. 271.

⁶⁸³ NOSSA, L... **Mata!**... op. cit., p. 212.

⁶⁸⁴ *Ibid.*, p. 212.

⁶⁸⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume III...** op. cit., p. 1534.

desaparecimentos, referente a um período em que as fontes são ainda mais escassas. Para Buonicore:⁶⁸⁶

Os sobreviventes da 3ª Campanha nada ou muito pouco poderiam delatar. A Guerrilha havia sido praticamente dizimada. É muito estranho que, passados mais de 40 anos, nenhum deles tenha sido encontrado ou resolvido aparecer. Eles não foram encontrados – ou se apresentaram – porque certamente estão mortos e enterrados em algum lugar no interior do país.

Dina também teria sido avistada na Casa Azul, em torno de julho de 1974. Existem muitos relatos sobre como sua morte ocorrera. Boa parte deles, apresenta como ponto em comum o fato de Dina estar grávida. Segundo Sebastião Curió, em depoimento a Leonencio Nossa, ela foi presa junto a Luiza Augusta Garlippe, a Tuca. Teria sido denunciada por um moradora local enquanto tentava lhe vender um relógio ou outros itens.

Após a denúncia, o próprio Curió teria, junto com outros militares, montado uma arapuca para as duas. No caso de Dina, depois de leva-la para o 52 BIS e para a Casa Azul, segundo Curió, ela teria sido entregue à custódia de um outro militar: “Foi o agente José Teixeira Brant, o doutor César, quem acompanhou Dina num voo da base de Marabá para um ponto na selva onde deveria ser fuzilada”.⁶⁸⁷ Aquele estaria no encalço de Dina “desde a atuação dela no movimento estudantil de salvador”.⁶⁸⁸ Segundo esse relato, ele recebera, como troféu, a possibilidade de dar um fim à vida da guerrilheira.

Os corpos de Dina, Tuca, Antônio de Pádua, Dermeval e uma série de outros abordados neste capítulo jamais foram localizados. Apesar disso, e dos demais apagamentos de rastros, Dina vem tendo, cada vez mais, sua imagem apropriada e usada como lugar de memória por diversos movimentos sociais, como observou Cavalcanti Junior.⁶⁸⁹ Nas próximas páginas, voltaremos a tratar sobre essa guerrilheira e nos debruçaremos mais detidamente sobre as trajetórias de duas de suas companheiras, Helenira Resende e Lúcia Maria de Souza.

⁶⁸⁶ BUONICORE, A. **Uma nova narrativa reacionária e misógina sobre a Guerrilha...** op. cit. s/p.

⁶⁸⁷ NOSSA, L... **Mata!**... op. cit., p. 210.

⁶⁸⁸ Ibid., p. 2010.

⁶⁸⁹ CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. **As Dinis do Araguaia:** diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar. 216 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

5 (RE)INVENTANDO CAMINHOS NO ENFRENTAMENTO À DESIGUALDADE: MULHERES NEGRAS E A GUERRILHA DO ARAGUAIA

As mulheres negras integrantes das Forças Guerrilheiras do Araguaia romperam com diversos estereótipos costumeiramente associados tanto àquelas que compõem o conjunto da sociedade quanto às que integram grupos de esquerda. Embora, como veremos, uma série de outros estereótipos tenha sido acionada para enquadrá-las, é importante não perdermos de vista que elas atuaram dentro de uma sociedade que, historicamente, atribuiu um papel extremamente sexualizado às mulheres negras, bem como, ainda hoje, costuma tratá-las como incapazes de realizar trabalhos para além do espaço doméstico; assumindo, assim, uma postura cética⁶⁹⁰ quanto à sua capacidade de atuação no mercado de trabalho e na política.

Muitas décadas após os fatos aqui estudados, a filósofa Sueli Carneiro ressaltou a necessidade de “desnaturalização do lugar da mulher negra na sociedade brasileira”,⁶⁹¹ e junto com outras militantes do feminismo negro, defendeu a modificação do lugar de subalternidade historicamente atribuído às mulheres negras em nosso país. No fim da década de 1960 e início de 1970, as estratégias de subalternização das mulheres negras já se encontravam, há muito, presentes em nossa sociedade, assim como ações de contraposição a essa realidade, muitas vezes realizadas a nível individual, mas também no cerne de partidos políticos de esquerda, o que merece ser estudado mais detalhadamente.⁶⁹²

Ao observarmos trajetórias como as de Helenira Resende, Dina Teixeira e Lúcia Maria de Souza, é possível vislumbrarmos que, mesmo que ambas não tenham se vinculado, explicitamente, às lutas feministas e, além disso, tenham sido assassinadas muito antes da organização dos coletivos de mulheres negras — que surgiram, no Brasil, a partir da década de 1980 —, os rastros de suas ações atestam que ambas confrontaram diretamente essa condição de subalternização apontada por Carneiro; condição muito presente no contexto em que viveram e que, certamente, ambas almejavam também modificar.

⁶⁹⁰ Na expressão de: CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. In: CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020. p. 274-286.

⁶⁹¹ CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

⁶⁹² Segundo Colling, durante muito tempo: “Os historiadores fizeram a historiografia do silêncio. A História transformou-se em relato que esqueceu as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, fora do acontecimento. Elas, porém, não estão sozinhas neste silêncio-profundo. Elas estão acompanhadas de todos aqueles que foram marginalizados pela História, como os negros, os índios, os velhos, os homossexuais, as crianças, etc.” COLLING, Ana Maria. Gênero e história: Um diálogo possível? **Revista Contexto e Educação**, [S. l.], v. 19, n. 71-72, p. 29-43, 2013. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1131>> Acesso em: 10 nov. 2022.

A essas mulheres, foi negada — precisamente ao conjunto de mulheres e homens mortos pelas forças do estado durante o regime militar — a possibilidade de levar sua atuação política até um contexto de maior liberdade para a discussão de ideias. Apesar disso, elas também buscaram, em suas ações de resistência, manter uma posição de autonomia em que pudessem defender seu direito de participação política.

Embora atuassem através de um partido que tinha a centralidade na questão da classe, Helenira Resende, Dina Teixeira e Lúcia Maria de Souza⁶⁹³ também efetuaram diálogos com outros marcadores, seja no atendimento à saúde das mulheres pertencentes à população local, seja na construção de suas próprias histórias de vida, nas quais tiveram que encarar de frente problemas impostos pelo patriarcalismo e pelo racismo. Ou seja, problemas que lhes apareciam de forma interseccional, também vivenciados, de formas diferentes, pelas mulheres negras camponesas e indígenas da Amazônia Oriental.⁶⁹⁴

José Genoíno Neto afirmou que, juntamente com Oswaldão, Helenira abordava o tema do racismo junto aos moradores locais, inclusive no período de combates. Em suas palavras: “duas pessoas que no Araguaia, mesmo com aquele certo pragmatismo da esquerda, colocavam essa questão do racismo: era o Oswaldão, que era preto no sentido radical; e a Helenira Rezende de Sousa Nazareth. Inclusive, a Helenira colocava essa questão já na guerrilha”.⁶⁹⁵ Há relatos de atendimentos no âmbito da saúde feitos por Lúcia Maria de Souza às mulheres locais, um dos serviços oferecidos pela guerrilha à população.

A participação dessas mulheres em uma ação política considerada de vanguarda, dentro do campo político de orientação marxista, não se deu pela mera simpatia do PC do B. Esse partido, naquele momento, mantinha, em sua maioria, homens brancos entre os papéis de liderança, como era comum no período e ainda hoje, apesar de avanços realizados sobretudo nos últimos anos, é uma realidade entre a maior parte dos partidos políticos brasileiros,

⁶⁹³ Como já dito, por uma questão de organização do capítulo, iremos nos deter, de forma mais detalhada, às experiências de Lúcia e Helenira.

⁶⁹⁴ Usamos, aqui, a definição de Kimberlé Crenshaw: “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”. CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de Especialistas em aspectos da Discriminação racial Relativos ao gênero. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. p. 177.

⁶⁹⁵ GENOÍNO NETO, José. *Memórias da Guerrilha do Araguaia*: Entrevista com José Genoíno Neto. Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína, Araguaína, v. 12, n.2, p. 274-318, 2020. p. 296-297. [Entrevistadores: César Alessandro Sagrillo Figueiredo, Naiane Vieira dos Reis, Luiza Helena Oliveira da Silva, Paulo César Lucena de Sousa].

inclusive os de esquerda. Nos partidos políticos brasileiros, raramente mulheres e homens negros são vistos ocupando os cargos mais altos da hierarquia partidária, principalmente num quantitativo que vá além de personalidades políticas isoladas.⁶⁹⁶

Segundo Janaína Teles:

A participação das mulheres na luta armada contra a ditadura se deu, a despeito da composição majoritariamente masculina das organizações de esquerda. As militantes de esquerda, entretanto, enfrentaram não somente o autoritarismo, mas a ordem estabelecida no que se refere aos costumes que impunham o estereótipo da mulher submissa na política e restrita ao espaço privado e doméstico. Elas enfrentaram a ordem vigente em todos os níveis, embora suas reivindicações não tivessem ainda um caráter abertamente feminista.⁶⁹⁷

Cavalcanti Junior observou que:

[...] os papéis estabelecidos dentro da guerrilha traziam diferenças de gênero, algo que, por mais que naquele momento não fosse debatido, se faz importante para a compreensão do porquê apenas uma mulher – no caso, Dinalva Oliveira – tornar-se subcomandante de um destacamento.⁶⁹⁸

Sobre o protagonismo feminino, o mesmo autor apresentou as seguintes considerações:

Com isso, é necessário retomar algumas questões iniciais, e entender que, apesar de organicamente não haver diferenças, algo assegurado, por exemplo, no Regulamento Militar que regia as Forças Guerrilheiras, no cotidiano havia situações que apresentavam questões de distinções de gênero. Dessa forma, entendo que o protagonismo militante das mulheres que foram para o Araguaia não foi algo simplesmente atribuído, mas conquistado em cada ato.⁶⁹⁹

Cavalcanti Junior concluiu que “foram nas conquistas e nos atos ‘incomuns’ que Dinalva [a Dina] e tantas outras guerrilheiras passaram a ser reconhecidas no Araguaia”.⁷⁰⁰ Essa observação nos possibilita compreender como o lugar das mulheres, naquele movimento,

⁶⁹⁶ Segundo Carneiro, ainda hoje: “parece insólita, no imaginário social, a presença de mulheres negras em instâncias de poder, em nossa sociedade”. Ademais, “as representações consolidadas acerca das mulheres negras determinam tanto a sua ínfima presença nas instâncias de poder como as dificuldades adicionais que as espreitam quando ousam romper portas e adentrar lugares para os quais não foram destinadas”. CARNEIRO, S. **Mulheres negras e poder...**, op. cit., p. 281.

⁶⁹⁷ TELES, Janaína de Almeida. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). **História Unisinos**, v. 18. n. 3, p. 464-480, set.-dez. 2014. p. 473-474.

⁶⁹⁸ CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. **As Dinãs do Araguaia**: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar. 216 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020. p. 18.

⁶⁹⁹ Ibid., p. 120.

⁷⁰⁰ Ibid., p. 120.

não lhes foi dado, mas conquistado, por vezes, tendo que enfrentar não somente as mesmas dificuldades que os guerrilheiros homens, mas uma carga adicional, devido à quantidade de estereótipos a serem vencidos. Imagine-se, então, como esse desafio se ampliava no que se refere às mulheres negras, que traziam um marcador de diferença a mais. Embora também devam ser considerados momentos em que essa característica possa ter contribuído para uma maior identificação com a população local, especialmente, no diálogo com outras mulheres negras, em grande número chegadas ao local em um período recente, a partir das migrações.

Ademais, embora existisse abertura no PC do B para a atuação feminina — e deva se destacar a histórica participação das mulheres na luta comunista em todo o mundo, inclusive durante os períodos de atividades clandestinas —, essa abertura se dava devido ao papel crescente que as mulheres vinham buscando na organização e nos espaços públicos durante aquele momento.⁷⁰¹ Ou seja, não se dava somente por uma adequação intrapartidária ou unicamente vinculada à história comunista, mas como um sinal das mudanças sociais que estavam em curso no Brasil e no mundo, em um momento em que era crescente a luta das mulheres contra o que é, hoje, definido como desigualdade de gênero.⁷⁰² Todavia, é importante também observarmos que, apesar de permanências dessa desigualdade quanto ao gênero no cerne do partido, como reflexos da sociedade de forma mais ampla, também haviam alguns elementos de ruptura, como veremos abaixo, que indicam que o PC do B tentava responder às demandas elencadas pelas mulheres naquele momento.

Durante o contexto da Guerra Fria, muitas mulheres participaram das lutas guerrilheiras que eclodiram em várias partes do, então dito, terceiro mundo. Aquele era um momento em que a maior parte dos exércitos regulares não aceitava a presença feminina entre os combatentes. Por isso, de acordo com Stéphane Audoin-Rouzeau, as mulheres participantes de movimentos de luta armada contribuíram para o questionamento, no

⁷⁰¹ “As transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira, especialmente a partir dos anos 60, criaram as condições mais gerais para a efetiva constituição da mulher como sujeito político. Não se trata apenas da conquista de espaços significativos no mercado de trabalho e na universidade; é um processo marcado pela crescente conscientização e participação política da mulher”. COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. p. 48.

⁷⁰² Para Scott, que entende o gênero em uma perspectiva relacional: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Além disso: “O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política”. SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, s/l, v. 20, n.2, jul-dez. 1995. p. 86; 89. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>> Acesso em: 10 nov. 2022.

Ocidente, de certas concepções consagradas de virilidade, cansando rupturas. A autora chamou a atenção, entre outros fatores, para o “papel central que desempenharam as diferentes guerrilhas do século [XX] no questionamento do monopólio masculino do porte de armas”.⁷⁰³ Evidentemente, o falocentrismo, militar ou civil, tentou reverter essa ruptura investindo em uma série de imagens negativas atribuídas às mulheres guerrilheiras, construindo figurações, por exemplo, calcadas na objetificação e hipersexualização, como ocorreu na própria Guerrilha do Araguaia.

Apesar disso, as guerrilhas espalhadas pelos países então considerados como de terceiro mundo, com destaque para a América Latina, ainda que em diversos momentos tenham reforçados certas imagens de virilidade ligadas a guerrilheiros de diversas nacionalidades, colaboraram para o “questionamento da exclusividade masculina em termos de acesso à esfera militar”;⁷⁰⁴ em um processo que já vinha ocorrendo desde a Segunda Guerra Mundial. A Guerrilha do Araguaia foi, desse modo, um dos inúmeros conflitos armados ocorridos no cerne da Guerra Fria nos quais o papel das mulheres teve destaque. Esse fator tem contribuído para a própria lembrança da trajetória de algumas daquelas combatentes, recuperadas, hoje, como um símbolo que liga as lutas do passado às do presente.

Um dos principais exemplos de deslocamento dos papéis tradicionais de homens e mulheres ocorridos durante a Guerrilha do Araguaia, conforme Cavalcanti Junior, ocorreu entre o casal Dina e Antônio Teixeira. Ao contrário da forma mais comum de designação, que atrelava o nome da mulher ao do marido, em virtude do destaque tido por Dina entre a população local, Antônio passou a ser designado como “Antônio da Dina”. Nesse sentido:

O caso específico de Antônio, pois não houve outro no Araguaia, reconhecido nominalmente atrelado à sua companheira, traz uma importante análise. [...] ao analisar documentos da repressão acerca de Dinaelza [Coqueiro],⁷⁰⁵ pude observar que, quando essa era mencionada pelos órgãos de repressão, estava relacionada à ideia de ‘mulher de João Goiano’. Ou seja, sem a representação de possuir qualquer autonomia política. Contudo, no caso de Dina e Antônio, é possível notar uma composição diferente, pois,

⁷⁰³ AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. Exércitos e guerras: uma brecha no coração do modelo viril? In: COURTINE, Jean-Jacques. **A virilidade em crise? Século XX-XXI**. Tradução Noéli Correia de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 259.

⁷⁰⁴ Ibid., p. 258.

⁷⁰⁵ Natural de Vitória da Conquista (BA), Dinaelza Santana Coqueiro (1949-1973/74), a Maria Dina, foi integrante do Destacamento B, junto com o seu esposo Vandick Reidner Pereira Coqueiro (1949-1973/74, o João do B. Ver, além do citado trabalho de Cavalcanti Junior, o perfil da CNV: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Dinaelza Santana Coqueiro. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1579-1583.

ainda que o modelo masculino de militante prevalecesse, Dinalva, a partir de sua militância, modificou, ainda que simbolicamente, esse padrão.⁷⁰⁶

Não por acaso, surgiram narrativas que buscaram criar uma imagem hipersexualizada de Dina; imagem esta que se estenderia ao conjunto de mulheres guerrilheiras. O falocentrismo não aceitou que uma ou mais mulheres se destacassem em uma luta que fazia tremer a muitos homens, muito menos que uma mulher assumisse posição de destaque no movimento guerrilheiro.⁷⁰⁷ Segundo Colling:

A constituição do sujeito político feminino pelos órgãos da repressão é uma tentativa de desconstrução do sujeito político autônomo, enquadrando a mulher militante como apêndice dos homens, incapaz de decisão política. Para a repressão militar a mulher ‘subversiva’ é um sujeito desviante que participa da política de oposição ao regime militar acompanhando homens ou à procura de homem. Exceção feita à mulher religiosa, que pela sua condição celibatária e por possuir uma Igreja como um poder maior a protegê-la, é qualificada como sujeito subversivo perigoso. As demais mulheres estão ousando num mundo que não é seu – o campo político, público.⁷⁰⁸

⁷⁰⁶ CAVALCANTI JUNIOR, A. A. **As Dinhas do Araguaia...** op. cit., p. 130.

⁷⁰⁷ Studart, que, como vimos, constrói uma narrativa próxima da interpretação de oficiais militares que participaram do conflito, afirma, por exemplo, no subtópico *Quando tudo foi permitido*: “No Destacamento C, enquanto comandado por Dr. Paulo, um ex-militante do PCB, não teria ocorrido qualquer alteração na vida íntima dos guerrilheiros. A mola propulsora principal de suas reflexões e buscas continuaram sendo a política, de acordo com as lembranças dos moradores da região. Mas a partir da ascensão de Pedro Gil como comandante e de Dina como líder política, no início de 1973, começaria a transição comportamental. Essa transformação seria ainda mais notada quando o Destacamento C fundiu-se com o B, comandando (sic.) por Osvaldão”. STUDART, Hugo. **Borboletas e lobisomens: Vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2018. p. 281. Esse autor vem sendo muito criticado por afirmativas presentes em seu livro: como a de que alguns guerrilheiros desaparecidos, ao final dos conflitos, não teriam sido executados, mas feito acordo com os militares, por meio do qual trocaram de identidade e se mantiveram vivos; representação sexualizada das guerrilheiras, incluindo um episódio onde teria ocorrido um suposto beijo entre a guerrilheira Áurea Eliza Pereira e o militar pretensamente responsável pela sua execução, no interior da Casa Azul, alguns segundos antes da morte da guerrilheira; entre uma série de outros pontos. Conforme a ex-guerrilheira Criméia Alice Schmidt de Almeida: “Uma prisioneira condenada à morte não vai se apaixonar e beijar o seu assassino. Eu leio aquilo como estupro”: ANGELO, Tiago; CEREZA, Tiago Angelo. ‘Cena de amor’ entre soldado e guerrilheira no Araguaia é, na verdade, estupro, diz ex-combatente. **Operamundi**, 21 jul. 2018. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/49686/cena-de-amor-entre-soldado-e-guerrilheira-no-araguaia-e-na-verdade-estupro-diz-ex-combatente>> Acesso: 20 nov. 2022. Studart reproduziu acriticamente o depoimento do pretense alçoz de Áurea, na época um jovem oficial descrito por ele da seguinte forma: “Era louro, olhos azuis, barba e cabelos longos, como os de roqueiro”. Em entrevista, o militar teria lhe dito: “Quando um homem sabe que é sua última refeição, ou o último beijo, ele fica comovido e aproveita. Mas quando é o último beijo de uma mulher, ela se entrega inteira. Nunca conheci uma mulher com tanto amor quanto a Áurea” – relata o militar”. STUDART, H. **Borboletas e lobisomens...** op. Cit., p. 408. Áurea, em seguida, teria sido colocada em um buraco e executada. Para outros pontos deste debate, ver: FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS. **Livro de Studart serve à tortura de familiares de desaparecidos políticos**. Disponível em: <<https://grabois.org.br/2018/09/01/livro-de-studart-serve-a-tortura-de-familiares-de-desaparecidos-politicos/>> Acesso: 11 nov. 2022.

⁷⁰⁸ COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura...** op. cit., p. 111.

Na Guerrilha do Araguaia, além do uso de armas e da violência, os diálogos políticos desenvolvidos pelas mulheres guerrilheiras também se tornaram proeminentes, possibilitando que demandas específicas das mulheres emergissem e fossem incorporadas como bandeiras de luta. Um dos pontos do *Programa Popular* da ULDP buscava acenar para as moradoras locais, afirmando o compromisso do movimento guerrilheiro com as suas demandas. A leitura desse ponto, em cruzamento com as outras fontes, possibilitaram-nos compreender que ele fora construído através da interlocução das mulheres guerrilheiras com aquelas moradoras:

15. Proteção à mulher. Direito à mulher, no caso de separação do marido ou do companheiro, à parte que lhe cabe na produção ou nos bens do casal, de acordo com o seu trabalho, direto ou indireto, na obtenção desta produção ou destes bens. Ajuda à maternidade. Cursos práticos para formar novas parceiras e melhorar os conhecimentos técnicos dos que trabalhavam na região, a fim de garantir melhor assistência às mulheres que derem à luz.⁷⁰⁹

Outro item do *Programa Popular* que dialogava, em específico, com a demanda das mulheres era o número oito, no qual era defendida a: “Liberdade para colher, quebrar e vender o babaçu”.⁷¹⁰ Esse tipo de ação extrativista, ainda hoje realizada centralmente por mulheres, necessita do acesso às palmeiras de coco babaçu, algo que, naquele contexto de implementação de grandes latifúndios, vinha se tornando cada vez mais difícil. Por um lado, os grandes fazendeiros, ao se apropriarem das terras, não permitiam o trânsito por locais, até então, acessados livremente pelas mulheres catadoras. Por outro, em pouco tempo, uma grande parte daquelas áreas florestais foram transformadas em pasto, o que reduzia bastante os locais onde aquelas mulheres poderiam realizar suas ações extrativistas.

O trabalho com o babaçu, que já era visto como um sinal de pobreza, ia, aos poucos, tornando-se mais dificultoso e perigoso. Justamente por isso chamou a atenção dos guerrilheiros, que o viam como um ponto de diálogo, por meio do qual, seria possível ampliar a conscientização de moradoras e moradores locais.

Na literatura sobre a Guerrilha, Mechi foi uma das poucas autoras a observar que a repressão à Guerrilha do Araguaia teve impacto na atividade das babaçueiras e no que viria a ser o movimento das quebradeiras de coco babaçu:

Outra luta que é decorrência das condições de exclusão criadas à época da guerrilha, são as lutas das ‘quebradeiras de coco’. Muitas mulheres, que tiveram seus maridos tornados inválidos ou mortos pela repressão, passaram a se dedicar ao extrativismo do coco de babaçu, abundante na região. Esta já

⁷⁰⁹ PC do B. Programa Popular. *A Classe Operária*, v. 9, n. 77, set. 1973, p. 11.

⁷¹⁰ *Ibid.*, p. 10.

era uma atividade econômica complementar desenvolvida exclusivamente por mulheres e que passou a ser a atividade principal de muitas delas, cujas famílias tiveram os meios de subsistência destruídos pelo Exército. Estas mulheres empreendem, ainda hoje, uma grande luta contra a propriedade privada da terra na região.⁷¹¹

Em registro referente ao início de abril de 1973, o diário de Maurício Grabois apresentou a avaliação do corpo de guerrilheiros sobre o primeiro ano de atividades. No tópico “Sobre o Desempenho das Mulheres” foi avaliada a “boa experiência. Os companheiros [homens] muito ajudaram e não criaram dificuldades. Muitas [companheiras] têm se destacado. O exemplo do ‘pelotão feminino’. As mulheres contribuem bastante para desenvolver o trabalho de massas”.⁷¹²

Conforme discutiremos a seguir, Sônia e Helenira estavam entre aquelas que colaboraram fortemente com esse trabalho “de massas”. Contudo, observa-se que a avaliação principiou não sobre as mulheres em si, mas dando a atenção aos homens que não teriam criado “dificuldades” para que as guerrilheiras desenvolvessem suas ações. Esse detalhe, como a literatura tem apontado, indica o tipo de tensão tida no cotidiano quanto às relações de gênero, tecidas em um universo de combatentes que fora pensado, a princípio, por um viés masculino. Um exemplo disso pode ser visualizado no testemunho de Glênio Sá que, ao tratar do período anterior aos combates, narrou uma dessas tensões ocorridas no núcleo embrionário do Destacamento B, em 1971:

Começamos a anunciar a chegada de uma mulher, que viria a morar conosco. Era a Sueli [Suely Yumiko Kanayama, a Chica],⁷¹³ paulista,

⁷¹¹ MECHEI, Patricia Sposito. **Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. 2012. 401 f. Tese (Doutorado em História Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 21. Segundo a mesma autora: “As quebradeiras visavam garantir o controle das áreas e da produção de coco. Em 1991, as mulheres que exerciam essa atividade em quatro estados (Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará), se organizaram na Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, que passou a ser denominado Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em 1995, entidade na qual as quebradeiras se organizam atualmente.” *Ibid.*, p. 132.

⁷¹² GRABOIS, Maurício. **[Diário]**. Disponível em: <www.grabois.org.br/cdm/livros-e-resenhas/136883/2014-04-10/diario-de-mauricio-grabois-na-guerrilha-do-araguaia> Acesso: 02 fev. 2020. p. 93.

⁷¹³ Filha de migrantes japoneses, Suely Yumiko Kanayama (1948-1973/74) nasceu em Coronel Macedo (SP). Era estudante da licenciatura em Língua Portuguesa e Germânica na USP. Militou na AP antes de ingressar no PC do B e chegou ao Araguaia em 1971. Há hipóteses diferentes sobre as circunstâncias e data de sua morte. Em uma delas, Suely teria sido fuzilada em ação militar e enterrada nas proximidades da base de Xambioá (TO). Em outra, foi levada para uma sessão de interrogatório e torturas, na base da Bacaba (PA), sendo enterrada próximo a essa base. Há ainda a afirmação, a partir do depoimento do oficial reformado da Aeronáutica Pedro Corrêa Cabral, de que seu corpo fora um dos removidos durante a Operação Limpeza. Levado à Serra das Andorinhas, teria sido queimado junto com os restos mortais de outros guerrilheiros. BRASIL. **Relatório: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014. p. 1574-1578. Ver também os documentos reunidos em: COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO – RUBEM PAIVA. **Suely Yumiko Kanayama**. Disponível em:

descendente de japoneses. Antes dela chegar, lembro-me que o Osvaldão chegou a levantar algumas dúvidas sobre a adaptação das mulheres naquela vida dura, mas foram logo dissipadas.⁷¹⁴

É provável que a alusão ao “não criar dificuldades” diga mais respeito ao gesto das mulheres em, naquele momento, relevar os entraves durante a reunião de avaliação do movimento, do que a uma ausência de fato de situações conflituosas. Os questionamentos, como o realizado por Osvaldão, não se restringiram somente ao momento descrito por Glênio Sá.⁷¹⁵ Essas dúvidas, ainda que indiretamente, eram postas como um desafio a mais a ser enfrentado pelas guerrilheiras. Entretanto, embora em sua maioria jovens, cada uma das militantes, ao chegarem, traziam consigo já uma história de enfrentamento às dificuldades impostas pelo seu tempo, entre as quais, a própria perseguição por parte do regime militar. Em alguns casos, já haviam enfrentado, diretamente, as medidas autoritárias desenvolvidas pelo regime. Helenira Resende, por exemplo, como detalharemos adiante, já havia passado por diversas detenções, enquanto realizava trabalho militante em São Paulo.⁷¹⁶

A atuação dessas guerrilheiras será abordada também em conjunto com um esforço de compreensão sobre as formas como mulheres negras, parte da população camponesa da região, experienciaram aquele contexto conflituoso. Observar as experiências de algumas delas, que em sua grande maioria continuam sub-representadas na produção do conhecimento histórico sobre a Guerrilha do Araguaia, será importante para ampliarmos os ângulos de compreensão sobre o evento, bem como para a já introduzida história das populações negras migrantes na Amazônia Oriental. Ainda mais porque, em geral, os relatos sobre tal tipo de

<<http://comissaoaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/suely-yumiko-kanayama>>. Acesso: nov. 2022. O perfil criado por essa comissão aponta para reportagem de 1979, que afirma que havia chegado até os familiares (em data indeterminada pós 1971), boatos de que Suely havia se tornado prostituta. Segundo Maia, Dantas e Savignano, a família de Suely era muito conservadora, sobretudo o seu pai. Quando Suely informou aos familiares que ia se mudar de São Paulo, sob a justificativa de que iria lecionar no interior de Minas Gerais, a família se opôs. Os familiares não sabiam que ela havia migrado para o Pará e integrava um movimento de luta armada. Assim: “Desde que as cartas de Suely pararam de chegar, alguns parentes insinuaram que ela poderia ter se tornado prostituta em algum lugar do interior do país”. MAIA, Iano Flávio; DANTAS, Renata; SAVIGNANO, Verónica. **Guerrilheiras do Araguaia: os caminhos de quatro jovens militantes**. Campinas: PUC-CAMPINAS, 2004. p. 226. Somente em 1978 os familiares conheceram o paradeiro de Suely: “Por longos anos, dona Emi carrega o peso do silêncio da filha e das acusações dos familiares [de que teria sido ela a influenciadora dos ‘desvios’ da filha]. Mesmo assim, ela não perde a confiança em Suely. Quer saber onde ela está e o que realmente lhe aconteceu. A resposta só vem em 1978, com a saída de José Genoíno da prisão. O ex-guerrilheiro conviveu com Suely por dois anos no Araguaia e faz questão de visitar a família. Só então, o alívio. Dona Emi fica feliz ao saber que a filha morreu pela causa que sempre acreditou. O resto da família ainda não aceita o desrespeito da filha, não compreende seus ideais. Mas, para dona Emi, basta”. Ibid., p. 226.

⁷¹⁴ SÁ, Glênio. **Araguaia: relato de um guerrilheiro**. 2 ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990, p. 8.

⁷¹⁵ Cavalcante Junior relata alguns outros pontos de tensão ocorridos no cotidiano do movimento a partir das relações de gênero. CAVALCANTE JUNIOR, A. A. **As Dinas do Araguaia...** op. cit.

⁷¹⁶ RIBEIRO, Bruno. **Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

conflito são masculinistas, ou seja, tendem a encobrir, silenciar, minimizar, estereotipar e falsear a atuação das mulheres,⁷¹⁷ sobretudo, tratando-se de mulheres negras.

Em relação às mulheres, Colling destacou que: “a história da repressão durante o período da ditadura militar é uma história de homens. A mulher militante política não é encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder.”⁷¹⁸ A pesquisadora apontou que as mulheres militantes de esquerda tinham que romper com uma série de imagens cristalizadas e que eram, a todo o tempo, usadas pelos agentes do regime para deslegitimar sua atuação. Aqui, entravam em cena a misoginia, o machismo e o sexismo, próprios - mas de modo algum exclusivos - aos meios militares, que também faziam eco ao que ocorria na sociedade de maneira mais ampla. Eram nela que os estereótipos e formas de exclusão das mulheres eram originados:

A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. A repressão caracteriza a mulher militante como Puta Comunista. Ambas categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico.⁷¹⁹

Como vimos, essa imagem da “puta comunista” retornou na construção de parte das memórias sobre a atuação das mulheres guerrilheiras do Araguaia, a partir de relatos sobre a hipersexualidade das guerrilheiras. Além disso, internamente aos partidos de esquerda, também existiam desafios diversos a serem enfrentados por elas. A trajetória da atriz, filósofa e militante negra Thereza Santos (1938-2012),⁷²⁰ em um outro partido comunista, o PCB, pode nos ajudar a compreender um pouco mais os tensionamentos enfrentados pelas mulheres negras no período. Santos afirmou que teve dificuldade em debater temáticas raciais tanto no Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, quanto no PCB, partido no qual ingressou no fim da adolescência, por meio da Juventude Comunista.

⁷¹⁷ COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em revista**: revista do núcleo de documentação histórica, Pelotas, v. 10, 2004. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11605>> Acesso: 10 out. 2022.

⁷¹⁸ Ibid., p. 2.

⁷¹⁹ Ibid., p. 7.

⁷²⁰ Ver sua autobiografia: SANTOS, Thereza. **Malunga Thereza Santos**: a história de vida de uma guerreira. São Carlos: Edufscar, 2008, p. 19. Assim como algumas produções que vêm recuperando a história dessa militante: VIEIRA, Nênis. **Thereza Santos** – Teatróloga, professora, filósofa e militante negra. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/thereza-santos-teatrologa-professora-filosofa-e-militante-negra/>> Acesso: 10 nov. 2022.; RIOS, F. A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar. **Plural**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 73-96, 2014. Acesso em: 19 out. 2022. p. 91.

Com dito acima, as mulheres ocupavam um lugar em suas organizações, como ocorreu com as guerrilheiras do PC do B, a partir de um contexto de maior emancipação feminina. O que não significa que também nos espaços internos dos partidos não houvesse tensionamentos sobre a participação feminina, inclusive pela forma como os grupos de esquerda, até então, interpretavam os caminhos para a sua atuação. Em muitos casos:

A esquerda não propiciava o debate sobre as relações feminino/masculino, sobre as questões femininas porque havia uma contradição maior a ser resolvida: a oposição entre a burguesia e o proletariado. Isto reforçava o poder dos homens nas organizações de esquerda.⁷²¹

Como observado também por Rios, Thereza Santos afirmou que, em muitas viagens do CPC da UNE, no início dos anos 1960, acabava sendo designada para remendar as meias dos colegas militantes. Em outras ações, era vista como “tarifeira”, tendo que realizar uma série de ações que davam base para as ações a serem realizadas, mas que ganhavam pouca valorização interna, por sua condição de mulher e negra. Perseguida no Brasil por sua atuação política comunista, em 1974, ela migrou para o continente africano e participou do processo de luta pela independência de países como Guiné-Bissau e Angola.⁷²²

Thereza Santos exerceu sua militância no Rio de Janeiro e em São Paulo, as mesmas cidades nas quais atuaram Lúcia e Helenira, respectivamente. Helenira, inclusive, segundo sua irmã Helenalda Rezende, no final dos anos 1960, lançou mão de uma das estratégias de conscientização política usadas também por aquela atriz e uma série de militantes no período. Nesse sentido, Helenira: “Com seus alunos de Português de suas Escolas estaduais, uma no Jardim Japão e outra em Guarulhos, preparava peças de teatro consideradas subversivas, na época”.⁷²³ Todavia, Sônia e Helenira acabaram desenvolvendo ações no PC do B que, por um lado, aproximaram-se dos percursos comunistas trilhados por Thereza Santos, mas, por outro, acabaram levando a caminhos bastante distintos.⁷²⁴ Assim como Santos, as duas optaram, em dado momento, pelo distanciamento dos grandes centros urbanos, ocasionando a participação

⁷²¹ COLLING, A. M. *As mulheres e a ditadura militar no Brasil...* op. cit., p. 8.

⁷²² RIOS, F. *A trajetória de Thereza Santos...* op. cit.; SANTOS, T. *Malunga Thereza Santos*. op. cit.

⁷²³ RESENDE, Helenalda. *Perfil de uma guerrilheira. Helenira Resende*: “em que leito de rio correrá seu sangue?”. Acervo da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo — Rubens Paiva. Disponível em: <<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>> Acesso: 11 nov. 2022.

⁷²⁴ Como vimos em outro capítulo, o PC do B não tinha tanto o perfil – ao menos no cerne do movimento estudantil onde as duas passaram a atuar, embora alguns militantes oriundos da classe média tenham integrado as forças guerrilheiras – de integrar militantes das classes médias urbanas, mas de englobar um número maior de estudantes com o perfil mais interiorano.

de ambas em uma guerrilha travada em um espaço de fronteira, não no continente africano, mas entre mulheres e homens camponeses, indígenas e ribeirinhos da Amazônia.

Tauana Silva tratou das trajetórias de Santos, Helenira, Lúcia e outras seis mulheres negras que atuaram no enfrentamento ao regime militar, em organizações diversas, no recorte 1964-1985.⁷²⁵ Assim como Santos, muitas mulheres negras enfrentaram diversos tensionamentos nos grupos de esquerda:

[...] as mulheres, especialmente as negras, no contexto de suas atuações opostas à ditadura, tiveram que superar diferentes obstáculos de ordem material, moral e psicológica intrínsecos à sua condição subalterna na sociedade. No entanto, penso também que foi no âmbito dos grupos resistentes de esquerda, perante diferentes discursos de negação de suas capacidades intelectuais e militantes, bem perante a ‘divisão sexual’ do trabalho revolucionário, o qual como rejeitava suas especificidades, que as informantes inicialmente tornaram-se sujeitos políticos da luta antirracista e feminista. As experiências adquiridas nesses círculos foram, no conjunto das entrevistas, apresentadas como fundamentais para o êxito de suas ações futuras.⁷²⁶

Conforme destacou essa autora, as ações autônomas, enquanto movimentos de mulheres negras, seriam desenvolvidos no Brasil somente dali há alguns anos, muito a partir dos conhecimentos adquiridos por essas mulheres, em especial, no cerne de grupos com orientação socialista e comunista, reorganizando sentidos de lutas que, a princípio, foram travadas de maneira solitária, e que se chocavam com as linhas teóricas então em vigência nos grupos e partidos de esquerda. Chama a atenção, contudo, o sentido de experiência identificado entre as entrevistadas. Como a própria autora observou ao tratar também das trajetórias de Sônia e Helenira, na fronteira Araguaia-Tocantins, foram tecidas muitas dessas experiências, que ainda hoje apresentam repercussões diversas e que merecem ser melhor compreendidas.

5.1 JOVENS MULHERES EM COMBATE

⁷²⁵ SILVA, Tauana Olívia Gomes. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a Ditadura no Brasil (1964-1985)**. 2019. 528 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

⁷²⁶ *Ibid.*, p. 453.

Figura 20 - Lúcia Maria de Souza, a Sônia



Fonte: Site *Memórias da Ditadura*.⁷²⁷

A bacia Araguaia-Tocantins⁷²⁸ é a maior localizada, exclusivamente, em território brasileiro.⁷²⁹ Nela, além dos dois grandes rios, encontram-se uma série de afluentes com grande importância para a história de muitos municípios. Nesta tese, por exemplo, abordamos o rio Itacaiúnas, que desagua no Tocantins, em Marabá-PA, e em cujas margens encontrava-se a Casa Azul,⁷³⁰ que sediou as operações do Centro de Inteligência do Exército (CIE), bem como serviu como ponto de aprisionamento (clandestino) para diversos camponeses e guerrilheiros; ou os rios Gameleirinha e Gameleira, afluentes do Araguaia em torno da Serra das Andorinhas, em cujos arredores foi formado o Destacamento B da Guerrilha.

Sônia viera do Estado da Guanabara. Era de família pobre. Foi educada em um asilo – a União das Operárias de Jesus –. Trabalhou numa das fábricas da

⁷²⁷ MEMÓRIAS DA DITADURA. **Lúcia Maria de Souza**. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/lucia-maria-de-souza/>> Acesso: 19 dez. 2022.

⁷²⁸ “A Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia (RHTA) localiza-se entre o paralelo sul 0° 30’ e 18° 05’ e os meridianos de longitude oeste 45° 45’ e 56° 20’. Sua configuração é alongada, com sentido Sul-Norte, seguindo a direção predominante dos cursos d’água principais, os rios Tocantins e o Araguaia. Essa bacia hidrográfica possui uma área de aproximadamente 918.822 Km² e abrange parte das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (IBGE, 2014). Ocupa 11% do território nacional, incluindo as áreas dos Estados de Goiás (21,4% da RHTA), Tocantins (30,2%), Pará (30,3%), Maranhão (3,3%), Mato Grosso (14,7%) e o Distrito Federal (0,1%), totalizando 411 municípios e integrando totalmente o estado do Tocantins”. GOMES, Evanice Pinheiro; PESSOA, Francisco Carlos Lira; SANTANA, Laila Rover; CRUZ, Josias da Silva. Avaliação da Degradação Hídrica na Bacia Hidrográfica Tocantins Araguaia. *Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 41, n.3, 2018, p. 503-513 [p. 505].

⁷²⁹ MAGALHÃES, Marcos Pereira et al. O Holoceno inferior e a antropogênese amazônica na longa história indígena da Amazônia oriental (Carajás, Pará, Brasil). *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, Belém, v. 14, n. 2, p. 291-325, maio-ago. 2019.

⁷³⁰ LUIZ, Janailson Macêdo; REIS, Naurinete Fernandes Inácio; SILVA, Idelma Santiago. A ditadura e os rastros da repressão no sudeste paraense: desvelando memórias sobre a Casa Azul. *Saeculum*, João Pessoa, n. 39, jul/dez. 2018, p. 83-102.

Coca-Cola e custeou seus estudos com seus próprios recursos. Ingressou na Faculdade de Medicina e cursava o 4º ano quando veio para o Araguaia.⁷³¹

Segundo a CNV, ela:

Conseguiu entrar na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e, entre 1969 e 1970, foi responsável pela impressão e distribuição do jornal *Classe Operária*. Segundo documento do Serviço Nacional de Informações, participava do Comitê Universitário do PCdoB, formando parte da Secretaria de Agitação e Propaganda, cuja responsabilidade principal era a edição do jornal *A Luta*. Em sua militância no Rio de Janeiro, se aproximou de Jana Moroni, que seria sua companheira de guerrilha no Araguaia. No início de 1971, quando cursava o quarto ano de medicina e era estagiária do Hospital Pedro Ernesto, mudou-se para a região do ‘Chega com Jeito’, na localidade de Brejo Grande (PA).⁷³²

A partir de Tauna Silva, pode se compreender que a influência para Lúcia buscar a área da saúde veio de sua mãe, Jovina Ferreira. Embora, conforme depoimento da irmã de Lúcia, Margarida Maria de Souza, à mesma autora, Jovina aconselhasse as filhas a não se envolverem com atividades políticas, a sua maneira de lidar com as pessoas no cotidiano teve grande influência sobre a concepção política defendida pela filha.

Seu pai, José Augusto de Souza, faleceu devido a tuberculose, quando Lúcia tinha em torno de cinco anos de idade. Sua mãe, Jovina Ferreira, era enfermeira de profissão e foi descrita como uma pessoa muito caridosa e prestativa. Como especialista da área de saúde, Jovina era frequentemente solicitada por seus vizinhos para atender as urgências médicas. Assim, no âmbito do bairro residencial ela era uma figura estimada.⁷³³

É possível compreender, a partir das informações levantadas por Tauana Silva, que Lúcia construiu a concepção de que a saúde não deveria ser um privilégio de alguns poucos, a partir da observação das ações de sua mãe. Esse tipo de posicionamento influenciaria tanto na escolha do curso de Medicina por parte de Sônia, quanto pela sua opção por não virar as costas para os problemas do país. A sua própria presença, como mulher negra, em um curso de Medicina, naquele momento, já era uma grande demonstração das contradições e contrastes que permeavam as relações sociais do Brasil. Segundo depoimento de sua irmã à Tauana Silva:

⁷³¹ GRABOIS, M. [Diário]... op. cit., p. 139.

⁷³² BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Lúcia Maria de Souza. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1361.

⁷³³ SOUZA, Margarida Maria de. In: SILVA, T. O. G. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda...** op. cit. p. 345.

A gente sempre se identificou como negra. Nosso pai era negro. Então para que dizer que era branca? Minha mãe era branca, cabelo liso e tudo mais. Mas nós não, não somos brancas. [...]. A Lúcia [...] se considerava negra mesmo. Nós somos negros. Meu pai era negro. Tínhamos consciência de que éramos negras. Apesar de que na nossa certidão vinha parda.⁷³⁴

Helenira Resende de Souza Nazareth, a Preta ou Fátima, também veio ao mundo em 1944, quando sua família estava instalada em Cerqueira César, interior de São Paulo. Também era descendente de uma união composta por um pai negro, o já citado Dr. Nazareth, e uma mãe branca, Euthália Resende de Souza Nazareth. Sua infância foi passada em Assis (SP):

[...] onde cresceu e concluiu o curso clássico no Instituto de Educação Professor Clibas Pinto Ferraz. Lá, iniciou sua militância estudantil e ajudou a fundar o grêmio da escola. Praticou atletismo e basquete e, nesta última modalidade, conquistou medalhas em diversos campeonatos. Mudou-se para a cidade de São Paulo, onde cursou Letras na Faculdade de Filosofia Ciência e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) da rua Maria Antônia, na qual foi eleita presidente do Centro Acadêmico.⁷³⁵

Em virtude da atuação política destacada no âmbito da UNE, que a manteve sob a mira do regime militar durante diversos anos, chegaram aos dias atuais fontes diversas sobre a trajetória política de Helenira. Por uma ironia, que não deixa de ser costumeira no âmbito da pesquisa histórica, boa parte desses rastros se devem às detenções da militante realizadas pela polícia política. Registros que alimentavam uma rede de informações voltada para a melhor vigilância e punibilidade daqueles considerados "subversivos".

Em alguns casos, como na fotografia abaixo,⁷³⁶ recuperada entre os arquivos do DEOPS-SP, a intenção original era tornar visível, para a memória da malha repressiva, o rosto da estudante que subvertia o tipo de ordem que o regime tentava impor. Os agentes do DEOPS, de certo, não tinham em conta que, juntamente com uma série de outras imagens do gênero, estavam materializando um registro que seria, ele próprio, subvertido dali há muitos anos, e usado como testemunho das arbitrariedades realizadas naqueles anos; bem como recuperado como um símbolo de resistência ao autoritarismo.

⁷³⁴ Ibid., p. 346.

⁷³⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Helenira Resende de Souza Nazareth. In: BRASIL. **Relatório: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos.** Brasília: CNV, 2014. p. 1043.

⁷³⁶ A foto, hoje de grande circulação, foi usada na capa da obra de: RIBEIRO, B. **Helenira Resende e a guerrilha...** op. cit.

Helenira Resende havia sido fichada uma vez e detida duas vezes antes de migrar para a Amazônia. Acabou, também, sendo condenada, à revelia, em dois processos.⁷³⁷ Seus momentos de confronto com as autoridades e com o autoritarismo lhe causaram muita dor e geraram preocupação aos seus familiares. Contudo, acabaram indicando as condições de possibilidade de atuação de uma jovem mulher negra que decidiu contestar a ordem imposta em 1964. Algumas dessas fontes tiveram maior divulgação nos últimos anos, por meio da CNV, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo — Rubens Paiva, Comissão da Verdade da UNE; e por seus familiares, como veremos a seguir.

Figura 21 - Helenira Resende (1968),⁷³⁸ A Fátima ou Preta



Fonte: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.⁷³⁹

Sua trajetória militante, como vimos, passou pelos contatos com as concepções comunistas do pai, o dr. Nazareth, descrito por Bruno Ribeiro, biógrafo de Helenira, como um “médico humanista dotado de grande inteligência e sensibilidade”, que atuava no interior de

⁷³⁷ Segundo o *Boletim informativo n.º 4/75* do III Exército (Porto Alegre-RS), divulgado pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo — Rubens Paiva, Helenira foi: “Condenada a revelia, no Processo n.º 118/69, pela 2ª Aud/2.ª CJM, à pena de 2 anos de detenção, como inc do Art 38 do Dec-Lei n.º 314/67. Condenada a revelia, no Processo n.º 65/68, pela mesma Aud, à pena de 18 meses de detenção, como inc no Art 38 inciso IV do Dec-Lei n.º 314/67”. COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO — RUBENS PAIVA. **014 – Boletim Informativo III Exército 1975 Helenira Resende de Souza Nazareth**. Disponível em: <<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>> Acesso: 26 jun. 2020.

⁷³⁸ Segundo Bruno Ribeiro, essa foto foi retirada após a prisão no congresso de Ibiúna, em 1968. RIBEIRO, B. **Helenira Resende...** op. cit., p. 94.

⁷³⁹ COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO — RUBENS PAIVA. **024 - Foto Helenira Resende de Souza Nazareth**. Disponível em: <<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>> Acesso: 26 jun. 2020.

São Paulo e que “não deixou de sofrer perseguições e desprezo”⁷⁴⁰ em virtude de sua orientação comunista, ainda que também fosse maçom e espírita e realizasse obras em favor das populações mais pobres.⁷⁴¹ A atuação comunista do pai, inclusive, consta em um documento de 1972 da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, no qual Nazareth foi descrito como um “ativo comunista de Palmital – SP”,⁷⁴² situado a cerca de 36 km de Assis.

O termo de declaração contendo a versão de Helenira, firmado após sua detenção, junto com Rafael Orlando D'Alessio, após picharem o muro⁷⁴³ do Mackenzie, é um dos documentos que atestam a conhecida convicção apresentada pela militante. Em tal documento, sobretudo dada a situação de conflito em que foi produzido, no interior da temida Delegacia Especializada de Ordem Política do DEOPS, destaca-se a decisão de Helenira em afirmar, diante da polícia política, o seu posicionamento contestatório. Na declaração consta:

Que, às dezoito horas do dia vinte e oito de junho de mil novecentos e sessenta e sete a declarante e seu colega Rafael Orlando D'Alessio, compraram duas latas de tinta da marca color jet; que, depois de fazerem um lanche nas proximidades da Faculdade Mackenzie resolveram dar umas voltas; que, aproximadamente a uma hora do dia vinte e nove de junho de mil novecentos e sessenta e sete ela e seu colega, por terem idéias progressistas e discordarem do atual regime governamental em que as eleições foram indiretas, resolveram pichar (sic.) o muro da Faculdade Mackenzie com os dizeres ABAIXO A DITADURA, que, julga que em um país onde não haja eleições diretas o mesmo está sob ditadura; que, já haviam terminado de pichar (sic.) quando foram detidos, ainda no local, pela Rádio Patrulha que os trouxe à este Departamento.⁷⁴⁴

⁷⁴⁰ RIBEIRO, B. **Helenira Resende e a guerrilha...** op. cit., p. 19-20.

⁷⁴¹ DE LARA, José Maria Rodrigues. **Retrato falado e escrito de Adalberto de Assis Nazareth**. Campinas: Dizart, 1998.

⁷⁴² COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO — RUBENS PAIVA. **014 – Ficha DOPS 1972 Helenira Resende de Souza Nazareth**. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>> Acesso: 26 jun. 2020. p. 2.

⁷⁴³ Duas das militantes entrevistadas por Colling também haviam sido presas, no Rio Grande do Sul e no Recife, em virtude de pichações: “Anita [pseudônimo], militante da FTB [Fração Bolchevique Trotskista], foi presa em 1969, em frente à Pontifícia Universidade Católica, em Porto Alegre. ‘Eu fui presa porque nós estávamos pichando ‘Fora Rockfeller’. Pararam dois PMs, a gente não viu e nos prenderam’. Anita foi julgada e absolvida, tendo espontaneamente se exilado no Chile, Bélgica e França. A prisão de Pagu [pseudônimo] ocorreu de forma semelhante. Ela estava pichando, em Recife, juntamente com um grupo de secundaristas, ‘Fora Rockfeller, contra a reforma da Educação e o acordo MEC-Usaid’. Nesta época ela não estava formalmente vinculada a nenhuma organização política. Após três dias de interrogatório no DOPS, foi transferida para o Presídio Bom Pastor, onde ficou um mês. Não foi torturada fisicamente. Através da ação de sua advogada conseguiu a soltura para aguardar o julgamento em liberdade. Foi condenada a um ano de reclusão, tendo cumprido nove meses no Bom Pastor. Depois da prisão passou a viver na clandestinidade, chegando a viver sete anos ‘exilada no próprio país’”. COLLING, A. M. **A resistência da mulher...** op. cit., p. 53.

⁷⁴⁴ COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO — RUBENS PAIVA. **003 - Termo Declaração DOPS 1967 Helenira Resende de Souza Nazareth**. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>> Acesso: 26 jun. 2020.

Tal tipo de fonte costuma ser recuperada e divulgada especialmente em casos como o de Helenira, em que, em ordem inversa à finalidade que foi produzida, depõe a favor da pessoa que se encontrava sob alvo de constrangimentos em virtude de sua atuação política. Especialmente no caso de uma, até então, jovem e desconhecida militante, que perderia sua vida dali a cinco anos, justo diante de uma ação daquele mesmo estado autoritário.

Por trás das diversas camadas que envolvem a transcrição pelo escrivão, os posteriores atos penais e administrativos, e todo o processo de recuperação e divulgação como documento, a voz de Helenira emerge afirmando “ideias progressistas” e ressaltando uma pauta que se manteria presente no país ainda por duas décadas: a reivindicação por “eleições diretas” e o fim da ditadura. Ela teve, ainda, o cuidado em não comprometer outras pessoas possivelmente envolvidas com a organização desse tipo de ato de “agitação e propaganda”. Também Lúcia estava envolvida nesse tipo de ação naqueles anos finais da década de 1960, no Rio de Janeiro, assim como inúmeras jovens em partes diversas do país.

Em dezesseis de novembro do mesmo ano de 1967, quando voltou a depor à polícia política, Helenira, mais uma vez, deixou marcada a sua voz, inclusive na escolha do que dizer aos agentes da repressão. Na transcrição do novo depoimento, ficou registrado que sua atitude:

[...] e de seu companheiro constituía-se mais num desabafo no que se refere ao sistema de eleições indiretas vigentes no País e reconhece neste momento ter sido uma atitude inconsequente, afirmando até tratar-se de uma infantilidade; que o Governo deve representar o povo e para tal deve ser eleito pelo povo, já que não é possível a todos governar; que a interrogada é de formação democrática, razão pela qual é partidária da participação do povo na escolha de seus governantes.⁷⁴⁵

Ao apelar para a “infantilidade”, Helenira individualizava o ato. Tentava não deixar transparecer que aquela era uma ação do movimento estudantil. É difícil crer que a polícia política tenha acreditado em tal versão. Contudo, esse documento testemunha o tipo de estratégia adotada por Helenira para não expor a rede de militantes firmada no cerne do movimento estudantil, em São Paulo, naquele momento. Não temos a informação se, nessa ocasião, ela já estava vinculada ao PC do B. Todavia, foi nesse mesmo período, quando cursava sua graduação, que suas aproximações com aquele partido começaram a se estreitar.

⁷⁴⁵ COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO — RUBENS PAIVA. **002 - Auto Qualificação Interrogatório 1967 Helenira Resende de Souza Nazareth**. Disponível em: <<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>> Acesso: 26 jun. 2020.

Nesse segundo depoimento, Helenira não titubeou em expressar suas ideias, marca que apareceria em muitos outros momentos de sua trajetória. Ao mesmo tempo, evitou associar a pichação a uma ação do movimento estudantil, de modo a proteger os companheiros, ao afirmar:

Que não participou do congresso da UNE, tendo tido notícia do mesmo através do noticiário dos jornais; que não conhece os estudantes LUIZ GONZAGA TRAVASSOS, JOSÉ LUIZ MOREIRA GUEDES e CARLOS TOSHIKAZU TAKAOKA; que a interrogada não foi convidada para participar do Congresso da UNE, realizado em julho próximo passado (sic.); que a interrogada não leu a CARTA DE PRINCÍPIOS DA UNE elaborada por ocasião do último Congresso; [...] que já ouviu falar em AÇÃO POPULAR, contudo nada sabe a seu respeito; [...] que a interrogada agira de sua própria vontade, sem ter recebido orientação ou instrução de quem quer que seja.⁷⁴⁶

A mesma contundência em evitar expor à polícia política informações sobre pessoas notoriamente conhecidas dentro do movimento estudantil, como era o caso de Luiz Travassos, foi apresentada por Helenira, dali a alguns meses, para questionar outras figuras do movimento estudantil, inclusive o próprio Travassos. De acordo com o testemunho de Augusto César Petta,⁷⁴⁷ sobre reunião do movimento estudantil ocorrida na USP no primeiro semestre de 1968, como preparação para o Congresso de Ibiúna:

Num determinado momento do encontro em que os rumos do movimento estudantil estava sendo debatido, inscreveram-se para falar o presidente da UNE Luís Travassos e o futuro candidato a presidente José Dirceu. Travassos, que era um bom orador, defendeu com ênfase que o fundamental para o movimento estudantil, mesmo considerando a importância da organização, era o processo de mobilização dos estudantes; dizia que naquela conjuntura, era essencial denunciar a ditadura nas ruas, realizando atos e passeatas para demonstrar à população os crimes praticados pelo Governo; o movimento estudantil era quem ainda tinha alguma possibilidade de fazer essa denúncia, já que o movimento operário e os demais movimentos estavam completamente amordaçados.⁷⁴⁸

⁷⁴⁶ Ibid.

⁷⁴⁷ Professor, sindicalista e integrante do PC do B. Segundo ele, na época da preparação do congresso de Ibiúna, era integrante do movimento estudantil e tinha aproximações com a AP. PETTA, Augusto César. **Entrevista [História: Atuar para influenciar]**. Museu da Pessoa. 04 abr. 2020. Transcrição. Disponível em: <<https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/atuar-para-influenciar-169819>> Acesso: 16 nov. 2022.

⁷⁴⁸ PETTA, Augusto César. O exemplo de Helenira. **Vermelho**, s/l, 23 jun. 2008. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/coluna/o-exemplo-de-helenira/>> Acesso: 16 nov. 2022.

Em seguida, pronunciou-se José Dirceu,⁷⁴⁹ que se tornaria uma figura política proeminente no contexto de reabertura política, por meio da militância no Partido dos Trabalhadores (PT), e nos dois primeiros governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

José Dirceu disse que, mesmo reconhecendo a importância da mobilização naquele cenário tão difícil, enfatizava o processo de organização dentro das escolas para que o movimento se fortalecesse e assim, conseguiria melhores condições para enfrentar a ditadura. A organização ocorreria com o fortalecimento das entidades estudantis na luta para que a educação melhorasse sua qualidade, para que a democracia fosse conquistada no interior das escolas. Nem Travassos, nem Dirceu eliminavam do seu discurso a mobilização e a organização, tratava-se de enfatizar mais um ou outro aspecto. Não se tratava, porém apenas de uma questão conjuntural, esse posicionamento era decorrente de concepções advindas dos Partidos que cada um deles seguia. Durante toda a trajetória do movimento estudantil da época, os militantes da AP - Ação Popular - ressaltavam a mobilização e os do PCB a organização.⁷⁵⁰

Figura 22 - Helenira confronta a mesa em evento do movimento



Fonte: G1.⁷⁵¹

Uma outra voz, porém, ganharia destaque naquele debate, mostrando um raciocínio arguto, contundente e conhecedor da relação dialética que fundamenta a *práxis* marxista:

⁷⁴⁹ Dirceu foi deputado estadual de São Paulo (1987-1991); deputado federal, eleito por São Paulo (1991-1995; 1999-2005), presidente nacional do PT (1995-2002) e Ministro-chefe da Casa Civil (2003-2005).

⁷⁵⁰ Ibid., s/p.

⁷⁵¹ G1. Exposição faz homenagem a jovem de Cerqueira César morta na ditadura. **G1**, Itapetininga, 04 abr. 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2014/04/exposicao-faz-homenagem-jovem-de-cerqueira-cesar-morta-na-ditadura.html>> Acesso: 16 nov. 2022.

Uma jovem negra, bonita, alta e ágil (depois tive conhecimento de que ela praticava basquete e atletismo) fez o seu pronunciamento. Até então não a conhecia. Disse inicialmente, causando grande impacto, a seguinte frase: ‘Nem Travassos está totalmente certo, nem Dirceu está totalmente certo’. Para mim e acredito que para muitos outros jovens, apareceu mentalmente a seguinte questão: o que ela irá dizer para demonstrar que os dois não estão certos? Será que existe alguma possibilidade de haver uma outra alternativa para considerar a relação entre organização e mobilização? Pois bem, a jovem continuou dizendo que há uma relação dialética entre organização e mobilização, que não se tratava de considerar uma ou outra como fundamental, já que ambas são fundamentais. Quanto mais adequada for a organização, melhor será a mobilização e quanto melhor for a mobilização, mais adequada será a organização. Na medida que o movimento estudantil conseguir articular dialeticamente mobilização e organização, ele adquirirá melhores condições para exercer o seu papel quer seja nas ruas, quer seja no interior das escolas.⁷⁵²

Petta afirmou que o posicionamento de Helenira continuou ecoando por décadas na sua memória.⁷⁵³ O rastro da atitude questionadora da estudante também aparece na fotografia acima, retirada ou no mesmo evento aludido por Petta ou em outro similar. Esse é um importante registro fotográfico sobre a atuação política de Helenira e também da participação de mulheres negras em movimentos de esquerda durante o regime militar. Observemos que a maioria da audiência era composta por pessoas brancas, assim como a própria mesa; e notemos que, provavelmente, a fotografia só foi produzida graças à contundente atitude de Helenira, sinalizando que aquele intenso debate de ideias merecia ser documentado.⁷⁵⁴

Enquanto consolidava sua participação na luta estudantil, Helenira manteve contato com alguns militantes que participariam da luta no Araguaia, entre eles, José Genoíno Neto.⁷⁵⁵ Na USP, tinha contato frequente com Suely Kanayama e Rioko Kayano:

⁷⁵² Ibid., s/p.

⁷⁵³ “Certamente aquele discurso me marcou muito, tanto é que eu me lembro 40 anos após, como se fosse hoje. Mas, inicialmente eu resisti a aceitar porque eu me alinhava, no movimento, com as posições da Ação Popular que tinha em Luís Travassos uma das suas principais lideranças. O tempo foi passando e eu cheguei à conclusão de que o discurso da jovem estava correto”. Idem, s/p.

⁷⁵⁴ Não localizamos informações que atestem se tratar, precisamente, do mesmo momento. Certamente, o questionamento citado por Petta não foi o único realizado por Helenira aos citados líderes de grupos do movimento estudantil, naquele e em outros eventos realizados na própria USP. De todo modo, o contexto de discussões é o mesmo. Em publicação da Adusp, essa fotografia é identificada como tendo sido feita em 1967: REVISTA ADUSP. Helenira Rezende, presente! **Revista Adusp**, 2009, p. 74. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/45/r45_a12.pdf> Acesso: 16 nov. 2022.

⁷⁵⁵ Na reportagem *A comovente História de Helenira*, de 1979, consta trecho de depoimento de Genoíno sobre a companheira de partido: “— Conheci Helenira em 1968, no Congresso da UNE em Ibiúna. Fomos da diretoria da UNE juntos. Ela era uma pessoa muito amiga, muito alegre, torcedora fanática do Corinthians, sonhando sempre com o título de campeão. Por sinal, quando o Corinthians ganhou o campeonato, eu estava no Morumbi. Lembrei-me muito dela. No estádio o povo sorria, gritava e cantava com o mesmo entusiasmo e alegria de Helenira”. GARCIA, Julio César. A comovente história de Helenira. **Voz da Terra**, Assis, 5 fev. 1979. Disponível em: <<http://www.umdoistres.com.br/magazine/magazine2012/helenira/jornal%20vt.htm>> Acesso: nov. 2022.

Grupos de amigos vão se formando no decorrer da vida universitária. Suely e Rioco (sic.) andam freqüentemente com outras moças de origem nipônica. A mulata Helenira Resende de Sousa Nazareth, uma das lideranças do movimento estudantil da USP e amiga das nisei, apelida o grupo de ‘exército japonês’. Helenira, carismática, é uma das primeiras mulheres que vai de calça comprida à Universidade.⁷⁵⁶

Os posicionamentos e a capacidade de liderança de Helenira a levaram, em 1968, a ser eleita para a vice-presidência da UNE, mas também a colocaram ainda mais sob a mira da polícia política. Conforme lembrado por sua irmã Helenalda Rezende no documento *Em que leito de rio correrá seu sangue?*

Helenira foi presa a primeira vez, quando conclamava os colegas a participarem de uma passeata, em maio de 1968, em São Paulo. E, no mesmo ano, mais uma vez foi presa, no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna⁷⁵⁷ com outros 800 estudantes. Nesta ocasião, quando o ônibus que os transportava passava pela Avenida Tiradentes, conseguiu entregar a um transeunte um bilhete que, entregue em sua residência à Rua Roberteson, no Cambuci, avisava a família de sua prisão. Procurada pelos policiais como Nazareth e apontada como sendo um dos líderes do movimento, foi transferida do Presídio Tiradentes para o DOPS, onde caiu nas garras do famigerado Fleury, que a jurou de morte.⁷⁵⁸

Segundo Bruno Ribeiro, desde o momento da prisão, Helenira foi alvo do tratamento machista dado às mulheres militantes naquele contexto: “Na ocasião da prisão em Ibiúna, ela recebeu o tratamento que os milicos julgavam adequado às lideranças estudantis: foi humilhada com palavrões machistas e jogada à força dentro de um ônibus do Exército”.⁷⁵⁹ Helenira e outras mulheres militantes eram vistas como a antítese do que o conservadorismo, representado pelo regime militar, compreendia como o verdadeiro papel das mulheres.⁷⁶⁰

⁷⁵⁶ MAIA, I. F.; DANTAS, R.; SAVIGNANO, V. **Guerrilheiras do Araguaia...** OP. Cit., p. 53.

⁷⁵⁷ Estudantes de diversas partes do Brasil haviam se deslocado para um sítio, na zona rural da cidade de Ibiúna (SP). Eram delegados que participariam do 30º Congresso da UNE, realizado na clandestinidade. A grande presença de estudantes (entre oitocentos e mil) assustou os moradores dos arredores, que pensavam que poderia se tratar de guerrilheiros. Os estudantes também chamavam a atenção ao deslocar-se à zona urbana de Ibiúna e adquirir grande quantidade de mantimentos, alterando bruscamente o cotidiano local. Com isso, as autoridades policiais locais acionaram a polícia política, que em 12 de outubro de 1968, deteve os estudantes, que não apresentaram resistência. Ver: VALLE, Maria Ribeiro. **1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

⁷⁵⁸ RESENDE, Helenalda. **Perfil de uma guerrilheira. Helenira Resende**: “em que leito de rio correrá seu sangue?”. Acervo da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo — Rubens Paiva. Disponível em: <<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>> Acesso: 11 nov. 2022.

⁷⁵⁹ RIBEIRO, B. **Helenira Resende e a guerrilha...** op. cit., p. 24.

⁷⁶⁰ Como sintetizado por Colling, na concepção conservadora, as mulheres “são apresentadas como morais, frágeis, dóceis, emotivas, amantes da paz, da estabilidade e da comodidade do lar, incapazes de tomar decisão, desprovidas da capacidade de abstração, intuitivas, crédulas, sensíveis, ternas e pudicas. Necessitam por natureza

Helenalda narrou os momentos seguintes à prisão da irmã e a mobilização para soltá-la:

Uma outra mensagem foi entregue, então, à sua família, avisando sua localização [;] sua e a dos companheiros José Dirceu, Antonio Ribas, Luis Travassos e Vladimir Palmeira. E a polícia continuava negando sua prisão, enquanto um policial não identificado atuava como mensageiro entre o DOPS e o Cambuci. Após alguns dias de ‘vai e vem’ ao DOPS, o contacto direto com Helenira foi conseguido por intermédio da advogada M. Aparecida Pacheco. Alguns dias depois a ‘estudante’, como era chamada pelo carcereiro foi transferida para o Presídio de Mulheres do Carandiru, onde ficou detida por dois meses. Seu Habeas Corpus foi conseguido um dia antes do AI-5. A partir de então passou a viver na clandestinidade, tendo residido em vários pontos da cidade e do país, antes de se dirigir ao Araguaia.⁷⁶¹

Em entrevista, Helenalda nos apontou que, entre os lugares visitados por sua irmã naquele momento de clandestinidade, estavam Salvador, Recife e Rio de Janeiro; e que as articulações que possibilitaram a saída de Helenira da prisão contaram com a ação, nos bastidores, do PC do B. O partido ajudou a família a ter acesso à advogada que acabou conseguindo a soltura da militante. Todavia, apesar disso, Helenira passou a carregar o trauma de ter sido torturada. Como reincidente, ela já se encontrava na mira do regime. Nessas condições: “você fica numa situação assim, se você é pego numa outra, aí complica”.⁷⁶² No DEOPS, como dito acima, recebeu uma ameaça definitiva de Fleury: “Ele falou que a próxima vez que ela chegasse ali, ela não ia sair viva”.⁷⁶³

Já na clandestinidade, além da circulação por outras cidades do país, Helenira também participou de discussões, a partir da leitura de *A Classe Operária* e outros documentos, em um aparelho do PC do B situado em São Paulo:

Suely aparece bastante no apartamento. Helenira também. Continuamente perseguida depois do AI-5, a mulata costuma andar com uma peruca meio loira. A franjinha esconde sua característica testa larga. Acontece até de as moças hospedarem por um tempo curto algum outro militante da organização no apartamento. Nessas ocasiões, mais do que nunca, o cuidado

serem submissas, dirigidas e controladas por um homem”. COLLING, A. M. **Gênero e História...** op. cit., p. 35.

⁷⁶¹ RESENDE, Helenalda. **Perfil de uma guerrilheira. Helenira Resende**: “em que leito de rio correrá seu sangue?”. Acervo da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo — Rubens Paiva. Disponível em: <<http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>> Acesso: 11 nov. 2022.

⁷⁶² PETTA, Augusto César. **Entrevista [História: Atuar para influenciar]**. Museu da Pessoa. 04 abr. 2020. Transcrição. Disponível em: <<https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/atuar-para-influenciar-169819>> Acesso: 16 nov. 2022.

⁷⁶³ NAZARETH, Helenalda Resende de Souza; NAZARETH, Helenoira Resende de Souza, COSTA, Marta Resende Nazareth. **Entrevista**. Áudio. 2h33min. São Paulo-SP, 21 ago. 2019.

para não despertar suspeitas entre os vizinhos deve aumentar. As jovens se encarregam de inventar e divulgar uma história. O visitante, geralmente, é apresentado como um parente. Certa vez hospedam um militante cearense de passagem por São Paulo. Um membro da diretoria da UNE, assim como Helenira. O nome do jovem é José Genoíno Neto.⁷⁶⁴

Uma questão sempre presente na memória dos familiares de mortos e desaparecidos políticos são as lembranças dos últimos contatos que tiveram com os entes queridos. O último contato em vida de Helenira com a sua mãe teria ocorrido ainda no período da prisão, no Carandiru, mediante uma visita. Helenoira, outra irmã de Helenira, rememorou um episódio que demonstra o tipo de apreensão vivida pela militante na clandestinidade.

Certo dia, quando Helenira estava realizando uma visita à irmã, elas confundiram a presença policial na rua, naquele momento, com uma operação para prendê-la. “Aí nós pensamos que tavam atrás da Nira [Helenira]. A polícia. [...] A polícia conhecia a pessoa da [casa da] frente. [A viatura] Tava passando por lá para ver a pessoa que ela conhecia”. Em um momento de temor, Helenira resolveu fugir: “Ela pulou o muro, no telhado, assim; é porque tinha um muro baixinho do lado, mas no fundo era alto, ela pulou e foi por cima dos telhados”.⁷⁶⁵ Esse depoimento apresenta indícios das tensões vivenciadas no cotidiano por aquelas pessoas que se encontravam na clandestinidade.

O episódio atesta também a aproximação de Helenira com as irmãs, que, mesmo que não compartilhassem uma visão favorável à luta armada, também apresentavam uma visão esquerdista. Segundo Colling, era comum que as militantes compartilhassem visões políticas com irmãos e irmãs. No Araguaia, três dos guerrilheiros (Lúcio, Jaime e Maria Lúcia) eram irmãos, pertencentes à família Petit da Silva.⁷⁶⁶

Segundo Helenalda, durante um tempo, as irmãs recebiam bilhetes de Helenira, que não dava informações sobre sua localização, mas apenas sinalizava que estava bem. As mensagens eram prontamente destruídas pelas irmãs. Contudo, com o tempo, os bilhetes cessaram. Ao ser questionada sobre quando elas souberam da morte de Helenira, Helenalda respondeu que:

Só em 78 quando o Genoíno foi solto. [...] Quando ele saiu ele foi num congresso da Anistia, setenta e oito. E aí, eu cutucava a Neide [Heleneide, outra das irmãs, já falecida] e a Neide me cutucava. Era pra falar o nome da pessoa desaparecida. A gente até então tinha medo de falar o nome e a polícia tá atrás dela ainda, entendeu? A gente não sabia que ela tinha

⁷⁶⁴ MAIA, I. F.; DANTAS, R.; SAVIGNANO, V. **Guerrilheiros do Araguaia...** OP. Cit., p. 58-59.

⁷⁶⁵ NAZARETH, H. R. S.; NAZARETH, H. R. S., COSTA, M. R. N. **Entrevista...** op. cit.

⁷⁶⁶ COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura...** op. cit.

morrido. [...] Aí a Neide falou, né? — Helenira... Quando a Neide falou bem alto, e todo mundo falava: - Presente! O Genoíno e a Rioko tavam lá na frente. Eles vieram correndo feito loucos pra chegar na gente. A gente tava lá no fundo, pra conversar com a gente. Foi aí que nós soubemos da morte da Nira.⁷⁶⁷

Até o citado momento, em 1978, a família ainda esperava encontrá-la viva, atuando na clandestinidade, à espera do retorno da democracia. Com o passar do tempo, após o contato com Genoíno, e num processo que continua até os dias atuais, buscaram se inteirar mais sobre a atuação da irmã no Araguaia. Em articulação com outros familiares de mortos e desaparecidos no período da ditadura militar, e especificamente, na Guerrilha do Araguaia, passaram a cobrar o Estado brasileiro por informações sobre as circunstâncias do desaparecimento forçado dos guerrilheiros do Araguaia, pelo direito de saber onde estão seus restos mortais e pela punição dos responsáveis pelos crimes perpetrados contra aqueles sujeitos. A família de Helenira é uma das que atuam junto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).⁷⁶⁸

A atuação das irmãs e sobrinha de Helenira dialoga com o que foi apresentado por Borges e Merlino, quanto ao protagonismo das mulheres na luta por memória, verdade e justiça quanto aos crimes da ditadura militar no Brasil:

ao lado de todos os que perderam a vida lutando contra o regime militar, houve sempre uma mulher que não se resignou. Se algo sabemos sobre quem foram, no que acreditavam e por que elas e eles foram perseguidos, é porque, apesar de tantas portas fechadas, essas mulheres não deixaram de seguir lutando.⁷⁶⁹

5.2 AS MULHERES E A OCUPAÇÃO MILITAR NO ARAGUAIA

⁷⁶⁷ NAZARETH, H. R. S.; NAZARETH, H. R. S., COSTA, M. R. N. **Entrevista...** op. cit.

⁷⁶⁸ “A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) foi instituída por meio da Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. É órgão de Estado cujo apoio técnico-administrativo é de responsabilidade do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). / A aplicação das disposições da Lei nº 9.140/1995 e todos os seus efeitos orientar-se-ão pelo princípio de reconciliação e de pacificação nacional, conforme expresso na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 (Lei de Anistia). / A CEMDP foi criada com a finalidade de proceder ao reconhecimento de pessoas mortas ou desaparecidas em razão de suas atividades políticas; de envidar esforços para a localização dos corpos de tais indivíduos; e de emitir parecer sobre os requerimentos relativos a indenização que venham a ser formulados por seus familiares, em consonância com os prazos e demais diretrizes estabelecidas nas Leis nº 9.140/1995, nº 10.536/2002 e nº 10.875/2004”. No ano de 2022, ao final do governo Bolsonaro, a comissão foi extinta. Todavia, no momento de apresentação da versão final desta tese, existem acenos do atual governo quanto a recriação da CEMDP. GOV.BR. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cemdp>> Acesso: 16 nov. 2022.

⁷⁶⁹ BORGES, Carla; MERLINO, Tatiana (Orgs). **Heroínas desta História: mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 17.

Como vimos, um grande número de moradoras locais, entre camponesas e indígenas Aikewara, foram fortemente impactadas pelas medidas de cerco adotadas pelos militares. No caso dos Aikewara, sua aldeia havia sido sitiada por se encontrar nas proximidades do Destacamento B. Boa parte dos homens foram coagidos a participar da caçada aos guerrilheiros. As mulheres, além da preocupação com os que estavam lá fora participando daquela busca, passaram, no espaço interno da aldeia, por diversas privações, efetuadas não somente pelo conflito em si, mas pela forma como os militares e a própria Funai se portavam em relação aos indígenas. Isso em uma extensão ao que acontecia também em relação à população camponesa, cuja boa parte era composta por pessoas negras.

Através de lentes racistas, machistas e mesmo urbanocêntricas, camponeses e indígenas eram vistos como sujeitos atrasados, não merecedores de um tratamento digno e, muito menos, de receber informações e assistência de maneira adequada. Uma forma semelhante de tratamento ocorre ainda nos dias atuais no Brasil e em diversos locais da América Latina, durante a realização de operações policiais e militares em comunidades periféricas no espaço urbano ou rural. Permanece, apesar da distância no tempo e no espaço, um mesmo paradigma de desumanização, fruto de uma herança colonial.

O relatório da Comissão da Verdade dos Aikewara,⁷⁷⁰ elaborado como apoio à apresentação das demandas daquele grupo à CNV, reuniu alguns depoimentos de mulheres Aikewara, a exemplo de Arihêra. Ela rememorou o diálogo com o servidor da Funai, órgão que, segundo os indígenas, deu suporte à ocupação militar do território indígena, a partir da segunda campanha das Forças Armadas. Arihêra sinalizou uma preocupação, comum aos demais indígenas, que, em princípio, não entenderam o motivo de tamanha mobilização de tropas: “— Mariano [servidor da Funai], por que tanto soldado pros índio, ele vai matar a gente? Ele falou: – Não! tem kamará [não indígenas] na mata! parece que vai tomar tudo o Brasil!”.⁷⁷¹ Outra mulher indígena, Muretama, relatou que:

O ‘tempo da guerra’?... quando ele, marehai [soldado] chegou lá [na aldeia velha]... nós achava que marehai ía acabar com nós!! mais a finada Tumating, nós saímo correndo, com medo do helicóptero... de taratiratina!!! [rajadas de

⁷⁷⁰ FERRAZ, Iara; CALHEIROS, Orlando; SURUÍ, Tiapé; SURUÍ, Ywynuhu. “O tempo da guerra” — Os Aikewara e a Guerrilha do Araguaia. Relatório, s/l, 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/inicio/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/619-documentos-citados-capitulo-14.html>> Acesso: 01 jan. 2019.

⁷⁷¹ FERRAZ, I.; CALHEIROS, O.; SURUÍ, T.; SURUÍ, Y. “O tempo da guerra”... OP. Cit., p. 33.

metralhadora] era muuuito que nós escutava pro rumo de Santa Isabel.⁷⁷²

Segundo Arihêra:

Aí nós passemos fome!... Aí soldado avisou pra nós:

— Vocês não vão nem matar [caça]! Vocês fica quieta, todo lado que tem soldado! Ele vai entrar, marido de vocês vai pro mato... nós vamos pegar... levar...

Aí eu falei pro Mariano:

— Mariano, será que o Umasu... num vai matar ele não? [se o marido não seria morto].

— Não, Arihêra, o que é isso! num fica preocupada não!⁷⁷³

Além do medo, dos maus tratos, da privação do direito de ir e vir e da dificuldade de acesso à alimentação, também entravam em cena o choque cultural, como exemplificado nesse trecho do depoimento de Arihêra, que relata outro ponto da conversa com o servidor da Funai:

— E agora, afinal o quê que nós vamos comer?

— Ah, num sei não, Arihêra, ele [soldado] é que vai dar um jeito pra vocês! Se tem uma coisa, ele dá pra vocês! (ele falou assim).

— Eu num como mijakatiron [carne de gado] não, Mariano!

— Tu num come não?

— Não!!

— Nem jabá?

— Não!? eu num conhece nem jabá! O que é isso? eu falei pra ele.⁷⁷⁴

Um dos pontos denunciados pelas Aikewara foi a morte de prematuros. Algumas mulheres estavam grávidas no período da ocupação militar. O contexto de medo, privação do acesso à alimentação adequada e distanciamento dos esposos colaborou para complicar a situação gestacional de algumas delas. Além disso, a já citada Muretama suspeitava que a participação de um militar em seu parto tinha contribuído para a morte de sua filha:

Aí nesse dia mesmo, eu ganhei minha filhinha [sua segunda filha], era kuxó! [mulher]. Mas num sei o que foi, ela chorava muuuito! ... foi marehai [militar] que cortou umbigo... num sei com quê que cortou... se pegou... tétano, o que foi... Awasa'i [seu marido] tava no mato... / Eles levaram nós lá no Xambioá, no helicóptero. Ela morreu lá. No outro dia, trouxe nós de volta... ela ta enterrada lá na aldeia velha... (julho 2013).⁷⁷⁵

⁷⁷² Ibid, p. 37.

⁷⁷³ Ibid, p. 33.

⁷⁷⁴ Ibid, p. 33.

⁷⁷⁵ Ibid., p. 40.

O relatório apresenta longo depoimento da indígena Teriweri, à época, com vinte e dois anos. Sua narrativa nos ajuda a compreender parte dos temores enfrentados por aquelas mulheres, envoltas em um ambiente de terror. Em um dos trechos, Teriweri afirmou que:

Eu ficava mais com medo era de noite, porque era muito tiro que os pessoal dava, as polícia dava! num podia ver um matinho mexendo que eles iam logo atirando! Vivia só assombrada, né? assombrada mesmo com medo mesmo, meus menino chorava!
 — Mamãe, mamãe! cadê papai? cadê papai?
 — Não! teu pai as polícia carregaram ele, mas eles vão voltar! Daqui a uns dia eles tão aqui, tudinho!⁷⁷⁶

Teriweri estava grávida e acabou entrando em trabalho de parto durante o período de cerco, em um momento em que seu marido, Tibaku,⁷⁷⁷ que estava atuando como guia, já havia retornado à aldeia. Todavia, devido ao isolamento imposto aos indígenas, Teriweri teve que fazer sozinha seu parto, enquanto, perplexo, seu marido tentava pedir ajuda aos outros membros do grupo. Um agravante foi que Teriweri não sabia que estava grávida de gêmeos. Por isso, teve dificuldade em compreender o que estava ocorrendo com o seu corpo após o nascimento da primeira criança. Ao final do processo, Teriweri teria dito ao marido:

— Tá vendo Tiwaku! isso tudo é por conta que eu tive medo, dos tiro que o pessoal dava aí, aconteceu isso comigo né?... porque eu acho que era tanto susto que eu levava dos tiro... eu num tive esses menino... normal, né? Porque eles nasceram com 8 meses! eles nasceram com 8 meses...⁷⁷⁸

Tibaku do Suruí, ex-marido de Teriweri, em audiência pública da CNV, realizada em novembro de 2012, afirmou que, na condição de guia, teve que, a mando dos militares, rasgar as roupas de uma mulher terecozeira, por ela não ter aceitado participar da montagem de uma armadilha para os guerrilheiros. Pelo que pode se compreender do depoimento, a ideia era que fosse realizada uma cerimônia de Terecô, com o intuito de atrair os guerrilheiros do destacamento B, que mantiveram relações com os terecozeiros desde a fase de instalação dos militantes no local. Note-se que, primeiro, a referida mulher teve sua religião desrespeitada e, em seguida, teve seu corpo colocado à mostra, mediante uma forma de tortura que foi, além do mais, terceirizada, e materializada por alguém que lhe era próximo. Nas palavras de Tibaku:

⁷⁷⁶ Ibid., p. 38.

⁷⁷⁷ Referido no relatório como, atualmente, ex-marido.

⁷⁷⁸ Ibid., p. 39.

Aí, eu fiquei esses três anos junto com eles, até acabar essa guerrilha e, lá onde eles fizeram eu brigar, eu rasgar a roupa de uma mulher que era, eu considerava ela como minha mãe de criação. Aí pediram pra eu rasgar a roupa dela, porque tava mentindo. Porque ela mexia com negócio de terecô,⁷⁷⁹ sabe? Aí o sargento perguntou pra ela se ela fizesse um trabalho que os pessoal aparecesse lá na casa onde nós tava. Aí eles gostaria que fizesse isso pra eles. Mas aí ela num fez e eles ficaram com raiva e pediram pra mim rasgar a roupa dela. Eu rasguei, porque era obrigado, né? Porque se num fizesse isso eu apanhava.⁷⁸⁰

Ao analisar depoimentos de diversas militantes políticas que foram deixadas nuas (e vendadas) durante os interrogatórios feitos por agentes da repressão, Colling observou que: “Este tipo de tortura também é utilizado para os homens. Porém, para as mulheres, tem um significado especial”.⁷⁸¹ Nesse sentido: “Docilizar o corpo da mulher para sujeitá-lo, fragilizá-lo, para que ele entendesse sua posição de inferioridade absoluta ao poder instituído, são os objetivos fundamentais da tortura”.⁷⁸² Como destacou uma das militantes que passou por esse tipo de violência: “É no corpo que eles vão agir”.⁷⁸³ Um militar, ao ordenar tal tipo de ato em relação a uma mulher, tinha total conhecimento das formas de humilhação e violação a que a estava expondo, pois era de conhecimento tácito que a sociedade, naquele momento — assim como hoje —, lia “a mulher a partir de seu corpo”.⁷⁸⁴

A desobediência feminina deveria, nessa visão, ser castigada perante humilhação calcada na afirmação da desigualdade de gênero. Tal episódio indica a união de racismo, misoginia e autoritarismo por parte daqueles que aplicavam esse tipo de violência em populações camponesas e indígenas. Contra a resistência da terecozeira, foi-lhe imposta uma tentativa de fragilização pautada no gênero e em um tipo de humilhação que visava demarcar a condição de vulnerabilidade de quem estava sendo vitimada. Às mulheres, só caberia a obediência ao poder masculino, branco, urbano, fardado.

Outras mulheres integrantes da população local, muitas delas negras, também sofreram fortemente com o estado de sítio. Maria Rita (pseudônimo)⁷⁸⁵ que, em 1972, tinha dezesseis

⁷⁷⁹ Na transcrição realizada pela CNV, não foi compreendida a palavra terecô, possivelmente, pelo desconhecimento desta religião. Todavia, assistindo-se ao vídeo, a palavra pode ser compreendida nitidamente. Ver a transcrição no item 98 do seguinte documento: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Documentos citados no capítulo 14**. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/inicio/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/619-documentos-citados-capitulo-14.html>> Acesso: 16 nov. 2022.

⁷⁸⁰ SURUÍ, Tibaku do. **Depoimento**. Audiência da Comissão Nacional da Verdade. Marabá, 17 nov. 2012. 4m. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RAYf_ChllVc> Acesso: 16 nov. 2022.

⁷⁸¹ COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura...** op. cit., p. 83.

⁷⁸² Ibid., p. 80.

⁷⁸³ COLLING, A. M. **História e gênero...** op. cit., p. 32.

⁷⁸⁴ Ibid., p. 32.

⁷⁸⁵ A entrevista faz parte de acervo recebido pela Unifesspa (por meio de um projeto de extensão), a partir de conjunto documental reunido por uma advogada, Irene Gomes, que trabalha com camponeses que reivindicam

anos, era recém casada e também teve o marido “convocado” a atuar como guia, destacou que:

Ele [o marido] caçou uma semana, e eu fiquei em casa. Aí aquela semana que eu fiquei em casa. Eu ficava era presa. Que eles dizia que não era, os policial dizia que não era pra sair ninguém, pra sair caçando comida. Porque era tudo longe um vizinho um do outro aí não podia sair. Que eles disse que se topasse alguma pessoa largava fogo. Aí a pessoa não saía. Aí ficava lá presa dentro de casa. Aí passando fome.⁷⁸⁶

Assim como ocorreu com os Aikewara, ela observou que: “Eu ficava era passando era fome. Porque não podia sair pra comprar. Porque eles não deixavam”.⁷⁸⁷ Ela também rememorou a violência daquele momento: “Se a pessoa falasse qualquer coisa eles fazia era maltratar, os policial. Se a pessoa falasse coisa eles até batia. [pausa] Se falasse pelo menos que, assim dos terroristas, se falasse que as pessoa, gravando eles. Hum! Ia pra taca! Eles batia”.⁷⁸⁸ Além disso:

Às mulher eles falavam assim, que era pra ir de duas em duas, ou de três em três pra suas casas. Pra não ir sozinhas na estrada, que era longe de uma casa para outra. [...] E também que não era pra dar de comer pros terroristas que saísse nas casa da gente.⁷⁸⁹

Maria Rita estava instalada, naquele momento, na casa de sua mãe, já que ela e o marido, que ainda não tinham filhos, haviam sido deslocados do ponto no interior da mata onde moravam. Segundo ela: “Os policial [os militares] falava que era pra todo mundo sair. Saia em todas as casa. Falavam que era pra sair todo mundo. Pra vir pra São Geraldo”. Cerca de seis meses depois, eles tiveram a oportunidade de retornar para aquela posse. Todavia: “a nossa terra o pessoal tinha invadido, tinha entrado gente. Tomado já. [...] Aí viemos pra casa da minha mãe.”⁷⁹⁰ Esse tipo de ingerência e controle sobre os corpos de mulheres e homens era exercido por representantes do estado que, dada a situação conflitiva em vigência,

reparações devido aos prejuízos causados durante o período da Guerrilha. Ao todo, foram repassados mais de setecentos arquivos audiovisuais, com entrevistas. As autorizações foram elaboradas para uso posterior em ações educativas e de pesquisa. Como o material ainda se encontra em fase de recepção e organização, optamos por usar pseudônimos, de modo a não identificar as/os depoentes, preservando-lhes a identidade. Futuramente, objetiva-se a divulgação dos vídeos e transcrições ao público, por meio de sítio eletrônico.

⁷⁸⁶ RITA, Maria (pseudônimo). *Entrevista*. 17 nov. 2015. 17 min [2 vídeos]. Acervo do projeto: PELO DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À JUSTIÇA: Organização, catalogação e disponibilização de acervo com narrativas orais dos camponeses envolvidos na Guerrilha do Araguaia (Unifesspa). Coordenação: Naurinete Fernandes Inácio Reis.

⁷⁸⁷ Ibid.

⁷⁸⁸ Ibid.

⁷⁸⁹ Ibid.

⁷⁹⁰ Ibid.

atribuíam a si próprios o direito de decidir sobre a vida daqueles que consideravam inferiores: mulheres, negros, indígenas, camponeses; pessoas vistas como ignorantes, miseráveis, não portadores de direitos e, por isso, mais passíveis de terem sua humanidade negada.

5.3 “A MALÁRIA FAZ SEUS ESTRAGOS”

As mulheres e os homens integrantes das Forças Guerrilheiras buscavam se contrapor a essa desumanização que, como vimos, já fazia parte do *modus operandi* do regime em relação àqueles que ocupavam os “novos” espaços durante o avanço da fronteira. Assim, na fronteira Araguaia-Tocantins, Lúcia, Helenira e os demais depararam-se com uma grande precariedade no tocante ao acesso da população à saúde, à educação e a outros direitos básicos. Como vimos no capítulo inicial, também o racismo se fazia presente naquele contexto, estando as mulheres e homens negros entre a parcela mais pobre daquela população instalada nos rincões da Amazônia Oriental. As mulheres negras e indígenas estavam, assim, entre as mais impactadas pela ausência do Estado e pela pouca implementação de políticas públicas naquele espaço do país.

A atuação guerrilheira expôs, de forma evidente, a ausência de políticas voltadas para a saúde. O que fez, como vimos, o regime contra-atacar mediante a operação ACISO, em 1972. Um dos serviços oferecidos pelos guerrilheiros que mais teve destaque entre a população foi, justamente, o oferecimento de tratamentos de saúde, em que se destacou, de forma mais ampla, o gaúcho João Carlos Hass Sobrinho, o Dr. Juca. Todavia, outros personagens, como Lúcia, foram também ganhando mais visibilidade pela prestação de tipo de serviço, sobretudo, pelo trabalho como parteira. Tal trabalho começou a ser realizado desde o período de adaptação e foi mantido mesmo após iniciados os combates.

No registro de 4 de julho de 1972, o diário de Maurício Grabois fez referência às ações do Destacamento A e mencionou os atendimentos médicos realizados por Lúcia (So), apontada como uma das “bulas”⁷⁹¹ do destacamento:

A equipe de ZC fez uma incursão mais extensa, ao longo do beiradão do Araguaia, e falou a 70 pessoas, enquanto o Piauí percorreu o ‘centro’, entrando em contato com 90. A So, uma das ‘bulas’ do DA, que integrava

⁷⁹¹ Guerrilheiros responsáveis pelos atendimentos na área de saúde serviam tanto à guerrilha quanto à população local. O Dr. Juca foi descrito no diário de Grabois como o “bula-chefe”. GRABOIS, M. [Diário]... op. cit., p. 23.

esta última equipe, deu consultas a cerca de 20 mulheres. Ambas equipes conseguiram informações úteis e algum alimento. Todos voltaram gordos e bem dispostos. Foram recebidos com simpatia pela massa e a maior parte dela nos apoiou.⁷⁹²

Notemos que o apoio registrado por Grabois pode ter sido visto como uma forma de negociação por parte da população contactada, que recebeu atendimento médico e, certamente, tentou ampliar o seu próprio conhecimento sobre o que, de fato, estava acontecendo; além disso, em troca, distribuiu comida, informações e, sobretudo, mostrou que estava aberta ao diálogo com o “povo da mata”. Ou seja, mesmo não dando o apoio irrestrito tal como buscado pelos guerrilheiros, deixavam aberto um canal de comunicação.

Não por acaso, boa parte desses moradores, sobretudo os localizados mais no “centro”, seriam, com o passar do tempo, quase que literalmente varridos do local pelos militares. Observemos que Lúcia atendeu a cerca de vinte mulheres, realizando, sozinha, uma ação de saúde que, até então, nenhum médico havia feito no local. Efetuar esse tipo de atendimento também era uma forma dos guerrilheiros mostrarem que não só continuavam resistindo às investidas militares, como essas investidas não haviam conseguido eliminar seus objetivos em prol da melhora da condição de vida da população local.

O registro da morte de Lúcia (abordado a seguir) no diário de Grabois está acompanhado da menção à importância do trabalho realizado pela guerrilheira no campo da saúde: “Esta morte é uma grande perda para o DA, pois aquela guerrilheira era a melhor bula das FF GG e desfrutava de grande prestígio de massas. Seu desaparecimento terá repercussão negativa entre a população da área do D”.⁷⁹³ Meses antes, o registro de 31 de janeiro de 1973 demonstrava que Lúcia estava empenhada em tentar reverter os problemas de saúde que, então, no período de chuvas, acometia seus companheiros e a própria guerrilheira:

30/1 – A malária faz seus estragos. Não solta o Zeca e voltou-se contra o Jo, que está com 38,5° de febre.
Ari saiu para apanhar alguns objetos num depósito, inclusive um livro de medicina para a Sonia [Lúcia].
O lecho (leishmaniose) também ataca severamente os combatentes das FF GG.
Grande é o número de infectados e o nosso estoque de Glucantine pequeno. Temos que providenciar a compra do remédio. No G estão atacados Ivo e Jo; no A, Sônia e outros; no C, Paulo e mais 4 co.⁷⁹⁴

⁷⁹² Ibid., p. 20, grifo nosso.

⁷⁹³ Ibid., p. 139.

⁷⁹⁴ p. 74.

Além de doenças e partos, o atendimento à saúde implicava também no tratamento de ferimentos diversos. De acordo com Lúcia Regina Martins de Souza, a Regina:

Era uma região em que a malária assolava, direto havia casos de malária, de leishmaniose, verminoses e muitas vezes também acidentes, pessoa ferida com machado, com facão, um tronco que caía e abria a cabeça de alguns, coisas desse tipo que íamos atendendo, servindo como podia, com muito boa vontade, rezando para não prejudicar ninguém.⁷⁹⁵

No início de abril de 1973,⁷⁹⁶ quando já se acercava o primeiro ano de combates, o diário registrou um balanço positivo do trabalho dos “bulas”, inclusive no combate da malária e da leishmaniose. Era um importante feito, sobretudo, porque o Dr. Juca havia sido morto no ano anterior. Contudo, segundo o diário, os demais “bulas” estavam dando conta, não sendo mencionados problemas no Destacamento A:

j) Sobre o Serviço de Saúde, este vem funcionando normalmente. A morte de Juca foi para tal serviço um pesado golpe. Mas os bulas do D estão preenchendo a lacuna aberta. Não têm faltado remédios devido aos nossos depósitos.⁷⁹⁷ Também se adquiriu uma boa quantidade de medicamentos. Devido a isso, o estado de saúde dos combatentes é bom. A malária e a leishmaniose vêm sendo enfrentadas com êxito. E não são poucos os casos. Mas os depósitos estão sendo consumidos. O C perdeu muitos remédios e o B não tinha completado seus depósitos. É necessário comprar mais remédios.⁷⁹⁸

Ou seja, entre janeiro e abril, o trabalho de Lúcia e outros “bulas” havia surtido efeito. No entanto, isso não quer dizer que problemas médicos não tenham ocorrido. Para compreendê-los mais detidamente, é necessário recuar um pouco mais no tempo. Um dos principais problemas que envolveu diretamente a “bula” Lúcia aconteceu bem antes de iniciarem os combates, em um episódio hoje bastante conhecido, envolvendo a já citada militante Lúcia Regina de Souza Martins, a Regina, que acabou deixando o movimento em

⁷⁹⁵ SOUZA, Lúcia Regina Maria de. **Depoimento à audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados**. Brasília, 14 mai. 2008. Transcrição. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0668/08&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:00&sgFaseSessao=&Data=14/5/2008&txApelido=DIREITOS%20HUMANOS%20E%20MINORIAS&txFaseSessao=Audi%C3%Aancia%20P%C3%BAblica%20Ordin%C3%A1ria&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=14:00&txEtapa=>>> Acesso: 17 nov. 2022.

⁷⁹⁶ Dali há alguns meses, em junho, Grabois registraria: “Nelson, no próximo dia 27 vai realizar uma reunião de bulas de todos os Destacamentos. Participarão, além do nosso responsável pelo Serviço de Saúde, Sonia, Tuca, Fogoió e Josias. A ordem do dia constará dos seguintes temas: a) Clínica: malária, leishmaniose, diarreia, corubas, micoses e outras doenças comuns na região; b) Profilaxia: tétano, verminose, etc.; c) Medicamentos: uso, conservação, estoques e necessidades; d) Organização: estatística, ficha médica individual, material de saúde, equipamento de saúde de Grupo e de Destacamento; e) Papel do bula na guerrilha: cursos, assistência ao combatente e às massas; f) Odontologia; g) material de estudo”. *Ibid.*, p. 106-107.

⁷⁹⁷ Haviam sido escondidos, no interior da mata, depósitos com suprimentos.

⁷⁹⁸ *Ibid.*, p. 93.

um período anterior à deflagração da luta armada.⁷⁹⁹ Segundo Morais e Silva, pouco após a sua chegada, a militante enfrentou problemas de saúde diversos, assim como aconteceu com os demais. Aquele era praticamente um ritual de iniciação para quem havia se deslocado para a vida no interior da floresta amazônica e que, ao mesmo tempo, não tinham ainda adquirido os conhecimentos necessários para minimizar a exposição a certos riscos. Desse modo, Regina:

Um dia senti uma coceira no nariz, espirrou e expeliu uma lombriga de dez centímetros. Ficou horrorizada. Ao mesmo tempo, sentia-se fraca em decorrência de anemia. Orientada por Sônia, tomou vários comprimidos em um só dia e intoxicou-se. A situação piorou quando teve sintomas de brucelose, doença contraída pela ingestão de leite de vaca.⁸⁰⁰

Os problemas de saúde enfrentados pelos militantes do PC do B servem, também, para compreendermos as dificuldades tidas pelos demais migrantes, vindos, naquele momento, de outras regiões, para a fronteira Araguaia-Tocantins. Embora boa parte já tivesse experiência nesse tipo de deslocamento, a vida naquela porção amazônica trazia, para cada indivíduo, a necessidade de adquirir novos conhecimentos e desenvolver novas habilidades.

Nesse mesmo período, Regina⁸⁰¹ se descobriu grávida e foi orientada pelo partido a abortar, pois a gestação de um filho não era vista como compatível com a preparação de um movimento de luta armada, ainda que esse movimento ainda estivesse em sua preparação. Segundo depoimento dado pela ex-guerrilheira Criméia Schimmdt⁸⁰² para Cavalcanti Junior, as mulheres guerrilheiras evitavam engravidar: “Ninguém queria ficar grávida, mas isso só acontece com as mulheres [risos]. Não acontece com os homens, só com as mulheres. Então, as mulheres já tinham essa dificuldade a mais.”⁸⁰³ Segundo o mesmo depoimento, a vida em

⁷⁹⁹ Em 1966, ela iniciou o curso de Obstetícia, na USP. Também foi uma das detidas em Ibiúna. Por sua participação no movimento estudantil e seus conhecimentos na área da saúde, foi convidada a integrar a ação do PC do B no Araguaia. Como já dito, seu companheiro, Lucio Petit da Silva, e dois cunhados (Jaime Petit da Silva e Maria Lúcia Petit da Silva) também participaram do movimento. SOUZA, L. R. M. **Depoimento à audiência pública da Comissão de Direitos Humanos...** op. cit.

⁸⁰⁰ MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha.** São Paulo: Geração Editorial, 2005. p. 46.

⁸⁰¹ Regina era companheira do guerrilheiro Lúcio Petit da Silva, o Beto.

⁸⁰² A própria Criméia acabou também engravidando, em meados de 1972. Deixou a região durante a primeira fase de combates: “Devido à gravidez, fruto do meu relacionamento com André Grabois [...], e para tentar reatar o contato da guerrilha com o partido, que havia se perdido com o início dos ataques das Forças Armadas. Fui morar com a minha irmã Maria Amélia, na clandestinidade”. LEMES, Conceição. Criméia Almeida: ‘Quem já luta há mais de 30 anos, não vai desistir agora’. **Geledés**, 18 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/crimeia-almeida-quem-ja-luta-ha-mais-de-30-anos-nao-vai-desistir-agora/>> Acesso: nov. 2022.

⁸⁰³ CAVALCANTI JUNIOR, A. A. **As Dinhas do Araguaia...** op. cit., p. 41.

uma região distante dos centros de abastecimento dificultava o acesso a métodos contraceptivos, como as pílulas anticoncepcionais.

Naquele momento, assim como Regina, Lúcia também se encontrava há pouco tempo no local. De acordo com Moraes e Silva, foi dramática a realização daquela ação abortiva: “Coube à inexperiente Sônia [Lúcia] fazer a curetagem. Desesperada, a ex-estudante de Medicina pedia perdão à amiga pela violência do ato”.⁸⁰⁴ A condição precária em que a curetagem fora realizada acabou agravando o já debilitado estado de saúde de Regina, somando-se a uma série de outros problemas de adaptação. Alguns dias depois:

Uma conversa entre Sônia, Mário e Dona Maria mudou o destino da doente. Os três discutiam em voz baixa, mas houve um momento em que a ex-estudante de Medicina subiu o tom para protestar: ‘Se a Regina não sair daqui, eu não me responsabilizo pela vida de nossa companheira’, afirmou Sônia.⁸⁰⁵

Regina foi levada até Anápolis-GO, sob a companhia de Elza Monnerat (1913-2004), a Dona Maria: “No hospital, o médico ficou impressionado com o estado da paciente. Internou-a na mesma hora”.⁸⁰⁶ Todavia, a militante aproveitou que Monnerat não pôde acompanhá-la na internação e, ao deparar-se só, aproveitou para ir embora, deslocando-se até São Paulo, onde chegou em 19 de dezembro de 1971, ainda com o feto dentro da barriga. Esse episódio, durante muitos anos, foi lido apenas como um ato de deserção por parte de Regina,⁸⁰⁷ não deixando espaço para que fossem visualizadas as tensões de gênero que envolviam a atuação das mulheres em um movimento político radical, que as levava a realizar escolhas extremas.

⁸⁰⁴ MORAIS, T.; SILVA, E. **Operação Araguaia...** op. cit., p. 46.

⁸⁰⁵ *Ibid.*, p. 46.

⁸⁰⁶ *Ibid.*, p. 47.

⁸⁰⁷ Regina, junto com Pedro Albuquerque, outro militante a desertar, foram apontados como responsáveis, mediante detenções ocorridas em fins de 1971, pelo repasse de informações que possibilitaram a descoberta da atuação do PC do B no Araguaia. Segundo Campos Filho: “De qualquer forma, apesar das suspeitas e contradições, e de ser possível deduzir que houve uma denúncia sobre a Guerrilha, com as maiores evidências apontando Regina como sua autora, pode-se perceber que os órgãos de informações, principalmente CIE, Serviço Nacional de Informações (SNI) e as divisões especiais das Polícias Militares (PM 2), foram montando o quebra-cabeças, cruzando as várias informações obtidas, a maioria delas sob tortura, à medida que iam efetuando as primeiras prisões. / Um documento confidencial a que pudemos ter acesso demonstra que algumas informações já eram de pleno conhecimento do Exército, mas que outros detalhes eram difíceis de ser obtidos nos depoimentos pelo fato de os guerrilheiros não conhecerem os demais destacamentos, a não ser aquele ao qual pertenciam”. CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

5.4 AS MORTES DE LÚCIA E HELENIRA

Em 1973, circulou no Brasil e na França um artigo intitulado *Com os guerrilheiros na selva amazônica*, que continha entrevistas com alguns guerrilheiros, entre os quais, Helenira, Osvaldão e João Carlos Haas Sobrinho. O documento, que teria sido elaborado ainda em 1972, foi assinado por um certo Osmar Luís, ainda hoje desconhecido. É possível que esse nome tenha sido usado como pseudônimo por algum integrante do próprio movimento. Há quem o atribua, inclusive, ao próprio João Amazonas, enquanto esteve exilado na Albânia. Seja como for, é difícil confirmar se, de fato, tratou-se de um furo de reportagem ou de uma peça de propaganda elaborada deliberadamente pela guerrilha. Seu alcance, na época, foi limitado, tendo em vista que não serviu nem mesmo para que os familiares dos guerrilheiros citados soubessem da participação de seus entes queridos na luta armada, algo que só ocorreria em 1978.

Nesse artigo, quanto a Helenira,⁸⁰⁸ foi-lhe atribuída a seguinte resposta para a pergunta “Como você se tornou guerrilheira?”:

— Bem, parece que a ditadura não me adora e eu lhe retribuo este sentimento. Eu também não a adoro. Continuar nas cidades era para mim impossível. Eu não poderia e não queria largar tudo e me preocupar somente com minha modesta vida. Então, a única saída foi vir para cá. Este regime que ensangüenta o Brasil precisa ser derrubado. Isto é o que está na cabeça e no coração de milhões de jovens. Isto é o que se passa dentro de mim também...⁸⁰⁹

Tenham sido ou não estas palavras proferidas, de fato, por Helenira, elas atestam, como vimos, as tensões que a guerrilheira havia passado durante os últimos anos de sua vida, e que eram do conhecimento de grande número de militantes de sua geração. Mais do que as palavras em si da guerrilheira, a sua entrevista parecia marcar uma posição tanto a respeito da participação feminina no movimento, quando servir de elo de comunicação com outras pessoas do partido e da luta social daquele período que já conheciam Helenira. Esse tipo de comunicação poderia ser muito útil para uma futura expansão da atividade guerrilheira. O que pode ter justificado a elaboração desse texto ou, no mínimo, os interesses da guerrilha em tal

⁸⁰⁸ O texto não somente identificou Helenira pelo nome, como também destacou a sua atuação na UNE. Contudo, a circulação ocorreu em 1973, quando a guerrilheira já estava morta, tendo ocorrido o mesmo com o João Carlos Haas Sobrinho, outro entrevistado. Também são apresentados dados verídicos sobre Osvaldão, outro entrevistado, que iria ser morto apenas em 1974.

⁸⁰⁹ LUÍS, Osmar. *Com os guerrilheiros na selva amazônica*. In: ANITA GARIBALDI. *Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade*. 4. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2005. p. 106.

exposição. Todavia, ainda em 1972, Helenira perderia a sua vida. A maior parte das fontes indicam que a guerrilheira tombou ao final de setembro de 1972. Segundo Arroyo:

No dia 29 de setembro, houve um choque do qual resultou na morte de Helenira Resende. Ela, juntamente com outro companheiro, estava de guarda num ponto alto da mata para permitir a passagem, sem surpresa, de grupos do destacamento. Nessa ocasião, pela estrada vinham tropas. Como estas achassem a passagem perigosa, enviaram ‘batedores’ para explorar a margem da estrada, precisamente onde se encontrava Helenira e o outro companheiro. Este, quando viu os soldados, acionou a metralhadora, que não funcionou. Ele correu e Helenira não se deu conta do que estava sucedendo. Quando viu, já os soldados estavam diante dela. Helenira atirou com uma espingarda 16. Matou um. O outro soldado deu uma rajada de metralhadora que a atingiu. Ferida, sacou o revólver e atirou no soldado, que deve ter sido atingido. Foi presa e torturada até a morte. Elementos da massa dizem que seu corpo foi enterrado no local chamado Oito Barracas. A morte de Helenira causou grande indignação.⁸¹⁰

O corpo de Helenira jamais foi localizado. O relato de Arroyo indica que ela teria sido, depois de alvejada, alvo de torturas. Era como se o próprio Fleury houvesse se materializado junto à militante naquele momento, para garantir que o juramento que lhe fez fosse cumprido. O relatório da CNV indica, ainda, outras versões sobre a morte da guerrilheira, com alteração de data (28 de setembro) e momento exato do óbito. Há dúvidas se a tortura e morte ocorreram no mesmo local do confronto, apontado pela CNV como a zona rural do atual município de Bom Jesus do Tocantins (PA), próximo a Marabá; ou se ela chegou a ser levada com vida para Belém ou outro local, por meio de um helicóptero.

Testemunhas viram seu corpo ser trasladado do local do confronto com, ao menos, um tiro na perna, mas não há precisão quanto à informação se ela ainda se encontrava ou não com vida. Finalmente, segundo a CNV, guerrilheiros sobreviventes, já na condição de detentos, ouviram, no cárcere, sobre a morte da guerrilheira. Danilo Carneiro teria visto uma foto do corpo de Helenira durante uma sessão de tortura, artifício usado pelos agentes da repressão para ampliar a identificação dos integrantes do movimento, extrair informações e, ainda, reforçar a tortura psicológica realizada junto aos aprisionados.⁸¹¹ Devido a todas as imprecisões, geradas pela forma como os militares brasileiros conduziram o combate aos guerrilheiros, Helenira continua considerada como uma desaparecida política; e sua família ainda luta para que seus restos mortais sejam identificados e devidamente enterrados.

⁸¹⁰ ARROYO, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia. In: POMAR, Wladimir (Org.). **Araguaia: o partido e a guerrilha**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 256.

⁸¹¹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume III...** op. cit.

O assassinato de Lúcia Maria de Souza, a Sônia, ocorrido dali a pouco mais de um ano, também permanece alvo de controvérsias. Todavia, as tentativas de alguns militares de impor a sua versão sobre como deram cabo da vida de Lúcia não têm sido bem-sucedida. O que não significa que não tenham sido forjadas versões do caso baseadas em um revisionismo centrado no interesse da memória da direita militar. Lício Maciel, juntamente com Sebastião Curió, dois dos nomes mais aclamados entre a repressão aos guerrilheiros, foram alvejados por Lúcia durante emboscada, em que ela acabou metralhada e teve, segundo algumas fontes, seus restos mortais abandonados no local do conflito.

A abordagem mais conhecida sobre a morte de Lúcia foi realizada por Elio Gaspari. O episódio já havia sido divulgado no já citado relatório Arroyo,⁸¹² publicado desde os anos 1980 em coletâneas de documentos sobre a Guerrilha do Araguaia. No entanto, ao ser abordado por Gaspari, em sua *Ditadura Escancarada*, cuja primeira edição veio a lume em 2002, o relato ganhou maior divulgação, dado o impacto editorial daquela obra. Nas palavras de Gaspari:

Na tarde de 24 de outubro [de 1973], num banhado da gruta da Borracheira, a guerrilha do Araguaia teve o seu mais famoso combate. Acompanhada por um menino, a guerrilheira Sônia resolveu descalçar as botinas e lavar os pés. Por parteira e pelos seus conhecimentos de medicina, era uma das ‘paulistas’ mais populares da região. Na volta, não achou o calçado. Pensou que fosse brincadeira, até que se viu diante de uma patrulha.⁸¹³

Antes de observarmos a conclusão do relato feito por Gaspari, observemos a resposta de Maciel, em seu livro, para o trecho citado acima:

Num de seus livros, Elio Gaspari escreveu que o caso ‘Sônia’ (a seguir) foi o episódio mais notável da guerrilha, distorcendo propositalmente os fatos e enaltecendo o fanatismo da terrorista ensandecida e espumando de raiva, ódio doentio. / Mais um erro grosseiro causado por muita má fé.⁸¹⁴

⁸¹² “No dia 24 [de outubro de 1973], Sônia e Manuel foram ao encontro dos dois que haviam levado o rapazinho. Não encontraram. À tarde, novamente Sônia e Wilson (elemento de massa) voltaram ao local de encontro. Recomendou-se que não fossem por um ‘pizeiro’ antigo, pois ali poderia haver soldados emboscados. Acontece que Sônia acabou indo pelo pizeiro e, como decidisse caminhar descalça, deixou a botina no caminho. Quando voltou não encontrou a botina. Pensou que fosse brincadeira de gente de massa. Chamou por um nome conhecido. Apareceu uma patrulha do Exército que atirou nela, ficando ferida. Os soldados – segundo relatou gente de massa – perguntaram-lhe o nome. E ela respondeu que era uma guerrilheira que lutava pela liberdade. Então o que comandava a patrulha, respondeu: “Tu queres liberdade. Então toma...” – desfechou vários tiros e matou-a. Wilson conseguiu escapar. No momento em que o Exército atirava, vinham chegando os dois companheiros a quem Sônia ia buscar. Ouvindo os tiros, retiraram-se e, três dias depois, retornaram ao destacamento”. ARROYO, Ângelo. **Relatório sobre a luta no Araguaia...** OP. Cit., p. 266-267.

⁸¹³ GASPARI, Elio. **A Ditadura escancarada**: As Iusões Armadas, v. 2. 2. ed. [Edição do Kindle]. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 521.

⁸¹⁴ MACIEL, Lício. **Guerrilha do Araguaia**: relato de um combatente. São Paulo: Schoba editora, 2008. p. 91.

Gaspari foi criticado por não só não endossar a versão da direita militar para o episódio, como também por contradizer relatos benevolentes feitos sobre aquele caso pelos generais João Batista Figueiredo que, antes de se tornar presidente (1979-1985), foi chefe do SNI (1974-1978); e Hugo Abreu, que combateu no Araguaia. Aqueles eram relatos vindos de um mecanismo há muito tempo em atuação, capaz de criar cortinas de fumaça em série. Dessa vez, tal mecanismo estava sendo usado para atenuar a responsabilidade dos oficiais militares envolvidos na emboscada que culminou com dois oficiais feridos e a execução de uma jovem guerrilheira, que se encontrava apenas na companhia de um adolescente da região, e que acabou sendo sumariamente eliminada. Naquele momento, a partir da terceira campanha, como atestado pelo próprio Gaspari, a literatura sobre a Guerrilha do Araguaia, e documentos recentemente divulgados pela CIA,⁸¹⁵ a ordem era não deixar sobreviventes.

Existem indicativos de que a decisão sobre a eliminação da vida dos guerrilheiros já havia sido tomada em esferas maiores de comando. Ademais, os guerrilheiros presos nos primeiros meses de conflito acabaram sobrevivendo. Entre fins de 1973 e o início de 1974, sobreviveram apenas os que conseguiram fugir da região: Zezinho e Ângelo Arroyo. O que indica que, naqueles últimos momentos, os militares tinham carta branca para matar. Aliás, a fase final do conflito é repleta de relatos de execuções de prisioneiros sob custódia.

Notemos que a guerrilheira Lúcia Maria de Souza foi descrita por Maciel como “fanática” e comparada a um cão raivoso. Esse tipo de descrição desumaniza os adversários e os caracteriza como loucos, obliterando a responsabilidade do regime militar na implosão das vias de manifestação democrática e na implacável perseguição a quem divergisse do sistema então em vigência. O uso da categoria “fanática” também fazia referência à obra de Gaspari, que apontou que o General Figueiredo havia afirmado que os guerrilheiros eram “fanáticos”: “Na ocasião em que narrou a morte da ‘menina’, Figueiredo definiu os guerrilheiros: ‘São fanáticos’. / A palavra maldita de Canudos e do Contestado chegara ao Araguaia”.⁸¹⁶ Tal categoria não apareceu aqui ao acaso. Em 1972, a polícia política de São Paulo já havia descrito Helenira Resende como uma “ativa fanática em subversão”.⁸¹⁷

Gaspari também já havia contradito a versão de Figueiredo sobre o episódio, sobretudo a afirmação de que ela fora surpreendida na mata. Segundo Gaspari: “Sônia não foi

⁸¹⁵ Ver: G1. Em memorando, diretor da CIA diz que Geisel autorizou execução de opositores durante ditadura. **G1**, 10 mai. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/em-memorando-diretor-da-cia-diz-que-geisel-autorizou-execucao-de-opositores-durante-ditadura.ghtml>>. Acesso: 17 nov. 2022.

⁸¹⁶ GASPARI, E. **A Ditadura escancarada...** Op. cit. p. 523.

⁸¹⁷ COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO — RUBENS PAIVA. **014 – Ficha DOPS 1972 Helenira Resende de Souza Nazareth...** op. cit., p. 2.

surpreendida, mas emboscada por uma patrulha que achara as suas botinas. Não tinha submetralhadora. Atirou de revólver”.⁸¹⁸ Outro motivo para o episódio ter se tornado célebre foram as últimas palavras que teriam sido ditas por Lúcia. Segundo Figueiredo, ao ser interpelada por um dos militares sobre seu nome, ela teria respondido: “‘Guerrilheira não tem nome. A resposta de guerrilheiro é esta’. E deu uma rajada no major”.⁸¹⁹

Mesmo a versão de Maciel atestou a frase dita por Sônia, a partir da reprodução do relato de outro oficial, descrito por ele como José Cunegundes do Nascimento, o Cid.⁸²⁰ Note-se que, se hoje temos esse tipo de identificação nominal dos algozes da guerrilheira, essa identificação de nomes foi facilitada pelo fato de Lúcia ter acertado dois oficiais, o que deixou um número maior de rastros do acontecimento.

A referida frase, hoje bastante apropriada por movimentos sociais, teria sido dita pouco depois do próprio Maciel cair ao chão, após ser alvejado. Contudo, seguindo a linha da representação construída, Lúcia foi retratada de forma raivosa no testemunho — de José Cunegundes do Nascimento — apropriado por Maciel: “‘Qual o seu nome?’. Com ar de deboche e muito ódio, ela respondeu aos gritos — ‘Guerrilheira não tem nome’. Eu [José Cunegundes] e João Pedro a metralhamos, antes que ela conseguisse pegar a arma”.⁸²¹

Assim como as tropas da primeira república designadas para dar cabo do povoado de Belo Monte, o conhecido Arraial de Canudos,⁸²² e que tinham problemas para justificar as

⁸¹⁸ Ibid., p. 522.

⁸¹⁹ Ibid., p. 522.

⁸²⁰ A CNV apontou sete nomes como participantes da morte de Lúcia: Tenente-coronel Carlos Sérgio Torres; Subtenente João Pedro do Rego; Segundo-Tenente José Cunegundes do Nascimento; Tenente-Coronel Leo Frederico Cinelli; Tenente-Coronel Lício Augusto Maciel; Tenente-Coronel Pedro Luiz da Silva Osório; Tenente-Coronel Sebastião Rodrigues de Moura (Curió). Ver: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume III...** op. cit. p. 1364-1365.

⁸²¹ Cid [José Cunegundes do Nascimento] *apud* MACIEL, L. **Guerrilha do Araguaia...** op. cit., p. 105.

⁸²² Conflito ocorrido entre 1896 e 1897 no interior da Bahia, opondo militares, representantes da ordem republicana que buscava se impor, aos moradores da povoação de Belo Monte, liderados pelo beato Antônio Conselheiro. O povoado, que rapidamente chegou a ter mais de vinte mil moradores, acabou dizimado por uma ação violenta dos militares, marcada por grande brutalidade, incluindo-se a decapitação de prisioneiros. A historiografia tem demonstrado que, apesar do forte tom milenarista adotado pelos moradores, os habitantes de Canudos devem ser vistos como muito além de meros fanáticos: “Canudos incomodou o governo da República e os grandes proprietários de terras da região por uma razão principal: era uma nova maneira de viver no sertão, à parte do sistema de poder constituído. É certo que o arraial não chegou a representar uma experiência de vida igualitária — o desenho urbano da comunidade, bem como a distribuição de tarefas e as relações sociais entre seus membros, indicava que as hierarquias sociais não foram eliminadas. Mas é certo também que se tratava de uma experiência social e política distinta daquela do governo central republicano: o trabalho no arraial baseava-se no princípio de posse e uso coletivo da terra, e na distribuição do que nela se produzia. Todos que lá chegavam recebiam gratuitamente uma porção de terra onde viver e trabalhar. Havia plantações diversas, criação de gado e animais de montaria, e fabricava-se couro curtido. O resultado da produção era dividido entre o trabalhador e a comunidade, a autoridade religiosa do Conselheiro não dependia do reconhecimento da Igreja Católica, e Canudos não estava submetido nem aos proprietários de terra nem aos chefes políticos da região — representava um elemento perturbador num mundo dominado pelo latifúndio”. SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 333.

derrotas sofridas nos primeiros combates, Maciel prosseguiu alternando a imagem de Sônia entre fanática e raivosa: “O combate do dia 25 de dezembro de 1973, o chafurdo de Natal, também foi muito mais importante que um simples combate não terminado, em que uma guerrilheira fanática acerta dois militares”.⁸²³

Como em outros momentos de seu testemunho – a exemplo da descrição da morte de Osvaldão, que abordaremos no último capítulo – Maciel usou mão da ironia para narrar a morte de Lúcia, a exemplo da forma como iniciou o capítulo:

Incidente com a guerrilheira Lúcia Maria de Sousa, a “Sônia”.
‘Atirar em mulher é muito difícil. Temos que mudar as formas das silhuetas no stand de tiro...’.
Ó tu, que tens de humano o gesto e o peito
Se de humano é matar hũa donzela...⁸²⁴

As duas últimas linhas foram retiradas de *Os Lusíadas*.⁸²⁵ Assim como esse trecho, todo o relato de Maciel foi construído meticulosamente. Nos trechos aqui em análise, foi composto como um contraponto, para responder não só a Gaspari, mas também aos questionamentos levantados em relação à atuação dos militares no Araguaia. Por exemplo, acima apresentamos um fragmento em que Gaspari apresenta a versão dos mateiros para a morte de Sônia. Como já vimos aqui, são comuns os relatos de que os “guias” eram colocados à frente das tropas, para indicar os caminhos, serem os primeiros visualizados pelos guerrilheiros (de modo a evitar um combate imediato) ou ainda, para que, em caso do grupo ser atacado, dar tempo de reação aos militares.

Por todos esses motivos, Maciel não esqueceu de salientar o posicionamento dos mateiros durante o combate com Sônia. Em suas palavras, ainda no início da ação: “Os guias foram ficando para a retaguarda”.⁸²⁶ Ou seja, Maciel cuida em posicionar os oficiais em um ponto considerado digno no campo de combate. Isso demonstra que, seja em um campo de batalha, seja nas lutas de representação, cada detalhe importa.

Na parte inicial do seu relato sobre o contato com Lúcia, Maciel compôs meticulosamente a cena. Em sua versão, assim como no relato de Figueiredo, o contato teria

⁸²³ MACIEL, L. *Guerrilha do Araguaia...* p. 92.

⁸²⁴ *Ibid.*, p. 101.

⁸²⁵ O trecho apropriado por Maciel faz parte do episódio Inês de Castro, relatado em *Os Lusíadas*, que, por sua vez, remete-se a um conhecido fato histórico do medievo português (1355). Ver: FIQUER, Beatriz Teixeira. Apropriação e representação do episódio de Inês de Castro (*Os Lusíadas* - Camões) na canção Coimbra e em uma crônica de Antonio Prata. *Verbum*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 195-207, dez. 2021.

⁸²⁶ *Ibid.*, p. 103.

ocorrido de forma espontânea e não por meio de uma emboscada. Observe-se que, segundo ele, inicialmente, o grupo teve a impressão de se tratar de um homem:

Ele voltou; dei uns 5 passos rápidos até a curva da trilha e dei-lhe voz de prisão: ‘Quieto e mãos na cabeça!’.

Aí, ele se voltou assustado e, então, pude ver que era mulher. Estava a uns 15 metros à minha frente. Dei-lhe a ordem, voz de prisão, pela segunda vez; ela tentava desamarrar a aba do coldre, agachada meio de lado. Repeti mais duas vezes ‘Não faça isso!’, ‘Não faça isso!’, à medida que ela tentava soltar o fecho do coldre para sacar a arma, enquanto agitava a mão esquerda para cima, tentando desviar minha atenção. Quem estava com ela, um pouco atrás, fugiu.⁸²⁷

O trecho “então, pude ver que era mulher” testemunha sobre as tensões de gênero presentes nesse relato. Para um oficial militar, não seria um sinal de extrema masculinidade e virilidade fazer uma emboscada para uma mulher e um adolescente que, naquele momento, encontravam-se mal armados e em menor número; e ainda por cima acabar alvejado por um disparo. Talvez por isso surjam esses trechos atenuantes.

Também foram dadas várias respostas ao debate sobre esse episódio. Entre elas: aos relatos e análises que apontaram que em tais emboscadas os oficiais chegavam, desde já, atirando; às críticas sobre a covardia dos militares, em metralhar de forma brutal uma jovem, já que eles poderiam usar de alguma estratégia não letal, tendo em vista que estavam em maioria; ao posicionamento pretensamente destemido dos guerrilheiros, tendo em vista que a companhia de Lúcia – que depois seria reconhecido como o citado adolescente morador da região – fugira bem no início da operação; entre outras.

Maciel ainda pintou uma imagem benevolente e paternal de sua atuação:

Após a terceira advertência, ela já com a arma na mão, vi que não havia outro jeito e atirei baixo acertando-lhe a perna. A guerrilheira, com o impacto, deu um salto e caiu gritando de dor. Fui rapidamente até ela e, enquanto procurava o revólver, ordenei-lhe: ‘Fica quieta, nós vamos te salvar!’⁸²⁸

Nesse relato, desconstruída a versão da emboscada, e montada a imagem da “fanática” e “raivosa”, Lúcia acabou sendo representada como responsável pela sua própria execução, fazendo a equipe de oficiais lhe metralhar por reflexo:

Aproximando-me da ‘Sônia’, caída, já quieta, ela abriu fogo à queima-roupa quando me agachava para vê-la melhor. Tinha conseguido achar a arma. Cai

⁸²⁷ Ibid., p. 103.

⁸²⁸ Ibid., p. 103-104.

desacordado. Curió, que vinha logo atrás de mim, foi atingido no braço. A equipe reagiu no reflexo, atirando no vulto, que era já bem difícil distinguir.⁸²⁹

Curió, Maciel e os outros militares envolvidos na morte de Lúcia, Helenira e a grande maioria das guerrilheiras e guerrilheiros; bem como responsáveis por inúmeras violações à população local, jamais foram levados a julgamento, devido à lei da Anistia, de 1979, e posteriores decisões que mantiveram a impunidade de muitos dos perpetradores de violência durante o regime militar e a Guerrilha do Araguaia.

5.5 MARCOS DE UMA MEMÓRIA ESFACELADA, ECOS DE NOVAS LUTAS

Ribeiro, ao tratar da história de vida de Helenira; e Cavalcanti Junior, ao abordar a trajetória das guerrilheiras Dina Teixeira e Dinaelza Coqueiro, elencaram uma série de lugares de memória⁸³⁰ constituídos em referência a essas guerrilheiras, em vários locais do Brasil. ruas, diretórios acadêmicos e uma série de outros espaços passaram a levar, simbolicamente, o nome daquelas combatentes. Segundo Ribeiro:

Hoje Helenira Resende é nome de rua na cidade de Campinas (SP). Ela batiza uma ruazinha de terra no bairro pobre de Vila Esperança. Todos os guerrilheiros que caíram em combate também viraram nomes de rua nessa cidade paulista. Helenira Resende é também o nome do Diretório Acadêmico da Universidade Estadual Paulista (Unesp),⁸³¹ de Assis. E nomeia ainda um abrigo em São Paulo que cuida de mulheres que sofreram agressões físicas em casa. O tempo tem se incumbido de trazer à tona o nome da valorosa guerrilheira e inseri-lo com destaque no rol dos grandes patriotas deste país.⁸³²

Esses tipos de lugar de memória dialogam diretamente com a definição de Pierre Nora, segundo a qual, vivemos em um período em que, ao contrário de grupos nos quais a memória é repassada de forma praticamente integral a cada geração, percebemos certa ruptura com o nosso passado. Vivemos em um período em que aquele tipo de memória não abarca a experiência da maior parte das pessoas, pois nos vemos diante de uma “memória esfacelada,

⁸²⁹ Ibid., p. 104.

⁸³⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

⁸³¹ Também na USP, onde ela estudou, dá nome à Associação dxs Pós-Graduandxs Helenira ‘Preta’ Rezende e a um grupo de estudos.

⁸³² RIBEIRO, B. **Helenira Resende e a guerrilha...** op. cit., p. P. 67.

mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema da sua encenação”.⁸³³ Por isso, em muitos casos: “O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória”.⁸³⁴ Esse esfacelamento se exacerba se observarmos como ele age em relação às memórias tão fortemente afetada por interditos, manipulações, negações e enquadramentos vários.

No caso de Helenira, seu nome já havia sido apropriado como lugar de memória ainda em 1972, quando, após a sua morte, passou a nomear o Destacamento A. Os guerrilheiros usaram, assim, um de seus comunicados para informar a população sobre a morte de Helenira e destacar que: “Reverenciando a memória de tão brava combatente, o comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia decide dar seu nome ao grupo ao qual ela pertencia”.⁸³⁵ Pela primeira vez, o nome de Helenira era usado como uma contramemória.⁸³⁶

É recorrente que grupos vinculados a campos específicos do espectro político busquem instituir seus próprios lugares de memória, muitas vezes, homenageando seus quadros, ainda mais quando esses quadros tombaram em decorrência do que defendiam, podendo, por isso, servir de inspiração para os atuais integrantes. Já vimos aqui como o PC do B havia homenageado Francisco Chaves, por meio da elaboração de um perfil em 1974. Com Helenira, ocorreu um processo similar, ampliado pela reivindicação de seu nome por outros grupos vinculados à luta social e ao campo da esquerda no país.

Após a morte, a militante-guerrilheira passou a ter seu nome vinculado a outros embates contra as forças conservadoras representadas pelos militares, pela elite agrária e pelo patriarcalismo. Ainda em 1972, os membros da Foguera defenderam que: “Os estudantes lembrar-se-ão sempre daquela que, além de guerrilheira, se destacou como valorosa militante do movimento democrático”.⁸³⁷ Em 1974, foi publicado um perfil, em *A Classe Operária*, que buscou pautar as memórias sobre Helenira: “Dirigente estudantil, militante de vanguarda,

⁸³³ NORA, P. **Entre memória e história...** OP. Cit., p. 7.

⁸³⁴ Ibid., p. 7.

⁸³⁵ FOGUERA. Comunicado nº 6 das forças guerrilheiras do Araguaia. In: MONTEIRO, Adalberto. **Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade**. 4. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2005. p. 142.

⁸³⁶ Napolitano cita a contramemória no rol das “variáveis discursivas” elaboradas em torno dos acontecimentos ocorridos no regime militar. Entre essas variáveis, está a: “Afirmação de uma contra-memória, transformando-se em sinal de diferença diante de uma memória coletiva estruturada e tradicional (memória nacional, por exemplo), e tornando-se base para uma ação política transgressora e para uma identidade desviante do grupo sociopolítico dominante naquela sociedade”. NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. **História: Questões & Debates**, v. 68, n. 01, p. 18-56, jan-jun. 2020. p. 32.

⁸³⁷ FOGUERA. **Comunicado nº 6 das forças guerrilheiras do Araguaia...** op. cit., p. 142.

ativista do campo, guerrilheira do Araguaia – ela representa bem a juventude rebelde do Brasil de hoje. Sua personalidade marcante e atos corajosos projetar-se-ão no tempo”.⁸³⁸

O nome de Helenira passou a ser, assim, projetado como lugar de memória símbolo da resistência ao regime militar. Por um lado, o partido investiu na costumeira estratégia de heroicização dos militantes, própria dos enquadramentos da memória realizados por muitos grupos políticos.⁸³⁹ Por outro, contribuiu para que personagens como Helenira continuassem sendo lembradas, o que influenciou para que, nos tempos atuais, fossem buscados, por agentes diversos (acadêmicos, jornalistas, militantes de movimentos sociais), os rastros da atuação da militante, a exemplo do levantamento documental nos citados arquivos do DEOPS/SP. Contudo, ainda existem muitos entraves para que a história de Helenira e de muitos de seus companheiros seja conhecida por um público maior.

Em especial, a ausência de seus restos mortais, de documentos que evidenciem a condição de sua morte (inclusive a citada fotografia que teria sido retirada no seu *post-mortem*) e uma série de outros arquivos ainda hoje indisponibilizados sobre a atuação militar no Araguaia. O relato de Ramalho exemplifica o desconhecimento sobre a trajetória de Helenira e outras mulheres e homens guerrilheiros:

Abril de 2007. Últimos capítulos da minissérie ‘Amazônia’, da Rede Globo de Televisão. O personagem de Chico Mendes, no momento do nascimento de sua filha, diz para sua mulher Ilzamar que vai dar o nome de Helenira⁸⁴⁰ à filha que acaba de nascer, em homenagem a uma mulher guerreira, que lutou pela liberdade no Brasil. Um nome que traz como significações bravura e justiça. Apesar da lembrança em rede nacional, contam-se nos dedos os nomes de pessoas que sabem quem foi Helenira. Até mesmo na cidade onde viveu grande parte da sua vida.⁸⁴¹

A pouca divulgação do que ocorreu na Guerrilha do Araguaia e da história de personagens como Helenira, Lúcia e outros, também esteve ligada às estratégias de silenciamento em torno do acontecimento. Nesse caso, a contramemória, cujo passo inicial foi dado pelo PC do B, passou a ter como entraves as estratégias de silenciamento sobre o Araguaia, seja na história oficial, ainda mais durante os últimos anos do regime militar, seja na lente da memória hegemônica, em que tiveram pouco espaço as narrativas dos grupos da

⁸³⁸ PC DO B. Elenira Machado (sic.). **A Classe Operária**, ano IX, n. 1, p. 6-7, jan. 1974. p. 6.

⁸³⁹ Retornaremos a esse tema no último capítulo.

⁸⁴⁰ O nome da filha de Chico Mendes, posto em homenagem à Helenira Resende, não contém o H, sendo grafado como Elenira Mendes.

⁸⁴¹ RAMALHO, Alzimar Rodrigues. **A triste história de Helenira e a memória desalmada**. Disponível em: <<http://www.umdoistres.com.br/magazine/magazine2012/helenira/helenira.htm>> Acesso: 10 nov. 2022.

esquerda armada, como destacou Napolitano.⁸⁴² No caso de Helenira, pesa ainda ela ter participado de um acontecimento que até 1978-79, era desconhecido pela maioria dos brasileiros. Nesse sentido, a chegada de informações sobre a morte da guerrilheira em Assis-SP, onde ela cresceu, são muito elucidativas. De acordo com Ramalho:

A publicação da reportagem ‘A comovente história de Helenira’ [1979],⁸⁴³ no jornal ‘de Assis’, foi uma revelação. Como ironiza o também jornalista Roberto Silo, ‘a cidade não sabia que havia a guerrilha, muito menos que havia acabado’. A reportagem de Júlio Garcia foi além do épico, revelando todo o contexto que envolvia a personagem e – principalmente – apresentando para a cidade os horrores da ditadura. A tiragem de 11.500 exemplares do Jornal ‘Voz da Terra’ esgotou-se. Considerando quatro leitores por exemplar, a história chegou a 50 mil pessoas – quase 80% da população da época.⁸⁴⁴

A família de Helenira também vem desempenhando papel relevante na construção e divulgação da memória da guerrilheira, como atestam algumas fontes usadas neste capítulo, sejam fontes orais sejam outros documentos disponibilizados ao público. Essa atuação vem sendo realizada desde o momento, citado acima, no final dos anos 1970, de contato com José Genoíno e Rioko Kayano, durante a construção do movimento em prol da anistia. Como destacou Napolitano, assim como as contramemórias, a construção das memórias, por parte dos familiares de mortos e desaparecidos, também passou a “correr por fora” da trilha principal percorrida pela memória hegemônica.

É importante lembrarmos que, durante o processo de redemocratização: “Os movimentos de Direitos Humanos e de familiares de vítimas da violência do Estado, ainda que respeitados por todos que lutavam por democracia, na prática ficaram politicamente isolados no processo de transição”.⁸⁴⁵ Segundo Napolitano, a forma como a longa transição para o regime democrático ocorreu no Brasil colaborou para que não fossem, de imediato, realizadas investigações sobre os atos de violência perpetrados durante os governos militares. Nesse sentido, “é preciso lembrar que os militares brasileiros tiveram maior controle da sua retirada política do coração do Estado, negociando os termos da anistia oficial e bloqueando qualquer política de ‘verdade-justiça’, com apoio dos grupos liberais moderados”.⁸⁴⁶

⁸⁴² NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: dinâmicas e vicissitudes da construção da memória social do regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-44, 2015.

⁸⁴³ GARCIA, Julio César. A comovente história de Helenira. *Voz da Terra*, Assis, 5 fev. 1979. Disponível em: <<http://www.umdoistres.com.br/magazine/magazine2012/helenira/jornal%20vt.htm>> Acesso: 10 nov. 2022.

⁸⁴⁴ RAMALHO, A. R. *A triste história de Helenira...* op. cit. s/p.

⁸⁴⁵ NAPOLITANO, M. *Desafios para a história nas encruzilhadas da memória...* op. cit. p. 35.

⁸⁴⁶ *Ibid.*, p. 34.

Apesar disso, ou mesmo em contraposição a tais estratégias de deslegitimação e impunidade, muitas mulheres têm se destacado na chamada luta por justiça, memória e verdade em relação às vítimas do regime militar, como ocorre com duas gerações de familiares de Helenira. Como destacou Franco:

A história da construção do aparato repressivo durante a Ditadura Militar brasileira e a história da construção de uma engenharia do desaparecimento forçado durante esse contexto são histórias totalmente masculinas, com preponderância de instituições marcadamente ocupadas por homens. Em contraposição, a história da luta por memória, verdade e justiça, por elucidação de casos de mortes, da busca por pessoas desaparecidas, é uma história marcadamente feminina, protagonizada por mães, irmãs, esposas, filhas de pessoas que foram vitimadas pela Ditadura Militar. Além delas, também por sobreviventes, que conseguiram se manter vivas, apesar da repressão política da época.⁸⁴⁷

Em 2019, visitamos e realizamos entrevista em um dos locais que servem como lugar de memória à Helenira, o acampamento Helenira Resende, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, situado entre Marabá-PA e Eldorado dos Carajás-PA. Novamente, trata-se de um lugar de memória vinculado à contramemória, atuante no que Peixoto designou como a guerra que veio depois da guerrilha.⁸⁴⁸ No acampamento, residem cerca de 300 pessoas, que ocupam a Fazenda Rio Pardo (2.70h ha).⁸⁴⁹ O acampamento está situado à margem da BR-155, mesma rodovia em que — dali a alguns poucos quilômetros — ocorreu o massacre de trabalhadores sem-terra, em Eldorado dos Carajás, em abril de 1996.

A mesma rodovia atravessa, entre Eldorado e Parauapebas, a cidade de Curionópolis, cujo nome homenageia o “Major” Sebastião Curió, que, como vimos, foi um dos responsáveis pela execução de Lúcia Maria de Souza e de muitos outros guerrilheiros, e pela imposição de violência a um incontável número de moradores locais.⁸⁵⁰ Ocorre que, após o fim da Guerrilha, Curió, que era agente do CIE e SNI, prosseguiu atuando fortemente na região.

⁸⁴⁷ FRANCO, Paula. **Uma luta feminina**. Vídeo. São Paulo: Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2020. 4min42s. Disponível em: <<https://ne-np.facebook.com/caafunifesp01/videos/uma-luta-feminina/665371441060095/>> Acesso: 21 nov. 2020.

⁸⁴⁸ PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**, Belém, v. 6, n. 3, p. 479–499, set.–dez. 2011.

⁸⁴⁹ MUNIZ, Rodrigo de Almeida. **Relatório técnico de observação no acampamento Helenira Rezende e entorno**. Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2019/04/anexo-1-relatorio-tecnico-de-observacao-ao-acampamento-helenira-resende-rodrigo-muniz-1.pdf>> Acesso: 10 out. 2022.

⁸⁵⁰ Para um olhar específico acerca da atuação de Curió, ver: NOSSA, Leonencio. **Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

A princípio, foi convocado a desestruturar movimentos de luta pela terra⁸⁵¹ que eclodiram no local nos anos posteriores à Guerrilha, usando, para isso, uma rede de informantes alimentada por ações clientelistas e pelo medo. Por seu *modus operandi*, acabou sendo solicitado, pelo presidente João Figueiredo, para controlar e disciplinar as atividades no garimpo de Serra Pelada, descoberto em 1979 e que, rapidamente, atraiu milhares de garimpeiros. Estima-se que, durante seu auge, nos anos 1980, o garimpo chegou a reunir cerca de cem mil homens trabalhando simultaneamente.

A partir da Serra Pelada, Curió conseguiu alçar seu nome em todo sul e sudeste do Pará. Tornou-se deputado federal (1983-1987), após reformar-se do Exército, e foi eleito por dois mandatos (2001-2008) no município criado nas proximidades do garimpo da Serra Pelada, justamente através do *boom* da mineração; aquele município, desde sua emancipação política, em 1988, passou a ser designado como Curionópolis, em homenagem ao militar.⁸⁵² Observemos que, enquanto Helenira teve seu nome apropriado em um espaço vinculado à luta social e alvo de precarização, o mais famoso agente da repressão a atuar no local teve seu nome perpetuado de outro modo, institucionalizado no cerne da estrutura da república, já durante o período democrático, o que aponta permanências do regime autoritário.

De acordo com Miranda e Cardoso, o assentamento Helenira Resende fica situado na área do que foi outrora designado “Polígono dos castanhais”.⁸⁵³ Como explicitaram esses

⁸⁵¹ Para uma visão ampla sobre a luta pela terra no local, que teve fortes reverberações no cenário nacional e internacional, ver: PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora UFPE, 2015. Sobre o Garimpo da Serra Pelada, ver: FERREIRA, Paulo Roberto. **Encurralados na Ponte: o massacre dos garimpeiros de Serra Pelada**. Belém: Paka-Tatu, 2019. Sobre o massacre de Eldorado dos Carajás, ver: AFONSO, José Batista Gonçalves. **O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2016. Disponível em: <<https://pdtsa.unifesspa.edu.br/images/finalBatista.pdf>> Acesso: 18 nov. 2022.

⁸⁵² Segundo o IBGE, a cidade possui área territorial de 2.369,096km² e, atualmente, conta com cerca de 17.764 habitantes (população estimada em 2021). IBGE. **Curionópolis**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/curionopolis.html>> Acesso: 18 nov. 2022. Ainda segundo o IBGE: “Com a ocorrência de ouro na Serra Pelada, no início dos anos 80, Curionópolis consolidou-se como núcleo de apoio a essa atividade e como local de residência das mulheres e filhos de garimpeiros que à época, eram impedidos de ingressar na Serra Pelada. Desenvolveu-se, assim, um comércio diversificado e um setor de serviços: hotéis, pensões, bares, lanchonetes, boites e outros, que consolidou Curionópolis como povoação, definitiva, mesmo depois que o ouro daquele garimpo escasseou. Em 10 de maio de 1988, através da Lei Estadual nº 5.444, Curionópolis foi elevado à condição de município. Sua instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1989, com a posse do prefeito Salatiel Almeida, eleito em 15 de novembro de 1988”. IBGEb. **Curionópolis [histórico]**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/curionopolis/historico>> Acesso: 18. nov. 2022.

⁸⁵³ “A realidade pesquisada, ou seja, o acampamento Helenira Resende, organizado pelo MST, localiza-se exatamente no antigo ‘Polígono dos Castanhais’, área predominantemente de aforamento, logo, de terras públicas. E a fazenda ocupada, denominada de Complexo Cedro, pertencente ao Grupo Agropecuária Santa Bárbara Xinguara S.A, apresenta fortes indícios de irregularidades”. MIRANDA, Rogério Rego; CARDOSO, Beatriz Andrade. Territorialização da luta camponesa no sudeste paraense: o caso do acampamento Helenira Resende, Marabá-Pará-Brasil. **Revista Pegada**, vol. 23, p. 49-82, set. 2022. p. 61.

pesquisadores, segundo documentação levantada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), existem fortes indícios de que os latifundiários ocuparam irregularmente as terras hoje reivindicadas pelos acampados⁸⁵⁴ do Helenira Resende:

Em razão das irregularidades existentes no complexo Cedro (composto pelas) fazendas Cedro, Fortaleza e Rio Pardo o MST organizou o trabalho de base com pessoas residentes em periferias da cidade de Marabá e áreas próximas para a ocupação parcial da fazenda Cedro, a qual ocorreu em março de 2009, com aproximadamente 350 famílias. Nesse mesmo mês foi requerido pela empresa proprietária uma liminar de despejo, contudo, não foi executada, ao menos imediatamente.⁸⁵⁵

Figura 23 - Placa de entrada do acampamento Helenira Resende (2019)



Fonte: Acervo pessoal de Janailson Macêdo Luiz.

Na placa situada na entrada do acampamento, consta, na parte superior esquerda, a bandeira do MST; na parte superior direita, uma alusão ao monumento instaurado na Curva do S, em Eldorado dos Carajás, onde ocorreu o citado massacre de 1996; e ao centro, os dizeres:

Acampamento de Resistência Helenira Resende
Lutamos pela terra, por uma reforma agrária e um país mais justo e pela transformação de uma sociedade igualitária. O nosso legado é: homens e mulheres livres produzindo alimentos saudáveis.
BR 155 km54 Marabá-PA

⁸⁵⁴ Alguns desses acampados foram nossos alunos em disciplinas ministradas (2015) no curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Unifesspa.

⁸⁵⁵ Ibid., p. 64.

A referida placa se insere no repertório de ação usualmente utilizado pelo MST nos acampamentos e ações de territorialização. De acordo com Miranda e Cardoso:

O repertório do MST (ocupação de terras), materializado no acampamento Helenira Resende (construção do acampamento e seus meios de perpetuação como a construção da escola, bloqueio de estradas, ocupação de prédios públicos, declarações nas mídias, panfletos, dentre outros) vincula-se a valores (normas internas do acampamento), unidade (mística, bandeira do MST, debate em torno da reforma agrária popular que envolve a terra para o trabalho, com a produção de alimentos saudáveis, diversos e pautados na agroecologia), número (quantidade expressiva de famílias acampadas e de mobilizações por elas realizadas) e comprometimento (continuidade das famílias acampadas mesmo em face de condições bastante precárias, como inexistência de saneamento básico, residências provisórias e com materiais improvisados, violência por parte dos seguranças privados e do aparato policial do Estado, etc.).⁸⁵⁶

Segundo José (pseudônimo), homem negro e uma das lideranças que participou desde a fundação do acampamento:

Nós ocupamos aqui a fazenda Cedro no dia primeiro de março de 2009, cerca de 450 famílias, ligadas ao MST [...] No dia seguinte da ocupação, já tinha a especulação dos nomes para o acampamento. E aí as pessoas escolheram, tinha uns dois ou três nomes, mas o nome que se destacou foi o nome da Helenira. Aí foi colocado em votação. Aí a direção fez a defesa da Helenira, explicou para a comunidade quem foi a Helenira, sua função. A função da Helenira aqui na região. Da luta pelos direitos... é, a questão da Helenira toda, desde quando ela saiu do eixo Centro-Sul, da repressão militar; e como ela se instalou aqui. Da contribuição dela nesse processo. De luta das classes mais oprimidas. E o povo aprovou, na sua maioria, em uma assembleia geral. Aí fizemos a placa e colocamos. No segundo dia, nós colocamos a placa na frente. Ficou Helenira Resende aí. Os mais antigos têm esse histórico, os que vão chegando muitos não dão crédito do nome. Não procura saber, mas as pessoas mais antigas têm essas informações detalhadas. Eu sou dos primeiros moradores daqui e a gente já está aqui e completa dez anos de luta e resistência pela terra. Aqui na região.⁸⁵⁷

A apropriação do nome de Helenira Resende, assim como de outras personagens vinculadas à luta social, serve para indicar a vinculação estrutural entre as lutas atuais e as lutas do passado. Conforme Naurinete Reis: “Essa publicização fortalece a resistência camponesa na medida em que chama a atenção da sociedade e dos seus representantes

⁸⁵⁶ MIRANDA, R. R.; CARDOSO, B. A. **Territorialização da luta camponesa no sudeste paraense...** op. cit. p. 65.

⁸⁵⁷ JOSÉ (pseudônimo). **Entrevista**. Entrevistador: Janailson Macêdo Luiz. Marabá, 2019. 03/07/2019. 30 min. Optamos por resguardar o seu nome em virtude de possíveis represálias, tendo em vista que as tensões em torno do acampamento permanecem.

políticos para a questão agrária como um problema estrutural da sociedade capitalista e para a necessidade de sua resolução”.⁸⁵⁸

O acampamento Helenira Resende se encontra situado em um local em que a sua própria existência demonstra os tensionamentos em torno da luta pela terra, sendo vizinho de uma série quase infindável de latifúndios, o que, a exemplo do que ocorreu com o surgimento de um grupo guerrilheiro nos anos 1970, demonstra as próprias contradições do capitalismo naquela porção da Amazônia Oriental. No Helenira Resende, um dos episódios que marcam essa contradição ocorreu em 2018, em que os acampados denunciaram que foram atingidos por agrotóxicos jogados por um avião pulverizador da fazenda Cedro, pertencente ao grupo com o qual disputam as terras do acampamento. Mais precisamente:

Segundo relatos dos acampados, a aplicação do produto se deu no dia 17 de março de 2018, iniciando-se por volta das 10 horas da manhã e estendeu-se até as 16 horas da tarde. Ainda, segundo relatos, no período de aplicação estava acontecendo um velório, o que pode ter aglutinado um maior número de pessoas no local. Outros relatos indicam que o avião fez manobras sobre o acampamento e no momento que finalizou a aplicação sobrevoou o acampamento.⁸⁵⁹

O episódio, após a denúncia, ganhou forte repercussão midiática. No acampamento, boa parte dos moradores apresentaram problemas de saúde, constatados por uma visita *in loco* realizada por entidades defensoras aos direitos humanos.⁸⁶⁰ Segundo Miranda e Cardoso:

Essas estratégias dos agentes hegemônicos contribuem para uma relativa fragilização territorial do acampamento Helenira Resende, pois implica em ações violentas contra as famílias sem-terra, que se veem intimidadas pelos seguranças privados da empresa ou pelo Estado, via reintegrações de posse, que resultam na perda de suas infraestruturas sociais (residências, casas de farinha, igrejas, escola...), plantações e criações. Forçando-os a reagruparem-se em outros espaços próximos e a deslocarem o acampamento para a continuidade da luta. Nesse ínterim, muitos acabam desistindo e migrando para vilas e cidades próximas; outros permanecem, porém, abalados emocionalmente; enquanto que novos sem-terra aparecem para entrar na disputa.⁸⁶¹

⁸⁵⁸ REIS, Nauriente Fernandes Inácio. **Cartografia de memórias: Guerrilha do Araguaia, campesinato e questão agrária no sudeste do Pará – Amazônia Oriental**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. p. 352.

⁸⁵⁹ MUNIZ, R. A. **Relatório técnico de observação no acampamento Helenira Resende...** OP. Cit., p.1.

⁸⁶⁰ “Essa denúncia provocou a mobilização de representantes da Comissão de Direitos Humanos, da Ordem dos Advogados (OAB), da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDSH) e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) que se direcionaram ao Helenira Resende e constataram que muitos residentes estavam sofrendo reações adversas aos produtos químicos lançados, tais como, febre, dores de cabeça e nos ossos, náuseas e irritação cutânea”. MIRANDA, R. R.; CARDOSO, B. A. **Territorialização da luta camponesa no sudeste paraense...** op. cit. p. 70.

⁸⁶¹ *Ibid.*, p. 68.

Esse episódio indica que, como na Guerrilha do Araguaia, aeronaves continuam sendo utilizadas como marca de assimetria entre as partes em disputa. Dessa vez, porém, não mediante o uso por forças vinculadas ao Estado, mas através de agentes privados. Mbembe usa o exemplo de estratégias de ocupação de territórios da Palestina por Israel para tratar da chamada “soberania vertical”, na qual, lança-se mão da “superioridade de ferramentas da alta tecnologia do terror tardo-moderno”.⁸⁶² Segundo esse autor, na atualidade, “Os campos de batalha não estão localizados exclusivamente na superfície da terra”, pois: “Até mesmo os limites no espaço aéreo dividem-se entre as camadas inferiores e superiores. Em todo lugar, o simbolismo do topo (quem se encontra no topo) é reiterado”.⁸⁶³

O Estado, em muitos casos, não mais exerce diretamente a ação assassina sobre quem deve ou não morrer, mas exerce sua soberania administrando, à distância, situações como esta, assumindo um papel necropolítico, voltado agora para o jogo: deixar viver, deixar morrer. Todavia, apesar do uso de tais artifícios de terror, grupos como os acampados do Helenira Resende, que já passaram por diversas humilhações, continuam mantendo viva a sua luta, mesmo diante da constante presença do medo.

Figura 24 - Casas de moradores do acampamento Helenira Resende (2019)



Fonte: Acervo pessoal de Janailson Macêdo Luiz.

Embora não tenhamos dados sobre a composição étnico-racial do assentamento, a percepção, no contato com os moradores, é que boa parte é constituída por afrodescendentes,

⁸⁶² MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, n. 32, p. 123-151, nov. 2016. p. 137.

⁸⁶³ *Ibid.*, p. 137.

em grande medida, oriundos do Maranhão e de outros estados do Nordeste, vindos, sobretudo, a partir dos mesmos processos migratórios que vêm aqui sendo descritos.⁸⁶⁴

Essa imagem dá a ver a precariedade das casas em que vivem os assentados, feitas a partir de madeira, barro e cobertura de palhas, em consonância com a história de ocupações perenes de origem afro-indígena, bastante usadas nos espaços do campo brasileiro, como já observado nesta tese. No caso do Helenira Resende, os moradores aguardam decisão na justiça que lhes seja favorável, reconhecendo a ilegalidade da apropriação realizada sobre essas terras pelo agronegócio. Todavia, até o momento, as decisões judiciais tomadas apenas reduziram a dimensão do acampamento e o número de assentados.

Figura 25 - Espaço exterior e interior da escola do acampamento Helenira Resende (2019)



Fonte: Acervo pessoal de Janailson Macêdo Luiz.

A condição perene das moradias não significa, no entanto, desorganização, pois a disposição das casas e lotes obedece a uma lógica interna, o que pode ser melhor vislumbrado na Escola Alto Alegre, onde foi realizada a entrevista citada acima. Apesar da vulnerabilidade da sua estrutura, a escola é altamente organizada em seu interior, demonstrando a meticulosidade na ação realizada em prol da territorialização daqueles acampados. Como se pode ver nas imagens abaixo.

Dessa maneira, o nome de Helenira Resende continua sendo apropriado como símbolo de luta nos arredores da mesma localidade onde ela tombou. Entretanto, apesar de algumas

⁸⁶⁴ “No geral, os acampados são oriundos de outros estados (70,42%), como Maranhão (29,50%), Tocantins (14,75%), Bahia (9,83%), Ceará (6,55%), Goiás (3,27%), Piauí (1,63%), Pernambuco (1,63%), Minas Gerais (1,63%) e São Paulo (1,63%). Os naturais do estado do Pará, por seu turno, correspondem a 26,31% [...]. MIRANDA, R. R.; CARDOSO, B. A. **Territorialização da luta camponesa no sudeste paraense...** op. cit. p. 72.

mudanças de conjuntura, os enfrentamentos entre os representantes da ordem capitalista estabelecida e as populações mais pobres continuam, também, a ser diários na Amazônia Oriental e em muitos outros espaços da região Norte. Essas lutas se somam a uma série de enfrentamentos, a nível nacional, contra um modelo de sociedade que persiste na exclusão de mulheres e homens negros, camponeses, indígenas, moradores pobres das periferias de grandes cidades, LGBTQI+, entre outros sujeitos.

Para finalizarmos este capítulo, é importante observarmos que as trajetórias e ações das mulheres, negras e não negras, discutidas nas páginas anteriores, indicam-nos, na linha do que vem sendo aqui observado desde o início da tese, a busca dessas personagens por constituir, também, lugares de autonomia, através de caminhos diversos. Caminhos estes, por vezes, reinventados durante aqueles anos de constituição do regime militar, num momento em que novas oportunidades estavam sendo almeçadas e conquistadas por mulheres de todo o mundo. Em um período no qual a face falocêntrica do autoritarismo, mais uma vez, não media esforços para tentar subjugar-las, com uma ênfase ainda maior no tocante a mulheres negras, camponesas e indígenas, vistas como inferiores em uma hierarquia social que remete a concepções de mundo cunhadas no período colonial e redesenhadas desde o pós-abolição.

Apesar do contato frequente com as desigualdades de gênero, e diante do cerco do estado autoritário, muitas mulheres investiram na remodelagem de uma outra história, buscando contribuir, direta ou indiretamente, para que um mundo com menos desigualdades sociais fosse constituído, seja batendo de frente com o regime militar instaurado no país em 1964; seja tentando melhorar a vida de suas famílias; ou, ainda, resistindo contra fortes ações repressivas. Mediante suas atuações, personagens como Helenira, Lúcia, Dina, Suely... vêm sendo recuperadas como referenciais no protagonismo feminino na luta contra o regime militar. Junto com uma série de personagens anônimas ou pouco conhecidas, elas tiveram que enfrentar não apenas as forças do regime, mas também a reafirmação do racismo, do machismo, da misoginia, do urbanocentrismo, que imperavam, naquele momento, na sociedade brasileira e que vinham à tona nas palavras e ações daqueles que, com suas fardas e insígnias, lutavam não somente contra os comunistas, mas também para perpetuar desigualdades há muito estabelecidas no país.

6 O MARTELO, A FOICE E O TAMBOR DA MATA: A PROPÓSITO DAS RELAÇÕES ENTRE COMUNISTAS, Terecozeiros e outras Encantarias

No começo da década de 1970, muitos tambores eram ouvidos nas noites amazônicas. Entre as matas, beiras de rios e igarapés, mulheres e homens, hoje praticamente esquecidos, giravam, bailavam e cultuavam os seus encantados. Parentes, compadres, comadres, vizinhos socializavam entre si e com os seres do mundo espiritual, misturando ludicidade e busca pelo sagrado. Ali, no coração da floresta, às margens de pequenas vilas de moradores, os sons dos batuques se impunham. Por vezes, a centenas de metros, podiam-se ouvir os toques, cantos e outros sinais vindos dos rituais de Terecô, religião afro-brasileira originada no interior do Maranhão. Esses toques acompanhavam os migrantes naturais do interior maranhense em seus deslocamentos por diversos locais do Brasil. E envolviam, ainda, sujeitos vindos de muitas outras localidades, inclusive militantes comunistas interessados em fazer brotar alternativas que cambiassem os rumos da sociedade brasileira.

A presença de terecozeiros e praticantes da pajelança, no Araguaia-Tocantins, nas décadas de 1960 e 1970, ficou mais evidenciada mediante contatos com os militantes do PC do B. Esses contatos nos possibilitaram ter acesso a informações que, embora lacunares, revelam nuances específicas sobre as visões de mundo daqueles que migraram para a Amazônia Oriental naquele momento.

Rastros que, apesar de raramente nos entregarem informações diretas e objetivas, ao serem apreciados com cuidado, levam-nos a conhecer um pouco mais as especificidades culturais daqueles que acabaram envolvidos em um conflito violento, cuja participação produziria efeitos pelo restante de suas vidas. Além disso, ajudam-nos a examinar as próprias condições de possibilidade estabelecidas naquele contexto marcado por conturbações, mas também pela busca de milhares de pessoas por novas formas de organizarem suas vidas.

Quem eram esses terecozeiros? Quais relações e possíveis articulações políticas buscaram diante dos guerrilheiros? Essas são algumas das questões que nortearam a elaboração deste capítulo. Buscamos interrogar as poucas fontes que dão indícios dos contatos entre guerrilheiros e terecozeiros. Para tanto, dialogamos com algumas das reflexões desenvolvidas na literatura sobre o Terecô.

Nas próximas páginas, com a ajuda de trabalhos antropológicos, adentraremos o interior maranhense para compreender um pouco da formação histórica do Terecô e da chamada Pajelança de Negros. Em seguida, apresentaremos dados sobre as religiões no

entorno do Araguaia-Tocantins, presentes no censo populacional de 1970. Na sequência, pontuaremos as principais menções feitas aos terecozeiros nos documentos deixados pelos guerrilheiros e na literatura produzida sobre a Guerrilha do Araguaia. Finalmente, analisaremos alguns desses documentos e o que eles indicam sobre as aproximações políticas entre esses dois grupos, no cerne de relações mais amplas travadas entre guerrilheiros e população local. Como as principais menções feitas nos documentos faziam menção ao Terecô, deteremo-nos mais sobre as práticas desenvolvidas pelos terecozeiros.

É conhecida a afirmação do historiador João José Reis, ao tratar da repressão ao Calundu no Recôncavo baiano, no final do século XVIII: “A clandestinidade a que as práticas religiosas africanas foram empurradas e a própria natureza secreta de muitos dos seus rituais reduziram sua visibilidade e, portanto, seu registro sob, digamos, condições normais de existência”.⁸⁶⁵ Apesar de muitas modificações contextuais, essa invisibilidade ainda atingia algumas manifestações religiosas afro-brasileiras mais de dois séculos depois.

Tal realidade, costumeiramente, leva os historiadores e outros estudiosos a lançarem mão de um esforço interpretativo sobre um número reduzido de fontes. Felizmente, desde 1988, quando foi produzido o citado artigo de Reis, ampliou-se a quantidade de estudos sobre as religiões de origem africana na América Latina e no Brasil. Graças a isso, tem sido reveladas diversas dimensões do Terecô, especialmente por etnografias realizadas em Codó-MA, apontado, pela literatura, como local de origem dessa religião. É também o local onde se encontra grande número de seus praticantes, o que nos serve, aqui, como um espaço relevante para algumas análises comparativas.

Seguindo os rastros presentes em documentos elaborados pelos guerrilheiros e pesquisadores, assim como nos relatos colhidos em entrevistas de História Oral junto a moradores locais no Araguaia-Tocantins, buscamos refletir sobre essa atípica relação entre terecozeiros e guerrilheiros vinculados a um partido marxista-leninista, ligado ao maoísmo. Acreditamos que tais ponderações sejam importantes não somente para ampliar compreensões sobre a Guerrilha do Araguaia, mas também se conecta à história das populações negras na América Latina e na diáspora. As manifestações religiosas tiveram grande importância nas relações tecidas pelos afrodescendentes na diáspora, incluindo aquelas de cunho político.⁸⁶⁶

⁸⁶⁵ REIS, João José. Magia Jeje na Bahia: a Invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.8, n. 16, p. 57-81, mar.-ago., 1988, p. 57.

⁸⁶⁶ A concepção de diáspora recebeu, em Gilroy, uma dimensão translocal e não essencialista. Foi enfatizado o olhar para “contatos heteroculturais, interculturais e transculturais”, onde a cultura passa a ser analisada em sua dimensão política. Supostas solidariedades mecânicas e fraternidades pré-políticas automatizantes são substituídas por uma concepção mais dinâmica: “Sob a idéia-chave da diáspora nós poderemos então ver não a

6.1 ANTIGAS GIRAS, VELHAS PERSEGUIÇÕES

As religiões afro-brasileiras mais conhecidas, embora remetam a práticas identificadas desde o período colonial, têm sua emergência no século XIX (Candomblé e Tambor de Mina) e início do XX (Umbanda). Não é demais lembrarmos que a própria existência de tais cultos nos remete à violência colonial e escravista, sendo as religiões ditas, hoje, afro-latino-americanas, “resultado do deslocamento violento de mais de seis milhões de africanos escravizados (quase dois terços de todos os escravos enviados para as Américas) para as colônias de Portugal e Espanha no Novo Mundo”.⁸⁶⁷

Na história do Brasil, surgiu uma série de outros cultos, menos abordados academicamente que o Candomblé e a Umbanda. Vêm ganhando mais visibilidade, nos últimos anos, investigações sobre religiões de tronco afro-ameríndio,⁸⁶⁸ como a Jurema, a Macumba, as formas de Pajelança e o próprio Terecô. Entre os pesquisadores que se debruçaram sobre o Terecô e a Pajelança de Negros, originária no Maranhão, destaca-se a antropóloga Mundicarmo Ferretti.⁸⁶⁹ Em Codó, ela realizou estudos etnográficos com mães e pais de santo terecozeiros a partir das décadas de 1980. Segundo sua definição:

Terecô é a denominação dada à religião afro-brasileira tradicional de Codó – uma das principais cidades maranhenses, localizada na zona do cerrado, na bacia do rio Itapecuru, a mais de 300km, em linha reta, da capital. Além de muito difundido em outras cidades do interior e na capital maranhense, o Terecô é também encontrado em outros Estados, integrado ao Tambor de Mina ou à Umbanda. É também conhecido por ‘Encantaria de Barba Soêra’ (ou Bárbara Soeira), por Tambor da Mata, ou simplesmente Mata (possivelmente em alusão à sua origem rural).⁸⁷⁰

'raça', e sim formas geo-políticas e geo-culturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem". GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001. p. 25.

⁸⁶⁷ JOHNSON, Paul Christopher; PALMIÉ, Stephan. Religiões afro-latino-americanas. In: DE LA FUENTE, Alejandro; ANDREWS, George Reid (Org.). **Estudos afro-latino-americanos: uma introdução**. Tradução de Mattos Nogueira e Fábio Baqueiro Figueiredo. Cidade Autónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2018. p. 506.

⁸⁶⁸ PRANDI, Reginaldo. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 151-167, jun. 1998.

⁸⁶⁹ Entre alguns dos principais trabalhos dessa autora sobre o Terecô e Pajelança de negros, estão: FERRETTI, Mundicarmo. **Encantaria de "Barba Soeira"**: Codó, capital da magia negra? São Luís: CMF. 2000.; FERRETTI, Mundicarmo. Pajelança e cultos afro brasileiros em terreiros maranhenses. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 8, n. 16, p. 91-106, 2011.; FERRETTI, Mundicarmo. Brinquedo de Cura em terreiro de Mina. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 59, p. 57-78, dez. 2014.; FERRETTI, Mundicarmo. **Formas sincréticas das religiões afro-americanas: O Terecô de Codó (MA)**. Disponível em: <<https://repositorio.ufma.br/jspui/bitstream/1/280/1/Tereco.pdf>> Acesso: 10 out. 2020.

⁸⁷⁰ Ibid., p. 1.

A palavra Terecô⁸⁷¹ é compreendida por Ferretti a partir do que lhe observou a linguista baiana Yeda Pessoa de Castro. É provável que o termo tenha origem banto, com significado similar ao de Candomblé: “louvar, celebrar pelos tambores”.⁸⁷² Cada vez mais, tem se relacionando as origens do Terecô com práticas culturais de origem banto, apesar de serem feitas também associações com as culturas jeje e nagô. O Terecô é marcado por hibridizações com práticas indígenas. Conforme a antropóloga Martina Ahlert, é uma religião de possessão, nas qual inter-relacionam-se seres terrenos e do entremundo. No Tambor da Mata:

[...] estão presentes entidades chamadas de encantados – seres que tiveram vida terrena e, entretanto, desapareceram (enquanto pessoas) deste plano de existência. Quando sumiram, passaram a habitar um entremundo chamado de encantaria, de onde vêm para dançar, trabalhar, dar conselhos e fazer atendimentos.⁸⁷³

No Terecô, a cura não é atribuída aos religiosos, mas às entidades: “O mérito do saber utilizado pelos pais e mães de santo é, portanto, dos encantados, provém da relação com eles”.⁸⁷⁴ Segundo Ahlert, os encantados costumam se fazer presentes nos mais diversos momentos do cotidiano dos chefes religiosos e praticantes. Em muitos casos, “são recebidos fora dos rituais, em situações ordinárias ou ainda quando solicitados para consultas e atendimentos”.⁸⁷⁵ De acordo com a pesquisa etnográfica desenvolvida pela mesma autora, os terecozeiros acabam estabelecendo uma relação com os encantados que perpassa toda a vida.

Vindos da “encantaria”, os encantados são recebidos por aqueles que possuem algum grau de mediunidade. Essa categoria, no entanto, guarda suas especificidades em comparativo ao Espiritismo Kardecista: “Encantados da Mata foram homens e mulheres que em determinado momento de suas vidas, desapareceram, passando a viver na Encantaria. Eles não são vistos como mortos (ou *eguns*) e não vão voltar a viver entre os vivos através da

⁸⁷¹ É importante observarmos também que: “Existem diversos usos possíveis para a palavra ‘terecô’ entre os brincantes – como são chamados os terecozeiros – em Codó. Ela pode ser usada para definir a própria religião – o Terecô (grafado em maiúsculo no texto), mas também é possível dizer que se vai a um terecô (a uma gira ou toque de tambor); que se tocou terecô (quando se refere ao ritmo do tambor); que se foi a um terecô pegado ou ainda terecô arrojado, em uma referência a um tambor considerado intenso, forte, bom de dançar. Em diversas acepções, o termo remete à música tocada e cantada ritualmente, chamada ainda de mata ou ritmo da mata”. LAMY, Marcos Carvalho; AHLERT, Martina. Música, agência e força no Terecô em Codó (Maranhão). **PROA - Revista de Antropologia e Arte**, Campinas, n. 8. v. 2, p. 182-203, jul.-dez., 2018, p. 185.

⁸⁷² FERRETTI, M. **Formas sincréticas das religiões afro-americanas...** op. cit., p. 3.

⁸⁷³ AHLERT, Marina. Carregado em saia de encantado: transformação e pessoa no terecô de Codó (Maranhão, Brasil). **Etnográfica**, Lisboa, v. 20, n. 2, p. 275-294, jun. 2016, p. 276.

⁸⁷⁴ Ibid., p. 283.

⁸⁷⁵ Ibid., p. 276.

reencarnação”.⁸⁷⁶ Assim como em outros cultos afro-brasileiros, com o passar do tempo, passou-se também a usar o termo “cavalo” para descrever aquele que incorpora: “A incorporação, no terecô, é entendida como perda da consciência – um deslocamento do médium, como ‘se ele estivesse dormindo’”.⁸⁷⁷ Ferretti, por sua vez, relacionou os encantados com entidades de outros cultos afro-brasileiros populares no Maranhão:

Embora no Terecô sejam cultuados voduns africanos jeje-nagô (como Averequete, Sobô, Ewá), muito conhecidos no Tambor de Mina da capital [São Luís], os transes ocorrem principalmente com ‘voduns da Mata’ ou caboclos comandados pela entidade Légua Bogi Boá da Trindade. Mas fala-se que as entidades espirituais da Mata são chefiadas por Maria Bárbara ou Bárbara Soeira, entidade associada a Santa Bárbara e, às vezes, com ela confundida, que se acredita ter sido a primeira ‘pajeleira’ (curadeira), razão porque o Terecô é também conhecido por ‘Barba Soêra’. É bom lembrar que, não obstante ser o Terecô um culto afro-brasileiro, nele as práticas curativas são muito desenvolvidas.⁸⁷⁸

Já em relação a Pajelança, Ferretti discorre sobre as especificidades da Pajelança de negros, em comparação com outras manifestações também identificadas na Amazônia (Pajelança Cabocla) e Nordeste (Catimbó). Dada a intensidade de contatos entre os migrantes, as interações entre essas práticas de pajelança não devem ser descartadas, embora as poucas fontes indiquem ser mais provável os contatos entre os guerrilheiros e praticantes da Pajelança trazida pelos migrantes maranhenses. Ferretti definiu a Pajelança como um sistema terapêutico-religioso que, no Maranhão, está, atualmente, presente em diversos terreiros denominados “de curadores” ou que “realizam rituais denominados *cura* ou *pajé*”.⁸⁷⁹ Segundo a autora, essa designação “tem sugerido a existência neles de ênfase maior na função terapêutica do que no culto a entidades espirituais e a existência de maior sincretismo com a cultura indígena, já que a etimologia tupi da palavra pajé é amplamente conhecida”.⁸⁸⁰

Ainda de acordo com Ferretti, pesquisadores têm apontado que é possível que, na formação da Pajelança maranhense, tenham ocorrido cruzamentos de experiências de curadores de origem indígena e africana. Por isso, a Pajelança é vista como:

[...] um sistema médico-religioso tão antigo ou mais antigo que o *tambor de mina*, encontrado em grupos e comunidades negras da capital e em outros

⁸⁷⁶ AHLERT, Marina. **Cidade relicário**: uma etnografia sobre terecô, precisão e Encantaria em Codó (Maranhão). 282 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013. p. 19.

⁸⁷⁷ Ibid., p. 285.

⁸⁷⁸ FERRETTI, M. **Formas sincréticas das religiões afro-americanas...** op. cit., p. 2.

⁸⁷⁹ FERRETTI, M. **Pajelança e cultos afro brasileiros em terreiros maranhense...** op. cit., p. 92.

⁸⁸⁰ Ibid., p. 92.

municípios maranhenses, onde se recebem entidades espirituais não africanas e o curador ou pajé, em transe, inspirado ou 'irradiado' por entidades espirituais, faz diagnóstico, trata enfermidades, prepara medicamentos naturais e receita alguns remédios produzidos pela indústria farmacêutica de uso não controlado pelo sistema oficial de saúde ('fortificantes', como o Biotônico, purgantes, como a Água Inglesa, e outros).⁸⁸¹

O Tambor de Mina, o Terecô e a Pajelança influenciaram-se reciprocamente, no decorrer do tempo, a partir das relações internas ao Maranhão. É provável que essas religiões possuam origens comuns, advindas de formas anteriores de Pajelança, já identificadas no século XIX:

Tudo indica que muito do que hoje é conhecido como Tambor de Mina ou como Mata Pura/Terecô (religião afro-brasileira) começou com o que era denominado "pajelança" em meados do século passado pelas camadas dominantes, tanto em São Luís como em outros municípios maranhenses. Não sabemos se a 'pajelança de negros' recebeu aquela denominação por ter sido camuflada na indígena ou por ter se originado ou inspirado em modelos indígenas, mas sabemos que a 'pajelança' praticada no passado por negros foi considerada uma 'nova religião'.⁸⁸²

No século XIX, surgiram diversas denúncias, em São Luís, contra praticantes de rituais de Pajelança, estando entre os mais conhecidos o *Caso Amélia Rosa*. Amélia, que era alforriada, teve o nome divulgado na imprensa maranhense como "rainha da pajelança" e foi condenada a 10 anos de prisão, em 1876. O motivo: supostas sevícias realizadas em uma mulher escravizada, que a havia procurado em virtude de problemas de saúde. Contudo, um ano antes, a sacerdotisa negra já havia sido detida "por realizar rituais em sua casa, com a participação de várias pessoas iniciadas por ela numa nova religião – 'Pajé' (pajelança) – que realizava várias festas de santos e onde se recebia Rei Sebastião".⁸⁸³

Na história das diversas formas de Pajelança, foram extensamente utilizadas práticas de cura de males físicos e espirituais. Tais práticas já eram alvo de perseguição das autoridades maranhenses antes do *Caso Amélia Rosa*. Ferretti identificou a perseguição aos curadores nos códigos das Posturas das Vilas de Codó e Guimarães, em meados do século XIX.

Lei nº 241 – 13 de setembro de 1848 (Postura da villa de Codó).

⁸⁸¹ Ibid., p. 95.

⁸⁸² FERRETTI, M. *Encantaria de "Barba Soeira"...* op. cit., p. 30.

⁸⁸³ FERRETTI, M. *Brinquedo de Cura em terreiro de Mina...* op. cit., p. 65.

Art. 22. Toda e qualquer pessoa que se proposer a curar feitiços, sendo livre pagará multa de vinte mil reis, e soffrerá oito dias de prisão, e sendo escravo haverá somente lugar a multa que será paga pelo senhor do dito escravo.

Lei nº 400 – 26 de agosto de 1858 (Postura da villa de Guimarães).

Art. 31. Os que curão de feitiço (a que o vulgo dá o titulo de pagés) incorrerão na pena de cinco mil reis, e na falta de meios ou reincidência, de 10 a 20 dias de prisão.⁸⁸⁴

O historiador Aldrin Moura de Figueiredo relatou um curioso episódio ocorrido em Belém do Pará, às vésperas do natal de 1922. Na ocasião, o jornal *Folha do Norte* noticiou que, na Estrada da Independência, em frente ao prestigiado Museu Emílio Goeldi, estavam sendo realizados rituais de Pajelança:

Mas não pensemos que os pajés eram índios que teriam migrado para Belém em busca de clientes ‘brancos’. Segundo a gazeta, por lá residiam, na verdade, ‘diversos negros de vida duvidosa, que à noite [reuniam-se] em sessão solene a explorar a credulidade popular por meio de danças exóticas, de defumações sufocantes e de cenas apavorantes’. O problema era que, no ritual, os pretos pareciam transformar-se numa verdadeira ‘aldeia dos índios Urubus’ [Ka’apor], na qual os participantes da sessão seguiam a preceito às antigas tradições herdadas dos índios, incorporando ‘botos mundiadores, mães d’água e outros bichos do fundo’.⁸⁸⁵

O entorno do Museu Emílio Goeldi não era o único local símbolo da modernização amazônica, reinventada pelos praticantes de religiões afro-latino-americanas. Às margens da Estrada de Ferro Madeira-Marmoré (EFMM), na atual Rondônia, Benedito, um homem negro barbadiano, participante da construção daquela estrada (1907-1912),⁸⁸⁶ manteve uma casa de culto vinculada ao seu espaço de moradia, até falecer, no ano de 1942. De acordo com as memórias de moradores locais, retomadas por Lima e Fonseca:

O Terreiro de Seu Benedito era bastante frequentado e sempre procurado pela sociedade local para realizar trabalhos que viessem trazer a cura às doenças e a saúde à família. Nesse período os santos católicos estavam quase desacreditados. Embora os fiéis fizessem tudo que o Santo Padre mandava, o avanço das doenças minava famílias e gerava viúvas. ‘Parece que os santos perderam suas forças’, diz-nos Seu Claudionor.⁸⁸⁷

⁸⁸⁴ Ibid., p. 64.

⁸⁸⁵ FIGUEIREDO, Aldrin Moura. O índio como metáfora: Política, Modernismo e Historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do Século XX. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 41, p. 315-336, 2010, p. 316.

⁸⁸⁶ Durante a construção da EFMM, fora utilizada a força de trabalho de migrantes de diversas nacionalidades. Como lembram Lima e Fonseca (2011), nem todos os sujeitos apontados como barbadianos eram originários de Barbados, podendo ser naturais de outros locais do Caribe. LIMA, Luciano Leal da Costa; FONSECA, Dante Ribeiro da. Formação dos cultos afro-brasileiros em Porto Velho/RO. *Revista Veredas Amazônicas*, Porto Velho, v.1, n. 1, p. 1-16, 2011.

⁸⁸⁷ Ibid., p. 6.

Benedito logo receberia a companhia de outros religiosos, vindos no processo migratório vinculado à extração do látex. Alguns deles eram oriundos do Maranhão, como a terecozeira Chica Macaxeira, sua prima Dona Esperança Rita e o esposo desta, Irineu dos Santos. Chica, Esperança e Irineu: “Desejosos de praticarem sua religião, o terecô, nesse local e, sabedores da existência de seu Benedito, logo o procuram a fim de receberem ajuda para a formação do terreiro e a firmação de seus elementos”.⁸⁸⁸ Com isso, em dezembro de 1917, fundaram o conhecido Terreiro de Santa Bárbara, no bairro Mocambo:

Fundado em meio a um grande aglomerado de trabalhadores, o Terreiro de Santa Bárbara alcança destaque. As festas aos sábados, ao som do toque dos atabaques, atraíam a população em geral. Enquanto os tambores rufavam no terreiro e as crianças brincavam nas proximidades, outros aproveitavam para venderem guloseimas e produtos de rápido consumo.⁸⁸⁹

A fundação desse terreiro, em um momento de avanço da fronteira na Amazônia Sul Ocidental, pode nos servir como um interessante comparativo em relação ao que ocorreria na Amazônia Oriental nas décadas de 1960 e 1970, seja no tocante às sociabilidades estabelecidas entre os trabalhadores oriundos de processos migratórios diversos, seja em relação à reconstituição de práticas espirituais, que se reinventavam em novos contextos.

Assim como outros cultos afro-brasileiros e indígenas, a Pajelança e o Terecô têm suas origens relacionadas a celebrações desenvolvidas, inicialmente, nas matas, visando o contato com as forças da natureza, mediatizadas pelos encantados. Essas entidades se manifestam próximo a pedras, rios e plantas. Tal localização marginal aos locais de moradia e maior aglomeração também foi usada, em muitos momentos, para resguardar os fiéis da perseguição das autoridades.⁸⁹⁰ Em Codó, segundo a tradição oral, os escravizados, nas fazendas de algodão, afastavam-se para locais como a “mata do coco”, repleto de coco babaçu, ou para a hoje não mais existente *Lagoa do Pajeleiro*, designação, aliás, por demais sugestiva.⁸⁹¹ Entretanto, como exemplificado no *Caso Amélia Rosa*, a pajelança de negros poderia ter seus rituais realizados nas casas dos próprios “pajés”, que ali recebiam seus seguidores.⁸⁹²

⁸⁸⁸ Ibid., p. 8.

⁸⁸⁹ Ibid., p. 8-9.

⁸⁹⁰ FERRETTI, M. *Encantaria de "Barba Soeira"...* op. cit.

⁸⁹¹ Ibid.

⁸⁹² FERRETTI, M. *Brinquedo de Cura em terreiro de Mina...* op. cit.

6.2 A EMERGÊNCIA DO TERCÊ

Nas décadas iniciais do contexto republicano, começaram a surgir salões específicos de Tercê. Ainda que com grandes desafios e obstáculos para que a liberdade fosse exercida pelos afrodescendentes, o contexto pós-abolição e a República criaram condições de possibilidades para que as primeiras casas de culto fossem instituídas pelos terecozeiros.⁸⁹³ Ainda em relação a Codó: “Relatos sobre os primórdios do Tercê [...] atestam que o termo ‘pajé’ foi usado no passado, em Codó, para designar sacerdotes e praticantes de religião afro-brasileira”.⁸⁹⁴ Contudo, de acordo com Ferretti, é provável que, no início do século XX, já existissem, em Codó, salões de culto denominados, entre outras significações, como Tercê, sendo a sua origem ligada à comunidade de Santo Antônio dos Pretos.

Apesar disso, no período das primeiras pesquisas de campo realizadas naquela comunidade (1943-1944) pelo antropólogo Octávio da Costa Eduardo, essa religião era mais amplamente denominada pelos praticantes como Brinquedo de Santa Bárbara ou Pajé, o que dá indício de proximidade com a Pajelança.⁸⁹⁵

Ao analisar dados de entrevista realizada em 1989 com Mãe Antoninha de Codó, uma das mais tradicionais terecozeiras, Ferretti destacou que:

Apesar de Antoninha ter nascido em Codó e de sua mãe ter dançado no salão de Eusébio Jânsen (o mais antigo dos existentes na cidade), foi preparada por sua tia, em Santo Antônio, o que sugere que, quando ela nasceu (1915) já existia terreiro organizado fora da capital [São Luís] e que quando ela recebeu sua primeira vibração (1920?) já existia salão de Tercê em Santo Antônio com mãe-de-santo e sistema iniciático complexo.⁸⁹⁶

A história de formação do que, hoje, entende-se por Tercê foi se organizando, ao longo do tempo, por indivíduos de culturas bastante diferentes. Teve destaque, nessa organização, a hoje reconhecida comunidade quilombola de Santo Antônio dos Pretos. Ao emergir como um culto específico, o Tercê vinculou-se, inicialmente, às dinâmicas locais do interior do Maranhão e foi se espalhando para outros locais do Brasil através dos migrantes

⁸⁹³ Evidentemente, em relação à dissociação da antiga Pajelança, essa emergência das casas de culto do Tercê não deve ser vista como um movimento evolucionista. Embora o Tercê tenha incorporado práticas da antiga Pajelança, esta continuou a manter também uma historicidade específica; melhor seria falarmos em historicidades específicas, dada a amplitude de suas variações no Maranhão, na Amazônia e, cada vez mais, por outros locais do país, sendo levada por migrantes para diversos estados.

⁸⁹⁴ FERRETTI, M. **Pajelança e cultos afro brasileiros em terreiros maranhenses...** op. cit., p. 92.

⁸⁹⁵ Ibid.

⁸⁹⁶ FERRETTI, M. **Encantaria de "Barba Soeira"...** op. cit., p. 111.

que, como vimos aqui no capítulo inicial, buscavam novas terras para fugir da pobreza, mas também tentar constituir maior possibilidades de autonomia e liberdade.

O Terecô é uma religião nascida, ao mesmo tempo, no interior do país e nas margens do campo religioso afro-brasileiro, por si só minoritário no tocante às disputas pelo campo espiritual no país. Uma religião cujos membros buscaram constantes interlocuções com a Pajelança, o Tambor de Mina, a Umbanda, o Candomblé, o Espiritismo e o Catolicismo; por vezes, enfrentando as concorrências dessas manifestações, mas também afetando-as de alguma maneira. No contexto de ocorrência da Guerrilha e nos anos posteriores, seus sacerdotes avançavam não somente fronteiras estaduais ou das próprias frentes migratórias, mas também levavam adiante saberes repassados pela oralidade e por intermédio da corporeidade, entre diálogos com os mestres mais experientes e os encantados.

Figura 26 - “Salão de Terecô com guna (poste central visto à esquerda) em dia de festa (Santo Antônio dos Pretos 6/1989)”⁸⁹⁷



Fonte: Fotografia de Mundicarmo Ferretti.⁸⁹⁸

Essa imagem, fotografada durante o trabalho etnográfico de Ferretti, em Santo Antônio dos Pretos, apresenta um salão de Terecô, repleto de fiéis. O salão, no estilo mais tradicional, tem, ao centro, uma guna, o tronco central que dá sustentação à instalação. Em alguns locais, com o passar do tempo e com maior aproximação da Umbanda, a guna passou a ser retirada dos terreiros. Acreditamos que essa foto, apesar da distância de cerca de vinte anos, nos dê uma noção aproximada dos salões frequentados pelos terecozeiros no Araguaia-Tocantins no período aqui abordado. Porém, baseado em visitas a terreiros de umbandas na

⁸⁹⁷ Ibid., p. 178.

⁸⁹⁸ Ibid., p. 178.

atualidade, cremos que os terreiros do Araguaia-Tocantins, possivelmente, fossem um pouco menores que este tradicional “salão” codoense. Em torno da guna, ocorriam as danças e boa parte das ações mais visíveis do ritual. Pesquisas apontam que, nos períodos mais antigos, em alguns salões, os praticantes ali encostavam a cabeça “para receber os encantados”.⁸⁹⁹

Se, hoje, os rituais são feitos, em geral, em chão de cimento ou até azulejados, foram, durante muito tempo, brincados sobre o chão batido. Tal estrutura, embora mais aberta, assemelhava-se também às residências dos moradores que, nas décadas iniciais do século passado, raramente eram construídas em alvenaria. Aliás, aproximava-se das conhecidas casas de pau-a-pique — aludidas aqui no primeiro capítulo —, muito presentes em diversas localidades pobres das zonas rurais do Brasil, que foram comuns até o final do século XX e que ainda podem ser encontradas em alguns locais do interior do Maranhão e de outros estados do Norte e Nordeste, tendo suas paredes ligadas por barro, cipós e caibros.

Boa parte das informações que se têm hoje sobre os “pajés” do século XIX e décadas iniciais do XX são fruto do preconceito e exotismo externados na imprensa; e da perseguição sinalizada pelos processos abertos contra esses religiosos, como aconteceu com Amélia Rosa. Ferretti lançou a hipótese de que a maior perseguição à Pajelança no Maranhão, em comparativo aos praticantes do Tambor de Mina, seja o motivo para que poucos, atualmente, autoidentifiquem-se diretamente como “pajés” ou curadores. Muitas vezes, eles acabam acionando uma dupla identificação, como, por exemplo: “pajés” e mineiros (praticantes do Tambor de Mina); ou curadores e umbandistas.⁹⁰⁰ A perseguição aos “pajés” ligou-se ao que se costuma designar no Brasil como curandeirismo (categoria acusatória).⁹⁰¹ Por isso:

A necessidade dessa mudança de identidade dos curadores e pajés tem sido ainda explicada pelo fato do Código Penal de 1940 (Decreto-Lei nº 2848, Art. 284), ainda em vigor, ter enquadrado o curandeirismo como crime contra a saúde pública e pelo fato da umbanda ser reconhecida como religião.⁹⁰²

Notemos que, mesmo a menção à Pajelança, ao Terecô e ao Espiritismo no *Programa dos 27 Pontos* (abordado adiante) elaborado pela guerrilha, deixava-se como ressalva que

⁸⁹⁹ Ibid., p. 104.

⁹⁰⁰ FERRETTI, M. **Pajelança e cultos afro brasileiros em terreiros maranhenses...** op. cit.

⁹⁰¹ A pecha de curandeiros foi e é muito atribuída aos terecozeiros de Codó, ganhando cobertura midiática nacional durante o início da década de 1990, quando foi pintada como “capital da magia negra” no país, embora boa parcela dos ritos apontados como maléficos sejam mais ligados à quimbanda do que ao Terecô. Todavia, conforme veremos adiante a partir de Silva (2010), em Marabá-PA, os estereótipos construídos em relação aos moradores de origem maranhense, vistos muitas vezes como párias sociais em virtude de maior condição de pobreza, costumam associá-los, pejorativamente, à macumba e ao Terecô. Ver: FERRETTI, M. **Encantaria de "Barba Soeira"...** op. cit.

⁹⁰² FERRETTI, M. **Pajelança e cultos afro brasileiros em terreiros maranhenses...** op. cit., p. 93.

essas práticas deveriam ser respeitadas e não perseguidas “desde que” não causassem “dano ao indivíduo”.⁹⁰³ Essa ressalva buscava separar os praticantes de tais religiões de outros vistos como meros charlatões. Algo especialmente relevante num contexto em que os moradores locais praticamente não tinham acesso ao atendimento médico. Como vimos, a prestação de serviços de saúde fora um dos pontos de maior destaque da ação dos militantes do PC do B junto à população local. Grande parte daquelas mulheres e homens tiveram ali seu primeiro contato médico durante a vida. Em muitos casos, o único.

Mesmo os agentes da ditadura perceberam essa carência na oferta de serviços médicos, quando desenvolveram ações de saúde e assistência social em paralelo à segunda campanha, iniciada em setembro de 1972, por meio da Ação Cívico-Social (ACISO).⁹⁰⁴ A historiadora Janaína Teles vinculou diretamente a “aceitação” do Terecô no Pará, no contexto da Guerrilha, às doenças contagiosas ali presentes. Segundo ela, “os rituais do terecô tiveram aceitação no Pará, o que provavelmente se relaciona à proliferação de doenças graves e contagiosas na região, tais como a malária, febre amarela, hanseníase e leishmaniose”.⁹⁰⁵

A presença do Terecô e da Pajelança no Araguaia-Tocantins foi resultado do processo de migração, no qual os sujeitos levavam consigo suas visões de mundo e concepções religiosas. Aliás, frutos também de uma série de deslocamentos, seja no que se refere à formação das religiões afro-latino-americanas, seja no que tange a períodos mais longínquos no tempo. Pois, mesmo as experiências religiosas do passado pré-colonial de diversos locais da África, como a África Central,⁹⁰⁶ são frutos de uma série de interconexões de grupos diversos, o que ajudou a desenvolver o próprio sistema de Ventura e Desventura, presente hoje, mediante readaptações,⁹⁰⁷ nas religiões afro-brasileiras.

⁹⁰³ PC DO B. Programa Popular. **A classe Operária**: Órgão do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, [s.l.], ano 9, n. 77, p. 10-12, set. 1973, p. 10-11.

⁹⁰⁴ “Como se tratava de uma área que jamais merecera atenção, tudo estava ainda por fazer. Procurando ainda abranger toda a área conflagrada, a operação Aciso levou para a região médicos e dentistas, distribuiu remédios e vacinas em grandes quantidades, patrulhou estradas, legalizou posses, doou terras através do Inca e ainda perseguiu pistoleiros e grileiros”. CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**: a esquerda em armas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012. p. 153. Segundo José de Souza Martins, ao utilizarem a Aciso nos espaços do campo, prática que não se limitou ao contexto da Guerrilha, os governos militares fortaleciam a militarização da questão agrária no Brasil, buscando neutralizar pontos que pudessem ser explorados por seus opositores na arregimentação política. MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil** (Terra e poder: o problema da terra na crise política). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁹⁰⁵ TELES, Janaína de Almeida. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). **História Unisinos**, v. 18, n. 3, p. 464-480, set.-dez. 2014. p. 469.

⁹⁰⁶ CRAEMER, Willy de; VANSINA, Jan; FOX, Renee C. Religious Movements in Central Africa: A Theoretical Study. **Comparative Studies in Society and History**, United King, v. 18, n. 4, p. 458-475, oct. 1976.

⁹⁰⁷ Johnson e Palmié, dialogando com Roger Bastide, apontaram que não houve continuidades não mediadas entre as tradições rituais africanas e as religiões afro-latino-americanas. *Ibid.*

Embora as ações dos curadores, assim como ocorria com os raizeiros e rezadores vinculados ao catolicismo popular, não se limitassem à cobertura de serviços não oferecidos pelo estado, eram, naquele momento, praticamente a única alternativa de cura para problemas de saúde apresentados pelos moradores. Na Amazônia Oriental, como lembrou Teles e como vimos no capítulo anterior, doenças como a malária, a leishmaniose, a febre amarela e a hanseníase tinham grande presença.⁹⁰⁸ Como destacou a historiadora Maria Helena Machado, além dessas doenças, outros males se apresentavam aos repertórios dos curadores:

Quebranto, mau-olhado, susto, espinhela caída, vento cortado e cobreiro foram moléstias longamente reconhecidas pelo saber popular que exigiam a intervenção de um curador, por meio da manipulação de plantas e a utilização de gestos, palavras e bênçãos. Alguns desses males encontram paralelos em doenças reconhecidas pela medicina oficial, refletindo formas de diagnosticar e tratar mal-estares culturais, psicológicos e espirituais.⁹⁰⁹

No Brasil, as práticas de cura populares, além da longa história vinculada aos saberes oriundos de culturas africanas e indígenas, também são tributárias do catolicismo popular, oriundo da Península Ibérica; assim como de manifestações próximas ao Espiritismo. É longa a história dos curadores no país, que, historicamente, basearam seu ofício na manipulação de conhecimentos fitoterápicos e no estabelecimento de sistemas específicos de diagnósticos. O maior ou menor sucesso nesses procedimentos costumava atestar o seu nível de conhecimento e prestígio. Ainda segundo Machado, a ação dos curadores “se relacionava a uma concepção de saúde mais global que, além do corpo, envolvia o espírito”.⁹¹⁰ No Terecô e na Pajelança, na maior parte dos casos, as ações curativas são atribuídas aos encantados, são eles que realizam as intervenções, mediante a possessão dos curadores.

Afora esses ritos mais sistematicamente estabelecidos, a tradição das práticas de cura populares, religiosas ou não, possibilitou a difusão por praticamente todo o interior do Brasil das chamadas garrafadas e outros “remédios do mato”. O já citado ex-soldado Manoel Messias Guido, em seu depoimento à CNV, fez menção ao uso de tais remédios no enfrentamento a enfermidades surgidas durante sua atuação no Exército. De acordo com ele, mesmo após passar por uma cirurgia, parte dos seus problemas de saúde (decorrente de sua atuação militar)⁹¹¹ foram amainados apenas após o uso da medicina popular: “Eu usei remédio

⁹⁰⁸ TELES. **Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia...** op. cit.

⁹⁰⁹ MACHADO, Maria Helena P. T. **João de Deus: um médium no coração do Brasil** [edição eletrônica]. São Paulo: Fontanar, 2016, s/p.

⁹¹⁰ Idem, s/p [edição eletrônica].

⁹¹¹ Guido é um dos cabos e soldados que, hoje, reivindicam indenização por parte do Estado como reparação às violações que teriam sofrido durante os treinamentos e operações no período da Guerrilha. Acusam, sobretudo

do mato, a cabeça doía fora da medida, que ainda dói hoje. Fiquei melhor, porque a sinusite parece ter desaparecido, mas as dores só aumentaram, sinto bastante dor de cabeça”.⁹¹² Antigas práticas eram assim acionadas para curar males surgidos num novo contexto.

6.3 ESTRATÉGIAS DE INVISIBILIZAÇÃO E MASCARAMENTO⁹¹³

Como vimos, o sociólogo Otávio Guilherme Velho fez pesquisas de campo durante a chegada do que ele designou como frente de expansão na Amazônia Oriental, entre o final dos anos 1960 e início de 1970. Esteve imerso em diversos municípios que, poucos meses após a conclusão de sua pesquisa, seriam impactados pela Guerrilha. Ao tratar dos migrantes em São Domingos do Araguaia, à época, São Domingos das Latas, Velho destacou que, cerca de 80% dos contatados era de procedência maranhense. Alguns eram naturais de Codó e de outros pontos do Vale do Itaipuru. Em menor número, estavam ali, também, indivíduos originários do Piauí, de Goiás, do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco. Esses novos moradores:

Traziam consigo, porém, particularmente do Maranhão, muitas crenças e costumes, como a guarda dos dias santos sob pena de possível castigo, as práticas relativas a tabus alimentares, ao resguardo, à medicina popular em geral, ritos religiosos afro-índio-brasileiros realizados em terreiros denominados terecôs, a crença em seres fantásticos da mata como o *copelobo* (um índio que ao se tornar velho fica todo coberto de pelos e passa a alimentar-se de seres humanos), a crença no *mau olhado* e no *olho ruim* e a de que as pessoas que cometem incesto viram monstros.⁹¹⁴

Essas crenças delineavam uma das faces daquele Brasil que se reinventava, na interseção dos que já se encontravam e dos que chegavam à Amazônia embalados pelo projeto integracionista. Mulheres e homens que, na esteira de um novo surto de modernização,

seus superiores, dentro das Forças Armadas, de efetuarem treinamentos que lhes deixaram sequelas físicas e psicológicas. Alega que, entre outras mazelas, ficou com problemas físicos após um treinamento com gás lacrimogêneo, no qual um de seus colegas chegou a perder um testículo.

⁹¹² RIBEIRO, Manoel Messias Guido. **Depoimento à Comissão Nacional da Verdade**. 15. set. 2014. Entrevistadores: Maria C. Adão, Orlando Calheiros e Pedro Benetti. Duração: 1h 24min 38s [33 p.]. Marabá-PA.

⁹¹³ Como será dito adiante, estamos usando, aqui, os dados do censo relativos aos estados do Pará, Maranhão e Goiás. Ver: IBGE. **Censo demográfico**: Brasil. VIII Recenseamento Geral - 1970. 331 f. Série Nacional, v. I. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1973[a].; IBGE. **Censo demográfico**: Pará. VIII Recenseamento Geral - 1970. 484 f. Série Regional, v. I, tomo IV. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1973[b].; IBGE. **Censo demográfico**: Maranhão. VIII Recenseamento Geral - 1970. 527 f. Série Regional, v. I, tomo V. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1973[c].; IBGE. **Censo demográfico**: Goiás. VIII Recenseamento Geral - 1970. 671 f. Série Regional, v. I, tomo XXIII. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1973[d].

⁹¹⁴ VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 3 ed. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 119-120, grifos do autor.

inventavam caminhos não contemplados nas planificações do governo ditatorial. É importante observarmos que o deslocamento de afro-religiosos não atingia apenas os interiores do Brasil.

Durante o período da Guerra Fria, ocorreram muitos deslocamentos de religiosos afro-latino-americanos, acelerando-se um processo que vinha, paulatinamente, intensificando-se desde o início do século XX.⁹¹⁵ Esses religiosos, embalados por processos migratórios causados por fatores diversos, levavam seus ritos “a uma rápida expansão desde seus centros locais de consolidação (como Havana e Matanzas, no caso da *regla de ocha* e Salvador, na Bahia, e o Rio de Janeiro, no caso do *candomblé*) em direção a periferias cada vez mais extensas”.⁹¹⁶ Entre tais periferias, encontravam-se bairros cada vez mais ocupados pelos latinos nos Estados Unidos; assim como espaços marginais de grandes cidades da própria América Latina, bem como médias e pequenas cidades da região.

Observemos que também ocorreram migrações de religiões, já em si interioranas, como o Terecô, rumo a outros locais ainda mais internos a seus países de origem. Esse processo é pouco estudado, estando vinculado às mulheres e aos homens que buscaram manter seus destinos ligados aos espaços do campo, as chamadas migrações campo-campo, em detrimento da possibilidade de migração para centros urbanos a nível estadual, regional ou nacional, como abordamos no início da tese.

Apesar disso, o governo brasileiro não sinalizava um interesse maior por compreender as especificidades dos afro-religiosos, migrantes ou não. O que pode ser visualizado por uma observação atenta do censo populacional de 1970. Nesse censo, estavam representadas as religiões Católica, Evangélica e Espírita (Espiritismo Kardecista). As religiões de matriz africana ou indígena foram integradas a categoria “Outras”, constando, ainda, as classificações “Sem religião”, para aqueles que assim se expressaram diante do recenseador, e “Sem declaração”, aos que optaram por silenciarem sobre seu pertencimento religioso.⁹¹⁷

Reunimos, abaixo, dados sobre religião extraídos do censo de 1970, tendo como amostra as microrregiões⁹¹⁸ de maior circulação dos militantes do PC do B, localizadas no entorno do Bico do Papagaio. Embora também englobe municípios situados um pouco mais

⁹¹⁵ JOHNSON, P. C.; PALMIÉ, S. **Religiões afro-latino-americanas...** op. cit.

⁹¹⁶ Ibid., p. 538.

⁹¹⁷ "Na investigação foram discriminadas as religiões Católica romana, Evangélica e Espírita [...] As demais foram agrupadas em "Outras" [...] Figuras no grupo "Sem religião" as pessoas que fizeram expressamente esta declaração [...] As que não apresentaram resposta à indagação sobre religião professada foram contadas no grupo "Sem declaração". Nos dois últimos casos, quando se tratava de crianças, foi atribuída a religião materna". IBGE. **Censo demográfico: Brasil. VIII Recenseamento Geral - 1970...** op. cit., p. XXVIII-XXIX.

⁹¹⁸ Na época, o IBGE utilizava a categoria de microrregiões homogêneas, tendo, há pouco, abandonado a representação por zonas fisiográficas. Ibid.

além do epicentro de atuação dos destacamentos guerrilheiros, esse recorte compreende áreas nos dois estados por onde eles circularam nos anos anteriores ao confronto; e espaços de circulação recorrente no cotidiano dos moradores locais.⁹¹⁹

Segundo o sociólogo Reginaldo Prandi,⁹²⁰ a história de como as religiões afro-brasileiras foram representadas nos censos é marcada pela subestimação no número de seguidores. Ainda mais em décadas anteriores a 1980, quando se desenhou um contexto de maior abertura para manifestação de ligação com cultos afro. Durante muito tempo: “Para se viver no Brasil, mesmo sendo escravo, e principalmente depois, sendo negro livre, era indispensável antes de mais nada ser católico”.⁹²¹

De acordo com Prandi, devido à constante repressão religiosa, coexistente com as diversas brechas criadas para a manutenção de seus cultos, os afro-religiosos continuaram, em grande medida, no século XX: “sendo e se dizendo católicos, mesmo com o advento da República, quando o catolicismo perdeu a condição de religião oficial”.⁹²²

Prandi argumentou que o catolicismo foi, historicamente, usado como máscara pelos seguidores das religiões afro-brasileiras: “máscara que evidentemente as esconde também dos recenseamentos”.⁹²³ Por isso: “sempre que se usam dados dos censos sabemos que boa parte dos afro-brasileiros está escondida nas rubricas ‘católico’ e ‘espírita’.”⁹²⁴ Embora o nível de mascaramento não seja suficiente para alterar a condição de religiões minoritárias, ajuda-nos a compreender os limites da representação oficial presentes naquele censo.

Ao agrupar religiões como “Outras”, os representantes do Estado anunciavam aquilo que queriam ou não ver durante a elaboração de políticas públicas, e o que objetivavam ou não tornar visível perante outros leitores das estatísticas nacionais. Deixaram-nos, também, mais dos rastros de suas estratégias de inviabilização em relação às populações negras no país, visto que, no mesmo censo, foram, deliberadamente, eliminadas as identificações étnico-raciais, como já abordamos nesta tese.

⁹¹⁹ Antes do início da Guerrilha, o médico João Carlos Haas Sobrinho, o Dr Juca, estava instalado em Porto Franco, no estado do Maranhão, mantendo grande influência junto aos moradores dos arredores. Os pecedebistas também circularam em outros municípios, a exemplo de Imperatriz. Porém, por uma questão de disposição dos dados, os dados sobre o Maranhão serão inseridos em conjunto aos do Pará e Goiás, já que, de lá, vieram migrantes de muitas microrregiões para a região de eclosão da guerrilha e não apenas da microrregião mais próxima, Imperatriz.

⁹²⁰ PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 15-33, jun. 2003. p. 17.

⁹²¹ *Ibid.*, p. 16.

⁹²² *Ibid.*, p. 16.

⁹²³ *Ibid.*, p. 17.

⁹²⁴ *Ibid.*, p. 17.

Também entram em cena, nesse caso, as especificidades quanto ao pertencimento religioso em si. Muitos dos que buscavam as práticas de cura poderiam não se identificar, unicamente, com aquelas práticas religiosas. Também não era pré-requisito ser iniciado para receber o atendimento espiritual. Além disso, como vimos acima, a instituição dos salões de Terecô fora algo considerado recente, surgida no pós-abolição.

Johnson e Palmié destacam que: “Só muito lentamente o termo ‘religião’ foi adotado por africanos e afro-americanos”.⁹²⁵ Essa identificação recente como religião pode ter tornado ainda mais invisíveis os que se identificavam, ao mesmo tempo, com o Terecô e com o catolicismo, por exemplo. De acordo com os mesmos autores, seguindo o que já também foi apontado por Prandi, no Brasil, as pessoas, historicamente, “recorrem a múltiplos repertórios espirituais, seguindo a lógica de que ‘quanto mais, melhor’. Dentro dessas possibilidades multirreligiosas, as práticas afro-brasileiras são, provavelmente, subdeclaradas nas respostas ao censo”.⁹²⁶

Tabela 2 - Religiões declaradas pelos moradores do entorno do Bico do Papagaio (PA e GO) - IBGE/1970 (população residente)

Religião	Pessoas	%
Total de habitantes	258.868	100%
Católicos Romanos	246.703	95,300% ⁹²⁷
Evangélicos	9.443	3,647%
Espíritas	1.218	0,470%
Outras religiões	572	0,220%
Sem religião	896	0,346%
Sem declaração	36	0,013%

Fonte: IBGE. Dados do censo populacional de 1970, a partir da soma das microrregiões do Extremo Norte de Goiás (GO), Araguaia Paraense e Marabá (PA).

Tabela 3 - Religiões declaradas pelos moradores dos estados do Pará, do Maranhão e de Goiás - IBGE/1970 (população residente)

Estado	Religião	Pessoas	%
GO	Total de habitantes	2.938.029	100%
	Católicos Romanos	2.658.346	90,480%
	Evangélicos	142.591	4,853%
	Espíritas	93.388	3,178%

⁹²⁵ JOHNSON, P. C.; PALMIÉ, S. **Religiões afro-latino-americanas...** op. cit., p. 525.

⁹²⁶ Ibid., p. 538.

⁹²⁷ Mantivemos a representação das porcentagens com três casas decimais, para contemplar, com maior exatidão, os dados levantados que, em alguns casos, continham, por exemplo, números como os 0,004% e 0.005% de pessoas que não declararam sua religião no Pará e no Maranhão, respectivamente.

	Outras religiões	24.186	0,823%
	Sem religião	21.708	0,738%
	Sem declaração	798	0,027%
PA	Total de habitantes	2.166.998	100%
	Católicos Romanos	2.027.823	93,577%
	Evangélicos	110.826	5,114%
	Espíritas	10.132	0,467%
	Outras religiões	11.327	0,522%
	Sem religião	6.724	0,310 %
	Sem declaração	98	0,004%
MA	Total de habitantes	2.992.678	100%
	Católicos Romanos	2.885.561	96,420%
	Evangélicos	89.001	2,973%
	Espíritas	3.379	0,112%
	Outras religiões	6.979	0,233%
	Sem religião	7.589	0,253%
	Sem declaração	169	0,005%

Fonte: IGBE. Dados do censo populacional de 1970.

Tabela 4 - Religiões declaradas pela população brasileira – IGBE/1970

Religião	Pessoas	%
Total de habitantes	93.139.037 ⁹²⁸	100%
Católicos Romanos	85.472.022	91,768%
Evangélicos	4.814.728	5,169%
Espíritas	1.178.293	0,753%
Outras religiões	954.747	1,025%
Sem religião	701.701	0,753%
Sem declaração	13.355	0,014%

Fonte: IGBE. Dados do censo populacional de 1970.

Nos dados oficiais do IBGE, em 1970, cerca de 0,22% dos moradores do Bico do Papagaio e seu entorno se afirmavam seguidores de “Outras religiões”, não especificadas dentro do quadro pré-estabelecido pela metodologia de recenseamento. Esse número se encontrava muito abaixo dos dados nacionais (1.025%), e mesmo dos estados de Goiás (0,823%) e do Pará (0,522%). Por outro lado, aproximava-se bastante do índice do Maranhão (0,233%).

⁹²⁸ Em dados posteriores do próprio IBGE, encontramos o número de 94.508.583 habitantes para população recenseada (não apenas presente). Ver: IBGE. **Sinopse do censo demográfico 2010: Brasil**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>> Acesso: 10 out. 2020. Todavia, nos detivemos, aqui, nos dados presentes em: IBGE. **Censo demográfico: Brasil. VIII Recenseamento Geral - 1970...** op. cit.

As similitudes com as informações do Maranhão também se dão quanto à porcentagem de católicos. Lembremos que, nos dados do Bico do Papagaio, não incluímos, deliberadamente, informações da microrregião de Imperatriz (MA), mas apenas das microrregiões de Goiás e do Pará em que o PC do B atuou e onde ocorreram os principais episódios do conflito. Mesmo assim, assemelham-se o número de católicos identificados a nível local (95,300%) e no Maranhão (96,420%). Por outro lado, o resultado distancia-se um pouco mais do conjunto do Pará (93,577%) e mais ainda de Goiás (90,480%). Embora essas diferenciações sejam mínimas, considerando-se o todo, não deixam, por isso, de se configurarem como indícios reveladores.

De forma significativa, os dados apontam que justamente o Maranhão, estado com fortes tradições religiosas afro-brasileiras, como o Tambor de Mina e o próprio Terecô, apareceu, simultaneamente, com os menores índices quanto a “Outras religiões” e os maiores em relação ao catolicismo. Inclusive, no que se refere ao total de católicos, o Maranhão também apresenta números (95,300%) superiores ao índice nacional (91,768%). Se observarmos essas informações em cruzamento com o que apontou Prandi sobre a história da subestimação dos seguidores de religiões afro-brasileiras nos censos brasileiros, podemos encontrar, aqui, ao menos um indício da influência das formas de significação vindas junto com a frente maranhense que chegava, sobretudo, ao Pará, junto com o avanço da fronteira.

Isso implica que boa parte dos terecozeiros, possivelmente, tenha se afirmado católica diante dos recenseadores. Ainda mais num contexto de forte atuação missionária. Padres e frades, como o frei Gil (abordado adiante), atuavam, naquele contexto, no cotidiano dos “beiradões” do Araguaia. Eles usavam os rios para efetuarem ações missionárias diante de comunidades recém formadas, onde, em muitos casos, ainda não haviam capelas ou igrejas. A atuação desses religiosos insere-se, também, dentro das disputas no campo espiritual.

Nesse sentido, usando de estratégias diferentes, católicos, protestantes, espíritas e praticantes de religiões de tronco afro-ameríndio atuavam num campo de disputa pelos fiéis, sendo, no momento, o catolicismo aquele com maior nível de institucionalização. Como se sabe, a Igreja Católica Apostólica Romana apresentava grande experiência não somente no avanço nas frentes de expansão que adentraram a Amazônia desde o século XIX, mas também na sua atuação na América Latina desde o princípio do período colonial. No início dos anos 1970, outro fator iria se somar à institucionalidade e ao acúmulo de experiências, capital e prestígio social há muito conquistados pela Igreja Católica.

A atuação missionária iria, cada vez mais, dialogar com as demandas políticas por parte dos fiéis, a partir das recomendações do Concílio Vaticano II e da atuação de correntes

internas progressistas, vinculadas à Teologia da Libertação. Em 1969, foram instituídas, na Amazônia Oriental, as primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); e, ao final da década, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). No início dos anos 1970, essa tendência progressista estava apenas no início, mas já começava a ganhar visibilidade na Amazônia.⁹²⁹

Ainda sobre silêncios, no entorno do Bico do Papagaio, os que não declararam nada diante dos recenseadores (0,013%), aproximaram-me mais do resultado nacional (0,014%) do que do maranhense (0,005%), do paraense (0,004%) ou do goiano (0,027%), embora, nesse quesito, as disparidades fossem menores. Entretanto, pelo que foi dito até aqui, não podemos descartar que alguns dos afro-religiosos tenham preferido manter o silêncio sobre a sua religião, ainda que, como visto acima, a estratégia maior reconhecida pela literatura fosse o mascaramento diante do catolicismo e do espiritismo.

Observemos que a maior afirmação de “Outras religiões”, em Goiás (0,823%), também não se dera ao acaso. Nesse estado, concentrava-se grande número de moradores assentados nos avanços anteriores da fronteira, sobretudo, a *Marcha para o Oeste*, a partir do final da década de 1930, tendo congregado, desde então, migrantes de vários locais do país. Desde aquele período, haviam se aglutinado sujeitos que professavam os mais diversos vínculos religiosos, com grande incidência de religiões afro-brasileiras e outras também ligadas às práticas de cura, tradicionalmente populares no país.

Por sua vez, o número de espíritas na área observada (0,470%) estava mais próximo do total paraense (0,467%), sendo superior aos de Goiás (3,178%) e do Maranhão (0,112%) e inferior ao nacional (0,112%). O espiritismo já era centenário no país. Além das tradições afro-indígenas, dialogava com um terreno já trabalhado por concepções do catolicismo popular ibérico, bastante difundido nos interiores brasileiros, tendo como um de seus destaques o sebastianismo.⁹³⁰ Ainda que de formas distintas das religiões afro-brasileiras, o espiritismo também carrega uma história de discriminação enquanto minoria religiosa.

É provável que seu número também esteja subestimado no referido censo, em algum nível, diluindo-se, também, dentro do número de católicos. Vale ainda destacar que, afora o

⁹²⁹ Rodrigo Peixoto analisou como ambivalente a atuação da Igreja a nível local, que por um lado servia de vetor para aspirações de movimentos camponeses, num contexto de forte repressão política e negação do direito de reunião; mas, por outro lado, ainda era fortemente permeada por interesses, de parte de alguns religiosos, de investirem em estratégias de domínio indireto, por meio das quais buscavam ser a “voz daqueles que não têm voz”. PEIXOTO, Rodrigo C. D. Ação cultural e concepção política entre a Igreja Católica e os camponeses (um estudo na região de Marabá). In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Org.). *Amazônia: A fronteira Agrícola: 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 145-160. Sobre o tema, ver também: PESSÔA, Fabio Tadeu de Melo. “**Ao cristão é proibido ter medo**”: A trajetória da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Sul e Sudeste do Pará durante a ditadura militar (1975/1985). Ananindeua: Cabana, 2022.

⁹³⁰ JOHNSON, P. C.; PALMIÉ, S. *Religiões afro-latino-americanas...* op. cit.

Espiritismo Kardecista, existem indícios de que outros grupos “de feitio espírita”⁹³¹ já haviam se estabelecido na Amazônia Oriental naquele momento. Seguindo a dinâmica própria ao avanço da fronteira, alguns sujeitos se instalaram permanentemente, enquanto outros passaram pouco tempo por ali, a exemplo do conhecido *médium* curador João de Deus, à época, mestre alfaiate do Exército, que residiu em Marabá no contexto da Guerrilha.⁹³²

Quanto aos terecozeiros, os indícios de subestimação, mascaramento ou conexão a múltiplos repertórios espirituais não tornam menos importante o provável silêncio daqueles que cultuavam seus encantados. Em suma, os dados do censo de 1970 provavelmente nos apresentam informações imprecisas quanto ao total de seguidores de minorias religiosas, especialmente do Espiritismo e praticantes de “Outras Religiões”. Ademais, não nos permitem identificar diretamente o número dos praticantes da Pajelança e do Terecô, mencionados pelos guerrilheiros. Apesar disso, atestam a presença de minorias religiosas e nos dão indícios de que, a nível local, foram reproduzidas formas de mascaramento presentes a nível nacional por parte dos afro-religiosos, com maior proximidade do tipo de resposta adotada no Maranhão, estado onde surgiram o Terecô e a Pajelança de Negros.

6.4 ENTRE GIRAS E FUZIS

Discutimos, no capítulo passado, mediante o depoimento do indígena Tibaku do Suruí, sobre como os militares intimidaram uma terecozeira, que se negou a usar sua religião como isca para a localização dos guerrilheiros. Como discutiremos adiante, existem outros relatos sobre situações cotidianas de intimidação junto a outros afro-religiosos, como o relato sobre a fuga de Piancó, recuperado pela pesquisadora Maria Leal Pinto. Atingir lideranças religiosas estava dentro da lógica para arrefecer o apoio dos moradores, ao estilo das ações feitas, especialmente, sob o guarda-chuva da Doutrina da Guerra Revolucionária. Porém, na literatura sobre a Guerrilha, de forma diferente ao ocorrido com os sacerdotes católicos, as perseguições sofridas por outros religiosos acabaram diluídas dentro das violações realizadas ao conjunto dos camponeses, merecendo pouca atenção. Por isso, buscamos enfatizar o que foi vivenciado pelos terecozeiros, a partir dos rastros deixados pelo conflito.

⁹³¹ MACHADO, Maria Helena P. T. **João de Deus...** op. cit., s/p [versão eletrônica].

⁹³² Ibid.

As principais menções aos temas religião e religiosidade encontradas nos documentos deixados pelos guerrilheiros estão no *Programa dos 27 Pontos, Relatório Arroyo, Diário de Maurício Grabois* e na carta enviada pelo Destacamento A ao Bispo de Marabá. Também apareceram nos relatos de Glênio Sá e José Genoíno Neto e alguns outros sobreviventes.

A carta enviada ao Bispo de Marabá, Dom Frei Estevão Cardoso de Avelar (1917-2009),⁹³³ data de 20 de julho de 1972⁹³⁴. Mensagem aberta, tinha como objetivo tornar visível a atuação dos guerrilheiros e denunciar à população os atos cometidos pelos seus opositores militares, em destaque, o “triste e vergonhoso episódio dos maus tratos e torturas infligidos ao Padre Roberto e à Irmã Maria das Graças⁹³⁵ por tropas do governo”.⁹³⁶

André Grabois (José Carlos), Libero Giancarlo Castiglia (Joca), Lúcio Petit da Silva (Beto) e Guilherme Gomes Lund (Luis), integrantes do Destacamento A, assinaram a mensagem como “moradores do sítio Faveira, às margens do Araguaia”. Informavam aos leitores que haviam recebido notícias, por “rádio-emissoras do estrangeiro”⁹³⁷ de que o bispo havia entregue um relatório à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), relatando as mazelas sofridas por aqueles religiosos.⁹³⁸ Os guerrilheiros, ao tratarem das ações que buscaram desenvolver junto aos moradores às margens do Araguaia nos últimos anos, mencionaram que: “É testemunha de nossa atividade laboriosa e prestativa um dos mais ativos e conhecidos sacerdotes de sua prelazia: frei Gil, que mais de uma vez esteve conosco, quando realizava desobrigas pelo beiradão do Araguaia”.⁹³⁹

Sacerdotes católicos e militantes comunistas, em trabalho de base, estavam entre os sujeitos que compunham o cotidiano local naqueles anos iniciais do período militar. Sua atuação, guardadas as especificidades das instituições a que estavam vinculados, viam naquele contexto efervescente elementos que potencializavam as possibilidades de arregimentação

⁹³³ Pertencente à Ordem dos Dominicanos. Naquele momento, era Bispo coadjutor da Prelazia de Marabá, transformada em Diocese em 1976.

⁹³⁴ CARLOS, José [André Grabois]; JOCA [Libero Giancarlo Castiglia]; BETO [Lúcio Petit da Silva]; LUIS [Guilherme Gomes Lund]. Carta de quatro guerrilheiros ao bispo de Marabá. In: ANITA GARIBALDI. **Guerrilha do Araguaia**: uma epopéia pela liberdade. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2005. p. 146.

⁹³⁵ “Padre Roberto de Valicourt, missionário francês que chegara à região em janeiro de 1972, e a irmã Maria das Graças foram acusados de ser guerrilheiros disfarçados. Presos praticamente dentro da igreja, após a celebração de uma missa, foram levados até o acampamento militar existente no povoado de Metade e ali foram submetidos a torturas físicas e psicológicas. Depois foram levados para Palestina e, em seguida, para Araguatins, onde, após a interferência do bispo-prelado de Marabá, d. Estevão Cardoso Avelar, foram libertados”. CAMPOS FILHO, R. P. **Guerrilha do Araguaia...** op. cit., p. 143.

⁹³⁶ CARLOS, J. Et al. **Carta de quatro guerrilheiros ao bispo de Marabá...** Op. cit., p. 145.

⁹³⁷ Ibid., p. 145.

⁹³⁸ “O relatório apresentado por V. Exa. à Conferência Nacional dos Bispos, dando versão real, precisa e minuciosa sobre o ocorrido com aqueles religiosos revela uma personalidade independente que não se aterroriza diante da força bruta nem se deixa abalar por pressões políticas”. Ibid., p. 145.

⁹³⁹ Ibid., p. 145.

espiritual ou política.⁹⁴⁰ Buscavam intervir em uma realidade marcada pela constante chegada de novos migrantes e a instalação de novas vilas; em que grande parte dos moradores eram inassistidos pelo Estado. Muitos desses moradores penavam diante da extrema pobreza, das formas várias de exploração e da dificuldade de acesso aos direitos mais básicos. Por isso, eram almas que poderiam ser conquistadas para Cristo ou, como já discutimos no segundo capítulo, conscientizadas para “lançar fogo” no *status quo* ditatorial.

A menção dos guerrilheiros ao “beiradão do Araguaia” pode, inclusive, fazer-nos visualizar a chegada do referido frei em uma rabeta,⁹⁴¹ às margens dos povoados ribeirinhos onde iria direcionar suas ações missionárias, em seguida, estendida para pontos mais ao interior. Nas novas vilas e cidades, havia muito trabalho a ser feito por parte daqueles que almejavam ampliar sua rede de fiéis. Entretanto, como já introduzido acima, outras manifestações religiosas também se faziam presentes naquele momento, igualmente entrelaçadas no dia-a-dia dos moradores. O que, certamente, tornava mais urgente para os religiosos católicos ampliarem suas ações missionárias, dadas as concorrências entre os grupos religiosos, na busca, que não deve ser subestimada, por manter ou ampliar os fiéis.

A palavra terecozeiro que, como vimos, é bastante polissêmica, ganhava cada vez mais uma conotação negativa, próxima ao sentido acusatório de macumbeiro, no Sudeste, catimbozeiro, em alguns locais do Nordeste, ou bruxo/feiticeiro, em sentido mais amplo, já presente desde os primeiros passos da história da Pajelança e do Terecô. Passava a ser utilizada para detrair tais religiosos ou pessoas a eles identificados, taxando-os como vinculados a práticas vistas como inferiores e associadas a significados demoníacos vindos da cultura cristã e historicamente usados contra as religiões de matriz africana no Brasil.

A historiadora Idelma Santiago da Silva, em estudo sobre os migrantes maranhenses estabelecidos no sudeste do Pará entre 1970 e 2008, problematizou a alteridade maranhense constituída a nível local. Essa alteridade se desenvolveu pautada em estereótipos, presentes, inclusive, em diversas “piadas sobre maranhenses”. Representações pejorativas do Terecô fazem parte das práticas de estigmatização, especialmente em Marabá-PA e em outros municípios com forte atuação de grupos católicos e evangélicos:⁹⁴²

⁹⁴⁰ A atuação dos religiosos católicos foi representada, com maior visibilidade, no longa ficcional *Araguaya: Conspiração do Silêncio*, repleto de atores nacionalmente conhecidos. Apesar disso, o filme não é amplamente conhecido do grande público. Ver: ARAGUAYA, a conspiração do silêncio. Direção: Ronaldo Duque. Produção: Márcio Curi e Ronaldo Duque. Brasília: Asacine Produções, 2004. 105 min.

⁹⁴¹ Pequeno barco a motor, conhecido localmente como pô-pô-pô, devido ao barulho produzido pelo motor.

⁹⁴² O número de evangélicos, seguindo a tendência nacional de ampliação neopentecostal, cresceu consideravelmente nas últimas décadas.

Na sociedade abrangente (local) o maranhense tem sido construído como *ignorante, negro, terecozeiro e pobre*, ou seja, elementos como a cor da pele, a prática religiosa (denominada de terecô) e sua inserção no mercado de trabalho, geralmente como mão-de-obra braçal (nas fazendas) ou subempregos constituem bases para processos de discriminação e hierarquização cultural.⁹⁴³

A estigmatização dos terecozeiros fora identificada ainda no começo da década de 1970 por parte dos guerrilheiros do Araguaia, em sua interação com aqueles religiosos e com os demais grupos locais. O *Programa dos 27 pontos*, também chamado de *Programa Popular*, continha a plataforma política na qual os guerrilheiros, por meio da ULDP, discorriam sobre seu posicionamento quanto aos principais problemas identificados junto à população. Era uma tentativa de expor empatia e compromisso com as demandas dos moradores, apresentando alternativas que os fizessem apoiar o movimento. O direito de manifestação às minorias religiosas fora contemplado no item dezessete:

"A união do povo do interior (sic.)⁹⁴⁴ tem que ser feita partindo de suas reivindicações mais sentidas e imediatas. Que deseja o homem do interior? Quais os problemas que mais sente? Ele quer: [...] 17. Respeito a todos os cultos religiosos, não sendo permitida a perseguição de qualquer pessoa por motivo de prática religiosa, *inclusive* da que professa a pagelança (sic.), o terecô (sic), o espiritismo, desde que esta prática não cause dano ao indivíduo (grifo nosso).⁹⁴⁵

Observemos que o programa não se limitava a condenar a “perseguição de qualquer pessoa por motivo de prática religiosa”. O “inclusive” abria espaços para uma leitura específica da realidade local, sendo apontados interlocutores diretos dos guerrilheiros em seu cotidiano. Esse aceno aos terecozeiros, “pajés” e espíritas indica que eles foram vistos como pertencentes a grupos representativos dentro da proposta de atuação via União pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo (ULDP), entidade criada pelos guerrilheiros para abarcar também os moradores. Esses religiosos estavam sendo vistos pelos guerrilheiros como sujeitos do processo político. Sujeitos que, na leitura dos pecedebistas, buscavam sair de uma condição de marginalização e pleiteavam não somente respeito, mas o fim da perseguição religiosa.

Como vimos acima, o alto grau de mascaramento, no censo de 1970, é apenas mais um indício de que esses sujeitos atuavam diante de uma realidade de perseguição, mas também

⁹⁴³ SILVA, Idelma Santiago. **Fronteira cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)**. 2011. 230f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. p. 135.

⁹⁴⁴ As aspas estão presentes no original, apenas abrindo o nome da entidade, mas não fechando. Sinaliza os problemas enfrentados na comunicação num jornal que circulava na clandestinidade. Por isso, mantivemos a grafia e o erro original.

⁹⁴⁵ PC DO B. Programa popular. **A Classe Operária**, [s. l.], v. 9, n. 77, set. 1973, p. 10-11.

buscavam fazer as suas escolhas políticas, dentro das possibilidades então disponíveis. Com o tempo, a interação com os guerrilheiros acabou criando mais um espaço de diálogo para os tercozeiros. Esse diálogo, porém, não deve ser lido como uma espécie de adesão plena, mas como um espaço aberto para comunicação e tentativa de compreensão daquela situação de conflito armado que, após surgir repentinamente, passou a se mostrar como incontornável.

Ferretti, ao tratar da perseguição religiosa sofrida, no regime militar, entre religiosos maranhenses e paraenses, apresentou dois casos emblemáticos, envolvendo pressões da Igreja Católica e repressão policial aos umbandistas e curadores.⁹⁴⁶ Em um momento de forte autoritarismo na República, voltavam a ocorrer formas claras de perseguição a religiões de tronco afro-ameríndio, em locais não muito distantes culturalmente de onde havia acabado de eclodir a Guerrilha do Araguaia. Por isso, acreditamos que outro ponto do *Programa Popular* também se aproximava da realidade dos grupos marginalizados no campo religioso:

13. Cessação das arbitrariedades da polícia contra o povo. A polícia não pode cobrar diligências, autorização para festas, carceragem, nem prender ninguém sem motivo plenamente justificado. Não pode bater nos presos, nem tomar armas, animais, instrumentos de trabalho ou objetos de uso do homem do interior. Os policiais são obrigados a manter atitude de respeito ao lavrador e sua família, bem como em relação às mulheres.⁹⁴⁷

Historicamente, no caso de religiões afro-brasileiras, boa parte dos casos de perseguição policial ocorria, justamente, nos momentos de festividades, centrais na ritualística e no cotidiano dos terreiros, salões ou tendas. No Terecô, as *brincadeiras* eram frequentadas também por pessoas diversas, que não necessariamente participavam dos transes. Era algo ligado às sociabilidades dos moradores locais, incluindo-se, ali, música, dança, possibilidades de socialização e mesmo acesso a bebidas alcóolicas.

Lamy e Ahlert identificaram que, em tais festas, é costume que um salão receba brincantes de outras tendas, o que ajuda a ampliar o próprio prestígio da casa que recebe e cria obrigações quanto à retribuição da visita na próxima festividade da casa que fez a visita.⁹⁴⁸

⁹⁴⁶ “Anaíza Vergolino (SILVA, A, 1976) conta que em Belém (PA), em 1964, com o governo militar, ficou mais difícil para os terreiros obterem licença da polícia para funcionar ou realizar toques e, como as queixas apresentadas pelos vizinhos contra eles eram freqüentes, eram ameaçados de fechamento. Para contornar a situação, o Chefe de Polícia reuniu os principais terreiros e exigiu a criação de uma Federação para coibir os abusos e controlar os terreiros. Embora as relações entre os terreiros e as Federações de Umbanda sejam, freqüentemente, conflituosas e as primeiras sejam acusadas de extorquirem dinheiro e perseguirem os terreiros que não aceitam o seu controle, em 1974, foi constatado em Bragança (PA), por Napoleão Figueiredo, um retorno à cidade de pajés que foram afastados por pressão da igreja Católica e ação policial, graças ao apoio da Federação” (FIGUEIREDO, 1975/1976;44)”. FERRETTI, M. *Encantaria de "Barba Soeira"...* op. cit., p. 39.

⁹⁴⁷ PC DO B. *Programa popular...* op. cit., p. 11.

⁹⁴⁸ LAMY, M. C.; AHLERT, M. *Música, agência e força no Terecô em Codó...* op. cit.

Em suma, a festa é um momento que envolve grande expectativa e investimento afetivo por parte dos envolvidos nessa religião, o que nos dá um pouco da noção dos impactos que tais diligências policiais causavam entre os participantes.⁹⁴⁹

Como vimos, entre os militares, circulavam informações de que os guerrilheiros costumavam se fazer presentes nos terecôs da região. O que pode ter tornado ainda mais recorrente a perseguição aos terecozeiros, sobretudo nos momentos em que se agravava o estado de sítio, nas duas primeiras campanhas militares. Quantos deles, além do caso já citado, não devem ter recebido a proposta de organizar rituais para atrair os guerrilheiros? As fontes, porém, até onde pudemos localizar, não indicam que algum guerrilheiro tenha preso ou morto, especificamente, em tal tipo de emboscada.

Como vimos nos casos da perseguição à pajelança no século XIX, enquanto o comunismo apenas engatinhava na Europa, os religiosos de matriz africana já eram perseguidos em diversos lugares do Brasil, tendo que optar por formas específicas de atuação na clandestinidade. O já citado João José Reis abordou o jogo entre perseguição e visibilidade em que estiveram envolvidos os praticantes do Calundu, por volta de 1785, no Recôncavo baiano. Apesar das distâncias quanto ao espaço e ao tempo, é interessante observamos que, embora as religiões de matriz africana continuassem sendo alvo da repressão policial, os seus integrantes também continuaram atuando em sentido inverso, em busca de “clientes, amigos, membros”.⁹⁵⁰ Em suma, conseguiram adquirir visibilidade e ampliar sua rede de influência porque “ousaram expor-se e não porque se esconderam”.⁹⁵¹

Se, nas margens das cidades da Bahia, no final do setecentos, “o toque dos atabaques chegava longe aos ouvidos de seus habitantes”,⁹⁵² nas “beiras” do Araguaia-Tocantins, os terecozeiros, junto com seus encantados, buscavam também se fazer ouvir e vislumbrar o desenvolvimento de outros horizontes. Por meio dessa busca, em cruzamento com as tentativas de aproximação dos guerrilheiros visando ampliar a ULDP e a sua própria rede de apoio, a conexão entre terecozeiros e guerrilheiros foi ampliada, sobretudo no início de 1973.

Esse encontro representava o vértice de grupos tidos como pontos extremos do que se considerava “o outro”, naquele momento, por parte das autoridades e da sociedade brasileira. Grupos que tinham diante de si faces diversas do autoritarismo há muito instituído no país.

⁹⁴⁹ Afora esses fatores internos, nas religiões afro-brasileiras, nos interiores do Brasil, muitos festejos costumam estar associados aos dias dos santos católicos, especialmente aqueles considerados padroeiros de tal localidade, mesclando-se atividades sagradas e profanas.

⁹⁵⁰ REIS, J. J. **Magia Jeje na Bahia...** op. cit., p. 81.

⁹⁵¹ Ibid., p. 81.

⁹⁵² Ibid., p. 81.

Durante o “período de trégua”, esse vértice se tornou mais visível, até ser freado quando as forças assimétricas voltaram avassaladoras como nunca; ou, como sempre.

As tentativas de aproximação dos militantes do PC do B junto à população local e aos praticantes de religiões de matriz africana foram fomentadas, no cotidiano, por militantes como Francisco Chaves e Osvaldão, ainda nos anos de preparação das ações no Araguaia. Ou seja, como já mencionado pela literatura sobre a Guerrilha, não surgiram ao acaso ou como mera aleatoriedade: foram planejadas. Acreditamos, a partir dos rastros deixados pelos guerrilheiros, que esse planejamento ocorreu a partir das possíveis afinidades de militantes específicos. Como já dito, os membros do PC do B buscavam, por meio da religião, aproximar-se da população local e, com isso, integrar-se de forma mais aprofundada. Nas palavras de Glênio Sá:

Respeitávamos completamente as crenças dos caboclos e participávamos de tudo o que ocorria nas redondezas: de novenas a rituais de Terecô (espécie de candomblé com influência indígena) *que tinha muita influência entre aquele povo*. Tínhamos inúmeros afilhados de fogueiras juninas e éramos até chamados para resolver pendências entre eles.⁹⁵³

Em seu testemunho, escrito muitos anos depois do fim dos combates, Sá associou o Terecô ao Candomblé, na linha de outras comparações feitas em outros documentos da Guerrilha. Essa associação, feita de modo análogo em outros testemunhos de ex-guerrilheiros, não fazia menção à Umbanda. Nos relatos orais, colhidos junto a moradores locais em períodos mais recentes, ocorre o inverso. Isso se dá, ao nosso ver, pelo fato de ter ocorrido, nos anos seguintes ao recorte aqui estudado, o que Ferretti⁹⁵⁴ definiu como umbandização do Terecô, em que a religião maranhense se conectou mais fortemente com a Umbanda. Muitos praticantes passaram, inclusive, a se definirem como umbandistas.⁹⁵⁵

Esses novos posicionamentos no campo religioso passaram também a colaborar com as ressignificações das memórias locais na região da Guerrilha, em que a palavra Terecô passou a ser cada vez mais vista como pejorativa. Entre os motivos, devido ao Terecô,

⁹⁵³ SÁ, Glênio. **Araguaia**: Relato de um Guerrilheiro. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990. p. 10, grifo nosso.

⁹⁵⁴ FERRETTI, M. **Encantaria de "Barba Soeira"...** op. cit.

⁹⁵⁵ Além de Maranhão e Pará, o Terecô também passou por umbandização em Rondônia. Em Porto Velho, após 1970, segundo Lima e Fonseca: “As casas que praticavam tambor de minas, Terecô ou outra forma de culto que incluía práticas indígenas, passam a serem autointitulados de Terreiros de Umbanda, um modo que os terreiros encontraram para se preservar das perseguições que vinham sofrendo ao longo dos anos”. Segundo os mesmos autores, em 1977, foi fundada a Federação Espírita e Umbandista de Rondônia (FEUR). LIMA, L. L. C.; FONSECA, D. R. da. **Formação dos cultos afro-brasileiros em Porto Velho/RO...** op. cit. p. 11.

supostamente, aceitar de maneira mais aberta trabalhos vistos como de “linha negra”, e por integrar mais intensamente bebidas alcóolicas aos rituais.

Além disso, também foi apontado o fato do Terecô voltar-se, mais detidamente, para experiências e formas de sociabilidade de sujeitos do campo. Parte dessas práticas acabaram sendo deixadas de lado com a constituição de uma feição mais urbana, a partir da aproximação com a Umbanda. Entretanto, observemos que o fato desses documentos mais antigos não fazerem menções à Umbanda não significa que tal religião não se fizesse ali presente e já não se integrasse às conexões dos próprios terecozeiros. Significa apenas que a categoria Terecô se impunha naquele momento de expansão da fronteira.

A senhora Lídia Francisca da Luz, em entrevista realizada em 2017, afirmou que se tornara umbandista logo após o fim da Guerrilha, tendo o próprio evento e seus traumas impactado para isso. À medida que a fronteira avançava, trazendo maior número de religiosos de outras denominações, e que ocorria desde o interior do Maranhão o processo de umbandização do Terecô, ampliava-se, também, o número de umbandistas atuantes no local. Lídia, hoje, mantém um terreiro de Umbanda ligado à Cabocla Jacira, ao lado de sua residência, em Brejo Grande do Araguaia. Embora não se afirme como um (ex)terecozeira,⁹⁵⁶ ela nos relatou que havia tido contatos de cunho religioso com Osvaldão antes de se tornar umbandista, o que ajuda a reforçar, o que já fora apontado por Pinto e outros autores, quanto ao reconhecimento dos saberes afro-religiosos de Osvaldo perante os moradores locais.

Segundo José Genoíno Neto:

Não falávamos uma linguagem que identificasse a gente como político, falávamos uma linguagem comum, aprendemos que *juquirá* era trabalho na roça, que *tereçô* era a macumba local... Conversávamos sobre a peste, a falta de feijão, os grileiros, o arroz que tá ruim, como não perder arroz.⁹⁵⁷

Genoíno e Glênio Sá foram presos no primeiro ano de combate. Ambos não participaram do momento de maior aproximação entre a ULDP e os terecozeiros, ocorrido quando já se encontravam detidos. Todavia, já habitavam o sudeste do Pará há cerca de dois anos e integravam o destacamento B, aquele que, como já dito, teve maior contato com os terecozeiros. Por isso, boa parte dos seus testemunhos apresentam menções aos terecozeiros.

⁹⁵⁶ Hugo Studart a identifica como terecozeira em sua tese. Porém, no contato que tivemos com ela, Lídia se autoidentificou como umbandista. CORRÊA, Carlos Hugo Sudart. **Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)**. 2013. 619 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

⁹⁵⁷ GENOÍNO NETO, José. O guerrilheiro [depoimento]. In: DÓRIA, Palmério et al. (Org.). **História imediata, 1: Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, p. 29, grifos do original.

A descrição do Terecô como uma forma de “macumba local”, por Genoíno Neto, junto aos jornalistas, pode evocar leituras distintas. Tal categoria, conforme Ferretti ⁹⁵⁸ e Ahlert observaram,⁹⁵⁹ há muito se faz presente no dia-a-dia dos terecozeiros, tendo significações próximas às apresentadas em outros contextos. Está entre as categorias utilizadas nas relações desses religiosos entre si e junto a outros grupos, podendo apresentar um sentido acusatório ou uma forma de autoatribuição. No primeiro caso, pode ser utilizada para apontar alguém capaz de realizar trabalhos capazes de causar malefícios a outrem. No segundo, como sinônimo dos batuques e outros rituais efetuados pelos terecozeiros.⁹⁶⁰

Janaína Teles apresentou depoimento da guerrilheira Criméia de Almeida em que o Terecô também foi abordado. Criméia, vinculada ao Destacamento A, mencionou que o Destacamento B buscou manter maior proximidade daqueles religiosos:

Éramos convidados para todas as festas. [...] Sei que o Osvaldão frequentava os terreiros de terecô, mas lá (na área do Destacamento A) não tivemos muito contato com esses rituais. Tínhamos, contudo, uma boa relação com os terecozeiros. Lembro-me que comentava-se muito que o espírito de Camões baixava frequentemente nos terreiros. Todas as festas eram religiosas e misturavam catolicismo, umbanda e crenças indígenas. Por exemplo, havia a festa em louvor às águas do rio que saudavam Iemanjá, Santa Bárbara e Nossa Senhora de Nazaré.⁹⁶¹

Esse trecho, visto em cruzamento com as demais informações, nos permite compreender que a atuação de Osvaldão, no Destacamento B, e Francisco Chaves, no C, foram fundamentais para as pontes entre terecozeiros e guerrilheiros. Notemos que os demais militantes, especialmente do Destacamento A, embora tivessem contato com aqueles religiosos, poderiam não participar dos rituais do Terecô. Isso dependia das inclinações políticas de cada destacamento e das formas de sociabilidade que suas lideranças e integrantes buscavam travar. Afinal, a aproximação política tinha que ser construída de forma consistente e certamente contribuiriam para isso as habilidades e afinidades dos militantes.

⁹⁵⁸ FERRETTI, M. **Encantaria de "Barba Soeira"...** op. cit.

⁹⁵⁹ AHLERT, M. **Cidade relicário...** op. cit.

⁹⁶⁰ “As categorias usadas para designar os chefes de culto demonstram os vários termos pelos quais se pode definir as suas atividades, como religião, macumba, feitiçaria, seita – todos termos que ouvi em Codó. Entre pessoas que não são ligadas ao tambor, termos como macumba, feitiçaria e seita são usados em sentido negativo e estigmatizador. Para os adeptos das religiões afro-brasileiras, além do tom acusatório (empregado quando se pretende estabelecer alguma rixa ou disputa com outro pai ou mãe de santo), estas categorias são utilizadas para falar sobre sua própria participação. Frases como “*Filha, sua mãe está indo pra seita*” ou “*ele está ali nos fundos, fazendo as macumbas dele*” são utilizadas corriqueiramente e sem tom acusatório”. Ibid., p. 83-84.

⁹⁶¹ TELES. **Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia...** op. cit., p. 469-470.

Ângelo Arroyo, sobrevivente da Guerrilha e chacinado, em 1976, pela ditadura, em São Paulo, junto a outras lideranças do PC do B, descreveu que, durante o período de “trégua”, entre outubro de 1972 e outubro de 1973:

Os guerrilheiros ajudavam as massas no trabalho de roça. O ‘Romance da Libertação’ era recitado pela massa. Os hinos da guerrilha, elaborados lá mesmo, eram cantados pela massa. *Nas sessões de terecô (candomblé) se faziam cantorias de elogio à guerrilha.* O primeiro aniversário da luta guerrilheira [em 12 de abril de 1973] foi comemorado com a participação de elementos de massa. Na área do destacamento A, fez-se reunião com a massa (mais de 50 moradores) para discutir medidas contra o INCRA.⁹⁶²

Esse testemunho é mais um a informar que, assim como estava no dia-a-dia dos moradores, o Terecô também se fazia presente no próprio cotidiano do movimento guerrilheiro. Em uma das publicações iniciais sobre a Guerrilha, o jornalista Fernando Portela indicou que, após as vitórias dos guerrilheiros, na primeira campanha, surgiram relatos segundo os quais: “No Araguaia, esses espíritos da mata baixavam no candomblé local, o Terecô, e todos diziam que Osvaldão era imortal.

Pode-se tirar, por aí, a popularidade dos guerrilheiros depois que as forças do governo retiraram suas tropas”.⁹⁶³ Observemos que tais “espíritos da mata” são o que, no Terecô, definem-se como encantados. Como discutiremos ainda neste capítulo, tanto essa intervenção atribuída aos encantados quanto as próprias “cantorias” (que no Terecô são vistas como criação dos encantados) marcam o que Lamy e Ahlert⁹⁶⁴ designam como a associação entre música, agência e força, característica daquela religião.

Portela vinculou a popularidade dos guerrilheiros à vitória conquistada contra forças assimétricas, num contexto em que os moradores também foram brutalmente atacados. Das informações colhidas pelo jornalista, em cruzamento com as fontes e literatura, podemos interpretar que, desde aquele momento, houve uma agência dos encantados e dos brincantes, conforme entendido por Lamy e Ahlert. Com essa agência, eles buscavam não somente apresentar significados diante do novo contexto beligerante, mas também influenciá-lo, a partir dos instrumentos espirituais que dispunham, num momento em que as disputas ainda se encontravam em aberto. Naquele início dos anos 1970, enquanto a maioria dos brasileiros viviam, de outros modos, as agruras e benesses dos ambivalentes anos de ouro e chumbo,

⁹⁶² ARROYO, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia. In: POMAR, Wladimir. **Araguaia: o partido e a Guerrilha.** São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 262.

⁹⁶³ PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia.** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002., p. 100.

⁹⁶⁴ LAMY, M. C.; AHLERT, M. **Música, agência e força no Terecô em Codó...** op. cit.

durante o chamado milagre econômico,⁹⁶⁵ no Araguaia-Tocantins, a “guerra” se entranhava de tal modo no cotidiano que chegava a atingir as relações espirituais.

6.5 “ELE FALOU PRA MIM QUE TINHA TIDO A VISÃO: O PESSOAL PRENDENDO ELE”

No início dos anos 1980, ao fazer sua pesquisa de campo no local, Regina Sader constatou: “o medo está em toda parte”.⁹⁶⁶ Não é difícil imaginarmos, por analogia, como se dava a presença desse medo entre 1972 e 1974. O que torna mais do que compreensível a busca por explicações no universo religioso, entrelaçado com outros elementos da cultura local, como interpretado por essa autora (embora não aborde o Terecô) e em graus diversos por Studart, Teles, Luiz e Pinto. Naquele começo dos anos 1970, o espectro do medo rondava o Araguaia, e deixou rastros diversos, que vêm sendo utilizados para compreender o período.

Pinto apresentou relato de “José da Prata” (pseudônimo), morador de São Domingos do Araguaia, no qual foi evocada a figura de Piancó, um dos afro-religiosos atuante no contexto da Guerrilha. Não temos a informação se ele se reconhecia como terecozeiro. Nas memórias apresentadas pelos religiosos entrevistados por Pinto, Piancó foi descrito como umbandista e bruxo. O que o associa, nas referidas memórias, a trabalhos da chamada “linha negra” ou da “esquerda”, também presentes no Terecô.⁹⁶⁷ Todavia, é importante lembrarmos, como já apontado desde o trabalho de campo pioneiro de Costa Eduardo sobre o Terecô, que mesmo os curadores eram vistos com desconfiança quanto à sua capacidade de causar malefícios. Segundo Ferretti, entre os crentes nas relações com as encantarias, existe a compreensão de que: “quem tira também bota”.⁹⁶⁸

Os relatos reunidos por Pinto sobre Piancó remetem a alguém cuja imagem fora construída a partir de poderes diversos, para além do mero dualismo bem/mal da tradição judaico-cristã. Em um momento de contato com militares no meio da mata, Piancó teria

⁹⁶⁵ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

⁹⁶⁶ SADER, Regina. Lutas e imaginário camponês. **Tempo Social: Ver. Sociol. USP**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 115-125, 1990., p. 116.

⁹⁶⁷ Ferretti advertiu que: “dificilmente, existe unanimidade em uma comunidade a respeito de quem é bruxo ou feiticeiro (quem trabalha na ‘linha negra’). Uma dificuldade de se fazer essa afirmação é que, geralmente, quem trabalha “para o mal” não apregoa e não é “descoberto” por quem buscou os seus serviços. Bruxaria, feitiçaria e magia negra são categorias de acusação e não de auto-definição”. FERRETTI, M. **Encantaria de "Barba Soeira"**... op. cit., p. 152.

⁹⁶⁸ Ibid., p. 68.

conseguido evadir-se da situação de perigo perante um artifício mágico. A autora aponta que, no relato do depoente, o soldado mostrava também conhecimentos dos códigos relativos às religiões afro-brasileiras, como a menção ao ponto de Piancó:

O soldado disse: Dá aí o seu sinal, o seu ponto. Aí ele disse: então vira as costas. Aí os soldados viro. Aí ele falô: pronto. Quando o soldado virô tava lá um sapão. Aí o soldado falô: cadê o nego véi? Um disse: desapareceu. Aí o outro disse: ôh um sapão aí. Ele armou o parafal [fuzil]. O comandante disse: num atira não que é o nego véi. Aí ele foi embora.⁹⁶⁹

Como apontado por Pinto, esse relato contém algumas características das representações dos afro-religiosos em relação à Guerrilha do Araguaia, como associações ao universo da encantaria e a alusão de detalhes, a exemplo da dita menção ao sinal/ponto. Se é difícil imaginarmos que o soldado fosse dar as costas ao velho Piancó, a narrativa ganha maior relevo se compreendida dentro de significações próprias da cultura local, permeadas pelas visões de mundo vinculadas às encantarias.

Nessa visão, Dina e Osvaldão não eram os únicos capazes de realizar transformações ou formas de desaparecimento fantásticas, mas também outros sujeitos, que contavam com tais habilidades em seu repertório. Esse relato comunica mais as capacidades atribuídas a Piancó, constituintes da imagem por ele construída, do que o episódio em si do desaparecimento; demonstravam-se, assim, suas habilidades junto à encantaria, acionando-se significações que estão além do acontecimento Guerrilha do Araguaia.

Observemos, portanto, na esteira do que apresenta esta autora e a literatura sobre o Terecô e encantarias, que as narrativas que tratam da capacidade de Osvaldão e Dina de escapar magicamente das emboscadas não surgiram por acaso. A literatura sobre a Guerrilha já abordou tais relatos apontando para as formas de significações da população local. Como destacamos em artigo⁹⁷⁰, e também foi afirmado por Pinto, faz-se relevante abordar as especificidades desses relatos. Se, segundo crenças locais, Dina podia transformar-se em borboleta ou simplesmente desaparecer ao vento; se Osvaldão tinha a capacidade de se metamorfosear em animais diversos, como cachorro, macaco, o mítico “capelobo”, entre outros; também outros moradores, vistos como capazes de acionar o universo das encantarias, carregavam iguais capacidades. O que reforçava ainda mais o sistema de crença dos

⁹⁶⁹ PINTO, Maria Leal. **Histórias que ouvi contar**: A Guerrilha do Araguaia nas narrativas do povo de santo da região Araguaia-Tocantins. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína, Araguaína, 2018. p. 77.

⁹⁷⁰ LUIZ, 2017.

tereçozeiros, que continuaria em ação muito depois da prisão do último guerrilheiro e da morte daqueles religiosos.

No Terecô, em particular,⁹⁷¹ existem narrativas diversas sobre essas capacidades de desaparecimento repentino; e não apenas relacionadas ao momento em que alguém abandonou, em definitivo, a dimensão terrena ao se transformar em encantado.⁹⁷² Existe outra forma de desaparecimento, presente em narrativas sobre a descoberta da mediunidade. Ahlert percebeu, em sua pesquisa junto aos tereçozeiros de Codó, que:

Em campo, não é incomum ouvir o contar de delicadas histórias em que, quando crianças, pessoas foram tomadas por entidades no meio da plantação, perdendo o controle do corpo e assustando quem os acompanhava. Ou ainda quando, ao receberem os encantados, quebravam objetos domésticos, rolavam no chão, desapareciam da vista dos familiares. Maria dos Santos, mãe de santo de 76 anos, conta que, ao desaparecer após receber um encantado, foi encontrada por seu irmão em uma gira de tambor.⁹⁷³

Com o tempo, essa capacidade seria melhor controlada, mediante negociações com os encantados. Seria esse um modo dos encantados chamarem a atenção do indivíduo quanto à sua mediunidade, assim como acontece com doenças curáveis apenas mediante o tratamento espiritual. O episódio alusivo a Piancó demonstra ainda que, assim como os guerrilheiros, aqueles religiosos também guardavam suas experiências no enfrentamento de forças assimétricas, fosse no contato com a polícia, fosse, no contexto aqui estudado, também junto às Forças Armadas. Por isso, Pinto destacou a resistência do povo de santo diante de tais investidas, como exemplificado na fuga de Piancó.

Outro caso que exemplificou como o medo foi sendo naturalizando no cotidiano local, ocorreu com Pedro Pinheiro Dias, o Pedão. Conhecido curador, Pedão é apontado como um dos tereçozeiros atuantes na época. Com base em relatos de memória da viúva de Pedão, Maria da Soledade, o jornalista Leonencio Nossa descreveu a visita de três guerrilheiros ao maranhense, ao que tudo indica, durante o período de “trégua”:

Áurea passou a andar na mata com *Mundico* e *Osvaldão*. Numa tarde, os três guerrilheiros chegaram ao sítio de Pedrão do Olho só, apoio do grupo, assustando a mulher dele, Maria da Soledade. Pedro Pinheiro Dias, o Pedrão,

⁹⁷¹ Recordemos, que, embora umbandizado, o Terecô mantém influência da Umbanda local. VENÂNCIO, Sariza Oliveira Caetano. **A religião dos encantados**: os encantados como mediadores culturais no norte do Tocantins. 251 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

⁹⁷² Pinto (2018) apresenta alguns relatos locais sobre as transformações de pessoas em encantados.

⁹⁷³ LAMY, M. C.; AHLERT, M. **Música, agência e força no Terecô em Codó...** op. cit., p. 280-281.

negro maranhense, de Grajaú, com olhos esbugalhados, rezava Terecô e benzia.⁹⁷⁴

Um pouco depois, Nossa focalizou Pedão de modo mais detalhado, ao discorrer sobre a iniciação religiosa do maranhense:

Maria da Soledade lembra que o marido descobriu ainda jovem, em São Luís, que era ‘cientista’, feiticeiro. Foi Zé Bruma, famoso senhor dos terreiros maranhenses, quem disse. De terno branco e com rosário no pescoço, Pedrão rezou diante de um altar pelos guerrilheiros. Áurea estava com camisa branca e calça azul. Na mata, a estudante de física abandonava a crença na ciência e retomava a religiosidade dos tempos do colégio de freiras de Areado.⁹⁷⁵

Provavelmente, tal reza foi realizada no altar,⁹⁷⁶ elemento central nas casas de pajés e terecozeiros, em que costumam ter destaque diversas imagens de santos católicos, bem como pequenos adereços ligados aos encantados recebidos pelo religioso, como cachimbos e outros objetos. Se, de fato, Pedão usou um terno branco, como afirma Nossa, isso, provavelmente, pode ser visto como sinal de presença de um encantado específico, que se apresentaria a partir de um traje característico. Aliás, como já dito, são os encantados que tomam a iniciativa em tais cerimônias. Todavia, na entrevista que realizamos junto a ela, em 2017, Maria não mencionou tal momento de reza. De toda forma, como dito acima, pela característica do contato e diante do relato que ela nos apresentou, acreditamos que essa visita dos guerrilheiros tenha se dado durante o período de trégua, momento no qual a ULDP buscava ampliar suas conexões políticas com os moradores. Esse contato com fins políticos poderia justificar as cerca de quatro horas de diálogos realizados entre os guerrilheiros e Pedão. Segundo Maria, Áurea e Mundico estavam, naquele momento, na companhia de Paulo e não de Osvaldo:

Quando é um dia nós tava em casa, assim umas seis horas da tarde, tava escurecendo. Nossa roça era bem na porta. Em cima à casa. Umas seis horas vinhamos pra dentro de casa. Aí que apareceu três. Apareceu três. Era o Mundico, a Áurea e o Paulo. [...] Aí eles entraram lá em casa. Eu tava fazendo a janta. Aí nós mandamos eles esperar pra jantar. Eles esperaram pra jantar. Ficaram um bom tempo lá em casa. Quando eles saíram lá de casa já era uma dez horas, dez pra onze horas da noite. Desapareceram lá. Mas

⁹⁷⁴ NOSSA, Leônêcio. **Mata!** O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 146.

⁹⁷⁵ Ibidem, p. 146.

⁹⁷⁶ No Terecô, esse autor é denominado, costumeiramente, de congá ou gongá. Muitos religiosos iniciam seus trabalhos apenas com um altar, por vezes, instalado em suas casas ou em locais de acesso ao público. Nesses casos, apenas posteriormente conseguem instituir tenda/terreiro.

também eu num prestava atenção ao assunto que eles tava conversando. Só que nós já sabia que eles eram o "povo da mata".⁹⁷⁷

Em depoimento ao documentário *Osvaldão*, Maria também fez referência às bençãos que Pedão teria dado ao líder guerrilheiro,⁹⁷⁸ em momentos anteriores ao conflito, período em que mantinham contatos frequentes. Maria nos contou que Pedão conhecia boa parte dos “paulistas”, mas que, como outros moradores, não sabia dos propósitos políticos do grupo no local. Entrevistamo-la em sua residência, em Brejo Grande do Araguaia, onde ela exteriorizou memórias sobre suas experiências e do marido durante a “guerra”, inclusive as torturas, prisões e outras coerções por ele sofridas. Entretanto, ao ser questionada se Pedão, falecido em 1999, era terecozeiro, afirmou que não, definindo-o como católico.

Essa definição, em cruzamento com a dificuldade de encontrar religiosos, hoje idosos, que se reconheçam como terecozeiros, dá-nos testemunho sobre as construções negativas construídas nas últimas décadas sobre o Terecô. O que, aliás, não está dissociado de outros momentos da história social daquela religião e da Pajelança, como já discutido aqui. Como também já apontamos, os terecozeiros tiveram que se mascarar, historicamente, frente ao catolicismo e, segundo Ferretti, desde a década de 1950,⁹⁷⁹ o Terecô vem passando por processo de umbandização, mesmo no interior maranhense.

Apesar dessa definição, no depoimento de Maria, hoje evangélica, encontram-se alguns indícios da religiosidade de Pedão e das suas redes de sociabilidade. Ao ser indagada sobre como o marido havia aprendido as suas “rezas”, como preferiu definir o ofício religioso praticado por Pedão, mencionou o citado Zé Bruma, mas afirmou que a aprendizagem havia acontecido na região do Mearim, interior do Estado, e não na capital maranhense. Também, de forma esperada, não usou a categoria feiticeiro (acusatória) para tratar do marido, ou mesmo do seu iniciador. Zé Bruma teria passado ensinamentos a Pedão quando este o procurou durante o tratamento de uma pneumonia:

Aí ele adoeceu. Sempre ele contava assim pra nós. Ele adoeceu. Aí ele disse que foi num médico. Nunca, nunca, nunca ficou bom. Não ficou bom. Aí ele foi lá nesse homem. Adoeceu de uma Pneumonia. Ele disse que já tava bem magrinho. Aí ele foi lá nesse homem. Aí esse homem que cuidou dele.

⁹⁷⁷ SOLEDADE, Maria da. **Entrevista**. Entrevistadores: Janailson Macêdo Luiz e Mônica de Almeida Vasconcelos. Brejo Grande, 22 jul. 2017. 1h 07min.

⁹⁷⁸ “Toda vez que ele [Osvaldo] ia para Araguatins, ele sempre posava lá em casa, jantava com nós, dormia com nós lá em casa e ele sempre pedia uma força pra ele e ele [Pedrão, seu marido] dava aqueles benzimentos nele pra ele se fortalecer”. OSVALDÃO. Direção: V. Fernandes Et al. São Paulo: F. Maurício Graboys, 2014. 80 min. Trecho citado: 36min49s.

⁹⁷⁹ FERRETTI, M. **Encantaria de "Barba Soeira"...** op. cit.

Ficou... Disse que morou um bom tempo lá mais esse homem lá, que ele conseguiu as rezas dele foi lá [...] Zé Bruma. No Maranhão.⁹⁸⁰

A experiência que, segundo Maria, Pedão “sempre contava”, assemelha-se muito ao estilo de iniciação de adeptos de religiões afro-brasileiras, quando a “mediunidade” costuma aparecer sob a forma de doenças. Notemos que o Mearim é um dos espaços apontados como de grande difusão do Terecô. Pela visão de tais religiosos, a cura recebida por Pedão não seria daquelas passíveis a partir dos conhecimentos médicos, mas somente mediante a intervenção de um bom curador e, sobretudo, de seus encantados. A cura, em seguida, era acompanhada pela transmissão de saberes, um ponto de inflexão na vida do futuro esposo de Maria.

Ela afirmou que, quando o conheceu no Pará, Pedão já efetuava as suas rezas. E fez questão de afirmar que ele era uma pessoa muito querida naquele espaço e ao redor do Bico do Papagaio. Buscou, assim, criar uma proteção à imagem do marido, diante de visões hoje carregadas de preconceito religioso, a nível local, a quem é identificado por outrem como terecozeiro; ou mesmo narradas pelo viés da exotividade pela literatura. Essas compreensões devem ser levadas em conta ao interpretarmos o que fora narrado ou silenciado por Maria da Soledade e por outros sujeitos. Alguns relatos apontam que Pedão também acabou atuando como guia durante a fase final dos conflitos.

Pedão teria, ainda, outra característica comum a líderes vinculados a cultos afro-brasileiros: o dom divinatório. Segundo sua viúva, ele costumava ter visões que o informavam sobre o futuro próximo. Diante disso, sempre alertava vizinhos e conhecidos:

Aí era assim. Uma hipótese assim. Ele era uma pessoa assim, que ele era tão assim uma pessoa que ele tinha assim uma visão com ele, que se tu morasse perto dele assim, qualquer coisa de mal assim que fosse pra acontecer contigo, ele te chamava e te falava: — Olha, tu se afasta de certas coisas assim, assim e assim, que senão tu morre. Ele era uma pessoa que tinha uma visão muito boa. Os amigos dele assim, ele, se fosse pra acontecer qualquer coisa com alguém, se tivesse assim, se tivesse ruim, ele te avisava. Chamava e te avisava: — Olha, cumpadre, tu não vai em tal hora em tal lugar, fulano, assim e assim, que tem alguém pra te ofender [machucar].⁹⁸¹

Porém, quando as visões ocorriam em relação a si mesmo, nem sempre Pedão as tomava como reais. Isso teria ocorrido, especialmente, no início do conflito armado. Numa dessas visões, ele teria avistado a si mesmo sendo preso, num momento em que a detenção de moradores ainda não havia sido iniciada, e muito menos identificado o porquê do ataque do Exército:

⁹⁸⁰ SOLEDADE, M. *Entrevista...* op. cit.

⁹⁸¹ Idem.

Olha, na primeira vez que eles prenderam ele, ele teve a visão [...] antes, que ele ia ser preso. Ele falou pra mim. Moço, olha, nãm. Falou pra mim. Eu pedi pra ele. Moço, mas ele era assim uma pessoa que, tem gente assim que tem assim uma visão, mas ele quase num acredita, e acontece. Aí eu pedi pra ele, a primeira vez. Que ele não viesse pra rua, que podia acontecer. Ele não creditava não. [...] Ele falou pra mim que tinha tido a visão: o pessoal prendendo ele. Aí eu pedi pra ele: — Então não vai pra rua não. Ele já tava montando. Eu pedia, não, então não vai pra rua não, que eles pode te atacar. Ele disse: — ‘Não, mas eu não tenho como me esconder, porque eu não matei, eu não roubei, eu não devo nada pra ninguém’. Aí ele veio. Moço! Quando ele chegou, ele não tirou nem a cela do animal dele. Quem já tirou foi o delegado. Que o delegado, nessa época, era compadre dele. Aí já quem tirou a cela do animal dele já foi o delegado. O delegado tirou. Já o Exército já não deixou mais ele... Na hora em que ele entrou na cidade, eles pegaram ele.⁹⁸²

Ao comunicar a expressão “Moço, olha, nãm.”, muito comum aos maranhenses, Maria nos deixou a impressão de que, ao mergulhar naquele momento decisivo na vida de ambos, ainda vislumbrava que outros caminhos teriam sido possíveis. Parecia guardar, com especial nitidez, o preciso instante em que havia tentado convencer Pedão a levar a sério o que havia visto, desmontar do animal e ficar em casa:

[...] desde as primeiras visões, eu pelejei muito pra ele sair, pra nós ir embora logo, não esperar. Ele dizia: — ‘Não, Maria, mas eu não posso, nós não pode largar nossas coisas nossas e sair assim’. — Moço! Pois tu vai ver que é com certeza que vai acontecer. E era dito e certo. Era daquele jeito. E aconteceu.⁹⁸³

Seu relato guarda, assim, a dimensão da ação individual dentro daquele evento, dos detalhes que poderiam ter mudado ou não a sorte de um dos sujeitos posicionados dentro de cada grupo atingido pela repressão que começava a se desenhar. Ao mesmo tempo, evocou que começavam a entrar em cena relações alheias às, até então, estabelecidas. A partir daquele momento, o compadrio seria suficiente apenas para que o delegado ajudasse o compadre com um singelo gesto fraterno, retirando a cela do animal. E só. Uma outra lógica se apresentava aos moradores, na qual a ordem militar se impunha.

Em seguida, segundo Maria, seu esposo foi levado até Araguatins, onde passou alguns dias detido. Segundo ela, ao todo, Pedão fora detido três vezes, sendo a segunda a pior delas. Naquele primeiro momento, os militares teriam levantado a suspeita de ele ser o famigerado Osvaldão, também um homem negro de estatura elevada. Teriam declinado dessa hipótese apenas quando um amigo de Pedão, de Araguatins, também detido, conseguira, depois de

⁹⁸² Idem.

⁹⁸³ Idem.

muitas horas, convencê-los de que não se tratava da mesma pessoa: “Aí o amigo dele falava toda vida, na hora que eles ia investigar ele. O amigo dele falava: — Ó, vocês podem matar ele, mas ele é inocente. Ele não é essa pessoa que vocês tão procurando”.⁹⁸⁴ Pedão teria passado, já nesse momento, por várias torturas, sendo liberado depois de quatro dias.

Maria atribui a sobrevivência do marido, nesse momento, ao depoimento dado pelo amigo de Araguatins. Ela nos afirmou que, tanto Pedão, quanto ela própria, conheciam Osvaldão, tendo-o como um morador local igual aos outros. Disse também não ter conhecido outros guerrilheiros antes do início dos conflitos. Posteriormente, viria a ter diálogo rápido com o próprio Osvaldo, além do contato com Paulo, Áurea e Mundico, no episódio acima mencionado. Observemos que essa primeira prisão de Pedão, assim como a associação dele a Osvaldão, não se deram por acaso.

Ao menos uma dimensão estava presente: a semelhança física. Ela descreveu a cada um como um “morenã alto”. No Brasil, historicamente, os homens negros costumam ser os primeiros detidos em abordagens policiais. Imaginemos, então, como isso estava potencializado no cerne de um conflito em que os militares viam um homem negro como um dos “cabeças” do movimento. Todavia, as interações constantes buscadas por Osvaldo junto a lideranças religiosas do Terecô e Pajelança podem ter ajudado a associá-lo a Pedão. Justificando, sobretudo, a sua segunda detenção. Intimidar tais personagens de destaque, ainda mais alguém ligado ao universo das práticas de cura, era um modo de dar um recado aos demais moradores. Um modo de atacar suas figuras de referência, justamente aquelas que buscavam demonstrar força em seu cotidiano, e os que tinham influência no âmbito espiritual.

Na segunda vez, Pedão ficaria preso em São Geraldo, junto com o senhor Euclides Pereira de Souza, o Beca, que se tornaria um dos moradores mais conhecidos da região. Beca, após as violências extremas sofridas, passou a organizar o conhecido culto do Divino Espírito Santo, realizado, a partir de então, todos os anos na Serra das Andorinhas.⁹⁸⁵ Em 2015, entrevistamo-lo em São Geraldo do Araguaia, doze dias antes do seu falecimento. Guardava, ainda, o velho camponês as marcas atribuídas por ele à tortura no pau de arara. Tanto Pedão quanto Beca morreram sem receber indenizações.

Ao narrar a segunda prisão de Pedão, ao lado de Beca, Maria discorreu sobre algumas dessas sevícias: “Era assim, no que em que eles pegaram ele. Eles pegaram ele, quando eles chegaram lá, eles prenderam ele dentro de um buraco, de cabeça pra baixo. Ele e um amigo

⁹⁸⁴ Idem.

⁹⁸⁵ Suas memórias foram abordadas no documentário *ARAGUAIA: Campo Sagrado*. Direção: Evandro Medeiros. Marabá: UFPA, 2010. 53 min.

dele [Beca] [...] Ele disse que foram dependurado de cabeça pra baixo, num buraco”.⁹⁸⁶ Não deixa de ser emblemático, ainda que Beca tenha se firmado como organizador da festa do Divino após o conflito, que dois personagens de destaque no cerne das manifestações religiosas populares da região estivessem, juntos, passando por tal tipo de tortura. Conectaram, assim, suas histórias a um incontável número de moradores que carregariam, pelo resto da vida, os traumas decorrentes das torturas sofridas, fundado em técnicas com alto grau de perversidade, a exemplo do famigerado buraco do Vietnã, descrito neste relato.

6.6 “MINHA IRMANDADE, VAMOS SE ARREUNIR”

Além das torturas e aprisionamento clandestinos, outras formas de interação estavam sendo travadas naqueles anos. Vimos acima que o guerrilheiro Ângelo Arroyo mencionou, em seu relatório, que: “Nas sessões de terecô (candomblé) se faziam cantorias de elogio à guerrilha”. Para analisarmos essa afirmação, compete-nos observar em que momento do seu testemunho ela aparece e, por conseguinte, a qual etapa da luta guerrilheira fazia referência. Como já mencionado aqui, após o fim da segunda campanha militar, iniciou-se, em novembro de 1972, o que Arroyo denominou de “período de trégua”. Naquele momento, em suas palavras:

O grosso das tropas se retirou da área. Ficaram algumas tropas na periferia e a PM manteve-se nos postos de fiscalização e controle. Multiplicaram-se também os agentes da Polícia Federal (disfarçados). Não tendo conseguido esmagar os guerrilheiros na segunda campanha, o Exército se preparava para realizar uma nova operação. Começou a construir quartéis em Marabá, Imperatriz, Itaituba, Altamira e Humaitá. Procurava recrutar mateiros em vários lugares. Construiu estradas na área e alargou as existentes.⁹⁸⁷

Conforme já abordamos, apenas ao final de 1973 os guerrilheiros descobririam que a longa trégua se devia a um trabalho de inteligência visando o aniquilamento mais preciso do movimento. Entre fins de 1972 e os meses iniciais de 1973, buscaram fortalecer a aproximação com as “massas”. Segundo Arroyo, previra-se para maio de 1973 um novo

⁹⁸⁶ SOLEDADE, M. *Entrevista...* op. cit.

⁹⁸⁷ ARROYO, Â. *Relatório sobre a luta no Araguaia...* op. cit., p. 259.

grande ataque dos militares, quando já houvesse terminado o período de chuvas.⁹⁸⁸ A Comissão Militar, então, insistiu “na necessidade de se criar núcleos da ULDP”.⁹⁸⁹ Entre os documentos⁹⁹⁰ elaborados para sistematizar os trabalhos, encontravam-se normas sobre a Organização dos Núcleos da ULDP. Ainda segundo Arroyo:

A respeito da criação dos núcleos da ULDP, dizia-se que: a) deviam ter de três a cinco membros, com um responsável; b) os componentes de um núcleo não deviam conhecer a organização de outros núcleos; c) as tarefas dos núcleos deviam ser: *colher informação, fazer propaganda da guerrilha entre os moradores, ajudar a guerrilha com alimentação, defender os interesses do povo da região*.⁹⁹¹

Pouco depois, Arroyo afirmou que “Criaram-se em toda a região treze núcleos da ULDP. Antes da terceira ofensiva do inimigo, o trabalho junto a outras forças havia se estendido. Ampliaram-se os contatos com comerciantes, *religiosos*, etc.”.⁹⁹² A criação desses núcleos era o resultado de um forte trabalho político desenvolvido pelos guerrilheiros. Geralmente, essa é uma informação pouco observada nos debates públicos sobre a Guerrilha do Araguaia, em que, muitas vezes, o foco gira em torno do erro de cálculo dos guerrilheiros, como exemplificado na frase de Arroyo alusiva a esse momento de trégua: “Contávamos com o apoio de mais de 90% da população.”⁹⁹³ Todavia, consideramos que devem ser analisados, com maior cuidado, os momentos em que tais pontes foram tentadas. Como discutimos acima, consideramos que a visita a Pedão tenha sido efetuada nesse momento de maior corpo a corpo, aproveitando-se as brechas então disponibilizadas pela “trégua”.

No relatório atribuído ao comandante da Guerrilha, Maurício Grabois, foi reproduzida uma das citadas “cantorias de elogio à guerrilha”. Como dito na introdução, esse diário é um documento que deve ser lido com um grau a mais de cautela em relação aos demais. Sua própria forma de aparição, no ano de 2011, guarda em si as tensões que envolvem o acesso a

⁹⁸⁸ “A CM orientou os destacamentos no sentido de melhor aproveitar a trégua para se preparar. Previa a nova ofensiva para o começo do verão, lá para maio. Entre as tarefas mais importantes, destacava: ligação maior com as massas, tanto em extensão como em profundidade; preparação de locais para ações de fustigamento e emboscada, preparação de bons locais de refúgio; conhecimento maior do terreno e melhoramento dos croquis; intensificação do preparo militar; procurar melhorar o armamento através das massas (compra, troca etc) e montar a oficina de consertos, organização de depósitos que garantissem a alimentação para seis meses (sobretudo farinha, milho, arroz)”. Ibid., p. 259-260, grifo nosso.

⁹⁸⁹ Ibid., p. 262.

⁹⁹⁰ “A CM elaborou os seguintes materiais: 1) Normas sobre Segurança no Trabalho de Massa; 2) Normas sobre Acampamento; 3) Normas sobre Recrutamento para a Guerrilha; 4) Adendo às Normas de Marcha; 5) Indicações para a Organização de Núcleos da ULDP.” Ibid., p. 260.

⁹⁹¹ Ibid., p. 260.

⁹⁹² Ibid., p. 260.

⁹⁹³ Ibid., p. 260.

boa parte dos documentos sobre a Guerrilha.⁹⁹⁴ Entretanto, a maior parte do que é narrado no documento é visto como plausível dentro do que se conhece até hoje sobre aquele evento.⁹⁹⁵

Independente disso, o texto também não escapa das chamadas encruzilhadas do testemunho, para tomarmos emprestado o termo usado por John Beverley.⁹⁹⁶ O testemunho insere-se no jogo entre o factual e o ficcional. Muitas vezes, ao interpretá-lo, devemos levar em conta menos os elementos factuais em si e mais os significados construídos. Paul Ricoeur,⁹⁹⁷ no mesmo sentido, apontou que um dos alicerces da pesquisa tal como feita pelos historiadores, é não apenas o uso dos testemunhos, mas também a crítica do testemunho. A partir dessa compreensão, buscamos cotejar também essa fonte com as demais já discutidas e com a literatura, especialmente o trabalho etnográfico de Lamy e Ahlert sobre a música no Terecô, de maneira a entrecruzar informações.

No diário de Maurício Grabois, encontram-se menções ao Terecô que não diferem muito da descrição de Arroyo e dos depoimentos posteriores de sobreviventes ao conflito.⁹⁹⁸ Tratam, especialmente, de menções que reiteravam o sucesso na aproximação política junto a padres e terecozeiros. Em 15 de julho de 1973, o comandante escreveu, de forma esperançosa, em seu diário: “Expandem-se a literatura sobre a guerrilha. Surgem poesias e hinos. Também o ‘terecó’⁹⁹⁹ (sic.) dá a sua contribuição. Tudo isso é sinal do crescimento, consolidação e

⁹⁹⁴ O diário original teria sido encontrado junto ao corpo de Maurício Grabois, após o seu assassinato, no Natal de 1973. Em seguida, o militar incumbido de destruí-lo teria viabilizado a cópia (à mão) do manuscrito, mantendo-a sob a sua salvaguarda por cerca de quarenta e oito anos, quando finalmente o repassou ao jornalista Lucas Figueiredo, da revista *Carta Capital*.

⁹⁹⁵ Isso levou pesquisadores, como a historiadora Patricia Sposito Mechi, a declararem que: “O valor do ‘Diário do velho Mário’ como documento histórico é inestimável. É o documento mais extenso vindo de dentro da guerrilha, redigido por seu comandante, que tinha informações sobre todos os destacamentos. Maurício Grabois registrou o dia a dia da guerrilha por 605 dias; a cópia produzida pelos militares perfaz um total de 145 páginas digitadas”. MECHI, Patricia Sposito. *A guerrilha do Araguaia vista por seu comandante: o Diário de Maurício Grabois*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVII, 2013, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: Anpuh, 2013. Disponível em:

<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364490232_ARQUIVO_AguerrilhadoAraguaiavistaporseucomandante-oDiariodeMauricioGrabois.pdf> Acesso: 10 nov. 2020. p. 1.

⁹⁹⁶ BEVERLEY, John. El testimonio en la encrucijada. **Revista Iberoamericana**, [S.l.], v. LIX, p. 485-495, dez. 1993.

⁹⁹⁷ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et. al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

⁹⁹⁸ Num dos trechos, é dito: “com a deflagração da luta armada, elevou-se o nível político e de consciência das massas. Estas já não são as mesmas do início do movimento guerrilheiro. Vão compreendendo os objetivos das FF GG e tomam posição política ao nosso lado. Formou-se uma opinião pública favorável aos guerrilheiros. Exemplo disso é a atitude de simpatia em relação à nossa luta, dos padres e dos terecozeiros.” (grifo nosso). GRABOIS, Maurício. **[Diário]**. Acesso: <http://www.grabois.org.br/uploads/arquivos/arquivo_31_12846.pdf> Acesso: 02 nov. 2020. p. 93.

⁹⁹⁹ Observemos que o termo ‘terecó’ (sic.) aparece com grafia semelhante ao da versão do *Programa dos 27 pontos* reproduzido em *A Classe Operária*.

aumento da influência das FF GG”.¹⁰⁰⁰ A menção à consolidação do trabalho de base juntos aos moradores não difere do que fora mencionado por Arroyo.¹⁰⁰¹

Foram transcritos, então, alguns exemplos da citada literatura revolucionária, como um hino escrito por Osvaldão e duas poesias, de autoria dos guerrilheiros João Araguaia¹⁰⁰² e Josias,¹⁰⁰³ respectivamente. Grabois, desse modo, afirmou: “Estou certo de que aqui, no Araguaia, se forjará uma autêntica literatura revolucionária e popular, com suas características próprias.”¹⁰⁰⁴ Quanto à “contribuição” do Terecô, o líder guerrilheiro registrou que:

Nas sessões de “terecó” (sic.), canta-se atualmente interessante música, com a seguinte letra:

Meus guerrilheiros quero ver estremecer
Enfrenta esta batalha que é para a canalha ver
Soldado véio, amarelo e encapuçado
Dá um tiro no danado
Que ele vem amedrontado
Minha irmandade, vamos se arreunir
Vamos compactuar que é para a coisa ringir
Vou trabalhar, trabalhar para vencer
Estando no campo da luta perde o medo de morrer.¹⁰⁰⁵

Este é um registro que vai além da menção de Arroyo às “cantorias de elogio à guerrilha”, por dar um grau a mais de materialidade às interações políticas citadas nos principais testemunhos deixados pelos guerrilheiros. Se já vimos, até aqui, um pouco do que a busca dessas interações com os terecozeiros e com outros religiosos significava para as Forças Guerrilheiras no tocante à constituição de pontes — que, como vimos, não limitavam aos terecozeiros — com a população local e à consolidação da ULDP, cabe-nos realizar também um esforço interpretativo junto ao outro extremo dessa ponte.

No Terecô, as músicas são chamadas de pontos, doutrinas ou toadas¹⁰⁰⁶, e são responsivas, “ou seja, cada ponto é conduzido por um puxador (pessoa ou encantado) e é

¹⁰⁰⁰ GRABOIS, M. [Diário]... op. cit. p. 112.

¹⁰⁰¹ Sobre essa aproximação política, Mechi considerou que: “Em que pese o acerto do apontamento de Maurício Grabois sobre o relaxamento das normas de segurança, a aproximação dos militantes com os camponeses e, principalmente, com suas demandas, revelam que no processo de desenvolvimento da luta armada, o movimento guerrilheiro se transformou, como já mencionamos, dando um salto qualitativo na compreensão dos problemas que envolviam a questão agrária na região. Contudo, a documentação sugere que o limite do aprofundamento desta compreensão esbarrava na doutrina partidária. Mesmo com o avanço do movimento camponês e com o aprofundamento do PC do B nas questões agrárias locais, a agremiação política nunca abandonou a perspectiva da primazia do partido sobre o movimento. Mesmo nos momentos em que a guerrilha serviu como braço armado do movimento camponês a perspectiva revolucionária do PC do B não se alterou.” MECHI, P. S. **A guerrilha do Araguaia vista por seu comandante...** op. cit. p. 10.

¹⁰⁰² Demerval da Silva Pereira (1945-1974).

¹⁰⁰³ Tobias Pereira Júnior (1949-1973 ou 1974).

¹⁰⁰⁴ GRABOIS, M. [Diário]... op. cit. p. 132.

¹⁰⁰⁵ Ibid., p. 132.

respondido pelo conjunto de brincantes e pela audiência.”¹⁰⁰⁷ Como observaram Lamy e Ahlert, existe nessa religião uma inter-relação entre música, agência e força. Agência esta não vinculada apenas às ações dos terecozeiros, mas também dos encantados: “Tanto pessoas quanto entidades participam desses processos criativos que têm espaços nas tendas”.¹⁰⁰⁸ Nesse sentido:

No Terecô se compreende que são os encantados que dão os pontos, ainda que estes possam ser alterados quando cantados novamente. Além de compor letras e dançar no corpo de seus cavalos pelas tendas, os encantados ainda são tamborzeiros e cabaceiros – termos comumente utilizados para descrever aqueles que tocam cabaças e tambores, os instrumentos mais comuns e constantes em uma gira (uma noite de ritual na qual se toca tambor). Sua participação no contexto religioso é ativa e constante, tanto na dança, na música e nas conversas quanto nos bares, formados nos pátios das tendas, ou nas ruas da cidade [Codó] quando da realização das festas.¹⁰⁰⁹

De acordo com esses etnógrafos, as músicas não são nem imutáveis nem fixas, existindo, justamente, o espaço de agência para que novas letras e performances se desenvolvam: “Pensar que os pontos são feitos na medida em que executados também nos indica a importância das performances não como meras reproduções automatizadas dos eventos.”¹⁰¹⁰ Pelas características do Tambor da Mata, não é implausível o surgimento das ditas “cantorias” em alusão à ação dos guerrilheiros, precisamente pela capacidade relacional de tais agenciamentos, que permitem o diálogo com novos contextos e suas demandas. Observemos que, no relato apresentado por Fernando Portela, já constava a informação de que, nos terreiros de Terecô, os “espíritos da mata” baixavam e “diziam que Osvaldão era imortal”. Se a história social do Terecô é marcada pelo dinamismo, também o são seus rituais:

Pontos novos podem surgir, novos encantados podem se apresentar, improvisos musicais podem ocorrer durante um festejo de Terecô, assim como existem sempre novos elementos a serem considerados nas experiências entre pessoas e entidades, na medida em que não se conhece tudo sobre a religião.¹⁰¹¹

Uma questão que escapou aos registros de Grabois e Arroyo, que tinham o objetivo de apresentar um relato sintético dos acontecimentos, foi que as músicas surgidas nos Terecôs, certamente, tratavam menos de “cantorias em elogio” e mais de uma troca de forças. No

¹⁰⁰⁶ LAMY, M. C.; AHLERT, M. *Música, agência e força no Terecô em Codó...* op. cit.

¹⁰⁰⁷ Ibidem, p. 188.

¹⁰⁰⁸ Ibidem, p. 186.

¹⁰⁰⁹ Ibidem, p. 186.

¹⁰¹⁰ Ibidem, p. 186.

¹⁰¹¹ Ibidem, p. 201.

Terecô, a *força*, vista como categoria êmica por Lamy e Ahlert, é comparada por esses autores ao *axé* e ao *mana*, e entendida como categoria central das relações estabelecidas nos rituais e no cotidiano dos fiéis: “Por intermédio das festas, a força desses encantados é intensificada e, concomitantemente, também a das pessoas presentes no ritual (pois se compreende que a força provém das entidades e é cedida aos seus cavalos).”¹⁰¹²

Ao receber os guerrilheiros nos rituais, ao chamá-los a “compactuar [...] para a coisa ringir”, estavam se modulando forças que, por um lado, tornavam mais fortes os próprios encantados e seus “cavalos” e, por outro, transferiam mais força ao movimento guerrilheiro, a quem caberia fazer “estremecer” durante os combates diante dos militares. Esse ponto nos apresenta indícios de que uma troca recíproca de forças estava em ação.

Um exemplo desse tipo de troca costuma se dar quando terecozeiros recebem brincantes de outras tendas em seus festejos, em que tanto os que recebem quanto os que são recebidos têm responsabilidade na força. Em tais eventos, espera-se que seja intensificada a “habilidade de homens e mulheres conduzirem os rituais e produzirem (com os encantados) uma *feira bonita*, que evidencie a *força* de um salão”.¹⁰¹³ No contexto aqui estudado, essa modulação de forças dizia respeito não somente à relação em si com os guerrilheiros, mas ao próprio universo de interpelações dos terecozeiros entre si.

Eles próprios, como vimos nos exemplos de Pedão e no relato sobre Piancó, tinham, também, seus enfrentamentos a realizarem. Além do mais, guerrilha à parte, eram inúmeras as outras situações de tensionamento que faziam parte de seu cotidiano. Passavam eles por embates, quer na dimensão da luta pela terra e vida migrante quer nos próprios conflitos no campo religioso, diante de uma realidade marcada pela perseguição e recriação de preconceitos em relação aos terecozeiros.

A centralidade da *força* é uma dimensão que não pode deixar de ser considerada nessa aproximação política e espiritual entre terecozeiros e guerrilheiros. O avanço da articulação política por parte da ULDP, ainda que insuficiente para neutralizar a ação dos militares ao final de 1973, indica que algumas dimensões dessa relação dialógica entre camponeses e guerrilheiros tiveram, naquele momento, um salto qualitativo, e como apontou Mechi¹⁰¹⁴, o próprio Grabois não estava equivocado quando, ao tratar das “massas”, ponderou que: “Estas já não são as mesmas do início do movimento guerrilheiro”.¹⁰¹⁵

¹⁰¹² Ibid., p. 190.

¹⁰¹³ Ibid., p. 201, grifos dos autores.

¹⁰¹⁴ MECHI, P. S. **A guerrilha do Araguaia vista por seu comandante...** op. cit.

¹⁰¹⁵ GRABOIS, M. **[Diário]...** op. cit., p. 93.

Apesar de não ter saído dali um braço de apoio ao avanço da revolução, como esperado numa linha maoísta, não podemos deixar de considerar que também esses moradores, como ocorreu com os terecozeiros, tinham o interesse em entender melhor aqueles sujeitos que estavam ali envolvidos em tamanha ação militar. E, que, até aquele momento, haviam não somente conseguido sobreviver a duas grandes operações, embora mal coordenadas, mas também conseguido algumas vitórias notáveis.

É provável que, naquele momento, eles continuassem compreendendo que não diminuía a dimensão assimétrica das lutas entre guerrilheiros e militares. E também mantivessem grande preocupação com o *devir*, pois estava sempre no ar a possibilidade de retomada das operações militares. Entre novembro de 1972 e outubro de 1973, a grande dúvida era: quando as operações militares voltarão? E o que elas provocarão em seu retorno? Por outro lado, as fontes indicam que os terecozeiros tinham interesse em descobrir, também, o que queriam aqueles sujeitos que agora lhes procuravam falando em ULDP; e, mais ainda, que haviam elaborado um documento pontuando alguns dos problemas mais recorrentes a nível local. Se, como dito, esse contato com os guerrilheiros era, de certo modo, incontornável numa esfera micro, por que não estreitar laços, ainda que sem um engajamento total?

Ao que nos parece, as alusões aos guerrilheiros nas cerimônias do Terecô, realizadas durante o “período de tréguas”, podem ser interpretadas como uma busca de maior entendimento, bem como na possibilidade aberta, no cotidiano imediato, para que se intercambiassem respostas entre o mundo terreno e das encantarias.

Fossem qual fossem as músicas elaboradas, os *pontos* certamente foram vistos pelos praticantes como relacionados aos encantados. Daí, passamos a entender melhor as narrativas que atribuíam feitos ditos sobrenaturais a Osvaldão e Dina, pois, desde o desenrolar do conflito, os encantados estavam presentes, autorizando sua vinculação às narrativas sobre os grandes feitos dos guerrilheiros diante de forças militarmente superiores.

Como mencionamos, em relação a Dina e Osvaldão, surgiram narrativas sobre suas capacidades de escapar com vida diante de embates assimétricos, por meio de ações ligadas ao universo dos encantados.¹⁰¹⁶ Não devemos subestimar, também, a capacidade de circulação das mensagens presentes nas *doutrinas* entre os moradores, especialmente porque, no caso, não se tratava apenas da força dos guerrilheiros, mas também da força recebida pelos próprios brincantes. Especialmente, uma mostra de força por parte dos líderes religiosos, em cujas tendas estavam sendo realizadas tais sessões. A categoria *trabalhar*, presente no ponto aqui

¹⁰¹⁶ Ver análise em: TELES. *Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia...* op. cit.

abordado, tem relação direta com o significado de trabalho buscado por esses líderes junto aos brincantes:

A força de pais e mães de santo, logo, não é uma constante. Ela depende da manutenção de um conjunto de obrigações – como acender velas, realizar rezas e consultas, *trabalhar*, cumprir o calendário ritual, manter tabus rituais ou vestimentas consideradas apropriadas, por exemplo.¹⁰¹⁷

O ponto de Terecô em alusão aos guerrilheiros finalizava com um chamamento, que convocava a “irmandade”, formada por pessoas e encantados, para se “arreunir” e “trabalhar para vencer”, ou seja, para ampliar a *força* de forma coletiva, de modo a não só repassar essa força ao movimento, mas distribuí-la, naquele momento, entre os próprios brincantes. A forma responsiva do canto contribuiria para que essa força fosse sentida de um modo específico no momento de desfecho do ponto, dada a importância da categoria “trabalho” dentro dessa e de outras religiões afro-brasileiras.

A renovação da *força* era um elemento central dos rituais de uma religião formada por migrantes pobres, muitos dos quais, negros; sujeitos desprestigiados socialmente, inclusive quanto às suas orientações religiosas; mulheres e homens que, nas noites de giras, poderiam ter contatos com forças da natureza, vindas do mundo da encantaria; que, ao redor das gunas, buscavam tranquilizações quanto a seus problemas de saúde, mas também a reconstituição de melhores horizontes de atuação. Era o aumento da *força* que entrava em cena num contexto marcado pela violência extrema, incertezas e medo; um contexto em que, de forma não metafórica, aquelas pessoas passaram a viver dentro de um campo de batalha.

O trecho: “Estando no campo da luta perde o medo de morrer” remete a um segundo chamado, que pode ser lido tanto como uma evocação para os guerrilheiros lançarem de mão os seus medos diante dos combates vindouros; como também aos próprios praticantes, também inseridos naquele amplo campo de luta, que deveriam encarar de frente os seus medos diante da morte, não deixando, por isso, de “trabalhar para vencer”. Um olhar mais detido para essa linha final mostra que, ao ser cantado coletivamente no desfecho do ponto, aquele que ficaria ecoando durante mais tempo entre os presentes, essa alusão ao medo de morrer, poderia servir, ela própria, como o compartilhamento de uma força curativa; respondendo, mediante um chamado à ação, aos medos elaborados por aqueles que estavam ali evocando a proteção e agência dos encantados. Uma forma de tranquilização.

¹⁰¹⁷ LAMY, M. C.; AHLERT, M. *Música, agência e força no Terecô em Codó...* op. cit., p. 199, grifo nosso.

Deve ter sido verdadeiramente animador para os guerrilheiros ver moradores locais cantando essa música. Ainda mais, de forma responsiva, sendo cada frase ou parte delas entoada num coro pelos brincantes, dentro da roda que girava ao redor da gunga. Para suas implicações políticas, importaria menos se os autores desta e de outras letras fossem vistos como os próprios encantados. O ponto central era a significação daquilo, a esperada simbiose entre suas concepções políticas e as expectativas dos moradores. Ao menos durante algum tempo, a força recebida deve ter estimulado o trabalho militante. De certo modo, seus efeitos continuaram sendo propagados no tempo, nos rastros deixados por aquelas noites de giras. Inclusive nos rastros que tratam sobre a morte dos guerrilheiros que mantiveram, de maneira mais próxima, diálogo com os saberes do Terecô e do universo da encantaria. Como discutimos no capítulo quatro, o soldado José Manoel Pereira, que afirmou ter participado da operação que pôs fim à vida de Francisco Chaves, relatou que aquele velho guerrilheiro usava um cordão de Terecô no momento de sua morte, tendo sido enterrado com esse cordão. No caso de Osvaldão, a sua morte também esteve vinculada à produção de significados em torno do Tambor da Mata, significados estes que se tornaram mais conhecidos nos últimos anos, sobretudo, após serem explorados — ainda que, ao nosso ver, de forma exótica — no documentário *Osvaldão* e em outras narrativas criadas sobre o guerrilheiro.

6.7 A MORTE DE OSVALDÃO

Era o início de 1974 e a Guerrilha estava chegando ao fim. Guiados por mateiros habituados a se deslocarem entre os castanhais, os pontos mais densos da mata e dos igarapés, pequenos agrupamentos militares embrenhavam-se na floresta à caça dos últimos inimigos. Procuravam os derradeiros sobreviventes de um projeto revolucionário que, ao ser descoberto antes de concluída a sua fase de preparação, estava finalmente sendo derrotado, após cerca de dois anos. Naquele momento, após o massacre denominado pelos militares como “chafurdo de Natal”, alguns poucos guerrilheiros buscavam resistir, isolados, no interior da floresta. Procuravam deixar o mínimo de vestígios e sobreviverem a uma luta que, há tempos, não se dava apenas através do embate com os agentes do regime militar, mas também contra a solidão, a fome, os animais selvagens e os demais perigos escondidos entre as matas.

O líder do Destacamento B das Forças Guerrilheiras do Araguaia, Osvaldão, era um dos que, naquele momento, vagava pela mata. Desde a fase de preparação do movimento, ele

e a guerrilheira Dina estavam entre os que melhor estabeleceram conexões com a população local, encarnando os princípios políticos do maoísmo, como defendido no projeto revolucionário concebido pelo PC do B. O assassinato de Osvaldão, assim como tantos outros episódios que marcaram a história brasileira entre 1964 e 1985, acabaria se conectando com signos próprios à repressão e ao autoritarismo acentuados naquele contexto, mas há muito vigentes no país e na América Latina, vinculados às experiências ditatoriais em curso em diversos países, mas também ao passado colonial do continente.

Segundo a versão mais difundida,¹⁰¹⁸ naquele início de 1974,¹⁰¹⁹ o guerrilheiro teria sido avistado no interior da floresta pelo mateiro Arlindo Piauí,¹⁰²⁰ morador da região que servia de guia a uma tropa de soldados. Existem versões que divergem sobre ter sido Piauí quem matou Osvaldo, a exemplo dessa apresentada pela CNV:

Em depoimento à CNV, no dia 20 de março de 2014, o segundo-tenente da Polícia Militar de Goiás, João Alves de Souza rejeitou a versão de que o ex-guia Arlindo Piauí estivesse envolvido na morte de Osvaldo e alegou que esta versão foi elaborada para encobrir a responsabilidade do seu grupamento. O agente público afirmou ter comandado o ataque ao guerrilheiro e ter participado da mutilação do corpo de Osvaldo – cortando-o em pedaços e guardando-os em caixas térmicas. Segundo João Alves, os restos mortais foram levados a Brasília em um avião, com o fim de comprovar ao presidente que um dos líderes da guerrilha estaria morto.¹⁰²¹

Na versão mais conhecida, ao ter seu nome chamado por Piauí, Osvaldão teria virado a cabeça, sendo alvejado por um tiro, logo acompanhado por disparos dos militares. Lício Maciel, em um relato marcado pela exteriorização da ojeriza aos guerrilheiros, afirmou que:

Contado por ‘Piauí’, daria até vontade de rir, se não fosse trágico. Ele pressentiu que atrás de uma moita tinha alguém; só podia ser ele, o negão. Chamou em voz alta: ‘Osvaldão!’. Ao afastar o capinzal para ver quem o chamava, Osvaldão levou chumbo quente e morreu instantaneamente, varado por munição chumbo 3T Velox.¹⁰²²

¹⁰¹⁸ Alicerçada nos testemunhos de moradores da região, incluindo alguns que teriam participado do episódio.

¹⁰¹⁹ Segundo o tomo III do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, existem divergências nas datas apontadas nos documentos localizados que fazem menção à morte de Osvaldo. As datas variam entre fevereiro e abril de 1974. Ver: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Osvaldo Orlando da Costa. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III - Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1590-1594.

¹⁰²⁰ Arlindo Vieira da Silva, falecido em 1993. Ver: LOYOLA, Leandro. Fantasmas do Araguaia. **Época**, Rio de Janeiro, n. 302, p. 28-35, mar. 2004.

¹⁰²¹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: Volume III... op. cit., p. 1591.

¹⁰²² MACIEL, Lício. **Guerrilha do Araguaia**: relato de um combatente. São Paulo: Schoba editora, 2008. p. 119.

Notemos que o termo “o negão” aparece como um elemento depreciativo, sendo usado como indicativo de alguém que não merecia ser levado a sério. Maciel foi ainda mais além na exteriorização de ressentimentos em relação ao líder guerrilheiro:

Vi cena semelhante no cinema, quando o caubói (Garry Cooper, filme ‘O Sargento York’), num campeonato de caça, imita o canto do peru e consegue acertar-lhe a cabeça quando a ave se mostra para ver a outra que a estava chamando...¹⁰²³

Naquele momento, como uma releitura da longa história de repressão aos movimentos de contestação da ordem no Brasil, os militares teriam desenterrado um recurso bélico, mas que também fazia parte dos jogos políticos engendrados ainda no período colonial: a exposição pública do corpo do inimigo vencido. O caso não foi o único na guerrilha do Araguaia, embora tenha sido marcado por algumas particularidades. De acordo com o que mencionamos no início da tese, Wellington Silva definiu esse ato tipo de atitude, constantemente reiterada pelos militares, como a materialização do *Teatro do Terror*, perpetrado por aqueles agentes frente à Guerrilha e diante da população local.¹⁰²⁴

O cadáver de Osvaldão, tratado à moda de outros personagens da história do Brasil, como o líder quilombola Zumbi dos Palmares¹⁰²⁵, foi exposto aos moradores, sinalizando a derrota do movimento guerrilheiro, mas também dando um recado àqueles que quisessem, de algum modo, desafiar o regime instaurado em 1964. Segundo os relatos de camponeses e a literatura sobre o tema, esse “espetáculo” se deu, porém, por meio de um instrumento diverso daqueles utilizados no passado. Como resumiu o jornalista Leonencio Nossa:

O corpo foi colocado no saco de lona verde e amarrado no esqui de um helicóptero. O aparelho estava a dez metros do chão quando a corda

¹⁰²³ Ibid., p. 119.

¹⁰²⁴ “Na visão dos militares, apenas a morte dos guerrilheiros não era o suficiente. Era necessário exibir o corpo daqueles que haviam se colocado contra o governo, fotografar, cortar a cabeça e comemorar suas mortes. Tudo isso demonstra, na nossa visão, um verdadeiro teatro de terror ao qual a população estava submetida durante os anos de guerra. Teatro este bastante presente nas narrativas dos moradores da região. Por outro lado, da mesma forma que os militares instituíram o teatro do terror, os guerrilheiros também criaram o seu contrateatro, isto é, estratégias para levar o pânico e o medo aos recrutas que não conheciam a mata”. SILVA, Wellington Sampaio da. **A Guerra Silenciada**: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia. 2008. 146 f., 2008. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008. p. 15.

¹⁰²⁵ Gomes reproduz, em sua obra sobre o quilombo dos Palmares, trecho de documento sobre a morte de Zumbi, em 1695. Trata-se de carta onde o Governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, narra que, após concluída a expedição que dera cabo ao líder palmarino, foi-lhe enviada “a cabeça do Zumbi que determinei que pusesse em um pão no lugar mais público desta Praça a satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e atemorizar os negros que supertisiosamente julgavam este imortal pelo que se entende que nesta empresa se acabou de todo com os Palmares”. GOMES, Flávio dos Santos. **Palmares**: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

arrebentou, quebrando o tornozelo esquerdo do cadáver. Novamente, o corpo foi amarrado”.¹⁰²⁶

Na história das ditaduras e repressão a militantes esquerdistas na América Latina, foram diversos os episódios repressivos envolvendo helicópteros, como os chamados “voos da morte” da ditadura argentina.¹⁰²⁷ Como vimos, na própria literatura sobre o Araguaia, subsiste a hipótese que guerrilheiros teriam sido jogados vivos dessas aeronaves, nos famigerados “voos para Brasília”. Quanto ao traslado *post mortem*, mesmo o maior ícone guerrilheiro do continente, Ernesto Che Guevara, fora transportado no esquí de um helicóptero após o seu assassinato, em 1967, pelo exército boliviano. Seu corpo foi, então, exibido como trunfo diante dos jornalistas.¹⁰²⁸

No caso do guerrilheiro brasileiro, o alvo da divulgação eram os moradores: “O helicóptero sobrevoou Xambioá e os castanhais para não haver dúvida da morte do mito”.¹⁰²⁹ A exibição pública do corpo desfalecido e derrotado de alguém taxado como “inimigo da ordem” voltava a ser realizada no Brasil, dessa vez, sobre uma nova alcunha: “terrorista!”. E um corpo negro desfalecido, mais uma vez, era exibido publicamente, como uma espécie de troféu, mas também como recado a ser lido pelas populações que também se inseriam no contexto que justificou a eclosão daquele movimento de contestação da ordem.

Dessa vez, não era exibido em praça pública ou nas estradas de acesso a uma determinada cidade, mas movido de um canto a outro, pendente em um helicóptero por sobre as matas e vilas, mostrando àqueles que o consideravam como encantado e imortal que o herói das noites de combate na selva não passava de um ser de carne e osso, agora trucidado e ridicularizado publicamente, junto com o grupo ao qual pertencia. Segundo Portela, em relato colhido no final dos anos 1970: ““Olha aqui o protegido dos espíritos”, gritam os soldados à população assustada, cansada de tanta morte e sofrimento”.¹⁰³⁰

Nas palavras do biógrafo de Osvaldão: “A mensagem é que não existe lenda, não existe mito nem guerrilheiro que não morra”.¹⁰³¹ Fosse esse o interesse ou não, a mensagem que Osvaldão não possuía o corpo fechado — ou, ao menos, não conseguira manter essa condição — chegou até muitos moradores. Uma das moradoras a quem perguntamos se

¹⁰²⁶ NOSSA, L. *Mata!...* op. cit., p. 206.

¹⁰²⁷ SOCA, Diego Antônio Pinheiro. *Os voos da morte como método de desaparecimento, extermínio e ocultação de cadáveres na Argentina (1976-1985)*. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

¹⁰²⁸ TAIBO II, Paco I. *Ernesto Guevara, também conhecido como o Che*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

¹⁰²⁹ NOSSA, L. *Mata!...* op. cit., p. 206.

¹⁰³⁰ PORTELA, F. *Guerra de Guerrilhas no Brasil...* op. cit., p. 64.

¹⁰³¹ JOFFILY, Bernardo. *Osvaldão e a saga do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 107.

Osvaldão havia se transformado em encantado, por exemplo, afirmou que não, pois seu marido, que era guia, havia avistado o corpo dele. Contudo, também circulara no local a a versão de que o guerrilheiro havia sim se encantado.

Maria Leal Pinto assinalou que: “Piauí, segundo consta, ao se deparar com seu feito, teria caído em convulsão, reforçando ainda mais o imaginário local sobre Osvaldo. Para muitos, naquele instante Piauí teria recebido uma espécie de castigo”.¹⁰³² No seu derradeiro momento, ao invés de um grito, Osvaldão teria soltado um uivo, o que apresentava “um ponto de convergência nas narrativas de suas transformações em onça, porco, cachorro e até lobisomem”.¹⁰³³ Segundo Hugo Studart, por sua vez, Piauí era da mesma família que havia fechado o corpo de Osvaldo.¹⁰³⁴ Há também relatos de que Osvaldão só foi assassinado porque estava com os pés na água, o que cortaria o efeito da proteção que ele havia recebido. Como já discutido por Sader, a população buscava, através dessas narrativas, dar explicações para o que estava acontecendo, lançando mão das crenças vinculadas às encantarias.

Enquanto isso, no mundo sublunar, o oficial Lício Maciel admitiu que o corpo de Osvaldo foi levado dependurado do lado de fora do helicóptero, mas buscou desconstruir a versão da exibição pública do corpo. Em suas palavras:

Chamado, via rádio, o helicóptero para transporte do corpo, não dava para baixar por causa das árvores altas da região. Desceram uma longa corda e o corpo foi mal amarrado, caindo de grande altura. Depois de acharem o cadáver muito estragado, foi novamente amarrado e levado pendurado. Hoje, os bandidos dizem que foi para mostrar para todos que Osvaldão já estava morto e acrescentam que lhe cortaram a cabeça fora. Por qualquer trocado, afirmarão coisa muito pior...¹⁰³⁵

O relato de Maciel aponta que Osvaldão teria tido o corpo içado e deteriorado por conta das circunstâncias, em virtude da dificuldade de acesso ao local por parte do helicóptero. Contudo, desconhecemos relatos de outros guerrilheiros ou militares mortos que tenham sido transportados da mesma forma durante os cerca de dois anos de combates. Segundo o ex-soldado Francisco Goes Monteiro, em depoimento ao documentário *Soldados do Araguaia*:

¹⁰³² PINTO, Maria Leal. **Histórias que ouvi contar...** op. cit. p. 18.

¹⁰³³ Ibid., p. 18.

¹⁰³⁴ CORRÊA, Carlos Hugo Studart. **Em algum lugar das selvas amazônicas...** op. cit.

¹⁰³⁵ MACIEL, Lício. **Guerrilha do Araguaia...** op. cit., p. 119-120.

Uma sexta-feira à tarde, de fevereiro já de 74...¹⁰³⁶ Ouvi o rádio lá e tava passando que tinham capturado um negão. E que esse negão era o Osvaldão. Aí quando deu assim umas cinco horas para cinco e meia a gente viu aquela bolinha, que vinha cruzando o rio Araguaia pra lá e pra cá no vento. Só aquela bolinha. E quando chegou na base era o Osvaldão mesmo. Ele não veio dentro do helicóptero, ele veio içado, veio pendurado numa corda embaixo do helicóptero.¹⁰³⁷

Recentemente, surgiram relatos de que Osvaldão estaria baixando em terreiros de Terecô e Umbanda da região. Hugo Studart discorreu sobre alguns deles.¹⁰³⁸ Maria Leal Pinto identificou um morador de Tocantinópolis-TO que teria presenciado a incorporação do guerrilheiro em um terreiro em Belém, capital do Pará. Contudo, entre os afro-religiosos contatados por aquela pesquisadora na fronteira Araguaia-Tocantins, assim como em nossa pesquisa, não foram identificados terreiros onde Osvaldão tenha, de fato, baixado.

Studart e Pinto conseguiram a informação de que, para alguns religiosos, Osvaldão seria de “linha negra”, da linhagem de Exú. Segundo relatos reunidos por Pinto, a mãe ou o pai de santo que quisesse realizar tal trabalho precisaria de muita força. Todavia, como dito acima, também existe a concepção, entre alguns desses religiosos, de que Osvaldão não se transformou em encantado.

Willy de Craemer, Jan Vasina e Renée C. Fox já haviam destacado que a guerra, a despeito de toda a dramaticidade que encerra, tem sido, historicamente, uma forma importante de comunicação entre os grupos humanos.¹⁰³⁹ As venturas e desventuras de terecozeiros e seus encantados acabaram levando seus encantamentos não somente aos guerrilheiros, mas à própria Guerrilha do Araguaia enquanto acontecimento, colaborando para as formas como esse evento histórico vem sendo representado.

Fizeram-se presentes nas memórias locais e, cada vez mais, difundem-se por meios diversos, incluindo-se o cinema. Têm colaborado para que seja despertado interesses que, embora guardem, por um lado, a exploração do contato com o exótico, não deixam, por isso, de representar também concepções de sistemas religiosos há séculos em reelaboração; sistemas estes que, em noites já há muitos distantes do passado amazônico, possibilitaram criativas interseções entre o martelo, a foice e o Tambor da Mata.

¹⁰³⁶ Uma das datas indicadas pela CNV foi 07 de fevereiro de 1974, uma quinta-feira. Devido ao tempo passado e às nuances da memória, o ex-soldado pode ter confundido o dia da semana. No entanto, existem, ainda, versões de que o fato ocorreu em abril e não no mês de fevereiro.

¹⁰³⁷ SOLDADOS DO ARAGUAIA. Direção: Belisario Franca. 1h.14min. 2017. Trecho citado: 53min40s.

¹⁰³⁸ CORRÊA, Carlos Hugo Studart. **Em algum lugar das selvas amazônicas...** op. cit.

¹⁰³⁹ CRAEMER, W.; VANSINA, J.; FOX, R. **Religious Movements in Central Africa...** op. cit., p. 464.

No período da construção ideológica da *Marcha para Oeste*, nos anos 1930 e 1940, alguns intelectuais defendiam o avanço da, por eles denominada, “nação Atlântica”¹⁰⁴⁰ sobre os territórios com baixa densidade demográfica, sobretudo, nos atuais Centro-Oeste e região Amazônica. Não contavam, em seus discursos civilizacionais, pautados em valores eurocêntricos, que o “Atlântico negro”, agregando saberes do catolicismo popular e conhecimentos oriundos dos povos indígenas, iria reinventar, ao seu modo, o *dever* dessa “marcha”, continuada durante o avanço da fronteira, na década de 1970. E que traria consigo estratégias cunhadas em uma longa história migratória, que passaram a se ressignificar num contexto de violência extrema, entre giras, articulações políticas e outras encantarias.

¹⁰⁴⁰ Em um artigo do jornal amazônico *Alto Madeira*, publicado na atual Rondônia, em 1946, foi externalizada uma das visões correntes sobre a *Marcha para o Oeste*, fundada na concepção de que tal marcha se constituiria em uma espécie de novo bandeirantismo. Foi feita uma apologia ao avanço da “nação atlântica”, como no seguinte trecho: “Empurra-se o [indígena] chavante (sic.) para o Oeste na fatalidade de um manifesto destino. Só nós, uma nação atlântica e não bugre. Queremos ocupar a terra que os antepassados portugueses descobriram para o homem branco, e que sua ardente lascívia transformou em tipos morenos, bronzeados de sol, cruzados com outros sangues mais úteis a aclimatação tropical”. ALTO MADEIRA. **A nação Atlântica**. Porto Velho, 11 ago. 1946. s/p. Abordamos essa compreensão em: SOUZA, Sérgio Luiz de; LUIZ, Janailson Macêdo. Em busca de uma “nação Atlântica e não bugre”: racismo e construção da desigualdade na ocupação da Amazônia Sul-Occidental (1930–1940). **Ciências Sociais Unissinos**, São Leopoldo, v. 57, n. 1, p. 35-47, jan-abr. 2021.

PARA ALÉM DA DUPLA MORTE

A fronteira Araguaia-Tocantins foi palco, entre 1972 e 1974, de um conflito que gerou grande impacto entre a população camponesa, na qual se encontravam muitas mulheres e homens negros; e entre os indígenas do povo Suruí-Aikewara. Buscamos demonstrar que, naquele contexto, marcado por grandes migrações, realizadas ao mesmo tempo sob o guarda-chuva do PIN, da Doutrina de Segurança Nacional e de uma série de outras medidas executadas por parte dos governos militares, também tomaram forma outras experiências relevantes para a história do Brasil e, em especial, para a história das populações negras no país, na América Latina e na diáspora.

Enquanto realizávamos as escavações e as buscas dos rastros deixados por aquela época, deparamo-nos com processos e acontecimentos cujos significados carregam valiosíssimas experiências humanas. Percorremos parte da história da presença negra na Amazônia Oriental e o esforço constituído por diversas gerações de afrodescendentes, que buscavam a liberdade, a possibilidade de não ter sua força de trabalho controlada por outrem e o desejo de escapar para sempre da vivência sob o cativo, experienciada por seus antepassados; e procuraram defender a sua própria autonomia e dos seus familiares.

Por vezes, aquelas pessoas eram originárias de incontáveis gerações de migrantes, que acalentaram expectativas vinculadas à liberdade, desde o fim do período escravista e início da pós-emancipação. As paisagens belas, mas por vezes inóspitas, da Amazônia, alimentaram não somente o sonho do acesso à terra daqueles sujeitos, mas, sobretudo, de uma vida digna e estável. Porém, com o turbilhão que representava o avanço da fronteira, chegaram também à região diversos outros projetos de sociedade.

Os mais destacados, representados pelas planificações realizadas por militares e burocratas a serviço da ditadura, por vezes, eram postos em prática junto com antigos vícios, como a grilagem, o autoritarismo e o desrespeito às populações pobres, vistas como inferiores, dadas as hierarquias raciais ainda vigentes no país.

Junto com o avanço da fronteira, também chegaram ao Bico do Papagaio alguns militantes comunistas, que iriam marcar a vida de muitas pessoas do local, e inscreveriam também seu nome na história do Brasil. A presença de Osvaldão, Dina, Helenira, Lúcia, Mundico, Aparício, João Araguaia, Piauí e Preto Chaves no PC do B e entre os guerrilheiros do Araguaia fez parte não de um fato isolado. Estavam, isto sim, vinculados à história da

participação negra no interior dos grupos comunistas do Brasil. História esta construída mediante os agenciamentos daqueles sujeitos, que faziam parte de gerações que também buscavam desafiar limites impostos por uma sociedade baseada em diversas formas de desigualdade, como as que envolvem os marcadores classe, raça e gênero.

Essas mulheres e homens negros comunistas buscaram, assim como as camponesas e camponeses que avançavam junto com a fronteira demográfica, lutar pelo seu lugar como sujeitos. Com esse propósito, e por razões várias, como a convicção política, o sonho de realizar a revolução e o ódio à ditadura, deslocaram-se para um local que, até então, era-lhes desconhecido, mas que fora visto também como um espaço possível para a mudança da realidade política e social vigente no país.

Alguns deles, como Osvaldão, acabaram passando muitos anos imersos em seu trabalho revolucionário. Aprenderam a se adaptar a uma vida bastante diversa das que levaram durante a maior parte de suas existências. Tiveram que passar o tempo aprendendo com os ribeirinhos, mariscadores, garimpeiros, lavradores e mateiros. E, por diversas vezes, acabaram assolados por uma série de doenças típicas do local, cuja superação lhes servia, praticamente, como um rito de passagem.

Parte dessas mulheres e homens militantes carregava consigo experiências no movimento estudantil. Enquanto Helenira Resende enfrentava as forças do regime em São Paulo, por exemplo, Rosalindo Souza o fazia em Salvador, Aparício, em Belo Horizonte, Sônia, no Rio de Janeiro... Integravam parte de uma geração negra que tivera maior possibilidade de acesso ao ensino superior que as gerações anteriores. E acabaram usando tal privilégio para participarem de lutas coletivas, vinculadas a luta de classes.

Queriam, ao final das contas, que os aspectos positivos que estavam vivenciando fossem repartidos para mais pessoas. Alguns daqueles jovens negros, como ocorreu com Rosalindo na Faculdade de Direito da UFBA, por vezes, tiveram que enfrentar, no ambiente universitário, estigmas associados à sua pobreza e cor.

No caso de Helenira, Lúcia e Dina, existia também a desigualdade de gênero. Mesmo diante de tantos entraves, aquelas mulheres negras buscaram se impor e, por vezes literalmente, fazer os homens ao seu redor e a sociedade mais ampla ouvirem suas vozes.

Devido a essa atitude, até hoje são lembradas — ainda que por pequenos grupos — em espaços diversos do país, tendo suas imagens reativadas pelos movimentos sociais em suas lutas contra-hegemônicas, travadas, em muitos casos, contra as mesmas forças que sustentaram o regime militar no Brasil e que contribuíram para a manutenção de uma realidade social amplamente classista, racista, machista e homofóbica.

Alguns personagens, como o ex-marinheiro Francisco Manoel Chaves, possuíam uma trajetória longa na luta comunista. Iniciada contra o autoritarismo vigente no período varguista e que resultou em uma vida vivida em sua maior parte na clandestinidade.

Chaves e Osvaldão protagonizaram interlocuções interessantes entre guerrilheiros negros e membros da população negra local. Embora o movimento não tenha produzido documentos explícitos sobre as relações raciais, para além do pedido de respeito aos terecozeiros, conseguiu, de forma prática, através de um uso muito peculiar das *práxis* do marxismo-leninismo e do maoísmo, constituir uma página interessante da história das relações raciais no país. Afinal, não é a todo o momento que guerrilheiros negros são vistos integrados a sessões de Terecô no interior da floresta amazônica, travando com tais religiosos, ainda que numa esfera micro, diálogos que aproximavam dimensões espirituais e políticas.

A repressão militar, porém, não tardou a chegar à população do Araguaia e a atingir aqueles religiosos. As ameaças que lhes foram feitas deixaram rastros que, ainda hoje, podem causar consternação e estupor. Como também ocorreu com as demais atrocidades vivenciadas pela população local, guerrilheiros e alguns militares durante o período do conflito. A máquina repressiva baseada, entre outros elementos, na Doutrina da Guerra Revolucionária, fez incontáveis vítimas e cometeu crimes diversos, marcas de um Terror de Estado que aproveitava o cerco aos guerrilheiros para se expor de forma altamente crua.

No cerne das lutas de representação que marcam o episódio, alguns personagens, mas também o conjunto dos guerrilheiros, por vezes tem sido representados por meio da ojeriza, por parte dos militares e grupos direitistas. Como vimos, Osvaldão, Dina, Rosalindo, Lúcia Maria de Souza e tantos outros foram alvo desse tipo de visão.

Por vezes, em sentido inverso, alguns deles tem sido representados por intermédio de um olhar heroizante. Buscamos na tese, ainda que brevemente, compreender um pouco sobre como esse processo tem se dado, sem que isso signifique basear a análise na chamada teoria dos dois demônios, que cria falsas equiparações entre os dois lados em conflito, deixando de lado o caráter assimétrico daquele tipo de evento, bem como as graves violações aos direitos humanos perpetradas de forma sistemática através do terror de Estado.

Evidentemente, como apontado por Gorender, por vezes, uma abordagem heroizante pode deixar de fora olhares críticos, cuja relevância não pode ser esquecida. No entanto, ao mesmo tempo, compreender como tais representações são construídas nos possibilita desvendar mais profundamente as formas como as memórias em torno dos personagens negros e da própria Guerrilha do Araguaia de forma mais ampla, têm sido construídas. Consideramos que tal compreensão se torna cada vez mais necessária, ainda mais se tratando

de uma pesquisa como a nossa, vinculada ao campo da História, que se fundamenta na abordagem crítica das fontes e dos acontecimentos.

Esse olhar permanente crítico, segundo Napolitano, leva-nos, com frequência, a enfrentamentos diversos. Em especial, contra o revisionismo não baseado em fontes e o negacionismo histórico. Bem como contra certa visão cética, que, por vezes, constrói uma imagem que esvazia o nosso esforço de entendimento do passado.

Os últimos anos foram bastante emblemáticos nesse sentido. Assistimos, no Brasil, a uma versão muito particular da crise mundial gerada pela pandemia de Covid-19. Os negacionistas dos crimes da ditadura, saudosistas do regime de 1964 e defensores do Estado policial, então representados pelo próprio presidente da República — ele próprio um notório defensor dos atos cometidos contra os direitos humanos no Araguaia e durante todo o regime militar —, serviram de núcleo para a criação de um outro tipo de negacionismo, dessa vez voltado para a negação da ciência de uma forma geral. O que nos ensinou, mais uma vez, que é necessário nos mantermos alertas, e não nos esquivarmos de realizar, de forma constante, a anamnese coletiva vista por Napolitano como fundamental para o ofício da História.

Além disso, como dito, expor, pontos críticos sobre as ações dos guerrilheiros e sobre como a memória em relação ao tema é construída não significa dizer que duas forças equivalentes estavam em enfrentamento. A Guerrilha do Araguaia foi um evento histórico baseado em um uso de força desproporcional por parte dos agentes de Estado, que estavam conscientes de suas atitudes. Construir esse olhar crítico também não implica em criar um alibi que permita aos antigos oficiais do regime e aos saudosistas da ditadura lançarem ao esquecimento os crimes cometidos pelos agentes de Estado vinculados ao regime ditatorial.

Embora muitos atos sádicos tenham sido realizados por aqueles agentes, também não devemos perder de vista — como já destacado pela literatura — que os abusos de poder, os encarceramentos clandestinos, a banalização e o uso generalizado da tortura, as execuções extrajudiciais, as violações aos cadáveres, os desaparecimentos políticos e uma série de outras medidas eram frutos de uma política de Estado. Política esta que não só foi responsável pela criação de grande parte do ambiente conflitivo, como também tratou de desenvolver artifícios para que os perpetradores jamais fossem punidos. Alguns deles, como o Major Curió, seriam, pelo contrário, alvo de promoções que, aos olhares de hoje, podem nos parecer surreais.

As práticas autoritárias desenvolvidas pelos militares durante o combate aos guerrilheiros do Araguaia também se conectavam com heranças muito longínquas, advindas da história da colonização, pelos europeus, do continente americano. Os colonizadores, há muito, estão enterrados, a escravidão negra, há muito, foi abolida e a matança indiscriminada

de indígenas não é mais vista com naturalidade por boa parte das pessoas. Apesar disso, heranças e clivagens que nos remetem ao período colonial continuam sendo operantes.

Quanto às populações negras e pessoas pobres de uma maneira geral, essas heranças coloniais atrelavam, no início dos anos 1970, problemas do passado que jamais haviam sido superados aos desafios então postos num momento em que o país se modernizava de forma acelerada. O que dava mostras da materialização do que Mbembe designou como o *devoir* negro do mundo. A existência de um estado de sítio no Araguaia serviu como condição de possibilidade para que viessem à tona muitas práticas violentas, historicamente aplicadas no país, justamente contra pobres, negros, indígenas, mulheres, camponeses e sujeitos periféricos, demonstrando a permanência, mesmo naquele período de avanço do “progresso”, do que Quijano designou como a colonialidade do poder.

Os referidos grupos, inicialmente, poderiam até ser tolerados no avanço da fronteira, pois eram vistos como uma importante força de trabalho a ser explorada. Contudo, mediante uma crise, foram os primeiros a terem seus direitos — que já eram, em grande medida, negligenciados — desrespeitados. Suas mentes e seus corpos deveriam ser castigados e disciplinados, para que não apoiassem os comunistas, mas também para que não se dispusessem a fazer parte de novos levantes, de novas contestações à ordem e ao dito progresso defendido pelos militares e por diversos setores civis.

Além disso, o regime militar não via os negros, de uma forma ampla, e os afro-religiosos, de forma específica, como sujeitos. Sequer os considerava nos censos. Apesar disso, aquelas pessoas continuaram a lutar por sua autonomia. Essa visão orientou, inclusive, alguns diálogos travados entre os terecozeiros e os integrantes da Guerrilha. Tais diálogos não significavam uma adesão ao movimento contestatório, mas que aqueles religiosos buscavam interagir e entender mais profundamente o que estava sendo colocado pelo contexto.

Por isso, é fundamental compreendermos mais a fundo experiências de pessoas negras ocorridas no contexto do regime militar, especialmente em espaços pouco afetados pela militância negra vinculada à negritude. Isso é válido, também, para um contexto anterior à criação do Movimento Negro Unificado. Aquelas mulheres e homens negros que viveram o início dos anos 1970 na Fronteira Araguaia-Tocantins, fossem guerrilheiros, camponeses, terecozeiros, ribeirinhos ou até militares de baixa patente, estavam constituindo experiências que, no geral, são pouco conhecidas pela maioria dos brasileiros, bem como no espaço acadêmico, incluindo o campo da História.

Como dito por Mário Augusto Medeiros da Silva, precisamos confrontar tanto a alta taxa de mortalidade de pessoas negras quanto o apagamento da memória das experiências

negras no país. Abordagens como as que buscamos realizar nesta tese são necessárias para que, na linha do que defende aquele sociólogo, possamos ir além da dupla morte; para que as pessoas do presente, negras ou não negras, possam balizar, de forma mais profunda, suas próprias atitudes, bem como se manterem vigilantes contra a constante naturalização do racismo, da desigualdade social, do negacionismo e das ações autoritárias.

Ao escavarmos a Guerrilha do Araguaia, deparamo-nos com vivências de mulheres e homens negros constituídas, muitas vezes, diante do medo e do contato com situações-limite, entre dores, angústias e frustrações; mas, também, por meio da reconstituição constante de suas expectativas e reafirmação dos seus lugares como sujeitos. Pessoas que acalentavam sonhos, que se materializavam ou não, enquanto lutavam pela sua autonomia e, no caso de algumas, almejavam mudar o país por meio de uma revolução, que não ocorreu, mas que, nem por isso, tornou menos importantes as suas lutas e o seu legado.

FONTES

PC DO B E FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA

ARROYO, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia. In: POMAR, Wladimir (Org.). **Araguaia: o partido e a guerrilha**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 249-273.

CARLOS, José [André Grabois]; JOCA [Liberio Giancarlo Castiglia]; BETO [Lúcio Petit da Silva]; LUIS [Guilherme Gomes Lund]. Carta de quatro guerrilheiros ao bispo de Marabá. In: ANITA GARIBALDI. **Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2005. p. 145-146.

FOGUERA. Comunicado nº 6 das forças guerrilheiras do Araguaia. In: MONTEIRO, Adalberto. **Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade**. 4. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2005. p. 142.

FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS. **Livro de Studart serve à tortura de familiares de desaparecidos políticos**. Disponível em: <<https://grabois.org.br/2018/09/01/livro-de-studart-serve-a-tortura-de-familiares-de-desaparecidos-politicos/>> Acesso: 11 nov. 2022.

GRABOIS, Maurício. **[Diário]**. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/uploads/arquivos/arquivo_31_12846.pdf> Acesso: 02 nov. 2020. 145 p.

PC DO B. Viva a gloriosa luta dos negros Norte Americanos! **A classe operária**: órgão central do Partido Comunista do Brasil, [S.L.], n. 23, ano 4, p. 1, jul. 1968.

PC DO B. Agrava-se a crise no campo. **A classe operária**: órgão central do Partido Comunista do Brasil, [s.l.], n. 23, ano 4, p. 2, jul. 1968.

PC DO B. Morte heróica. **A Classe Operária**: Órgão Central do Partido Comunista do Brasil, [s.l.], v. 4, n. 31, jun. 1969. p. 2.

PC DO B. O caminho da libertação. **A classe operária**: Órgão Central do Partido Comunista do Brasil. [s.l.], v. 9, n. 80, dez. 1973. p. 5.

PC DO B. Romance da Libertação. **A Classe Operária**: Órgão Central do Partido Comunista do Brasil, [s.l.], v. 10, n. 87, jul. 1974. p. 9.

PC DO B. Programa popular. **A Classe Operária**: Órgão Central do Partido Comunista do Brasil, [s. l.], v. 9, n. 77, set. 1973, p. 10-11.

PC DO B. Elenira Machado (sic.). **A Classe Operária**, ano IX, n. 1, p. 6-7, jan. 1974. p. 6.

PC DO B. Denonado lutador de vanguarda. **A classe operária**: Órgão central do Partido Comunista do Brasil, [S.L.], v. 10, n. 85, p. 1-10, mai 1974. p. 2; 7.

PC DO B. Denodado Lutador de vanguarda. In: PC DO B. **Cinquenta anos de luta**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1975. p. 197-200.

PC DO B. **Cinquenta anos de luta**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1975.

PC DO B. Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil. In: POMAR, Wladimir (Org.). **Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos inéditos**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 91-118.

PC DO B. No caminho da revolucionarização. In: POMAR, Wladimir. **Araguaia: o partido e a guerrilha – documentos inéditos**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. p. 179.

PC DO B. **Jornal a Classe Operária: 4ª fase (1966-1984)**. Disponível em: <<http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo?aba=4>> Acesso: 10 nov. 2020.

SOUZA, Rosalindo. Cordel dos Guerrilheiros do Araguaia. In: ANITA GARIBALDI (Org.). **Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade**. 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005. p. 177.

COMISSÕES DA VERDADE E ÓRGÃOS CORRELATOS

BANDEIRA, Antônio. Relatório da Manobra Araguaia [trecho]. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014. p. 1030.

BANDEIRA. Relatório da Operação Mesopotâmia. In: MINISTÉRIO DA DEFESA. **Informações sobre a Guerrilha do Araguaia**. Disponível em: <<https://cnv.grauna.org.br/images/documentos/Capitulo14/Nota%2023%2C%2033%20-%2000092.0024182014-83.pdf>> Acesso: 22 dez. 2022. p. 49.

BRASIL. **Direito à Memória e à Verdade: aos descendentes de homens e mulheres que cruzaram o oceano a bordo de navios negreiros e foram mortos na luta contra o regime militar**. Brasília: SEDH/SEPPPIR, 2009.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume I**. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Antônio Carlos Monteiro Teixeira. In: BRASIL. **Relatório: Volume III - Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014. p. 1035-1042.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Antônio de Pádua Costa. In: BRASIL. **Relatório: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014. p. 1522-1525.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Dermeval da Silva Pereira. In: BRASIL. **Relatório: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos**. Brasília: CNV, 2014. p. 1533-1536.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Dinaelza Santana Coqueiro. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1579-1583.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Francisco Manoel Chaves. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1028-1030.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Helenira Resende de Souza Nazareth. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1043-1047.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Idalísio Soares Aranha Filho. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 950-953.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. João Alfredo Dias. In: **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 170-174.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Lúcia Maria de Souza. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1361-1367.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Maria Lúcia Petit da Silva. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III – Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 974-977.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Osvaldo Orlando da Costa. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III - Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1590-1594.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Pedro Alexandrino Oliveira Filho. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1612-1615.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Rosalindo Souza. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III – Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1272-1276.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Suely Yumiko Kanayama. In: BRASIL. **Relatório**: Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014. p. 1574-1578.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Diligência da CNV na Casa Azul**. 15 set. 2014. Fotografia 5. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/fotos.html>> Acesso: 08 jan. 2023.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Documentos citados no Capítulo 14 (Guerrilha do Araguaia)**. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/619-documentos-citados-capitulo-14.html>>. Acesso: 22 nov. 2020.

CEMDP. **Ficha descritiva**: ROSALINDO DE SOUSA (sic.). Disponível em: <<https://cemdp.mdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/63>>. Acesso: 19 dez. 2022.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO — RUBENS PAIVA. **002 - Auto Qualificação Interrogatório 1967 Helenira Resende de Souza Nazareth**. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>> Acesso: 26 jun. 2020.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO — RUBENS PAIVA. **003 - Termo Declaração DOPS 1967 Helenira Resende de Souza Nazareth.** Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>>. Acesso: 26 jun. 2020.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO — RUBENS PAIVA.. **014 – Boletim Informativo III Exército 1975 Helenira Resende de Souza Nazareth.** Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>> Acesso: 26 jun. 2020.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO — RUBENS PAIVA. **014 – Ficha DOPS 1972 Helenira Resende de Souza Nazareth.** Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>> Acesso: 26 jun. 2020.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO — RUBENS PAIVA. **024 - Foto Helenira Resende de Souza Nazareth.** Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>> Acesso: 26 jun. 2020.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO — RUBENS PAIVA. **Suely Yumiko Kanayama.** Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/suely-yumiko-kanayama>> Acesso: 10 nov. 2022.

COMISSÃO DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO [Thula Rafaela de Oliveira Pires]. Colorindo memórias: Ditadura militar e racismo. In: COMISSÃO DA VERDADE DO RIO DE JANEIRO. **Relatório.** Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS E INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO – IEVE; GRUPO TORTURA NUNCA MAIS (RJ-PE). **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964.** Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. p. 234.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Lúcia Maria de Souza.** Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/lucia-maria-de-souza/>> Acesso: 19 dez. 2022.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Idalísio Soares Aranha Filho.** Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/idalisio-soares-aranha-filho/>> Acesso: 22 dez. 2022.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Rosalindo Souza.** Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/memorias/wp-content/uploads/2014/11/Rosalindo-de-Souza.jpg>> Acesso: 22 dez. 2022.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Antônio de Pádua Costa.** Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/antonio-de-padua-costa/>> Acesso: 25 dez. 2022.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Dermeval da Silva Pereira**. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/dermeval-da-silva-pereira/>> Acesso: 25 dez. 2022.

MINAS GERAIS. Comissão da Verdade em Minas Gerais. Relatório. **Relatório**. Belo Horizonte: COVEMG, 2017.

PARAÍBA. João Alfredo Dias (Nego Fuba). In: PARAÍBA. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**. João Pessoa: A União, 2017. p. 215.

RESENDE, Helenalda. **Perfil de uma guerrilheira. Helenira Resende**: “em que leito de rio correrá seu sangue?”. Acervo da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo — Rubens Paiva. Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/helenira-resende-de-souza-nazareth>> Acesso: 11 nov. 2022.

SOUZA, Lúcia Regina Maria de. **Depoimento à audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de Deputados**. Brasília, 14 mai. 2008. Transcrição. Disponível em:

<[## REPORTAGENS](https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0668/08&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:00&sgFaseSessao=&Data=14/5/2008&txApelido=DIREITOS%20HUMANOS%20E%20MINORIAS&txFaseSessao=Audi%C3%Aancia%20P%C3%BAblica%20Ordin%C3%A1ria&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=14:00&txEtapa=> Acesso: 17 nov. 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

ASSIS, Denise. PIMENTEL, Leandro. Araguaia: de volta ao front da Guerrilha. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 2131, p. 16-24, fev. 1993.

AZEVEDO, Reinaldo. Quando os esquerdistas mataram seus próprios companheiros. **Veja** (online), 13 jan. 2010. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/quando-os-esquerdistas-mataram-seus-proprios-companheiros/>> Acesso: 24 out. 2021.

BRANCO, Mariana. Comissão de Anistia indeferiu 89% dos pedidos de reparação desde 2019. **Metrópolis** (online), 8 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/politica-df/comissao-de-anistia-indeferiu-89-dos-pedidos-de-reparacao-desde-2019>> Acesso: 26 dez. 2022.

EM MEMORANDO, diretor da CIA diz que Geisel autorizou execução de opositores durante ditadura. **G1**, 10 mai. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/em-memorando-diretor-da-cia-diz-que-geisel-autorizou-execucao-de-opositores-durante-ditadura.ghtml>> Acesso: 17 nov. 2022.

EM XAMBIOÁ, a luta é contra guerrilheiros e atraso. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 set. 1972, p. 27. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/>> Acesso: 07 fev. 2020.

GARCIA, Julio César. A comovente história de Helenira. **Voz da Terra**, Assis, 5 fev. 1979. Disponível em: <<http://www.umdoistres.com.br/magazine/magazine2012/helenira/jornal%20vt.htm>> Acesso: nov. 2022.

JORNAL ÚLTIMA HORA. Suicídio foi forçado: perícia mostra como morreu herói “pracinha” no Ministério da Justiça. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 19 ago. 1964. Disponível em: <<https://apublica.org/podcast/2019/05/podcast-historias-que-ninguem-te-conta/podcast-um-corpo-que-cai/>> Acesso: 19 dez. 2022.

LUÍS, Osmar. Com os guerrilheiros na selva amazônica. In: ANITA GARIBALDI. **Guerrilha do Araguaia**: uma epopéia pela liberdade. 4. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2005. p. 103-108.

NOGUEIRA JUNIOR, Agildo. **Araguaia**: do mito ao homem Preto Chaves. Disponível em: <<https://eusr.wordpress.com/2009/06/27/araguaia-do-mito-ao-homem-preto-chaves/>> Acesso: 17 nov. 2022.

NOSSA, Leonencio. Assassinato de camponês desatou caça a guerrilheiro. **Estadão (online)**, 21 set. 2014. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/assassinato-de-campones-desatou-caca-a-guerrilheiro/>> Acesso: 12 ago. 2015.

NOSSA, Leonencio. Ex-mateiro desvenda morte de Rosalindo. **Estadão (online)**, 21 set. 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ex-mateiro-desvenda-morte-de-rosalindo,1563552>> Acesso: 12 ago. 2015.

OS COMBATES [o Araguaia]. In: DÓRIA, Palmério et al (Org.). **História Imediata**: A Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 48-52.

PASSARINHO, Jarbas. [Entrevista] O militar: “uma guerra civil”. In: DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vicent; SAUTCHUK, Jaime (Org.). **História imediata, I**: Guerrilha do Araguaia. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. p. 21-24.

RODRIGUES, Alan. Identificada a ossada de Preto Chaves. **Istoé (online)**, 15 fev. 2013. Disponível em: <https://istoe.com.br/276044_IDENTIFICADA+A+OSSADA+DE+PRETO+CHAVES/>. Acesso: 12 ago. 2015.

IBGE

IBGE. **Censo demográfico**: Brasil. VIII Recenseamento Geral - 1970. 331 f. Série Nacional, v. I. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1973[a].

IBGE. **Censo demográfico**: Pará. VIII Recenseamento Geral - 1970. 484 f. Série Regional, v. I, tomo IV. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1973[b].

IBGE. **Censo demográfico**: Maranhão. VIII Recenseamento Geral - 1970. 527 f. Série Regional, v. I, tomo V. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1973[c].

IBGE. **Censo demográfico**: Goiás. VIII Recenseamento Geral - 1970. 671 f. Série Regional, v. I, tomo XXIII. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1973[d].

IBGE. **Curionópolis [histórico]**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/curionopolis/historico>> Acesso: 18. nov. 2022.

ENTREVISTAS E FONTES AUDIOVISUAIS (DEPOIMENTOS)

COIMBRA, Cecília. In: SIMÕES, Mariana; VIANA, Natália. **Um corpo que cai** [podcast]. Agência Pública. 27 mai. 2019. 33min36s. Disponível em: <https://apublica.org/podcast/2019/05/podcast-historias-que-ninguem-te-conta/podcast-um-corpo-que-cai/?mc_cid=a0076a31b3&mc_eid=%5Bf4e82b619b%5D>. Acesso: mai. 2019.

DA LUZ, Lídia Francisca. **Entrevista**. Depoimento à Janailson Macêdo Luiz e Mônica Vasconcelos. Áudio. Brejo Grande do Araguaia-PA, mai. 2017. 1h33min.

DE JESUS, Venâncio. [Depoimento]. In: DÓRIA, Palmério et al (Org.). **História Imediata: A Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

DIAS, Ivaldo José Dias. Depoimento. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Audiência Pública em Marabá: 16/9/2014 – Completo**. [Nota 67]. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/619-documentos-citados-capitulo-14.html>> Acesso: 01 jan. 2019. p. 22-23.

GENOÍNO NETO, José. O guerrilheiro [depoimento]. In: DÓRIA, Palmério et al. (Org.). **História imediata, 1: Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

GENOÍNO NETO, José. **Memórias da Guerrilha do Araguaia**: Entrevista com José Genoíno Neto. Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína, Araguaína, v. 12, n.2, p. 274-318, 2020. P. 297. [Entrevistadores: César Alessandro Sagrillo Figueiredo, Naiane Vieira dos Reis, Luiza Helena Oliveira da Silva, Paulo César Lucena de Sousa].

JOSÉ (pseudônimo). **Entrevista**. Entrevistador: Janailson Macêdo Luiz. Marabá, 2019. 03/07/2019. 30 min.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Depoimento pessoal que presta Sinésio Martins Ribeiro**. São Geraldo do Araguaia, 19 jul. 2001.

NAZARETH, Helenalda Resende de Souza; NAZARETH, Helenoira Resende de Souza; COSTA, Marta Heloísa Nazareth. **Entrevista**. São Paulo, 21 ago. 2019. Entrevistador: Janailson Macêdo Luiz. 2h33min.

OLIVEIRA, Alexandre de. [Depoimento]. In: DÓRIA, Palmério et al. **História Imediata: A Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

PETTA, Augusto César. **Entrevista [História: Atuar para influenciar]**. Museu da Pessoa. 04 abr. 2020. Transcrição. Disponível em: <<https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/atuar-para-influenciar-169819>> Acesso: 16 nov. 2022.

RIBEIRO, Luzia Reis. Depoimento. In: Bahía. Comissão Estadual da Verdade. **Resgatando nossa história**: Relatório de atividades (agosto 2013/abril 2016), volume 2 - íntegra dos depoimentos. Disponível em: <<http://www.atom.fpc.ba.gov.br/index.php/2-parte-129>> Acesso: 19 dez. 2022.

RIBEIRO, Manoel Messias Guido. **Depoimento à Comissão Nacional da Verdade**. 15. set. 2014. Entrevistadores: Maria C. Adão, Orlando Calheiros e Pedro Benetti. Duração: 1h 24min 38s [33 p.]. Marabá-PA.

RIBEIRO, Manoel Messias Guido. **Transcrição da tomada de testemunho**. CNV, 15/09/2014. Local: Marabá-PA. Entrevistadores: Maria Cecília Adão, Orlando Calheiros e Pedro Benetti. Duração: 01:24:38.

RITA, Maria (pseudônimo). **Entrevista**. 17 nov. 2015. 17 min [2 vídeos]. Acervo do projeto: PELO DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À JUSTIÇA: Organização, catalogação e disponibilização de acervo com narrativas orais dos camponeses envolvidos na Guerrilha do Araguaia (Unifesspa). Coordenação: Naurinete Fernandes Inácio Reis.

RODRIGUES, Lauro. **Depoimento**. Audiência da Comissão Nacional da Verdade. Marabá, 17 nov. 2012. 8m08s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sSEPoFGWaI4>> Acesso: 15 mai. 2019.

SILVA, Sara. Depoimento. In: Bahía. Comissão Estadual da Verdade. **Resgatando nossa história**: Relatório de atividades (agosto 2013/abril 2016), volume 2 - íntegra dos depoimentos. Disponível em: <<http://www.atom.fpc.ba.gov.br/index.php/2-parte-129>> Acesso: 19 dez. 2022.

SOLEDADE, Maria da. **Entrevista**. Entrevistadores: Janailson Macêdo Luiz e Mônica de Almeida Vasconcelos. Brejo Grande, 22 jul. 2017. 1h 07min.

SURUÍ, Tibaku do. **Depoimento**. Audiência da Comissão Nacional da Verdade. Marabá, 17 nov. 2012. 4m. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RAyf_ChllVc> Acesso: 16 nov. 2022.

DOCUMENTÁRIOS E OUTRAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS

A HISTÓRIA DE OSVALDÃO. Espn, 2014. 6 min37s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bwkBSwi0yXA>>. Acesso: dez. 2014.

ARAGUAIA. Direção Dagmar Talga. [S.I.]. Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil e Essá Filmes, 2015. 37 min.

ARAGUAIA: Campo Sagrado. Direção: Evandro Costa de Medeiros. Marabá: UFPA, 2010. 53 min.

ARAGUAYA, a conspiração do silêncio. Direção: Ronaldo Duque. Produção: Márcio Curi e Ronaldo Duque. Brasília: Asacine Produções, 2004. 105 min.

CAMPONESES DO ARAGUAIA: a guerrilha vista por dentro. Direção: Vandrê Fernandes. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2010. 73 min.

ENCONTRO NA ANTIBABILÔNIA. 2017 [1961]. Documentário. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i38v3tR1XLE>> 20m12s. Acesso: 20 dez. 2022.

ESCOLA ELDORADO. Direção de Victor Lopes. Rio de Janeiro: TV Zero, 2009. 13 min.

HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH. São Paulo: Comissão da Verdade de SP "Rubens Paiva"; TV ALESP, 2013. 8min26s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TadKENoojYo>>. Acesso: dez. 2014.

O PASTOR E O GUERRILHEIRO. Direção José Eduardo Belmonte. São Paulo: A2 Filmes [Distribuição]. 2022, 115 min.

OSVALDÃO. Direção: VANDRÊ Fernandes *et al.* São Paulo: F. Maurício Grabois, 2014. 80 min.

SERRA PELADA, A LENDA DA MONTANHA DE OURO. Direção de Victor Lopes. Rio de Janeiro: TV Zero, 2013.

SOLDADOS DO ARAGUAIA. Direção: Belisario Franca. 1h.14min. 2017.

OUTROS ACERVOS

— Fundação Casa da Cultura de Marabá;

— Comissão Pastoral da Terra (Marabá);

— Projeto: PELO DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À JUSTIÇA: Organização, catalogação e disponibilização de acervo com narrativas orais dos camponeses envolvidos na Guerrilha do Araguaia (Unifesspa). Coordenação: Naurinete Fernandes Inácio Reis (Marabá).

REFERÊNCIAS

ABREU, Gabrielle Oliveira de. Imprensa negra e resistência à ditadura no Brasil: o ressurgimento dos jornais negros na década de 1970. **Boletim Historiar**, Aracajú, vol. 09, n. 03, p.03-16, jul./set. 2022.

AFONSO, José Batista Gonçalves. **O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2016.

AHLERT, Marina. **Cidade relicário**: uma etnografia sobre terecô, precisão e Encantaria em Codó (Maranhão). 282 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

AHLERT, Marina. Carregado em saia de encantado: transformação e pessoa no terecô de Codó (Maranhão, Brasil). **Etnográfica**, Lisboa, v. 20, n. 2, p. 275-294, jun. 2016.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (Org). **Histórias do movimento negro no Brasil**: Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: PALLAS; CPDOC-FGV, 2007.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCAR, Maria Cristina Macedo. **Eu acho que os índios não querem mais falar na linguagem por causa do preconceito, não é professora!** Desafios na educação escolar intercultural bilíngue entre os Aikewara & Guarani-Mbya no sudeste do Pará. 218. 383 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

ALFONSO, María Isabel. Ediciones El Puente y dinâmicas raciales de los años 60: un capítulo Olvidado de la historia literaria cubana. **Temas**, La Habana, n. 70, p. 110-118, abr-jun. 2012.

ALMADA, Pablo Emanuel Romero Almada. O negacionismo na oposição de Jair Bolsonaro à Comissão Nacional da Verdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, p. 1-21, 2021.

ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob o impacto dos grandes projetos governamentais**. 2008. 273 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMORIM, Carlos. **Araguaia**: histórias de amor e de guerra. Rio de Janeiro: Record, 2014.

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina: 1800-2000**. Tradução Magda Lopes. São Carlos: EdUFScar, 2014.

ANDREWS, George Reid. Desigualdade: raça, classe e gênero. In: In: ANDREWS, George Reid; DE LA FUENTE, Alejandro (Org.). **Estudos afro-latino-americanos: uma introdução**. Tradução de Mariângela de Mattos Nogueira e Fábio Baqueiro Figueiredo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2018, p. 75-118.

ANDREWS, George Reid.; DE LA FUENTE, Alejandro. A criação de um campo: Estudos afro-latino-americanos In: ANDREWS, George Reid; DE LA FUENTE, Alejandro (Org.). **Estudos Afro-Latino-Americanos: uma introdução**. Tradução de Mariângela de Mattos Nogueira e Fábio Banqueiro Figueiredo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2018.

ANGELO, Tiago; CEREZA, Tiago Angelo. 'Cena de amor' entre soldado e guerrilheira no Araguaia é, na verdade, estupro, diz ex-combatente. **Operamundi**, 21 jul. 2018. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/49686/cena-de-amor-entre-soldado-e-guerrilheira-no-araguaia-e-na-verdade-estupro-diz-ex-combatente>> Acesso: 20 nov. 2022.

ANITA GARIBALDI (Org.). **Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade**. 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

ANNUNZIATA, Felipe. **A abolição da escravidão e a luta dos operários: a história de Luiz da França e Silva**. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2021/09/a-abolicao-da-escravidao-e-a-luta-dos-operarios-a-historia-de-luiz-da-franca-e-silva/>> Acesso: 17 dez. 2022.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. Exércitos e guerras: uma brecha no coração do modelo viril? In: COURTINE, Jean-Jacques. **A virilidade em crise? Século XX-XXI**. Tradução de Noéli Correia de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Petrópolis: Vozes, 2013.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **Dicionário teórico e crítico do cinema**. Campinas: Papyrus, 2003. p. 92.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de sangue: Exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945**. Tradução Fábio Duarte Joly. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BENJAMIM, Walter. Escavando e recordando. In: BENJAMIM, Walter. **Obras escolhidas II: Rua de mão única**. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho; José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BENJAMIM, Walter. **Obras escolhidas, v. I: magia e técnica, arte e política**. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 245.

BEVERLEY, John. El testimonio en la encrucijada. **Revista Iberoamericana**, [S.l.], v. LIX, p. 485-495, dez. 1993.

BORGES, Carla; MERLINO, Tatiana (Orgs). **Heroínas desta História: mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.190.

BUONICORE, Augusto Cezar. **João Amazonas: um comunista brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BUONICORE, Augusto Cezar. **Reflexões sobre o marxismo e a questão racial**. Disponível em: <http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/85_REFLEXOES SOBRE O MARXISMO E A QUESTAO RACIAL.pdf> Acesso: mar. 2018.

BUONICORE, Augusto Cezar. **Claudino José da Silva: a voz negra e comunista na Constituinte de 46**. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/270749-11>> Acesso: mai. 2018.

BUONICORE, Augusto Cezar. **Uma nova narrativa reacionária e misógina sobre a Guerrilha do Araguaia**. Disponível em: <<https://grabois.org.br/2018/08/17/uma-nova-narrativa-reacionaria-e-misogina-sobre-a-guerrilha-do-araguaia/>> Acesso: 31 dez. 2022.

CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá: novela baseada em fatos reais**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CALHEIROS, Orlando. BR-153: Uma estrada rompendo caminhos e relações. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Org.). **Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010**. 1ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 485-486.

CALONGA, Maurilio Dantielly y Calonga. A Marcha para Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: política e identidade. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 168, 2015, p. 126–132.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

CAPELATO, Maria Helena. Memória da Ditadura Militar Argentina: um desafio para a história. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 24, 2006.

CARDOSO, Áurea Alves. **Um rio de memórias, experiências e vivências: Guerrilha do Araguaia**. 2018. 149 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

CARDOSO, Áurea Alves. **Mulheres do Araguaia: LABUT(AR)**, uma expressão do viver. 2022. 352 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. In: CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020. p. 274-286.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **O coronel rompe o silêncio**: Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

CAVALCANTE, Julia Carla Duarte. **As ligas camponesas na formação do Sindicalismo rural**: possibilidades, limites e perspectivas (1954-1964). 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. **As Dinás do Araguaia**: diferentes trajetórias de uma luta contra a Ditadura Militar. 216 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

CAVALCANTI, Klester. **O nome da Morte**: a história real de Júlio Santana, o homem que já matou 492 pessoas. São Paulo: Editora Planeta, 2006.

CHACEL, Cristina. **Seu amigo esteve aqui**: a história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na casa da morte. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHADAREVIAN, Pedro C. Raça, Classe e Revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). **Política & Sociedade**, Florianópolis, Vol. 11, n. 20, p. 255-283, abr. 2012.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 79-114, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais da ditadura militar brasileira. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 1-22, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/yTsV8g8BbVZgPGFYsfkpCTH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso: 10 nov. 2020.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em revista**: revista do núcleo de documentação histórica, Pelotas, v. 10, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11605>> Acesso: 10 out. 2022.

COLLING, Ana Maria. Gênero e história: Um diálogo possível? **Revista Contexto e Educação**, [S. l.], v. 19, n. 71-72, p. 29-43, 2013. DOI: 10.21527/2179-1309.2004.71-72.29-43. Disponível em:

<<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1131>> Acesso em: 10 nov. 2022.

CORREIA, Carlos Hugo Sudart. **Em algum lugar das selvas amazônicas**: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). 2013. 619 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

COSTA, Dagoberto Alves. **Memórias do Araguaia**: depoimento de um ex-guerrilheiro. Recife: Cepe, 2018.

COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, abr. 1997, p. 165-191.

CRAEMER, Willy de; VANSINA, Jan; FOX, Renee C. Religious Movements in Central Africa: A Theoretical Study. **Comparative Studies in Society and History**, United King, v. 18, n. 4, p. 458-475, oct. 1976.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de Especialistas em aspectos da Discriminação racial Relativos ao gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Aconteceu longe demais**: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira (1950-1964). São Paulo: Editora Unesp, 2007.

DE LARA, José Maria Rodrigues. **Retrato falado e escrito de Adalberto de Assis Nazareth**. Campinas: Dizart, 1998.

DICIONARIO BIOGRAFICO DE LAS IZQUIERDAS LATINOAMERICANAS [Movimientos sociales y corrientes políticas]. **VÁSQUEZ RENDÓN, Pedro Hernando**. Disponível em: <<https://diccionario.cedinci.org/vasquez-rendon-pedro-hernando/>> Acesso: 03 jan. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2008.

DOMINGUES, Petrônio. Minervino de Oliveira: Um negro comunista disputa a presidência do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 101, p. 13-51, 2017.

DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vicent; SAUTCHUK, Jaime (Org.). **História imediata, I: Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1987.

ESCOBAR, Geanine Vargas. **Memória da Militância Negra durante a Ditadura Militar no Brasil e a Luta Antirracista através do Acervo Fotográfico de Oliveira Silveira (1971-**

1988). 2014. 141 f. Dissertação – (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) –, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

EXPOSIÇÃO FAZ homenagem a jovem de Cerqueira César morta na ditadura. **G1**, Itapetininga, 04 abr. 2014. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2014/04/exposicao-faz-homenagem-jovem-de-cerqueira-cesar-morta-na-ditadura.html>> Acesso: 16 nov. 2022.

FARIA, Adriano. FONTENELLE, André. **Especial: Senado 74 – A eleição que abalou a ditadura**. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>> Acesso: 19 dez. 2022. s/p.

FEITOSA, Terezinha Cavalcante. **Direito e justiça na Amazônia: a força dos movimentos sociais**. Jundiá: Paco, 2017.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, Londrina, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 831–856.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FERRAZ, Iara; CALHEIROS, Orlando; SURUÍ, Tiapé; SURUÍ, Ywynuhu. **“O tempo da guerra” — Os Aikewara e a Guerrilha do Araguaia**. Relatório, s/l, 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/inicio/41-documentos-citados-no-volume-i-do-relatorio/619-documentos-citados-capitulo-14.html>> Acesso: 01 jan. 2019.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **O mistério do ouro dos mártírios: desvendado o grande segredo das bandeiras paulistas**. São Paulo: Gráfica Biblios Ltda., 1960.

FERREIRA, Paulo Roberto. O surgimento do garimpo. In: FERREIRA, Paulo Roberto. **Encurralados na ponte: o massacre dos garimpeiros da Serra Pelada**. Belém: Paka-Tatu, 2019. p. 67-84.

FERRETTI, Mundicarmo. **Encantaria de "Barba Soeira": Codó, capital da magia negra?** São Luís: CMF. 2000.

FERRETTI, Mundicarmo. Pajelança e cultos afro brasileiros em terreiros maranhenses. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 8, n. 16, p. 91-106, 2011.

FERRETTI, Mundicarmo. Brinquedo de Cura em terreiro de Mina. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 59, p. 57-78, dez. 2014.

FERRETTI, Mundicarmo. **Formas sincréticas das religiões afro-americanas: O Terecô de Codó (MA)**. Disponível em: <<https://repositorio.ufma.br/jspui/bitstream/1/280/1/Tereco.pdf>> Acesso: 10 out. 2020.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Tradução Flávia Nascimento. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. O índio como metáfora: Política, Modernismo e Historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do Século XX. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 41, p. 315-336, 2010.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. **O impacto da crise do socialismo nos partidos comunistas no Brasil**. 2013. 271 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FRANCO, Paula. **Uma luta feminina**. Vídeo. São Paulo: Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2020. 4min42s. Disponível em: <<https://ne-np.facebook.com/caafunifesp01/videos/uma-luta-feminina/665371441060095/>> Acesso: 21/11/2020.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GASPARI, Elio. **A Ditadura escancarada: As Iusões Armadas**, v. 2. 2. ed. [Edição do Kindle]. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **A política da memória na construção biográfica de Luiz Carlos Prestes (1945-2015)**. 2021. 269 f. Tese (Doutorado em História Social) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001. p. 25.

GOMES, Arilson dos Santos. **O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974)**. 2014. 597 f. Tese (Doutorado em História) — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

GOMES, Evanice Pinheiro; PESSOA, Francisco Carlos Lira; SANTANA, Laila Rover; CRUZ, Josias da Silva. Avaliação da Degradação Hídrica na Bacia Hidrográfica Tocantins Araguaia. *Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 41, n.3, 2018, p. 503-513.

GOMES, Flávio dos Santos. "No labirinto dos rios, furos e igarapés": camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX". *História Unisinos*, v. 10, n. 3, p. 281-292, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. **Palmares: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos; MACHADO, Maria Helena P. T. Interiorização e os quilombos em São Paulo nos séculos XVIII e XIX. **Iberoamericana**, v. 11, n. 42, p. 93-109, 2011.

GOMES, Flávio dos Santos; MACHADO, Maria Helena P. T. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos para outros percursos. In: MACHADO, Maria Helena P. T; CASTILHO, Celso Thomas (Org.). **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. p. 19-42.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira - das ilusões perdidas à luta armada**. 5 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

HAAG, Carlos. Em busca da “guerra boa” dos pracinhas. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 210, ago, 2013. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/em-busca-da-guerra-boa-dos-pracinhas/>> Acesso: 10 jul. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HEMMING, John. **Fronteira Amazônica: A derrota dos índios brasileiros**. Tradução Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1978.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

INTERNACIONAL COMUNISTA. 4o Congresso da Terceira Internacional Comunista. **Tese sobre a questão negra**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1922/11/30.htm>> Acesso: 10 jan. 2020.

JESUS, Marize Conceição de. **O legado da militância negra pós 64 para a democratização das relações étnico raciais**. 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2015.

JIMÉNEZ, José Vargas. **Bacaba: memórias de um guerrilheiro de selva da guerrilha do Araguaia**. Campo Grande: Editora do Autor, 2007.

JIMÉNEZ, José Vargas. **Bacaba II: Toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia**. Campo Grande: Editora do autor, 2011.

JOFFILY, Bernardo. **Osvaldão e a saga do Araguaia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

JOHNSON, Paul Christopher; PALMIÉ, Stephan. Religiões afro-latino-americanas. In: DE LA FUENTE, Alejandro; ANDREWS, George Reid (Org.). **Estudos afro-latino-americanos: uma introdução**. Tradução de Mattos Nogueira e Fábio Baqueiro Figueiredo. Cidade Autónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2018.

KORNIS, Mônica. **MEIRA, Lúcio**. Disponível em: <<https://silو.tips/download/militar-interv-rj-1946-min-viaao-pres-bnde#>> Acesso: 17 dez. 2022.

KÖSSLING, Karin Sant' Anna. **As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância no Depos/SP (1964-1983)**. 2007. 314 f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LAGO, Luís Aranha Correia. **Milagre econômico brasileiro**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>> Acesso: 10 abr. 2022.

LAMBERT, Jacques. **Os dois brasis**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LAMY, Marcos Carvalho; AHLERT, Martina. Música, agência e força no Terecô em Codó (Maranhão). **PROA - Revista de Antropologia e Arte**, Campinas, n. 8. v. 2, p. 182-203, jul.-dez., 2018.

LARA, José Maria R. de. **Alberto de Assis Nazareth: retrato falado e escrito**. Campinas: Dizart, 1997.

LEMES, Conceição. Criméia Almeida: ‘Quem já luta há mais de 30 anos, não vai desistir agora’. **Geledés**, 18 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/crimeia-almeida-quem-ja-luta-ha-mais-de-30-anos-nao-vai-desistir-agora/>> Acesso: nov. 2022.

LIMA, Carlos Eduardo de Freitas. **Black Rio contra o sistema: considerações sobre autenticidade e combate à ditadura civil-militar (1970-1977)**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL E ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, II/XVIII, 2018, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, ANPUH-Rio, 2018, p. 1-10.

LIMA, Luciano Leal da Costa; FONSECA, Dante Ribeiro da. Formação dos cultos afro-brasileiros em Porto Velho/RO. **Revista Veredas Amazônicas**, Porto Velho, v.1, n. 1, p. 1-16, 2011.

LOYOLA, Leandro. Fantasmas do Araguaia. **Época**, Rio de Janeiro, n. 302, p. 28-35, mar. 2004.

LUÍS, Osmar. Com os guerrilheiros na selva amazônica. In: MONTEIRO, Adalberto. **Guerrilha do Araguaia: uma epopéia pela liberdade**. 4. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2005.

LUIZ, Janailson Macêdo. “*Minha irmandade, vamos se arreunir*”: o Terecô e a Guerrilha do Araguaia. Disponível em: <<http://www.snh2017.anpuh.org/>> Acesso: 10 set. 2017.

LUIZ, Janailson Macêdo. Memórias da Ditadura na Amazônia Oriental: Experiências de mulheres e homens negros em tempo de Guerrilha. In: **XIV Encontro Nacional de História Oral**, 2018, Campinas - SP. Anais do XIV Encontro Nacional de História Oral, p. 1-14, 2018.

LUIZ, Janailson Macêdo. Notas sobre a clandestinidade: Francisco Manoel Chaves e a participação negra nas mobilizações comunistas no Brasil. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 94-107, 2018.

LUIZ, Janailson Macêdo; REIS, Naurinete Fernandes Inácio; SILVA, Idelma Santiago. A ditadura e os rastros da repressão no sudeste paraense: desvelando memórias sobre a Casa Azul. **Saeculum**, João Pessoa, n. 39, jul/dez. 2018, p. 83-102.

LUIZ, Janailson Macêdo. Memória, experiência, testemunho: revisitando a luta pela terra no sudeste do Pará a partir do documentário Escola Eldorado. **Revista Tempos históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 23, p. 328-361, 2019.

LUIZ, Janailson Macêdo. “Estou aqui fazendo um filme”: relações étnico-raciais e lutas pela memória em Osvaldão (2014). **Em Tempo de Histórias**, [S. l.], v. 1, n. 37, p. 159-180, 2020.

MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 143-160, mar-ago., 1988.

MACHADO, Maria Helena P. T. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da Abolição. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MACHADO, Maria Helena P. T. **João de Deus**: um médium no coração do Brasil [edição eletrônica]. São Paulo: Fontanar, 2016, s/p.

MACIEL, Lício Augusto. **Guerrilha do Araguaia**: relato de um combatente. São Paulo: Editora Schoba, 2008.

MACIEL, Wilma Antunes. VPR: contra a ditadura, pela revolução. In: SALES, Jean Rodrigues (Org.). **Guerrilha e revolução**: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaya**. São Paulo: TYP. A VAP, Espindola, Siqueira & Comp, 1902.

MAGALHÃES, Marcos Pereira et al. O Holoceno inferior e a antropogênese amazônica na longa história indígena da Amazônia oriental (Carajás, Pará, Brasil). **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 2, p. 291-325, maio-ago. 2019.

MAIA, Iano Flávio; DANTAS, Renata; SAVIGNANO, Verónica. **Guerrilheiras do Araguaia**: os caminhos de quatro jovens militantes. Campinas: PUC-CAMPINAS, 2004.

MALVES, Patrícia Barba. **A história de Dina**: Dinalva Oliveira Teixeira, uma guerr(ilh)eira do Araguaia. Disponível em: <<https://mvjtocantins.wordpress.com/2013/08/06/a-historia-de-dina-dinalva-oliveira-teixeira-uma-guerrilheira-do-araguaia/>> Acesso: 24 dez. 2022.

MARABLE, Manning. **Malcom X: uma vida de reinvenções**. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MARIGHELLA, Carlos. **Quem samba fica, quem não samba vai embora**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marighella/1968/12/samba.htm>> Acesso: jul. 2022.

MARQUES, Aída. **Ideias em movimento: reproduzindo e realizando filmes no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil** (Terra e poder: o problema da terra na crise política). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, jun. 1996.

MARTINS FILHO, João Roberto. A conexão francesa: da Argélia do Araguaia. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 519-536, jul./dez. 2012.

MAUAD, Ana Maria. Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas. **Revista Maracanan**, publicação dos docentes do PPGH-UERJ, vol. 12, n.14, p. 33-48 jan/jun 2016, p. 37.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia e História interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, p. 73-98 [1-15], 1996, p. 5.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123-151, nov. 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MECHI, Patrícia Sposito. **Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MECHI, Patrícia Sposito. A guerrilha do Araguaia vista por seu comandante: o Diário de Maurício Grabois. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVII, 2013, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: Anpuh, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364490232_ARQUIVO_AguerrilhadoAraguaiavistaporseucomandante-oDiariodeMauricioGrabois.pdf> Acesso: 10 nov. 2020.

MENDES, Iolanda de Araújo. **“Não somos decepadores de cabeças”**: a Guerrilha do Araguaia e a participação Suruí/Aikewara. 2019. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Xinguara, 2019.

MILES, Tiya. Beyond a Boundary: Black Lives and the Settler-Native Divide. **The William and Mary Quarterly**, Vol. 76, n. 3, jul. 2019, p. 417-426. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/730604>> Acesso: 14 mai. 2022.

MINTZ, Sidney W. Mintz. A escravidão e a ascensão de camponatos. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, n. 30, p. 1-39. 2012.

MIRANDA, Rogério Rego; CARDOSO, Beatriz Andrade. Territorialização da luta camponesa no sudeste paraense: o caso do acampamento Helenira Resende, Marabá-Pará-Brasil. **Revista Pegada**, vol. 23, p. 49-82, set. 2022.

MONGELÓ, Guilherme. Ocupações humanas do Holoceno inicial e médio no sudoeste amazônico. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 15, n. 2, p. 1-20, 2020.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; SILVA, Regiane Paracampos da. Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. **Confins: Revista franco-brasileira de Geografia**, São Paulo, n. 49, 2021, p. 1-16.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MORAIS, Taís. **Sem vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Geração editorial, 2008.

MORETTIN, Eduardo. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. In: CAPELATO, Maria Helena *et al.* **História e Cinema: Dimensões Históricas do Audiovisual**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2011. p. 39-64.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista**. Disponível em: <https://www.academia.edu/37518793/ANTICOMUNISMO_E_ANTIPETISMO_NA_ATUAL_ONDA_DIREITISTA> Acesso: 17 dez. 2022.

MOURA E SOUZA, Aluísio Madruga de. **Movimento comunista brasileiro; Guerrilha do Araguaia – Revanchismo**. A grande verdade. Brasília: s/ed, 2002.

MOURA, Clóvis. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. [Apresentação]. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade racial versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNIZ, Rodrigo de Almeida. **Relatório técnico de observação no acampamento Helenira Rezende e entorno**. Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2019/04/anexo-1-relatorio-tecnico-de-observacao-ao-acampamento-helenira-resende-rodrigo-muniz-1.pdf>> Acesso: 10 out. 2022.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto. p. 235–290, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. A escrita fílmica da história e a monumentalização do passado: uma análise comparativa de *Amistad* e *Danton*. In: CAPELATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; SALIBA, Elias Thomé. **História e cinema: Dimensões históricas do audiovisual**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2011. p. 65-84.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: dinâmicas e vicissitudes da construção da memória social do regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-45, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) – ensaio histórico**. São Paulo: Intermeios; USP – Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a história nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. **História: Questões & Debates**, v. 68, n. 01, p. 18-56, jan-jun. 2020.

NOSSA, Leonencio. **Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OIKAWA, Marcelo. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Política & Sociedade**, n. 12, 2008, p. 13–21.

PANSARDI, Marcos Vinícius. O movimento operário e a República. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 3, n. 5, 2008.

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. **Breve histórico do PCR**. Disponível em: <<https://pcrbrasil.org/pcr/historia/>> Acesso: 10 jul. 2022.

PASCHEL, Tianna S. Repensando a mobilização negra na América Latina. In: ANDREWS, George Reid; DE LA FUENTE, Alejandro (Org.). **Estudos Afro-Latino-Americanos: uma introdução**. Tradução de Mariângela Nogueira e Fábio Banqueiro Figueiredo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2018.

PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PAYNE, Leigh A. **Testimonios perturbadores: Ni verdad ni reconciliación en las confesiones de violencia de Estado**. Traducción: Julio Paredes. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2009.

PEIXOTO, Rodrigo C. D. Ação cultural e concepção política entre a Igreja Católica e os camponeses (um estudo na região de Marabá). In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Org.). **Amazônia: A fronteira Agrícola: 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 145-160.

PEIXOTO, Rodrigo C. D. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**, Belém, v. 6, n. 3, p. 479–499, set.–dez. 2011.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora UFPE, 2015.

PEREIRA, Amílcar Araújo. A constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil: primeiras organizações e estratégias (1971-1995). In: PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: Relações raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013. p. 217-324.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: Relações raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas/FAPERJ, 2013.

PESSÔA, Fabio Tadeu de Melo. **“Ao cristão é proibido ter medo”**: A trajetória da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Sul e Sudeste do Pará durante a ditadura militar (1975/1985). Ananindeua: Cabana, 2022.

PETTA, Augusto César. O exemplo de Helenira. **Vermelho**, s/l, 23 jun. 2008. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/coluna/o-exemplo-de-helenira/>> Acesso: 16 nov. 2022.

PETTA, Renata Lemos. **A memória dos moradores do Araguaia sobre “Osvaldão”**: liderança, luta e resistência. 2007. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PINTO, Maria Leal. A intertextualidade entre a história e a literatura do testemunho: o personagem Preto Chaves. **Revista Porto das Letras**, [S. L.], v. 4, n. 3, 2018.

PINTO, Maria Leal. **Histórias que ouvi contar: A Guerrilha do Araguaia nas narrativas do povo de santo da região Araguaia-Tocantins**. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína, Araguaína, 2018.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Estruturas Intocadas: Racismo e Ditadura no Rio de Janeiro. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 2, p. 1054-1079, 2018.

PISCHEL, Enrica Collotti. Maoísmo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**, v. 1. 11. ed. Trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora da UnB, 1998. p. 734-737.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

POMAR, Wladimir (Org.). **Araguaia: o partido e a guerrilha – documentos inéditos**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

POMAR, Wladimir (Org.). **Pedro Pomar: um comunista militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PRANDI, Reginaldo. Referência sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 151-167, jun. 1998.

PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 15-33, jun. 2003.

PRELAZIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA. **Gorotirés**. Rio de Janeiro. Est. Artes Graphics C. Mendes Junior, 1936.

RAMALHO, Alzimar Rodrigues. **A triste história de Helenira e a memória desalmada**. Disponível em: <<http://www.umdoistres.com.br/magazine/magazine2012/helenira/helenira.htm>> Acesso: 10 nov. 2022.

RAMOS, GRACILIANO. **Memórias do cárcere** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Record, 2020.

REINA, Eduardo. **Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2019.

REIS FILHO, Daniel A. **A revolução faltou ao encontro**. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REIS FILHO, Daniel A. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

REIS, João José. Magia Jeje na Bahia: a Invasão do Calundu do Pasto de Cachoeira, 1785. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.8, n. 16, p. 57-81, mar.-ago., 1988.

REIS, Naurinete Fernandes Inácio. **Memória social e guerrilha do Araguaia**. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

REIS, Naurinete Fernandes Inácio. **Cartografia de memórias: Guerrilha do Araguaia, campesinato e questão agrária no sudeste do Pará – Amazônia Oriental**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

RÉU BRASIL. **Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) versus Brasil**. Disponível em: <<https://reubrasil.jor.br/julia-gomes-lund-e-outros-guerrilha-do-araguaia/>>. Acesso: nov. 2022.

REVISTA ADUSP. Helenira Rezende, presente! **Revista Adusp**, 2009, p. 74. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/45/r45_a12.pdf> Acesso: 16 nov. 2022.

REVISTA RAÇA. O negro na Ditadura Militar. **Revista raça Brasil**, s/l., 17 ou. 2016. Disponível em: <<https://revistaraca.com.br/o-negro-na-ditadura-militar/>> Acesso: 20 dez. 2016.

RIBEIRO, Bruno. **Helenira Resende e a guerrilha no Araguaia**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2. ed. São Paulo. Editora UNESP, 2010.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, Flávia. O protesto negro no Brasil contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 85, p. 41-79, 2012.

RIOS, Flávia. A trajetória de Thereza Santos: comunismo, raça e gênero durante o regime militar. **Plural**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 73-96, 2014.

ROCHA, Elaine Pereira. Migrações negras no Brasil. **Revista Brasileira do Caribe**, São Luís, MA, Brasil, v. 21, n. 41, jul./dez. 2020.

SÁ, Glênio. **Araguaia: Relato de um Guerrilheiro**. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1990.

SADER, Regina. Lutas e imaginário camponês. **Tempo Social: Ver. Sociol. USP**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 115-125, 1990.

SALES, Jean Rodrigues. Guerrilha e revolução: um balanço dos estudos e debates sobre a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. **Revista Taller**, v. 4, p. 87-109, 2015.

SALES, Jean Rodrigues. O PC do B conta a sua história: tradição, memória e identidade política. **Diálogos**, Maringá, Maringá, v. 6, p. 173-186, 2002.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará, sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/UFPA, 1971.

SANTOS, Andréa Cristina. **Ação entre amigos: História da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)**. 2004. 253 f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS, Thereza. **Malunga Thereza Santos: a história de vida de uma guerrilheira**. São Carlos: EDUFSCAR, 2008.

SASSINE, Vinícius. Ex-cadete negro da turma de Mourão tenta anular punição de 46 anos atrás. **Folha de São Paulo** (online), São Paulo, 15 jan. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/01/ex-cadete-negro-da-turma-de-mourao-tenta-anular-punicao-de-46-anos-atras.shtml>> Acesso: 08. jan. 2023.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Tradução: Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: Ed. UFPA, 2012.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 04, n. 02, out-2014.

SCHWARTZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, s/l, v. 20, n.2, jul-dez. 1995. p. 86; 89. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SILVA, Idelma Santiago da. **Migração e cultura no sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. 2006. 181f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

SILVA, Idelma Santiago da. **Fronteira Cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)**. 2011. 230 f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Preservar a memória negra e lutar contra a dupla morte. **Nexo**, s/l, 21 ago 2020. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2020/Preservar-a-mem%C3%B3ria-negra-e-lutar-contra-a-dupla-morte>> Acesso: 10 jul. 2020.

SILVA, Tauana Olívia Gomes. **Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a Ditadura no Brasil (1964-1985)**. 2019. 528 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SILVA, Wellington Sampaio da. **A Guerra Silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia**. 2008. 146 f., 2008. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SILVA, Wellington Sampaio da. **Livros em guerra: a escrita e a disputa do passado sobre a Guerrilha do Araguaia (1978 - 2015)**. 2019. 260f. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SINDEAUX, Juliana Barbosa. **Mulheres negras do bairro "Cabelo Seco" (Marabá-PA): entre o silenciamento e a (re)constituição da memória e da identidade negra**. 67 f. Monografia

(Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá-PA, 2017.

SOCA, Diego Antônio Pinheiro. **Os voos da morte como método de desaparecimento, extermínio e ocultação de cadáveres na Argentina (1976-1985)**. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SOMMER, Doris. Liberdades literárias: a autoridade dos autores afrodescendentes. In: ANDREWS, George Reid; DE LAFUENTE, Alejandro. **Estudos Afro-Latino-Americanos: uma introdução**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2018. p. 375-408.

SOMPRÉ, Concita Guaxipiguara; POSSAS, Hiran de Moura. **Povo indígena Gavião e a mineração no sudeste do Pará: 30 anos de conflitos e incertezas pela perspectiva das lideranças indígenas**. Disponível em: <https://epg.unifesspa.edu.br/images/Artigos/EPG_2018/Concita-Guaxipiguara-Sompr.pdf>. Acesso: 07 dez. 2022.

SOTERO, Edilza Correia. **Representação política negra no Brasil Pós-Estado Novo**. 2015. 314f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOUSA, Deusa Maria de. **Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia**. 2006. 295 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

SOUSA, Deusa Maria de. **José Humberto Bronca: da luta sindical ao Araguaia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOUZA, Sérgio Luiz de; LUIZ, Janailson Macêdo. Em busca de uma “nação Atlântica e não bugre”: racismo e construção da desigualdade na ocupação da Amazônia Sul-Occidental (1930–1940). **Ciências Sociais Unissinos**, São Leopoldo, v. 57, n. 1, p. 35-47, jan-abr. 2021.

SOUZA, Valdir Aparecido. **(Des)ordem na fronteira: Ocupação Militar e Conflitos Sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30/40)**. 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’, Assis, 2002.

STALIN, Joseph. **Los fundamentos del Leninismo: Conferencias pronunciadas en la Universidad Sverdlov**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/stalin/1920s/fundam/index.htm>> Acesso: 10 nov. 2020.

STUDART, Hugo. **A lei da selva: Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

STUDART, Hugo. **Borboletas e lobisomens: Vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2018.

TAIBO II, Paco I. **Ernesto Guevara, também conhecido como o Che**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TELES, Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da lei da anistia de 1979. **Ideias**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 71–93, 2010.

TELES, Janaína de Almeida. Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). **História Unisinos**, v. 18. n. 3, p. 464-480, set.-dez. 2014.

TELES, Janaína de Almeida. Eliminar “sem deixar vestígios”: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil. **Revista M**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-297, jul./dez. 2020.

TELÓ, Fabrício. **Organizações armadas e camponeses: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)**. 2019. 240 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editôra, 1968.

TORRE DAS DONZELAS. **Rioco Kayano**. Disponível em: <<https://www.torredasdonzelas.com.br/vozes-da-memoria-videos/rioco-kayano-2/>> Acesso: 30 nov. 2022.

TORRES, Roberto Zurbano. Racismo vs. socialismo en Cuba: un conflicto fuera de lugar (apuntes sobre/contra el colonialismo interno). **Meridional: Revista Chilena de Estudios Latinoamericanos**, Santiago, n. 4, p. 11-40, abr. 2015.

TSÉ-TUNG, Mao. Declaração de Mao Tse-Tung em apoio à luta dos afro-americanos. **A classe operária: órgão central do Partido Comunista do Brasil**, [S.L.], n. 23, ano 4, p. 3, jul. 1968.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na Ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VALLE, Maria Ribeiro. **1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

VASCONCELOS, Mônica de Almeida. **Memórias do Araguaia: problematizando o ensino sobre a guerrilha nas escolas de Brejo Grande do Araguaia – PA**. 2018. 108 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) — Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2018.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área de Transamazônica**. 3. ed. Manaus: UEA Edições, 2013.

VENÂNCIO, Sariza Oliveira Caetano. **A religião dos encantados: os encantados como mediadores culturais no norte do Tocantins**. 251 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

VIGARELLO, Georges. Virilidade esportivas. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Jean-Jacques. **História da Virilidade: 3. A virilidade em crise? Séculos XX-XXI**. Tradução Néli Correio de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 269-301.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2018.

WADE, Peter. Interações, relações e comparações afro-indígenas. ANDREWS, George Reid; DE LA FUENTE, Alejandro (Org.). **Estudos Afro-Latino-Americanos**: uma introdução. Tradução de Mariângela de Mattos Nogueira e Fábio Banqueiro Figueiredo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2018. p. 119-162.

WEINSTEIN, Barbara. Racializando as diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 13, n. 16, p. 281-303, 2006.

WEINSTEIN; CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. Barbara Weinstein e os Mundos do Trabalho na Amazônia. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 169-176, jan.-jul. 2017.